

POLÍTICA & TRABALHO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - Número 27/30 - Abril de 2009



Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba



Política & Trabalho

Revista Política & Trabalho
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal da Paraíba

Coordenação 2008/2009

Adriano de Léon

Artur Perrusi

Publicação semestral do PPGS/UFPB

nº. 27/30 – Abril de 2009

ISSN 0104-8015

Conselho Editorial

André Berten (Université Catholique de Louvain, Bélgica); **Ariosvaldo da Silva Diniz** (UFPB); **Armelle Giglio-Jacquemot** (Université Charles de Gaulle – Lille 3, França); **Bryan S. Turner** (National University of Singapore, Cingapura); **Brasília Carlos Ferreira** (UFRN); **César Barreira** (UFC); **Cláudia Fonseca** (UFRGS); **Cynthia Lins Hamlin** (UFPE); **Edgard Afonso Malagodi** (UFCG); **Howard Caygill** (Goldsmiths College, Inglaterra); **Ilse Scherer-Warren** (UFSC); **Jacob Carlos Lima** (UFSCar); **Jessé Souza** (UFJF); **Joanildo A. Burity** (FUNDAJ); **José Arlindo Soares** (UFPB); **Julie Antoinette Cavignac** (UFRN); **Maria Carmela Buonfiglio** (UFPB); **Maria de Nazareth Baudel Wanderley** (UFPE); **Mauro Guilherme Pinheiro Koury** (UFPB); **Paulo Henrique Martins** (UFPE); **Regina Novais** (UFRJ); **Rubens Pinto Lyra** (UFPB); **Sandra J. Stoll** (UFPR); **Theophilos Rifiotis** (UFSC); **Vera da Silva Telles** (USP).

Editora

Teresa Cristina Furtado Matos

Co-Editora

Simone Magalhães Brito

Comissão Editorial

Artur Perrusi

Ednalva Maciel Neves

Mônica Franch

Wellington Pereira

Secretaria da Editoria

Maria Sandra Rodrigues dos Santos

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB:

Revista Política & Trabalho

Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V

Campus I – Cidade Universitária – CEP 58.051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil

Telefax (0-XX-83) 3216 7204 – E-mail: ppgs@cchla.ufpb.br

Impressão: Editora Universitária/UFPB

Brasil – Abril de 2009

Política & Trabalho

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus – João Pessoa)**

**Ano XXVII
Número 27/30
Abril de 2009**

ISSN 0104-8015



Universidade Federal da Paraíba
Reitor – Rômulo Soares Polari
Vice-Reitora – Maria Yara Campos Matos
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa – Isac Almeida de Medeiros

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Diretora – Maria Aparecida Ramos
Vice-Diretor – Ariosvaldo da Silva Diniz

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Coordenador – Adriano de Léon
Vice-Coodenador – Artur Perrusi

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPB

Indexação



ISSN 0104-8015

Todos os Direitos Reservados

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº. 5.988/73) é crime estabelecido no artigo
184 do Código Penal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central – Campus I – Universidade Federal da Paraíba

P 769 Política & Trabalho, ano 24, n. 27-30 (2009). – João Pessoa:
 PPGS-UFPB, 2009.
 Semestral
 ISSN 0104-8015
 1. Sociologia. 2 Ciências Sociais. 3. Política. 4. Trabalho. 5.
 Cultura.

BC – UFPB

CDU 301

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
ENTREVISTA	
Entrevista com Jacob Carlos Lima	11
ARTIGOS	
SUJEIRA E IMAGINÁRIO SOCIAL URBANO NO BRASIL	
Mauro Guilherme Pinheiro Koury	15
DA PORTA PRA FORA: USOS DO ESPAÇO, LAZER E SOCIABILIDADE EM OITO PRAÇAS REVITALIZADAS DE JOÃO PESSOA	
Mônica Franch e Tereza C. da N. Queiroz	35
PATRIMÔNIO CULTURAL E MUDANÇA SOCIAL: IMAGENS, NARRATIVAS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA	
Jovanka Baracuchy Cavalcanti Scocuglia	49
INCLUSÃO PRECARIZADA E IDENTIDADES SEQUESTRADAS NA NOVA ORDEM SOCIAL DO TRABALHO	
Eliana Monteiro Moreira e Rejane Gomes Carvalho	65
VOCAÇÃO, IDENTIDADE E INDIVIDUALISMO	
Artur Perrusi	81
DO FOGO DE ENERGIA À IDEOLOGIA DA RESPONSABILIZAÇÃO: ENSAIO SOBRE ACIDENTES E "INCIDENTES" NA SAÚDE DE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO EM SÃO LUÍS - MA	
Ednalva Maciel Neves	99
O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DO ESTADO NOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Rubens Pinto Lyra	113
A RECIPROCIDADE DESIGUAL: FAMÍLIA E POLÍTICA NA HISTÓRIA DO BRASIL	
José Henrique Artigas de Godoy	133
A CASA SERTANEJA E O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: QUESTÕES PARA PESQUISA	
Flávia Pires	145
O CONSUMO DO "eu" E O "EU" DO CONSUMO: FETICHISMO E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
Anderson Moebus Retondar	157

“VOCÊ INVENTA O AMOR, EU INVENTO A SOLIDÃO”: DO ESSENCIALISMO AOS DETERMINANTES CULTURAIS EM GEORGE SIMMEL Marcela Zamboni	169
SOBRE REGRAS DE JOGO E JUSTIÇA: UMA CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA À SOCIOLOGIA DA MORALIDADE Simone Magalhães Brito	189
MULHERES E EMPREENDEDORISMO NO BAIXO GRAMAME (PARAÍBA) – UMA LEITURA DE GÊNERO Loreley G. Garcia, Mônica Franch, Sandra Raquew S. Azevedo e Idalina Santiago	203
BOLA NO PÉ E CANETA NA MÃO: FUTEBOL E DIREITO EM BUSCA DO FALSO PERDIDO Adriano de Leon	217
CONFLITOS DE SIGNIFICAÇÃO E ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO. NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DA RADIOFONIA COMUNITÁRIA NO BRASIL Teresa Cristina Furtado Matos	229
PERCURSOS DE RECONHECIMENTO: MEMÓRIA DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DOS DIÁRIOS DE CAMPO E DE VIAGEM Maristela Oliveira de Andrade	243
TRADUÇÃO O AVARENTO E O ESBANJADOR Georg Simmel (tradução de Simone Carneiro Maldonado)	267
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	271

Colaboram

Adriano de Leon

Professor do Departamento de Ciências Sociais e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB

E-mail para contato: leontut@uol.com.br

Anderson Moebus Retondar

Professor do Departamento de Ciências Sociais/UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB.

E-mail para contato: retondar@ig.com.br

Artur Perrusi

Professor do Departamento de Ciências Sociais e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB

E-mail para contato: aperrusi@uol.com.br

Ednalva Maciel Neves

Professora do Departamento de Ciências Sociais / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, doutora em Antropologia Social

E-mail para contato: edmneves@terra.com.br

Eliana Monteiro Moreira

Doutora em Sociologia – Picardie – França e professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS/UFPB

E-mail para contato: emmoreira@uol.com.br

Flávia Pires

Professor do Departamento de Ciências Sociais/UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB.

E-mail para contato: ffp23279@gmail.com

Idalina Santiago

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/UEPB

Jacob Carlos Lima

Professor da Universidade Federal de São Carlos e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCAR

E-mail para contato: jacobl@uol.com.br

José Henrique Artigas de Godoy

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Docente adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (CCHLA/UFPB)

E-mail para contato: jhartigasgodoy@bol.com.br

Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia

Docente e pesquisadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB. Ministra disciplinas e orienta pesquisas junto ao PPGS - Programa de Pós-Graduação em Sociologia/CCHLA/UFPB e ao PPGAU- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/CT/UFPB. Mestre em Ciências Sociais (UFPB), doutora em Sociologia (UFPE) e pós-doutora em Sociologia Urbana (Université Lumière Lyon II, França). É membro do GRS - *Groupe de Recherche sur la Socialisation* (França) e do LEC – Laboratório de Estudos sobre Culturas (UFCE-UFPB) e do Grupo Culturas das Cidades (CNPq-UFCE-UFPB).

E-mail para contato: scocuglia@terra.com.br

Loreley G. Garcia

Profa. do Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFPB

E-mail para contato: loreleygg@gmail.com

Marcela Zamboni

Professora do curso de Ciências Sociais e do PPGS da UFPB.

E-mail para contato: marcelazamboni@gmail.com

Maristela Oliveira de Andrade

Professor do Departamento de Ciências Sociais/UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB.

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

É antropólogo. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, e coordena os grupos de pesquisa: GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções e GREI – Grupo Interdisciplinar de Estudos em Imagem, na mesma universidade.

E-mail para contato: maurokoury@gmail.com

Mônica Franch

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB

E-mail para contato: mfranch2004@yahoo.com.br

Rejane Gomes Carvalho

Doutoranda em Sociologia do Trabalho – PPGS/UFPB e professora do Departamento de Economia – CCSA/UFPB

E-mail para contato: rejanegcarvalho@yahoo.com.br

Rubens Pinto Lyra

Professor da Pós-Graduação em Direito da Universidade Potiguar – RN, da Comissão de Direitos Humanos e do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB

E-mail para contato: rubelyra@uol.com.br

Sandra Raquew S. Azevedo

Doutoranda do PPGS/UFPB

Simone Carneiro Maldonado

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB

E-mail para contato: simonecmaldonado@gmail.com

Simone Magalhães Brito

Antropóloga

Professora Credenciada do PPGS-UFPB

E-mail para contato: simonebritto@hotmail.com

Tereza Correia da N. Queiroz

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB

E-mail para contato: terezaz@uol.com.br

Teresa Cristina Furtado Matos

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail para contato:

crisfurtado@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO

Comemorar é compor memória, registro de composições e recomposições das rotas que escrevem, entre descontinuidades, uma história. A presente edição comemora os 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba. Nascido em 1979 como Mestrado em Ciências Sociais (MCS), o PPGS chega a três décadas como programa integrado de mestrado e doutorado, este último criado em 2000.

O MCS surge numa perspectiva interdisciplinar, tendo inicialmente como áreas de concentração: industrialização, urbanização e políticas de saúde. Reformulado em 1981, passa a ter como área de concentração temática: Política e Trabalho, constituindo-se das seguintes linhas de pesquisa: movimentos sociais rurais e urbanos, organização dos trabalhadores, industrialização e força de trabalho. Também em 1981, é criada a primeira publicação do programa, *Cadernos de Textos*, transformada em 1985 na Revista Política e Trabalho, hoje, em seu 31º.

Nos anos 1980, mais precisamente em 1985, o MCS realiza o encontro “Movimentos sociais: para além do rural e urbano”, que se constitui como o primeiro Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste, evento que ocorre num cenário de consolidação dos pós-graduações das duas regiões. Dez anos depois, em 1995, o MCS realiza o VII Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste e o IV Encontro de Antropologia do Norte-Nordeste. Nesse mesmo ano, o programa passa por uma reformulação, reflexo da predominância temática em sociologia e de docentes sociólogos, passando assim a se chamar Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Ainda nos anos 1990, há a criação de uma nova área temática: a de Cultura, tendo como linhas de pesquisa: gênero, sexualidade, modos de vida, religião, identidade regional e cultura popular. A introdução desta nova área temática coincide com a reorientação do curso na direção da sociologia como campo privilegiado de produção do conhecimento, adequando-se, desta feita, às temáticas emergentes. Nos anos 2000, o PPGS, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia de Campina Grande, fundam o curso de Doutorado. Como resultado de um processo de amadurecimento, os programas passam a desenvolver a partir de 2006 cursos de doutorado autônomos.

Em seu nono ano como programa integrado de mestrado e doutorado, o PPGS comemora suas três décadas de existência num ambiente de renovação do corpo docente. Em consonância com a expansão da universidade pública brasileira, nesse início século XXI, o PPGS pensa as exigências desse novo momento. Em setembro de 2009, ocorreu um seminário de avaliação geral do Programa. O objetivo foi o de realizar uma série de reflexões sobre a sua história e suas necessidades presentes e futuras. Decidiu-se incluir e rearranjar as áreas temáticas, trabalho & políticas públicas e cultura urbana, introduzindo uma nova área: sociedade e saúde, já que, com a entrada de novos docentes, criou-se uma massa crítica para atender a demanda de uma área relacionada às ciências sociais da saúde. A renovação do quadro de professores veio reforçar a polifonia que caracterizou, até então, o programa, e a celebração destas muitas vozes, aqui presentes, talvez seja o sinal da maturidade deste programa.

Nesse número comemorativo, apresentamos um panorama da produção dos docentes do PPGS. Unem-se, aqui, tanto as contribuições daqueles que fazem o programa desde os seus primeiros momentos, quanto daqueles que começam a participar de sua trajetória numa fase mais recente. Nesse sentido, os artigos refletem a

produção das áreas temáticas. Apresentam-se nesse número textos sobre **trabalho** (temas: precarização e identidade; mulheres e empreendedorismo; vocação e identidade); **política e políticas públicas** (temas: família e política; representações do voto; análises de políticas públicas: programa bolsa família, conselhos de políticas públicas); **Cultura e cultura urbana** (temas: imaginário social urbano; sociabilidade e usos urbanos; mudança social e patrimônio cultural; consumo e subjetividade; comunicação e conflito; relações amorosas e determinações culturais; sociologia da moralidade; futebol, direito e gênero) **saúde** (saúde e ideologia da responsabilização). Apresentamos ainda *O Avaro e o Esbanjador*, tradução de um fragmento da *Filosofia do Dinheiro* de Georg Simmel, por Simone Maldonado.

Na perspectiva de oferecer não apenas um balanço da produção acadêmica, mas também uma reflexão sobre o programa e a pós-graduação brasileira em sociologia, apresentamos uma entrevista com Jacob Carlos Lima. Membro do PPGS desde os seus momentos iniciais até 2004 e, atualmente, membro do comitê de avaliação da Capes, ele discorre sobre a história do PPGS e da política de pós-graduação em sociologia no Brasil.

É nesse ambiente de renovação dos quadros, de diálogo com as exigências do presente e do futuro, que o PPGS afirma sua presença no cenário das ciências sociais do Nordeste. É nossa intenção que a Revista Política & Trabalho continue sendo o lugar de construção e de debates que marcaram nossa trajetória e reafirme nossa busca por excelência acadêmica.

ENTREVISTA COM JACOB CARLOS LIMA

Por Artur Perrusi
e Teresa Cristina Furtado Matos

Jacob Carlos Lima ingressou no Programa de Pós-Graduação em Sociologia-PPGS/UFPB em 1982. Participou ativamente das atividades da pós-graduação, tendo sido coordenador do PPGS em duas ocasiões: 1994-996 e 2002-2004. No atual momento, atua junto a Capes como membro do comitê de avaliação da área de Sociologia. Dada sua importância local e nacional, com um pé na produção acadêmica e outro na organização científica e administrativa da sociologia brasileira, a P&T realizou uma entrevista com o professor, versando sobre a história do PPGS, sua inserção regional, bem como sobre políticas de financiamento e avaliação das Agências de Fomento no Brasil. Vinculado a UFPB até 2004, atualmente é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Carlos.

1. Jacob, por que e como surgiu o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)?

O PPGS, então Mestrado em Ciências Sociais (MCS), surgiu em 1979 por iniciativa de um conjunto de professores com interesses de pesquisa em temas como saúde, urbanização e, a partir de 1981, política e trabalho, que decidiram organizar um mestrado acompanhando a grande expansão da UFPB no período. Na segunda metade da década de 1970, a UFPB teve um rápido crescimento com a vinda de professores de todas as partes do país e mesmo do exterior, dentro do projeto de formação de um sistema federal de universidades. A UFPB foi privilegiada por contar em Brasília com o Prof. Lynaldo Cavalcanti¹, então presidente do CNPq, que facilitou esse crescimento. A UFPB chegou a ser a segunda ou a terceira maior universidade federal do país em termos de orçamento. A pós-graduação fez parte desse processo, não apenas com o MCS em João Pessoa, mas também o Mestrado em Sociologia Rural de Campina Grande de 1978. Desde o início a UFPB investiu pesadamente na qualificação dos docentes, enviando docentes para fazer seus mestrados e doutorados. Em 1982 começam a retornar doutores enviados ao exterior para titulação.

2. Qual era a posição do PPGS no quadro regional das ciências sociais no período de sua fundação?

Nos anos 80 existiu uma articulação entre os programas de pós do Norte-Nordeste que culminou, em 1985, na realização do "Seminário Movimentos Sociais, para além do rural e urbano" que se constituiu no primeiro CISO (como são chamados hoje os encontros regionais de ciências sociais). Nesse momento, o MCS já contava com diversos professores doutores recém titulados, ou realizando seus doutorados, ou já mestres, o que para o período era um diferencial importante. Esses professores rapidamente tornaram-se conhecidos nacionalmente através de publicações e participação nas redes nacionais de pesquisa, nos congressos, seminários, etc. Vale destacar os professores Rubens Pinto Lyra, Ana Maria Quiroga Fausto Neto, Lourdes Maria Bandeira, Deis Siqueira, Maria Carmela Buonfiglio, Mauro Koury, José Arlindo

¹ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque foi presidente do CNPq de 1980 a 1985.

Soares, Maria Antonia Alonso de Andrade, Christian Azais, Theophilos Rifiotis, Simone Maldonado, entre outros. Entre a

metade dos anos 80 e a década de 90 o programa competia com outros regionais e mesmo de outras regiões do país, tornando-se referência nacional.

3. Por que, inicialmente, era um programa de pós-graduação em ciências sociais?

Era de Ciências Sociais porque incluía não apenas sociólogos, politicólogos e antropólogos, mas também professores com formações próximas como direito, história e outros. A demanda pelo curso também era diversa, sendo que a maioria dos alunos não vinha de cursos de ciências sociais, mas complementavam sua formação no mestrado. Eram profissionais de saúde coletiva, história, comunicação social e outras áreas que não dispunham de pós-graduação no estado ou mesmo na região.

4. existiam tensões disciplinares entre as áreas tradicionais das ciências sociais: antropologia, ciência política e sociologia?

As tensões disciplinares eram mínimas, até porque existiam poucos docentes com formação em antropologia ou ciência política. Lembrar que até a década de 80 os cursos de pós na área eram majoritariamente de sociologia ou ciências sociais; situação que se altera a partir da década seguinte. Mesmo os profissionais dessas duas áreas, em sua maioria, possuíam titulação (mestrado e depois doutorado) em Sociologia, como o caso dos professores José Arlindo Soares e Maria Antonia Alonso (que atuavam na Ciência Política) e Theophilos Rifiotis (na antropologia). Na graduação os docentes de sociologia atendiam as outras duas disciplinas, que eram em número reduzido. Lembrar que a graduação de ciências sociais da UFPB é de 1994 e até 1998-1999 quando a primeira turma é formada, não se alterou a composição do corpo docente por área.

5. Como era a pós-graduação, na área das ciências sociais, no Brasil? (avaliação acadêmica).

A área estava se ampliando e consolidando. Os doutorados, então restritos a São Paulo e Rio, começam a se expandir para o país, inicialmente em Brasília, a partir de 1985, e depois para os demais estados. Em 1987, tínhamos como opção de doutorado em Sociologia ou Ciências Sociais, a USP, a UNICAMP, a PUC-SP, o IUPERJ e a UNB. Não é por acaso que nossos primeiros doutores foram titulados no exterior.

6. Como era a política de recursos do MCS?

A Capes e o CNPq destinavam verbas aos programas conforme o número de bolsas, de alunos inscritos e do conceito do curso. Nós chegamos a B+ num momento em que a pontuação era de A a C, com os + e os -. Uma outra característica era o reconhecimento do curso. A universidade abria o curso que, posteriormente, era avaliado e reconhecido. O então MCS foi reconhecido (se não me engano) em 1993 (ou pelo menos renovado o reconhecimento que era por sete anos).

7. Por que o Programa tornou-se uma pós apenas de sociologia?

A avaliação da CAPES referente ao período de 1991-1993 apontou a inexistência efetiva das três áreas no curso. A Sociologia era domi-

nante e as demais áreas entravam de forma secundária; até porque eram poucos os professores que atuavam na Política e na Antropologia. A sugestão feita pelo comitê [de avaliação] é que o curso fosse reformulado mantendo a Sociologia como titulação. Nessa reformulação, em 1995, criamos o PPGS, programa e não mais curso, já visando o doutorado, aberto cinco anos depois.

8. Na atualidade, quais são as diferenças regionais entre os programas de pós-graduação? (avaliação acadêmica)

A década de 90 resultou não apenas na multiplicação dos programas como da consolidação das políticas de avaliação, aumentando a competitividade em termos nacionais. Independentemente de gostarmos dessa avaliação, ela se constituiu num modelo único na América Latina, acoplada a uma política de financiamento de bolsas de estudo. O número de titulados aumentou geometricamente e, hoje em dia a carreira docente começa efetivamente com o doutorado na maioria das universidades. Isto implicou não apenas na melhoria da qualidade do ensino e da formação, mas também a profissionalização da carreira universitária. As diferenças regionais encontram-se na maior ou menor consolidação de uma cultura acadêmica. Cultura essa marcada pela participação nas redes de pesquisa, na atualização permanente, nas publicações, no envolvimento com o ensino, pesquisa e extensão. Algumas universidades ainda sofrem com um certo clima de "repartição pública" onde à carência de fontes de recursos para pesquisa, por exemplo, soma-se uma certa acomodação dos docentes, justificada eternamente por baixos salários, ou ideologicamente pela oposição contra o "sistema", esquecendo que o "sistema" é composto por seus colegas de área que estabelecem, com grande abertura à participação, as regras de avaliação.

Outra variável importante é o envolvimento da equipe de docentes na proposta. No geral os programas funcionam bem quando possuem um grupo motivado e atuante. Isso ajuda a explicar, por exemplo, os momentos de ascensão e declínio de programas. Isso é claramente visível aqui no Nordeste, onde temos como exemplo a ascensão de novos programas como o da UFS e a perda de fôlego de outros.

Os programas do Sudeste se beneficiam do acesso de outras fontes de recursos, sem dúvida, mas atualmente, acredito, o Nordeste compete bem no contexto nacional.

9. Na sua opinião, quais as possibilidades e os limites de uma política de recursos para um programa de pós no Nordeste?

A Capes, o CNPq, A FINEP e outros órgãos de fomento vinculados a ministérios tem publicado com frequência editais voltados ao Norte e Nordeste. No CNPq, nas seleções de projetos de editais, o que ocorre numerosas vezes, é não ter projetos para disputar as verbas destinadas à região, que terminam indo para outras. As políticas existem, cabe irmos atrás das verbas e não ficarmos lamentando que não temos chances.

10. Qual sua avaliação da política acadêmica da Capes?

Como disse antes, o sistema de avaliação da Capes tem se aprimorado. Entretanto ainda é forte a hegemonia das chamadas áreas duras das ciências com seus critérios próprios, que influenciam pesadamente os mecanismos de avaliação que tendem a ser únicos. Mas a área de humanas e sociais tem conseguido impor as especificidades de cada disciplina no estabelecimento dos critérios.

11. Qual sua opinião sobre a política de avaliação da Capes? Opinar sobre as tensões entre as áreas de conhecimento e os critérios de avaliação.

Minha avaliação é positiva, apesar de numerosos problemas. Mas nós, da sociologia, e não apenas, temos fóruns para discutir essas políticas (na ANPOCS, na SBS com os comitês) que tem resultado numa busca constante de aperfeiçoamento.

SUJEIRA E IMAGINÁRIO SOCIAL URBANO NO BRASIL

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Introdução

Este artigo busca compreender o imaginário social urbano do homem comum, brasileiro contemporâneo, através de uma enquete sobre o que é sujo ou sujeira para eles. Apresenta as principais categorias sobre o que os entrevistados consideram como *sujo* e discute a importância da categoria sujeira para o entendimento do Brasil urbano atual.

O principal objetivo deste artigo, portanto, é o de levar o leitor para um passeio no imaginário urbano nacional e nas vivências, reflexões e comparações emitidas pelos entrevistados que se dispuseram a responder a enquete.

Sujeira e imaginário urbano

Um balanço da literatura sobre a importância da noção de sujo ou sujeira nas ciências sociais se faz necessário. Os significados do adjetivo sujo encontrado em vários dicionários da língua portuguesa (BUARQUE DE HOLANDA, 1980; BUARQUE DE HOLANDA, 1992) vão dos sentidos da falta de limpeza a sordidez; de algo manchado a maculado; de algo ou alguém infeccionado ou contagiado; até a referência a alguma coisa com muitas incorreções ou emendas.

Dentro de um contexto físico, a noção de *sujo* ganha o significado de um horizonte brumoso e mal definido. Em termos figurativos, sujo tem o significado de algo ou alguém que encerram elementos, dados, informações inconvenientes ou prejudiciais; bem como sinaliza algo ou alguém indecente, indecoroso e imoral. Chega mesmo a afirmar alguma coisa ou pessoa indigna, desonesta sórdida ou canalha.

O emprego da palavra no Brasil ganha os sentidos de alguém desmoralizado e que perdeu o crédito e em alguém em quem não se pode confiar. Contém ainda uma concepção relacional disposta nos ditados "*rir-se o sujo do mal lavado*" ou "*rir-se o roto do esfarrapado*", onde se zomba de alguém por falha que também lhe é própria. Em muitos casos, inclusive, chega a comparar o sujo e a sujeira ao diabo, demonizando o outro ou a coisa considerados sujos.

A ação de sujar, deste modo, tem o sentido de tornar-se sujo e, ao assim fazer-se, emporcalhar. A ação de sujar não apenas atinge o próprio indivíduo, mas possibilita a contaminação espaço-temporal onde o ato se realizou, infectando ou poluindo o ambiente e o outro ao redor. O objeto, o indivíduo ou a instituição onde existe, ou possuidora de sujeira tornam-se não confiáveis, porque a sujeira comporta o elemento do impuro, da impureza, que corrompe o espaço, o tempo e as relações ao seu redor. Assim, corromper, perverter, depravar faz parte da ação do sujo, de alguém ou algo que comporta sujeira. Esta ação tende a manchar, a macular, a conspurcar, a profanar, em si, tudo o que se toca ou tudo o que se encontra no entorno.

O simbolismo religioso está cheio da dualidade limpo-sujo, puro-impuro, como parte da trajetória do sagrado e os compromissos dos homens para com ele; a literatura médica, também, coloca na relação entre o puro e o impuro toda uma discussão sobre o contágio e a transmissão de doenças, criando regras e códigos de conduta que procuram barrar a contaminação do ambiente e dos outros daqueles impuros ou tocados pela impureza em sua volta. As ciências sociais estudam estas duas representações da

dualidade limpo-sujo mostrando a construção social e cultural por trás destas práticas, e demonstram a sujeira como um elemento de estratificação social (DUMONT 2007; DOUGLAS, 1976).

Compreendem que as práticas sociais pressupõem regras e códigos de conduta morais e éticos, construídos por cada cultura ou sociedade determinada, e que essas práticas e etiquetas estão dispostas e hierarquizadas conforme uma possibilidade hegemônica de bem estar e harmonia social. Durkheim (2000), em seus estudos sobre o social e sua relação com a construção societária, coloca a religião e a questão do sagrado no palco central da constituição da racionalidade social primeva e de uma teoria do conhecimento, e acrescenta as disposições e cuidados com a saúde como uma extensão deste esforço de racionalidade.

A razão social constituída, assim compreendida, leva a crer a religião como um esforço humano e social para a compleição do indivíduo social e suas instituições. Colocando a religião como um elemento primevo de uma explicação da relação do homem com a natureza e o sobrenatural ao seu redor, e o colocando no centro deste universo simbólico desenhado. Marcel Mauss (1974), em seus estudos, amplia o caráter simbólico da formação cultural e social e põe a sociedade como instância motriz da própria simbolização e da criação de um sistema de classificação social que lhe é próprio, em um jogo permanente entre os homens em relação entre si e os elementos que adotam nos avanços para a compreensão da natureza e o sobrenatural ao seu redor, e os resultados desta relação social corporificada como cultura.

A cultura daí emergida funda e refunda as disposições erigidas através de um código de condutas morais e éticas, que visam a assegurar a harmonia, o bem estar e a sempre instável relações dos homens com os elementos da natureza e do sobrenatural ao seu redor. Criam códigos de pureza, de purificação e separam em graus variados os diversos tipos de puros até o mais impuro e sujo existente.

Pureza e sujeira, portanto, são dois elementos de uma mesma relação. Dispostos, porém, em campos hierárquicos opostos, encontrando-se em eterna tensão pela possibilidade de um intervir no outro: na ação de purificar o contaminado, ou na ação de contaminação do puro. A ordem e a organização social, estando no equilíbrio entre as duas esferas.

A sujeira, assim, como contraponto da pureza, se encontra no reino da desordem, da desorganização social. É um elemento que conduz a uma idéia imaginária da evitação e do impedimento: do que deve ser evitado, impedido, visto, sentido, enfim, a sujeira é uma coisa vista como algo do reino da feiúra, do abominável, e que deve ser impedido e excluído.

O sujo é aquele que provoca medo, receio. O apenas olhar o sujo ou a sujeira provoca um sentimento de nojo, de enjôo e um receio de contaminação. A idéia de poluição e seu corolário contágio, trás em si o desejo simultâneo de contenção, contro, e e, até, extermínio.

A sujeira e tudo o que é considerado sujo remete a evitação, seja pela busca de contenção, pela segregação, pelo isolamento, ou pelo extermínio e morte. O imaginário social causado pelo que é considerado sujo, deste modo, cria campos de entendimento e visão de mão dupla: de um lado, a visão preconceituosa, que vê o outro, o contaminado, como aquele que deve ser isolado ou excluído. De outro lado, a visão envergonhada, que compreende e enxerga o outro através de si mesmo, como consequência da falta de um atributo que também é seu, e que deve ser escondido do olhar de um terceiro, ou procurado meios para a sua superação.

Elias (1990 e 1993) em seus estudos sobre a conformação dos costumes na sociedade alemã a partir do século XVIII e, principalmente, XIX demonstra as bases de

atribuições de novos costumes e as formas de como os antigos costumes foram depreciados como sujos e sujeira, no processo de individualização crescente da sociedade alemã do período. Mostra, ainda, como esse processo se fez pela interiorização da disciplina e do aumento da vergonha, como movimentos de afirmação da pessoa e do julgamento moral de si próprio e dos demais.

A sujeira vista através da vergonha, então, era sentida como um problema pessoal de cada indivíduo, não apenas no olhar para si próprio, mas e principalmente no olhar para o outro. O controle social, desta forma, se colocava entre o indivíduo e o outro, através da vergonha e da exposição. Tudo era permitido deste que em uma intimidade pessoal ou dentro de uma intimidade compartilhada, nunca pública.

No público, a exposição de uma intimidade não condizente com o social e culturalmente desejado transformava-se em abjeção, em punição, em risco de contaminação, em desordem.

Sennett (1998) segue e amplia esta análise e coloca a individualidade resultante do crescimento da esfera da intimidade como um declínio acentuado na sociedade ocidental do homem público. O que provoca dois processos antagônicos e simultâneos: o aumento da vergonha de exposição em público, e um aumento do controle da desordem e da contaminação proveniente das esferas do considerado sujeira; e um desenvolvimento enorme do reino das perversões, enquanto possibilidade de ação pessoal ou compartilhada no consentido, e da curiosidade de verificação do outro, do íntimo através do buraco da fechadura.

O abjeto passa assim por uma mão dupla: o medo da contaminação e a busca do controle sobre ele; e o olhar curioso, que busca flagrar o outro em situações constrangedoras em ambientes íntimos. Ou, ao mesmo tempo, fazendo condenar aqueles que ousam expor-se em público e, simultaneamente, exibindo-se se pressentir que alguém o olha disfarçadamente.

O público, deste modo, se coloca como prisioneiro do privado, e como tal, fragmenta-se e é apropriado pelo espaço da intimidade: ampliando as bases do individualismo, e subsumindo o sujeito à esfera do desejo, e da ampliação do sentimento da vergonha. Da ação envergonhada sobre seus próprios atos e da própria sociedade que o cerca.

Simmel, em seu texto *A tragédia da cultura* (1998) dá as bases teóricas iniciais que orientariam posteriormente a análise de Sennett e Elias.

Goffman (1967), perseguindo os caminhos inspirados na análise simmeliana, estuda os processos de interação ritual e apreende que as relações entre os indivíduos são executadas e preenchidas por um ritual de conveniências e convenções sociais, onde o um e o outro respondem aos sinais esperados no decorrer do processo interativo: desde a forma de sentar, os gestos, as expressões e ruídos corporais e da face, até o expresso através da fala fazem parte de uma ritualística que se falha causa no outro constrangimento e, simultaneamente, constrange o outro da relação. A falha desorganiza e é considerada como algo que provoca sujeira ou suja o ambiente, podendo, em determinadas situações, contaminar a todos os presentes.

O processo de desorganização social causado pelo constrangimento, afeta as relações entre os parceiros da conversação, podendo o que falhou ser desculpado ou até ser expulso e evitado de novas possibilidades interativas. O ritual poluído indica situações de desordem que desorganiza todo o ambiente, quando não o contamina.

Em outro estudo sobre o estigma, Goffman (1988) vai mais além, e revela que essa desordem não só se coloca nas formas de se comportar e nas formas de se expressar, mas também em situações onde o outro da relação possui algum traço que o diferencia negativamente perante o parceiro ou parceiros da relação. Ele cita exemplos

que vão do uso de óculos com um grau elevado de miopia, até a presença de sinais e marcas corporais: de uma simples pinta inconveniente em um lado exposto do corpo do parceiro até a diferencial ligado a questões étnicas, posturas ou má-formação.

Em outros exemplos, ele coloca aspectos mais diretamente ligados a costumes e moda: o de não estar vestido de forma condizente, e o de não possuir um vocabulário harmônico com o ambiente em que se encontra; em outros exemplos fala diretamente de aspectos sociais ligados à esfera econômica: como ser pobre ou aparentar pobreza, ou ser de uma classe social considerada inferior a do ambiente em que se encontra etc.

O constrangimento podendo mesmo transformar o ambiente em um meio hostil, pondo o fim na relação encetada, chegando até ao isolamento ou a expulsão do constrangedor; ou mesmo, adquirir formato de humilhação àquele que constrangeu o ambiente com o seu diferencial, servindo de chacota e piadas entre os pares. A sujeira e a convivência com o sujo provocam um sentimento moral de rejeição que, se levada a extremo, leva a busca de exclusão ou de extermínio do agente contaminador, ou provoca vergonha ao ambiente que o recebeu.

Do mesmo modo, no indivíduo possuidor de algo considerado diferente e visto como desagradável ao ambiente em que se encontre presente, provoca um sentimento de humilhação, de acovardamento, de vergonha pessoal por ser possuidor de algo que constrange o outro, ou de não se encontrar a altura do outro ou outros da relação. Vive em permanente culpa de não ser igual, e sua baixa estima o faz sentir-se inferior.

Simone Weil (1979) em seus estudos sobre a opressão e a condição operária relata, em seu diário, o processo de vergonha e baixa estima que acompanha o ato cotidiano da pobreza operária. Relata a vergonha e a culpa sentida por ela, quando na saída da fábrica, depois de um dia extenuante de trabalho, de sentar em um ônibus para voltar para sua casa. Ela fala do sentimento de aversão à sua condição, que possivelmente iria causar no outro usuário, interiorizado, e se pergunta se ela tem o direito, mesmo pagando pelo transporte público, de sentar e sujar com sua pobreza e cansaço o ambiente do ônibus.

Esse estado limite de emoção demonstra como o sentir-se impuro, sujo, indigno, incapaz, diferente, advoga ao espírito de quem assim se sente, e dá o direito àqueles que o acham, de atribuição de um estigma social. Conceito moral produzido socialmente que objetiva algo ou alguém que não é limpo, em todas as suas acepções.

Lévi-Strauss (1970, pp. 107 a 164) analisando o mito “a viagem de canoa da lua e do sol”, na série: *Mitológicas – A origem dos modos à mesa*, diferencia a sujeira em três tipos: *a sujeira no sentido próprio*, (representada por excrementos, bichos peçonhentos, inabilidades e falta de aproveitamento pessoal, falta de higiene, etc); *a sujeira no sentido metafórico ou figurada* (vergonha da condição pessoal, feiúra, velhice, entre outros aspectos) e *a sujeira metonímica* (no sentido de que eles, os outros, a produzem e, portanto, podendo ser nominada como um tropo onde o que ou quem produz sujeira pode ser designado como a própria sujeira; no caso do mito analisado, os urubus). Essa diferenciação metodológica é importante nos estudos da poluição, pois ajuda a compreender a separação da sujeira em si das formas de assimilação cultural e simbólica do que é sujo, e dos sentimentos que envolvem os personagens na cena social: os que se sentem sujos, os que são tocados pela sujeira e podem ser contaminados e a própria nomenclatura do sujo, como apropriação do universo por ele desorganizado para designar a própria sujeira e, assim, objetificar um preconceito ou estigma social.

Em alguns estudos realizados por acadêmicos brasileiros, como o de Barbosa (2006) e o de Fleischer (2002) que trabalham com o imaginário sobre a sujeira no Brasil contemporâneo e entre as *housecleaners* brasileiras nos Estados Unidos, por sua vez, a diferenciação metodológica do sujo é feita entre a *sujeira física* e a *sujeira simbólica*. A

sujeira física tendo, em si, o próprio significado do que é considerado impuro, e a sujeira simbólica, representando o imaginário social sobre o considerado impuro (sujeira física) e as formas de controle cultural e social sobre ele. Neste universo trazido por Barbosa e Fleischer, balizados nos estudos de Mary Douglas (1976 e 2005), da sujeira como algo fora do lugar, a questão da ordem é vista como não apenas a organização da desordem provocada pela sujeira (física), mas no seu combate permanente.

Este mesmo sentido de diferenciação é trazido à tona no estudo de Caldeira (2000), ao estudar o sentimento de medo e a fragmentação dos laços sociais na cidade de São Paulo. Para ela, baseada nos estudos sobre pureza e poluição de Mary Douglas, é “a clareza das categorias que permite o controle do perigo e a manutenção da ordem social” (p. 41).

Adrian Forty (2007), ao estudar os objetos de desejo na sociedade ocidental, deste o ano de 1750, também se baseia em Mary Douglas para discutir a arquitetura e o *designer* e o conceito de limpeza e a imagem da higiene das formas. Diz que, principalmente, a partir do século XIX o conceito de limpeza ocuparia um lugar significativo na obra de muitos designers, chegando mesmo a ser confundido com o conceito de ordem e beleza.

A sujeira é, então, definida por ele, também com base em Douglas (1976), como “matéria fora do lugar: o sujo é o rótulo que atribuímos ao que percebemos como desordem, estado muitas vezes considerado ameaçador” (FORTY, 2007, p. 217). Segundo Forty (2007, p. 221), nas campanhas para a melhoria dos padrões de limpeza, foram utilizados pelos reformadores e higienistas dois conjuntos de argumentos. Estes dois argumentos influenciavam um ao outro de forma concomitante, produzindo um imaginário social propício para uma sociabilidade em que a vigilância constante de si e do outro era o lema de sua própria existência e sentido (FOUCAULT, 1986).

O primeiro recorria para a razão e se baseava em critérios científicos, como foi o caso da ordem médica e os perigos de contaminação causados pela falta de higiene e doença. Este primeiro argumento atingiria a arquitetura e as formas criadas por designers, em ambientes claros, de formas precisas, que exalasses funcionalidade e asseio, bem como um conjunto de ordens médicas e sociais de controle do impuro: ampliação de vias públicas; disciplinamento das casas; combate à doença e a insalubridade; desqualificação do saber popular sobre higiene e saúde; criação de espaços exclusivos para os mortos: os cemitérios; comparação da pobreza à sujeira e delinquência; criação de asilos de mendicância, entre outros². O segundo argumento era, sobretudo, de ordem emotiva, e estimulava os sentimentos de ansiedade e culpa em relação à sujeira.

A dimensão da desordem social é igualada à sujeira, e os esforços para combatê-la consideradas como possíveis ajudas para unificar a experiência. “*Só exagerando a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, macho e fêmea, a favor e contra, é que uma aparência de ordem é criada*” (DOUGLAS, 1976, p. 4). Para Mary Douglas (1976, p. 5), portanto, rejeitar a sujeira equivale a rejeitar a ambiguidade, a anomalia e a desordem dentro de um contexto de uma ordem social e cultural específica: “a reflexão sobre sujeira envolve [sempre uma] reflexão sobre a relação entre ordem e desordem, ser e não ser, forma e ausência de forma, vida e morte”.

² Para uma visão de autores que trabalharam com essas questões ver, entre outros, Thompson (1989); Áries (1989); Davis (1990); Foucault, (1986 e 2007), entre outros. No Brasil ver os estudos de Koury (1986 e 2003); Diniz (2001); Reis (1991); Sá (1999); David (1995), entre outros.

Vernant (2002, p. 281)), resenhando Mary Douglas, acrescenta que “é sujo o que só pode ser pensado como anomalia, aquilo cujo estatuto aparece como ambíguo, marginal e que questiona, por não ser integrado, a ordem da qual o grupo é solidário e cuja perpetuação deseja garantir”. Desta forma, a sujeira, e tudo o que representa o negativo e o outro com relação a um sistema de organização social e cultural, deve ser enfrentado com vistas a reconfiguração da ordem social.

A sujeira também pode vir a ser integrada, quando reconfigurada dos preconceitos culturais sobre ela, e remetida à ordem como nova forma de expressão do olhar sobre o real. No movimento fotográfico dos anos de 1920, alguns aspectos da feiúra, do abominável, do que causava asco e aversão foram reconfigurados sob uma nova estética, que os transformava em beleza. O feio é belo. A diferença marca, então, o elogio do plural (SONTAG, 1977; KOURY, 1998). Satisfaz uma reflexão de que as coisas e as pessoas nunca são sujas em si, mas tornam-se sujas, quando ocupam um lugar que contradiz o sistema de classificação social determinado, nos quadros de uma cultura e de uma sociabilidade dadas.

Toda análise e indagação que se debruce sobre a sujeira, desta forma, têm por base uma reflexão das relações entre a ordem e a desordem e das relações possíveis entre os aspectos positivos e negativos do processo de criação social. Processos que envolvem o binômio limpo e sujo, puro e impuro, os silêncios ou silenciamentos, e os discursos mortos e esquecidos ou subsumidos na lógica hegemônica social (KRISTEVA, 1986), que podem ampliar conceitos, revisá-los e integrá-los à ordem, em uma subversão de identidade, onde se acomoda a outrora desordem à lógica contemporânea da ordem.

Estudar o comportamento e o imaginário social urbano do brasileiro atual sobre sujeira, deste modo, leva a reflexão e a busca de compreensão sobre o desenho da cultura política no país e nas mudanças de comportamento e nos costumes dos homens comuns, moradores das grandes cidades, e dos medos e receios enfrentados na cotidianidade.

Informações básicas sobre a pesquisa

Durante o primeiro semestre de 2009 foi realizada uma enquete em seis capitais dos estados brasileiros: João Pessoa, Recife, Belém, São Paulo, Curitiba e Brasília com o objetivo de saber qual o imaginário urbano sobre sujeira e o que é sujo no Brasil de hoje.

A aplicação dos questionários para o desenvolvimento desta enquete se deu durante o trabalho de campo para a coleta de dados para uma pesquisa maior, sob a coordenação do autor, intitulada *Medos corriqueiros e Sociabilidade urbana no Brasil*³. A questão do que é sujo relacionado com a do que é medo apareceram várias vezes em entrevistas realizadas na primeira e segunda fase da pesquisa *Medos Corriqueiros*, chamando a atenção do autor. Daí ter aproveitado um momento de treinamento e aproximação com os locais onde a nova fase da pesquisa se daria, para trabalhar a problemática do que é sujeira para os habitantes urbanos de seis capitais de estados do Brasil⁴.

³ Para resultados relativos à pesquisa *Medos corriqueiros e sociabilidade urbana no Brasil*, ver, entre outros trabalhos: Koury (2005, 2006, 2007 e 2008).

⁴ Os primeiros dados desta enquete, divulgados por cada uma das cidades pesquisadas, foram disponibilizados no Blog Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções - GREM, da Universidade Federal da Paraíba, e podem ser vistos no endereço eletrônico <http://grem-sociologiaantropologia.blogspot.com/> (KOURY, 2009, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d e 2009e).

Uma enquete, nada mais é, do que uma fotografia de um momento determinado, um instantâneo das inquietações dos entrevistados, na ocasião em que foi abordado e concedeu a entrevista. Assim, reflete apenas um momento, um estado de espírito dos acontecimentos e situações que interferem na sua vida em um tempo-espaço específicos. O que pode mudar, se a mesma enquete for aplicada em outro dia, mês ou ano.

Esta indicação é importante para enfatizar o aspecto superficial para o conhecimento científico de uma enquete e, também, para indicar que fotografias de momentos, se aplicadas em vários períodos de tempo nos mesmos espaços, podem ser comparadas, e podem indicar conjuntos de inquietações identificadoras de um perfil comportamental de uma comunidade ou de uma nação. Daí sua significância para a pesquisa social.

Mesmo se uma enquete for aplicada apenas em um tempo-espaço, a fotografia revelada através das respostas dos entrevistados fornece ao pesquisador subsídios importantes para a compreensão de hábitos, costumes, anseios, problemas e inquietações de uma população dada, que podem servir para a ilustração de fenômenos, mesmo que flutuantes, já que apenas um instantâneo, na análise social. Portanto, a fotografia conseguida pela enquete do país, através de uma amostragem em seis capitais, permite indicadores analíticos em termos da cultura política, dos medos, receios e anseios, dos costumes através das informações obtidas dos entrevistados, tornando possível ao pesquisador levar o leitor a um passeio sobre o imaginário brasileiro urbano nacional. Permite, também, revelar o leitor as vivências, reflexões e comparações emitidas pelos entrevistados da enquete acionadas por uma temática específica: no caso da enquete proposta pelo GREM, sobre o que é sujeira ou sujo para o entrevistado.

Uma breve análise das categorias encontradas nas falas dos entrevistados

Foram entrevistadas 390 pessoas de ambos os sexos, com idade mínima a partir de 15 anos, no conjunto das seis cidades trabalhadas, sendo 90 entrevistados para a cidade de São Paulo e 60 para as demais cidades da amostra. A abordagem foi feita de forma aleatória, em pontos de grande movimento ou aglomerações de pessoas, em diversos locais de cada cidade pesquisada. As pessoas que se dispunham a conceder a entrevista ao pesquisador eram colocadas frente a duas questões básicas: o que era sujo ou sujeira para o entrevistado e o que ele indicava como sujo ou sujeira.

As respostas a estas questões foram tabuladas e agrupadas em 12 grandes categorias analíticas: Falta de Higiene, Flúidos, Imoralidade, Falta de Confiança, Gente Fraca, Preconceito Étnico, Mendicância (Gente Pobre e Suja), Homossexualidade, Falta de Consciência Ecológica, Violência Urbana, Desrespeito ao Cidadão e Falta de Zelo com a Coisa Pública. Estas categorias ajudaram o pesquisador a perceber as grandes temáticas indicadas pelos entrevistados dentro de uma perspectiva de cada cidade pesquisada e sua comparação, fornecendo um mapa do imaginário sobre o que é sujeira ou sujo para o homem comum urbano brasileiro.

Para a análise deste trabalho, estas 12 grandes categorias encontradas nas falas dos entrevistados foram sintetizadas em quatro: a categoria de *Moralidade* (que engloba as categorias de Falta de higiene, fluidos, imoralidade, falta de confiança e gente fraca); a categoria de *Preconceitos* (que engloba as categorias de homossexualidade, etnia e mendicância, gente pobre e gente suja); a categoria *Violência Urbana*; e, por fim, a categoria *Ética, política e cidadania*.

Interessa, aqui, apenas, apresentar as categorias indicadas, tendo em vista a discussão feita acima sobre sujeira e sociabilidade. Não interessa, contudo, no âmbito

deste artigo trabalhar a questão no âmbito de gênero, nem de faixa etária ou econômica. Privilegiar-se-á, sobretudo, as respostas dadas pelos informantes, de uma forma geral, na medida em que se quer entender o homem comum brasileiro, e o seu pensamento imaginário sobre a sujeira e do sujo, independentemente do cruzamento por sexo, idade, escolaridade, renda ou religião. Mesmo sabendo dos perigos que se corre na utilização de generalizações que poderiam ser aprofundadas pelas categorizações dos agentes das informações: os entrevistados.

A categoria de Moralidade

QUADRO I – A Categoria Moralidade - %

Moralidade	João Pessoa	Recife	Belém	São Paulo	Curitiba	Brasília	Brasil
Falta de Higiene	16,7	11,7	10,0	8,9	23,3	13,3	13,6
Fluídos	13,3	3,3	5,0	4,4	15,0	6,7	7,7
Imoralidade	11,6	5,0	6,7	3,3	-	5,0	5,1
Falta de Confiança	8,3	5,0	8,3	4,4	11,7	-	6,2
Gente Fraca	5,0	1,6	1,6	-	-	-	1,3
Total	54,9	26,6	31,6	21,0	50,0	25,0	33,9

Como pode ser visto no Quadro I, acima, esta categoria engloba o maior número de indicações dos entrevistados sobre o que eles afirmaram por sujeira. Dos 390 entrevistados no Brasil, 33,9% significaram a sujeira através de uma categoria que remete diretamente para o campo simbólico do puro-impuro, da limpeza-sujeira. Dualidades que operam com um conjunto de classificações sociais que remetem o sujo à desordem, a desorganização, à mentira e à perversão.

As subcategorias que compõem a categoria de Moralidade podem ser divididas em dois grupos de situações. O primeiro dizendo respeito à sujeira física do corpo e do ambiente, onde se encontram a falta de higiene e os fluidos (escarros, excrementos, saliva, sangue, urina, lágrimas, cheiros, etc.); e o segundo, que diz diretamente da questão do caráter, e se encontra presente entre as perversões, a fraqueza pessoal: preguiça, cansaço, falta de vontade, e a falta de confiança: traição, mentira, desonestidade, etc.

Ao se olhar a categoria de Moralidade, vê-se que ela corresponde a 33,9% da resposta dos brasileiros, e varia de acordo com a cidade pesquisada: chega a 54,9% em João Pessoa e 50% em Curitiba, descendo para 31,6% na cidade de Belém, e 26,6% em Recife, 25% em Brasília e 21% em São Paulo. O apontar como sujeira esses aspectos morais, associados à questão da falta de educação e da conformação do caráter, parece demonstrar uma preocupação com a desordem inerente à própria subjetividade que cada subconceito emite: os riscos com a saúde, provocados pela falta de higiene doméstica e da cidade; a possibilidade de transmissão de vírus pela falta de cuidados básicos são receios emitidos e são exemplos desse processo. Assim como, como lembra Rebouças (2000), a desordem causada pela sujeira, como falta de ordenação, causando desequilíbrio nos indivíduos em relação e no todo social.

Do mesmo modo que o elemento de sujeira, apontado nos atos obscenos e na sociedade que não põe limite à exposição dos corpos e das perversões, fala da desordem e dos perigos inerentes a se viver em uma época onde “o respeito aos costumes e as tradições, ao bom comportamento e à família não mais existem”, como argumentou uma entrevistada.

Esta categoria, com suas subcategorias, assim, parecem apontar para a análise de Elias (1990 e 1993) sobre a autodisciplina e a vergonha causada pela desordem do outro, porque reflete a sua própria indisciplina e da sua cultura; e de Sennett (1998) e Giddens (2004), que direcionam o olhar para o declínio do público e a ascensão da intimidade. E uma e outra levam na direção de alguma coisa fora do lugar, no sentido dado por Mary Douglas (1976), que incomoda e que causa vexame, que enoja e causa vergonha e receio de contaminação.

Os elementos físicos da sujeira, presentes nas subcategorias da categoria *Moralidade*, por outro lado, parece direcionar a reflexão dos entrevistados para a dimensão metonímica da sujeira sugerida por Lévi-Strauss (1970), apontando aqueles que a cometem como *porcos*, como *imundos* e, na direção da perversão, de *amorais* e *permissivos*. São eles, quem a produzem, são eles os sujos, o que causam sujeira e poluem o ambiente, contaminando o ambiente ao redor e, pior, envergonhando e contagiando a todos, pois a sujeira, nesse momento, passa a ser representada na sua dimensão simbólica e generalizante: é a sociedade permissiva que fecha os olhos à falta de educação e a quebra dos laços da tradição, ocasionando uma fragmentação que atinge a todos: a sujeira produzida emporcalha não só que a produziu ou consentiu, mas a todos.

Esse corromper simbólico, que contamina o social, parece produzir um sentimento de impotência em cada indivíduo presente, o que aumenta o receio de contaminação e o medo de relacionar-se, ocasionando um sentimento de reserva pessoal e uma ampliação do isolamento pessoal ou familiar, ao mesmo tempo em que provoca o crescimento de uma aversão sobre aqueles causadores da sujeira. O nojo incitado parece ser pertinente a emoções, comportamentos ou impressões que causam vergonha e pudor: as funções de excreção e sexuais do corpo humano (CONY, 2005, p. 52). A indicação da categoria *Moralidade* como sujeira, trás em si uma espécie de reação que condena qualquer pessoa, qualquer objeto ou qualquer idéia que seja capaz de confundir ou contradizer as classificações tidas como ideais e colocadas, pelos entrevistados, no plano de um passado fantasiado como *melhor*, mas perdido e sem retorno.

Reflexão esta que encaminha a análise para a segunda categoria: a dos *Preconceitos*.

A Categoria Preconceito

Quadro II – A Categoria Preconceito - %

Preconceito	João Pessoa	Recife	Belém	São Paulo	Curitiba	Brasília	Brasil
Homossexualidade	6,7	6,7	13,3	5,6	1,7	5,0	6,4
Mendicância, Gente pobre, gente suja	10,0	11,7	6,7	10,0	6,7	11,7	9,5
Preconceito Étnico	-	-	-	3,3	3,3	-	1,3
Total	16,7	18,4	20,0	18,9	11,7	16,7	17,2

A categoria *Preconceito* agrupa três subcategorias analíticas que dizem respeito a questão da homossexualidade, da pobreza e do preconceito étnico. Ela trás a indicação de 17,2% dos brasileiros, que a veem como sujeira. É uma categoria que permanece uniforme nas indicações em cada cidade pesquisada, como pode ser visto no Quadro II. Exceto o preconceito étnico, apontado apenas por duas capitais, São Paulo e Curitiba, as outras duas outras subcategorias possuem variação mínima entre as cidades, com ressalva da cidade de Belém para a subcategoria homossexualidade, que aparece com um índice de 13,3%, diferenciando-se dos apresentados nas demais cidades.

A categoria preconceito revela a formação de estigmas sociais graves, os quais veem os outros da relação como fora dos padrões classificatórios da cultura de que faz parte. Dentro de uma relação sujeira-limpeza, puro-impuro, estes estigmas se constituem em marcas que procuram naturalizar e impor modos de agir e posturas sociais e culturais através do qual fabrica o outro da relação como alguém fora do lugar. Como um desclassificado social, como um ser de segunda categoria, ou mesmo, nas formas mais radicais de comportamento, como um não ser.

No caso da homossexualidade, a aversão aos que a praticam é visto através da desordem causada no sistema classificatório macho-fêmea, causando ansiedades. Estas estigmatizações aparecem quando as fronteiras externas de uma dada cultura, ou quando as linhas que delineiam as relações internas de uma sociabilidade são ameaçadas. O medo do perigo das situações que não se encaixam nos sistemas classificatórios ideais, parece por a pessoa em constante tensão e medo, daí a tendência a isolar o elemento da desordem e impor a ele atributos de demonização, como produtos de forças malignas, impondo uma eterna vigilância.

Em uma sociedade carnalizada como a brasileira, os espaços de identificação da hierarquia macho-fêmea se fazem sentir através do crescimento da homofobia, mas, ao mesmo tempo, parece haver uma relativa tolerância ao macho (hetero) que se veste de mulher em momentos festivos; bem como com relação ao lado festivo das *bichinhas*⁵, claro, “*desde que elas se coloquem no seu lugar*”, como afirmou um entrevistado, isto é, em uma espécie de limbo onde não reivindicuem inclusão social, nem busquem quebrar os limites classificatórios do entendimento do gênero.

“*Elas lá e nós cá*”, afirmou outro entrevistado, que diz, inclusive, que gosta de ver “*as bichinhas desfilar em frente do meu ponto de ônibus, quando volto para casa no final do expediente*”. Ou, como afirma outro entrevistado, “*gosto de ver essa viadagem na televisão, imitando cantoras, sorridentes, umas verdadeiras artistas... Acho mesmo que é lá, do outro lado do vidro da televisão que elas deveriam permanecer, como artistas inatingíveis, deusas. Mas isso não acontece. Elas são homens, e como tal ameaçam a nossa própria integridade moral*”. Nessa altura o discurso muda para o preconceito e aversão mais aguda, simbolizando o lado diabólico do homem-mulher e a desordem provocada por essa desorganização.

A maior parte dos que informaram a homossexualidade como sujeira, porém, advogam o isolamento e a rejeição total daquele que se *desvirtua*. Na cidade de Belém, várias mulheres e homens chegaram a aplaudir mães e pais de família que ao descobrirem a tendência dos seus filhos para a homossexualidade, os expulsarem de casa. Em João Pessoa e São Paulo muitos creditam a desordem provocada pela homossexualidade aos males contemporâneos, entre eles a AIDS é apontada como produto gay, bem como a degeneração dos costumes sociais em que vive o Brasil atual.

A questão do preconceito étnico, por outro lado, só apareceu diretamente e de forma irrisória em duas capitais pesquisadas, as cidades de São Paulo e de Curitiba, ambas com 3,3% das indicações dos entrevistados. Nas duas cidades, embora os negros apareçam como a indicação mais precisa, chineses (coreanos), árabes, judeus e ciganos surgem também como indicações de estigmas sociais e são motivos de chacotas. Judeus e árabes aparecem como agiotas e ladrões no imaginário dos entrevistados que o afirmaram como sujos, os chineses e coreanos aparecem como contrabandistas, e os ciganos como marginais em potencial.

⁵ *Bichinha*, *viadagem* são termos muito usados no vocabulário popular brasileiro para designar o homossexual masculino individual ou em grupo. Vários entrevistados usaram os termos na busca de desqualificar o ser humano homossexual e reclassificá-lo sob a ótica do pejorativo.

São vistos como elementos de desordem e perigo, principalmente se além de problemas étnicos apresentarem a questão da pobreza em seu currículo. Se ricos, ou de classe média alta, a questão da etnia deixa de ser significativa, passando a haver certa tolerância em aceitar a diferença no ambiente social e mesmo familiar.

A categoria pobreza, assim, funda o grande hiato entre os brasileiros. Esta subcategoria presente na categoria Preconceito aparece, no imaginário dos entrevistados, ligada ao estigma de classe. São os pobres, os mendigos, considerados sujos, sem educação, sem acesso aos códigos de higiene e que enfeiam e sujam a cidade.

São ameaçadores em si, vistos como marginais e ladrões, que provocam medo e receio na população. São vistos como drogados, maltrapilhos, que surgem de repente nos sinais de trânsito de cada cidade pedindo dinheiro ou assaltando.

São não confiáveis, abjetos, elementos estranhos estabelecidos pela extrusão e que devem ser mantidos sob rígido controle social, para que não avancem sob o organizado e ameacem os cidadãos. Sim, a pobreza não é vista pelos entrevistados através do conceito de cidadania, mas, ao contrário, como elementos da desordem e da fragmentação social. Ou como afirmou um entrevistado: *“vejo um maltrapilho na rua e fico trêmulo, confuso, com medo. Se houver um canto que eu possa atravessar, eu sigo, mesmo que aumente o caminho, pois me sinto mais seguro por não passar frente a ele... Eu tenho pena das crianças, mas é uma pena de uma criança geral, não aquela que está ali, com um vidro de cola, drogado, na minha frente. Dessa eu corro, como corro do seu pai, da sua mãe, de quem lá que seja... Acho que o governo deveria achar um jeito de por essa gente sob controle, pois vai chegar o dia em que essa gente vai nos por sob controle, o controle do medo. Como já existe por aqui... é só olhar em volta e ver; é só olhar os jornais e vê...”*

Ao serem vistos como bandidos, através da ótica do medo de que *“vai chegar o dia em que essa gente vai nos por sob controle...”*, a pobreza urbana é estranhada, e sobre ela paira o desejo de retirá-las do corpo social, afastando o perigo que ameaça o entrevistado e a sua família e a sociedade em geral.

A categoria Violência Urbana

QUADRO III – A Categoria Violência Urbana - %

Violência Urbana	João Pessoa	Recife	Belém	São Paulo	Curitiba	Brasília	Brasil
Violência Urbana	5,0	11,7	10,0	39,0	20,0	23,3	19,7
Total	5,0	11,7	10,0	39,0	20,0	23,3	19,7

Esta categoria está associada à pobreza urbana e à sua demonização, que vêem pobres e mendigos como sujos, como bandidos em potencial. Ela responde por 19,7% dos brasileiros que a indicaram como sujeira (Quadro III). O medo da violência e sua associação com a pobreza, porém, varia para cada cidade pesquisada em particular. Assim, na cidade de João Pessoa, apenas 5% dos entrevistados indicaram a violência urbana como algo sujo e que incomodavam a eles; na cidade de Belém, por seu turno, o índice de indicações é de 10%; na cidade do Recife, apesar da cidade ser considerada pela mídia e pelas estatísticas nacionais como uma das cidades mais violentas do país, o índice de indicação dos entrevistados é de 11,7%. Em Brasília e Curitiba as indicações da violência como algo sujo e que amedrontam e intimidam os entrevistados, sobem para 23,3% e 20%; a cidade de São Paulo, por sua vez, apresenta o índice de 39% e detém o maior índice de indicações da violência urbana como algo sujo, que assusta os informantes.

Muitos dos entrevistados são claros na relação pobreza e violência, e no medo e no sentimento de insegurança permanente que sentem, mesmo no interior de suas casas. Uma entrevistada da cidade de São Paulo, por exemplo, fala do pânico diário de sair de casa, depois que *“fui encurralada no meio de um tiroteio entre polícia e moradores da favela próximos”* a sua residência. Um entrevistado de Brasília informa sobre os sequestros relâmpagos que assolam a cidade, *“onde qualquer um pode ser vítima, e se não tiver dinheiro, pior, bau, bau, é morte certa”*. Uma respondente de Curitiba, por seu turno, fala dos assaltos nos pontos de ônibus e nos parques da cidade, que a fazem ter medo de se deslocar. Afirmando que, *“se eu não tivesse que trabalhar vivia trancada em casa, sem sair para nada. Pedia tudo por telefone ou internet”*. Um entrevistado de Recife fala que *“nunca fui assaltado, mas morro de medo de que isso aconteça”*, e conta que o vizinho ao lado de sua casa teve um revólver apontado para a sua cabeça, na hora em que abria a garagem e, por sorte, só levou apenas o carro. Um respondente de Belém fala da insegurança de viver na cidade, com assaltos constantes e arrastões. Um entrevistado de João Pessoa fala do gasto com a segurança que vem tendo nesses últimos anos. Informa que o bairro em que mora, Cabo Branco, transformou-se de um bairro pacato, onde todos se conheciam, para um lugar perigoso, onde os moradores têm medo de sair de suas casas, vive trancado, de muro altíssimo, cheio de grades e apetrechos de segurança. *“Vivo numa prisão”*, informa, *“com medo até de botar o nariz prá fora de casa”*. Todos os depoimentos relatam o medo generalizado, que reforçam a idéia de *“separação, purificação, demarcação e punição das transgressões”* (Douglas, 1976, p.4), e dos transgressores, apontados como os pobres e bandidos, em uma correlação onde um e outro se misturam e torna-se um todo homogêneo e indiferenciado, como categorias excluídas da estrutura formal do poder e consideradas sujas, poluidoras e ameaçadoras.

A associação entre pobreza e crime acompanha as sociedades ocidentais de longa data. No Brasil, desde o final do século XIX, com o final da escravidão, a necessidade de conter um contingente de trabalhadores livres, em número crescente, que aportavam nas cidades, levou a todo um processo de formação de leis que objetivavam a disciplina e o controle social, moral e higiênico das classes trabalhadoras. Novos controles prisionais, orfanatos, abrigos de mendicância, registros profissionais como controle e garantia do pobre trabalhador, entre outras formas de contenção, são produtos desta fase de consolidação do capitalismo no ocidente e no país.

No século XXI esta associação tem provocado novas formas de reconfigurações sociais nas cidades. Caldeira (2000), por exemplo, estuda as transformações ocorridas na cidade de São Paulo nas duas últimas décadas do século XX, apontando para a crescente fragmentação dos laços sociais entre cidadãos e pobres. Pobres, aqui, considerados como o outro, como o fora de lugar na ordem classificatória social, a não ser como um não ser, via desordem, isto é, como bandidos em potencial.

Sonia Ferraz (2001), em um trabalho sobre as formas de morar nas cidades brasileiras neste início do século XXI, analisa a intensificação do medo generalizado de morar nas cidades e a arquitetura decorrente e resultante da relação entre violência e pobreza. Para ela, o estreitamento da relação homem pobre e violência urbana é um fato construído diariamente pela mídia, e que vem sendo capaz de produzir a sensação crescente de insegurança e medo das elites em relação à pobreza e tem contribuindo para uma maior segregação social e física e para o crescimento do mercado de proteção.

Marcelo Souza (2008) discutindo a relação entre medo e cidade, e tendo como referência as grandes cidades e metrópoles brasileiras, fala sobre o sentimento de insegurança que parece cada vez mais compor o cenário das cidades brasileiras, como se estivesse presente em todo e qualquer lugar, a qualquer hora e momento. Afirmo que

esse sentimento crescente de insegurança generalizado toma conta de todos os habitantes urbanos e é “*como se a ‘geografia do medo’... muitas vezes parece deslocar-se em parte da incidência objetiva dos crimes violentos, [e] se superpusesse à ‘geografia da violência’... [provocando] um medo generalizado... matizado de acordo com a classe, a cor de pele, a faixa etária, o sexo e o local de residência, [que] toma conta de corações e mentes*” (SOUZA, 2008, p.54). Esse medo generalizado atua recondicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e modelando discursos padrões sobre a violência urbana, que reacende, amplia e consolida o próprio medo no íntimo de cada habitante e de toda a cidade.

A categoria Ética, Política e Cidadania

Quadro IV – A Categoria Ética, Política e Cidadania - %

Ética, Política e Cidadania	João Pessoa	Recife	Belém	São Paulo	Curitiba	Brasília	Brasil
Desrespeito ao Cidadão	6,7	23,3	11,7	10,0	8,3	10,0	11,5
Falta de Zelo com a coisa pública	16,7	15,0	16,7	11,1	8,3	25	15,1
Falta de Consciência Ecológica	-	5,0	10,0	-	1,7	-	2,6
Total	23,4	43,3	38,4	21,1	18,3	35,0	29,2

Esta categoria foi a que mais chamou a atenção do pesquisador pelo grande número de respondentes que afirmaram a política brasileira como algo sujo, 29,2%, o que corresponde a 114 brasileiros.

Como pode ser visto no Quadro IV, os 29,2% de brasileiros que indicaram como sujeira a política brasileira, ao serem distribuídos pelas seis capitais de estados pesquisadas, se situam do seguinte modo: 23,4% da cidade de João Pessoa (PB); 43,3% de Recife (PE); 38,4% de Belém (PA); 21,1% de São Paulo (SP); 18,6% de Curitiba (PR) e 35% de Brasília (DF). O maior índice de indicação da política nacional como algo sujo foi encontrado entre os moradores da cidade do Recife, seguido de perto por Brasília. Os menores índices de indicação foram encontrados entre os respondentes de Curitiba, seguido pelos residentes na cidade de São Paulo.

As três grandes subcategorias onde as diversas respostas individuais dos entrevistados foram agregadas, relativas à questão da política como algo sujo, falam da *Falta de Zelo com a Coisa Pública*, com 15,1% das indicações, do *Desrespeito ao Cidadão*, com 11,5% das respostas, e *Falta de Consciência Ecológica*, com 2,6% das indicações nacionais. A subcategoria *Falta de Consciência Ecológica* foi indicada apenas por três das seis cidades pesquisadas: com 5% dos entrevistados da cidade do Recife; 10% dos respondentes da cidade de Belém; e 1,7% dos de Curitiba. Os entrevistados dispostos nesta subcategoria procuram ligar a questão da falta de consciência ecológica com o conceito de desenvolvimento sustentável, e elaboram uma crítica aos planos diretores da cidade. Os entrevistados apontam como sujeira à poluição do ar e dos rios, o desmatamento desenfreado, as queimadas, bem como o lixo acumulado nas encostas dos morros ou jogados nos rios e canais das cidades, entre outros aspectos.

Coligando esta subcategoria com a do *Desrespeito ao Cidadão*, fala da falta de saneamento, com esgotamento sanitário a céu aberto ou ligado clandestinamente aos rios e às praias, prejudicando o lazer, a reserva de água potável e a saúde pública, causando epidemias e perigos de diversas espécies. Indicam ainda os gases poluentes, o

mau cheiro das cidades, o chorume e os gases produzidos pelo lixo acumulado em depósitos de acolhimento sem nenhuma estrutura.

Acusam os políticos de não se preocuparem com a questão, com grande prejuízo para as cidades e para os cidadãos que nela vivem. Remetem assim as suas narrativas para a associação da falta de consciência ecológica com as questões de falta de zelo com a coisa pública e do desrespeito com os cidadãos.

A subcategoria Falta de Zelo com a Coisa Pública, por sua vez, fala diretamente contra a falta de ética na política e na administração pública brasileiras. Os entrevistados são claros na comparação da política praticada por políticos profissionais no Brasil como sujeira, nas esferas federal, estadual e municipal, apontando elementos como a corrupção ativa, como o desvio de verbas, a má aplicação dos recursos públicos, o descaso com as políticas públicas no país, principalmente ligadas à educação e à saúde e no controle da criminalidade, a questão da fome associada ao desvio de verbas e ao legislar e agir em causa própria.

Esta subcategoria, também, fala da política como politicagem, e aponta os escândalos que a sociedade brasileira vivencia desde os anos finais do século XX até agora: como o de desvio de verbas públicas, o *mensalão*, a operação vampiro e outras; ou como subornos, contratações ilícitas, enriquecimentos rápidos e inexplicáveis de políticos, e uso da máquina pública para cabide das mais diversas práticas abusivas de beneficiamento da família ou pessoal; ou ainda, como o eterno acabar em *pizza* das CPIs, os partidos como cabides de interesses estratégicos para uso pessoal, a falta de ética como fundamento partidário, entre inúmeros outros, como um dos males do Brasil contemporâneo. Males que são apontados pelos entrevistados como sendo a prática política no Brasil, e que os fazem desabafar o *nojo* que sentem da política e dos políticos, considerados, como disse um entrevistado recifense, “*como um bando de porcos no chiqueiro, quando aparece alguma lavagem* (a mistura de restos de comida com que são alimentados os porcos criados em fundos de quintais)”.

A subcategoria Desrespeito ao Cidadão, por outro lado, é uma categoria que engloba respostas associadas à cidadania e a qualidade de vida dos habitantes da cidade, e onde se vêem respostas ligadas a problemas de saneamento básico, de esgotamento sanitário, de falta de estrutura de transportes públicos, das condições das vias expressas (calçadas, ruas, avenidas, estradas), da carência de iluminação pública, da condição de higiene da e na cidade, entre outras queixas. Esta subcategoria, também, encontra-se umbilicalmente associada com a da Falta de Zelo com a Coisa Pública, com comparações depreciativas da política legislativa e executiva do país, como a dada por um entrevistado, insatisfeito com a falta de estrutura urbana do seu bairro e que tinha sido prometido melhorias por um vereador que recebeu muitos votos dos moradores de lá: “*pois é doutor, os políticos são como gatos de rua, só aparecem quando querem se eleger, depois esquece o eleitorado*”. Esta afirmação geral, dada por um entrevistado da cidade de Belém, sintetiza, grosso modo, uma boa parte das mágoas com os políticos por parte do homem comum urbano brasileiro. Essa queixa trás embutida outras tantas, que dizem respeito, principalmente, ao poder executivo. Embora, em muitos casos, revele ainda uma mentalidade clientelista por parte do eleitorado, da relação político-eleitor.

Promessas pessoais feitas durante a campanha para possíveis eleitores e depois esquecidas quando conseguem assumir algum posto no legislativo ou no executivo, são apontadas por alguns entrevistados, que se colocam descrentes do voto e aproximam a prática política da podridão, e que veem o político como aproveitador, e a política como sujeira. Por outro lado, a grande maioria das respostas reside no descumprimento de

promessas de campanha para melhorias na infra-estrutura urbana, a partir do próprio bairro ou *comunidade* do eleitor.

Outro núcleo grande de indicações do desrespeito ao cidadão se coloca em alguns problemas de âmbito mais geral que atingem os moradores das cidades entrevistadas, como o episódio até hoje não resolvido do lixo na cidade do Recife (KOURY, 2009a), os problemas de transporte urbano, o estado de falência em que se encontram estradas, avenidas e ruas em todo o país, dificultando a circulação de automóveis e pessoas, aumentando o número de acidentes de trânsito e o tráfego diário das vias públicas.

Outro conjunto de respostas fala da falta de policiamento nas ruas, da falta de iluminação pública, dificultando a circulação de pessoas, principalmente aquelas mais pobres, gerando medo. Outro aspecto associado como desrespeito ao cidadão, e indicativo da política como algo que dá nojo, fala da saúde pública, e das dificuldades do seu uso e do desaparecimento dos hospitais e postos de saúde no Brasil; da educação formal e do esfacelamento da escola pública, nos três níveis, no país; falam ainda do distanciamento salarial dos políticos profissionais, bem como dos outros poderes, em relação ao salário do trabalhador comum, entre outros tantos aspectos.

Outro núcleo de indicações fala diretamente da questão do trato da violência como fazendo parte de um comércio e uma indústria do medo. O que mostra a associação da política e do desrespeito ao cidadão, com relação ao trato da violência pela *res publica*, isto é, como uma coisa do povo. Indicam os políticos em cargos legislativos e executivos como os responsáveis pelo acirramento da violência no país, não por falta de recursos aplicados, mas pelo desvio destes recursos, seja em propaganda, seja por outras formas: despreparo das forças públicas, falta de policiamento estratégico, desinteresse real da questão, embora com aparente interesse da eterna fonte de recursos para estimular este comércio e indústria nos municípios, estados e país, ampliando a cultura do medo entre os cidadãos.

Esta categoria mostrou-se importante nesse estudo por mostrar como a população brasileira vê e sente a política em desenvolvimento no país através dos seus políticos profissionais. A falta de ética, o uso pessoal e partidário da máquina política, o desrespeito ao cidadão, são apontados como problemas estruturais da política no país que levam a descrença do eleitor para o destino de seu voto: “*em qualquer político novo ou antigo que se vote, ele assumiu o poder vira um safado igual aos demais que só pensa no seu bolso e no seu benefício*”, sintetiza uma entrevistada de João Pessoa, e o fazem ver a política como algo sujo.

Mostra também o lado clientelístico por trás das reclamações dos eleitores em relação aos políticos nacionais e, também, indicam um lado trágico desse desordenamento: a descrença da política e a anomia produzida por este ceticismo, bem como, uma visão da política como um lugar onde “*o sujeito pode se dar bem*”, consoante insinuou um entrevistado de São Paulo.

O que parece afirmar os dados de uma enquête realizada em 2005 pelo Ibope. Esta enquête mostrou que 67% dos entrevistados afirmavam que, se estivessem no poder, faziam a mesma coisa que os políticos que lá estão: roubar e colocar a máquina política a seu favor.

Dados constrangedores que demonstram o imaginário do jeitinho pessoal, já tratado pelo antropólogo carioca Roberto DaMatta (2001) sobre a forma de ser do brasileiro. Ou da expressão popular: “*rouba, mas faz*”, como forma síntese do político que se dá bem, mas também executa obras, tão comum na política nacional desde meados da década de cinquenta do século passado.

Nunca, porém, a política foi tão mal vista no imaginário popular como nos últimos anos. Em várias respostas os entrevistados ampliavam o seu argumento com a indicação do “voto porque sou obrigado”, e da intenção de votar nulo ou em branco, “pois todos os políticos, no fundo, são iguais”: o que equivale a desonestos e que só pensam em si. Espelhando a desilusão com a política, com os políticos e com os poderes constituídos no país.

Conclusão

A categoria sujeira, analisada neste trabalho, e como foi visto no seu decorrer, é uma categoria analítica importante para a reflexão e para a compreensão do comportamento e do pensamento social do homem brasileiro urbano, sobre o Brasil e sobre o imaginário do que é considerado sujo e sentido como ameaças na vivência cotidiana dos informantes.

Pelo demonstrado parece ter ficado claro a relevância da sujeira para a reflexão antropológica e sociológica, na medida em que destacam os elementos ou idéias que preenchem os sistemas de classificação social hegemônico na cultura nacional, por trás daquilo pensados e afirmados como anomalia, como ambiguidade e como marginal e excluído. Mostrou, ainda, que a noção de sujeira trás em si, umbilicalmente situada, a idéia de uma ofensa contra a ordem e contra aos valores sociais positivos idealmente regidos e alimentados pelo sistema de classificação hegemônico cultural e suas ambiguidades na prática diária de sua vivência.

A categoria sujeira, aqui analisada, por fim, pôs ainda em relevo as correlações estabelecidas entre as estruturas do sistema social nacional e as formas mais ou menos explícitas de autoridade, com os elementos de poluição e infração que com eles interage como tensão e como enfrentamento.

Dentro de um ângulo da moralidade, mostrou o sentimento de vergonha, de baixa estima dos entrevistados ao informarem o sujo no cotidiano da cidade, das residências e das pessoas, permitindo uma via de mão dupla: de um lado, permitindo a formação de estigmas sociais, na objetivação de que algo ou alguém não é limpo, de acordo com os critérios de uma moralidade que classifica e desclassifica os outros da relação.

Dentro de um ângulo onde a ética espelha as classificações sociais ideais, por outro lado, o trabalho mostrou a importância da categoria sujeira para explicitar e apontar falhas no caráter e nas instituições sociais, como lido pelos entrevistados com relação à política e aos políticos nacionais.

A pesquisa só está começando. Este artigo é um dos primeiros esforços para a compreensão da categoria sujeira e a sua leitura através do imaginário urbano brasileiro, onde se buscou analisar o país em termos de sua cultura política e do seu sistema de classificação social, dos medos e receios, do comportamento e dos costumes dos informantes. A forma como foi conduzido, por fim, se acredita, permite levar o leitor para um passeio pelas vivências, ansiedades, reflexões e comparações emitidas pelos entrevistados que se dispuseram responder a enquete. Traçando um panorama sobre como pensa o habitante urbano das grandes cidades e metrópoles brasileiras sobre o conceito de sujeira.

Referências Bibliográficas

ÀRIES, Philippe. 1989. **O homem diante da morte**, 2ª edição, 2 vols., Rio de Janeiro, Francisco Alves.

- BARBOSA, Lúvia. 2006. "Cultura, consumo e identidade: limpeza e poluição na sociedade brasileira contemporânea". In, Lúvia Barbosa e Colin Campbell (Orgs.), **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, pp. 107 a 138.
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. 1980. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. 1992. **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa – ilustrado**. 15ª edição, São Paulo, Civilização Brasileira
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2000. **A cidade dos muros**. São Paulo, editora 34 e EDUSP.
- CONY, Venus Brasileira. 2005. **Mural dos nomes impróprios**. Ensaio sobre o grafite de banheiro. Rio de Janeiro, sete letras.
- DaMATTa, Roberto. 2001. **O que faz Brasil, Brasil?** 11ª edição, Rio de Janeiro, Rocco.
- DAVID, Onildo Reis. 1995. **O inimigo invisível**. A epidemia do cólera na Bahia, 1855-1856. Salvador, Edição do Autor.
- DAVIS, Natália Zemon. 1990. **As culturas do povo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. 2001. "A iconografia do medo". In, Mauro Guilherme Pinheiro Koury (Org.), **Imagem e Memória**. Ensaio em Antropologia Visual. Rio de Janeiro, Garamond, pp. 113 a 149.
- DOUGLAS, Mary. 1976. **Pureza e Perigo**. São Paulo, Perspectiva.
- DOUGLAS, Mary. 2005. **De la souillure: Essais sur les notions de pollution et de tabou**. Paris, La Découverte.
- DUMONT, Louis. 2007. **Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. 2ª edição. São Paulo, EDUSP.
- DURKHEIM, Émilè. 2000. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo, Martins Fontes.
- ELIAS, Norbert. 1990 e 1993. **O processo civilizador**. 2 vols., Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FERRAZ, Sonia Maria Taddei. 2001. **Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades**. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas? <http://br.monografias.com/trabalhos/arquitetura-violencia-cidades-contemporaneas/arquitetura-violencia-cidades-contemporaneas.shtml> (acesso em: 10 jun. 2009)
- FLEISCHER, Soraya Resende. 2002. **Passando a América a limpo**. O trabalho de *housecleaners* brasileiras em Boston, Mass.. São Paulo, Annablume.
- FORTY, Adrian. 2007. **Objetos de desejo**. Design e sociedade desde 1750. São Paulo, Cosac & Naify.
- FOUCAULT, Michel. 1986. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 4ª edição, Petrópolis, Vozes.
- FOUCAULT, Michel. 2007. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. 18ª edição, São Paulo, Graal.

GIDDENS, Anthony. 2004. **A Transformação da Intimidade** – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo, Editora da UNESP.

GOFFMAN, Erving. 1967. **Interaction ritual**. New York, Anchor Books.

GOFFMAN, Erving. 1988. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª. Edição, Rio de Janeiro, Guanabara.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2009). “O que pensam os moradores da cidade de João Pessoa, Paraíba, sobre o significado de sujeira”. **1ª Comunicação sobre a enquête ‘Sujeira e Imaginário Urbano no Brasil’**. Blog GP em Antropologia e Sociologia das Emoções, 22 de maio de 2009. <http://grem-sociologiaantropologia.blogspot.com/2009/05/o-que-pensam-os-moradores-da-cidade-de.html>

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2009a). “O que é sujo ou sujeira para os habitantes da capital pernambucana”. **2ª Comunicação sobre a enquête ‘Sujeira e Imaginário Urbano no Brasil’**. Blog GP em Antropologia e Sociologia das Emoções, 26 de maio de 2009. <http://grem-sociologiaantropologia.blogspot.com/2009/05/2acomunicacao-sobre-enquete-sujeira-e.html>

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2009b). “O que é sujo ou sujeira para os habitantes da capital paraense”. **3ª Comunicação sobre a enquête ‘Sujeira e Imaginário Urbano no Brasil’**. Blog GP em Antropologia e Sociologia das Emoções, 05 de junho de 2009. <http://grem-sociologiaantropologia.blogspot.com/2009/06/3a-comunicacao-sobre-enquete-sujeira-e.html>

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2009c). “O que os moradores da cidade de São Paulo (SP) apontam como sujo ou sujeira – 2009”. **4ª Comunicação sobre a enquête ‘Sujeira e Imaginário Urbano no Brasil’**. Blog GP em Antropologia e Sociologia das Emoções, 09 de junho de 2009. <http://grem-sociologiaantropologia.blogspot.com/2009/06/4a-comunicacao-sobre-enquete-sujeira-e.html>

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2009d). “O que os moradores da cidade de Curitiba (PR) apontam como sujo ou sujeira – 2009”. **5ª Comunicação sobre a enquête ‘Sujeira e Imaginário Urbano no Brasil’**. Blog GP em Antropologia e Sociologia das Emoções, 28 de junho de 2009. <http://grem-sociologiaantropologia.blogspot.com/2009/06/5a-comunicacao-sobre-enquete-sujeira-e.html>

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2009e). “O que os moradores da cidade de Brasília (DF) apontam como sujo ou sujeira – 2009”. **6ª Comunicação sobre a enquête ‘Sujeira e Imaginário Urbano no Brasil’**. Blog GP em Antropologia e Sociologia das Emoções, 01 de julho de 2009. <http://grem-sociologiaantropologia.blogspot.com/2009/07/5a-comunicacao-sobre-enquete-sujeira-e.html>

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. 1986. “Trabalho e disciplina. Os homens pobres nas cidades do Nordeste: 1889 a 1930”. In, VV.AA. **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências**, v. 1, Fortaleza, Editora Universitária UFC, pp. 134 a 149.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. 1998. “Fotografia e Pobreza”. In, Mauro Guilherme Pinheiro Koury (Org.). **Imagens & Ciências Sociais**. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, pp. 109 a 118.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. 2003. **Sociologia da Emoção**. O Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis, Vozes.

- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. 2005. **Medos corriqueiros e sociabilidade**. João Pessoa, Editora Universitária UFPB.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. 2006. **O vínculo ritual**. João Pessoa, Editora Universitária UFPB.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. 2007. **Sufrimento social**. João Pessoa, Editora Universitária UFPB.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. 2008. **De que João Pessoa tem medo?** João Pessoa, Editora Universitária UFPB.
- KRISTEVA, Julia. 1986. **The Power of horror: an essay on abjection**. New York, Columbia University Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1970. **El origen de las maneras de mesa**. México, Siglo Veintiuno.
- MAUSS, Marcel. 1974. **Sociologia e Antropologia**. 2 vols., São Paulo, EPU/EDUSP.
- REBOUÇAS, Lídia Marcelino. 2000. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**, São Paulo, Fapesp/AnnaBlume.
- REIS, João José dos. 1991. **A morte é uma festa**. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras.
- SÁ, Lenilde Duarte de. 1999. **Parahyba - uma cidade entre miasmas e micróbios**. Os serviços de higiene pública, 1985-1918. Tese. Ribeirão Preto, USP.
- SENNETT, Richard. 1998. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras.
- SIMMEL, Georg. 1998. "O conceito e a tragédia da cultura". Organizado e apresentado por Jessé Souza e Berthold Öelze, **Simmel e a modernidade**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, pp. 79 a 108.
- SONTAG, Susan. 1977. **On photography**. Middlesex, Penguin Books.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. 2008. **Fobópole**. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- THOMPSON, Edward Palmer. 1989. **A formação da classe operária inglesa**. 2ª edição, 3 vols., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- VERNANT, Jean-Pierre. 2002. **Entre mito & política**, 2a edição, São Paulo, EDUSP.
- WEIL, Simone. 1979. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Organizado e Apresentado por Ecléa Bosi. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Resumo

Este artigo busca compreender a categoria sujeira através do imaginário urbano brasileiro. Nele, se busca analisar o país em termos de sua cultura política e do seu sistema de classificação social, dos medos e receios, do comportamento e dos costumes dos informantes. A forma como foi conduzido permite levar o leitor para um passeio pelas vivências, ansiedades, reflexões e comparações emitidas e traçadas pelos entrevistados que se dispuseram a participar da pesquisa. Traça, enfim, um panorama sobre como pensa o habitante urbano das grandes cidades e metrópoles brasileiras sobre o conceito de sujeira.

Palavras-chave: Sujeira; Imaginário Urbano no Brasil; Cidades.

Abstract

This article searches to understand the category of dirt through the Brazilian urban imaginary. In it, it searches to analyze the country in terms of its culture politics and its system of social classification, of the fears and distrusts, the behavior and the customs of the informers. The form as it was lead allows the reader for a stroll for the experiences, anxieties, reflections and comparisons emitted and traced for the interviewed ones. It traces, at last, a panorama on as it thinks the urban inhabitant of the great cities and Brazilian metropolises on the dirt concept.

Keywords: Dirt; Urban Imaginary in Brazil; Cities.

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

DA PORTA PRA FORA

Usos do espaço, lazer e sociabilidade em oito praças revitalizadas de João Pessoa

Mônica Franch e Tereza C. da N. Queiroz

1 Introdução

As cidades contemporâneas constituem um tema privilegiado de análise pela diversidade e mutabilidade que vêm apresentando nos últimos tempos. As mudanças econômicas e culturais, as transformações nos modos de trabalhar e viver, o redesenho dos equipamentos urbanos, além das sociabilidades mediadas pelas tecnologias que dispensam a interação direta entre as pessoas estão redefinindo a cidade e gerando novos padrões de convivência urbana. Por outro lado, redefinem-se também o estatuto mesmo das cidades que precisam tornar-se objeto de desejo para os investimentos privados e para os fluxos turísticos intensificados. Entretanto, as cidades têm histórias particulares, memórias, identidades e culturas inscritas nas mentes de seus moradores e nos monumentos, decorrendo daí diferentes possibilidades de tessitura urbana e de padrões societários.

Este artigo propõe uma reflexão sobre um tipo determinado de intervenção urbana promovida pela prefeitura municipal da cidade de João Pessoa sobre espaços públicos da cidade. O Projeto de Revitalização de Praças, Parques, Passeios e Jardins teve início em 2006 e construiu ou revitalizou praças em diversos bairros da cidade. O projeto colocou à disposição da população uma série de equipamentos como pista de skate, parque infantil, mesas para aposentados e anfiteatro. Em alguns casos, as praças foram utilizadas como local de convergência de serviços voltados à população, como Estação Digital e atividades do Pró-Jovem, bem como para atividades escolares extramuros.

Essa intervenção se deu num espaço urbano peculiar. João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, é uma cidade de porte médio, contando em 2007, segundo o IBGE, com cerca de 674.971 habitantes. Trata-se de uma cidade antiga, fundada em meados do século XVI, sendo considerada uma localidade aprazível, com belas praias e uma quantidade razoável de área verde preservada. É percebida como relativamente tranquila segundo índices nacionais comparativos sobre violência. Nas últimas décadas vem passando por um processo de modernização acelerado, configurando-se com a expansão e diversificação de sua estrutura urbana, a criação e expansão de novos bairros, a intensificação de processos de segregação espacial, de verticalização das habitações e de outros equipamentos, além da crescente privatização da vida social e o aumento dos índices de violência e dos medos sociais.

No cenário brevemente descrito acima, a intervenção da Prefeitura visa reorientar os usos da cidade no sentido de reverter a crescente privatização da vida, interferindo positivamente na vida pública, na dinâmica cultural e econômica da cidade e na atenuação dos índices de violência. Até que ponto esses objetivos vêm sendo alcançados?

Para responder essa questão, nos meses de abril a julho de 2008, uma equipe de estudantes dos cursos de graduação em Ciências Sociais e em Arquitetura e Urbanismo da UFPB, junto com pós-graduandos em Sociologia da UFPB e da UFPE, se deslocou a

oito praças revitalizadas, com o intuito de observar de perto seu cotidiano⁶. Este trabalho apresenta alguns dos achados dessa pesquisa, discutindo os acertos e dilemas colocados pelo programa de revitalização de espaços públicos no cenário de uma cidade atravessada por diferentes lógicas societárias. Privilegia o ponto de vista dos frequentadores dos espaços revitalizados e seus percursos e práticas cotidianas, atentando principalmente para os usos que fazem do espaço, para as formas de convívio em que se engajam e para as práticas esportivas que neles desenvolvem.

2 Usos das praças revitalizadas

A pesquisa analisou o impacto do Projeto de Revitalização das Praças, Parques, Passeios e Jardins nos seguintes bairros de João Pessoa: Bancários (Praça da Paz), Mangabeira (Praça do Coqueiral), Jaguaribe (Praça Boa Vista), Torre (Praça Tiradentes), Manaíra (Praça Alcides Carneiro), Funcionários I (Praça Lauro Wanderley), Funcionários II (Praça Bela) e Bessa (Praça do Caju). Ficou demonstrado que as praças construídas ou revitalizadas pela Prefeitura Municipal foram satisfatoriamente incorporadas no cotidiano dos moradores de seus respectivos bairros. A apropriação desses equipamentos pela população pessoense, com práticas e usos que muitas vezes vão além do planejamento oficial, é uma mostra cabal da necessidade desse tipo de espaço público na cidade.

Em geral, as praças revitalizadas começam a ser ocupadas com os primeiros raios de sol e recebem frequentadores até tarde da noite. No entanto, os usos imprimidos ao espaço da praça vão se modificando no decorrer do dia, são diferentes ao longo da semana, e ainda estão submetidos à sazonalidade. Há também diferenças entre a ocupação nos dias que chove e quando faz sol, e de acordo com diversas passagens do ciclo festivo. Mudam as práticas e mudam, também, os frequentadores ao sabor do momento e dependendo dos equipamentos. Esses diferentes usos constituem os ritmos das praças, com aspectos em comum, mas também com diferenças significativas de bairro para bairro.

Falar em ritmos das praças remete, por um lado, ao ciclo natural diário, com a alternância do dia e da noite, mas também à organização social da vida numa grande cidade, com seus tempos de trabalho e de ócio, e com rotinas diferentes de acordo com os papéis sociais desempenhados por diversas pessoas – estudantes, trabalhadores, desempregados, pais, mães, etc. Essas dinâmicas se refletem nitidamente nas formas de ocupação que as praças apresentam ao longo da semana. De segunda a sexta-feira, os primeiros horários da manhã costumam ser ocupados principalmente por idosos e por mulheres que, de forma espontânea ou integrados ao projeto Vida Saudável⁷, utilizam as praças para fazer exercício. A partir das cinco ou seis horas, já é possível encontrar pessoas fazendo alongamento e caminhadas em quase todas as praças, o que concentra o

⁶ A pesquisa “Da casa à praça” foi financiada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e desenvolvida pelo Departamento de Ciências Sociais da UFPB. Os pesquisadores de campo foram: Cristiane Leal Soares, Ricardo Bruno Cunha Campos e Yuriallis Fernandes Bastos, do PPGS/UFPB; Arthur Silveira Guimarães, Celly Souza dos Santos, Clareanna Viveiros Santana, George Ardilles da Silva Jardim, Fabrícia Milena Grisi de Araújo, Lilian Andrade da Silva, Lorena Lúcia Cardoso Monteiro, Luan Borges da Luz, Naldimara Vasconcelos e Rafael Pontual, da graduação em Ciências Sociais; Ana Emília Fernandes Lacerda, Paula Dieb Martins, Sayonara de Souza Andrade, da graduação em Arquitetura; Alexandre Paz Almeida e Sam Thiago Borges, do PPGS/UFPE.

⁷ Projeto implementado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que tem objetivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos pessoenses, através do monitoramento e orientação de atividades físicas nas praças da cidade (<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/saude/vidasaudavel/>)

movimento nas barras de exercício e nas pistas de *cooper*. Na Praça Alcides Carneiro, em Manaíra, uma cena muito comum nesse horário é a dos vizinhos levando seus cachorros para passear, efeito indireto do processo de verticalização que se observa no bairro. Caminhadas e exercícios acontecem também no final da tarde, quando o sol já não está tão quente, e coincidindo com os horários de retorno do trabalho e de outras obrigações. Comparativamente aos horários matutinos, o público que caminha à tarde é mais variado, incluindo, além de mulheres e idosos, homens adultos e jovens de ambos os sexos.

Outro grupo que faz uso das praças nos horários de trabalho dos dias úteis é formado por estudantes de escolas da rede pública que participam do Projeto Segundo Tempo. Esse projeto volta-se à prática de esportes coletivos e é monitorado por estagiários de cursos de graduação em Educação Física. Além das atividades já referidas, as praças são apropriadas, no horário de trabalho, por usuários pouco submetidos ao ritmo da esfera produtiva. Em muitas praças, grupos de aposentados se reúnem pela manhã e à tarde para conversar e jogar baralho ou dominó. Trata-se, geralmente, de grupos masculinos, pois, com a chegada da aposentadoria, os homens ficam com tempo disponível e procuram novas inserções no mundo público, lócus socialmente atribuído ao seu gênero.

Muitas outras atividades animam, ainda, o cotidiano das diversas praças nas manhãs e tardes dos dias úteis. O horário mais frequentado pelas mães, e eventualmente pais, com seus filhos é o de final de tarde, gerando uma concentração de usuários nas áreas dos playgrounds. Na Praça da Paz, no bairro dos Bancários, a afluência de famílias já a partir das 15 horas tem seu reflexo na intensificação do comércio informal. Conforme as famílias vão chegando, vendedores ambulantes começam a se organizar no corredor central da praça, próximo ao parque infantil e à pista de skate. Já no horário de fim de tarde, são os jovens, sobretudo, que chegam às praças para encontrar seus amigos, se distribuindo pelos bancos e mesas existentes. É o horário preferido, também, pelos skatistas, muitas vezes vindos de bairros diversos, que se reúnem ao redor do *half* para realizarem suas manobras.

Atenção especial merecem as quadras. Além de serem utilizadas pelo projeto Segundo Tempo, as quadras são o equipamento mais disputado em todas as praças, recebendo usuários de segunda a sexta e aos finais de semana, pelas manhãs, à tarde e à noite. Em geral, apenas no horário em que o sol está mais forte (do meio-dia às três horas da tarde) as quadras estão vazias. Igualmente, a chuva interfere negativamente na ocupação das quadras como, de resto, dos outros espaços abertos. Cada praça encontrou uma forma de negociar as demandas dos diversos grupos para fazer uso das quadras. A presença masculina nesses espaços é mais marcada do que a feminina, e o esporte predominante é o futebol, embora também se jogue basquete, vôlei e futsal. Igualmente, há mais jovens do que adultos praticando o esporte, mas também é possível encontrar grupos intergeracionais e outros de homens de mais idade, como é o caso da “pelada dos velhos” que acontece no bairro dos Funcionários II às noites de quinta-feira.

Durante as noites e aos finais de semana intensificam-se os usos ligados ao lazer e ao divertimento. De segunda a quinta-feira, o movimento noturno nas praças costuma se concentrar em bares, lanchonetes e quiosques de bebida e comida, dentro e fora da praça. É o horário, também, em que casais de jovens procuram espaços um pouco mais reservados para namorar. Na maioria das praças, a movimentação e os usos recreativos tornam-se mais expressivos ainda na noite de sexta-feira, incorporada no imaginário e nas práticas coletivas ao tempo social do final de semana. É principalmente na sexta-feira à noite, e nas noites de sábado, que são realizados shows e outros eventos culturais

do Circuito das Praças⁸, além de iniciativas artísticas dos moradores, e de espetáculos inseridos na programação cultural de João Pessoa. Mas os usos espontâneos da praça também se voltam para o lazer, dando vazão à criatividade dos diversos grupos. Jovens expõem seus trabalhos artísticos na Praça da Paz, outros se reúnem para tocar violão enquanto consomem bebidas na Praça Alcides Carneiro, os artistas dos Funcionários II se apresentam espontaneamente no anfiteatro da Praça Bela Vista, moradores do Bessa ficam comendo churrasco nas barraquinhas da Praça do Caju, etc.

Aos sábados e domingos, os ritmos matutinos pouco guardam de semelhança àqueles dos dias úteis. As manhãs de sábado recebem escasso movimento em todas as praças. Poucos são os usuários que fazem caminhadas, como também no domingo. Até as quadras, geralmente lotadas, registram menos movimento nas manhãs e nas noites de sábado, compensado por uma forte procura aos domingos, dia da tradicional “pelada”, existente na maioria dos bairros antes mesmo da revitalização das praças. Em Manaíra, algumas pessoas destinam a manhã de sábado para lavarem seus carros, usando para isso o chuveiro instalado no local. O mesmo chuveiro também é utilizado pelas pessoas que voltam da praia. Às tardes de sábado e de domingo, todas as praças pesquisadas registram uma movimentação maior, que se estende até o horário noturno. Pessoas de todas as idades podem ser encontradas na praça nesses horários, o que é percebido positivamente pelos seus frequentadores. “A praça é um espaço de encontro de gerações” é uma expressão escutada recorrentemente da boca dos usuários desses espaços.

Aos finais de semana, acontecem ainda atividades educativas em alguns lugares, como na Praça da Paz, onde um voluntário realiza treinos de vôlei. Nesses dias predominam, contudo, os usos espontâneos. Na Praça Alcides Carneiro, moradores do bairro levam suas cadeiras até o espaço central da praça onde ficam conversando. O hábito de colocar as cadeiras do lado de fora de casa é mais expressivo ainda em outros lugares, como na Praça do Coqueiral, em Mangabeira e na Praça Lauro Wanderley, em Funcionários I. Já quando a noite avança, o número de crianças costuma se reduzir e os jovens tomam conta das praças, muitos deles procurando as áreas menos movimentadas para conseguir um pouco de intimidade. Um pólo de movimentação importante, nesses horários, é o dos bares ou quiosques onde se vende comida e bebida, quer seja nas próprias praças, quer nas ruas circundantes.

3 O convívio no espaço das praças

Nas praças revitalizadas, a diversidade de espaços e equipamentos, os usos diferenciados por distintos grupos etários e gêneros transformaram esses lugares em espaços de convívio multifacetado, propiciadores do encontro entre jovens, crianças e idosos, resgatando a idéia do espaço público como local de encontro de diferentes, que se contrapõe aos ordenamentos da cidade contemporânea, atravessada por lógicas de exclusão e segregação. Isso ocorreu pela confluência de uma série de fatores que contribuíram para quebrar a inércia dos moradores, introduzindo novos hábitos em sua rotina, aumentando sua sensação de segurança e fortalecendo sua identificação com o espaço das praças. São estes: os novos equipamentos e projetos, que permitem, como vimos, a coexistência de uma variedade de atividades nas praças; a iluminação, que

⁸ O Circuito das Praças leva atrações artísticas e culturais variadas às praças revitalizadas de setembro (início oficial do verão) até fevereiro (fim do verão e carnaval). Articulado pela Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope), em parceria com os Conselhos Gestores das Praças, o Circuito busca, de um lado, oferecer atividades culturais nas praças, e de outro lado, estimular a produção e circulação artística da cena cultural local.

diminui a sensação de insegurança; e a reforma estética dos lugares, isto é, o fato das praças, atualmente, estarem mais cuidadas e bonitas.

Em todas as praças observadas foi recorrente seu uso como lugar de encontro, de bate-papo, de descoberta de novas amizades que inauguram novos ciclos de contatos e de retomada de velhas amizades esquecidas pelo ritmo duro do cotidiano, da individualização e do medo. A praça atraiu de fato os moradores para o seu espaço e diversos depoimentos registram esse acontecimento, relatado assim que surge uma pergunta sobre ela.

Pesquisadora: O que tem a me dizer sobre a praça?

Frequentedor da Praça Lauro Wanderley: Sobre a praça, eu quando cheguei aqui eu achava ridícula a praça que tínhamos aqui, não sei por que deixaram abandonado tanto tempo. O atual Prefeito fez uma reforma que na minha opinião surgiu efeitos positivos perante a população porque as pessoas tinham medo de ir até a praça pois era muito escuro, tinha coisas estranhas. Em que essa escuridão acabou-se e essas coisas estranhas também sumiram. Com a claridade da praça faz com que circulem nela só as pessoas que têm um bom senso de andar e começar a brincar. Trouxe mais lazer principalmente na parte esportiva. Até eu que tava parado de jogar futebol há mais de dez anos voltei a jogar devido à praça, toda terça-feira à noite [...]. Para mim foi uma coisa excelente porque a minha menina gosta muito de ir a essa praça hoje, ela não ia de jeito nenhum, porque não tinha lazer, não tinha, só tinha escuridão. Muito bom o trabalho que ele fez, para mim é positivo e eu acho que todas as pessoas daqui da Cidade dos Funcionários vão responder dessa forma.

Observamos também que a praça suscita nostalgias nos que migraram do interior para a capital e encontram nela uma possibilidade de reviver a sociabilidade tradicional, mais pessoalizada, ao lado da fruição de bens culturais e simbólicos próprios de uma sociedade moderna. É o que pode ser visto na falta de uma frequentadora da Praça da Paz, no bairro dos Bancários:

A praça foi a maior novidade na nossa vida, uma mudança. Uma mentalidade nova, de sair de casa de deixar a televisão pra vim pra praça, parece-me que eu estou na minha infância, porque eu cresci no interior e lá tinha uma praça bonita, tinha o coreto. Onde a gente ia pra praça pra paquerar, pra arranjar um namorado, onde o pai e a mãe iam. E ali próximo também tinha o cinema. O cinema então era o máximo. A gente fazia o passeio na praça e depois ia pro cinema, até que lá rolava uns beijinhos na boca... Eu vejo então assim um retorno, porque veja os casais de namorados vindo pra namorar na praça, saindo dos sofás de casa e vem o avô, vem a avó, vem o pai, vem a mãe, vem o bebê tomar banho de sol. Moro aqui há 20 anos, quando minhas filhas eram pequenas eu não tinha uma praça para trazê-las para o banho de sol. Então eu acho que foi o simples, uma coisa simples que revolucionou a vida de muita gente, porque aqui tem vários atrativos de esporte e lazer, trouxe a união das famílias, e está resgatando a família, saindo da televisão. A praça promove até o diálogo na família, porque quando alguém caminha acompanhado com outra pessoa, então ali vai conversando, vai colocando as coisas em dia, pra mim pessoalmente eu espero que

ninguém destrua essa praça, porque eu quero ficar bem velhinha andando aqui.

Em outros depoimentos, a reativação da praça e dos vínculos de moradia promove o encontro com “estranhos”, principalmente com os moradores de comunidades de baixa renda próximas aos bairros, mas também com vizinhos nunca antes conhecidos. Isso acontece, por exemplo, na Praça do Caju, no Bessa, onde a idéia de que a praça é local de encontro e de diálogo com os diferentes apareceu com muita insistência. A praça do Caju está inserida em um bairro considerado de classe média alta que faz fronteira com comunidades populares e a possibilidade de convivência entre os dois segmentos aparece como positividade em algumas entrevistas:

Bom... antigamente aqui era um local morto, né? Não tinha convivência, o pessoal do bairro não interagia. E depois que a pracinha foi construída, eu acho que ajudou tanto a parte daqui como as outras comunidades carentes. Interagiu as duas comunidades, entendeu? Que é como se fosse uma divisão, eles viviam lá e a gente vivia aqui, e agora tem essa interação. Pode ver que no futebol, por exemplo, joga tanto as pessoas daqui como as pessoas de lá. A pracinha ajudou a população a interagir de uma forma mais legal **(Frequentador da Praça do Caju)**

Bem diferente é a percepção dos moradores do entorno da praça Alcides Carneiro, em Manaíra, onde o discurso da exclusão e da intolerância com os usuários provenientes de comunidades populares surgiu com maior intensidade. A segregação existente na praça é percebida no cotidiano pela criação de zonas de exclusão, fronteiras simbólicas que se estabelecem entre os dois grupos, de forma que quando os usuários do bairro de São José ocupam uma determinada área, ela é evitada pelos moradores de Manaíra e vice-versa.

Nota-se que não há interação entre os usuários de Manaíra com aqueles vindos da comunidade vizinha, Bairro São José, nesse horário e naquele espaço. Percebemos nas visitas, que grupos de Manaíra, mesmo na praça, não utilizam o mesmo espaço onde os meninos se divertem com som, esperando que estes se retirem do local para ocuparem aquele ambiente. Em conversas informais com um dos grupos de Manaíra a respeito disto, disseram que não há conflito entre eles, porém, não interagem por considerá-los “diferentes” **(Relatório de observação da Praça Alcides Carneiro)**.

Na praça Tiradentes, localizada no bairro da Torre, um dos mais tradicionais da cidade, a revitalização da antiga praça do bairro é valorizada e faz refletir sobre o esgarçamento dos locais públicos de encontro no bairro, evocando lembranças das riquezas culturais de seu passado construídas na trama dos vínculos societários ainda fortes no presente:

Eu acho que, simbolicamente, a praça é o melhor espaço de lazer do bairro, porque [...] não somos contemplados por muitos espaços de lazer, de interação, de esporte e cultura, que eu acho que isso deveria ser trabalhado mais, a exemplo de ginásios escolares, que deveria ser trabalhado mais essa parte desportiva. Então a praça representa o lugar onde nós formamos nossos laços sociais e comunitários, onde conhecemos nossos amigos e crescemos juntos, é no âmbito da praça **(Membro do Conselho Gestor)**.

4 Práticas de esporte nas praças

A dimensão que a prática do esporte assume nas praças novas ou revitalizadas exige uma reflexão. As quadras e outros equipamentos destinados aos esportes e caminhadas são intensivamente utilizados, podendo-se afirmar que estes são os espaços mais freqüentados das praças. As atividades desenvolvidas podem ser divididas em quatro categorias: esportes individualizados; esportes coletivos espontâneos; esportes coletivos dentro de programas educativos; e esportes radicais.

Historicamente, os esportes individualizados fazem parte do processo de privatização da vida social, que tornam o corpo o lugar privilegiado da identidade pessoal. "Não existe maior manifestação do primado da vida individual do que o moderno culto do corpo" (PROST, 1992, p. 94). Num primeiro movimento, o cuidado com a saúde, o bem-estar e a estética deslocam-se do público para o privado e passam a ser responsabilidade de cada indivíduo, retornando depois para o público em forma de demandas por espaços e serviços que permitam a realização desse programa. Nas praças estudadas, a prática da caminhada, o uso das barras e tábuas de exercício e o projeto Vida Saudável se inserem nessa preocupação.

A prática da caminhada foi intensificada nas praças após a recuperação de pistas adequadas a este uso, atraindo principalmente pessoas idosas, mas também adultos e jovens, com uma presença maior do sexo feminino. Dentre as atividades de esporte individualizado orientadas encontra-se o projeto Vida Saudável, anteriormente referido, voltado para o público de todas as idades mas freqüentado, principalmente, por mulheres na faixa etária dos 50 anos em diante. Sob orientação de um instrutor, elas praticam ginástica, aeróbica e alongamentos. As mulheres que participam do programa Vida Saudável aprovaram a iniciativa e falam com entusiasmo das melhorias que provocou em suas vidas. Além dos cuidados com a saúde, dos ganhos em energia e vitalidade, condizentes com o processo de gestão individual da velhice em nossa sociedade, as usuárias do Projeto Vida Saudável se referem à ampliação de suas redes de relacionamento e de amizades, levando-as a encontros e à realização de programas com as novas amigas, fora dos horários de aula. Nestes encontros descobrem afinidades e trocam conhecimentos sobre habilidades artísticas e artesanais:

Pesquisadora: As aulas são animadas? Pode falar um pouquinho das aulas?

Frequentadora da Praça da Paz: São, maravilhosas. Olha, é como diz assim, é suficiente ... a gente volta diferente. Às vezes estamos com preguiça de ir, quando chega lá, que a aula termina a gente nem sente de tão rápida. [...] Eu penso que nós somos privilegiadas. Estamos cada dia mais em forma, mais felizes, e as pessoas querem isso. Existem dois grupos porque já tinha muita gente. Aí hoje na minha turma tem 40 pessoas. Tivemos um recesso, agora começou, por exemplo, na turma, todo mundo estava com aquela saudade. A gente passou a fazer parte, como se fosse uma faculdade de quatro anos que a gente está... se acabar a gente vai sentir falta.

Entende-se, desse modo, que os esportes individualizados dizem respeito apenas ao lócus da prática esportiva, isto é, o corpo individual de cada participante, mas eles não impedem a formação de laços entre seus participantes.

Outro tipo de práticas esportivas que acontecem nas praças é aquela dos esportes coletivos. Essas atividades têm, em alguns casos, continuidade com práticas populares, como é o caso da "pelada", praticada por jovens do sexo masculino de todas as idades. As quadras bem dimensionadas das praças recuperadas estimularam e reforçaram esses usos tradicionais. Em outros casos, as práticas de esportes coletivos correspondem a políticas educativas direcionadas a crianças e jovens de bairros populares que, segundo a ótica governamental, necessitam ocupar o tempo com atividades esportivas e educacionais para não ficarem à deriva. Consideramos as primeiras como práticas espontâneas e as segundas como práticas programáticas.

Os programas esportivos para o público infanto-juvenil funcionam principalmente nas praças situadas em bairros populares ou onde há comunidades de baixa renda no entorno, como a Praça Bela, a Praça Tiradentes, a Praça da Paz, a Praça Alcides Carneiro e a do Coqueiral. Na praça do Caju, não existem atividades orientadas, os praticantes de esporte exercitam-se livremente. A construção de duas quadras, uma para a prática do futsal e do handbol e outra para vôlei e basquete, deu melhores condições para a prática de esportes coletivos por parte daqueles usuários que já utilizavam as antigas quadras, atraiu novos esportistas e ainda fez com que antigos peladeiros voltassem à ativa. Nessa praça, o esporte, em específico o futebol e as caminhadas, são o grande foco do lugar, além dos encontros e bate-papos nos quiosques noturnos. Apesar da ausência do Programa Segundo Tempo existem iniciativas dos próprios moradores visando movimentar a praça, como é o caso dos Campeonatos de Futebol, realizados pelo atual gestor de esportes da praça, que têm uma boa repercussão na cidade, envolvendo times e famílias dos diversos bairros.

Já na Praça Alcides Carneiro, o esporte reflete o processo de segregação social estabelecido entre os moradores da "nobre" Manaíra e aqueles do bairro popular de São José. Apenas nos sábados à tarde, a quadra de vôlei registra um jogo socialmente heterogêneo. Nos outros horários, a interação esportiva entre grupos sociais é cuidadosa e tacitamente evitada, existindo jogos apenas para as classes médias e outros para os moradores do bairro de São José. Os programas de incentivo à prática do esporte para o público infanto-juvenil de baixa renda, sobretudo o Segundo Tempo, têm tido um papel importante no estímulo à incorporação das mulheres nos esportes de equipe.

5 Considerações finais

De modo geral, o programa analisado repercutiu positivamente sobre as práticas de sociabilidade nas distintas praças e seus respectivos bairros. Ocorreu de fato um refluxo da casa à praça, com uma ocupação mais ou menos intensiva dos espaços revitalizados, tanto nos equipamentos destinados a práticas determinadas como nos usos imprevistos e mais ou menos criativos adotados. Também as iniciativas públicas de programas educativos e de saúde foram bem utilizadas, gerando inclusive demandas pela sua ampliação e aprimoramento. Deste modo, a pesquisa realizada autoriza a responder que o programa das praças contribuiu positivamente para a vitalização do espaço público embora este resultado encontre seus limites em processos sociais e econômicos mais abrangentes e se realize de forma diferenciada nos distintos bairros da cidade.

Nos espaços públicos das praças, em sua maioria, observamos a reativação do bairro como espaço de convívio, como espaço de transição entre a casa (privado) e a rua (público). Esta constituição de um espaço de transição entre o público e o privado vem sendo corroída pela urbanização privatizante que reorganiza a vida cotidiana entre os dois mundos separados, impedindo a sociabilidade que se estabelece entre pessoas que

não são parentes, mas não são estranhas – os vizinhos. Essa tendência de desenvolvimento urbano vem se registrando também em João Pessoa e aparece nas falas de moradores que se referiam ao espaço das praças, antes da revitalização como espaços escuros, vazios, atemorizantes, feios. Não funcionavam como espaços convidativos, seja para a prática de atividades esportivas, seja para o passeio e o convívio com os vizinhos.

Após a intervenção do poder público municipal, os moradores dos bairros se apropriaram das praças e reativaram laços de sociabilidade, estabelecendo e fortalecendo vínculos que implicaram também em trocas e negociações sobre o uso dos equipamentos e sobre normas de convívio. O medo que antes organizava os trajetos e o isolamento da casa e de seus habitantes passa a dar lugar a uma ocupação mais intensiva do espaço, sua revitalização pelo uso e pelo diálogo entre os usuários. O discurso sobre o medo está presente, mas há também referências aos ganhos de segurança provenientes da iluminação, do maior fluxo de pessoas e da presença de policiamento. Na percepção de alguns, a violência e insegurança não acabaram, mas se deslocaram para locais mais distantes e horários em que as praças estão esvaziadas. Todavia a força dos processos de individualização, a expansão da cultura do medo e o agravamento das contradições sociais e das novas e velhas formas de exclusão tornam os moradores da cidade desconfiados e temerosos, desejosos de maior intervenção do poder público na fiscalização e controle dos espaços de uso comum.

É perceptível que as fronteiras entre o espaço público e o privado não são estanques, mas se deslocam e novas fronteiras são desenhadas. Nos bairros analisados, o que os moradores relatam é que, antes do programa, a oposição entre a casa e a rua era bem pronunciada indicando um fechamento da casa sobre si mesma, sobre o espaço privado. Da casa saía-se imediatamente para o espaço hostil, perigoso e anônimo da rua. Hoje, entre a casa e a rua existe uma mediação, representada pela praça, que se torna espaço intermediário, onde a interlocução com os vizinhos pode se estabelecer. Constitui-se assim um novo espaço de sociabilidade que expõe a diversidade e os interesses distintos e confluentes, que recriam cotidianamente o social.

Entretanto, podem-se observar diferenças entre os distintos bairros, no que se refere a esses usos e apropriações, que variam de acordo com os padrões de sociabilidade pré-existentes, os laços identitários com o bairro, a existência de uma memória social consolidada, a presença de movimentos sociais e projetos urbanos para o bairro e a cidade, a introjeção do ideário individualista e de modos de vida correspondentes, a composição populacional ou cultural dos moradores, entre outros fatores que a pesquisa de campo sugeriu. Como afirma Jane Jacobs, “Espera-se muito dos parques urbanos. Longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere” (JACOBS, 2001, p. 104).

A praça como espaço de encontro, convívio e sociabilidade concretizou-se de modo mais intenso nos bairros populares da cidade. É o que se observou nas praças de Mangabeira (Praça do Coqueiral), Funcionários I (Praça Lauro Wanderley), Funcionários II (Praça Bela). Em todas elas, a praça atraiu os moradores do entorno que passaram a utilizá-la de diversas maneiras, sendo muito intenso o uso para o convívio com os vizinhos e demais usuários das praças. A composição populacional desses bairros é marcada por migrantes do interior do Estado, que trazem uma memória recente de práticas de sociabilidade mais expansivas, com laços fortes de vizinhança consolidados nas conversas cotidianas nas calçadas das casas ou mesmo em seu interior. Essa memória recente favoreceu a apropriação intensiva e imediata das praças, nas localidades citadas, que se transformaram em um grande calçadão coletivo onde os

moradores se encontram e reavivam todos os dias os laços de vizinhança. Além disso, a exigüidade das moradias, a inexistência em seu interior de espaços de lazer, aliada a uma cultura que valoriza os laços afetivos de convivência contribuíram para uma utilização intensiva das praças como local de encontro e de reforço dos laços de vizinhança. Essa constatação reforça proposições de estudiosos da cidade para os quais “os padrões de socialização de um determinado grupo têm implicações diretas nos espaços de uso coletivo da cidade” (FONSECA, 2005, p. 377). Ainda segundo a mesma pesquisadora,

as populações pobres, em geral, dependem do espaço para estabelecer suas redes de relações sociais e, portanto, utilizam intensamente os espaços públicos abertos, ao passo que as populações de renda média e alta contam com mais recursos para estabelecer suas relações sociais independentemente do espaço e desejam preservar contatos mais seletivos e que ocorrem em outros espaços (pp. 377-378).

Um contra-exemplo do uso intensivo de espaço público aberto foi encontrado na Praça Alcides Carneiro, situada no bairro de Manaíra, espaço que vem passando por um vertiginoso processo de verticalização, com prédios de elevado padrão construtivo, e onde se verifica na praça a reprodução de mecanismos de exclusão e estigmatização. Nela, os usos se dão de forma fragmentária, agrupando pessoas de mesma condição sócio-econômica que não se misturam em atividades comuns. A maioria dos prédios do entorno da praça possui áreas privativas de lazer, sendo a praça considerada por boa parte dos moradores como um espaço perigoso, que deve ser evitado. A verticalização e outras intervenções arquitetônicas no bairro têm implicações na cultura urbana e nas relações entre os moradores, promovendo uma maior descontinuidade entre os espaços da casa e da rua. Como afirma Antoine Prost, ao discorrer sobre as mudanças na organização espacial nas cidades modernas,

As formas arquitetônicas e urbanas da modernidade dificultam ainda mais a articulação entre o público e o privado no espaço do bairro, pois elas desestruturam esse espaço. É o fim das ruas, que canalizavam os itinerários, e o fim das lojinhas: os centros comerciais ocupam o lugar das mercearias, e as pessoas freqüentemente vão de carro. ... O elevador não é uma rua na vertical: na rua, a pessoa vê os outros passarem, sabe em que porta vão parar, e a identificação fica mais fácil graças às diferenças entre as casas. O elevador conduz os passageiros ao abrigo dos olhares e os entrega em andares totalmente idênticos, e é fácil confundir as entradas dos prédios. A semelhança dos lugares gera o anonimato (PROST, 1992, p.123).

Assim, o modelo de moradia em apartamentos adotado no bairro de Manaíra traz embutida em suas formas uma lógica de organização da sociabilidade, da vida familiar e de relação com os vizinhos destacando-se as idéias de reclusão para o espaço da casa e distanciamento em relação à vizinhança. O individualismo moderno não combina com as tutelas da vizinhança: “como “fazer o que bem se entende” se as comadres não param de espionar?” (PROST, 1992, pp. 125-126). Difunde-se a ideologia segundo a qual libertar-se das servidões de vizinhança constitui uma das formas de ascensão social. Além disso, a proximidade da beira-mar e seus calçadões diminui o poder de atração da praça para os usos de práticas de lazer, esporte e sociabilidade, que se realizam com

muita intensidade naquele local. Esses fatores ajudam a compreender o diferente uso que fazem os moradores desse bairro, mais centrado em atividades pontuais, como caminhadas e esportes, que não necessariamente propiciam os laços de vizinhança⁹.

Outros aspectos são importantes para explicar os usos e apropriações dos espaços da praça nos diversos bairros da cidade. Um deles é a cultura de bairro, o conjunto de práticas cotidianas, relações de vizinhança, músicas, ritmos, manifestações artísticas e esportivas, culturas tradicionais e culturas urbanas que conferem expressividade e identidade aos moradores que estabelecem relações de vizinhança. A memória social compartilhada e referências identitárias comuns favorecem o uso e apropriação de espaços coletivos abertos, como o das praças. No bairro da Torre, que presenciava certa deterioração de sua praça tradicional, houve uma rápida retomada do espaço público após a revitalização da mesma, com a recuperação de práticas tradicionais, a renovação de antigas amizades e a invenção de novos usos do espaço. A sociabilidade de vizinhança que experimentava certo declínio é retomada com vivacidade, como atestaram os vários depoimentos recolhidos durante a realização da pesquisa de campo.

Na praça Bela, no bairro Funcionários II, também verificou-se uma ocupação intensiva de seus espaços tanto para a prática do esporte, como para a sociabilidade e outras formas de lazer. Mas o lugar se destacou sobretudo pela intensa movimentação cultural, liderada por bandas musicais e grupos artísticos que existiam previamente à construção da praça e que dela se apropriaram com desenvoltura para articular e desenvolver seus projetos artísticos. São diversos os grupos de vários gêneros musicais que atuam no bairro, constituindo uma cena artística inusitada formada predominantemente por jovens, trazendo já certo acúmulo de experiências em festivais locais, com certa repercussão além das fronteiras do bairro. Essa movimentação artística, de caráter autonomista e com ar de vanguarda, acabou repercutindo sobre a formação de uma identidade de bairro, que foi canalizada para as tarefas de gestão e de ocupação das praças. Assim, representantes desses grupos lutaram para participar do comitê gestor da Praça Bela, inclusive com uma proposta de gestão colegiada na representação do setor cultural da praça. Essa presença resultou numa movimentação cultural expressiva no bairro, com uma programação intensa no anfiteatro local, que ia bem além dos circuitos programados pela Prefeitura e de seus recursos de apoio. Verificamos aí que essa identidade de bairro em construção, liderada por grupos de artistas jovens contribuiu significativamente para o uso e a ocupação do espaço da praça, demonstrando que as especificidades e padrões locais de sociabilidade intervêm com força na vitalização de equipamentos urbanos projetados pelo poder público.

De maneira geral, nas diversas praças analisadas, a presença da sociabilidade juvenil merece destaque. Os jovens são atraídos para seus espaços e aí desenvolvem uma infinidade de ações. Eles participam ativamente das práticas de esporte, seja os coletivos, como o futsal, o vôlei, futvôlei e o futebol, ou aqueles mais individualizados como o uso de barras e tábuas para exercícios. Também são os usuários principais das pistas de skate e improvisam equipamentos para a prática do *leparkour*. Mas as praças também são usadas para conversas informais, para consumo de bebidas, para a paquera e o namoro. Isso mostra como, na compreensão dos espaços públicos e seus usos, é indispensável levar em conta também as especificidades dos grupos etários e de suas práticas.

⁹ Remetemos ao estudo de Tereza Caldeira Pires (2000), *Cidade de muros*, para uma discussão a respeito das formas de privatização da vida social nas cidades contemporâneas no Brasil e no mundo.

As diferenciações encontradas nos modos de ocupação e uso das praças, sua relação com os padrões de sociabilidade em atuação nos bairros evidenciou que, além da pergunta sobre as implicações dos espaços públicos revitalizados sobre as práticas de sociabilidade é necessário pensar nos diferentes contextos em que os equipamentos se instalam e nas diferentes modalidades que essa ocupação pode assumir.

Assim, no espaço requalificado das praças surgem novas questões. Permanece a interação cotidiana dos vizinhos aprisionada nos valores da vida individual ou o debate propriamente político, no sentido de projetos para a vida coletiva, tem aí também seu lugar?

Alguns exemplos demonstram que este espaço propicia também a emergência e exposição de projetos e utopias sociais. Localizamos na praça do Cajú, no Bessa, uma discussão relativa ao convívio dos usuários da praça com moradores provenientes de bairros populares. Posições diferentes aí se colocaram, uma defendendo a exclusividade da praça, certa privatização de seu uso e outra que defendia o ideal da praça como espaço de todos, sem discriminações. Nas discussões travadas entre os gestores, um deles ironiza a perspectiva da praça como espaço privado dos moradores do Bessa, afirmando que só os ETs poderiam ser excluídos do seu convívio, mas não os moradores das comunidades populares que fazem parte de uma mesma humanidade. Parece ter prevalecido aí a dimensão imaginária das praças como lugar do povo, lugar da liberdade e da igualdade de todos. Em outra praça citada anteriormente, a Alcides Carneiro, em Manaíra, a lógica da privatização e do medo vem se tornando hegemônica, e as iniciativas de moradores locais caminham na direção da exclusão, do policiamento público e privado como forma de evitação dos mais pobres, os que insistem em se apropriar em um espaço a que não teriam direito. Ocorre aqui um problema na constituição do espaço público, que é a ausência de um estatuto igualitário entre os interlocutores. Nem todos os cidadãos são considerados com direito igual à palavra e aos bens comuns.

A corrosão da igualdade aparece também na menor participação de pessoas moradoras de bairros populares nos comitês gestores das praças. Assim, no espaço requalificado das praças alguns problemas passam a ter maior visibilidade, situando os limites da cidadania, e apontando para a necessidade de seu alargamento.

Outro aspecto relevante diz respeito às formas de gestão da praça e aos conflitos que se teceram em torno dela. É a gestão da praça responsabilidade do poder público ou dos moradores do seu entorno? Quem tem representatividade para falar em nome dos moradores? Como se dá a escolha dos gestores? Ela respeita critérios democráticos de participação?

Como já foi levantado, na praça dos Funcionários II discutiram-se modelos de gestão na praça, alguns moradores colocando a gestão colegiada como mais democrática e possível de ser adotada e outros na defesa de uma gestão mais técnica e burocrática. A eclosão de conflitos de natureza diversa sinaliza sobre a vitalidade do encontro dos moradores dos bairros, e o potencial de desenvolvimento de uma cultura cívica que este encontro encerra.

Refletir sobre as praças na perspectiva da constituição do espaço público explicitou diferentes aspectos e questões que sinalizam a relevância desse tipo de intervenção urbana. Um deles é o da sociabilidade cotidiana no espaço da cidade, da constituição ou não de relações de vizinhança, da construção de regras de convívio, de desenvolvimento da civilidade. Observou-se na maioria das praças uma intensificação das redes de sociabilidades e a reconstrução de laços de vizinhança entre moradores outrora dispersos e encerrados em seu mundo privado. Outro aspecto destacado foi o do incremento do debate público sobre questões da vida política, que emergiram do

encontro dos moradores e da tarefa de gestão dos espaços, partilhada com o poder público. Desta experiência surgiram questões relativas ao ordenamento social mais amplo, à representação política e aos modelos de gestão, o que trouxe novos ares ao debate e abriu caminho para o questionamento dos modelos de segregação urbana e para o reencantamento do político, pensado como responsabilidade dos cidadãos com os destinos da cidade em que habitam.

Referências Bibliográficas

- CALDEIRA, Teresa P. Do Rio. *Cidade de Muros*, S. Paulo, Ed. 34/EDUSP, 2000.
- CASTELLS, Manuel. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, Michel de. (1966), *A invenção do cotidiano*. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, Vozes.
- FONSECA, Maria de L. Pereira (2005). "Padrões Sociais e Usos do Espaço Público". In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 377-394, Set./Dez.
- LEFEBVRE, Henri. (1969), *O direito à cidade*. S. Paulo, Ed. Documentos.
- PECHMAN, Robert M.(org.) (1994), *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- PROST, Antoine. (1992), "Fronteiras e espaços do privado" in Ariès, P. & Duby, G. (orgs.), *História da Vida Privada. Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo, Cia. das Letras.
- SANTOS, Nelson F. Dos. (1985), *Quando a rua vira casa*. São Paulo, Projeto, 1985.
- SENNET, R. (1989). *O declínio do homem público*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- _____. (2008). *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, BestBolso.

Resumo

A prefeitura da cidade de João Pessoa, no período de 2005 a 2008, implantou o Programa de Recuperação de Parques, Praças, Passeios e Jardins, instalando equipamentos diversificados e espaços de convivência para diferentes grupos etários e identitários da cidade. Foi realizada uma pesquisa, de feição qualitativa, entre maio a agosto de 2008, para avaliar o impacto do programa na vida da cidade, em termos de sociabilidades, práticas esportivas, violência, práticas culturais e educativas. Diversos fatores foram considerados: a história e o contexto das praças, diferenças de classe e de estilo de vida, presença ou ausência de movimentos sociais e/ou culturais. Foram realizadas observações participantes, conversas informais, entrevistas, sendo privilegiado o ponto de vista dos usuários das praças. Constatou-se que são grandes as diferenças entre praças de bairros populares e bairros de classe média no que se refere aos usos do espaço, porém de modo geral o programa estimulou a saída do mundo privado para a praça, intensificando o convívio e a sociabilidade entre vizinhos e estranhos e entre grupo etários distintos, contribuindo para o revigoramento do espaço público da cidade.

Palavras chave: Praças – Revitalização – Espaço Público – Sociabilidades – Lazer

Abstract

In 2005 to 2008, the City of Joao Pessoa implemented the Recovery Program of Parks, Squares, Walks and Gardens, installing equipment and diverse living spaces for different age and identity groups. We performed a qualitative research, between May and August 2008, to assess the impact of the life of the city in terms of sociability, sports practices,

violence, cultural and educational. Several factors were considered: the history and context of the squares, and class differences in lifestyle, presence or absence of social and / or cultural movements. To privilege the point of view of users of the squares, we carried out participant observations, informal conversations and interviews. We found great differences between squares of impoverished neighborhoods and middle-class neighborhoods with regard to the uses of space. Despite these differences, the program has stimulated the output of the private world of the square, intensifying the conviviality and sociability among neighbors and strangers and between different age groups, thus contributing to the revitalization of the city's public spaces.

Keywords: Squares - Revitalization - Public Space - Sociabilities - Leisure

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

PATRIMÔNIO CULTURAL E MUDANÇA SOCIAL: IMAGENS, NARRATIVAS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia

A partir das duas últimas décadas do século XX, em várias cidades do mundo, vem sendo desencadeados processos de requalificação de áreas urbanas degradadas e/ou abandonadas promovendo reutilizações do patrimônio cultural, bem como dos recursos ambientais e paisagísticos. Estas experiências recorrem aos símbolos representativos dos primórdios da formação das cidades ou de um *saber fazer*, de práticas ligadas à tradição e à memória coletiva, valores como convivialidade, centralidade e historicidade. Em geral, são processos que procuram atrair novos usos dos espaços na tentativa de viabilizar o sistema econômico utilizando como recurso o dinamismo cultural e turístico, bem como o potencial arquitetônico e urbanístico destes bairros ou trechos urbanos antigos e/ou abandonados ao longo do tempo.

São intervenções urbanísticas que pressupõem um processo no qual as ações integradas se desenvolvem mediante um planejamento estratégico entre poder público, iniciativa privada e usuários. A idéia geral é que os resultados positivos realimentem o processo atraindo novos investidores, gerando outros projetos. Expressam, assim, um dilema central da cultura contemporânea entre preservar e consumir e, além disto, seus aspectos excludentes vêm encontrando resistência organizada da sociedade civil, em fóruns e associações não-governamentais como, por exemplo, em São Paulo, do Fórum Centro Vivo (2000) que reúne movimentos populares urbanos, pastorais, universidades e entidades de defesa dos direitos humanos, educação e cultura. São espaços geradores de trocas sócio-culturais, de lugares públicos de contestação e/ou reivindicação de direitos sociais, mas que também podem expressar aspectos de segregação sócio-espaical.

Adotados em maior ou menor escala em diversas cidades, ganharam destaque após as experiências norte-americanas e européias bem sucedidas, a exemplo das pioneiras em Baltimore, Londres, Barcelona, Lisboa, entre outras. Na América Latina, destacam-se *Puerto Madero* e o bairro de *La Boca*, em Buenos Aires bem como as operações renovadoras em Quito, no Equador. No Brasil, esse processo tem caracterizado diversos projetos como a reurbanização da *Praça 15 de Novembro* (Rio de Janeiro), o *Projeto Cores da Cidade* (Curitiba, Rio de Janeiro e Recife) e as experiências pioneiras no *Pelourinho* de Salvador, além de iniciativas diversas em cidades como Fortaleza, São Luís, Belém e João Pessoa, entre outras.

No Brasil, alguns dos primeiros centros urbanos alvos de ações de requalificação com vistas à preservação de seus valores culturais localizam-se na região Nordeste. São processos de requalificação que refletem várias das tendências que predominaram na América Latina como um todo e parte das européias (com adaptações locais) por influência dos imaginários das elites nacionais e das políticas, bem como dos investimentos dos organismos internacionais vinculados à preservação patrimonial. Destaco, a seguir, alguns desses processos no Brasil e interfaces com Europa e América Latina.

1 Imagens e narrativas globalizadas da requalificação urbana

A ação do poder público na área de requalificação de antigos bairros sob intervenção estatal direta teve início no Brasil na cidade de Salvador, em 1967, com a criação de uma fundação pública para recuperação dos bairros do Pelourinho e do Maciel: o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Resultou da recomendação da missão da UNESCO no Nordeste do Brasil, presidida pelo Inspetor Geral dos Monumentos da França, o arquiteto Michel Parent (GOMES, 1995). Este relatório foi, de fato, o embrião da valorização e destaque das cidades históricas e dos monumentos religiosos do Nordeste do Brasil em nível de muitas cidades barrocas européias (alguns dos exemplares mais representativos do barroco do Nordeste localizados, inclusive, em João Pessoa). Punha ainda o turismo como meio eficaz para conseguir os recursos necessários à conservação e restauração dos mesmos. O turismo cultural inspirado nas experiências européias era a palavra de ordem naquela época tanto na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como na Organização dos Estados Americanos (OEA), conforme afirma Paulo O. Azevedo (2004) referindo-se ao encontro técnico realizado por estas entidades no Equador de onde saíram as Normas de Quito. Estas reuniões ficaram famosas na região por apontarem o turismo cultural como a solução para conservação dos monumentos e centros históricos, mas também para os graves problemas de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

No caso brasileiro, o relatório da UNESCO impactaria, sobretudo, os tecnocratas do Regime Militar iniciado em 1964 ao revelar as potencialidades turísticas das regiões mais pobres do Brasil enquanto uma saída para o desenvolvimento e promoção do suposto *Milagre Brasileiro*. Foi criado em 1973 o Programa das Cidades Históricas do Nordeste (PCH) com ênfase no turismo cultural. Em 1977, o PCH foi estendido para outras regiões a exemplo de Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro sem um aumento correspondente dos recursos. Foi encerrado em definitivo em 1983, interrompendo a principal fonte de financiamento dos projetos na região Nordeste. A valorização e restauração de monumentos e a requalificação de centros históricos deixava de representar uma estratégia de desenvolvimento regional para se tornar um tema cultural.

Este modelo de desenvolvimento econômico regional baseado no turismo cultural não funcionou no Brasil e nem nos outros países latino-americanos. Entretanto, em todas as formas de atuação desta época houve efeitos visíveis sobre o turismo e a imagem do patrimônio cultural no sentido de ampliação do consumo simbólico e uma relativa dinamização artístico-cultural. Uma das razões dos fracassos destas políticas ou de avanços apenas parciais e/ou temporários teria sido imaginar que a introdução de uma nova atividade, o turismo, por si só, poderia mudar a dinâmica urbana local e o quadro de pobreza estrutural das regiões. Porém, outros fatores devem ser considerados, a exemplo da ausência de investimentos maciços e constantes da iniciativa privada, deficiências e inconstâncias nas ações dos poderes públicos variantes em função das conjunturas e da "sensibilidade" dos governantes/gestores. Em alguns casos, o excessivo paternalismo estatal gerou vícios na obtenção de benefícios por meio de subsídios impossíveis de serem mantidos. Em outros casos, a depender da região e da conjuntura política, da maior ou menor organização social, mas foi, sobretudo, o maior empecilho foi o não enfrentamento das questões sociais relativas ao trabalho e a moradia, marcantes em todas as cidades latino-americanas.

Nesse caminho, é preciso considerar o fato de que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, o crescimento urbano no Brasil aconteceu de maneira intensa, caracterizada por

um crescimento horizontal e adensamento vertical, enquanto os centros antigos começaram a perder posição e prestígio frente aos novos bairros mais sofisticados. E, além disto, a crise econômica e institucional das décadas de 1980 e 1990 modificou o quadro em termos do planejamento urbano (MARICATO, 2001). Houve redução da capacidade de investimento das administrações municipais. Isto conduziu, em muitos casos, à necessidade de definição de estratégias econômicas viáveis em termos locais e a busca de estratégias semelhantes às grandes corporações privadas, identificando as potencialidades de desenvolvimento dos municípios.

Os poderes públicos estaduais e municipais, com apoio do governo federal, passaram a identificar, ao lado dos instrumentos legais de proteção, novos caminhos que pudessem assegurar a manutenção e a valorização dos centros históricos considerados de significativo valor cultural. A reintegração destes espaços ao cotidiano das cidades teria ainda um reforço com o reconhecimento da falência do modelo de expansão “periférico”, bem como da necessidade de adensar as cidades para aproveitar os recursos disponíveis, fossem eles referentes à infra-estrutura, transportes urbanos ou ocupação da área construída.

Nesse sentido, elaborou-se um *marketing* a exemplo do que tem acontecido na Europa e nos Estados Unidos desde a década de 1980, que se repetiu na América Latina nos anos 1990, procurando desenvolver características globais e reaproveitar as especificidades próprias da região (HARVEY, 1992). São exemplares os programas como os de Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife e João Pessoa no Brasil. Estes programas foram na maioria concebidos como requalificação urbana, de iniciativa estadual ou municipal. Embora privilegiassem os centros históricos, buscavam e ainda buscam construir narrativas de valorização e comercialização da imagem da cidade como um todo e dos centros históricos como um dos elementos de destaque, no âmbito nacional e global, não apenas como lugar turístico, mas como lugar de oportunidades para negócios (DEBORD, 1997; AZEVEDO, 2004; JEUDY, 2005; GONDIM, 2007).

No caso latino-americano, o aparecimento destes programas está associado ainda aos financiamentos oferecidos por agências internacionais e nacionais de desenvolvimento. A partir de 1994, os financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) começaram a estimular a renovação de centros históricos na região, como os projetos Prodetur e Monumenta do Brasil e a requalificação dos centros históricos de Quito, Montevideu e Buenos Aires.

Apesar dos objetivos destes projetos, no papel, não serem antagônicos aos da requalificação de antigos centros urbanos em seus aspectos sociais, na maioria das áreas que investiram, houve transferência de populações pobres (moradores de rua, prostitutas, trabalhadores informais) para bairros periféricos ou houve ameaças e exclusão dos benefícios da requalificação. Foram, em geral, operações de *gentrification* e de conversão dos antigos bairros em área de comércio, serviços e lazer, instalação de *shopping centers* e outros equipamentos voltados para consumo cultural. Os antigos centros se transformaram em cenários para a realização de espetáculos, shows destinados aos artistas visando atender a população de classes médias e aos turistas.

Embora sejam evidentes as mudanças recentes no modelo de intervenção nos centros históricos no Brasil, ainda mantêm-se alguns destes vícios como monopólio do turismo, o paternalismo com os proprietários e a exclusão dos antigos moradores e populações pobres. Em João Pessoa, por exemplo, bares e pequenos comerciantes que haviam se instalado nas áreas reabilitadas entre 1998-2002, abandonaram-na à medida que o poder público começou a solicitar contrapartidas, investimentos e conservação nos imóveis ocupados (SCOCUGLIA, 2004).

Tudo indica que os projetos de criação de enclaves turístico-comerciais cercados por bairros decadentes e favelas, não funciona e têm um custo de manutenção muito alto, não traz sustentabilidade e não provoca reações significativas e duradouras do setor privado. Alguns casos colocam em xeque as teorias recentes da *gentrification* generalizada segundo as quais sob o efeito da globalização, as camadas populares seriam expulsas dos centros das cidades e substituídas pelas camadas médias. O Rio de Janeiro, por exemplo, e poderíamos citar também João Pessoa (cidade dita de Porte Médio), Salvador e Recife (metrópoles do Nordeste), certos bairros degradados como a Lapa foram objetos de requalificação e reinvestimentos traduzidos por intervenções públicas e pelo desenvolvimento de lugares de lazer especialmente noturnos, sem que isso impedisse a permanência da proximidade entre as favelas e os bairros alvos da *gentrification*. Uma *gentrification* para consumo convive, pelo menos nesses casos, com as transformações e evoluções completamente diferentes.

No Brasil, as atuações mais recentes, de 2003 a 2008, se destacam os programas de moradia para os antigos centros urbanos com financiamento habitacional da Caixa Econômica Federal por meio do Programa de Arredamento Residencial – PAR e os projetos vinculados ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) que, em João Pessoa vêm sendo anunciados e indicando a remoção de 872 famílias residentes às margens do rio Sanhauá no bairro do Varadouro. É parte do *Projeto de Revitalização do Vale do Sanhauá* de requalificação do rio e suas margens, bem como implantação de um parque com dinâmica cultural e turística na área do antigo atracadouro, Porto do Capim, local onde aportaram os colonizadores em 1585.

O programa financiado pela Caixa Econômica Federal (PAR) estabelece critérios que inviabilizam o acesso aos imóveis pelas populações de mais baixa renda ao seguir exigências para as inscrições que indicam uma lógica de substituição por estratos sociais das camadas médias urbanas. Em outras palavras, se viabiliza a operação e se estimula o uso habitacional, mas para populações com nível econômico mais elevado e/ou com um perfil diferenciado, em geral artistas, jovens casais sem filhos e jovens recém-formados, em ascensão profissional. A massificação do uso do solo tipo “mini-apartamento” aparece como solução em termos arquitetônicos e, sem dúvida, mostra alguns avanços nos processos com relação à dinâmica anteriormente desenvolvida nas cidades brasileiras, mas não estão sendo resolvidos, nem enfrentados ainda os problemas sociais, além de haver, de certa forma a manutenção do caráter de “exclusão” social.

Estas análises apontam para a necessidade de se questionar os resultados dos novos processos de intervenção urbana, do ponto de vista dos seus beneficiários, sobretudo quando se observa nos discursos em prol dos novos projetos uma tendência a apresentarem os interesses envolvidos como se fossem consensuais, interesses “da cidade”. Reifica-se uma realidade complexa, cuja marca é a diversidade e a heterogeneidade, como já afirmavam os estudiosos da Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século XX.

Com efeito, no atual contexto da globalização econômica, o que se observa é a exacerbação das diferenças sociais na medida em que escasseiam os empregos no setor formal e aumenta a concentração de renda (SASSEN, 1994). No Brasil e em países chamados “emergentes”, políticas atreladas ao sistema financeiro internacional agravaram a exclusão social, o que se manifesta na maior visibilidade da pobreza nas áreas urbanas (população de rua, aumento do número de favelas) e no aumento dos indicadores de violência, entre outras. Neste contexto, a requalificação é apresentada como instrumento para dinamizar a economia das cidades, gerando emprego e renda,

bem como elemento propiciador da recuperação do espaço público, em benefício dos direitos de cidadania.

Entretanto, a relação entre o acesso a esses direitos e a deterioração ou mesmo eliminação de espaços abertos à convivência com a diversidade e a desigualdade tornou-se uma questão complexa nas cidades contemporâneas. Há evidências de que a exclusão social e a violência são fatores que contribuem para a privatização das áreas de convivência coletiva, como mostrou Caldeira (2000). A questão torna-se mais complexa na medida em que se evidenciam também formas de organização em fóruns e associações civis para defesa da manutenção dos antigos moradores e para discussões dos problemas ligados às especificidades de cada localidade.

2 A experiência do bairro do Varadouro em João Pessoa

No caso da cidade de João Pessoa¹⁰, os anos 1980 evidenciaram a deterioração do centro da cidade e um acentuado processo de segregação espacial, pelo qual os pobres, cada vez mais, tenderam a residir em periferias longínquas e precariamente equipadas ou no perímetro das áreas centrais. Enquanto os bairros da orla marítima e adjacências passaram a concentrar moradias de classe média e alta, juntamente com comércio e serviços modernos. Estes, sobretudo na presente década, tendem a se concentrar em *shoppings centers*, que passaram a se constituir, também, como centros de lazer. Novas centralidades urbanas proliferaram enquanto o antigo centro perdeu sua importância comercial e residencial.

Um processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa foi iniciado em 1987 mediante Convênio Brasil/Espanha de Cooperação Internacional, mas apenas em finais dos anos 1990 ocorreu um movimento mais articulado entre população local, poder público e iniciativa privada no sentido da revalorização do patrimônio cultural local (estes últimos, sobretudo, a partir dos recursos voltados para o turismo advindos de agentes financeiros internacionais, do BID e do Prodetur/NE)¹¹.

As pesquisas indicam a criação e recriação de usos e sociabilidades nos espaços de lazer e de cultura que se estruturaram a partir do período entre 1997-2002, marcado pelas obras, em especial, na Praça Antenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, pela dinamização cultural destas áreas públicas e por um retorno das camadas médias e da elite local (estudantes, profissionais liberais, artistas, etc.) ao antigo centro da cidade, não promoveram a expulsão dos moradores das favelas e habitações precárias nas proximidades e ao contrário, em certos casos, deram visibilidade aos problemas enfrentados pela população estigmatizada que vive às

¹⁰ Apesar de possuir exemplares da arquitetura militar, civil e religiosa que remontam aos primórdios das vilas e cidades brasileiras, as áreas alvos das intervenções da década de 1990 foram a Praça Antenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, cujo entorno é marcado por conjuntos urbanos ecléticos do início do século XX e por influências européias *art nouveau* e *art déco*.

¹¹ O Prodetur-NE – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro foi implantado em 1992 por iniciativa federal, junto aos governos estaduais, visando financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Para isto foi obtido um crédito especial do governo federal, no BNDES, para a iniciativa privada que quisesse investir no setor. A estratégia do Prodetur se fundamenta, pelos menos no discurso, no tripé: iniciativa privada, governo e população. Esta política de turismo como fator de desenvolvimento teve início no Brasil com a implantação do Plantur – Plano Nacional de Turismo (1992), cujo fundamento era a diversificação geográfica da infra-estrutura concentrada no Sul e no Sudeste. A redistribuição se daria através de pólos de desenvolvimento integrados, em novas áreas, associadas à expansão de infra-estrutura, estradas, aeroportos, etc.

margens do rio Sanhauá, mas também à margem da cidade formal, do trabalho e da educação de qualidade.

Deste prisma, destacam-se no processo de requalificação do centro histórico de João Pessoa, em especial dos trechos reabilitados e em processo de requalificação no bairro do Varadouro, sociabilidades diversificadas na formação de fóruns, associações e organizações não-governamentais, bem como atividades culturais nos espaços de lazer e diversão, festas populares, bares etc. como espaços nos quais se intensificaram as possibilidades de trocas, de aproximações e de reconhecimento das diferenças. A consciência da existência de um "centro histórico" na cidade de João Pessoa ampliou-se neste contexto de finais do século XX aliada às estratégias de *marketing* turístico do poder público, seguindo o modelo do *Recife Antigo* e tentando construir uma nova imagem da cidade.

Quatro anos após o início de experiências de grande repercussão nacional como a Operação Pelourinho, em Salvador, e o Projeto de requalificação do Recife Antigo, o Jornal Correio da Paraíba, de 08 de março de 1997, destacava "A vez de João Pessoa" e afirmava que o poder municipal queria "repetir a mesma façanha de Recife, cujo centro histórico foi inteiramente revitalizado para o desfrute e convívio cultural da comunidade pernambucana e dos milhares de turistas que se maravilham com a transformação lá operada". Intensificavam-se as notícias nos principais jornais da capital paraibana sobre a revitalização do centro histórico. Tal fato demonstrava interesse crescente dos intelectuais, do Estado, da opinião pública e da mídia sobre o tema.

Repetiu-se em João Pessoa não só a estratégia de pintar as fachadas com cores fortes, mas também as parcerias entre órgãos públicos e privados, incluindo-se os pequenos empresários instalados na Praça Antenor Navarro, já que as edificações não foram desapropriadas, mas apenas negociados os aluguéis com mediação dos órgãos de patrimônio e gestores do poder público municipal e estadual. O sistema de parcerias foi o primeiro passo para a operacionalização do Projeto de Revitalização da Praça Antenor Navarro marcado também pela tentativa de recriação da imagem do patrimônio histórico da cidade de João Pessoa.

Firmou-se, assim, desde o período de 1997-2002, nova imagem, narrativas e usos no centro histórico. Em todas as notícias dos jornais locais, recorria-se à imagem da origem da cidade e à idéia de que o patrimônio cultural passaria de abandonado e em ruínas para algo dinâmico, vivo, com cores e efervescência cultural¹². Esta seria a forma que possibilitaria transformar aquele patrimônio em mercadoria nova e explorá-lo para consumo cultural e turístico.

Uma reportagem do Jornal *A União*, de 02 de novembro de 1997 destacava:

O centro histórico pessoense está passando por uma grande cirurgia plástica para voltar a ter a cara de quando a cidade estava começando a crescer. Antigos prédios transformados em ruínas estão sendo recuperados para dar lugar a novas formas de exploração da chamada Cidade Antiga. (...) As ruínas que hoje fazem parte da paisagem urbana da Cidade Velha darão espaço a barzinhos, centros

¹² Dentro do programa de atração de novas atividades econômicas, após as obras de revitalização, foram implantados na Praça Antenor Navarro, nos seus antigos imóveis, bares (Parahyba Café e Engenho do Chopp), lojas de artesanato e design (Mistura Filipéia), galerias de arte e atelier de artistas plásticos, a Funjope, a Secretaria de Turismo do Município e o Memorial da Justiça do Trabalho. No Largo foram implantados: antiquário (Dodge Antiguidades), uma associação cultural (Associação Folia de Rua), um escritório de consultoria, uma editora, um escritório do Programa Empreendedor Cultural do SEBRAE, produtora de vídeos e boate (Intoca).

culturais e praças que, apesar do aspecto de novo que passarão a ter, terão de volta um pouco da arquitetura que João Pessoa já teve há séculos. Mas o Projeto vai além da recuperação dos prédios antigos e passa pela revitalização da área (...).

Antevia-se a valorização das potencialidades da área como um “centro cultural e lanterninha da rota turística do estado” (Jornal *O Norte*, 30/03/1997). As festas juninas, as prévias carnavalescas, os lançamentos de livros, shows, festivais de cultura popular, o *Auto de Deus*, entre outras, delinearão formas de usos desses lugares. O casario reformado da Praça Antenor Navarro transformou-a num agitado “ponto de encontro” e diversão por onde circulavam políticos, escritores, intelectuais, artistas, estudantes, em principal, numa praça iluminada e ao som de um burburinho de vozes e música (jazz, MPB, música instrumental). Reforçava-se a impressão cenográfica da revitalização, cujo impacto passou a ser um enorme contraste social com a letargia do resto do bairro do Varadouro.

Paralelamente a essa maior visibilidade, implantou-se um processo de publicidade do centro histórico, incentivado até mesmo pela intensificação do ato de circular e de conhecer, vivenciar as qualidades, mas também os problemas daquela área e da população moradora. Tornava-se público ainda o descaso das autoridades locais com a poluição do rio Sanhauá, agravada pela presença do Lixão do Roger¹³ e pelas precárias condições de vida das pessoas residentes na comunidade Porto do Capim.

Desse modo expressaram-se, desde o início das intervenções mais recentes no antigo centro de João Pessoa, as ambigüidades específicas de uma experiência que transformou em lugar de consumo e lazer uma praça abandonada e degradada, transformada na imagem do que hoje se conhece popularmente como sendo o “centro histórico de João Pessoa”. Porém, não conseguiu “revitalizar” o patrimônio urbano no sentido de que não foi totalmente eliminada a imagem que a caracterizava. A imagem cenográfica teria pouca duração, “o palco” sobre a praça seria desmontado gradativamente após os dois primeiros anos de inauguração da Praça Antenor Navarro, permanecendo algumas atividades esporádicas, bares e *ateliers*. Entretanto, a associação da Praça Antenor Navarro com o centro histórico da cidade continua a permear o imaginário da população local.

Parece-me importante frisar que os símbolos da nova vida no centro histórico não estavam presentes apenas nos bares e eventos culturais diversificados no final dos anos 1990 e início do século XXI mostrados nas imagens desenvolvidas pelo *marketing*, mas também nas formas de interações sociais e ações espontâneas, associativas e reabilitadoras, em especial, nas ações criadas por associações civis sem fins lucrativos, vinculando patrimônio cultural, arte e educação.

3 Educação patrimonial e memória – outras narrativas e usos do patrimônio cultural em João Pessoa

A Associação Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, criada em 1991, como suporte legal para o funcionamento da *Escuela-Taller* de João Pessoa, num convênio entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o Governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Foi implantada como parte

¹³ Depósito de lixo da cidade localizado há 40 anos nas margens do rio Sanhauá e que só após a dinamização cultural do centro histórico, em fins dos anos 1990, aliada as pressões dos grupos que ali circulam, foi transferido para um aterro sanitário e em seu lugar construído um parque ecológico.

do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987) e faz parte da história do *Programa de Escuelas - Taller*¹⁴ em nível internacional. Os trabalhos centrados no objetivo e na filosofia de “aprender fazendo” utilizam a prática cotidiana e o “saber-fazer” como fios que tecem a experiência educacional, pessoal e social dos jovens, professores e instrutores. Em 1995, a Oficina-Escola ganhou sede própria no prédio da antiga *Fábrica de Vinhos Tito Silva*. A restauração e o uso da antiga fábrica (tombada pelo patrimônio nacional na década de 1980) é um exemplo do “saber-fazer” e da criatividade e diversidade regionais, da cultura material e imaterial.

Nesse período, o extinto Pró - Memória (atual IPHAN) havia demitido os profissionais que atuavam na execução das obras de restauração (pedreiros, marceneiros, carpinteiros etc.), já que o órgão passara a exercer apenas funções de fiscalização. A equipe recém-formada da Oficina-Escola incorporou, no projeto, quatro desses profissionais para exercerem funções de professores – instrutores nos ofícios ligados diretamente à construção civil. Passaram, assim, a ser parte importante do Projeto de Revitalização e instrumento de formação de mão-de-obra especializada para suprir as necessidades operacionais da revitalização, até então executadas por empresas privadas. A partir de meados da década de 1990, foram entregues as principais obras restauradas pelos alunos das primeiras turmas da Oficina-Escola.

A Oficina-Escola continua a atuar na capacitação de jovens de baixa renda para intervir fisicamente nos monumentos e áreas urbanas do centro histórico de João Pessoa, visando à sua absorção pelo mercado da construção civil. Inicialmente, trabalhava-se com jovens de 16 a 24 anos, mas, na sequência da experiência, esse critério foi alterado, passando-se a selecionar maiores de 18 anos (por questões de ordem trabalhista e de segurança do trabalho). Além de bolsas de estudo (correspondentes a um salário mínimo), os alunos da Oficina-Escola de João Pessoa têm acesso à educação, alimentação, fardamento, vale-transporte, assistência médica e psicológica, orientação profissional e recebem estímulos à auto-estima a partir da segurança adquirida por ofícios milenares.

Para manter estas atividades, a coordenação, os professores e alunos desenvolveram táticas frente à realidade social de pobreza na Paraíba, bem como frente às pressões das instituições financiadoras. As interações sociais e os conhecimentos adquiridos na experiência cotidiana de trabalho representam tentativas de inclusão social baseadas na relação entre patrimônio cultural e cidadania.

4 Formas de participação, mobilização e usos da memória urbana

Em 2000, após a conclusão das obras da Praça e do Largo e frente a certo retraimento da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado com relação às obras de revitalização e dinamização cultural, formou-se o Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Histórico de João Pessoa. Dele resultou a Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo e o *Workshop Construindo o Futuro*, reunindo intelectuais, comerciantes, moradores, alguns políticos locais. Instituiu-se uma reunião pública

¹⁴ O programa de Escuelas-Taller vinha sendo desenvolvido na Espanha pelo Ministério do Trabalho desde 1986, voltado para adolescentes e jovens que apresentavam situações de risco pessoal e social. Em 1990 havia várias escolas desse tipo só na Espanha, ensinando os ofícios da restauração e preservação do patrimônio histórico natural e construído. Foi quando se firmou um convênio de colaboração entre o Instituto Nacional de Empleo – INEM e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI para expansão desse programa de Escuelas-Taller em países da Ibero-América. A Oficina-Escola de João Pessoa foi a segunda mais antiga do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América e a primeira no Brasil, seguida em 1996 pela criação da Oficina-Escola de Salvador.

semanal no antigo Hotel Globo, onde travaram as principais discussões e decisões relativas ao tema. Iniciava-se a constituição de um espaço de reivindicação da população aos poderes públicos locais. Cobrava-se vontade política, interesse pelos problemas da área e continuidade na dinamização cultural.

O Projeto Folia Cidadã¹⁵, por sua vez, surgiu em 2001, como parte da Associação Folia de Rua – uma associação criada a partir do movimento de artistas e moradores do bairro de Miramar no sentido de fazerem um resgate do carnaval de rua na cidade¹⁶. O Projeto Folia Cidadã voltou-se para a população de crianças e adolescentes pobres da comunidade Porto do Capim, trabalhando a relação arte e educação por meio de oficinas de percussão criativa, técnica vocal, artes plástico-cênicas, oficina de fabricação e reciclagem de papel, além do curso de *Anfitrião Mirim*¹⁷. Todas as ações da entidade têm como eixo central a tradição cultural do carnaval de rua.

Este projeto representava, assim, uma ação dos próprios consumidores e usuários diante da situação precária de vida das crianças, no sentido de incentivar a permanência da população pobre do centro histórico/Porto do Capim e o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria de vida. Iniciava-se, em torno do centro histórico, uma politização do debate acerca das reivindicações sobre direitos culturais e pertencimento à cidade. A Acehrvo e, depois, a Associação Folia de Rua/Projeto Folia Cidadã, não apenas se tornaram as principais interlocutoras dos anseios da população do bairro, como também passaram a ser reconhecidas como indícios de que a população organizada poderia influenciar para garantir a continuidade e abrangência do processo de requalificação.

Com efeito, as ações da Acehrvo e do Projeto Folia Cidadã, como também as festas, shows, festivais etc., atividades culturais promovidas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado da Paraíba nas áreas revitalizadas se traduziram em esforços no sentido de transformar o Varadouro em um local onde se pode ter contato com a cultura popular paraibana. Mais do que isso, o vínculo entre patrimônio edificado e as expressões imateriais da cultura configuraram uma tentativa de (re) localização e de afirmação de uma tradição através da qual se buscava reinventar a centralidade de um espaço da cidade.

Apesar do discurso de inclusão dos moradores da favela no processo de revitalização em curso no bairro do Varadouro, por parte dos agentes culturais, das associações e do poder público, percebia-se a forma como operavam as categorias

¹⁵ O Projeto Folia Cidadã obteve o apoio do Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet (Lei nº. 8.313/91), com vistas à captação de recursos junto às empresas privadas. Entretanto, a parceria mais importante foi firmada com o Instituto Ayrton Senna que o inseriu entre os dezesseis projetos nacionais escolhidos no Brasil para fazerem parte de uma experiência intitulada Cidadão 21 Arte. Os objetivos desse último foram inspirados no conteúdo do art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.691/90) com ênfase voltada para a formação continuada de crianças e de adolescentes.

¹⁶ As “Muriçocas do Miramar” envolvem mais de 200.000 pessoas nas festividades da quarta-feira que antecede a semana de Carnaval.

¹⁷ Esse projeto representou uma parceria da Associação Folia de Rua/Projeto Folia Cidadã com a Secretaria de Turismo de João Pessoa, entre outubro e dezembro de 2001, atendendo a vinte adolescentes numa programação envolvendo aulas sobre história da Paraíba, conduta turística, informações turísticas e monumentos históricos. Após essa primeira etapa, quinze adolescentes ficaram aguardando providências por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa/Setur no sentido de passarem à segunda etapa do curso, ou seja, à parte prática. Poderiam, então, atuar nos principais pontos turísticos, recebendo uma bolsa de incentivo, da ordem de 60% do valor do salário mínimo. Teria sido uma oportunidade para, através da memória inscrita no patrimônio cultural, desenvolver a responsabilidade da conservação naqueles que habitam o centro. Entretanto, o projeto foi abandonado.

conflituosas de interação, onde as faces invisíveis da exclusão ganhavam forma. Deste modo, durante o dia, as ações do Projeto Folia Cidadã significavam uma tentativa de inclusão dessa população pobre no processo de revitalização com um trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes do Porto do Capim. Durante a noite, as calçadas iluminadas e enobrecidas, e até mesmo o gosto musical dos frequentadores demarcava fronteiras e usos segregados da Praça Antenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves. As representações que os usuários faziam de si e dos outros estavam fortemente marcadas pelas possibilidades de acesso a padrões culturais de consumo, cujos limites se definiam a partir da transformação do patrimônio em mercadoria cultural. Enobrecidas as antigas edificações, estas pareciam ficar mais distantes do cotidiano dos moradores do bairro.

Já as prévias carnavalescas e a festa do São João, com o concurso de quadrilhas, passaram a contar com a participação de uma população mais diversificada da cidade como um todo. Nesses grandes eventos, milhares de pessoas circulavam pelo bairro, em seus becos, ladeiras, praças e largos, de maneira indiscriminada. E até mesmo os moradores do Porto do Capim começaram a ocupar os espaços da Praça Antenor Navarro com comércio ambulante, configurando-se como um exemplo de insurreição pelo uso dos moradores pobres do bairro do Varadouro e imediações.

Reabilitada, a área transformou-se no principal ponto de encontro e de diversão noturna do Centro Histórico de João Pessoa. Casario restaurado, esquema de segurança, presença de pessoas da classe média etc. Tudo apontava para a *gentrification* da área. Essa nova imagem da Praça e do Largo tornava ainda mais visível, pelo efeito contrastante, o abandono e a degradação das demais áreas do Varadouro (SCOCUGLIA, 2004).

No entanto, a festa e a efervescência cultural, nos moldes pretendidos, não duraram muito e cerca de quatro anos depois, a área começou a dar sinais de estagnação. O poder público municipal reduziu consideravelmente sua participação no processo de requalificação. Os eventos culturais foram deixados a cargo da iniciativa privada, basicamente dos donos de bares e boates que haviam se instalado no local, e dos artistas locais que se interessavam na animação cultural do lugar. Além disso, a Prefeitura também deixou de assegurar uma infra-estrutura e de serviços urbanos em condições que fossem satisfatórias a permanência dos novos usos do local.

Sem programação cultural, em meio à escuridão e sem segurança pública, o público-alvo do lugar afastou-se. Também a especulação imobiliária, com a subida dos aluguéis dos prédios, promoveu o afastamento dos investidores, inclusive os donos de bares e boates que já estavam estabelecidos no local. Prédios ocupados com bares e boates foram fechados. O quadro foi agravado, quando o mais conhecido e frequentado bar da área revitalizada – o Parahyba-Café – deixou a Praça Antenor Navarro. Entre 2002 e 2005, a Praça Antenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves permaneceram num período de estagnação, com alguns prédios fechados e sem programação cultural nenhuma.

Atualmente, os bares e boates já não caracterizam o lugar, como ocorria anteriormente, quando estava no auge (entre 1998-2002). Outros tipos de atividades tem sido desenvolvidas na área, como galerias de arte, ONGs, institutos de pesquisa, gabinete de planejamento.

Apesar dos inúmeros problemas, algumas tentativas para recuperar o patrimônio e o prestígio que sempre caracterizou, não somente o centro histórico, mas também o bairro central tem sido realizadas, inclusive fora do âmbito institucional do projeto de revitalização objeto de Convênio Brasil/Espanha. Algumas ações partem da

iniciativa privada (implantação do Shopping Tambiá, em 2003), mas a maioria é oriunda do poder público, notadamente da Prefeitura Municipal.

5 Ações e limites da requalificação no centro antigo de João Pessoa

Nos últimos dois anos, observa-se a retomada do interesse público pela região central e, neste processo, o surgimento de novas propostas e novos atores sociais. Novos empreendimentos vêm sendo planejados e outros realizados, tais como: a reestruturação do Terminal de Transportes Coletivos Urbanos (2006), conhecido como “terminal de integração”, a revitalização das Praças Pedro Américo e Aristides Lobo (2007), Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva (obras em andamento, 2009), a reestruturação do Mercado Público Central (obra em andamento, 2009), a restauração da Igreja da Misericórdia (2007), além da implantação do Centro de Comércio e Serviços do Varadouro (numa parceria entre a Prefeitura Municipal e o Grupo Pão de Açúcar, ainda em fase de projeto).

As atenções e as expectativas em torno das ações que dão continuidade ao processo de revitalização do Centro Histórico estão voltadas para o Programa Moradouro e o Projeto de Requalificação do Antigo Porto do Capim, ambos lançados em 2007 e ainda em processo de licitação.

O Programa Moradouro, criado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa em parceria com a Caixa Econômica Federal, inicialmente, concentrará suas ações na restauração e requalificação de sete imóveis, localizados à Rua João Suassuna, no bairro do Varadouro. Estes casarões serão transformados em trinta e cinco apartamentos, com cada um dos imóveis abrigando cinco apartamentos. A compra desses imóveis será financiada pela própria Caixa Econômica Federal e o comprador terá um prazo de quinze anos para pagar. A área construída de cada apartamento mede entre 52 a 68 metros quadrados com dois quartos, sala única, cozinha, área de serviço e banheiro. Em cinco dos sete casarões, os apartamentos terão suíte. A prestação será R\$ 260,00, que representa 0,7% do valor total do imóvel (aproximadamente 35 mil reais), e deverá ser paga durante um período de 15 anos, segundo as regras do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Toda a obra está orçada em R\$ 1.242.500,00 – recursos do Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal (CEF) – mais uma contrapartida da Prefeitura de João Pessoa¹⁸.

A obra está avaliada em cerca de R\$ 1.242.500,00 e os recursos virão do PAR (Programa de Arrendamento Residencial), com a contrapartida da Prefeitura Municipal, que entrou com os imóveis, o projeto de restauração e reforma e o processo de seleção. Os pretendentes deverão preencher alguns requisitos como: não ter financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH); ser maior de 18 anos ou emancipado; ter no máximo 65 anos de idade incompletos; não ter contrato anterior de arrendamento rescindido por inadimplência ou outra falta contratual; não ter pendência no Serviço de Proteção ao Crédito ou Serasa; renda mensal entre R\$ 900,00 e R\$ 2.100,00 (podendo ser a renda familiar); ter ciência de que habitará uma área onde sempre haverá shows e festas e de que os prédios não possuem garagem. Uma vez preenchidos esses requisitos, a preferência será dada aos artistas ou pessoas que trabalham no Centro da cidade.

¹⁸ As informações aqui registradas sobre os projetos arquitetônicos e urbanísticos em desenvolvimento pela Prefeitura Municipal na área do centro histórico de João Pessoa a partir de 2005 e sobre o Programa Moradouro bem como sobre o Projeto de Requalificação do Antigo Porto de Capim foram fornecidas pela SEMHAB – Secretaria Municipal de Habitação Social e pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento da PMJP- Prefeitura Municipal de João Pessoa em 2007.

Embora a reforma dos prédios ainda não tenha começado, a expectativa é de que, até o final de 2008, os imóveis já estejam ocupados.

O perfil dos inscritos em abril de 2007 é formado por músicos, artesãos, atores, *designers*, professores de artes e de história, publicitários, arquitetos, fotógrafos, jornalistas e pessoas que trabalham no centro antigo de João Pessoa. Tudo indica que a possibilidade de morar no cartão postal da cidade de João Pessoa mexeu com o sonho de muita gente que deseja a casa própria, 141 pessoas disputam os 35 apartamentos que serão construídos na Rua João SUassuna no centro antigo da capital pelo Programa Moradouro.

Quanto ao Projeto de Requalificação do Antigo Porto do Capim, este corresponde à terceira etapa do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Embora fosse parte das vinte e seis áreas que foram escolhidas como prioritárias dentro do Plano de Intervenções Estratégicas no Centro Histórico, em 1987, foi somente a partir de 2005 que as discussões envolvendo o Porto do Capim tornaram-se mais intensas e amplas no cenário público da cidade.

Razões históricas (ligadas à origem da cidade) e razões ambientais (ligadas à presença na área de um ecossistema protegido por Lei Federal) fazem do Porto do Capim um lugar duplamente importante no contexto da cidade e de enorme significação no contexto do processo de requalificação do centro antigo de João Pessoa.

Entre os objetivos do Projeto estão: a conservação/valorização do patrimônio cultural do lugar; a revitalização da função econômica – comercial e serviços – do centro no contexto da cidade e da função habitacional, assegurando condições de habitabilidade às populações existentes e aquelas que serão atraídas para a área; a transformação do antigo porto em uma importante área de lazer, cultura e diversão para a população da cidade; o resgate do vínculo rio/cidade, com a transformação do rio, do antigo porto e do Varadouro em um núcleo turístico da cidade, voltado para o turismo histórico-cultural e do ecoturismo etc.

A proposta de intervenção abrangerá a restauração e reformas internas de prédios de grande importância histórica (três deles situados às margens do rio Sanhauá, formando o que os técnicos chamam de “Complexo da Antiga Alfândega”, e onde serão instalados o Museu da Cidade – Unidade Colônia; o Centro de Referência da Cultura Popular Paraibana e o Centro de Apoio ao Turista); a construção de um píer (onde as embarcações turísticas atracarão) e de praças de eventos e contemplação; a restauração da Antiga Ponte Sanhauá; a recuperação e revitalização de várias ruas e praças históricas; a restauração do Complexo Fabril da Matarazzo (onde haverá um centro educacional, comércio, centro de reciclagem profissional, atividades de arte e educação, teatro e auditório, praça de eventos etc.); a construção de unidades habitacionais para os moradores da favela Porto do Capim.

A proposta de requalificação do Porto é ampla, atuando em diversas frentes: patrimônio histórico, turismo, ecologia, lazer, comércio, serviços, habitação, atividades culturais, educação, etc. No entanto, os técnicos entrevistados em nossas pesquisas demonstraram que os focos principais são: a reintegração da cidade com o seu nascedouro, o rio, e a inclusão social dos moradores da favela Porto do Capim.

Entretanto, duas décadas após o início das obras de requalificação do centro histórico de João Pessoa, em especial no bairro do Varadouro, a população do Porto do Capim e demais favelas e vilas que margeiam o rio Sanhauá permanece na mesma situação. A requalificação da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves não modificou estruturalmente a realidade desta população.

A partir de 2007, com o Projeto de Requalificação do Porto do Capim e Vale do Sanhauá sendo rediscutido, voltou-se a falar na requalificação da área e da realocação

da população que ali vive. Apesar da descrença e da desconfiança que os moradores entrevistados na referida favela demonstraram possuir na concretização do Projeto e, mais ainda, na permanência deles na área após a conclusão das obras, os técnicos responsáveis pelos projetos e representantes do IPHAN-PB garantiram em suas declarações às nossas pesquisas que os moradores não sairão da área, que apenas serão deslocados internamente, permanecendo dentro do próprio Porto do Capim. Para a referida realocação foram adquiridas duas áreas com aproximadamente 2,4 hectares nas proximidades do local onde as mesmas residem atualmente.

Pretende-se, com esta intervenção, promover uma melhoria significativa na qualidade de vida dos moradores da Comunidade do Porto do Capim e adjacências, através de ações infra-estruturais como pavimentação, drenagem e esgotamento sanitário e construção de habitações adequadas, melhorando a qualidade de vida dos beneficiados, bem como contribuindo com a redução do déficit habitacional do município.

A população beneficiada se encontra hoje dividida em três regiões, denominadas: Comunidade Trapiche (Vila Nassau), Praça XV de Novembro e Vila Frei Vital. A divisão da população beneficiada por comunidade pode ser observada na tabela abaixo.

Região	Nº de Famílias
Comunidade Trapiche (Vila Nassau)	60
Praça XV de Novembro	143
Vila Frei Vital	94
TOTAL	297

População beneficiada pelo Projeto Porto do Capim (SEM HAB, PMJP, 2007).

De acordo com os técnicos e urbanistas, as famílias cadastradas não terão ônus com o processo de realocação. Durante a construção das unidades habitacionais, os moradores permanecerão em suas casas atuais. Cada família será contemplada com o título de propriedade do novo imóvel.

Nossas pesquisas continuam em andamento, pretendemos assim acompanhar o processo de regularização fundiária da área para a qual serão realocados os moradores do Varadouro, às margens do rio Sanhauá, bem como a construção e transferência da população.

Considerações Finais

Pode-se afirmar que mudou a imagem do centro histórico de João Pessoa desde a Revitalização da Praça Anthenor Navarro entre 1998-2002. Entretanto, nos últimos dois anos, as atividades de diversão na Praça Anthenor Navarro se tornaram intermitentes. Apesar do avanço lento dos processos de requalificação no Varadouro, da deterioração rápida da paisagem e das edificações pelo abandono e descaso com o patrimônio cultural, inclusive, da parte dos próprios proprietários dos imóveis, há uma continuidade das ações de requalificação e de atração de novas populações, bem como a permanência dos moradores antigos como, no caso, os que ocupam os trechos às margens do Rio Sanhauá. Estes últimos representam parte importante das novas sociabilidades no centro histórico aliadas àquelas geradas nas noites, nos bares, boates e eventos artístico-culturais. Neste sentido, no centro histórico de João Pessoa, com a requalificação de seu

patrimônio cultural, passou-se a reinventar a centralidade de um lugar, a lançar *pontes*, que permitissem a continuidade das interações sociais criadas a partir da arte e do consumo cultural.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, P. O. El Pelourinho de Bahia, cuatro décadas después In: *ICOMOS* No. 20, Flacso-Ecuador, Quito, p.45-52, 2004.

CALDEIRA, T. P. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOMES, M. A. (org). *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 2000.

GONDIM, L. M. P. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo, Annablume, 2007.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes, 2001.

PMRJ/SMH. *Novas alternativas. Projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/SMH/PMRJ, 2003.

SASSEN, S. *As Cidades na Econômica Mundial*. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCOCUGLIA, J. B. C. *Sociabilidades, espaço público e cultura: usos contemporâneos do patrimônio na cidade de João Pessoa*. Tese de doutorado/Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Cursos de Doutorado/CFCH/UFPE, Recife, 2003.

_____. *Revitalização urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa – 1987-2002*. João Pessoa: Editora Universitária, 2004a.

_____. *Cidadania e patrimônio cultural: Oficina-Escola, Projeto Folia cidadã e ACEHRVO no centro histórico de João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária, 2004 b.

Resumo

Este artigo trata da relação entre valorização do patrimônio cultural e *city marketing* a exemplo do que tem acontecido na Europa e nos Estados Unidos desde a década de 1980, se repetiu na América Latina nos anos 1990, procurando desenvolver características globais e reaproveitar as especificidades próprias da região. São exemplares as ações desenvolvidas em Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife e João

Pessoa no Brasil, na maioria, requalificação urbana de iniciativa estadual ou municipal. Destaca-se o caso de João Pessoa.

Palavras-chave: Imagem, patrimônio cultural, *city marketing*

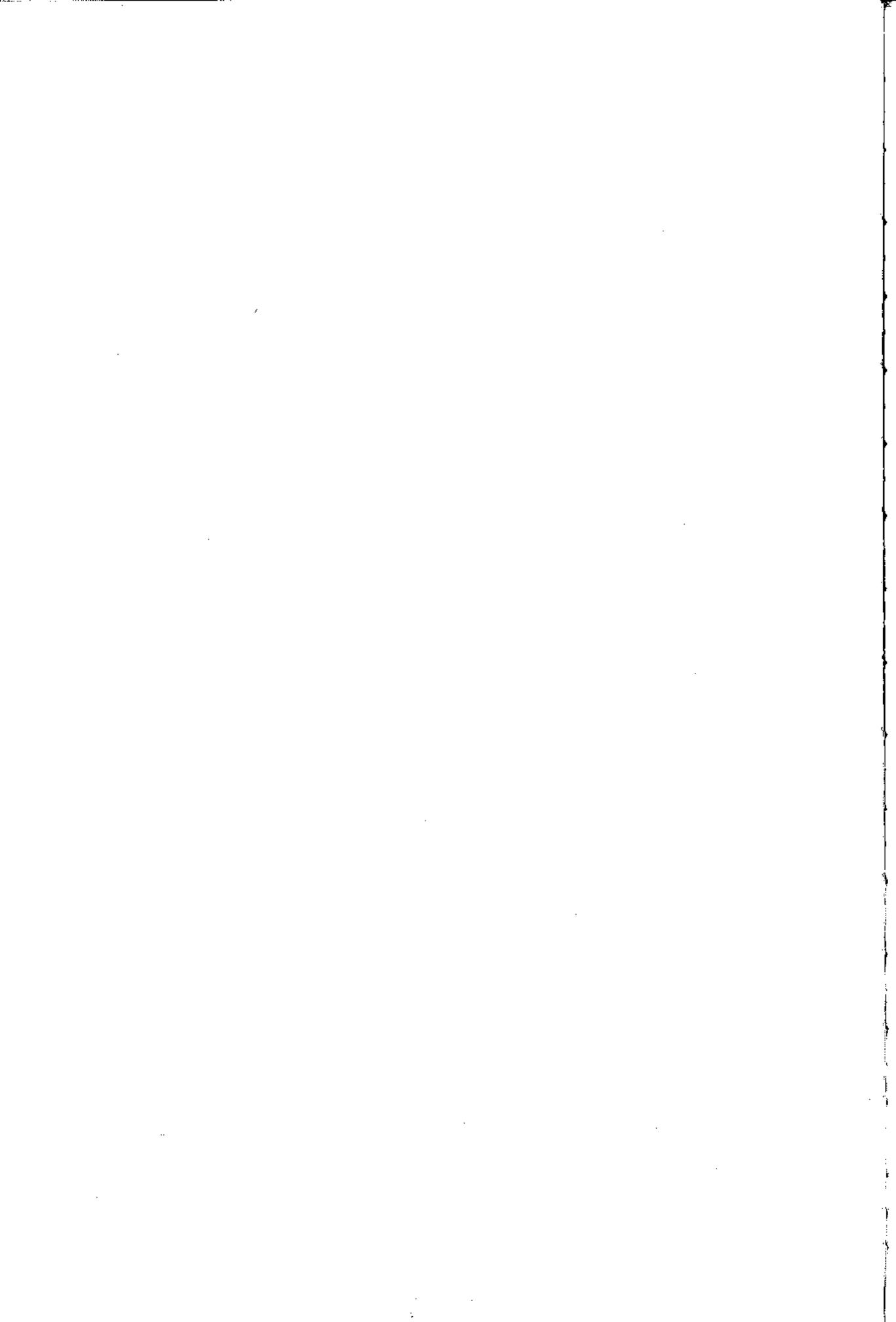
Résumé

Cet article se penche sur la relation entre la valorisation du patrimoine culturel et l'élaboration d'un *city marketing* en l'Europe et aux États-Unis depuis la décennie de 1980. Dans les cas des villes latino-américaine, ils ont été répété aux années 1990 avec l'effort pour développer des caractéristiques globales et des spécificités propres de la région. On parle de Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife et surtout de João Pessoa. Dans la majorité, programmes de requalification urbaine, d'initiative de l'état ou de la municipalité.

Mots-clé : Image, patrimoine culturel, *city marketing*

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009



INCLUSÃO PRECARIZADA E IDENTIDADES SEQUESTRADAS NA NOVA ORDEM SOCIAL DO TRABALHO

Eliana Monteiro Moreira
Rejane Gomes Carvalho

Introdução

Investigar o processo de “exclusão social” na atualidade requer bastante atenção quanto às diversas abordagens apresentadas. Vários são os movimentos sociais inseridos no campo da exclusão que se enquadram como minorias e reivindicam espaços perdidos. Não obstante, tais organizações sociais buscam o reparo de alguma possível injustiça social, moral ou histórica, cometida pela sociedade, tendendo a ressaltar mais a diferença do seu grupo do que a conquista de direitos sociais universais. Não se quer com essa constatação invalidar ou diminuir a importância dos segmentos sociais na luta por reconhecimento social, de se fazerem presentes e participativos e, desse modo, poder influenciar na reforma e atualização da ordem legal de acordo com os interesses vários que compõem o corpo social. Aqui, a preocupação que marca nossa reflexão é a “participação fragmentada”, a perda de foco na luta pela conquista e melhoria dos direitos universais na medida em que, cada vez mais, assiste-se a determinação de ganhos pontuais de um grupo em particular, de uma etnia, de mulheres, de ambientalistas, de pobres, ou de outra categoria que se julgue excluída.

É natural que uma sociedade abrigue diversos interesses, ainda mais em se considerando a complexidade da formação brasileira. Mas, entende-se como *excluído* todo aquele indivíduo que, independente de sua origem étnica, de sua condição sexual, da opção política ou da questão de gênero, esteja privado de exercer uma atividade produtiva, de ter moradia, saúde e educação de qualidade, de gozar direitos e deveres, condições mínimas que qualquer sociedade com compromisso moral deveria oferecer aos seus membros. Mesmo compreendendo-se a *exclusão social* como ausência de direitos universais ou como a precarização dos mesmos, tal noção ainda apresenta-se controversa, caso seja levado em consideração que todos os segmentos sociais e indivíduos fazem parte de um mesmo organismo _ do sistema capitalista de produção _ que tem como condição para reproduzir-se a expropriação de valores criados pelo trabalho e, por conseguinte, a exclusão de trabalhadores no processo de distribuição da riqueza produzida. Vista dessa ótica, a noção de *exclusão* torna-se mais universal, devendo ser preocupação de todos aqueles que se encontram na condição de trabalhadores, que tem na atividade produtiva os elementos essenciais para determinarem suas identidades e o seu lugar social. Sujeitos com valores morais e sociais com capacidade de interferir e modificar o meio social como exercício de cidadania. Todavia, o movimento de desqualificação do trabalho como instrumento de construção social, presente na sociedade contemporânea, faz com que a identidade do sujeito moldada pelo trabalho, seja suplantada pela idéia neoliberal reatualizada do trabalhador flexível, que precisa adaptar-se também a um trabalho flexível, com lugares e tempos indeterminados, instáveis e, por isso, inseguros.

Desse modo, o homem/trabalhador flexível tem sua subjetividade molestada no tocante aos valores morais e sociais oriundos da vida construída em torno do trabalho. Os vínculos pessoais passam a ser formados e quebrados com mais facilidade e, aparentemente, com menos traumas. Esse “novo” modo de vida contribui para que a participação dos sujeitos seja desmontada à medida que outra socialização por meio do

trabalho flexível se forma, estimulando as conquistas isoladas e a fragmentação dos movimentos sociais, antes inspirados no trabalho estável.

Assim, ganha expressão as causas mais generalistas na sociedade que, tanto podem integrar, como é o caso das questões ambientais, como podem contribuir para desarticular os movimentos que lutam por direitos universais, a exemplo das manifestações ligadas exclusivamente ao reconhecimento da condição sexual. Portanto, a exclusão insere-se numa cealuma difícil de harmonizar, o que é simples de perceber na própria condução da questão por parte das políticas públicas, quando se propõem a minorar as desigualdades e incluir os excluídos. Importante é não perder de vista que este constitui um campo de disputas de poderes, onde incluir nem sempre significa ter direitos sociais primários, mas, em alguns casos, o reconhecimento pela diferença, que pode variar desde uma condição histórica do grupo a um estilo de vida. Assim, conciliar os diversos interesses dos que se consideram “excluídos” é um dos grandes desafios na relação entre o Estado e a sociedade sendo que, entre as controvérsias, diferenças e paixões, o mais importante é não tirar do horizonte a dimensão da representação social como instrumento fundamental para a transformação da sociedade, com conquistas de direitos coletivos e não despedaçados, em que prevaleça mais a solidariedade e menos o comportamento individualista corrosivo do social.

Para orientação nessa densa tarefa de analisar o termo *exclusão social* hoje, primeiro busca-se problematizar esta noção como uma questão social resultante da própria natureza do modo de produção capitalista. Em seguida, trata-se das transformações mais recentes na esfera produtiva para entender como o trabalho vai influenciar a subjetividade do sujeito, mudando o lugar social que este ocupa, sua identidade e as formas de participação. Num terceiro momento, investiga-se a categoria inclusão face a permanente exclusão vivida pelo sujeito que sobrevive do seu trabalho, proporcionada pelo modelo neoliberal. As novas referências para os sujeitos, com a perda da centralidade do trabalho, frente ao desafio de se incluir e manter-se estável, num momento onde a insegurança e a desproteção social passam a ser os elementos naturais para a condição do trabalhador, constituem as principais motivações de nossas reflexões finais.

1 Exclusão como questão social ou mistificação da velha pobreza?

Como preocupação inicial, busca-se localizar a categoria *exclusão* nas dimensões socioeconômica e política, tentando identificar os novos elementos que atualizam a discussão no campo da subjetividade. Na sociedade atual, o termo exclusão social parece ter se tornado assunto obrigatório, não somente no âmbito das políticas públicas, mas também interesse presente em Organizações Não-Governamentais (ONG's), nas entidades de classe e no setor empresarial. Quanto ao setor privado, a preocupação principal é tornar evidente o seu papel social, tendo na inclusão, na participação cidadã, na responsabilidade social, na empresa amiga da criança, no interesse na educação de jovens, na saúde da mulher e do idoso, os fundamentos da empresa moderna e solidária com as causas da comunidade. Tal comportamento indica uma inversão de papéis das instituições e dos sujeitos na sociedade civil, na medida em que a idéia de responsabilidade social, compromisso e respeito pelo cidadão é aspirada pelo setor empresarial. O Estado, expressão de atraso, corrupção e ineficiência, não é mais visto como capaz de “empreender” um projeto de desenvolvimento social, a não ser por sua vocação assistencialista/paternalista. Desse modo, é intrigante como a noção de exclusão vai sendo moldada e apropriada sob a mentalidade da eficiência e competência, em que perversamente é construída a compreensão de que é o Estado o

responsável pelas crises econômicas e, principalmente, pela não geração de emprego e renda, sendo também de sua competência revigorar o desenvolvimento econômico e social e promover o equilíbrio geral.

No Brasil, a reforma do Estado nos anos de 1990, serviu perfeitamente para desqualificar o seu papel como instrumento necessário à regulação das relações de poder e à manutenção da integração social, impondo a cultura de transformação do velho pelo novo, a flexibilização das relações sociais e, portanto, dos vínculos sociais. O que mais se evidencia no discurso da eficiência é o desvirtuamento das noções de *inclusão* e *cidadania*, sequestradas pelo *marketing social* das empresas privadas, como se possível fosse compatibilizar a ânsia desenfreada de lucro dos capitalistas com o exercício da justiça social. Vende-se a imagem, todos os dias, de que é preciso incluir os excluídos para transformá-los em cidadãos. Mas, qual inclusão é possível diante da exclusão naturalizada do capital? Qual cidadania é construída com sujeitos que se movem pelo comportamento consumista vazio de reflexão?

Na realidade, quando se fala em exclusão, menciona-se o velho processo de pobreza e desigualdade social, mas sob o discurso da responsabilização coletiva dos tempos pós-modernos, e não como um “defeito” estrutural do sistema. Não é o modelo de desenvolvimento, portanto, que precisa ser reformado; os indivíduos é que precisam adaptar-se às novas tecnologias, acompanhar o avanço da informação e remodelar-se diante das exigências do mundo moderno. Precisa estar incluído e não esperar ser incluído. Desse modo, analisar as causas da pobreza e da desigualdade social, parece ter se tornado fora de moda na pós-modernidade, uma vez que, para a sua investigação, é preciso considerar categorias como: classe social, crise, acumulação e centralização de capital, relações de poder, conduzindo a uma reflexão crítica de como se fundamenta o sistema capitalista _ propriedade privada dos meios de produção e expropriação de valores _, chegando à fatídica necessidade de repensar sobre a capacidade destruidora de vidas que tem o capitalismo. Se assim fosse procedido, o “inimigo” seria facilmente identificado, restando o desafio de reformar o sistema para uma sociedade mais justa socialmente o que, certamente, não é de interesse do pensamento conservador.

A discussão pós-moderna sobre exclusão confunde e mistifica as suas causas, assim como pulveriza/dissipa os responsáveis, colocando-a no leque dos grandes temas globais que, por sua vez, é alvo da política mundial, mas carente de enfrentamento efetivo e reformador, dados os interesses imperialistas das grandes potências políticas e econômicas. Conforme constata Martins (1997),

Todos os problemas sociais passam a ser atribuídos mecanicamente a essa coisa vaga e indefinida a que chamam de *exclusão* (como, até há pouco tempo, todos os problemas eram atribuídos dramaticamente à *dívida externa* e ninguém se perguntou por que, de repente, deixou-se de falar nela), como se a exclusão fosse um Deus-demônio que explicasse tudo. Quando, na verdade, não explica nada. Ao contrário, confunde a prática e a ação da vítima, que anseia por justiça e por transformações sociais. De repente, essa categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia), que é a *exclusão*, substitui a idéia sociológica de *processos de exclusão* (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização). O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para “dentro”, para a condição

subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicuem nem protestem em face de privações, injustiças, carências¹⁹ (MARTINS, 1997, pp. 16-7).

É por toda essa celeuma envolvendo a discussão que, muitas vezes, o tema exclusão apresenta-se dissociado da noção de pobreza, pois, superficialmente, a pobreza está relacionada à carência dos bens primários de subsistência, bem como à falta de assistência básica de habitação, saúde e educação²⁰, deixando de lado o conteúdo político. A condição de pobreza geralmente resulta da dificuldade do indivíduo encontrar emprego e renda sustentáveis, frente às mudanças estruturais na economia e às políticas de desenvolvimento social decorrentes dos novos modelos produtivos, insuficientes para atender às demandas sociais do público mais carente. Em sociedades pobres como o Brasil, difícil seria não reconhecer a pobreza e a desigualdade social formando um par inseparável, em que se combina a dificuldade do acesso aos bens de subsistência com uma presença política débil. Em todo caso, apesar da pobreza poder ser fator relevante e determinante para a condição social de excluído em nosso país, a noção de exclusão, mesmo passível de mistificação, ressalta outros elementos importantes para a reflexão no tocante à dimensão política, à participação e à identidade dos sujeitos. Diante dessas considerações,

(...) O excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, inversamente ao desviante e à semelhança dos que sofrem discriminação pura e simples. A condição de excluído lhe é imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente (NASCIMENTO, 2000, p. 59).

Assim, considera-se bastante pertinente a interpretação de Nascimento (2000) ao abordar a categoria *exclusão* enquanto uma “ruptura de vínculos sociais” e, conseqüentemente, como um processo de “não-reconhecimento do outro”, o que significa um processo de enfraquecimento das relações sociais, embora, paradoxalmente, seja uma (re)criação de novas sociabilidades sob os termos do individualismo. Conforme o autor,

Se o termo exclusão social diz respeito ao ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social, o conceito sociológico refere-se sempre a um processo social de não-reconhecimento do outro ou de pura rejeição. Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios, como se representando e representado não fossem semelhantes (NASCIMENTO, 2000, p. 60).

A nova dinâmica do trabalho flexível e as relações de trabalho transformadas, surgidas da precarização e flexibilização do trabalho, cria outro modo de vida baseado na instabilidade e no desemprego. Desse modo, Nascimento (2000) compreende que a exclusão hoje está caracterizada pela falta de emprego, uma conseqüência do modelo capitalista de produção que expulsa definitivamente um número cada vez maior de trabalhadores para o exército industrial de reserva, indivíduos que jamais terão

¹⁹ Grifos do autor.

²⁰ A pobreza pode existir sem que haja desigualdade social muito acentuada, como pode ser o caso de sociedades mais abastadas; a desigualdade de renda não implica, necessariamente, alto índice de pobreza. Para um melhor esclarecimento dos conceitos ver: (NASCIMENTO, 2000, p. 58).

condições de reingressarem na atividade produtiva formal por não reunirem mais os requisitos exigidos pelo processo de trabalho. Estes sujeitos passam a ser excluídos socialmente por não serem mais “necessários” à produção de valores. Portanto, os “novos pobres” e a “nova exclusão social” se anunciam, principalmente, na insuficiência de emprego, produzindo indivíduos que são desnecessários ao trabalho, ao mesmo tempo em que há um intenso estímulo do mercado para que estes indivíduos excluídos se façam presentes na sociedade pelo consumo. Estes pontos de estrangulamento _ desemprego, consumismo e ruptura de vínculos sociais _ contribuem para criar a imagem de *sujeito pobre* num cenário de violência social, detonando uma crise de identidade e representação na sociedade atual. Para o autor, esse caos social estaria refletindo a ausência de “coesão social”, o que contribuiria para prejudicar a luta histórica dos movimentos sociais por direitos universais.

O termo exclusão torna-se ainda mais sombrio e mistificado quando, somando-se aos trabalhadores desintegrados socialmente pelo trabalho ou em processo de desqualificação, emergem outros movimentos autodenominando-se como excluídos, motivados pelo reconhecimento étnico, condição de gênero, homossexualidade ou mesmo pela causa ambiental. Esses grupos buscam identidades fora do mundo do trabalho, fragmentando e individualizando interesses, embora carreguem o lema comum de se fazer cumprir justiça social. Ainda que todos possam estar em situação de submissão no sistema, o que prevalece é a necessidade de *ser diferente* dentro da realidade de igualdade na exclusão. Esta fragmentação de interesses entre iguais termina por contribuir para o enfraquecimento dos sujeitos e para a consolidação das formas de controle do capital.

É desse modo que, seguindo o mesmo entendimento de Nascimento (2000) acerca do termo exclusão, Oliveira (1997) admite que os pobres excluídos *desnecessários*, também podem ser considerados necessários, colocando em xeque a própria noção de exclusão, pois a lógica da dialética permite entender os excluídos como parte de um todo social, sendo funcionais ao modo de produção capitalista na medida em que essa é uma condição essencial para que ocorra a acumulação de riquezas. Distante de promover a igualdade, o sistema harmoniza-se pelas diferenças e contradições em que os trabalhadores, pobres e marginalizados, continuam representando potencial consumidor e reprodutor de riquezas, mesmo que seja pela informalização e precarização do trabalho, como é exemplo irrefutável a atividade domiciliar, dos camelôs, o trabalho de reciclagem e muitos outros que constituem alternativas pobres de sobrevivência dos excluídos no sistema formal. Mas, nem por isso, esses indivíduos, e seus valores produzidos, deixam de ser sugados pelo grande capital que, no instintivo movimento para a realização de riquezas, utiliza-se dos corações, estômagos e mentes dos trabalhadores ávidos para consumir, compondo um balé harmonioso entre criador e criatura.

Apesar da pertinência em atualizar as discussões acerca do tema exclusão, a compreensão de que vivemos sob os fundamentos do sistema capitalista ainda apresenta-se como o principal ponto de referência, considerando o seu modo de funcionamento e lógica própria, difícil de analisar se não for pela dialética. Este método é o que permite evidenciar sua natureza de reprodução a partir da recriação das formas de controle do capital sobre o trabalho mesmo que, contraditoriamente, crie a falsa idéia de que o trabalhador é livre para escolher sua atividade e negociar seus direitos. É com este entendimento que aqui se toma a exclusão como um processo necessário à reprodução ampliada do capital para renovar periodicamente as forças produtivas _ meios de produção e força de trabalho _ tornando viável a manutenção das margens de lucro e a conservação do capital nas mãos de seus donos. De acordo com esse princípio,

a mobilidade social dos trabalhadores torna-se cada vez mais obstruída pois, nessa relação de forças entre capital e trabalho, os donos dos meios de produção estão sempre recriando as condições da submissão dos detentores da força de trabalho, bem como os meios de apropriação dos valores produzidos por eles.

Assim, a exclusão é um atributo inerente ao sistema capitalista, muito embora este também se utilize de artifícios ideologicamente elaborados para ser visto como expressão de liberdade, justiça, democracia e igualdade, sendo reverenciado e aclamado tanto por aqueles que gozam dos ideários liberais quanto pelos que sofrem a pena da exclusão como se fossem responsáveis por sua condição de marginalizados, uma vez que o sistema parece ser igual para todos; pobre excluído é aquele que não é bom ou competente o suficiente para o sistema. Contudo, a manipulação de mentes e corpos, legitimando a reprodução do capital, é um dos recursos mais eficientes para a preservação desse modelo de produção. Assim,

(...) A exclusão deixa de ser concebida como *expressão de contradição* no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um *estado*, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal. Como se a exclusão fosse o resultado único, unilateral, da dinâmica da sociedade atual; como se o mesmo processo não gerasse e não pusesse em movimento, ao mesmo tempo, a interpretação crítica e a reação da vítima, isto é, a sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui, o que representa a sua concreta integração (MARTINS, 1997, p. 17).

Destarte, a verdadeira exclusão é aquela que se processa invisível, sem um inimigo à frente, mas que se consolida lentamente na medida em que nos encontramos incluídos nas formas de controle do capital, quer seja pelas novas relações sociais de produção ou pelos valores consumistas que adentram silenciosos as casas dos pobres, modificam costumes e desejos sob o encanto do que a sociedade pós-moderna pode nos oferecer. Talvez tenham sido esses os elementos que alteraram significativamente a subjetividade dos homens, contribuindo para contextualizar a noção de *exclusão* na atualidade, apenas outra faceta da condição de pobreza e desigualdade social. Contudo, hoje já se reconhece a exclusão não somente pela carência ou falta de renda, mas também porque a situação de pobreza carrega junto a si a corrosão dos valores sociais, do significado de coletivo forte e atuante e, sobretudo, da identidade e dignidade perdidas no espaço do social. Contra essa realidade de apatia coletiva e integração social corrompida, a receita tradicional de promover o crescimento econômico para gerar emprego e renda e diminuir o desemprego, presente no âmbito das políticas sociais, além de inócua, por não promover a integração social, contraria a própria natureza de reprodução do capital que se desenvolve com o enxugamento relativo de empregos e não com sua criação. Este é outro desafio para as políticas públicas, uma vez que, se for verificada a tendência de exclusão de força de trabalho e de dignidades, a sua função restringir-se-á a apaziguar conflitos. Se assim se verificar, o Estado estaria presente enquanto promotor de medidas políticas para a inclusão social e de restauração da cidadania²¹, como é o caso da proposta de qualificação profissional. Desse modo, a questão da exclusão atualiza-se no reconhecimento da carência de participação, ação e direitos, tendo em vista o processo mais recente de reorganização das relações sociais da produção, modificando o espaço social ocupado pelo trabalho e dissolvendo a

²¹ Este é outro conceito que caiu no uso excessivo pelo setor privado, mas carente de qualificação quanto às reais possibilidades de ação e participação dos sujeitos.

capacidade de mobilização dos trabalhadores adquirida em épocas anteriores. Este processo de desmonte da subjetividade do sujeito criada a partir do trabalho estável é fundamental para se entender o contexto de atualização do tema exclusão, da fragmentação dos movimentos sociais e da busca de favores/assistência contrariando a conquista e manutenção dos direitos. Essa discussão é o que compõe o tema que se pretende desenvolver na próxima seção.

2 Desqualificação do trabalho no mundo do capital

Estabelecendo-se um contraponto ao discurso que promove a perda da importância do trabalho vivo no processo produtivo e sua capacidade socializadora, aqui se pretende resgatar a idéia do trabalho como categoria essencial ao sistema capitalista por ser fonte e reprodução de valores. Por mais que se reconheça o crescimento do capital constante no processo produtivo, em decorrência do desenvolvimento tecnológico e dos novos avanços no sistema de informações, ainda não se pode descartar a capacidade criadora de valor do trabalho humano, quer seja como trabalho intelectual ou como trabalho concreto, pois as máquinas, os softwares, as mercadorias e as riquezas como um todo, não se criam sem a interferência do trabalho humano.

Toda a riqueza gerada é fruto da transformação material mediante o grau de desenvolvimento das forças produtivas vigentes, a não ser pela fantasiosa reprodução de valores na forma de papéis, títulos, crédito virtual ou dinheiro que enfeitiçam as mentes humanas, povoando o imaginário e fazendo todos crêem que o valor na sua forma mundana de dinheiro é o que constitui a essência do valor. Este fetiche, lembrando Marx, é um recurso fundamental para a sobrevivência do capitalismo por permitir a renovação da dominação do capital sobre o trabalho e, desse modo, a submissão dos donos da força de trabalho às condições de reprodução do capital. Assim, as fases que marcam a modernização das forças produtivas, com o surgimento de novas tecnologias, reorganização do processo de trabalho refletindo também alterações na relação social da produção, expressam, por outro lado, na surdina, a renovação das formas de controle do capital sobre o trabalho. É exatamente essa relação de poder que garante ao capital continuar expropriando valores do trabalhador sem que este possa representar ameaça significativa ao lugar dos donos dos meios de produção. Apesar de parecer contraditório, este movimento traduz a luta pela sobrevivência do próprio capital. Conforme observação de Antunes, (...) *a alienação é a luta do capital para sobreviver, a luta do capital para subordinar o trabalho (...), é a luta incessante do capital pelo poder. A alienação não é um aspecto da luta de classes: ela é a luta do capital para existir* (HOLLOWAY apud ANTUNES, 2002, p. 41).

Essas considerações constituem os elementos determinantes para a compreensão do que vem ocorrendo no mundo do trabalho, em que para os descuidados, parece que vivenciamos uma transição para uma era sem trabalho, como se fosse possível os objetos inanimados criarem vida. Portanto, é na lógica da reprodução ampliada do capital que se contextualiza o processo mais recente da suposta “perda de centralidade do trabalho”.

Com o fim da fase de crescimento econômico mais intenso verificado após a segunda guerra mundial até a década de 1970, marcado pelo *Welfare State* e pelo modelo fordista de produção, as economias centrais entraram em crise, apresentando-se com mais relevo no desequilíbrio monetário e no aumento dos estoques de mercadorias. A estrutura produtiva precisava modernizar-se para que as margens de lucro fossem recompostas e novos investimentos realizados. Assim, lentamente, o desenvolvimento tecnológico promoveu novo impulso ao processo produtivo, flexibilizando a utilização

dos recursos produtivos, bem como a utilização da mão-de-obra. Inauguravam-se os tempos do modelo japonês nas fábricas norte-americanas e européias, fazendo com que a produção fosse ajustada à demanda. Também se implementou um forte programa de terceirização da produção e desregulamentação da força de trabalho, com o intuito de reduzir custos do capital variável. Além disso, iniciava-se uma política intensa em favor da abertura do mercado mundial, o que permitiu a rápida disseminação das novas tecnologias nas economias periféricas, além da entrada de empresas e mercadorias estrangeiras nesses países, condições determinantes para definir a dimensão econômica do processo de globalização que marcaria o início da década de 1990.

Compondo o cenário da economia globalizada, o Brasil, na condição de país pobre, sofreu as transformações no ambiente produtivo com a introdução de tecnologias, a abertura e desregulamentação dos mercados, a reforma do Estado nos moldes liberais e a política de estabilização econômica. Contudo, a peculiaridade histórica de seu desenvolvimento político, econômico e social, juntamente com a nova ordem da economia globalizada, contribuíram para aprofundar certos estrangulamentos já existentes na sociedade brasileira, como é o caso das relações de trabalho.

Numa situação em que já se tinha como natural o trabalho precarizado e informal, observou-se mais fortemente o esgaçamento dos direitos conquistados recentemente e a perda de espaço do sujeito trabalhador. Este, por sua vez, além da ameaça presente do desemprego, passou a conviver com a insegurança da livre negociação e a pressão permanente para qualificar-se, buscando adaptar-se aos novos tempos em que a ordem é negociar para garantir o emprego em detrimento de benefícios/direitos trabalhistas e do trabalho estável, pois com a produção flexível, o trabalhador também se tornava ajustável/flexível à produção. Este processo, renovado, modernizado, deixa evidente como continua presente o princípio do controle do processo de trabalho pelo capital, concomitante ao enfraquecimento da força de trabalho, fazendo-a parecer menos presente e pouco importante, quase que dispensável, desnecessária.

A mudança de *status* na vida criada a partir da atividade produtiva alterou significativamente a subjetividade do trabalhador, uma vez que as identidades são corroídas com a fragmentação das tarefas no processo de trabalho e a desqualificação contínua do trabalhador na medida em que o processo produtivo se moderniza. Ou seja, o valor-de-uso da mercadoria força de trabalho precisa estar sendo renovado periodicamente para acompanhar as exigências do capital constante. Por outro lado, aos trabalhadores desempregados, excluídos temporários ou definitivamente, apresenta-se o desafio de criar as condições de (re)inserção, quer seja pelas vias formais ou informais, em muitos casos sendo levados a desempenhar atividades e relações sociais precárias. Contudo, em qualquer das situações o que se faz necessário à sobrevivência do trabalhador excluído é tornar sua mercadoria força de trabalho "vendável", com valor-de-uso para o capital, ou atirar-se na marginalização de atividades produtivas, mercantis e de serviços que lhe permitam sobreviver do seu trabalho. Mesmo nessas condições, o sujeito *que vive do trabalho*²² ainda representa importante potencial consumidor para o capital, contribuindo para que o sistema se desenvolva aproveitando-se do valor criado em espaços precários e marginais.

Toda essa situação denota uma posição de fragilidade do sujeito na sociedade, uma vez que aquele que perdeu o emprego ou foi rebaixado para uma função considerada "menos importante", tende a colocar-se submisso, em posição de

²² Categoria desenvolvida por Ricardo Antunes para expressar a nova dimensão que assume o trabalhador no espaço do trabalho.

inferioridade e, por isso, aceitando as piores condições de trabalho. A perda do emprego significa “fracasso” na sociedade atual, já que partindo da premissa liberal, o mercado oferece oportunidade para “todos”. Perder o emprego é também perda de identidade; é distanciar-se de uma vida com êxito profissional, de não ser referência para seus filhos nem para ninguém. É assumir o posto de pobre e excluído por ser incapaz e, portanto, sem valor-de-uso para o mercado. Sua força de trabalho é uma mercadoria *podre*, destinada à decomposição natural.

Com sua identidade esfacelada e seu orgulho ferido, sem emprego e dependente da assistência social, o processo de mobilização e integração social é também contaminado, sendo a noção de representação social e de cidadania transformada sob os princípios da racionalidade. Refém dessas condições, a única *cidadania possível* para o sujeito é a de poder sobreviver em meio a exclusão, passando de sujeito à figurante.

Como a vida social vai desintegrando-se em função da desestruturação e instabilidade da vida no trabalho, geralmente, as políticas conservadoras de conteúdo neoliberal atribuem ao crescimento econômico, fator natural para estimular a criação de empregos, a solução para equacionar o problema da pobreza e da exclusão social. Já que a causa é atribuída à repartição técnica no uso dos recursos produtivos – capital e trabalho – não se discute mais a questão política e social da má distribuição de renda e da natureza expropriadora do capital. É ainda nessa perspectiva que se insere comodamente a política de incentivo à qualificação profissional, recebendo amplo apoio do setor privado, como ação necessária à (re)inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Esta noção ganha respaldo por estar de acordo com a necessidade de adaptação/formação da força de trabalho aos novos procedimentos técnicos, natural do processo de trabalho. Mas, por outro lado, se ajusta perfeitamente à nova condição do trabalhador flexível, que absorve um comportamento individualista de gestão de sua força de trabalho, responsabilizando-se pela criação de sua formação e capacidades, imitando uma postura empresarial na busca continuada de inovação e competência, idéia ratificada na reflexão de Paiva (2002):

O reverso da medalha, que entrou em pauta nesta década, diz respeito à qualificação, às habilidades, disposição, atitudes do indivíduo ante um mercado de trabalho que já não mais está em expansão. Se este se contrai e deixa grande parte dos que procuram trabalho do lado de fora, começa-se a buscar nas virtudes individuais e na qualificação as razões pelas quais alguns conseguem e outros não conseguem empregar-se (p. 59).

Contudo, esse comportamento racional do trabalhador no mercado, altera significativamente as sociabilidades, passando a expressar a fragmentação das atividades, das profissões e dos sujeitos, além de atribuir à esfera privada a resolução para as questões sociais, já que o Estado haveria perdido sua função de representação e integração social. Agora a integração dá-se pelo mercado sob os princípios da competência e seleção natural. O equívoco nessa suposta forma de “integração/inserção” dos excluídos é acreditar que a simples aquisição de um diploma ou certificado em um curso profissionalizante é garantidor de emprego, de aumento de salário e de dignidade profissional.

É fantasioso crer que o capitalismo proverá emprego e renda para todos que querem trabalhar, uma vez que é de sua natureza desqualificar continuamente o trabalho e o sujeito que sobrevive dele, ou seja, sempre recriando os mecanismos de exploração de mais-valia. Desse modo, a qualificação profissional aparece como algo necessário para que a mercadoria força de trabalho continue sendo um valor-de-uso atrativo para o

capital, o que não implica necessariamente garantia de inclusão social, conforme pondera a autora:

Digamos que a contração do mercado de trabalho aprofunda a submissão do sistema educacional (e especialmente da educação profissional) aos requisitos do capital. E, se esta idéia foi tida como parte de um cardápio de críticas do capitalismo e acusações a formas assumidas por políticas sociais, ela hoje converteu-se numa constatação banal e numa direção vista socialmente como desejável diante do desemprego em círculos que a abjuravam. Se, antes, estar incluído podia ser visto como estar subsumido heteronomamente, hoje é estar a salvo de uma ainda nebulosa exclusão social que funciona como complemento necessário da inclusão (PAIVA, 2002, p. 59).

Diante dessas considerações, é imprescindível uma reflexão comprometida com os novos elementos que marcam a subjetividade dos indivíduos a partir do trabalho, das relações, do Estado e dos seres humanos flexíveis. Qual representação e qual identidade se podem construir a partir dos valores e dos estímulos sociais ressignificados? É preciso repensar e resgatar certos valores sociais sob o princípio da solidariedade para que não tenhamos uma sociedade em que prevaleçam interesses difusos e desordenados, reflexo de indivíduos sem expressão e sem marcas de uma vida produtiva, sem presença e sem capacidade de interferir em seus destinos, agindo como andróides programados para obedecer. Contudo, estas ainda fazem parte de questões iniciais que serão resgatadas a seguir.

3 A permanente luta para existir em campo social minado

Apesar do nebuloso cenário de forças renovadas, não se pode deixar de admitir que a sociedade encontra-se em ebulição, com comportamentos e valores sendo transformados e submetidos a novas interpretações. Contudo, a diversidade de temas, atores e coisas, nem sempre acusa novas relações, mas em seu matiz, esconde muitas vezes, velhas formas recicladas. Permanecem as relações de poder e a exploração do trabalho sob o símbolo do moderno e, por isso, insuspeito de ser hostil e discriminado, não se deixando perceber como recriação e manutenção das desigualdades sociais, num individualismo atualizado.

Esta paisagem confusa e imprecisa é o que compõe o "novo social", influenciado significativamente pela (des)orientação tomada pela vida no trabalho. Se antes, na era fordista, a estabilidade no trabalho podia conferir uma história de vida, mantendo a unidade familiar, os amigos e os vínculos sociais, em grande medida determinados pelos valores morais construídos a partir da identidade profissional, hoje se vivencia uma história de ruptura de vínculos sociais, expressão da instabilidade e insegurança no trabalho. Ter capacidade/força de trabalho não significa mais, necessariamente, construir uma vida digna, mas ter que assumir a condição de fragilidade, dada a disputa ferrenha por um lugar no mercado de trabalho. Cada vez menos é possível planejar o futuro pessoal e da família, pois a luta é para sobreviver ou manter-se empregado no presente. É essa perspectiva que ocupa as mentes e os comportamentos dos jovens, em especial, que já tem nessa situação de insegurança uma realidade naturalizada, uma vez que não viveram outra experiência. Desse modo, como a preocupação está no presente, é preciso buscar as melhores oportunidades de "curtição"/consumo de coisas, ambientes e, porque não, de pessoas, privilegiando-se quase sempre o aspecto da quantidade, típico

dos desejos da juventude, coadunando-se perfeitamente com o apelo consumista do capitalismo.

A mensagem principal subliminar contida na mídia, através das novelas e dos heróis fabricados, alerta para que devemos viver o agora, ou em outros termos, consumir agora, até porque com a barbárie social em que a sociedade se encontra não temos garantia alguma de estarmos vivos amanhã. Portanto, a atitude empreendedora, juntamente com o comportamento consumista, parece nortear todo o sentido de realização individual na sociedade presente. Aos que não conseguem se encaixar nesse modelo, resta a aceitação do fracasso, a perda de identidade e o não reconhecimento social, pois o “ter”, ou melhor, o “parecer ter” passou a ser o elemento principal na determinação das identidades, uma vez que a vida no trabalho representa cada vez menos referência de segurança, futuro e *status* social. Se esta for a nova sociabilidade a orquestrar a atitude dos indivíduos, a noção de participação e representação dos sujeitos, oriunda dos vínculos sociais criados pelo trabalho, torna-se insuficiente para explicar os comportamentos desses sujeitos na relação com o Estado, com o capital e consigo mesmos. A instabilidade da vida social no trabalho assalariado, contribui para aprofundar a condição de marginalização de um contingente de criaturas sem utilidade direta para o capital, condenados à atividades informais e precarizadas ou, em muitos casos, dependentes da “caridade” do Estado e da solidariedade dos vários grupos de assistência humanitária.

De acordo com as reflexões de Telles (1994, p. 231), as transformações tecnológicas reordenaram o espaço do trabalho de maneira a poder fragmentar a “sociedade, dividida entre enclaves de modernidade e uma maioria sem lugar”. Essa miscelânea provoca a perda de identidades e, portanto, uma crise de representação, além de limitar a ação das políticas sociais e de emprego, insistentes em programas de inclusão social fundamentados nos mecanismos tradicionais da ocupação estável no mercado de trabalho, como é o caso da política de qualificação profissional.

Na condição permanente de marginalização, muitos indivíduos perdem sua capacidade de acreditar numa mudança de vida; não se reconhecem mais como sujeitos com capacidade de recolocar-se no mercado formal de trabalho e entregues às armadilhas sórdidas da exclusão vivem em situação de auto-abandono, envolvidos nas drogas, na violência e em completa degradação humana, perdendo a referência de valores sociais e morais. Como esperar consciência e participação política desses homens violentados pela pobreza, reproduzidos nas novas gerações de jovens sem futuro? Como bem traduz Telles (1994),

(...) Velhos e novos problemas se encontram em uma grande gramática social muito excludente que joga muitos, intermitente ou definitivamente, fora do poder de interpretação de sindicatos, partidos e organizações civis. É isso, a rigor, que define o sentido mesmo da exclusão, para além do que indicadores sociais são capazes de medir. É isso que, talvez, constitua o ponto cego de nossa recente democracia: uma sociedade civil restrita – truncada, poder-se-ia dizer – na qual as práticas de representação e negociação se generalizam com dificuldades para além dos grupos mais organizados (p. 234).

Como recuperar o lugar social digno para esses indivíduos desalentados? Estes, em parte, são reconhecedores do abandono e da corrupção política que os agride com a falta de responsabilidade social dos gestores públicos mas, nem por isso, desenvolvem forças capazes de romper com a inércia e continuam à espera de um salvador que tenha a piedosa vocação de retirar o pobre da lama. É desse modo que a sociedade brasileira

vai transcendendo de um presente sem futuro para um futuro de promessas de mais democracia e mais igualdade.

Eivado de um discurso de progresso e modernização, legitimando a lógica de acumulação capitalista, o Estado torna-se refém da política de crescimento econômico sem distribuição de renda, limitando-se no plano social a intervir com políticas de cunho assistencialistas e atenuadoras do desemprego. Por outro lado, observa-se certo conformismo dos indivíduos marginalizados, expressando a espantosa sensação da pobreza naturalizada e o reconhecimento/aceitação de que não há representação política séria, por isso, não vale a pena lutar, já que poucos sobreviverão na causa até o fim, porque corrompidos pelo poder e pelas instituições, ou porque vítimas da barbárie social. Contudo, esse estado letárgico não se faz por acaso dada a força ideológica das formas de controle do capital sobre a vida social. Para Sorj (2004), a sociedade pós-moderna é marcada pela individualização de valores e das relações sociais, fazendo com que não haja fortalecimento das identidades coletivas. A luta para manter-se incluído gera um indivíduo ansioso, na busca permanente pela qualificação.

O não sucesso profissional ou o desemprego de longa duração produz um sujeito desencantado e angustiado ao perceber-se distanciado do mundo social e não reconhecido como cidadão-consumidor, fracassado e incompetente. Nesse mundo de iguais na exclusão, e de quebra do sentido de coletividade em que se desqualifica o trabalho como um elemento societário comum, resta apenas a luta pela diferença de questões particulares, em que prevalece a vitimização de certos grupos que, por sua vez, requerem alguma política compensatória que obedeça ao sentimento de justiça social. É desse modo que se fragmentam ainda mais as identidades, perdendo-se a referência do todo social e de cidadania, ampliando e confundindo a compreensão sobre a exclusão. Para Sorj (2004),

A noção de desigualdade social passa a ser múltipla, de forma que um indivíduo concreto pode estar inserido em posições diferentes, dependendo do grupo de referência. Assim, por exemplo, pode encontrar-se na parte superior da pirâmide, do ponto de vista do emprego ou da renda, mas em posições inferiores se identificado a um grupo racial, étnico ou de gênero. As múltiplas desigualdades têm erodido as noções de classe social como conceito capaz de dar unidade ao indivíduo e do lugar desse indivíduo no sistema de distribuição de riqueza (p. 58).

Destarte, não se pode perder de vista que, apesar da aparente e contraditória apatia e caos social, vivencia-se um momento riquíssimo de transformações na ordem social como parte de um processo, sabendo que ao mesmo tempo em que o homem é engrenagem do sistema, também é intelecto que transforma tanto para construir, quanto para destruir. Certamente encontra-se em gestação algo novo na dimensão da subjetividade e das relações sociais, talvez ainda não definido claramente, mas determinante na reorganização das relações de poder e na produção e apropriação de valores.

Considerações finais

Tratar o processo de exclusão social como uma faceta do sistema capitalista e suas formas de renovação será sempre um tema inacabado, especialmente quando se aienta para as repercussões desse movimento sobre a subjetividade dos indivíduos. Do mesmo modo, também não é simples compreender que na contramarcha da exclusão,

vão se recriando mecanismos de resistência, ainda que silenciosos, na luta para que os marginalizados continuem existindo ou para que sejam (re)inseridos no mercado de trabalho, mesmo que em atividades informais ou precarizadas. Neste processo, é motivo de preocupação não só a continuada destruição de ocupações de trabalho produtivo, mas o acentuado processo de degradação social que se instala nos coletivos de marginalizados sem ação e sem esperança.

Nesses termos, a luta pela inclusão é orientada para a manutenção das condições mínimas de sobrevivência, desviando as atenções das conquistas que promoveriam melhores condições e qualidade de vida. Ser cidadão é poder, no pior das hipóteses, alimentar-se todos os dias, tornando-se menos importante a participação nas decisões de ordem política. Diante de tantos desafios para que o indivíduo continue visível, espera-se apenas a inclusão e a *participação possível*, numa sociedade onde ser cidadão corresponde a usar roupa de marca, comer no Mc Donalds e passear com a família nos shoppings centers. A cultura consumista garante a felicidade “agora” e esvazia o sentido de luta por uma sociedade melhor.

A desarticulação da sociabilidade construída pelo trabalho com o desenvolvimento tecnológico, resultou na ruptura dos vínculos sociais, na perda de direitos sociais e de lugares mas, sobretudo, na perda da identidade profissional e social. A dignidade como sujeito produtor, útil, está sendo desmontada, gerando um sentimento de naturalização das desigualdades e de descrença na ação política. Se não existe lugar e nem futuro melhor, então por que lutar e contra quem? Até porque o sentido de luta se esvazia após ter sido incorporado, ideologicamente, o juízo de que o excluído, responsável por si mesmo, é o seu maior inimigo, uma vez que não se mostra capaz, competente e qualificado, contribuindo para a sua condição de pobre marginalizado.

É importante reconhecer que a qualificação profissional, como política de inserção, não é garantidora de lugares sociais, nem assegura a criação de emprego e renda. No âmbito dos programas de qualificação do trabalho, prevalece o aspecto técnico e quantitativo, como se a crise na esfera do trabalho fosse causada apenas pelo despreparo dos trabalhadores diante dos avanços tecnológicos, desviando-se da preocupação política e social. A política de qualificação profissional está mais voltada para a elevação do nível de escolarização dos trabalhadores e para permitir a adaptação/formação dos sujeitos ao processo de flexibilização da força de trabalho, formando mentalidades orientadas para aperfeiçoar suas capacidades individuais, mobilidade profissional, competitividade e gestão da capacidade produtiva, fazendo subsumir a dimensão política da participação dos trabalhadores na vida social. Não se pode perder de vista que este processo representa um ambiente de intensas disputas de poder, de lugares, com o surgimento e a exclusão de sujeitos mas que, historicamente, tem marcado a renovação das formas de controle do capital sobre o trabalho, que avança sobre espaços antes não atingidos. É por isso mesmo que continua sendo atual discutir as novas identidades sociais e as formas de representação e participação que emergem dessa sociedade multifacetária.

Em meio a contradição e a diversidade é possível que estejam sendo gestadas formas de resistências a esse controle; que, da aparente conformidade, sujeitos descontentes estejam construindo suas referências contrahegemônicas que indiquem saídas para o fortalecimento da noção de coletividade ante o individualismo exacerbado e vazio de conteúdo dignificante. Como momento de transformação, desconstrução e renovação, vive-se também uma crise de valores morais, fazendo-se necessário analisar o tema da exclusão social e, em especial, as mudanças nas subjetividades dela decorrentes, também como um problema ético e político, distanciando-se do

reduccionismo econômico da falta de capacidades como explicação para as desigualdades sociais.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. CRH, Salvador, n.º. 37, jul./dez. 2002.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. e WANDERLEY, Mariângela Belfiore-Wanderley. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997.

DRUCK, Graça. **Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho**. CRH, Salvador, n.º. 37, jul./dez. 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**. São Paulo, Cortez, 2005.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

Nogueira, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos 'existem'?** Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.º. 33, ano 12, pp. 49-61, fevereiro de 1997.

PAIVA, V. **Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social**. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3ª edição, São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo, EDU/Cortez, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

TELLES, V. da S. **Mutações do trabalho e experiência urbana**. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n.º 1, p. 173-195, junho/2006.

_____. **Pobreza e cidadania**. São Paulo, USP, 2001.

_____. **Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações**

entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio L. e PRANDI, Reginaldo (Orgs.). O Brasil no rastro da crise. São Paulo, ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.

Resumo

A constante renovação e modernização das formas de exploração do trabalho constituem-se nos elementos fundamentais que explicam o processo de exclusão social, expressão da natureza do capitalismo. Apesar de ativos no processo de criação e reprodução de riqueza, os trabalhadores vivem momentos de permanente desqualificação no seu trabalho, tendo desvirtuada a capacidade de criar vínculos sociais e sentidos de vida. Neste artigo, busca-se investigar a noção de *exclusão social* pela exclusão do trabalho e a política de incentivo à qualificação profissional enquanto proposta de (re)inserção dos sujeitos. Esta política, por si só, não é garantidora de emprego e renda e nem pode recuperar lugares sociais perdidos. No âmbito das ações dos programas de qualificação, privilegiam-se mais os aspectos técnicos e quantitativos na formação do sujeito, proporcionando a elevação do nível de escolarização dos trabalhadores e a sua adaptação ao processo de flexibilização da força de trabalho. O público é orientando para o aperfeiçoamento de capacidades individuais, mobilidade profissional, competitividade e gestão da força de trabalho, ao mesmo tempo em que sua participação política é enfraquecida. Este cenário de permanente desconstrução da vida social do trabalhador vem atualizar o sentido da *pobreza* e da *exclusão* no contexto da relação social de produção em curso sem, no entanto, modificar o modelo concentrador na distribuição da riqueza.

Palavras-chave: Inclusão, Trabalho e Qualificação.

Abstract

The constant renewal and modernization of methods of exploring the labor is based on the key elements that explain the process of social exclusion, expression of the nature of capitalism. In spite of being active in the process of creation and reproduction of wealth, the workers go through moments of permanent disqualification of their work, having their capacity of creating social bonds and a sense to life minimized. This article aims to investigate the concept of *social exclusion* by the exclusion from the work and the policy that promotes professional qualification as a proposal to (re) integration of subjects. This policy alone does not guarantee a job and a salary and it cannot recover lost social places. Among the actions of the training programs, the focus is given more on technical and quantitative aspects in the developmental process of the subject, providing a high level of education of the workers and their adaptation to a more flexible workforce. The audience is guided to the improvement of individual capacities, professional mobility, competitiveness and management of the workforce at the same time that political participation is weakened. This scenario of permanent deconstruction of the worker's social life updates the meaning of *poverty* and *exclusion* in the context of social relations of production in progress without, however, modifying the concentrating model on the distribution of wealth.

Key-words: Inclusion, Work and Qualification.

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

VOCAÇÃO, IDENTIDADE E INDIVIDUALISMO

Artur Perrusi

Introdução

O artigo é um ensaio sobre a noção de vocação. Sendo um ensaio, será uma apreciação teórica que apelará para a argumentação e o julgamento pessoal. Haverá uma maior liberdade, da nossa parte, em defender determinada posição, sem a necessidade de nos apoiarmos numa documentação empírica e numa pesquisa bibliográfica mais aprofundada. Como disse o filósofo espanhol José Ortega y Gasset, o ensaio é "a ciência sem prova explícita". A liberdade dada de arriscar interpretações será fundamental – o risco, aqui, é um preço razoável. É o risco de marcamos nossa posição diante de um tema bem difícil. Assim, nosso objetivo será problematizar a noção de vocação, tentando situá-la no mundo contemporâneo.

Como forma de organizar melhor o conteúdo do texto, achamos conveniente dividir a análise em duas partes:

- uma discussão sobre a identidade profissional, pois a vocação possui uma relação umbilical com processos de identificação profissional;
- uma discussão teórica sobre vocação, incluindo um exame das relações entre vocação e individualismo, já que as diversas transformações ideológicas no individualismo contemporâneo podem ter colocado em xeque a validade da vocação como fonte de identidade para a profissão;

Vocação e identidade profissional

A identidade profissional pode ser vista como expressão da vocação. A vocação é uma potência que a identidade profissional realizaria num determinado campo de atividades profissionais. Embora tais considerações sejam um tanto redutoras, o que importa, aqui, é admitir que o campo profissional seja capaz de produzir processos de identificação específicos de grupo durante a socialização, principalmente aquela relacionada à formação profissional e à experiência profissional (entrada no mercado de trabalho). Como tal, a identidade profissional seria o resultado das interações entre os indivíduos, os grupos e os contextos profissionais, realizando os dois movimentos que percebemos na discussão geral sobre o conceito de identidade: uma necessidade de se fazer reconhecer e outra de se reconhecer. A primeira necessidade tem um peso todo especial, pois a identidade profissional não é pessoal, e sim coletiva, inscrevendo-se em representações e práticas que dependem, por sua vez, do contexto no qual estão inseridas e do modo pelo qual são exercidas. Como toda identidade, teria cinco dimensões:

- é subjetivamente vivida e percebida pelos membros do grupo;
- é resultado da consciência de pertença ao grupo — como tal, é a interiorização da atribuição do grupo;
- define-se, inicialmente, através de um movimento em que a oposição e a diferença em relação ao outro delimita o processo de identificação;
- pode ser apreendida através de um conjunto de representações no qual se opõem traços negativos e positivos;

- as atitudes e imagens exprimem-se de forma discursiva, revelando implícita ou explicitamente um sistema de idéias ou visões de mundo.

Caso tais inferências estejam corretas, todo processo de identificação possui uma estrutura cognitiva vinculada ao pensamento representacional. Seria através deste último que o indivíduo designa as modalidades de organização das representações que tem de si mesmo e das que tem do grupo ao qual pertence. No caso da identidade profissional, o peso da representação é considerável, pois todo processo de identificação exige um conhecimento, seja em relação a si mesmo, seja às atividades inscritas no processo de trabalho; nesse sentido, o processo de identificação profissional é um ato cognitivo por excelência, utilizando o saber prático e o saber formalizado, adquirido na formação profissional, para a sua consolidação. Ora, para que isso aconteça, é necessário que os indivíduos sintam-se reconhecidos e valorizados. O reconhecimento identitário é um processo cuja formação estrutura-se num espaço de identificação, o qual está inseparável de outros espaços, incluindo os de legitimação dos saberes e das competências associadas às identidades profissionais. Portanto, o espaço da atividade profissional é o espaço de reconhecimento das identidades profissionais.

Diferentemente de outros espaços identitários, o profissional não pode interiorizar um sistema ideativo e simbólico permanente, nem mesmo produzir uma homogeneização dos processos de identificação. Há várias razões para tal fato. No mundo contemporâneo, há pluralidade de identidades condicionada por uma diversidade de papéis sociais (aqui, como papéis ocupacionais). A vinculação da identidade ao papel social é um imperativo categórico no espaço identitário profissional. Diante de cada contexto e das mudanças constantes na situação de trabalho, o indivíduo pode fazer uma escolha identitária, mudando de registro, adaptando o perfil, configurando atitudes e motivações, segundo as transformações do campo profissional. Claro, a velocidade de modificação dos processos de identificação é lenta, se compararmos à rapidez na qual se processa as mudanças de papéis sociais; mas, o que queremos enfatizar aqui, seria justamente que, no espaço identitário profissional, o papel social sobredetermina a identidade.

Para entender melhor essa questão, precisamos trazer à tona o pano de fundo de todo esse debate: o crescimento exponencial da individuação na modernidade. Por falta de espaço, podemos resumir a discussão da seguinte forma:

- a divisão social do trabalho é a "base material" da individuação. Quanto mais desenvolvida, em tese, mais singularizada será a individualidade. A singularidade do indivíduo vem acompanhada da explosão na quantidade de papéis sociais;
- com o desenvolvimento da individuação, ocorre um descentramento do sujeito em relação às suas objetivações materiais e simbólicas;
- a identidade sofre um desmembramento na sua constituição: não há mais uma homologia entre o campo do sentido — a identidade propriamente dita — e o campo funcional — a identidade como papel social. O que eu sou não é mais necessariamente o que eu faço;
- surge uma assimetria entre a socialização comunitária (campo da pertença) e entre a socialização societária (campo da técnica, da racionalidade instrumental e dos papéis sociais);
- a identidade para si desconecta-se da identidade para o outro — donde a profusão de dualidades, dualismos e antinomias do pensamento moderno a respeito: sociedade x comunidade (Tönnies), socialização comunitária x

socialização societária (Weber), o *I x o Me* (Mead), pessoa x identidade cultural (Erikson), identidade virtual x identidade real (Goffman), mundo vivido x mundo sistêmico (Habermas)...

- numa sociedade baseada na solidariedade mecânica (DURKHEIM, 1999), o que existe é uma fusão (ou pelo menos algo que se aproxima disso) entre comunidade e sociedade, entre identidade e papel social, entre sentido e função, entre destino pessoal e trajetória social — a solidariedade orgânica (1999) desconecta o que antes era unificado: se antes existia uma dualidade constitutiva na identidade humana, agora, o que existe, tendencialmente, é um dualismo;

- o processo de constituição do ego não está mais conectado diretamente ao processo de socialização. Como não há mais fusão entre sentido e função, identidade e papel social, a formação da personalidade desmembra-se em dois processos conectados, porém, não mais amalgamados;

- a conexão entre o sentido e a função, entre a identidade para si e para o outro, entre o íntimo e o manifesto, entre o privado e o público, entre a identidade propriamente dita e o papel social torna-se menos um atributo dado pela socialização do que uma "construção" socialmente encampada pelo sujeito. A construção é um risco, pois pode acontecer ou não. A função pode ficar sem sentido, e o sentido sem função. Pode acontecer o fracasso.

Num ambiente especializado como o espaço identitário profissional, é o papel social (função) que subordina as interpelações simbólicas e de significação. Há um grande esforço de se re-encantar a função, tornando-a significativa, ou seja, identitária. No mundo profissional, quem garante o sentido do papel social da profissão é justamente a vocação. Ela faz a mediação entre a identidade e o papel social no mundo profissional — mediação de significação, principalmente. Por isso, crise vocacional significa crise de sentido na profissão. No mundo moderno, há de existir, entre o que sou e o que faço, uma solda, algo que ligue tais esferas cada vez mais dessimétricas. Contudo, aparentemente, as interpelações axiológicas do mundo vivido, para utilizar uma linguagem habermasiana (HABERMAS, 1987), não conseguem acompanhar a profusão de papéis sociais do mundo sistêmico — a comunidade não acompanha a sociedade. As interpelações societárias não só esvaziam de sentido a socialização comunitária, mas também, e isso talvez seja o fundamental, tornam "inadequada" a produção axiológica do mundo social. O pluralismo de valor não dá conta da exuberância do pluralismo de funções sociais. A oferta de significância não corresponde à demanda funcional do sistema. Há pouco sentido para muita função.

Claro, tudo isso não se esgota numa diferença de quantidade entre o sentido e a função — tal fato é apenas um dos seus aspectos; além disso, pode-se questionar o porquê desse desnivelamento na modernidade capitalista. Provavelmente, o problema tenha uma relação com a forma pela qual o trabalho é organizado pela economia no capitalismo: perda do controle da produção por parte dos produtores; fragmentação ocupacional no mundo do trabalho; relativização do poder de alocação do mercado, principalmente do mercado de trabalho, e outros fatores estudados principalmente pela sociologia do trabalho (HARVEY, 1996). Ou ainda: talvez, o problema não tenha uma determinação tão direta da "infra-estrutura"; pode ser que o modo como se constitui o sentido do trabalho — no nosso caso, a vocação — na modernidade tardia tenha se

esgotado; talvez, a deriva individualista da vocação tenha criado contradições que a impedem de suprir de sentido a esfera do trabalho²³.

De todo modo, o fato é que o espaço identitário profissional possui uma defasagem entre identidade e papel social. Diante do pluralismo das funções, temos o pluralismo das formas identitárias (DUBAR, 2005), cujo desenvolvimento é transitório e relacionado ao contexto do trabalho profissional. A permanência da forma identitária vai depender da estabilidade normativa e funcional do espaço de identificação profissional — vai depender também da vocação, que "prende" e "segura" a forma identitária. Mas, mudando o contexto, mudam os papéis sociais e as formas identitárias (ou o modo pelo qual o profissional interioriza ou representa o que faz com o que julga ser). Dependendo das mudanças que porventura ocorram no espaço identitário profissional, logo, no contexto no qual as formas estão inseridas, é inevitável que a estabilidade das formas identitárias dependa também das dimensões significativas da atividade profissional.

Diversos autores enfatizaram o aspecto vocacional da profissão; desde Durkheim a Parsons, passando por Weber, a vocação profissional tem uma importância capital. Diante de um mundo "desencantado", no qual a esfera do sacro subsume-se cada vez mais ao cálculo (WEBER, 1959), a profissão é percebida como uma fonte de valores moralizantes, civilizadores e restauradores de uma ética perdida. Dessa forma, para Durkheim, "*a profissão seria justamente um melhor cimento que a religião*" (PAICHELER, 1992, p. 42). A vocação profissional absorve e integra os melhores elementos do "compromisso religioso", entre os quais um aspecto fundamental: o seu caráter de *missão*. Tal palavra aparece, inclusive, várias vezes nos escritos de Durkheim sobre a pedagogia, como quando, por exemplo, refere-se ao poder de convicção do professor acadêmico:

o que reveste a autoridade da palavra do sacerdote é a alta idéia que ele possui de sua missão; pois ele fala em nome de um deus no qual ele crê, em relação ao qual ele se sente mais próximo do que a multidão dos profanos. O mestre leigo pode e deve ter alguma coisa deste sentimento. Da mesma forma que o sacerdote é o intérprete do seu deus, ele é o intérprete das grandes idéias morais de seu tempo e de seu país (DURKHEIM, 1977, p. 68).

Parsons irá mais longe, tornando-se um verdadeiro advogado da profissão; assim, afirmará a "*ênfase sobre o caráter desinteressado e ético das profissões, e seu fundamento sobre um saber técnico que lhes confere autoridade e responsabilidade sociais*" (PAICHELER, 1992, p. 43). Se bem que "desinteressado", o profissional não se furta a ter um relacionamento estreito com a estrutura de poder. Consciente deste fato, Parsons (1968) utilizará, no verbete "profissões", escrito como artigo para a "International Encyclopedia of the Social Sciences", a metáfora do casamento para explicar as origens da profissão: "*a origem básica do sistema profissional moderno está no casamento do profissional acadêmico com certas categorias de homens práticos*". Ora, os "homens práticos" sofrem, nas suas "funções operacionais" — políticas e econômicas, fundamentalmente —, a falta crônica de uma legitimidade ideológica difusa, do tipo que assegurava a religião. A vocação profissional poderia, neste caso, fornecer legitimidade às suas ações a partir de valores, inclusive mais eficientes do que

²³ Indo contracorrente, temos em Freidson (1998) uma preocupação em revitalizar o profissionalismo não só em relação às críticas produzidas por uma sociologia desconstrucionista da profissão, mas também em relação a um fato bem real: a crise vocacional das profissões.

aqueles representados pela ideologia religiosa. Eliminando esse lado apologético, a vocação profissional pode ser vista como um dos elementos mais gerais de um sistema ideológico que sustenta, principalmente, o imaginário das classes médias no capitalismo desenvolvido. A vocação profissional poderia ser entendida como um tipo novo de vocação — sem a antiga carga "sacra" — alicerçado na necessidade do saber especializado na divisão social do trabalho, e legitimado por sua relação com o conhecimento científico.

Desse modo, para os setores médios da sociedade e, principalmente, para a classe média americana:

a cultura profissional serviu como contexto ao aparecimento de certos valores que, depois, impregnaram a sociedade inteira: sucesso, determinação, auto-estima, ambição. Enquanto atitude profissional, o apoio na ciência se fundaria no controle de si, no respeito à universalidade das regras, na prova pela experiência e na tradução de preceitos morais em verdades estabelecidas (PAICHELER, 1992, p. 39).

Pode-se considerar a vocação como uma série de predisposições básicas, construídas socialmente, relacionadas a uma profissão determinada, representando um conjunto de valores que interpelariam e legitimariam a finalidade e a ação de tipo profissional. A vocação constitui, via socialização profissional, um *medium* pelo qual o indivíduo interioriza os valores, as regras e as normas da profissão, incorporando-os ao seu mundo interior e tornando-os "pessoais".

Vocação e individualismo

No tópico anterior, já abordamos, ainda de forma inicial, a noção de vocação. Argumentamos que a vocação faz uma mediação entre a identidade e o papel social no mundo profissional. Aceitamos a hipótese de que sentido e função separam-se no desenvolvimento da divisão social do trabalho e no processo de individuação e que, assim, a vocação teria a função de recompor a unidade perdida. Recomposição esta que significaria a reconstituição constante do sentido do trabalho, daí a sua importância identitária. Mas essa argumentação ainda privilegia demasiadamente o aspecto, digamos assim, funcional da vocação — será que o exame de sua história mostrará outras características que não sua suposta função no âmbito da esfera do trabalho? Acreditamos que sim, principalmente ao analisarmos a conexão, pelo menos na modernidade, entre vocação, igualitarismo e individualismo. Seria, justamente, a estruturação histórica desse trio que está em crise no mundo contemporâneo, tornando a escolha vocacional um problema de identidade. Estruturação esta que possui uma raiz religiosa que definiu, inicialmente, o alcance da vocação. Nesse sentido, a vocação estava relacionada, na origem, à ordem do sagrado, sendo um apelo (*beruf*, em alemão; *calling*, em inglês) de uma transcendência. Aqui, o apelo divino é igualitário e individual; igualitário, porque é uma inspiração que não respeita hierarquia social — o eleito pode ser qualquer um; individual, já que o apelo interpela a pessoa, sua singularidade e seu fórum íntimo. Não é socialmente elitista, sendo uma espécie de eleição espiritual. Randômica, pois não se sabe bem quais foram os desígnios divinos para a eleição — simplesmente cai, feito um relâmpago num dia claro e sem nuvens. A eleição, todavia, não é lotérica, pois o eleito não é um feliz sorteado, e sim um escolhido. A escolha vem do alto e de longe. É transcendente e heteronômica, afinal, quando surge o apelo, chega sem avisar, impondo mensagem e conduta. Não é uma escolha livre, muito pelo contrário, pois o apelo aporta

de fora pra dentro, transformando a pessoa à sua revelia, que muda sem desejar, sem mesmo saber... (SCHLANGER, 1997, p. 18).

Mas, como ocorre a conexão entre vocação, igualitarismo e individualismo? O amalgama do trio vem da própria lógica religiosa do cristianismo. A igualdade funda-se na relação igualitária que todos têm diante de Deus — embora extra-mundana, visto que a igualdade só será realmente garantida no além, já se sinaliza a sua valorização. A valorização da individualidade funda-se na crença da existência de uma alma individual, trazendo inevitavelmente uma valorização do indivíduo, já que este possui no seu âmago o sagrado, a epifania do sopro divino. Por isso, a salvação não acontecerá mais através da mediação de um "povo eleito", e sim de forma individual, por intermédio da relação entre o indivíduo e Deus²⁴. As *Confissões* de Santo Agostinho seria a síntese e a consequência dessa concepção. O Cristianismo seria, em tese, a raiz — ou, pelo menos, uma das raízes — do igualitarismo e do individualismo hodiernos. Seria, assim, um tanto inevitável que a vocação moderna bebesse desse manancial, embora a economia vocacional tenha mudado bastante a partir do momento em que a vocação tornou-se laica e intra-mundana. Nesse momento, a autonomia substituiu a heteronomia, fundando-se agora numa escolha livre e tornando vital a própria vida, encarnada no trabalho e no papel social. Pode-se dizer que, a partir de então, ocorreu uma democratização geral da vocação. Agora, não há mais propriamente eleição, pois a vocação é uma questão de todos e para todos. É, literalmente, uma afirmação individual: para me afirmar de maneira ativa, *escolherei* uma ocupação produtiva, uma atividade pela qual me reconheço; *escolherei* por afinidade, por gosto, por vontade, por conveniência íntima. Ora, em comparação com a vocação cristã, estamos diante de outra vocação, de outro etos vocacional, não mais baseado numa eleição divina e sim numa realização de si.

A realização de si, isto é, a afirmação de um ego no mundo, impõe a questão da felicidade. Não que o tema da felicidade não existisse; ao contrário, a felicidade existia, mas não aqui, e sim lá na terra de Deus. A felicidade está agora aqui e ao alcance de todos — estamos diante da maior promessa do sujeito iluminista. A vocação é um caminho para a felicidade terrena, única que verdadeiramente importa, já que o mundo não é mais perpassado pelo sagrado — o mundo é do próprio mundo: laico. Ser feliz é, assim, um sintoma de realização egóica. A vocação torna-se a busca pela felicidade, já que é o reencontro do indivíduo consigo mesmo. O que se reencontra? A atividade e a potência que existem em todo sujeito. Ao realizá-las, o sujeito torna concretas suas disposições inatas, exercitando suas aptidões. Garante-se a autenticidade, um valor que será doravante procurado com obsessão. Realizando sua potência, o indivíduo patrocina a realização dos possíveis através da suprema liberdade do sujeito: a escolha. Escolhendo, doma-se o destino — a vocação moderna é a vontade de controle do destino. Seria uma das respostas possíveis para uma questão tipicamente identitária: o que fazer de mim e como viver? A resposta é individual, embora não seja, pelo menos por enquanto, completamente intimista e privada — o romantismo tentará esse movimento de privatização da vocação, causando uma explosão de angústia diante de tal responsabilidade e do medo do fracasso.

O ego torna-se o grande valor — seu fundamento é a igualdade. A lógica igualitária apenas se realiza completamente, se e somente se, o indivíduo é tomado como fundamento. Pode-se imaginar a igualdade entre grupos (etnia, classe...), mas nada garante que, dentro do grupo, exista igualdade. Se o ponto de partida é o indivíduo e se todos são iguais, garante-se não só a igualdade entre grupos, mas também entre os

²⁴ Para um maior aprofundamento, ver essa discussão em Dumont (1985).

indivíduos do grupo. Igualdade, assim, só pode ser igualdade entre indivíduos. Sua garantia é a independência individual²⁵. O desejo de se realizar, desse modo, inscreve-se num novo sistema de permissões e de exigências, afirmado politicamente pelo individualismo liberal, que eclode no final do século XVIII. A projeção moral dessas transformações aparece na idéia de que cada um tem o direito de levar sua vida como bem lhe aprouver; o direito de cada um em ter uma existência que não seja estranha ao seu desejo e ao seu gosto. Ora, para isso, a realização de si não pode fundar-se apenas na igualdade, mas precisa também de um valor caro à modernidade: a liberdade. Na interpretação liberal (SCHLANGER, 1997), a vocação torna-se a liberdade de ser tudo o que podemos ser, desenvolvendo nossa potencialidade. Volta-se ao tema grego e aristotélico da enteléquia — a vocação torna-se a forma que determina a transformação de um sujeito: realização de si, perfeição de si. A partir desse momento, a vocação toma o sentido de papel e projeto de vida: a necessidade de desenvolver uma essência, guardada enquanto potência no coração da individualidade, que se realizará na trajetória do sujeito — a prova do sucesso dessa *missão* não será a eleição do indivíduo e sim a manifestação concreta de sua felicidade.

A realização de si não pode ser consumada passivamente, por isso seu lugar por excelência é a atividade. A vocação realiza-se no trabalho — na atividade produtiva. Assim, ocorre o seguinte fato moral: conecta-se, através da vocação, a ética ao trabalho — a felicidade, como realização de si, conquista-se na atividade do trabalho. A produção de bens é conectada à intimidade do indivíduo — a vocação tem uma dupla face, relacionando o privado, esfera do sentimento e do ego, à esfera pública do trabalho. Contudo, esse tipo de conexão moral, dada pela vocação, não é uma originalidade da modernidade, possuindo sua origem no cristianismo (WEBER, 1987), pois quem a relacionou ao trabalho foi, justamente, Lutero e a Reforma Protestante. A noção de vocação permite a Lutero transpor os valores ascéticos religiosos da esfera monástica à vida mundana, passando-se da vida contemplativa à produtiva. Assim,

ao contrário da ascese monástica medieval, que significa uma fuga do mundo, temos aqui uma ascese intramundana que direciona toda a força psicológica dos prêmios religiosos para o estímulo do trabalho, segundo critérios de maior desempenho e eficiência possíveis. O elemento ascético age como inibidor do gozo dos frutos do trabalho, sendo o desempenho compreendido como atributo da graça divina e um fim em si (SOUZA, 1999, p. 28).

Mas a visão luterana ainda é estática, pois vocação não significa transformação, e sim conformação ao apelo, à situação determinada. Foi o calvinismo que dinamizou a vocação, através da doutrina da predestinação, fixando no imaginário do protestante o imperativo de realização, de sucesso, de procurar compulsivamente algum sinal de eleição. Por causa do ascetismo transposto ao mundo mundano, a procura do sucesso é distanciada — não há bazófia — e ditada pela responsabilidade. O risco é calculado, gerenciado e controlado. Sendo o êxito um sinal divino, não há por que gozar e consumir o que foi realizado, muito menos transformar o sucesso em fruição simbólica. A vocação não relaciona, aqui, o trabalho ao desejo pelo trabalho, entre o que se é e o que se faz. Não é importante gostar da atividade, pois o investimento pessoal no trabalho é um imperativo categórico que vem de cima, de uma conformação religiosa, e

²⁵ Por isso, pensar absolutamente a igualdade torna-se logicamente um pensamento monadológico. Num regime de absoluta igualdade, a absoluta independência do indivíduo corresponde à absoluta independência das mônadas, como pensou Leibniz (RENAUT, 1989).

não de dentro, de uma determinação egóica. Quando se soltaram, enfim, as amarras religiosas, não havendo mais a necessidade de se separar o espiritual do psicológico e o investimento pessoal do desejo, a procura pelo sucesso ficará incontida, sem o encanto do religioso. A partir de agora, o espiritual será a psique, e as interpelações morais/religiosas terão conotações psicológicas. Mas essa vocação que surge do desencantamento do mundo é uma degradação da vocação calvinista? Ao contrário de Weber, pensamos que a vocação moderna não seja um empobrecimento da calvinista, e sim uma re-configuração, uma renovação laica. A novidade estaria inscrita na junção estabelecida entre pólos antes inconciliáveis: escolha e desejo, vontade e projeto, consciência e natureza. Embora tenha sua origem na religião, a vocação moderna, como longo processo histórico de desenvolvimento, não se reduz à sua gênese. Ela é, de fato, uma inovação. A vocação tornou-se, enfim, uma questão de identidade.

Na ética calvinista, o que importava era a aceitação do trabalho e não sua transformação em objeto de desejo. A vida era uma tarefa e não um empreendimento. Era o trabalho pelo trabalho; agora, o conteúdo do labor é fundamental. A responsabilidade colocava o indivíduo diante do Criador; agora, a pessoa é responsável de si mesma. Ela comanda seu destino, sendo assim juiz de si própria. Agir, fazer e criar tornar-se-ão fundamentais. Não é mais o equilíbrio — fruir a experiência de um estado de ser — e sim a dinâmica que conta e vale a pena. Se a raiz da vocação moderna está inscrita na religião, seu modelo é a *virtú* renascentista. Modelo, convenhamos, exigente e que produz o seguinte paradoxo: se a vocação moderna é democrática e universal, ao mesmo tempo singulariza, pois se pode imaginar, caso o movimento seja a criação, que muita gente não terá condições e mesmo aptidão a criar. Uma vocação baseada no modelo renascentista, isto é, na atividade artística ou do cientista não contrariaria a sua pretensão democrática? Afinal, seria apenas uma minoria que teria condições de realizar esse objetivo. Parece que, curiosamente, a idéia igualitária e universalista da realização de si possui como determinação uma vocação singular e restritiva, pelo menos no caso da ciência e da arte.

Tal paradoxo levará diversos autores a criticarem a vocação moderna, entre os quais Rousseau, que será um dos críticos mais ferinos da escolha vocacional (SCHLANGER, 1997, p. 42). Denunciará, assim, a ilusão de uma vocação universalista e democrática e, ao mesmo tempo, excludente e elitista. Mostrará que o pano de fundo da escolha vocacional não é tão nobre como alardeiam — não é o talento, o dom que determina a escolha, e sim o desejo de ascensão social. Rousseau possui simpatias pronunciadas pela tradição ética do estoicismo; por isso, pensa a felicidade como um equilíbrio e um estado de ser, uma plenitude desconectada da ação e do desejo. Ora, o imaginário da vocação vai de encontro a essa moral, na qual a anulação de si ou a abolição do ser é que leva à felicidade. Como, dessa forma, não ser contra a vocação moderna? O mito vocacional está alicerçado no desejo, cujo estatuto mudou consideravelmente na modernidade. A realização plena de si é uma realização plural e constante de si — mais felicidade, mais gozo, mais tudo. No cerne da vocação moderna está embutido o desdobramento "pós-moderno" do hedonismo. Rousseau desmistifica a ilusão de que a vocação consegue, através da realização do talento ou do dom, resolver a contradição entre o sujeito e sua biografia, entre sentido e função, entre identidade e papel, para utilizar nossa terminologia. Seguir um suposto dom, geralmente, leva ao fracasso. Como evitar se enganar a si mesmo? Como saber realmente que esse suposto talento não é uma coisa passageira? Pensar que é possível escolher livremente suas disposições e aptidões é um mito que pode levar à infelicidade e à desgraça, dirá Rousseau.

Se Rousseau foi um crítico mordaz da vocação, existiram autores que lhe fizeram uma verdadeira apologia, a tal ponto que a defesa radical da vocação moderna produziu uma crítica da profissão. Para Fourier (SCHLANGER, 1997, p. 64), por exemplo, a profissão interrompe o contínuo desabrochar das potencialidades humanas. Não há uma vocação, mas vocações, pois o espírito humano é plural e diverso. A profissão fixa o que é flexível e rotativo, estabilizando justamente o desejo e a realização de si. A partir da fixação profissional, não se pode mais experimentar tudo, mudar tudo, pular de uma atividade para a outra²⁶. O que está implícita nessa posição é a passagem da defesa da igualdade social à igualdade cognitiva. Todos são iguais socialmente, mas também cognitivamente — todos podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento humano. A sociedade precisa realizar esse dado natural da espécie humana. Por isso, Fourier será contra a especialização e a divisão social do trabalho, pois limitadores da potencialidade humana.

De todo modo, a crítica e a apologia da vocação são sintomas da consciência de um fato: a questão de ser e a de fazer estavam, desde então, separadas e dessimétricas. A vocação seria uma resposta eficaz a esse problema? Talvez não seja a única, mas foi e é a predominante. Ela tenta juntar identidade (aqui, entendido como conjunto psicológico de traços, aptidão, gosto e talento) e papel social (conjunto de interpelações sócio-econômicas); natureza e cultura: dom + aprendizado; escolha e disposição: escolhi a medicina ou isso não podia ser de outra forma, já que sou o que sou? A vocação junta duas formas de liberdade: a de escolha e da decisão voluntária, e a de ser um ser e de realizar sua ontologia. Tenta respeitar, ao mesmo tempo, a autonomia do sujeito e a independência do indivíduo. Enfim, amalgama preferência e talento, envolvendo democracia e elitismo num equilíbrio geralmente frágil. Tais junções, pelo menos atualmente, são problemáticas. Pode-se argumentar, via economia política liberal, que a junção entre preferência e talento será assegurada pelo mercado e não necessariamente pela vocação. Ou, ainda, fazer-se uma crítica dos sintomas: a vocação moderna fracassou, não oferecendo mais sentido ao trabalho. A alienação do trabalho dos de baixo continua e se perpetua; o enfado dos de cima aumenta e continua. A vocação não evitaria a reificação do talento: aptidão sem desejo, competência sem prazer — o mundo moderno descobriu estarrecido que satisfação pessoal pode estar desvinculada do sucesso profissional (1997, p. 86). Nesse sentido, pode-se dizer que a representação histórica moderna da vocação está virtualmente desaparecida. Desemprego, pobreza, flexibilidade no trabalho, reestruturação produtiva, tudo isso coloca em questão o sentido vocacional. Contudo, a referência imaginária da vocação continua e sobrevive e, pelo menos como representação, guia as condutas das pessoas. Talvez, a profissão seja o único depositário da vocação, embora o tema da crise vocacional na profissão seja recorrente, inclusive com grande repercussão na mídia.

Mas, vivenciamos realmente uma crise geral da vocação moderna? Como isso aconteceu? Sem esgotar a questão, tentaremos discutir alguns lados do problema, esboçando principalmente a hipótese de que a vocação está em crise, porque não consegue dar conta dos desafios que um novo tipo de individualismo vem impondo ao mundo contemporâneo. O sistema vocacional moderno esteve sempre imbricado a um tipo de individualismo que chamamos de "moderno" — ao novo tipo de individualismo, referido acima, chamamos de "contemporâneo" (RENAUT, 1998). Há um valor antigo, também formador do individualismo, que ilumina a formação da vocação moderna: a *disciplina* (FOUCAULT, 1977, p. 1979). A sua re-configuração representou o

²⁶ Vemos esse tema da polivalência humana, isto é, da capacidade de se "pular de uma atividade para a outra" na utopia comunista do jovem Marx (2001).

nascimento de um mundo onde o controle do corpo passa pelo controle da "alma". Um mundo no qual a tradição vai aos poucos perdendo sua força normativa, dissolvendo-se no "desencanto do mundo". Um mundo comandado pela expansão de uma ética baseada no individualismo. A Reforma trará o paradigma emocional da *disciplina*: conflito e culpabilidade; o Espírito do Capitalismo, o indivíduo-empresendedor, a busca da felicidade na competição e nos mercados. A moralidade vai afastando-se da emoção. A luta pela acumulação de riquezas não entra mais em contradição com a ascese e o comportamento repressivo. A economia liberta-se da moral. A rotina, ao perder de vista a tradição, torna-se vazia – o hedonismo, aos poucos, vem preenchê-la (GUILLEBAUD, 1999). Mas a *disciplina* ainda guarda uma relação de dependência com o mundo tradicional, pois ainda impõe limites à plena soberania do sujeito. A repressão sexual e a obediência disciplinar respeitam a tradição — como a tradição, a disciplina vem de fora. A culpabilidade lembra sempre o vínculo com o passado, mesmo que já seja cada vez mais por um processo neurótico; o conflito reflete um sintoma de ruptura com o passado, mas apenas para reafirmá-lo de forma repetitiva. E, apesar do crescente hedonismo, o indivíduo-soberano possui claros limites, navegando apenas entre o permitido e o proibido. A vocação moderna, através da *disciplina*, ainda tem um pé na tradição...

Contudo, o crepúsculo da tradição vai-se anunciando ao longo da história da modernidade. Já no final do séc. XIX, Nietzsche anuncia, com estardalhaço e algum desespero, a vitória do indivíduo-soberano. Anuncia o individualismo contemporâneo. Um ser sem guia, cada vez mais sem referências externas, julgando o mundo por si e de si mesmo. Um indivíduo, *avant la lettre*, que não tem destino, faz o seu destino; que não percebe sentido no mundo, projeta seu sentido. Uma pessoa sem Deus e sem Absoluto guiando sua vida; nada de Fora para lhe dizer o que se deve ser e como deve se conduzir. Sua forma de estar-no-mundo passa pela exteriorização da sua interioridade. Ele não é mais um ser, é um ente. O indivíduo-soberano encontra seu momento de realização histórica na dita "Revolução de 68". A partir dessa explosão, a individualidade transformar-se-á continuamente. A interioridade do indivíduo será menos regada pelo duo permissão-proibição do que pelo abismo entre o possível e o impossível ("é proibido proibir" – lembrar sempre dessa palavra-chave da radicalização do individualismo). Os comportamentos passam a ser balizados menos por uma obediência disciplinar do que pela decisão e pela iniciativa pessoais – na verdade, balizados por crenças de setores sociais hegemônicos, provavelmente impossíveis de se realizarem, já que não são, concretamente, universalizáveis. São representações sociais que balizam a mídia e a "sociedade do espetáculo" (DEBORD, 1997). Tal radicalização da liberdade individual corre *pari passu* com a instauração da sociedade de consumo. A pessoa não acumula tanto, não mais se reprime; ela consome, exterioriza-se. Não age mais conformada a uma ordem externa; age utilizando seus próprios recursos, suas competências e aptidões cognitivas. Ela está só, mas está "livre". Fabrica projetos, procura motivações, pede comunicação. Não vai ter mais medo da culpa, pois ficará apavorada com o fracasso. "68" significará o deslocamento normativo da culpa à responsabilidade. O indivíduo começará a sentir o peso da liberdade e da soberania da individualidade. Estamos em plena radicalização da modernidade; estamos na "pós-modernidade".

Enfim, pode-se resumir, enfatizando apenas alguns aspectos, tais transformações no imaginário ocidental da seguinte forma:

- boa parte do imaginário identitário "pós-moderno" formou-se na educação de massas. Educação voltada para o mercado de trabalho, a

competição, a qualificação profissional. A profissão é a aspiração de mobilidade social. Seria, também, uma aspiração à autonomia e à independência individual. Encarna uma sensibilidade igualitária baseada no mérito individual — mas não existe aqui contenção ética, pois estamos diante de uma vocação sem deontologia;

- a pedagogia formatou a radicalização do individualismo através principalmente da valorização da concorrência. Houve, no imaginário social, uma supervalorização da competição. Um culto à performance (EHRENBERG, 1991). Torna-se uma "obrigação" a visibilidade da subjetividade. Produz-se uma ode ao visível: desde o *acting-out* até a visibilidade dos excluídos através da violência (torcidas organizadas, gangues de bairro...). Num sistema competitivo democrático, o indivíduo precisa mostrar-se, pois somente tornando transparente a sua performance pode ser julgado. Na competição, o indivíduo encontra a justa avaliação. Assim, a pedagogia da concorrência reverteu um antigo tabu: a concorrência não é mais vista como antagônica à justiça. Os "velhos" sistemas de solidariedade precisavam proteger o indivíduo dos efeitos perversos da concorrência, pois se pensava que era fonte de desigualdade; agora, a justiça é produto da concorrência. Ocorre, assim, um deslocamento da sensibilidade igualitária: da solidariedade social ao egoísmo da justa concorrência, da preocupação com o acesso dos mais fracos a uma vida digna ao modelo esportivo do "vença o melhor". Paradoxalmente, mesmo num mundo cheio de incertezas, o risco é valorizado e colocado como o preço da liberdade;

- o pano de fundo de toda essa nova situação: a fragmentação da existência. O indivíduo depende apenas de si mesmo para vencer na vida. Sozinho, produz a construção solitária de sua performance. Tenta cotidianamente construir a si mesmo. Agora, a identidade é uma construção individual, isto é, uma responsabilidade do indivíduo. O destino é uma construção idiossincrática: não tem raiz no passado, nem aponta para o futuro, firma-se no presente, no aqui e agora. Estranha situação: a identidade é social, mas sua expressão histórica aparece firmemente ancorada na crença de que sua formação depende apenas do desdobrar da individualidade. Ocorre, assim, a desvalorização dos atores coletivos. A busca da felicidade e de uma vida digna é uma tarefa que prescinde de ações coletivas;

- valorização do sucesso. Novamente, outra quebra de tabu: o sucesso não é mais visto com desconfiança. Não é mais percebido como uma ilusão, pois virou norma de conduta. O sucesso é individual e prova de reconhecimento não mais de Deus, como na Reforma Protestante, mas da sociedade. Seria o sinal mais evidente de que a competição produziu justiça. Cria-se a ideologia do empreendedor, base volitiva do sucesso. A busca da felicidade é um empreendimento. O acesso ao empreendimento é universal. Só é preciso vontade. O "empreendimento" é a mais nova forma de voluntarismo na contemporaneidade. Seria a filosofia de vida de uma determinada classe média. A ênfase recai completamente na defesa da independência do indivíduo;

- O indivíduo é responsável. Antigamente, *admitia-se* a responsabilidade, agora *exige-se*. Todos devem se comportar como indivíduos responsáveis. A responsabilidade é um componente essencial da vocação profissional. Crise de responsabilidade equivale à crise de sentido vocacional. Mas o fracasso, também, é individual. Aos poucos, vai tornando-se um handicap, principalmente o fracasso escolar e o profissional. De handicap a neurose, um pulo: a pedagogia transforma-se também numa terapêutica do

fracasso. A doença do fracasso é a doença da responsabilidade. Ocorre o declínio do conflito no espaço da identidade (EHRENBERG, 1998). A histeria, doença do conflito, desaparece de cena e quem domina é a depressão, doença do fracasso;

- o consumismo torna-se uma moral da felicidade. Seria também uma forma de exercitar a liberdade individual. A poupança deixa seu trono e o Espírito do Capitalismo passa por uma reforma hedonista. Consumir significa também exteriorizar-se, valorizar-se e se tornar visível. O hedonismo é o novo princípio de realidade. Vai modelar principalmente as expressões artísticas e de vanguarda. As identidades não serão mais construídas obrigatoriamente através da repressão sexual. A liberalidade sexual e as descobertas de novas formas identitárias sexuais estão cada vez mais condicionando os processos de identificação. O que está havendo é uma transformação da intimidade (GIDDENS, 1992).

Mas, o que isso realmente significa para o indivíduo?

Ora, o modelo vocacional de matriz religiosa, ao ter como base a eleição, possuía uma natureza carismática. Um indivíduo eleito, inspirado pela mensagem e pela missão divina, precisa basear sua eleição no carisma. A vocação moderna já significa uma racionalização da matriz religiosa, deslocando o encanto carismático para a função ou o cargo profissional. O profissional perde, durante a formação histórica do modelo vocacional moderno, o carisma. O eleito é o herói carismático weberiano que, aos poucos, vai sendo substituído pelo herói cultural (MYERTOFF & LARSON, 1965) — conceito interessante, pois está relacionado à transferência do carisma do indivíduo para a posição ou função. O herói cultural significa a completa racionalização do herói carismático. Implica um comportamento já padronizado, em que o papel social do indivíduo tem um peso relevante — há uma forte modelação social do sentido da atividade do profissional. O herói cultural, nesse sentido, seria um agente de integração social por excelência. O eleito é um indivíduo idiossincrático, pois é excepcional, e participa, através do seu carisma, da mudança social. Tem uma missão, geralmente transformadora. O herói cultural possui também uma missão, embora esta seja fortemente padronizada pela profissão. Weber (2000, pp. 161-162) chama essa transformação do carisma de rotinização do carisma.

Com o desencantamento do mundo, a religião perde a sua referência para a ciência — por isso, pode-se dizer que o poder do carisma é deslocado para o mundo científico, e o modelo vocacional predominante passa a se basear no personagem do cientista. Podemos clarificar melhor essa afirmação, oferecendo como exemplo o caso da medicina, no qual o dom da graça é transferido para a ciência. Essa erosão do carisma médico, cujo reconhecimento social tinha um evidente fundo religioso, pode ser um dos motivos, entre outros, da decadência do médico de família. Talvez, uma das expectativas de algumas políticas públicas na área de saúde seja a de recuperar a aura do médico, a aura sagrada da medicina, através de uma política de aproximação e de restabelecimento do contato direto do cliente com o médico (medicina de bairro, médico de família...). Se o carisma deslocou-se para a posição e para a ciência, pode-se inferir que a formação universitária, baseada na medicina científica, é um dos fatores de desencantamento do carisma do médico e, conseqüentemente, da própria vocação médica (JAMOUS, 1969). A formação científica do médico retiraria a singularidade da experiência idiossincrática de cada médico, tornando-a banalizada e comum. Haveria uma produção "fordista" de médicos, através do credenciamento e do diploma, que homogeneizaria a experiência médica. Tal fato pode retirar do imaginário médico a

representação da medicina como arte, embora isso não seja ainda dominante nas representações profissionais dos médicos.

Mas a vocação médica possui, ainda, muitos resíduos da sua antiga aura de herói carismático. Assim como os políticos, por exemplo, os médicos têm uma tendência de justificar a escolha da sua profissão. São narrativas muitas vezes sacras ou mesmo solenes, baseadas em eventos catárticos e, invariavelmente, racionalizadas. Provavelmente, toda profissão, que tenha um caráter social ou uma relação com a saúde, possua tal necessidade de justificação carismática. O mito do sacerdócio médico é, por exemplo, um mito baseado ainda na vocação do eleito, daí inclusive a importância da noção de missão na vocação médica. Contudo, a formação médica impõe um modelo de prática que faz uma delimitação precisa entre o doente e a doença, exigindo dos médicos a neutralidade afetiva diante do sofrimento dos pacientes. Ora, tal exigência entra em flagrante contradição com as narrativas vocacionais, quando os médicos rememoram o evento catártico que ocasionou sua escolha profissional (PERRUSI, 2004). Muitas vezes, a relação com a doença, o fato de ter estado doente, e mesmo o contato com doentes são interpretados como fatores de caráter "afetivo" que teriam induzido a escolha profissional.

Embora tenha seus resíduos carismáticos, a vocação profissional, médica ou não, é identificada geralmente à noção de profissionalismo. Inclusive, vocação e profissionalismo são algumas vezes colocados como termos não cambiáveis e, até mesmo, antagônicos. O profissionalismo teria destruído o aspecto vocacional dos *métiers*, impondo um conjunto de valores tais como competência técnica, universalismo, especificidade funcional e neutralidade afetiva²⁷, que teriam esvaziado o conteúdo "existencial" de uma atividade como, por exemplo, a medicina. A vocação seria uma "escolha de vida", um projeto pessoal, um engajamento subjetivo que levaria o profissional adiante na sua carreira, apesar dos percalços vividos ao longo do exercício de sua atividade. Ela realizaria o vínculo entre a motivação à carreira e a realização pessoal que esperamos da vida profissional²⁸. O profissionalismo, ao contrário, significaria o trabalho desocupado de valores existenciais e de engajamento pessoal, no qual a utilização de um saber, visto somente a partir de sua finalidade funcional, depauperaria o conteúdo axiológico do *métier*. Tal visão de profissionalismo está, na verdade, relacionado estreitamente ao trabalho burocrático — de fato:

administração burocrática significa: dominação em virtude de conhecimento; este é seu caráter fundamental especificamente racional. Além da posição de formidável poder devida ao conhecimento profissional... (WEBER, 2000, p. 147).

A burocracia está, nesse sentido, impregnada de profissionalismo, e a profissão, impregnada de burocratismo, estando ambas subsumidas ao inexorável processo de racionalização social; um processo cujo ranço instrumental aprisiona a ação social, seja burocrática ou profissional, nos ditames da coerência da relação entre meios e fins²⁹. Entretanto, fazendo a identificação entre atividade profissional e atividade burocrática, teremos dificuldade, provavelmente, em encontrar um aspecto vocacional nas

²⁷ Ver discussão de Herzlich (1970:158) sobre os valores do profissionalismo, na qual critica Parsons por tê-los identificado apenas à prática médica e não às profissões em geral.

²⁸ Assim, "uma das funções da vocação é orientar a conduta atual no interesse de um objetivo a ser atingido" (HALL, 1970, p. 210).

²⁹ Contudo, a racionalização social e a burocracia moderna não se esgotam na racionalidade em relação a fins. Ver crítica a Weber e sua concepção de racionalização em Habermas (1987). Ver discussão sobre as diversas "lógicas de ação" possíveis numa empresa capitalista em Karpik (1972).

profissões. O saber burocrático não necessita, por princípio, de um sistema de valores como a vocação. Num ambiente completamente burocratizado, o funcionário efetua o seu trabalho sem que precise investir ou realizar a sua identidade pessoal — não há efetivamente realização de si. Toda a ação é coordenada por normas rígidas e fixas, externas à sua vontade ou à sua autonomia de trabalho. Ele não tem controle sobre a produção do seu serviço e nem "tem" propriamente um saber; na verdade, ele "utiliza" um, que não é dele, nem feito por ele, e sim "usado" por ele para realizar o seu trabalho³⁰. Nesse sentido, o despotismo burocrático se identifica com o de fábrica³¹.

Inconclusões

Se a vocação moderna possui uma relação intrínseca com o individualismo moderno, qual tipo de vocação corresponderá ao individualismo contemporâneo? Ou, simplesmente, estamos assistindo ao fim da vocação *tout court*? Estaríamos, por outro lado, imersos numa fase de transição na qual a vocação vem sofrendo transformações ainda imperceptíveis? Se a *disciplina* esclarecia vários aspectos do individualismo e da vocação modernas, o hedonismo teria, como um dos valores constituintes da "pós-modernidade", uma afinidade a que tipo de vocação? O movimento de sentido, na vocação, é de dentro pra fora, do sentido à função, da identidade ao papel social; mas, se o que existe agora é o domínio cada vez maior do papel social, seja na sua pluralidade, seja na sua funcionalidade, qual seria a repercussão disso tudo na vocação?

Podemos, à guisa de conclusão, formular algumas observações sobre essa situação. São hipóteses que ainda não têm demonstração empírica, embora possam servir como delimitação de um objeto de pesquisa. Enfim, não são conclusões, e sim um ponto de partida para a discussão:

- a vocação moderna está desaparecendo, inclusive como representação dominante da escolha profissional. Rousseau venceu: a escolha vocacional é baseada menos numa ética do trabalho do que num desejo de ascensão social;
- por enquanto, não há substituto concreto, daí a sensação de crise vocacional, de crise de sentido;
- enquanto não estiver clara a redefinição dos sentidos do trabalho, não haverá re-configuração dos sentidos da vocação;
- não há ainda, na conjuntura, mediações entre individualismo contemporâneo, redefinição dos sentidos do trabalho e vocação. Nossa impressão é a de que, independentemente de qualquer juízo de valor, o novo individualismo prescinde de mecanismos vocacionais. Com isso, a mediação entre identidade profissional e papel social, na esfera do trabalho, precisa de outra modalidade identitária, diferente daquela embutida na vocação moderna;
- sem vocação, vemos se esvaziar, na profissão, a importância da deontologia. O bom profissional será aquele que obtiver algum sucesso no mercado de trabalho. O acesso ao mercado de serviços acontecerá menos por uma questão vocacional do que por uma ação estratégia visando "oportunidades"

³⁰ Evidentemente, se nós subirmos na hierarquia burocrática ou se examinarmos algumas áreas onde a divisão técnica do trabalho necessite de um saber especializado, encontraremos um saber do tipo profissional. Vale dizer que um administrador, atualmente, é um profissional, possuindo um saber que produz regras de gestão e de consecução de serviços que são "utilizadas" e não "apropriadas" pelo funcionário na realização de suas tarefas.

³¹ Ver discussão geral sobre o processo de trabalho na fábrica em Marglin (1989) e Gorz (1989).

— não se escolheria, por exemplo, uma profissão por algum critério vocacional, mas sim porque ela tem uma resposta de mercado.

Referências Bibliográficas

- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUBAR, Claude. *A socialização*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.
- DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme*. Paris: Seuil, 1983
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999.
- DURKHEIM, Emile. *Education et sociologie*. Paris: PUF, 1977.
- EHRENBERG, Alain. *La fatigue d'être soi*. Paris: Odile Jacob, 1998.
- EHRENBERG, Alain. *Le culte de la performance*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Vol I, Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIDSON, E. *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo: Edusp, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003.
- GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa; racionalidad de la acción y racionalización social*. Tomo I, Madrid: Taurus, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa; racionalidad de la acción y racionalización social*. Tomo II, Madrid: Taurus, 1987.
- HALL, Oswald. Les étapes d'une carrière médicale. In: HERZLICH, Claudine (org.). *Médecine, maladie et société*. Paris: Mouton, pp 210-225, 1970.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HERZLICH, Claudine (org.). *Médecine, maladie et société*. Paris: Mouton, 1970.
- JAMOUS, Haroun. *Sociologie de la décision. La réforme des études médicales et des structures hospitalières*. Paris: Editions du CNRS, 1969.

- KARPIK, Lucien. Les politiques et les logiques d'action de la grande entreprises industrielles. In: *Sociologie du travail*, N° 1, p.82-105, 1972.
- MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os patrões?). In: GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes. pp. 39-77, 1989.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo, Martin Claret, 2001.
- MYERHOFF, B, LARSON, W. The doctor as culture hero: the routinization of charisma. *Human organization*, 24, 187-191, 1965.
- ORTEGA Y GASSET, José. *O que é filosofia?* Portugal: Libro Ibero, 1971.
- PAICHELER, G. *L'invention de la psychologie moderne*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- PARSONS, T. Professions. In: SILLS, David L. (org.). *Internacional Encyclopedia of the Social Sciences*, New York: Crowell Collier and Macmillan, p. 536-547, 1968.
- PERRUSI, Artur. *Imagens da Loucura: representação social da doença mental na psiquiatria*. São Paulo, Cortez, 1995.
- PERRUSI, Artur. Profissão, vocação e medicina. IN: *Política e Trabalho*, número 17, 2000.
- PERRUSI, Artur. *Tirantias da Identidade: profissão e crise identitária entre psiquiatras*. 2003.
308f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- RENAUT, Alain. *L'ère de l'individu*. Paris: Gallimard, 1989.
- RENAUT, Alain. *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- SCHLANGER, Judith. *La vocation*. Paris: Seuil, 1997.
- SOUZA, Jessé de. *O malandro e o protestante*. Brasília: Edub, 1999.
- STRAUSS, Anselm. *La trame de la négociation: sociologie qualitative et interactionnisme*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5ª edição, São Paulo: Pioneira, 1987.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. volume I, 3ª edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000.

Resumo

O objeto do artigo é a vocação. É um ensaio, logo, uma discussão que mistura argumentação teórica e julgamento pessoal. Inicialmente, analisa-se a identidade profissional, pois a vocação possui uma relação umbilical com processos de identificação profissional. Depois, faz-se uma discussão teórica sobre vocação, incluindo um exame das relações entre vocação e individualismo, já que as diversas transformações ideológicas no individualismo contemporâneo podem ter colocado em xeque a validade da vocação como fonte de identidade para a profissão. Parece que não há ainda, na conjuntura, mediações entre o individualismo contemporâneo, uma redefinição dos sentidos do trabalho e a vocação. Talvez, o individualismo contemporâneo prescindia de mecanismos vocacionais; com isso, a mediação entre identidade profissional e papel social, na esfera do trabalho, precisaria de outra modalidade identitária, diferente daquela embutida na vocação moderna.

Palavras-chave: vocação; identidade profissional, individualismo, profissão

Resumé

Le sujet de l'article est la vocation. C'est un essai, donc une discussion qui mêle des arguments théoriques et des jugements personnels. Au départ, nous analysons l'identité professionnelle, parce que la vocation a une relation ombilicale avec les processus d'identifications professionnelles. Ensuite, nous avons fait un débat théorique sur la vocation, y compris un examen de la relation entre la vocation et de l'individualisme, une fois que les diverses transformations idéologiques de l'individualisme contemporain ont mis en question la validité de la vocation en tant que source d'identité pour la profession. Il semble qu'il y a un manque de médiations entre l'individualisme, une redéfinition du sens du travail et la vocation. Il se peut que l'individualisme dispense des mécanismes vocationnelle; ainsi, la médiation entre identité professionnelle et le rôle social dans la sphère du travail aurais besoin d'une autre forme d'identité, différente de celle qui fait partie de la vocation moderne

Mots-clés: vocation, identité, professionnelle, individualisme, profession

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

DO FOGO DE ENERGIA À IDEOLOGIA DA RESPONSABILIZAÇÃO: ENSAIO SOBRE ACIDENTES E "INCIDENTES" NA SAÚDE DE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO EM SÃO LUÍS - MA

Ednalva Maciel Neves

Introdução

Este texto traz elementos para uma reflexão sobre as relações entre trabalho e saúde no mundo contemporâneo, vinculando-se à vertente da saúde dos trabalhadores. Os estudos sobre saúde e trabalho reclamam que as relações de trabalho, as condições e as formas de organização do processo de produção são considerados fatores definitivos das modalidades de agravos à saúde dos trabalhadores. E, neste sentido, tanto a pressão acerca da produtividade imposta aos trabalhadores quanto a maquinaria ocasionam acidentes ou adoecimentos. Situações que integram a experiência social dos trabalhadores.

Nas relações entre trabalho e saúde, os aspectos relacionados à vida laboral são lidos a partir das análises de riscos, como um instrumento teórico-metodológico de interpretação dos fatores aos quais os trabalhadores estão submetidos e que são determinantes no agravo à saúde. O conhecimento produzido pelas análises de risco tem demonstrado as possibilidades políticas de intervir sobre os ambientes de trabalho e fornecem parâmetros para a luta social dos trabalhadores.

No entanto, as avaliações de risco são também apreendidas como instrumento de reforço das políticas empresariais no ambiente laboral, no que se chama chão de fábrica e que se compreende as relações cotidianas de trabalho. A sutileza está em que as relações que aí se estabelecem compõem um sistema de pensamento e de atitudes relacionado aos riscos e condições de trabalho, marcado pelo conflito entre a experiência dos trabalhadores e as pressões do empregador. Este jogo está envolto num sistema de idéias, entendido como uma ideologia, que envolve a ênfase sobre um sentimento de culpa e de responsabilidade pelos acontecimentos.

Nosso argumento é que o sistema de pensamento orientado pela idéia de risco traz em sua competência um vínculo marcante com o valor do indivíduo nas sociedades ocidentais, cuja articulação remete à "responsabilização" pelos sucessos e infortúnios de sua trajetória social. No âmbito das relações entre trabalhadores e empregadores representa a possibilidade de conferir ao acidentado o encargo pelo acidente sofrido, processo que invade as relações de trabalho.

É que risco compõe uma *categoria de entendimento*³², articulada aos valores sociais emergentes, cuja fluidez está em servir aos diferentes agentes sociais e cenários nos quais tal idéia é mobilizada. O fenômeno que designamos por Ideologia da Responsabilização enfatiza a cristalização desse conjunto de idéias e coerções mobilizadas pelos envolvidos nos acidentes e adoecimentos no trabalho para reforçar a interpretação de que a chamada causa do evento é da responsabilidade do acometido. Este processo tem como consequência imediata a culpabilização do trabalhador e a

³² No sentido durkheimiano do conceito, entendido como construção de critérios de interpretação do mundo, cuja universalidade alcança o maior número de indivíduos de uma sociedade (DURKHEIM, 1996).

minimização da reflexão sobre os condicionantes laborais do acontecimento e não intervenção sobre o ambiente de trabalho.

Este texto é inspirado na pesquisa realizada junto aos trabalhadores da indústria do alumínio em São Luís – MA³³, promovida pelo Fórum Carajás³⁴, no ano de 1998, voltada para o estudo das condições de trabalho e agravos à saúde dos trabalhadores. A sua relevância está associada aos raros estudos sobre adoecimentos e agravos à saúde dos trabalhadores em indústrias de alumínio não somente no Brasil, como também no mundo. A justificativa social era ditada pelos trabalhadores que alegavam, por um lado, difíceis condições de trabalho e, por outro lado, a ausência de estudos sobre acidentes e doenças.

Entendemos que os trabalhadores passam por uma dupla penalização social, tanto por suas condições de vida quanto pelas condições de trabalho. Assim, submetem-se aos modelos organizacionais das empresas para garantir sustento às suas famílias, é o que alegam e se torna um argumento incontestável. A complexidade é percebida se pensamos que os trabalhadores de que tratava o estudo são desprovidos de qualificação profissional, e agrava-se pelo contexto local de que “empregos” são difíceis e de baixa remuneração³⁵.

Além destes aspectos, os estudos sobre saúde e trabalho na indústria do alumínio devem contemplar a natureza química do alumínio: um metal, portanto, de essência inorgânica, o que impede o metabolismo pelo organismo humano. Em termos práticos, significa a impossibilidade de ser eliminado em casos de absorção, sendo continuamente acumulado³⁶ no organismo (MENDES, 1995). No processo de industrialização, o metal é liberado, em certas etapas do processo, na forma de vapores que são facilmente absorvidos através do sistema respiratório. Atua sobre o equilíbrio eletroquímico do organismo, com subsequente deposição no sistema nervoso, daí a suspeita de que ele pode provocar doenças degenerativas, como as síndromes por intoxicação crônica.

Este texto traz, resumidamente, informações obtidas na investigação realizada, enfatizando a caracterização dos acidentes de trabalho e as percepções dos trabalhadores sobre fatores de risco e adoecimentos relacionados ao ambiente e às condições de trabalho na indústria do alumínio. Para o entendimento das dificuldades de realização de um estudo como este, começo com uma exposição sucinta sobre os procedimentos realizados na pesquisa e, em seguida, apresento os resultados obtidos.

Os resultados revelam, por um lado, o perfil dos acidentes de trabalho ocorridos e, por outro lado, o conhecimento sobre as condições que levam aos adoecimentos e acidentes recolhido junto aos trabalhadores. Tais situações deixam entrever que existe uma política industrial de culpabilização dos trabalhadores perante os agravos à saúde que lhes atingem, a que chamamos de Ideologia da Responsabilização. As narrativas

³³ NEVES, Ednalva Maciel; PEREIRA, Carla Regina e CABRAL, Maria Domingas Gomes. Impactos da indústria do alumínio sobre a saúde dos trabalhadores: o caso da Alumar em São Luís – MA. São Luís: DESOC/CCH/ UFMA, 1999. Relatório de Pesquisa.

³⁴ Fórum Carajás é uma instituição não-governamental, situada em São Luís, que promove o debate social sobre ações governamentais, políticas de desenvolvimento e repercussões ambientais e sociais para a Amazônia, incluindo os Grandes Projetos de exploração industrial (alumínio, ferro gusa etc.), instalados a partir dos anos de 1970.

³⁵ Atualmente, o recrutamento das empresas (em particular, as multinacionais) exige que o trabalhador esteja escolarizado, com o segundo grau completo, o que torna crítica a situação de um contingente que não alcançou este nível de escolarização em regiões cujo Índice de Desenvolvimento Humano é precário.

³⁶ Este é debate presente na literatura acerca da ação dos metais não orgânicos no corpo humano. Existe consenso, no entanto, de que metais são acumulados organicamente, por ausência de enzimas ou mecanismos biológicos que os elimine, resultando em processos de adoecimento de longa duração, de caráter insidioso e difícil diagnóstico (MENDES, 1995).

dos trabalhadores são apresentadas tal como expressadas, num diálogo entre literatura existente e a Norma Regulamentadora 09, desvelando aspectos das situações de trabalho que podem ser apropriadas pela empresa para compor seu mapa de risco e intervir na melhoria das condições de trabalho.

Sobre a pesquisa

A investigação realizada pode ser caracterizada como um estudo exploratório ou *survey* que teve como objetivo demonstrar a existência e magnitude de certo fenômeno. A intenção era fornecer elementos que indicassem os processos de adoecimento no ambiente de trabalho da indústria do alumínio. Os princípios da pesquisa foram associados à saúde do trabalhador na perspectiva de Mendes e Dias (1991), envolvendo, também, a perspectiva de Lacaz (2007), ao considerar os dilemas vividos pelos estudos sobre saúde do trabalhador nos contextos sociais contemporâneos³⁷.

O objetivo da investigação foi revelar as modalidades de acidentes e doenças³⁸ ocupacionais que acometem trabalhadores da indústria de alumínio³⁹, fornecendo um panorama baseado em informações oficiais e primárias. Assim, além da revisão bibliográfica sobre o tema, o desenho da investigação privilegiou duas fontes de informações: as comunicações de acidente e os relatos dos trabalhadores. A pesquisa partiu do levantamento de informações sobre acidentes registrados em Comunicações de Acidentes de Trabalho, chamadas de "CAT", para se dedicar ao levantamento de informações junto aos trabalhadores acerca das condições e organização do processo de trabalho as quais estão submetidos.

As Comunicações de Acidentes de Trabalho são documentos do Instituto Nacional de Seguro Social, que registram e caracterizam os agravos ocorridos a partir da descrição médica do dano físico ocorrido, tanto no trajeto quanto no ambiente de trabalho. O levantamento anual dos acidentes de trabalho ocorridos foi o instrumento utilizado para construir o perfil dos eventos, e privilegiamos o intervalo de tempo entre a construção da indústria, no ano de 1984, até o ano de 1990, totalizando 14 anos, em razão de que dados mais contemporâneos não eram acessíveis no momento da investigação. A leitura e análise destas permitiram não só a identificação dos acidentes registrados pela empresa, mas a caracterização dos acontecimentos, viabilizando a comparação com informações recolhidas junto às outras fontes, tais como a literatura científica e, em particular, os relatos obtidos de trabalhadores.

Tais Comunicações de Acidentes foram localizadas nos arquivos do Instituto Nacional de Previdência Social / INSS em São Luís. Examinadas 239 comunicações, selecionadas por método estatístico aleatório e os principais dados obtidos dizem respeito a: identificação do trabalhador, descrição do acontecimento, caracterização da lesão orgânica sofrida, horário da ocorrência, tempo de afastamento. Nos documentos analisados, os pesquisadores se depararam com informações incompletas ou

³⁷ Para Lacaz, "Saúde do Trabalhador é campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico-metodológico, no Brasil, emerge da Saúde Coletiva, buscando conhecer (e intervir) (n)as relações trabalho e saúde-doença, tendo como referência central o surgimento de um novo ator social: a classe operária industrial, numa sociedade que vive profundas mudanças políticas, econômicas, sociais" (2007)

³⁸ Acidentes de trabalho são definidos através de legislação trabalhista específica, o leitor pode encontrar a definição na Legislação em vigor, a partir da qual acidentes e doenças do trabalho são caracterizados, o que inclui as definições de "acidente típico" e de "acidente de trajeto" (Consolidação das Leis Trabalhistas e complementares como: Lei 8.213/1991 e Decreto 2.172/1997),

³⁹ Trabalhadores metalúrgicos, empregados diretos do Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A. - ALUMAR, indústria situada em São Luís, capital do estado do Maranhão.

preenchidas de maneira ilegível, aspectos que revelam atitudes de descaso com a assistência à saúde de trabalhadores. As conseqüências deste descaso despontam no chamado subregistro de acidentes e doenças do trabalho, assim como, e mais grave, no domínio do direito social, em particular quando se trata de reconhecer direitos sociais trabalhistas.

À época, na busca por informações atualizadas, a equipe de pesquisa se deparou com dificuldades de várias ordens, e o obstáculo mais marcante para a coleta de dados estava nas instituições estatais que alegavam a indisponibilidade de documentos. A justificativa institucional compreendia a burocracia dos sistemas de notificação e o segredo do fornecimento de benefícios, assim os documentos são disponibilizados após cinco anos do registro da ocorrência. Já as informações acessíveis (sites institucionais e do Ministério do Trabalho, por exemplo), apresentavam dados consolidados do estado do Maranhão, não contabilizados por empresa.

Restava, ainda, o fato de que, ao Sindicato dos Metalúrgicos do Maranhão / SINDMETAL, os acidentes de trabalho ocorridos não são comunicados, o que leva ao desconhecimento da real situação pela representação dos trabalhadores. Na realização das entrevistas, a dificuldade surgiu por parte dos trabalhadores, que reclamavam de medo de “perder o emprego” ou de receber alguma represália da empresa. Por tais motivações, foi garantido o anonimato dos entrevistados como condição de participação e ética da pesquisa.

A etapa mais significativa do estudo compreendeu a coleta de informações primárias, realizada junto aos trabalhadores. Esta permitiu identificar as percepções que estes agentes sociais constroem acerca dos aspectos que consideram “arriscados” no ambiente de trabalho, envolvendo as tarefas, o processo e a organização do trabalho. Tais informações foram recolhidas através de entrevistas semi-estruturadas, técnica de pesquisa orientada por um roteiro previamente elaborado⁴⁰ cujo objetivo é garantir ao investigado narrar livremente sua experiência laboral motivado pelas questões fornecidas pelo pesquisador.

O saber elaborado pelos trabalhadores sobre o processo de produção de alumínio foi central para a compreensão dos processos e formas de organização do trabalho. O levantamento sobre o sistema industrial de produção a partir da experiência dos trabalhadores no chão de fábrica foi inspirado num estudo semelhante realizado por Facchini et al (1991), em Pelotas – RS. Embora alguns trabalhadores declarassem que “não conheciam todo” o processo e, em particular, substâncias químicas comumente utilizadas no processo contínuo de produção de alumínio, as informações proveram uma compreensão do processo de produção, bem como rotinas e normas que regem o cotidiano da vida fabril.

A Norma Regulamentadora 09 da Portaria 3.214/ 1978 do Ministério do Trabalho foi o parâmetro utilizado para levantar os fatores de adoecimento no ambiente de trabalho, a partir do seu anexo IV que estabelece a classificação⁴¹ dos riscos

⁴⁰ O roteiro de entrevista consta de cinco itens: identificação do entrevistado, condições sócio-econômicas, vida laboral, vida na fábrica de alumínio (ingresso, tarefas, processo e rotinas, hierarquias e normas do trabalho etc.), fatores de risco e agravos à saúde identificados no ambiente de trabalho (informações emitidas espontaneamente a partir da experiência do entrevistado e questionados conforme a NR 09). Foram entrevistados 21 trabalhadores de todos os setores da produção, com duração variável, gravadas, transcritas e analisadas por categorias temáticas, conforme recomenda estudos qualitativos.

⁴¹ Trata-se da Tabela 1 do Anexo IV – NR- 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) da Portaria nº. 3.214/1978, sobre a Classificação dos Principais Riscos Ocupacionais em Grupos, de Acordo com sua Natureza e a Padronização das Cores Correspondentes (Mapa de Riscos). Segundo a legislação, o objetivo é construir um mapa sobre riscos ambientais que podem depreciar a saúde dos trabalhadores. As

ambientais segundo a natureza do agente⁴². A utilização deste anexo foi estratégica para o estudo, já que é considerado um dos principais instrumentos de normalização do ambiente e da organização do trabalho, devendo ser apropriado pelas comissões de prevenção e segurança no trabalho. Os grupos de risco indicados são referências para configurar o roteiro de entrevistas e compor o quadro final da análise das informações.

Perfil dos acidentes de trabalho

A construção do perfil dos acidentes de trabalho registrados esteve pautada por dois aspectos cruciais: um deles é constituído pelos dados concretos armazenados nas CATs e o outro compreende a definição dos acidentes de trabalho pela empresa. A discussão sobre a definição dos acontecimentos como "acidentes de trabalho" foi levantada pelos trabalhadores quando exploravam os riscos presentes no ambiente de trabalho.

No exame das Comunicações de acidente, recolhemos informações que indicam o perfil das ocorrências notificadas ao INSS⁴³, cuja caracterização segue os dados encontrados. Do total de Comunicações examinadas (239), em 205 as lesões encontradas pelos profissionais são consideradas decorrentes de acidentes típicos de trabalho, ou seja, ocorridos no ambiente de trabalho. Este dado equivale a aproximadamente 86% dos registros, no entanto, em 21 delas o profissional não esclarece a causa da lesão apontada pelo acidentado ou o faz de forma ilegível. Apenas 12 acidentes, cerca de 5%, foram descritos como consequência de acidentes de trajeto, enquanto um caso estava registrado como acidente de trabalho e de trajeto simultaneamente (0,4% do total das comunicações examinadas).

No exame da faixa etária dos trabalhadores acidentados, observa-se que 121 (50,6 %) dos acidentes ocorreram em trabalhadores com idade entre 19 e 29 anos, fenômeno que se agrava quando acumulamos os acidentados até 39 anos, cujo percentual alcança a cifra de 86% das ocorrências (206 comunicações). Este perfil etário denuncia que os trabalhadores acometidos encontram-se no início de sua vida economicamente ativa, e prejuízos em sua vida profissional.

Quando se verifica a ocupação dos acidentados, a maior incidência recai sobre os envolvidos na produção de alumínio, apenas 5,7 % não estão diretamente envolvidos na produção. São eles os envolvidos em setores: administrativos (08 registros), auxiliares de segurança (03), almoxarifado (02) e técnico de meio ambiente (02 casos). Dentre os acidentados da produção, os mecânicos e os operadores da redução apresentavam maiores índices de acometimento.

Na caracterização das lesões, os membros superiores e da extremidade superior do corpo (pescoço e cabeça) são as partes do corpo mais acometidas, perfazendo percentuais de 36,8% e 23%, respectivamente. Estas partes são seguidas por lesões nos membros inferiores, acometendo 19,2% dos atingidos; em seguida, surgem as lesões

normas regulamentadoras indicam limites de tolerância ambientais, equipamentos de proteção e segurança, assim como procedimentos para o acompanhamento da saúde dos trabalhadores.

⁴² O processo de produção de alumínio se caracteriza por um trabalho contínuo, de natureza química, visando à liberação do metal da forma encontrada na natureza, na composição chamada bauxita. Por isso, não iremos discorrer sobre riscos biológicos, já que não estão presentes neste processo, tal como relatado por trabalhadores e verificado na literatura sobre o processo de trabalho de produção de alumínio.

⁴³ Algumas comunicações de acidente de trabalho examinadas estavam preenchidas de maneira ilegível ou incompleta, perfazendo 8,8 % do total, e, dentre estas, uma delas registrava um caso de doença ocupacional, no entanto a leitura da descrição do quadro clínico revela se tratar de um caso de acidente típico.

que acometeram o tórax e a região lombar da coluna vertebral. Tais informações podem ser lidas a partir da causa atribuída registrada na comunicação, revelando que: 38% das ocorrências tiveram como fator causal “máquina ou ferramenta” (91 comunicações), seguidas por “poeiras” e “agentes químicos” (28 ocorrências, 11,7% para cada um dos itens); dentre outras causas de acidentes surgem o “esforço físico excessivo” e “queda de níveis”, cada fator deste é responsável por 9,2% dos agravos.

Essas informações vão de encontro às narrativas dos trabalhadores que relatam os riscos ocupacionais referidos ao ambiente de trabalho. Os trabalhadores alegavam que consideram “arriscada” aquelas “condições ou situações de perigo que podem causar um acidente ou fazer adoecer e impedir de trabalhar”. Essa compreensão se justifica pelos valores atribuídos ao trabalho pelos indivíduos deste grupo.

Segundo Duarte (1996), os trabalhadores associam a idéia de adoecimento apenas com casos de acidentes graves que limitam ou impossibilitam sua capacidade para exercer o trabalho. Nessa lógica, o trabalhador não valoriza acidentes de menor gravidade e não relacionam sintomas leves e insidiosos com o trabalho, de modo que não contabilizam as pequenas ocorrências diárias de “choques” ou outros agravos que sofreram. Esta afirmação foi marcante, já que os trabalhadores entrevistados costumavam relatar que nunca “sofreu[ram] acidentes, apenas uns choquinhos”. Raramente, encontrou-se um trabalhador cuja percepção levou a afirmar que “[o] risco maior de adoecer é queimadura e de morrer é por doença ocupacional”.

Embora os trabalhadores anunciem que conhecem os aspectos que podem resultar em adoecimento, utilizam a estratégia social de banalizar os riscos visando um objetivo maior que é a garantia do emprego e, conseqüentemente, dos salários. Tal estratégia envolve um duplo sentido para o trabalho que pode ser compreendido como a valorização pessoal pelo trabalho (identidade social) e por outro a manutenção da qualidade de vida, aspecto que envolve, também, as estratégias de reprodução familiar.

Para eles, está em jogo a condição social de provedor. Trata-se de arcar com as responsabilidades de um papel social atribuído aos homens que consiste em garantir o provimento familiar, e, em tais contextos, se estima mais a manutenção do emprego do que os “pequenos” riscos de vida pessoal.

Ideologia da responsabilização e “incidentes”

Assim, uma das questões centrais que marcaram o levantamento sobre acidentes de trabalho esteve relacionado à definição do acidente. A caracterização dos aspectos relacionados ao trabalho permite reconhecer o padrão de desgaste e adoecimento operário, indicado pelas atividades desenvolvidas e pelas condições, maquinarias e concentração de componentes que podem ocasionar acidentes e doenças ocupacionais (ROCHA et al, 1993).

Nas informações recolhidas junto aos trabalhadores, eles relataram que, quando se trata de acidentes de trabalho, o Decreto 2.172/ 1997 delibera sobre duas formas de caracterização do acidente, administrativa e técnica, como instrumento de reconhecimento do direito do trabalhador. Na caracterização administrativa, o setor de benefícios do Instituto Nacional de Previdência Social estabelece o nexo existente entre o trabalho exercido e o acidente, enquanto na caracterização técnica da perícia médica busca-se identificar o nexo causal do acidente ou lesão ocorrida com a atividade desenvolvida. A caracterização do acidente é relevante em razão de que alguns procedimentos são adotados como decorrência da gravidade do evento, podendo

ocasionar o afastamento do ambiente (dias ou meses), o que leva ao pagamento dos dias afastados etc.

Na experiência dos trabalhadores, a política adotada pela empresa busca minimizar a ocorrência de acidentes de trabalho, por isso adota estratégias que limitam o registro dos acontecimentos. A empresa recomenda que, diante da ocorrência de um “quase acidente”, o trabalhador deve informar ao líder de seu grupo, responsável pelo preenchimento do relatório. Assim, recorre-se a uma definição própria, distinguindo-se entre “incidente” e “acidente”. São caracterizados como “incidente” as ocorrências consideradas “menos graves”, tais como: “queimaduras, cisco no olho”, assim como alguns eventos que exigem o “afastamento do setor de trabalho”, o que se costuma caracterizar como “regime restrito”.

Nesta política, diante de um acidente que exige “poucos dias de afastamento” recorre-se aos dias de folga acumulados pelo trabalhador, sem caracterizar o afastamento. Desta forma, estes acontecimentos considerados menores não aparecem no âmbito das estatísticas, descaracterizando os fatores de risco presentes no ambiente de trabalhadores. Apenas os acidentes que provocam lesões graves são notificados como acidentes de trabalho, estes, quase sempre exigem alguns dias de afastamento. Nas comunicações⁴⁴, os acidentes exigiram um período de tratamento variável, desde menos de 10 dias que compreendiam 15% dos registrados até aqueles que exigiam entre 10 e 29 dias, constituindo 30,6% da amostra. Os acidentes que levaram a mais de 30 dias de tratamento preenchiam um percentual de 18%. Estes dados cruzados com a gravidade da lesão podem indicar que a classificação fundada no “incidente” tem sido eficaz na limitação do número de acidentes de trabalho comunicados pela empresa.

Outro recurso comumente utilizado compreende a política de “recorde de dias sem acidente de trabalho⁴⁵”, que é um princípio adotado pelas equipes de trabalhadores. Tal princípio acaba por imputar o sentimento de culpa nos trabalhadores acidentados, estigmatizados pelos colegas de trabalho por impedir a chamada “quebra de recorde”. O sentimento referido pelos trabalhadores é expresso pela idéia de que se “sentem responsabilizados” pelo acidente que sofreram, o que leva o acidentado a aceitar as condições impostas pela empresa como uma forma de não ficar “mal visto” pelos companheiros de equipe. Cria-se, desta forma, um mecanismo de controle estabelecido pelo próprio trabalhador, sobre si-mesmo e seus colegas. Assim, afirmações como: “em nosso grupo nunca aconteceu um acidente”, “no dia tal, batemos o recorde de acidente” são expressões comumente valorizadas pelos trabalhadores.

Os trabalhadores reconhecem fatores associados ao ambiente de trabalho e, neste sentido, valorizam a *política de segurança* desenvolvida na empresa. Tal percepção da segurança relacionada à saúde tem, no entanto, sido ponderado pelo reconhecimento das exigências feitas ao trabalhador e da pouca intervenção da empresa sobre as condições de trabalho.

⁴⁴ Cabe ressaltar que 36,4% das comunicações de acidentes de trabalho não registravam essa informação ou o registro estava ilegível. O que leva a ponderar sobre a responsabilidade do profissional de saúde que atende ao acidentado e preenche o formulário, e, em tais situações, os maiores prejudicados são os trabalhadores, que não têm à sua disposição informações fidedignas acerca das circunstâncias e da intensidade dos agravos.

⁴⁵ O recorde é registrado em *outdoor*, estrategicamente posicionado na empresa, de modo que trabalhadores e visitantes o percebam. No entanto, isto não impede que “[caso] o trabalhador seja, pelo menos capaz de ir à indústria, mesmo que não possa trabalhar o recorde não é quebrado, porque não está ‘caracterizado’ o afastamento. Deste modo, o *record* estatístico continua até que um trabalhador esteja gravemente ferido ou doente” (MOREIRA, 1992: p. 112).

Informações coletadas junto aos representantes dos trabalhadores, no SINDMETAL, revelaram que, até o ano de 1999, haviam apenas quinze ações ajuizadas sobre acidentes de trabalho. Ações motivadas por danos ou lesões sofridas no ambiente de trabalho e impetradas pelos trabalhadores para buscar o reconhecimento de seus direitos. As principais reclamações nestes processos dizem respeito a problemas de saúde assim caracterizados: problemas de colunas (06 casos, 40% do total), infortúnio laboral (04 casos, o que corresponde a 26% das queixas), perda da visão (02 casos, equivalente a 13%), ferimentos nas mãos e mutilações de dedos (02 casos, 13%) e perda de olfato e amígdalas (01 registro, equivalente a 8%).

Fatores de risco e formas de adoecimento

Dentre as informações coletadas junto aos trabalhadores, foram explorados aspectos do ambiente de trabalho abalizado pelos trabalhadores como fatores que podem provocar acidentes. Estabelecendo uma relação entre processo de trabalho e situações de risco por eles identificadas, os trabalhadores relataram casos de acidentes, sofrimentos e mortes que testemunharam ou que lhes foram relatados por colegas de trabalho, além dos próprios problemas de saúde. Utilizando o Anexo IV da Norma Regulamentadora -09 (Portaria 3.214/78) foi possível identificar fatores de risco e sinais de adoecimento referidos pelos trabalhadores.

No primeiro grupo, definido como riscos físicos (ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas, umidade e ventilação etc.), encontram-se os fatores que presentes no ambiente de trabalho podem provocar danos à saúde quando extrapolarem limites de tolerância. São fatores que podem ser medidos através de instrumentos objetivos, como: fotômetros, fonômetros e outros.

Questionados sobre como era o ambiente de trabalho, no momento da pesquisa, os entrevistados foram unânimes em dizer que “[escuro] não é. Calorento, sim”, outros foram ainda mais enfáticos ao relatar que “[até] porque o ambiente de trabalho é muito desconfortável, desconfortável mesmo, é quente; você sua, você perde calor, você se irrita fazendo o serviço, porque no momento que você tá suado, você já perde a concentração, e lá você só trabalha suado. É quente, super-quente”. O calor advém do uso da energia elétrica em alta voltagem para garantir a liberação do alumínio, resultando em altas temperaturas ambientais. O calor provoca a perda de líquidos e altera a homeostase orgânica, e o risco de desidratação e desfalecimento é elevado, por isso foi dito que “às vezes, o cara desmaia. Já houve pessoa desmaiar”.

Dentre os fatores físicos, os trabalhadores informaram ainda que o ruído é também uma marca do ambiente de trabalho, apesar do uso de protetores. E as informações revelam que “o ruído é um negócio que incomoda muito a gentes. Barulho, se bem a gente usa o protetor, abafador, mas o ruído incomoda. Nem sei, há dias que a gente se irrita. Não sei se é do barulho, se é mesmo do processo ...”. Mantido o controle sobre o uso de protetores auriculares, parece que o ruído é deslocado frente a outros elementos físicos presentes no ambiente.

A este conjunto de fatores, os trabalhadores reclamam de desidratação, sudorese intensa, câimbras, desfalecimentos, distúrbios na pele, entre outros aspectos relacionados ao comportamento, como irritabilidade.

O segundo grupo do Anexo IV se refere aos riscos químicos, entendidos como “as substâncias, compostos ou produtos que podem penetrar no organismo pelas vias respiratórias em formas de nevoas, fumos, gases, ou vapores; ou que pela natureza da atividade de exposição possam ter contato ou ser absorvidas pelo organismo através da

pele ou por ingestão” (MIRANDA, 1998, p. 30). Segundo os entrevistados, as substâncias aparecem na forma de poeira, vapor e líquidos.

O levantamento sobre as substâncias químicas ou compostos presentes no ambiente de trabalho foi um exercício difícil, visto que os trabalhadores não dominam todos os elementos que compõem as tarefas que realizam. No entanto, a partir da reconstituição do processo de trabalho, eles puderam indicar os compostos que são manipulados na produção. O relato abaixo fornece um exemplo de como os trabalhadores acionam o conhecimento sobre o trabalho que realizam e que foi recuperado na pesquisa.

Essa função, hoje, é mais de monitoramento do processo em si, porque lá na fábrica de alumina, onde transforma o minério – a bauxita em si e sai a alumina que é um pozinho branco, tipo açúcar. Desse produto é transformado em alumínio metálico. ... O produto químico que é usado nesse processo é só a *soda cáustica* misturada com água, ela forma uma solução chamada licor e esse licor com uma determinada concentração e a uma temperatura é adicionado com a bauxita. Ele fica que nem uma pasta e daí é que é feito o processo (Depoimento).

Na perspectiva dos trabalhadores, são empregadas várias substâncias, tais como: soda cáustica, coque, piche, ácido sulfúrico, hidrocarbonetos, fluoreto de alumínio, solventes, alumínio (alumina e metálico), criolita, extrato de carvão, enxofre, entre outros que não aparecem nos discursos dos trabalhadores. Apesar desta lista, os trabalhadores tomam conhecimento destas substâncias através do conhecimento adquirido no trabalho e através de outras fontes reveladas, tais como: leitura das embalagens dos produtos, identificação pelas conversas entre líderes de equipes e supervisores, e até da experiência anterior com certas substâncias.

A presença de substâncias nocivas nos ambientes de trabalho deve ser considerada um dos fatores de agravos à saúde. A inalação de vapores ou fumos é a modalidade mais freqüente de adoecimento (intoxicação ou doença ocupacional). Este fato é agravado nos processos de trabalho que ordenam esforço físico (levantamento de peso, por exemplo), em razão da exigência de maior ventilação pelos pulmões.

Embora a via respiratória seja àquela de maior absorção de substâncias tóxicas, devemos considerar também a pele e a via digestiva como formas de contato do corpo com substâncias nocivas, com possibilidades de contaminação. Sobre este grupo, os trabalhadores reclamam de: queimaduras e dermatites de contato, partículas nos olhos e asma ocupacional. Estes produtos são marcados, na literatura da área, como agentes causadores de doenças ocupacionais.

O grupo quatro relaciona os riscos denominados ergonômicos, e que compreende os processos e equipamentos utilizados no desenvolvimento das atividades. Neste, são considerados fatores vinculados à organização do trabalho (turnos, monotonia, repetitividade, pressões, intensidade, conteúdo e controle sobre o trabalhador), aos equipamentos e às atividades físicas de levantamento, transporte e descarga de materiais associados ao trabalho. Aqui, a centralidade é sobre a postura física, mudanças de níveis, deslocamento de pesos e esforço físico excessivo.

O adoecimento provocado por estes fatores envolvem principalmente as lesões do sistema osteomuscular, conforme aparece nas comunicações de acidentes de trabalho. Neste sentido, um entrevistado esclareceu que os maiores acometimentos “são doenças de coluna. É o que mais acontece, que a gente sobe e desce, pega peso. O

serviço braçal, o esforço físico é muito grande". Associando-se a altura das pontes rolantes e a obrigação do cumprimento das tarefas, os riscos são potencializados.

A caracterização das tarefas, em termos dos ritmos e pausas do trabalho, anulam a iniciativa do trabalhador. Apesar da referência ao planejamento introduzido pela organização em sistema de qualidade total, as tarefas e objetivos estão previamente definidos, dando pouca margem de administração ao trabalho para a execução do trabalho. Conjugam-se, desta forma, fadiga física e insatisfação no trabalho, que associadas com outros aspectos resultam no que alguns autores denominam de *fadiga industrial*. A denominada *fadiga industrial*, segundo ODDONE et al. (1986, p. 24) "incide profundamente sobre a saúde psicofísica do trabalhador", de maneira que esse é um dos grupos que mais concentra comentários dos trabalhadores sobre situações causadoras de estresse físico e/ou psíquico. Assim, pode-se afirmar que "O ritmo do trabalho é muito forte, muito agitado, muito acelerado. A pressão sobre o trabalho lá é muito grande, muito grande. A pessoa é pressionada tanto, é fisicamente, o desgaste é muito grande, como psicologicamente." (Depoimento).

Cabe ressaltar que estão aí incluídas operações desenvolvidas sempre da mesma forma e repetidas durante toda a jornada de trabalho, caracterizando a monotonia, provocando distúrbios de ordem psicológica – *doenças inespecíficas de adaptação* (ODDONE et al., 1986, p. 39). Tais distúrbios acabam por gerar disfunções orgânicas, principalmente doenças que se apresentam com "sintomas não específicos", tais como: alterações da atenção, distúrbios do humor, irritabilidade, alterações no ritmo do sono, e outros, por exemplo: dor de cabeça (cefaléia), taquicardia (aceleração dos batimentos cardíacos), gastrite (azia) e distúrbios intestinais – colites.

Outros elementos relacionados à organização do trabalho chamam a atenção quando se trata do sistema de controle sobre a realização da tarefa pela empresa. Compreende, assim, o modelo de gestão do trabalho⁴⁶ adotado e das relações sociais hierarquizadas que aí se desenvolvem para garantir da produtividade. É neste contexto que o trabalho revela que

E, hoje, com o TPM (Manutenção de Produtividade Total), a gente tá sendo, além de todo esse trabalho que é um pouco técnico, tem outro lado que é com a introdução da TPM, a gente se torna também um zelador, porque a gente faz a parte de mecânica. Aquele detalhe mínimo de mecânica, de elétrica e faz a parte da limpeza total, chega a ponto de me dar pano pra limpar uma estrutura de ferro, uma coisa assim. (Depoimento)

As novas propostas de organização do trabalho impõem, portanto, o acréscimo de atividades que descaracteriza o trabalho e a questão da especialização tão cara ao trabalhador, pois envolve saber e conhecimento acumulados em anos de trabalho e fornece autoridade frente ao grupo. Os novos métodos de gestão acabam por introduzir novas atribuições aos trabalhadores, aliando controle de tempo e tarefas (CORIAT, 1994).

Novas hierarquias e pressões são incorporadas e os trabalhadores explicitam essa situação explorando as figuras do "líder de equipe" e do "supervisor", dito da seguinte forma: "O que ele faz? *Ele é só pressionar, cobrar nós. A cobrança do nosso trabalho.*

⁴⁶ Em 1993, a Alumar iniciou a implantação do sistema de gestão fundado sobre o princípio da manutenção de produtividade total (TPM) e dos círculos de controle de qualidade (CCQ). Segundo Castro (1977) as tensões do mercado mundial, o que inclui a competitividade, têm influenciado a adoção de programas e inovações tecnológicas com padrão organizador da rotina nas fábricas (p. 169).

Mesmo quando num tá, a produção não saiu correta, alguém deixou de fazer alguma coisa, neguinho cobra” (Depoimento).

O quinto grupo refere-se aos riscos de acidentes, em decorrência de aspectos da organização do ambiente, tais como: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, entre outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

Um fator relatado diz respeito à luminosidade decorrente do reflexo da luz pelo metal. O excesso de luminosidade e o ofuscamento provocam a contração prolongada da retina, sendo responsável por lesões nas estruturas oculares e o surgimento de doenças como a catarata, além de irritação e cefaléias. Os trabalhadores comentam que “[durante] a noite, ele é de muita luz. Ela reflete muito forte e é muito quente. Muito quente com muita luz. A luz de cima”.

Em referência à luminosidade, cabe lembrar que dos 15 processos ajuizados, segundo o SINDMETAL, dois deles estavam associados à perda de visão. Além deste aspecto, as comunicações de acidentes de trabalho revelaram que os danos que atingem a região da extremidade superior do corpo são, em sua maioria, decorrentes da presença de corpos estranhos que chegam aos olhos, tais como poeiras e substâncias químicas. Em tais condições, o uso de equipamentos de proteção individual torna-se mais um encargo “incômodo”. Por isso, os trabalhadores afirmam que “[todo] EPI, ele incomoda. Você colocar um protetor auricular no ouvido, ele incomoda. Colocar uma luva incomoda e tudo vai causando incômodo, mas a gente faz, faço porque gosto”.

Dentre os mais referidos agravos encontra-se a “queimadura”, para eles “[é] quando você encosta em qualquer equipamento daquele, você é queimado”, pois se trata de um “fogo de energia” e que também submete o trabalhador aos “pequenos choques”. Em termos de acidentes, como já observado nas comunicações, os membros superiores e também inferiores são algumas das partes do corpo mais atingidas.

Os acidentes de trabalho registrados no INSS fornecem também um perfil da inadequação de certos equipamentos e outros aspectos envolvendo o ambiente de trabalho. Alguns trabalhadores revelaram que “[quebrar] dedo é quando os mecânicos, (...) Aí, o camarada vai tirar qualquer peça daquela, ele usa material inadequado aí acontece. Já aconteceu vários colegas quebrar os dedos nesse tipo de trabalho” (Depoimento).

Uma declaração que surpreendeu a equipe foi a de que se trabalha “numa área pressurizada, tipo uma bomba”, e tal referência foi expressa por vários entrevistados. Essa declaração sobre os riscos como “pressão”, ou como uma “bomba” busca expressar a grandeza das pressões e tensões que vivenciam no trabalho. A metáfora usada se constitui num desabafo sobre condições e relações de trabalho. Principalmente, se consideramos que, neste grupo de risco, encontramos fatores de adoecimento e morte, confessando que “[e] outra coisa, o maior índice de, pra morrer mesmo é no caso de pensar, ser prensado de máquina, por exemplo”.

Como a crônica de uma morte anunciada, este comentário foi feito antes do acidente de trabalho que vitimou um trabalhador, levando-o a morte. O acontecimento atingiu trabalhadores e pesquisadores envolvidos, deixando a todos num estado emocional bastante vulnerável. Além disso, a ausência de informações sobre o acontecimento em órgãos públicos responsáveis pela fiscalização das empresas e pela concessão de benefícios aos trabalhadores desvelou, ainda mais, o grau de dificuldades pelas quais passam os trabalhadores para alcançar o reconhecimento de seus direitos.

A maneira como os trabalhadores expressam a sua compreensão de doença ocupacional é próxima da lógica da Ideologia da Responsabilização quando abordam os acidentes de trabalho. Tal percepção pode ser exemplificada pelo seguinte comentário: “[são] doenças que você adquire dentro do trabalho por descuido ou erro”.

Tal *ideologia da responsabilização* atinge também o reconhecimento de doenças ocupacionais. Nesta lógica, o que seria reconhecido como “asma ocupacional” se torna uma doença própria do trabalhador, anterior a sua entrada na fábrica. Trata-se, neste caso, de imputar ao organismo um adoecimento cujo desencadeamento é resultado da exposição ocorrida no ambiente de trabalho.

As principais doenças que os trabalhadores reconhecem são os casos de “doença de coluna”, “questões de vista”, como principais fenômenos que os afetam. Alguns revelaram conhecer sobre “problemas” causados pelo chamado “fluoreto” e pelo “alumínio” e associaram ao fato de que tinham colegas que haviam “acusado” nos exames periódicos, que tiveram de “mudar de setor”.

Em decorrência do fato de que a empresa produz, também, os insumos necessários à produção do alumínio, como o anodo, os trabalhadores desconhecem a totalidade das substâncias e seus componentes utilizados na produção. Assim, optamos por levantar os danos à saúde provocados pelo o alumínio.

Entre as doenças provocadas pelo alumínio, estão as denominadas pneumoconioses. Segundo Mendes (1980, p. 217), são chamadas pneumoconioses metálicas, resultantes da inalação de alumínio. A reação pulmonar pode variar de reações alérgicas até a asma ocupacional. Porém, duas delas podem ser consideradas de maior gravidade: Aluminose e a Doença de *Shaver*. A primeira é determinada pelo alumínio metálico e a segunda pelo óxido de alumínio. Essas duas já foram descritas na Alemanha (1940), no Canadá (1947) e também no Brasil (1963).

A aluminose é uma doença ocupacional com características particulares, pois só acomete um grupo de trabalhadores se comparado com a população exposta, e produz um quadro grave e progressivo de fibrose pulmonar difusa. Por não ter sido ainda intensamente estudada, acredita-se que o tempo de exposição para o desenvolvimento varia de 2 a 20 anos, com tendência a ser inferior a 10 anos na produção de corundum.

O imparcial, jornal de circulação diária do estado do Maranhão, estampou em suas páginas no dia 24 de janeiro de 1999, uma matéria sobre um quadro de doença pulmonar diagnosticado em um trabalhador de 51 anos, dos quais doze trabalhados na Alumar. Os sintomas descritos caracterizam um quadro clínico de doença pulmonar restritiva muito próxima do agravo descrito na literatura semelhante ao da aluminose. Demitido pela empresa, a doença tem sido considerada como asma brônquica, e de herança familiar, acompanhando-se de sinusite e resfriados.

Ao alumínio também é atribuída à capacidade de provocar danos neurocomportamentais, isto se deve à natureza neurotóxica desse metal, são encefalopatias tóxicas de origem exógenas. Segundo Mendes (1995, p. 270), as manifestações neurotóxicas dependem de dois fatores principais: o tempo de exposição e o agente neurotóxico, provocando manifestações agudas ou crônicas de diferentes intensidades.

A encefalopatia tóxica caracteriza-se por alterações psicológicas importantes, marcadas por queixas vagas, tais como: perda de memória e concentração, irritabilidade, isolamento social, demorando anos para se tornar evidente, observada na esfera dos distúrbios do ânimo e da personalidade. São alterações na forma habitual se portar frente aos acontecimentos mais cotidianos. Um exemplo pode ser dado pelo depoimento de um trabalhador, ao comentar que “[aí], eu disse: rapaz, como é que chego, ninguém vem me perguntar como é que eu estou, cadê a benção. Ainda dei bisca, eu sou irritado,

tudo daqui para ali me irrita. Impaciente, fadigazinha... Uma fadigazinha, às vezes, sobra para o pessoal."

Segundo Mendes (1995, p. 270), a sutileza dos efeitos, o processo gradual de deterioração, o não aparecimento de sintomas sugestivos da neurotoxicidade, e as disfunções mentais, emocionais e nervosas são atribuídas à velhice, ou ao cansaço/estresse.

Considerações Gerais

Através da pesquisa realizada encontramos elementos são reveladores de uma *cultura de segurança*, fundada numa idéia de risco em que o trabalhador é considerado o principal responsável pelos acontecimentos que o atingem no ambiente de trabalho. Este desvio da responsabilização produzido pela política empresarial repercute sobre direitos sociais, na medida em que a ausência de registro oficial dos acontecimentos não possibilita seu reconhecimento por outras instâncias sociais. Tal sistema de responsabilização e controle incide sobre os próprios trabalhadores e constitui uma Ideologia da Responsabilização, reforçada pela baixa oferta de trabalhos no estado do Maranhão, no contingente de trabalhadores disponíveis e na sensação de ameaça de "perder o emprego", como já enfatizado. Este sistema tem implicações sobre as atitudes do trabalhador, sobre a atuação na busca de direitos sociais e pode ser observado entre agentes governamentais (da área da saúde e dos sistemas previdenciários)

É mister reconhecer que as inquietações acerca dos agravos à saúde de trabalhadores permanecem. Elas resultam das dificuldades de intervenção sobre ambientes de trabalho, no âmbito da assistência à saúde dos trabalhadores. Os aspectos apresentados podem indicar apenas a dimensão visível do iceberg, que constitui o domínio do trabalho.

Ao investigar trabalhadores é sempre bom manter em pauta que se trata de agentes sociais que articulam perspectivas de si mesmo (identidade profissional) e estratégias familiares. Em tal articulação, se estima os riscos a correr. Os riscos presentes no ambiente de trabalho são considerados menores, porque o saber operário é um instrumento relevante na gestão cotidiana de provedor. Gestão é fortemente influenciada pela Ideologia da Responsabilização.

Assim, a sutileza está em reconhecer que o trabalhador avalia os riscos da tarefa e que a ele cabe a responsabilidade de evitar os danos. A idéia de risco, por trás deste sistema, atua na mediação da gestão cotidiana do perigo e funciona como um indicador de "descuido" e "irresponsabilidade" por parte do trabalhador. Por isso, explicitar os pequenos acontecimentos é como se denunciar, tornando-se um delator de si mesmo. Assim, os pequenos acidentes são menosprezados e isso vai de encontro à política empresarial e nacional quando mantêm um sistema de punição e de indenização de danos como condição de direito social.

Referências Bibliográficas

CAMPANHOLE, Hilton L. e CAMPANHOLE, Adriano B. **Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar**. São Paulo: Atlas, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da Vida Religiosa. O sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FACCHINI, Luiz A., WEIDERPASS, Elisabete e TOMASI, Elaine. Modelo operário e percepção de riscos ocupacionais e ambientais: o uso exemplar de um estudo descritivo. In: **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, 25 (5): 394-400, 1991.

LACAZ, Francisco A. de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. In: **Cad. Saúde Pública**, v.23, n.4, Rio de Janeiro abr. 2007

MENDES, René. **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

MENDES, René e DIAS, Elizabeth C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. In: **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, 25 (5): 341-9,1991.

MIRANDA, Carlos Roberto. **Introdução à saúde do trabalhador**. São Paulo: Atheneu, 1998.

NEVES, Ednalva Maciel; PEREIRA, Carla Regina e CABRAL, Maria Domingas Gomes. **Impactos da indústria do alumínio sobre a saúde dos trabalhadores: o caso da Alumar em São Luís – MA**. São Luís: DESOC/CCH/ UFMA, 1999. Relatório de Pesquisa.

ROCHA, Esther et all (org.) **Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1993.

SELLIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Cortez, 1994.

Resumo

Este ensaio explora as relações entre trabalho e saúde num contexto contemporâneo de trabalho, na indústria do alumínio. Parte-se do levantamento dos acidentes de trabalho para investigar concepções de “acidentes” e “incidentes” presentes no ambiente fabril, bem como a política empresarial de *cultura da segurança*, que envolve o controle sobre os adoecimentos e a ideologia da responsabilização atinge a todos no sistema produtivo, dificultando o reconhecimento de direitos sociais do trabalhador.

Palavras-chaves: acidentes de trabalho, indústria do alumínio, ideologia da responsabilização

Résumé

Cet essai explore la relation entre le travail et la santé dans un contexte contemporain du travail dans l'industrie de l'aluminium. Ceci dans l'enquête sur les accidents d'enquêter sur les conceptions des «accidents» et «événements» présents dans l'environnement de fabrication et de la politique d'entreprise de culture de sûreté, ce qui implique le contrôle des maladies et l'idéologie de la responsabilité touche tout le monde en système de production, faisant de la reconnaissance des droits sociaux des travailleurs.

Mots-clés: accidents, l'industrie de l'aluminium, l'idéologie de la responsabilisation

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DO ESTADO NOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Rubens Pinto Lyra

1 Introdução

É consabido que a experiência de democracia participativa no Brasil tem repercussão mundial, sendo, em nosso entender, a mais importante da atualidade. Conforme lembra com acuidade Lavallo, “talvez pela primeira vez na história, a democracia e seu horizonte de reformas possíveis passaram a ser pensados, no hemisfério norte, a partir das experiências vivenciadas no hemisfério sul” (LAVALLE, 2006, p.5)

Segundo Boaventura dos Santos, a vitrine da democracia participativa brasileira, o Orçamento Participativo (OP) existe, sob forma consultiva ou deliberativa, em cerca de 1.200 municípios da América Latina e em mais de 100 da Europa (SANTOS, 2007).

Já Sintomer registra mais de 200 experiências de OP no Brasil, sendo 50% conduzidas por Prefeitos do PT (SINTOMER, 2008, p.31).

Todavia, as estatísticas sobre os principais institutos de participação popular são precárias: temos apenas estimativas, inclusive por tratar-se de uma realidade em constante expansão. Sabe-se, porém, que existem em torno de vinte e cinco mil conselhos de políticas públicas envolvendo a participação da sociedade: conselhos gestores, deliberativos e conselhos de direitos, em geral, de natureza consultivo-propositiva e de fiscalização; pelo menos duzentas experiências de Orçamento Participativo (OP) e mais de mil ouvidorias em funcionamento no país. Estes são os três principais institutos de participação cidadã na administração pública brasileira.

A despeito da magnitude dessa experiência, raríssimos são os estudos acadêmicos sobre as ouvidorias públicas. Quanto ao OP, apesar de, ultimamente, ter surgido um bom número de estudos de casos, ainda são poucas as análises mais abrangentes, ou comparativas. Sobre os conselhos de políticas públicas, abundam estudos de caso, sendo mais escassos os comparativos e de corte analítico. De toda forma, praticamente inexistem estudos sobre o caráter e o papel da sociedade civil e do Estado nos conselhos de políticas públicas, relacionando o desenho institucional de suas representações com o contencioso sobre a democracia representativa. Nesse contexto, a questão do formato paritário emerge como sendo a que melhor encarna os dilemas relacionados com o significado político do desenho institucional dos referidos conselhos. Isto porque a paridade expressa, como veremos adiante, uma concepção largamente dominante entre militantes e estudiosos simpáticos à democracia participativa que rejeitam a hegemonia do Estado nos conselhos gestores, associando-a à aspiração à “paridade política” e à “contínua disputa pela hegemonia” (TATAGIBA, 2002, p.59). Entre as poucas exceções, citamos Lüchmann, para quem “esta regra da paridade revela, de certo modo, uma perspectiva maniqueísta nas concepções sobre sociedade civil e Estado” (LUCHMANN, 2002, p. 63).

Os partidários das teses acima, em geral, não admitem nuances, ou alternativas a duas posições unívocas: ou se é favorável a conselhos de natureza meramente consultiva, ou a favor da participação da sociedade nos moldes acima descritos (GOHN, 2002, pp. 89-92).

O estudo em tela também apresenta interesse do ponto de vista jurídico, que abordaremos acessoriamente, já que quase nada existe a respeito. Na verdade, não há

sequer, nos livros de Teoria do Estado e de Ciência Política, análises genéricas sobre o tema da participação popular na gestão pública, o que intriga, já que tal participação foi elevada ao *status* de princípio constitucional da Administração Pública (PEREZ, 2004, pp. 71-85).

O pano de fundo, de caráter político-ideológico, no qual se insere o debate sobre a idoneidade dos formatos institucionais dos conselhos, diz respeito, essencialmente, ao lugar atribuído à democracia representativa na institucionalidade jurídico-democrática brasileira e, em particular, ao papel conferido à sociedade civil na sua relação com o Estado. É no estudo de seu papel nos conselhos de políticas públicas, associando-o ao formato destes, que pretendemos dar uma contribuição preliminar, que, esperamos, possa suscitar algumas reflexões sobre o tema.

2 Sociedade civil e institucionalidade democrática

A imagem de uma sociedade civil idealmente unificada, capaz de mobilizar-se contra o Estado para impor, de fora para dentro, uma renovação ética, através de atores sociais “superiores”, supostamente capazes de produzir a “vontade geral”, por mais inconsistente que seja, tem ainda uma forte presença nos textos acadêmicos, de variada inspiração teórica. Conforme sublinha Lavallo, “é digno de espanto se deparar com um amplo consenso sobre os atributos que a definem: diversa, plural, ubíqua e representante do interesse geral.” (LAVALLE, 1999, p. 121).

Esta concepção de sociedade civil que se auto-referencia, nas palavras de Nogueira:

despoja-se do político e separa-se do Estado. Nela há política, mas se trata de uma política convertida em ética, que não se apresenta como poder, dominação, hegemonia e Estado e, portanto, com poucas chances de se efetivar. Uma sociedade civil que “luta, mas que não está atravessada por lutas, e que, por isso, não se estrutura como um campo de ações dedicadas a organizar hegemonias” (NOGUEIRA, 2003, pp. 2-13).

Conforme reconhece Andrew Arato, um dos principais formuladores desta concepção, grande parte de seu êxito deve-se a uma estratégia dualista e radical de transformação da ditadura “observada primeiramente no Leste Europeu e logo depois, na América Latina, para a qual convergiu e forneceu os elementos de uma compreensão intelectual” (LAVALLE, 1999, p. 134).

Como observa Pinto, a atribuição de “um quase monopólio de virtude à sociedade civil,” na relação desta com o Estado, “tem origem nos movimentos liderados pela sociedade civil no Leste Europeu contra Estados totalitários, como também na ideologia neoliberal que qualifica o Estado como dotado de uma ineficiência constitutiva” (PINTO, 2004, p. 100).

É preciso reconhecer que o caldo de cultura da esquerda, nos anos oitenta, visceralmente anti-institucional, associado ao “basismo” de alguns de seus setores e ao da Igreja Católica, ajustavam-se como uma luva à dicotomia simplista veiculada pelo novo “modelo” de sociedade civil. Assim, naqueles anos, a força hegemônica da esquerda, o Partido dos Trabalhadores, ostentava uma posição claramente rupturista, de confronto com o poder de Estado, segundo a qual, para pavimentar o caminho para o socialismo, seria necessário desenvolver as “formas embrionárias do poder proletário nas fábricas (a partir da generalização das comissões de bairro e empresa) e o controle popular nos bairros” (PT, 1987, p. 312).

Um exemplo ilustrativo dessa estratégia nos é dado por Doimo, ao referir-se à criação de um “coletivo conselhistas” no bairro de Ermelino Matarazzo, durante a gestão da Prefeita Luiza Erundina: “embora ela e seu secretariado comparecessem em massa às assembléias do ‘povo de Ermelindo,’ a supremacia do ‘genuinamente popular’ impunha-se até mesmo sobre a representação institucional ali presente” (DOIMO, 1994, p. 183).

Foi, portanto, sob a égide de uma estratégia marcadamente anti-institucional, revolucionária “à la lettre” que os partidos e movimentos de esquerda, colocados de “costas para o Estado” - atuando em um período de transição carente de legitimidade democrática- buscaram, a partir da promulgação da Constituição de 1998, um espaço institucional que lhes permitisse transpor, para o âmbito do Estado, a “luta pela hegemonia” desenvolvida, nos anos oitenta, nos espaços sociais.

Compreende-se que, nesse contexto, a paridade não se prestasse à inserção bem comportada dos revolucionários no ordenamento jurídico-institucional, com regras que permitissem, com sua participação construtiva, aperfeiçoar os mecanismos da democracia representativa, e sim a busca da supremacia no terreno hostil da “legalidade burguesa”.

Com efeito, ao ingressar no Estado de Direito, cessa a indefinição com relação às regras do jogo, própria do período pré-constituente, Mas, se há que aceitá-las, a da paridade é a mais conveniente já que ela seria a única a permitir, pela indefinição em relação ao poder, que lhe é inerente - é ela que permite que se cogite de uma problemática “paridade política” - que os movimentos sociais possam travar a luta pela hegemonia no âmbito do Estado. Porém, tenha-se presente que, na perspectiva daquele período, o combate no seio das instituições burguesas era concebido como sendo meramente complementar em relação ao “verdadeiro” território da luta de classes: o da sociedade como um todo, capitaneada por aqueles movimentos, a quem caberia romper com a ordem vigente.

3 Metamorfose da Sociedade Civil e do Estado

3.1 O fortalecimento do poder estatal democrático.

Com a promulgação da Constituição de 1988, acompanhada da restauração, na sua plenitude, da democracia representativa - e, conseqüentemente, da legitimidade dos poderes constituídos pelo sufrágio universal, livre e soberano - mudam, substantivamente, as características dos atores sociais - Estado e sociedade - que participam dos conselhos de políticas públicas.

Assim, nos anos oitenta, tínhamos uma sociedade civil com as seguintes características:

1. *De massa*, já que se confundia com centenas de milhares de pessoas que, lutando por diversas bandeiras - reforma urbana, sanitária, da assistência social, anistia, direitos humanos (especialmente os da mulher e das minorias) e pelas liberdades sindical e partidária, sentiam-se profundamente solidárias no ideal comum de democratização do Estado e de suas políticas;

2. *Unificada*, como vimos, nas suas postulações fundamentais.

3. *Dotada de força transformadora* em relação aos objetivos a que se propôs, pois sua atuação contribuiu, decisivamente, para imprimir a marca de “cidadã”, “participativa” e “democrática”, à Constituição de 1988. Em tal contexto, esta sociedade civil, vigorosa e mobilizada, buscava legitimamente disputar a hegemonia com um

poder estatal enfraquecido, herdado da ditadura militar, e com as forças sociais, muitas delas acuadas, a ele associadas.

Todavia, a vigência da institucionalidade jurídico-política democrática, derivada da promulgação da constituição de 1988, muda drasticamente a relação Estado-sociedade. A democracia representativa se consolidou, com a alternância no poder, culminando, com a reeleição, em 2006, do líder do principal partido de oposição – e da esquerda – o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva. Ademais disto, nestes últimos oito anos, entre outras transformações geradas pelo processo eleitoral, mudou radicalmente a fisionomia política de regiões como o Nordeste, com a assunção à chefia do poder executivo de prefeitos socialistas, na maioria de suas capitais, e de vários governadores de esquerda. Pela primeira vez, as principais lideranças de setores sociais que nunca tiveram seus interesses representados no Poder, assumiram cargos de destaque nos novos Governos. Muitos destes, aliás, vem recebendo elevados índices de aprovação popular por aplicarem com transparência e probidade o dinheiro público, estimularem a participação popular nas suas gestões, implementarem políticas voltadas para a maioria da população e levarem a cabo ações administrativas e inovadoras e eficazes.

Acrescente-se, como fator externo de mudança, a queda do Muro, e, com ela, a valorização da democracia representativa, assim como das regras do jogo – até então vistas com desprezo por ampla maioria das esquerdas – entre estas, o sufrágio universal. Este, doravante, passará a ungir os titulares do Poder Executivo e do Parlamento, fragilizando a postura maniqueísta e anti-institucional de “demonização” do Estado.

Conforme lembra Tarso Genro,

Quando o Leste ainda não havia mostrado a face de seu fracasso, poder-se-ia defender com brilho que a democracia era mera manipulação do capital para perpetuar a sua dominação. Hoje, na verdade, a democracia é um grave problema para a manutenção das iniquidades sociais e dos ilegítimos privilégios de classe, aqueles que se alimentam da exclusão e petrificam as desigualdades (2006).

Aliás, a experiência mais impactante, em tempos de “radicalização da democracia”, agora também estendida à maioria das capitais nordestinas - o orçamento participativo - provavelmente não existiria, se não tivesse sido induzida por conspícuos mandatários da democracia representativa, a nível local, tais como o próprio Tarso Genro, Olívio Dutra, Celso Daniel, entre outros. No caso de Porto Alegre, assinala Dias, foi a administração petista que organizou as comunidades em torno do OP.e, principalmente, foi sua resposta às demandas da comunidade, incorporando-as ao orçamento municipal, que forneceu o estímulo ao incremento da participação, e, conseqüentemente, ao sucesso e à popularidade do PT” (DIAS, 2002, p. 254).

Dito de outra forma, o mundo da vida teria sido estranhamente enriquecido pelo Estado – agente da temível “racionalidade sistêmica”. Contudo, na ótica gramsciana, não há nenhum “estranhamento” pois que

nem tudo que faz parte da sociedade civil é ‘bom’(ela pode, por exemplo, ser hegemônica pela direita) e nem tudo que provém do Estado é mau (ele pode expressar demandas universalistas que se originam nas lutas das classes subalternas). Somente uma concreta análise histórica da correlação de forças presente em cada momento pode definir, do ângulo das classes subalternas, a função e as potencialidades positivas, tanto da sociedade civil quanto do Estado (COUTINHO, 1999, p. 10).

O exemplo de Porto Alegre mostra como a “interação dialética” entre Estado *strictu sensu* e sociedade civil, no âmbito do Estado ampliado, pode, pela iniciativa transformadora do primeiro, encetar a construção de uma nova hegemonia.

3.2. O Debilitamento da Sociedade Civil e da sua Representação Política.

Enquanto se assistia à metamorfose do poder de Estado, a evoluir para a sua plena legitimação e revigoramento, o que ocorria com a sociedade civil equivalia à sua transmutação em um novo ente. Com efeito, o ator social em questão já não é mais a própria sociedade, como no período pré-constituente, a atuar homogeneamente através de seus setores mais engajados, transformadora pela sua capacidade de mobilização e pelos objetivos unificadores que a moviam, disputando, sem regras definidas e fora do aparelho estatal, a hegemonia com um poder político enfraquecido e acuado.

A sociedade civil de que se trata agora, cujos predicados são indevidamente confundidos com os da sua antecessora, é, na verdade, uma expressão empobrecida da anterior. Com muito menor capacidade de mobilização e atuação fragmentada. E, diferentemente dela, inserida no ordenamento jurídico e, conseqüentemente, sujeita às suas regras. Deve ser entendida apenas como ela é: a representação institucionalizada da sociedade atual, uma miniatura desta. Portanto, não é mais o conjunto dos cidadãos que é chamado a participar, como dantes, mas uma representação destes, composta por “organizações civis” de representatividade, por definição, muito limitada, se comparada à conferida pelo sufrágio universal.

Ademais disto, a legitimidade da representação política da sociedade nos conselhos de políticas públicas encontra-se em parte conspurcada, em primeiro lugar, por encontrar-se frequentemente mutilada por critérios de participação excludentes, não raro atribuíveis à ingerência político-partidária, tornando-a um “jogo de cartas marcadas” (BONFIM e FERNANDES, 2005, p. 9).

Um diagnóstico elaborado pela Controladoria Geral da União, baseado em relatórios e pesquisas por ela encomendados, aponta para uma segunda e decisiva questão: os *conselhos municipais não influenciam na elaboração das políticas sociais e, regra geral, foram cooptados e aparelhados pelos Prefeitos*. O Controlador Geral da União, Jorge Hage, após exame de um relatório que investigou mil e duzentos municípios, encontrando, inclusive, várias atas falsificadas, foi taxativo: “Podemos afirmar com segurança que o sistema de controle dos conselhos não funciona”. E acrescenta: “Se nessas cidades (onde os conselhos foram investigados) os conselhos de saúde funcionassem, os Sanguessugas não entrariam”. As investigações preliminares apontam o pagamento de sete milhões de reais de propina a pelo menos sessenta prefeitos (HAGE, 2006, p.2).

A propósito da cooptação pelos prefeitos, Lüchmann lembra que “são inúmeros os casos de conselhos atrelados e controlados pelo poder público, legitimando um conjunto de ações e medidas bastante questionáveis tanto do ponto de vista técnico-administrativo quanto de sua natureza ética e política. Constituem-se como instrumentos diretos de acobertamento de fraudes do sistema político ou de privilegiamento de determinados setores empresariais” (LÜCHMANN, 2002, p. 56).

Uma quarta “*capitio diminutionis*” se manifesta nos conselhos gestores de políticas públicas que administram fundos: a presença deletéria do corporativismo. Em função deste, para Stepan “pode estar se consolidando um padrão de captura dos recursos públicos por grupos organizados, ainda que alguns deles estejam vinculados aos setores excluídos de nossa sociedade” (BONFIM e FERNANDES, 2005). E, nesse “padrão de captura dos recursos públicos”, alguns estudos sugerem, como os referentes

ao Conselho de Assistência Social de Curitiba, que as entidades de prestadores de serviço que contam com o apoio dos membros do Poder Legislativo, são as que, de longe, levam a melhor. Esses mesmos prestadores de serviços que, não por acaso, constituem, depois dos gestores públicos, o segmento com maior número de iniciativas no conselho acima referido (TATAGIBA, 2005, p. 2).

Por fim, e ligado à questão anterior, “a bibliografia vem demonstrando, no geral, que as entidades indicam os seus representantes e então se afastam do cotidiano dos conselhos, não demonstrando valorizar efetivamente esses canais” (TATAGIBA, 2005, p. 3).

Ora, os que acreditam em uma atuação societária capaz de concorrer com as credenciais conferidas ao poder executivo pelo sufrágio universal, entendem que “a legitimidade dos membros dos conselhos decorre de sua estreita vinculação à sociedade (o grifo é meu, RPL), através de entidades representativas e do processo de interlocução que estas desenvolvem ou podem desenvolver com a participação” (TEIXEIRA, 200, p. 104).

Este é, precisamente, o buslilis da questão: Os estudos sobre o funcionamento dos conselhos gestores demonstram, à saciedade, que, regra geral, não existe “estreita vinculação à sociedade”, não estando, portanto, nem de longe, tais entidades capacitadas a construir uma “nova forma de processamento de demandas balizada no interesse público e constituída não apenas pelas representações sociais que fazem parte do conselho, mas pelo processo de discussão pública, de explicitação de interesses, de negociação” (TEIXEIRA, 2000, p. 104).

Em face de um panorama tão desalentador, não causa surpresa que a grande maioria dos estudos aponte “a baixa capacidade de inovação das políticas públicas a partir da participação da sociedade nos conselhos, vinculando-se sua fragilidade deliberativa à sua ambígua inserção no conjunto da institucionalidade” (TATAGIBA, 2005, p.3).

Em consonância com Lavallo, entendemos que as limitações acima expostas, relativas ao caráter real e atual da participação societária nos conselhos, fazem com que mereça crítica a posição dominante na literatura, que considera satisfatória a conexão entre os atores da sociedade civil e a população em geral. E, também, qualitativamente superior ao que esses atores consideram ser às distantes e cada vez mais rarefeitas relações entre representantes e representados no cenário da representação política tradicional. Impõe-se, portanto, desvelar “a problemática da representação política no seio das organizações da sociedade civil, encoberta pela ênfase na “sociedade civil” e na “participação cidadã” como alicerces para a reforma da democracia” (LAVALLE, 2006, p. 6).

Vê-se, pois, quão a realidade concreta, marcada pela atomização de interesses no seio da sociedade civil, torna insustentável as teses que proclamam sua vocação para a unidade, determinada por algum elemento metafísico que a faria, tendencialmente, soldar os seus componentes heteróclitos para o confronto contra o Estado ou, em uma outra visão, para alcançar um “bem comum” que pairaria acima das contradições societais.

Pode-se, efetivamente, forjar a unidade entre os ingredientes heteróclitos que compõem a representação societária nos Conselhos. Mas esta unidade não pode, por definição, ser constitutiva do interesse e da vontade geral, representar a síntese dialética destes, mas, tão somente, de acordos de corporações em que, mediante concessões recíprocas, todos sacrificam o interesse geral e repartem vantagens para cada um. Também, na primeira hipótese, é possível unificar os contrários, mas, tão somente, para

marcar posição “contra”. Nunca para construir alternativas, sejam estas consensualmente construídas, ou democraticamente impostas pela maioria.

4 Aspectos Constitutivos das Representações Conselhistas: Características, Qualificação e Critérios de Enquadramento.

4.1 Entidades “governamentais”, “não-governamentais” e o “poder público”.

Grande número de órgãos públicos adota, como critério de acesso, essa classificação, absolutamente inadequada porque incapaz de contemplar a diversidade dos órgãos e das entidades, (públicos, públicos-estatais, híbridos, privados e privados investidos de *mínus* público). Por exemplo: os conselhos estaduais de direitos humanos, cujas diretorias são eleitas, têm uma maioria de órgãos e entidades que não pertencem à esfera governamental e gozam de autonomia política perante o Estado, não dispondo do poder de decidir sobre políticas públicas, como os conselhos gestores. São, certamente, órgãos públicos, mas híbridos, para-estatais, nunca governamentais.

Do mesmo modo, as comissões de direitos humanos das universidades. Apesar de públicas, não são governamentais, pois seus integrantes não pertencem à administração universitária *strictu sensu*, são eleitos para compô-las e não representam as universidades nos conselhos. Integram estes, por credenciais próprias, derivadas da credibilidade conquistada na atuação em prol dos direitos humanos.

E entidades tais com a OAB e os conselhos profissionais? São, notadamente a primeira, altamente representativa da sociedade civil mas não são meramente privadas pois que exercem *mínus* público. Isto é, funções que constituem prerrogativas do poder público, como a cassação do registro profissional de seus membros. Aliás, até há pouco tempo, tinham o *status* de autarquia.

Outros conselhos, para qualificar o acesso de seus integrantes, os dividem, conforme sua proveniência, em “poder público” e “sociedade civil”. Os conselhos estaduais de direitos humanos e as comissões universitárias de direitos humanos não dispõem de nenhum poder para representar o público e a OAB, apesar de dispor de poder público, conforme vimos, certamente não o representa nos conselhos, e sim a categoria que congrega, a dos advogados. Onde iríamos agrupá-los?

Esta discussão nada tem de bizantina. É atual, eminentemente política e tem impacto na correlação de forças que se estabelece nos conselhos. A hostilidade às instituições está longe de ter desaparecido da militância na esfera pública democratizada, de tal forma que alguns militantes qualificam a OAB como sendo “chapa branca”, por oposição à autonomia ostentada, supostamente, apenas por entidades “puro-sangue” da sociedade civil.

Apesar de sua autonomia perante a administração e do militantismo de seus membros, *nem as comissões de direitos humanos escapam à discriminação pelo fato de sua vinculação com o público. E isto a despeito dos serviços prestados à “causa”*: a Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, por exemplo, conquistou, em 2005, o prêmio nacional de direitos humanos, a mais alta distinção na área.

A questão diz também respeito ao universo das entidades privadas, supostamente coberto pela expressão “organização não-governamental.” Tem sentido político colocar na mesma categoria entidades que apresentam características tão dispare, como as ONGS propriamente ditas, as entidades filantrópicas e as que visam lucro, os sindicatos, as Igrejas e entidades defensoras de direitos com atuação voltada

para o interesse público? A Associação Pernambucana de Imprensa, ou as de quaisquer outros Estados, poderiam mesmo ser consideradas ONGs?

4.2 A falsa dicotomia estatal-privado

Aliás, a impropriedade da classificação “governamental” e “não governamental” assemelha-se e, em parte, se associa, à falsa dicotomia “estatal-privado.” Com efeito, nessa conceituação, o público, *locus* da *práxis* democrática, cujo fundamento é o exercício da cidadania, fica engessado na camisa-de-força do estatal, “governamental. Já o enquanto o privado, esfera predominantemente ocupada por interesses mercantis, corresponderia ao “não-governamental”, sempre positivamente conotado, sinônimo de entidades independentes, lídimas representantes da sociedade civil.

Carlos Nelson Coutinho, sublinha que, “nessa nova leitura, ao contrário do que é dito por Gramsci, tudo que provinha da sociedade civil era visto como positivo, enquanto tudo que diz respeito ao Estado apareceria com sinal fortemente negativo”.

Referindo-se à ideologia liberal, Coutinho lembra que esta “a partir do final dos anos oitenta, apropriou-se daquela dicotomia maniqueísta para demonizar de vez tudo que tudo que provém do Estado (mesmo que se trate agora dum Estado de Direito) e para fazer apologia crítica duma sociedade civil despolitizada, falsamente situada para além do Estado e do mercado” (COUTINHO, 1999, pp. 9-10).

Paralelamente, há também, segundo Genro o “onguismo”, que concorre para o “desprestigiamento da política”, através da “substituição da cidadania política por uma cidadania corporativa, ou só geograficamente acolhida”. Trincheira através da qual, segundo ele, o atual “there is no alternative”, neoliberal, “também se esconde com outra casca” (GENRO, 2008, p. 7).

Nesse mesmo diapasão, Scheinvar, que cita alguns dos trechos de Coutinho aqui referidos, esclarece; “não se trata de uma retórica conceitual, mas de uso político de relações que vem sendo incorporadas juridicamente em uma nova ordem política nacional” (SCHEINVAR, 2003, p. 9).

Esta demonização, que ainda encontra receptividade entre militantes, mantém sua presença na academia. Exemplo eloquente é dado por uma dissertação de Mestrado apresentada no ano de 2003, e aprovada, na Universidade Federal de Campina Grande, que tinha por título uma metáfora sobre a situação de um conselho de saúde, na hipótese de ele vir a ser presidido pelo Secretário do município estudado: “Este negócio de botar a raposa para tomar conta do galinheiro é meio arriscoso” (ARAÚJO, 2004). A raposa sendo, bem entendido, o Secretário de Saúde.

Tal concepção traz embutida uma visão de “sociedade civil” que, segundo Nogueira, corresponde “a uma postulação sem política, intensamente entregue à exacerbação dos interesses particulares que nela coabitam, separadas de proposições voltadas para a fundação de novas comunidades políticas, de novos Estados, de novas hegemonias. A “sociedade civil” de que hoje se fala nem sempre pensa o Estado: regra geral, opõe-se aos governos e luta para viabilizar interesses sem uma perspectiva abrangente, sem uma visão de Estado (NOGUEIRA, 2003). “Será que podemos imaginar hoje, concretamente”, pergunta-se Nogueira “essa ‘sociedade civil’ opondo-se com êxito ao Estado que aí está ou sendo a matriz e a base operacional de um novo Estado – um Estado inteligente, democrático e atuante?” (NOGUEIRA, 2005, p. 192). O estudo das questões acima nos remete à busca de critérios politicamente idôneos para definir a participação dos diferentes setores que podem, eventualmente, integrar os conselhos e ao significado político desses critérios, compreendidos mediante o cotejo entre a legitimidade do exercício do poder baseado no sufrágio universal e a

fundamentada na representatividade da sociedade civil, assim como mediante questões práticas, relacionadas com o desempenho dos conselhos.

4.3 Critérios para a definição do quantum das representações conselhistas

Parece-nos, em primeiro lugar, que a correlação de forças entre Estado e sociedade civil deve ter como parâmetro não o “poder público” ou os “órgãos governamentais”, de um lado, e, do outro, as “organizações não-governamentais.” A composição dos conselhos deveria ter como referência, de um lado, o Poder Executivo, e, do outro, os diferentes setores da sociedade que com ele compartilham a gestão pública ou que sobre ele exercem sua ação propositiva e fiscalizadora (entidades públicas, privadas ou híbridas).

A questão do **quanta** de poder, respectivamente, do órgão público e da sociedade que com ele compartilha a gestão ou o fiscaliza, é assim claramente posta quando se tem como referência, precisamente, a expressão numérica da representação designada pelo órgão público em questão, para efeito de estabelecimento da quota de participação que cada uma das partes integrantes do conselho deve possuir.

Em segundo lugar, é preciso ter em mente que a representação da sociedade deve ser constituída com base em um conceito bem mais abrangente do que o de ONG, por compreender um universo que engloba as diferentes entidades, públicas e privadas, referidas na secção anterior.

Em terceiro lugar, e é esta a questão nodal na formatação dos conselhos: identificar o significado político que se atribui ao sufrágio universal na condução das políticas públicas, pois tal significado determina a forma de conceber o papel político da representação da sociedade nesses colegiados, e, conseqüentemente, a sua expressão numérica - ambos variando, em nosso entender, conforme a natureza do conselho de que participam (de gestão, ou de natureza fiscal, consultivo-propositiva).

Entendemos que, nos conselhos gestores de políticas públicas, que definem estratégias, alocam recursos, elaboram políticas, em suma, tomam decisões de Governo, cabe a este indicar um número maior de representantes do que a sociedade, ou, no limite, a metade dos integrantes dos referidos conselhos, desde que se lhe assegure a Presidência e o voto de Minerva. Este entendimento se baseia em argumentos conceituais e de natureza lógico-factual, ligada à *práxis* dos conselhos, complementados por considerações sobre a correlação de forças entre o Estado e a sociedade.

5 A Hegemonia do Estado nos Conselhos Gestores

5.1 Aspectos conceituais

Do ponto de vista conceitual, a representação - e a representatividade - decorrente do sufrágio universal, confere ao mandatário, eleito após um debate com a população em torno de um programa de governo, a autorização e, mais do que isto, a obrigação ética de implementá-lo. Isto ocorre através da efetivação de políticas públicas. Caso, juridicamente, as normas que disciplinam a representação da sociedade na formulação dessas políticas não garanta ao governo representação majoritária nos conselhos gestores - ou paritária, nos termos acima propostos - corre o Executivo o risco de ser obrigado a levar a cabo políticas, em tese, até mesmo contrárias as que foram aprovadas pela população, no debate eleitoral. Caso as entidades da sociedade disponham de maioria, nada impede que isso possa acontecer, na hipótese de tais

entidades quererem construir uma “nova hegemonia”. Com o formato paritário hoje dominante, o mesmo pode ocorrer, pois, nele não existe paridade entre o Governo e as entidades da sociedade que com ele compartilham a gestão e sim entre o “poder público” (onde se encontram, circunstancialmente, adversários do Governo) e as referidas entidades. Aliás, quando a paridade é com o Governo - como no caso dos conselhos de saúde - trata-se, como se sabe, não de uma efetiva paridade, mas de uma representação quadripartite (governo, usuários do serviço público, trabalhadores de saúde e prestadores do serviço). A governamental corresponde apenas a 25% do total dos membros daqueles conselhos.

A situação acima aventada, de uma maioria hostil ao governo impedir-lhe o cumprimento de suas propostas de campanha, uma obrigação moral contraída junto aos eleitores, apresenta aspectos ao mesmo tempo curioso e preocupante pode ensejar um confronto entre duas modalidades de representação da sociedade civil. A primeira, inserida no poder estatal, no âmbito de um determinado conselho e nele exercendo sua hegemonia, empenhada em combater o governo e seu programa. Outra, sem vínculos com o Estado, entendendo que, ao contrário, é preciso exigir do governo, qualquer que seja ele, com base em norma jurídica, o cumprimento de suas promessas de campanha.

É precisamente o que pode ocorrer em São Paulo, com a aprovação unânime, pelos Vereadores, de uma emenda à Lei Orgânica do Município, proposta pelo Movimento Nossa São Paulo, aprovada à unanimidade pelos vereadores dessa cidade e sancionada pelo Prefeito dessa cidade,

determinando que o Prefeito eleito apresente o Programa de Metas de sua gestão, até 90 dias após a sua posse, contendo as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da administração municipal (educação, saúde, transporte, etc.), subprefeituras e distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral (GRAJEV, 2008).

O Diário Oficial do dia 30 de julho de 2009 publicou o Decreto que cria um Conselho Consultivo, integrado por conselheiros eleitos das Regionais de São Paulo, representantes de Associações de Moradores, da administração municipal e de um representante da Câmara Municipal para fiscalizar o Plano de Metas em questão (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2009).

No caso acima descrito, ficam duas questões para serem respondidas: 1) O Prefeito deverá obedecer ao que determina a emenda à Lei Orgânica ou respeitar a autoridade do Conselho? Além desta incerteza jurídica, uma outra política: quem pode evocar a condição de autêntico representante da sociedade civil; as entidades inseridas no Conselho, ou as cerca de 500 que reivindicam de fora do aparelho de Estado no caso, reunidas no Movimento Nossa São Paulo?

Não há dúvidas de que a participação de entidades da sociedade oxigena o Estado; confere-lhe mais transparência; aproxima-o mais da população, corrigindo, eventualmente, as suas políticas, conforme desenvolveremos mais adiante. O que não é consentâneo com suas limitações “genéticas”, ligadas à uma representatividade limitada, que não pode ser comparada com a do sufrágio universal, nem com a sua desoladora atuação na atualidade, conforme já estudado, é a descabida pretensão, sustentada por muitos, de disputar a hegemonia, pretendendo opor-se com êxito ao atual Estado ou, repetindo Nogueira, servir de matriz e base operacional para um novo Estado.

Analisando a questão sob um prisma jurídico, constatamos que o Supremo Tribunal Federal, embora não tenha se manifestado em definitivo, parece ter a tendência a refutar, por inconstitucionalidade, os conselhos gestores que não se formem com participação majoritária do poder público. A este respeito, transcrevemos voto, bastante ilustrativo, das posições dominantes no Supremo sobre a matéria, de autoria, do Ministro Néri da Silveira, a respeito da composição do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul:

Pela própria maioria inequívoca que teriam em sua composição os membros cuja escolha não depende do Governo, o Conselho poderia até inviabilizar o funcionamento dessa área educacional, ou de um plano educacional, que o Governador e os Secretários pretendessem desenvolver, desde que se estabelecesse uma situação de conflito com o Conselho Estadual de Educação órgão, portanto, que há de ser considerado no plano da administração direta do Estado (PEREZ, 2004, p. 146).

5.2 Argumentos práticos.

Quando, nos conselhos gestores, as “organizações civis” dispõem de maioria, ou da paridade, a instabilidade e a imprevisibilidade podem se instalar, como decorrência, precisamente, da pretensão de transformar a - problemática - paridade numérica em “paridade política.” A ocorrência de tal hipótese poderia gerar como sub-produto, a substituição da legitimidade derivada do sufrágio universal pela oriunda de organizações com base social limitada, idôneas para exercerem poder de pressão e conferirem transparência à gestão pública, mas não para governarem em lugar do governo.

Estaríamos, assim, em presença da ressurreição do vanguardismo, ainda que a ideologia possa ser “basista”. Isto porque uma minoria de “iluminados”, com representatividade mais do que duvidosa para a empreitada, governaria em lugar dos mandatários eleitos pela população. Ou então, prevalecendo o desacordo, a impossibilidade de resolvê-lo poderia conduzir ao eventual engessamento da administração (LYRA, 1996, p. 179). Tal situação só não tem ocorrido plenamente, com muita frequência, porque a administração “dribla” as decisões dos Conselhos, ou simplesmente as descumpre.

“Hegemonias” impostas de fora para dentro, podem, ademais disto, gerar cooptação e a corrupção, denunciadas por várias fontes. A incapacidade de fiscalizar as verbas alocadas às áreas de sua competência, demonstra a total falta de legitimidade dos conselhos para querer diminuir ou retirar as prerrogativas da Administração, ou para influenciar de forma determinante as políticas públicas.

Finalmente, mesmo em condições favoráveis de desempenho, falta à sociedade civil cacife para impor a paridade que deseja em muitos conselhos. Aliás, a expansão de alguns destes se encontra comprometida, em áreas como, por exemplo, a da segurança pública. Não só porque muitos gestores, de índole conservadora, e até “progressistas”, não se mostram nada entusiasmados com a criação de conselhos com a representação societária adequada. Mas, também, pela insistência de muitos líderes da sociedade na estruturação paritária dos Conselhos (que, aliás, na maioria dos casos, não materializa, conforme examinamos anteriormente, a paridade numérica entre o gestor e a sociedade, mas a excede).

6 Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Atribuições, Requisitos de Idoneidade, Natureza Político-Jurídica e Papel da Sociedade.

6.1 Atribuições

Os Conselhos Gestores são, conforme vimos, órgãos de caráter deliberativo, competentes para planejar, supervisionar e monitorar a implementação de políticas governamentais. Entre os mais importantes, criados por leis federais, estão os conselhos de saúde, de assistência social e da criança e do adolescente, competindo-lhes, em muitos casos, administrar significativo volume de recursos financeiros. Mais recentemente, foram criados conselhos na área do desenvolvimento urbano, a quem cabe “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (art. 2º da lei 10.257, de 10-7-2001 – Estatuto da Cidade).

Também foram criados inúmeros outros colegiados – regra geral, de caráter paritário, por exclusiva iniciativa dos Estados e dos Municípios, tais como conselhos de habitação, de tecnologia, do meio-ambiente, de segurança pública etc., presentes em quase todos os setores da administração. Mas há também aqueles, como numerosos conselhos de educação, onde, muitas vezes, sequer são entidades que indicam os representantes da sociedade. Esta é “representada” por personalidades ligadas à área, ficando a sua escolha à discrição do Executivo.

6.2 Requisitos de idoneidade

A primeira característica que ostenta a representação da sociedade nesses conselhos, para serem idôneos, reside na autonomia das entidades participantes (não dos próprios conselhos, que são parte integrante da administração). Esta autonomia se concretiza pela livre indicação, por elas próprias, dentre seus membros, de seus representantes nos conselhos. Todavia, como vimos anteriormente, muitos governantes a desconhecem. Mais um exemplo: em um dos conselhos de políticas públicas de maior evidência – o Conselho Econômico e Social, ligado à Presidência da República – os integrantes da sociedade civil são escolhidos, não pelas entidades que supostamente representam, mas pelo Presidente da República. Ademais disso, as entidades populares lá estão minimamente representadas, em contraste com a forte presença dos empresários.

A segunda característica dos conselhos gestores de políticas públicas idôneos, quer dizer, aptos, pelos aspectos de conteúdo e forma, a fornecer os meios para que a sociedade civil possa desempenhar o seu papel, é a presença expressiva de “organizações civis” nos seus colegiados. Esta permite que os cidadãos sintam-se motivados para compartilhar as responsabilidades de Governo, garantindo a transparência da administração e aproximando-a da sociedade, fornecendo, dessarte, à primeira, os meios para que ela identifique melhor as suas reais necessidades.

6.3 Natureza político-jurídica dos conselhos gestores

Conforme lembrado anteriormente pelo Ministro Néri da Silveira, os conselhos gestores *integram a administração direta do Estado*. Por sua vez, Teixeira sublinha que “estas vinculações com o Estado fazem com que seja restrita a autonomia dos conselhos em relação à elaboração e controle da execução de políticas públicas setoriais, incluindo o aspecto econômico financeiro” (SILVEIRA, 2000, p. 104). Ademais disto, no caso dos conselhos de saúde, entre outros, as decisões por eles tomadas, devem ser homologadas pelo chefe do executivo, para ter validade legal.

Vê-se, pois, que as várias referências da literatura sobre os conselhos gestores, que os qualificam como espaços públicos autônomos e não-estatais – ou, então, expressam perplexidade sobre a matéria – não procedem (GOHN, 2001, p. 85; LÜCHMANN, 2002, p. 54 e TATAGIBA, 2002, p. 94). Os conselhos gestores são órgãos integrantes do poder estatal. Podem ser qualificados de híbridos, porém nunca de não-estatais. Isto, aliás, paradoxalmente, as próprias autoras se encarregam de demonstrar, quando descrevem a plena inserção no âmbito do Estado – e, mais de que isso, a subordinação a este – dos supramencionados conselhos.

Enfocando um outro aspecto da questão, relacionada com a matéria sob análise, Teixeira afirma que “não se trata de espaços públicos, como entende Habermas, no sentido de encontros simples, episódicos, fundados no agir comunicativo, que captam os ecos dos problemas sociais nas esferas privadas, os condensam e transmitem para a cena pública” (HABERMAS, 2000, p. 103). Consequentemente, não há como analisar a participação da sociedade nos conselhos gestores à luz da teoria habermasiana, posto que os critérios para tal análise não podem ser os mesmos que os dos formatos convencionais de deliberação prevalentes em outros países. Nestes casos, o diálogo envolvendo Estado e sociedade se dá entre dois interlocutores que ocupam espaços qualitativamente distintos no processo de deliberação. Assim, as propostas vindas da sociedade não são obrigatoriamente incorporadas, cabendo aos poderes de Estado a palavra final. Enquanto nos conselhos gestores a interlocução já *se dá no âmbito do próprio Estado*, sendo as entidades representativas da sociedade, *integrantes do poder estatal e, portanto, compartilhando decisões que vinculam a administração.*

Daí ser importante que a participação dessas entidades contribua para a formação da vontade governamental, mas de maneira que o poder soberano emanado do sufrágio universal possa exercer, em última instância, a sua legítima hegemonia.

6.4 Papel da representação da sociedade civil nos conselhos gestores

Destarte, a participação significativa da sociedade nas representações conselhistas é requisito indispensável para tornar sua intervenção eficaz no que consideramos ser o mais importante resultado da ação desses conselhos: o aprofundamento e a ampliação da democracia, através da socialização da política.

Rachaelis lembra a verdadeira revolução cultural que pode significar a instalação de conselhos, em pequenas cidades do interior, onde a política só é praticada por notáveis (RACHAELIS, 2000, p.45). Mesmo se inicialmente despreparados, e facilmente manipuláveis, a *práxis* política dos representantes da sociedade poderá, com o tempo, gerar elementos tendentes a favorecer a conscientização, e, consequentemente, maior autonomia à sua participação.

Em segundo lugar, a presença de entidades da sociedade nos conselhos confere, *ipso facto*, maior transparência à administração. Tal presença amplia, potencialmente, as chances de se inibir a corrupção; pode favorecer uma mais justa alocação do fundo público e contribuir para um menor desperdício e mais eficiência nos serviços prestados.

Tatagiba reconhece que a experiência dos Conselhos Gestores mostra que um conselho bem sucedido pode direcionar a sua ação primordialmente para o controle social, impedindo o Estado de transgredir, ou ser eficiente na vocalização de demandas ou para uma junção feliz dessas características.

Segundo a mesma analista “num país onde as denúncias de corrupção e de desvio de dinheiro público se sucedem num ritmo alucinante, as possibilidades de

sucesso das políticas depende, e muito, do olhar atento da sociedade sobre o destino do dinheiro público” (TATAGIBA, 2002, p. 91).

Em terceiro lugar, a participação da sociedade também contribui para relativizar o saber técnico, ao mostrar que este não é neutro, sendo as propostas que nele se fundamentam inseparáveis da forma de considerar (e de se relacionar) com os interesses econômicos e sociais em jogo. Assim, a gestão pública não é apanágio de doutores, de especialistas ou de profissionais da política, sendo imprescindível a participação do cidadão. Ainda assim, é de capital importância que os conselheiros representantes da sociedade ostentem, não somente representatividade, empenho, relacionamento com as suas bases e capacidade de intervenção política, mas, também, preparo para o exame dos dossiês, por vezes complexos, que serão submetidos à sua apreciação.

Mas os representantes da sociedade têm um quarto papel a desempenhar, de caráter estratégico e abrangente: avaliar o desempenho político-administrativo do gestor na implementação da política pública objeto da deliberação e fiscalização do conselho, o qual deve estar apto a examinar os seus resultados e apontar as correções ou as alternativas a essa política.

Last but not least: a socialização da política é, também, eminentemente pedagógica, na medida em que a *práxis* participativa favorece o entendimento do que seja o interesse público e o aprendizado da arte de governar. Quando, por exemplo, se percebe a finitude e a escassez dos recursos postos à disposição, compreende-se, também, melhormente, a arte de negociar para se obter um resultado que atenda ao interesse público, subsumindo-se as reivindicações corporativas a um projeto mais abrangente de sociedade.

7 Conselhos de Direitos: Os Conselhos de Direitos Humanos

7.1 Caráter e papel

Existe, como vimos anteriormente, um grande número de conselhos que cuidam da promoção e da defesa de direitos. Escolhemos os de direitos humanos, dentre estes, para ilustrar o nosso estudo das atribuições e dos critérios de legitimação dos conselhos de direitos, quando estes funcionam, exclusivamente, como órgãos de fiscalização, de natureza consultivo-propositiva e educativa. Os conselhos de direitos humanos são os de caráter mais abrangente na matéria, em âmbito nacional e nos Estados.

Os conselhos estaduais de direitos humanos independentes do Governo foram criados a partir de 1992. São órgãos de caráter propositivo, educativo, de fiscalização e de mediação, e não de Governo. Com algumas variações, já que cada Estado legisla livremente sobre a matéria, compete-lhes propor as diretrizes para o Poder Público Estadual atuar nas questões relativas aos direitos do homem e do cidadão e sugerir mecanismos legais para a institucionalização desses direitos.

Sua função educativa se baseia no dispositivo legal que lhe atribui competência para estimular e promover programas educativos, e eventos que incentivem o debate sobre os direitos do homem e do cidadão. Os conselhos exercem a sua função fiscalizadora denunciando e investigando as violações de direitos humanos nos Estados, podendo ter acesso a qualquer unidade pública estadual para o acompanhamento de diligências, exames ou inspeções. De seu poder de fiscalização deriva a sua ação mediadora, voltada, sobretudo, para a solução de conflitos que envolvem entre outros, rebeliões de apenados e manifestações de movimentos sociais, sejam estas consideradas, ou não, atentatórias à ordem jurídica vigente.

Vê-se que os conselhos de direitos humanos não integram o poder executivo, nem, aliás, nenhum dos poderes do Estado. Portanto, não deliberam sobre políticas públicas, mas opinam a respeito e fiscalizam a sua implementação. Deles participam representantes do poder executivo estadual, o ministério público, organizações não-governamentais (ONGs), universidades, centros de direitos humanos, conselhos profissionais e associações, com atividades relacionadas à defesa e promoção dos direitos do homem e da cidadania. Existem conselhos estaduais de direitos humanos em dezoito unidades da Federação.

A criação de conselhos com competência de deliberar sobre a formulação de políticas de Direitos Humanos dos Estados não parece exequível, visto que o caráter abrangente dessas políticas, que dizem respeito a quase todos os setores da administração, ensejaria a possibilidade de uma indesejável superposição de deliberações.

Por outro lado, tal concepção de Conselho de Direitos Humanos não conta com o respaldo dos Princípios de Paris, consubstanciados na Resolução 1992/54, da Comissão de Direitos Humanos da ONU, que o define como um órgão de caráter consultivo-propositivo. Por fim, transformados em Conselhos de Governo, os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos perderiam sua independência e teriam enfraquecida a representação da sociedade nos seus colegiados (LYRA, 2006, p. 303).

Em assim sendo, o caminho para mais amplas e efetivas atribuições desses Conselhos seria o de garantir-lhes, no âmbito estadual, o que está sendo proposto, na Câmara dos Deputados, em projeto encaminhado pelo Presidente da República, para o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Com efeito, a este será deferido o poder de recomendar afastamento de cargo, emprego ou função na administração pública e de aplicar sanção aos infratores. E, também, o de expedir recomendações a entidades e órgãos públicos, fixando prazo para atendimento, ou para a justificativa da sua impossibilidade (BRASIL, 2006).

7.2 Requisitos de idoneidade

Tais requisitos, referentes ao desenho institucional dos Conselhos de Direitos Humanos – assim como aos demais conselhos de defesa e promoção de direitos, que não são também gestores – são distintos dos exigidos estes últimos. Para estes, é suficiente a participação autônoma da sociedade e uma representação expressiva desta. Já os Conselhos de Direitos Humanos, por sua condição de órgãos de fiscalização em relação ao Executivo, sem atribuições de gestão, necessitam de ser, eles próprios, autônomos perante esse poder.

Pela mesma razão, a representação da sociedade ou, mais amplamente, de entidades ou órgãos independentes do executivo, deve ser majoritária em relação à do governo. É ainda necessário, sempre para salvaguardar a sua autonomia, que os conselhos de fiscalização, monitoramento e avaliação das políticas públicas, como os já referidos, dotem-se de diretorias eleitas, tendo os seus integrantes mandato fixo.

Finalmente, é indispensável que os membros desses conselhos possam ingressar livremente nos estabelecimentos ligados ao sistema penitenciário e, quando for o caso, nas repartições públicas estaduais (LYRA, 2006, pp. 301-304).

8 Considerações Finais

Como vimos ao longo deste trabalho, o papel a ser desempenhado pela “representação política” da sociedade civil nos conselhos gestores é compatível com

uma participação significativa da sociedade – não necessariamente paritária - tal como acontece nos conselhos criados com base no Estatuto da Cidade, importante conquista da cidadania.

É interessante observar que a participação da sociedade nesses conselhos se combina, em alguns casos, com fórmulas bastante avançadas de controle social, portadoras de inquestionável legitimidade decisória, tais como “a iniciativa popular de projeto de lei e de planos, projetos e programas de desenvolvimento urbano” e “referendo popular e plebiscito” (art. 43, inciso IV e art.4, letra s, do Estatuto da Cidade).

Há, na literatura, uma posição quase unânime em aceitar a paridade, nunca havendo questionamento que redunde em apresentação de alternativas para ela. Se há problemas, estes “decorrem da não-existência de critérios que garantem uma efetiva igualdade de condições entre os participantes” (GOHN, 2001, p. 91), sendo, obviamente, o Estado o beneficiário por essa lacuna.

Seguindo esse mesmo diapasão, Tatagiba também não questiona a paridade, lamentando apenas problemas práticos com ela relacionados que tem dificultado “reverter, na dinâmica concreta dos conselhos, a centralidade e o protagonismo do Estado na definição das políticas e das prioridades sociais” (TATAGIBA, 2002, p. 55).

Por outro lado, a posição dominante na literatura e entre os militantes é a de que a participação da sociedade seria capaz de contribuir, decisivamente, para que as administrações viessem a adotar políticas orientadas para a “justiça social”.

Trata-se de uma postura digna de respeito, dado os bons propósitos dos que assim pensam, mas plena de ilusões. Não obstante, concretamente, os que acreditam no papel virtuoso da sociedade irão empenhar-se em conquistar a “paridade política” e, na sequência, “disputar a hegemonia”. Assim fará, pelo menos, o amplo contingente dos que têm pouco apreço pela “democracia burguesa” e pela sua institucionalidade. Para estes, faz todo sentido a conquista de uma utópica maioria “transformadora”.

Em contraste com essas posições, alguns analistas consideram que nem mesmo o Orçamento Participativo seria capaz de resolver problemas de inclusão social. Por exemplo, para Souza, a participação encorajada numa sociedade desigual como a brasileira é muito mais valiosa como mecanismo que aumenta a cidadania do que pelos possíveis ganhos materiais que possibilita para algumas áreas carentes da cidade. O principal valor do Orçamento Participativo estaria, assim, no ganho político que ele proporciona, ou seja, na possibilidade de incluir no processo de decisão política municipal pessoas que até então estavam excluídas desse processo (SOUZA in BONFIM e FERNANDES, 2005).

Diferentemente desses autores, entendemos que o OP, em virtude da natureza de seu poder e de sua legitimidade política, é dotado de potencial transformador que o habilita também como instrumento de “reversão de prioridades” da administração, e, conseqüentemente, de justiça redistributiva (CUNHA, 2007, p. 41). Com efeito, é importante compreender a diferença qualitativa entre o poder emanado dos Conselhos Gestores e o do OP para que não se atribua aos primeiros – como fazem os que defendem a “luta pela hegemonia” no âmbito daqueles colegiados - a legitimidade própria dos institutos de democracia direta. Na versão original do OP – a de Porto Alegre - e nas que a ela se assemelham- o resgate do espaço público se faz através do *demos*- titular do poder soberano. Assim, a legitimidade que o fundamenta deriva da renúncia voluntária, por parte dos titulares do mandato representativo – Prefeito e Vereadores - da delegação que lhes foi atribuída pelo povo para propor e votar parcela do orçamento público, *devolvendo-se a este o exercício da soberania na matéria.*

Já os Conselhos Gestores não têm condições, tanto por razões “genéticas”, ligadas aos limites bem determinados de sua capacidade de expressar a vontade da população, quanto pelas importantes distorções no seu formato atual e nas suas práticas concretas, de pretender comparar-se (e confrontar-se) com a legitimidade derivada do sufrágio universal.

Assim, a análise de Souza sobre os ganhos do OP se mostra perfeitamente adequada, não a este último, mas aos benefícios derivados da existência de conselhos gestores com a participação da sociedade civil. Nestes, a gestão compartilhada vale muito mais pelos aspectos pedagógicos inerentes à essa participação (além da transparência que produz, capaz de inibir a corrupção) do que pelas potencialidades de luta contra a exclusão social.

Consideramos necessário expor a nossa compreensão do OP como valioso instrumento de democracia direta para deixar claro que a crítica ao papel político predominantemente atribuído à sociedade civil nos conselhos de políticas públicas, assim como o apego ao formato paritário e à “paridade política”, não implica no desconhecimento da importância de tais conselhos, nem na recusa ao seu caráter deliberativo, como fazem os liberais, que não aceitam nenhuma modalidade de gestão compartilhada.

Pelo contrário. Sabemos ser *conditio sine qua non* para o aprofundamento da democracia no Brasil a existência e a expansão da participação popular na gestão pública, nas suas diversas modalidades. Todavia, entendemos que a melhor forma de resgatar as potencialidades de um instrumento participativo é compreender a sua natureza jurídica e política, e, conseqüentemente, seu alcance e seus limites, evitando toda postura voluntarista. A incompreensão destas questões canaliza as energias dos representantes mais politizados da sociedade, no âmbito dos conselhos gestores, seja para um confronto onde só há perdedores, seja para o arrefecimento ou mesmo abandono de seus ideais de mudança, substituídos pela acomodação, face à uma realidade que não confirma seu otimismo ingênuo. Na outra ponta, a existência de uma representação inadequada da sociedade alimenta posturas oportunistas de alguns de seus representantes, que visam obter vantagens para si ou para sua corporação, aceitando, para tanto, serem cooptados pelas administrações.

Concluimos, pois, que a melhor forma de valorizar o papel dos institutos da democracia participativa é recusar uma visão unívoca do papel da sociedade nos conselhos de políticas públicas e assim melhor contribuir para a compreensão da diversidade e das especificidades desses institutos, procurando entender a natureza de cada um deles, de tal forma que a *práxis* dos militantes da cidadania seja profícua, gratificante e politicamente transformadora.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Kácio Rogério. *Este negócio de botar a raposa para tomar conta do galinheiro é meio “arriscoso”. O Conselho Municipal de Patos na prática do controle social.* (Dissertação de Mestrado). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria. In: DUTRA, Olívio. *Orçamento Participativo e Socialismo.* São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

BRASIL. *Estatuto da Cidade.* Lei n.10.257, de 10 de julho de 2001.

BRASIL. Senado Federal. Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 1, de 2002, de iniciativa do Presidente da República, que transforma o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Disponível em: < www.camara.gov.br >. Acesso em: 15 out. 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Projeto de Segurança Pública para o Brasil*. Brasil, 2003. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 1.5 jul.2007.

CUNHA, Eleonora Schetinni Martins. *O potencial dos conselhos de políticas públicas e orçamento participativo para o potencial democrático*. In: DAGNINO, Evelina e TATAGIBA, Luciana (Orgs.). Chapecó: Argos, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. In: SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo; FILGUEIRAS, Débora. *O Orçamento Participativo de Santo André*. São Paulo: Pólis, 2000.

DIAS, Márcia Ribeiro. *Sob o signo da vontade popular: o Orçamento participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo e BONFIM, Washington Luís de Souza. *Gestão Municipal e Participação Municipal no Brasil: dialogando entre teorias e fatos*. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro de 2005. Caxambu, MG. Impresso via internet.

GENRO, Tarso. O enigma do México. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 fev. 1995.

_____. *Crise da democracia: direito, democracia e neoliberalismo na ordem global*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Conteúdos da revolução democrática*. *Jornal do Brasil*: Rio de Janeiro, 30 jan.2006.

_____. *Democracia, sociedade e sustentabilidade* (contribuição para uma teoria da revolução democrática). Painel: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Lisboa, jan. 2008.

GRAJEV, Oded. Agenda prioritária para a sociedade brasileira. *Folha de São Paulo*: Opinião, 3 abr.2008.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sóciopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

HAGE, Jorge. Declaração. In: *Conselhos de municípios fracassam na fiscalização*. *Boletim da FENASTC*. Goiânia, 21 set. 2006.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P. e CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.21, n.60, fev. 2006. Artigo impresso via internet. 28 p.

LAVALLE, Adrián Gurza. *Crítica ao modelo da nova sociedade civil*. São Paulo, Lua Nova, n. 47, 1999. p.122-135.

LYRA, Rubens Pinto. *Estado e cidadania: de Maquiavel à democracia participativa*. João Pessoa: UFPB, 2006.

_____. *Os conselhos de direitos do homem e do cidadão e a democracia participativa*. Brasília, Revista de Informação Legislativa. Senado Federal, ano 33, n. 130, abr./jun. 1996.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Os conselhos gestores de políticas públicas: desafios do desenho institucional*. São Leopoldo, Ciências Sociais UNISINOS, v.38, n.161, julho/dezembro 2002, p.43-79.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Diário Oficial. 30 Jul. 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial*. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, n.52, jun.2003. Texto impresso via internet. 21 p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos. . São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

PEREZ, Marcos Augusto. *A administração pública democrática: institutos de Participação Popular na Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. *A sociedade civil "institucionalizada"*. Florianópolis, Política & Sociedade, v.1, n.5, 2004, p.99-115.

RAICHELIS, Raquel. Sistematização: Os Conselhos de Gestão no âmbito internacional. In: CARVALHO, Maria do Carmo e TEIXEIRA, Ana Cláudia. *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo, Pólis, 2000.

SANTOS, Boaventura. *O outro poder local*. Revista Visão: Lisboa, 29 mar. 2007.

SCHEINVAR, Estela. *Os conselhos e a gestão da política para a infância e adolescência*. Campinas: Texto apresentado no GT Participação e cidadania. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. 1-5 set. 2003. 15 p.

SINTOMER, Ives; HERZBERG, Carsten e ROCKE, Anja. *Les budgets participatifs en Europe*. Paris: La Découverte, 2008.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. Curitiba, *Revista Sociologia e Política*, n.25, nov. 2005. Resenha impressa via internet. 6 p.

TEIXEIRA, Elenaldo. Conselhos de Políticas Públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? In: CARVALHO, Maria do Carmo e TEIXEIRA, Ana Cláudia. *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo: Pólis, 2000.

Resumo

A maior parte da literatura sobre os conselhos de políticas públicas vê o papel do Estado com desconfiança. A tese dominante entende que a sociedade civil, neles representada, deve "lutar pela hegemonia" e garantir, em todos os conselhos, a paridade. O presente trabalho objetiva demonstrar que a representação societária tem distintos papéis a desempenhar nos referidos conselhos, conforme sejam estes gestores ou de direitos (de natureza consultivo-propositiva e fiscal). Como corolário, impõe-se a mudança do seu desenho institucional, com a presença majoritária da sociedade, nos primeiros e uma representação societal expressiva, nos segundos. Derivará dessa mudança uma nova práxis da cidadania, consentânea com a diversidade de papéis que lhe cumpre desempenhar em tais conselhos.

Resumé

La plupart de la littérature sur les conseils de politiques publiques conçoit le rôle de l'État avec méfiance. La thèse dominante estime que la société civile, présente dans ces conseils, doit "lutter pour l'hégémonie", en y assurant la parité. Ce travail a comme but démontrer que la représentation societale a de rôles distincts à jouer dans ces conseils, conformément à leur nature - de gestion ou de droits - (consultifs-propositifs ou de surveillance). Comme corollaire, s'impose alors le changement de leur armature institutionnelle, avec la présence majoritaire de la société dans les premiers de ces conseils, et une représentation significative de la société, dans les seconds. Ce changement favorise alors une nouvelle práxis de la citoyenneté, en accord avec la diversité de rôles qui lui seront impartis dans ces conseils.

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

A RECIPROCIDADE DESIGUAL: família e política na história do Brasil.⁴⁷

José Henrique Artigas de Godoy

1 Introdução

A família extensa ou grande foi a instituição chave a partir da qual se estruturaram as relações sociais e de poder sob o patriarcalismo colonial brasileiro. Ampliação da família nuclear ou conjugal, a família extensa cria laços de aliança que vão além do parentesco direto, da consangüinidade.

Apesar da preponderância de uniões endogâmicas, a família extensa conta com membros que, por aliança ou afinidade, tornam-se “de casa”, “como se fossem da família”, ampliando o núcleo parental e familiar, constituindo um grupo doméstico heterogêneo e plástico.

A aliança matrimonial passa a ter importância decisiva na conformação de grupos parentais e clãs, reunindo em um mesmo corpo várias famílias proprietárias.

Além das alianças outras relações de tipo parental são também estabelecidas, como aquelas originadas na vida econômica e política.

Sócios e correligionários, apesar de nem sempre manterem laços diretos de aliança ou parentesco, também se transformam em membros da família, compartilhando interesses e relações de afetividade, solidariedade, compromisso e lealdade entre famílias de elite.

Entre estratos sociais diferentes o compadrio cumpre, por sua vez, a função de agregar as famílias a partir de laços rituais de união que podem conferir *status* de parentesco indireto.

Na composição da família patriarcal brasileira há um núcleo legal, fundado na consangüinidade e moldado pela filiação e pelo matrimônio, composto pelo casal e seus filhos legítimos e por outros parentes diretos, como avós, tios, sobrinhos, primos e netos, e indiretos, como cunhados, genros e noras. Há também um núcleo periférico, constituído por servidores, dependentes, filhos ilegítimos, escravos domésticos, entre outros que habitam e orbitam ao redor da casa-grande (CANDIDO, [1951]1972, p. 294).

O perfil plástico e flexível adquirido pela família brasileira permitiu uniões familiares e parentais mediadas pela tradição, pelo costume, pela afetividade e por formas diversas de reciprocidade.

Se, por um lado, a família extensa incluía um grande grupo parental e doméstico, abarcando todos os que habitavam sob o mesmo teto, por outro, novas formas de relacionamento parental e familiar também se conformam, tendo em vista a ampliação da ação da família ao universo exterior aos limites da casa-grande e da fazenda. Essa característica diferencial expande o raio de ação das famílias e propicia um considerável aumento dos vínculos de relacionamento social, político e econômico.

A opção pela exogamia proporcionava a expansão dos domínios, promovendo laços de parentesco a partir da união entre famílias de elite. Essa expansão dos domínios se dava tanto pelo aumento do poder encerrado pelas famílias, uma vez unidas, quanto pela aliança entre grupos familiares geograficamente distantes, possibilitando

⁴⁷ Artigo derivado de parte de capítulo da tese “Da opulência à ganância: coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)”, defendida na Universidade de São Paulo em abril de 2007.

“exportar” o poder e a influência da família para outras regiões (QUEIROZ, 1975, p. 173).

A essa ampliação do círculo familiar para além das casas sedes de fazendas e mesmo das próprias fazendas e de suas vizinhanças, corresponde um rol de inúmeras transformações no perfil, na estrutura e nas funções da família e do domínio rural.

Esse processo de ampliação dos círculos de relacionamentos sociais rompe, parcialmente, o relativo isolamento da família patriarcal, o que não implica, entretanto, sua negação. Embora diminua a capacidade de exercício do despotismo pelos *pater familias*, as aberturas a uniões com outras famílias proprietárias e não proprietárias permitem uma opção pela aventura, pelo novo, avesso ao conservadorismo do isolamento rural e da endogamia.

Em geral, o matrimônio exogâmico criava alianças entre famílias do mesmo estrato social, enquanto o apadrinhamento unia famílias de estratos diferentes. Essas alianças rituais, horizontais e verticais, conferiam unidade à família patriarcal. Unidade fundada na união espiritual, conformada a partir de ritos litúrgicos como o casamento e o batismo.

A sacralização das alianças atribui-lhes caráter perpétuo. A união se processa tanto na esfera divina, espiritual, quanto na mundana, material, consolidando relações de lealdades recíprocas entre famílias.

Visando o interesse da família, o casamento não tinha fundamento na afetividade nem era determinado por fatores de ordem emocional ou sexual.

Partindo do critério hierárquico fundamental de submissão dos mais novos aos mais velhos, a seleção dos cônjuges cabia exclusivamente ao patriarca, que articulava alianças com o objetivo principal de manutenção e ampliação do poder encerrado pela família extensa.

A escolha racional e ponderada por interesses coletivos, antes que por motores sentimentais ou pessoais, é um importante fator de controle do *pater familias* na estruturação das teias de alianças. As escolhas feitas pelas famílias nas trocas de maridos e esposas são decisivas para o fortalecimento ou a decadência do poder por elas encerrado, tanto social quanto política e economicamente.

As opções pela endogamia ou pela exogamia levavam em consideração o intuito de articulação de um rol amplo e sólido de alianças. Essas alianças criavam laços permanentes de fidelidade entre parentes. As famílias envolvidas nos matrimônios fundavam solidárias redes de compartilhamento de interesses mútuos, garantindo a coesão e preservação do domínio dos grandes grupos parentais.

Os contratos matrimoniais tinham a função de solidificar relacionamentos no interior de uma mesma família e entre famílias. Os acordos nupciais buscavam reproduzir e ampliar, através das sucessivas gerações, o patrimônio repassado pela herança.

O acordo nupcial diz respeito tanto ao matrimônio quanto ao patrimônio, o primeiro é expresso no casamento e, portanto, em uma relação simbólica de união, enquanto o segundo fundamenta a herança, e por isso remete a uma relação material de divisão. É sob a mediação racional desses dois pólos que se montam as estratégias dos acordos maritais e os contratos matrimoniais que conformam as alianças familiares.

Apesar do parentesco no Brasil não ser unilinear, o sistema patriarcal promoveu como regra de organização material a patrilinearidade da herança como forma de reforçar o caráter indivisível do patrimônio e da família, procurando, dessa forma, proporcionar os efeitos materiais positivos das alianças e minimizar os deletérios. Assim, o casamento cumpre a função de unir famílias sem o contraponto negativo da divisão das heranças. Mesmo com a morte do patriarca, a viúva, o primogênito, ou os

filhos em comum acordo, tendem à manutenção da indivisibilidade do patrimônio (DUARTE [1939]1966, pp. 68e 69).

Se o homem assumia a herança de seu pai, a mulher, por sua vez, tinha no dote uma forma de explicitar o conteúdo material envolvido nas trocas de noivos e noivas entre famílias extensas. Não obstante, sob a ordem senhorial, algumas relações de união matrimonial também tinham como fundamento a hierarquia tradicional representada pela nobreza dos sobrenomes aristocráticos. Por isso, o casamento envolvia não só relações de ordem material, mas também outras de ordem simbólica relacionadas ao *status* social.

A partir do século XIX ocorre uma maior flexibilização dos padrões de alianças com a decadência do dote. O dote, especialmente entre famílias de elite, foi um componente decisivo para a concretização de alianças extra-familiares durante o período colonial, sendo um instrumento econômico fundamental para determinar o futuro das noivas e, por vezes, o patrimônio das famílias.

Com a constituição das fortunas da elite cafeeira paulista, cada vez mais dissociadas do meio rural, tradicional e aristocrático, o dote deixa de ser considerado nas estratégias de alianças. Essas passam a ter como objetivo a reunião dos patrimônios e não a busca de genros capazes de assumirem os negócios familiares em nome das noivas ou, então, daqueles que aumentassem o prestígio da família, agregando um sobrenome nobre ou tradicional.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, herança e casamento se apresentam como instrumentos de preservação de fortunas e do mandonismo local (QUEIROZ, [1975]1976). A indivisibilidade da herança foi uma forma de repassar, por gerações sucessivas, *status* e poder. O casamento servia a duas finalidades. Quando ocorria no interior da parentela, visava manter o patrimônio indiviso, e quando se voltava a elementos exteriores, tinha o objetivo de unir forças familiares, econômicas e políticas (QUEIROZ, 1975, p. 172).

A ligação entre famílias ganha um aspecto "eterno" porque consumado pela Igreja através da liturgia do casamento. Por isso, se os patriarcas escolhem os noivos, Deus os une, e ainda às suas famílias, e para sempre!

Enquanto a endogamia promove a segurança pela reprodução da estrutura social e perpetuação do patrimônio já adquirido, a articulação de casamentos extra-familiares passa a ter papel também estratégico na montagem das redes de alianças entre famílias da elite proprietária.

Ao definir a categoria de casa (*maison*) Lévi-Strauss atenta para o papel central que os casamentos extra-familiares assumem na montagem da teia de relacionamentos parentais. Para o autor, os casamentos entre primos opõem-se àqueles entre parceiros distantes. Essas uniões são qualificadas como "excitantes" por exporem a família ao risco e à aventura (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 11). As relações de troca de cônjuges mediadas por uniões endogâmicas e exogâmicas expressam um "jogo duplo de abertura e fechamento: graças ao primeiro, abre-se à história e explora-se as contingências, enquanto o segundo garante a conservação ou a volta regular dos patrimônios, das posições e dos títulos" (LÉVI-STRAUSS, 1999, pp. 18 e 19).

A sociedade de casas não pode ser definida claramente sob os critérios de tribos, clãs, linhagens ou famílias. É antes uma forma particular de organização social e parental que vai além do aspecto consanguíneo, integrando famílias e parentes. Nesse sentido, "a filiação equivale à aliança, e a aliança à filiação" (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 23).

Não é apenas a família que compõe a casa, mas o rol de famílias coligadas quer pela filiação, quer pela aliança. Essa categoria se aproxima, em sua amplitude e fluidez,

às solidárias redes de compartilhamento de lealdades fundadas nos acordos familiares e parentais exercidos sob o grande domínio rural no Brasil. Esses acordos integram tanto aqueles que habitam na mesma moradia quanto membros de outras famílias extensas, coligando-os por laços materiais e espirituais de união.

Embora se aproxime da concepção da *maison*, a família extensa brasileira demonstra-se ainda mais flexível.

Depois do casamento o noivo podia tanto permanecer na casa de seu pai quanto se mudar para a fazenda de sua futura esposa e vice-versa, o que corrobora o caráter plástico de montagem dos grupos parentais e domésticos. Nesse sentido, a família brasileira demonstra-se permeável à troca de maridos e esposas, e não apenas de esposas, como na *maison*, que segue apenas o princípio patrilocal. No caso brasileiro a troca de maridos e esposas amplia significativamente as probabilidades de alianças.

Especialmente a partir da segunda metade do século XIX, lentamente, os casamentos intrafamiliares vão diminuindo na proporção do aumento constante dos casamentos interfamiliares, assim como a moradia tende, também lentamente, a se consolidar como o espaço da família nuclear em oposição às famílias extensas das casas grandes. As alianças passam a se dar, cada vez mais, a partir da união entre famílias conjugais.

A família conjugal moderna apresenta relações de troca e afetividade emocional e expressa um fundamento parental e genésico, diferente da família extensa, que não só comporta essas formas de reciprocidade e aliança, mas também concentra todas as relações econômicas e políticas. Autônoma e autárquica, a família extensa se apresenta como instituição total. Mesmo as famílias de homens livres na ordem escravocrata eram obrigadas, pelas circunstâncias, a se subjugarem ao domínio dos grandes grupos parentais e dos potentados (Franco, 1983). Como descrito por Oliveira Vianna ([1918]1987), há um sentido simplificador expresso pelo grande domínio rural, que centripetamente submete todas as relações sociais, políticas e econômicas às suas instâncias de poder.

Quando a família extensa começa a perder sua força centrípeta, em muitos casos os recém casados passavam a residir nos núcleos urbanos ou então na mesma fazenda dos pais, embora em casas distintas. A saída dos recém casados da casa-grande é expressiva da alteração na estrutura do grupo doméstico colonial e imperial, embora represente também a perpetuação do domínio patrimonial pela não divisão da propriedade e da herança.

O fortalecimento da família nuclear principia uma dissolução lenta do grande grupo doméstico, representado na imagem da casa-grande e da família extensa.

A descendência tanto patrilinear quanto matrilinear, assim como a opção pela exogamia ou endogamia, e ainda a residência tanto patrilocal quanto matrilinear, indica que, apesar da existência de uma hierarquia patriarcal a moldar a instituição familiar, reger o parentesco e impor uma dominação autocrática, o universo parental, no Brasil, pode se originar de várias formas de união, sacramentadas ou não.

O caso particular da família patriarcal brasileira expressa uma estrutura ainda mais ampla e flexível que a *maison* pois abarca os ligados pelo sangue e pelo casamento e também outros que por afinidades diversas também compõe o universo familiar, o clã (VIANNA, [1918]1987) ou a parentela (QUEIROZ, 1975).

O apadrinhamento e a afinidade também podem gerar relações parentais sem, contudo, terem como fundamento a filiação ou o matrimônio.

Em função da herança e dos critérios constitutivos do *status*, os casamentos tenderam a unir membros do mesmo estrato social que, com as sucessivas gerações e casamentos, conformavam um grupo parental homogêneo, genesicamente unido. Isso,

entretanto, não impedia a organização de redes de alianças não integradas pela via genésica, ao contrário.

Tomando-se como pressuposto, portanto, que as ligações familiares são tanto originadas por parentesco quanto por aliança e afinidade, há que se notar que o matrimônio era apenas uma dentre várias formas de congregar membros dos estratos superiores, unindo famílias proprietárias.

Relações afetivas com vizinhos e amigos podiam propiciar ligações equivalentes às parentais. O mesmo se pode dizer de algumas das relações estabelecidas com sócios e correligionários, que passavam a ser vistos como membros da família, do clã ou da parentela.

2 Compadrio

Entre famílias de elite, o casamento era uma forma de unir patrimônios e sobrenomes. Os sobrenomes dos filhos podiam ser originados tanto da família do pai, quanto da mãe, ou de ambas, a depender da tradição, da fortuna, do poder e do prestígio representado por eles.

Sob a ordem senhorial o sobrenome representava não só a filiação direta. Não era incomum ocorrer de pessoas e até famílias inteiras assumirem o sobrenome dos parentes mais importantes, prestigiados ou ricos, mesmo que o grau de parentesco com esses fosse longínquo. O sobrenome representava poder, prestígio e também segurança contra outros que também tivessem sobrenomes "lustrosos" e tradicionais.

Afilhados muitas vezes também assumiam os sobrenomes das famílias de seus padrinhos, corroborando o caráter amplo, flexível e indeterminado que o parentesco assume sob o ponto de vista simbólico.

Nesse panorama plástico e indeterminado, outras relações parentais indiretas são constituídas, não originadas de uniões horizontais, como o matrimônio ou a aliança com famílias de amigos, sócios e correligionários, mas de uniões de tipo vertical, como o compadrio.

Enquanto o matrimônio foi uma forma usual de aliança entre famílias dos estratos sociais superiores, o compadrio sobressaiu como principal modalidade de união ritual entre famílias de elite e aquelas dos estratos inferiores da sociedade. Assim como as relações horizontais, de aliança e afinidade, as uniões verticais entre famílias de estratos sociais diferentes assumem, por vezes, o papel equivalente ao de parentesco indireto.

Diferente das relações entre senhores de terras e agregados, dependentes ou escravos, os apadrinhados adquiriam *status* de parentes indiretos, visto que conformavam uniões estáveis e perpétuas, homologadas pela liturgia do batismo, que consagrava, através da Igreja, critérios divinos de unção.

A regra geral do compadrio unia os estratos superiores e inferiores em um mesmo patamar imaginariamente isonômico. O batismo expressava a sagração espiritual de uma suposta igualdade humana entre os membros envolvidos, como se o compadre do estrato inferior, fosse pequeno sitiante, agregado, dependente ou até mesmo escravo, ao menos durante o ritual litúrgico, se igualasse ao compadre do estrato superior, o senhor de terras. Nesse momento, seriam, perante Deus, homens iguais, humanos com os mesmos atributos. As desigualdades sociais e étnicas desapareceriam por instantes, subsistindo uma pseudo-isonomia na esfera divina, enquanto na material os compadres permaneceriam essencialmente desiguais.

A relação eterna que o compadrio fundava unia tanto o padrinho e a madrinha ao afilhado quanto aos pais do afilhado, o compadre e a comadre. A unção passa a ocorrer

não só entre humanos que se reconhecem como semelhantes, o padrinho e o afilhado, mas, essencialmente, entre famílias. Os compadres e as comadres se tornam de tal forma unidos pela solidariedade fundada no apadrinhamento que esta ganha feições parentais. Tal característica abre a possibilidade do compartilhamento de relações familiares entre os diversos estratos, sem que a hierarquia social e a dominação política e econômica sejam alteradas substancialmente (FRANCO, 1983, pp. 78 e 79).

Apesar de favorecer a constituição de uma teia relativamente permeável de vínculos de convivência e solidariedade, esse tipo de relacionamento vertical entre os estratos sociais não dirime a posição social hierárquica superior assumida pelo padrinho, seja ele senhor, barão ou coronel. Esse se mantém na chefia fundamentalmente porque é ele que distribui a proteção, as prebendas e os favores. Não obstante, é também ele que se favorece da lealdade dos afilhados e compadres nos momentos eleitorais.

Embora na esfera divina ocorra uma relação pseudo-isonômica, na mundana a dominação e a desigualdade se perpetuam pela relação de poder e submissão, reconhecida e legitimada pelos afilhados e por suas famílias.

O compadre do estrato inferior escolhe racionalmente o padrinho de seu filho a partir de estratégias que levam em consideração a posição superior do escolhido. Ocorre não só o reconhecimento da desigualdade, mas a legitimação dessa desigualdade por representar proteção despendida pelo compadre mais nobre, mais rico e mais poderoso. Dessa forma, simbolicamente, a dependência material dos estratos inferiores em relação aos superiores passa, com o apadrinhamento, a se eternizar pela via espiritual. *"Dominação entre semelhantes, o compadrio supõe um certo grau de indeterminação na forma de estratificação social"* (FRANCO, 1983, p. 81).

Embora a relação desigual se apresente, aparentemente, como uma união entre semelhantes que se reconhecem como iguais, empenha um significado hierárquico que se constitui pela posição superior assumida pelo padrinho. Assim, o verbo "apadrinhar" ganhou o significado de "proteger", "favorecer" e "defender", assim como o de "patrocinar" e "sustentar" (HOLANDA FERREIRA, 1986, p. 136). Só protege, favorece, defende, patrocina e sustenta aquele que se encontra em patamar hierárquico superior ao que é favorecido, protegido, defendido, patrocinado ou sustentado.

O compadre do estrato inferior se comporta como cliente em relação ao compadre do estrato superior. Ao expressar uma relação clientelista, o compadrio se apresenta como um contrato espiritualmente eterno que no mundo material exprime-se por obrigações mútuas de favorecimento e lealdade entre os contratantes, criando laços de reciprocidade expressos tanto na solidariedade quanto na dependência, na prestação e na contra-prestação, num sistema de trocas de mútuo benefício.

Pela via social e econômica o padrinho tem a obrigação de amparar seu afilhado. Este, por sua vez, deve render obediência absoluta tanto ao padrinho quanto à madrinha. Politicamente, não só o afilhado, mas também sua família e todos aqueles que estiverem sob influência dela têm a obrigação do irrestrito apoio ao padrinho quando necessário, especialmente nos momentos eleitorais.

O compadrio foi um importante expediente utilizado pelos estratos sociais superiores para reproduzir a dominação política, ampliar o *status* social e controlar os currais eleitorais. Por outro lado, também foi uma forma de os estratos inferiores criarem vínculos estáveis de convivência com os estratos superiores, favorecendo o seu patrocínio e a sua proteção.

Quanto maiores os universos de relacionamentos parentais, maiores as capacidades de obtenção de votos e, por conseqüência, melhores condições de disputa por favores e cargos a serem distribuídos.

As prebendas, favores, empregos e cargos oferecidos conferem prestígio e legitimidade política ao compadre/padrinho/patrão/chefe. Quanto mais prestígio, poder e riqueza, maiores as possibilidades de ampliar o universo de relacionamentos parentais e de dependência.

Em seu estudo sobre o clientelismo, Richard Graham afirma que “*o tamanho da clientela era a medida de um homem*” (GRAHAM, 1997, p. 40).

O compadrio reduzia a necessidade do uso de artifícios diversos de pressão ou constrangimento nos momentos eleitorais. Frente à dominação, dependência e solidariedade, os compadres/clientes garantiam ao compadre/patrão a lealdade plena, já que se tratava de uma relação de mútuo benefício.

O compadrio, assim como o clientelismo e o paternalismo, reproduz na esfera social e política a ambivalente relação entre pai e filho. Permeado pela afetividade e lealdade, esse tipo de relacionamento denota posições essencialmente distintas de autoridade, donde o pai assume a superior e o filho a inferior. Essa fórmula de compartilhamento de lealdades e de exaltação da autoridade se demonstra na esfera pública como se as relações de família se expandissem à política.

3 Clientelismo, Paternalismo e Apadrinhamento Político

O clientelismo e o paternalismo reproduzem, na esfera política, relações de favorecimento e proteção, imprimindo a necessidade de retribuição. São relações de troca e compartilhamento mútuo de interesses. Apesar de expressarem uma desigualdade, fundamentam-se na reciprocidade.

O clientelismo e o paternalismo atribuem uma condição de dependência do cidadão-eleitor, tolhendo sua autonomia e imputando-lhe a subserviência à autoridade, ao pai, o protetor dos desamparados.

No momento que o cidadão-eleitor transforma-se em cliente-eleitor abdica do poder de questionamento ou subversão da autoridade, restando-lhe apenas a expectativa do cumprimento das promessas de amparo paternal, expresso na forma de proteção e acesso a prebendas.

O cliente perde caracteres de cidadão ao negar sua autonomia em favor da dependência, da lealdade e da subserviência à autoridade, deixando de reconhecer os direitos enquanto tais. Esses são vistos como dádivas ou favores atribuídos pelo compadre/padrinho/patrão/chefe e não como obrigações do poder público em relação a cidadãos livres e iguais.

O sistema político mediado pelo compadrio, pelo paternalismo e pelo clientelismo expõe, em parte, um modelo tradicional de construção do espectro de direitos e liberdades a partir de uma “cidadania concedida”, como categoriza Teresa Sales (1994, p. 26).

Essa “cidadania concedida” resulta de uma cultura política sob a qual os direitos perdem caracteres sociais e ganham aspecto privado de dádiva pessoal ou transcendente. Assim, a cidadania deixa resultar da reivindicação de demandas sociais, passando a ser vista como produto de um sistema de trocas pessoais pautado pela hierarquia expressa nas relações de mando e subserviência, embora sob a ação do “fetiche da igualdade”.

Sob esse espectro, os direitos passam a ser compreendidos apenas e somente como prebendas ofertadas pelos estratos superiores aos inferiores que, por conseguinte, devem render lealdade e subserviência àqueles que distribuem esses favores, vistos exclusivamente como dádivas.

No âmbito da sociedade escravocrata os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores de terras, amesquinham-se na sombra de suas dádivas. A cultura política da dádiva sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravatura, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias.

[...]

(...) cultura da dádiva, que é a expressão política de nossa desigualdade social, mediante a relação de mando/subserviência cuja manifestação primeira se deu no âmbito do grande domínio territorial que configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação (SALES, 1994, p. 26).

Teresa Sales procura demonstrar que conceitos clássicos como o de “democracia racial”, de Gilberto Freyre, ou de “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda, poderiam ser inscritos sob a mesma acepção, como resultantes da “cultura política da dádiva”, uma vez que essa é permeada pelo “fetiche da igualdade” que, aparentemente, e apenas aparentemente, encurta as distâncias sociais e minimiza os conflitos e desigualdades reais. Ela permite tratar os governantes com familiaridade, imprimindo relações passionais e personalistas à esfera política e institucional.

No mesmo sentido, Maria Sylvia de Carvalho Franco afirma que o compadrio expressa uma “relação de poder e sujeição estabelecida entre indivíduos que não se vêem como essencialmente diferentes, mas como potencialmente iguais” (FRANCO, 1983, p. 81-82).

A relação entre o compadrio e a lealdade política é intrínseca. Tanto que ainda hoje são recorrentes as figuras do *padrinho político* e do seu correspondente, o *afilhado político*. O *apadrinhamento político* se tornou prática corriqueira no Brasil passando a representar uma relação de fidelidade e troca entre desiguais.

A associação estreita entre o compadrio e a lealdade política levou à generalização do termo *apadrinhamento*, o que redundou no fato de os vocábulos *padrinho* e *afilhado* serem utilizados em referência à relação de reciprocidade. Por isso, a designação de *apadrinhamento político* representa uma relação de proteção e lealdade, prescindindo mesmo de qualquer tipo de vínculo espiritual ou unção ritual, unindo o padrinho ao afilhado político independentemente do primeiro ter testemunhado o batismo ou o casamento do segundo.

O *padrinho político*, portanto, não é o que batiza e se responsabiliza pela vida do afilhado, mas todo aquele que protege e ampara e em troca recebe lealdade e subserviência. A relação de apadrinhamento e lealdade política mantém a característica de união entre desiguais em um sistema recíproco de trocas de mútuo benefício.

Em relação ao *afilhado*, o *padrinho político* pode ser tanto o mais experiente e mais velho, como o que detém maior influência política, controle sobre um eleitorado mais amplo ou sobre cargos mais importantes.

É comum ocorrer de o *padrinho político*, quando impedido de ser reconduzido para um cargo executivo, procurar mantê-lo de forma indireta através de seu “repasso” ao *afilhado*, mobilizando seu poder e influência para indicá-lo ou elegê-lo. A transferência de prestígio, influência, poder e dos votos do padrinho político para o afilhado é uma forma de contra-prestação à lealdade e subserviência. Se o padrinho “repassa” o cargo, uma vez tomada posse desse, o afilhado político deve também “repassar”, de volta, o poder representado por esse cargo, promovendo a manutenção da direção política nas mãos do padrinho, de forma subserviente e leal.

Essa reciprocidade demonstra, também, uma relação tradicional impressa à política: a personalização do cargo público. O cargo passa a ser visto como de propriedade de seu ocupante de forma patrimonial, daí que ainda hoje o servidor público toma “posse” de “seu” cargo como se este fosse a ele devido e intransferível e lhe desse, por isso, autonomia na execução de todas as atividades a ele vinculadas.

4 Filhotismo, Cunhadismo e Nepotismo

Há também, em um sentido mais duradouro que apenas nos momentos eleitorais, os casos em que um político idoso ou doente ampara seu apaniguado e procura encaminhá-lo na vida política para sucedê-lo. Nesses casos, o padrinho pode passar a comandar de longe, indiretamente, seu curral eleitoral e seus instrumentos de poder, mantendo seu preposto no cargo que antes ocupava ou comandava, ou então pode abandonar a atividade política, repassando seu poder definitivamente. Esses exemplos de transferência de influência e votos de um político para outro podem ser classificados como filhotismo político.

O filhotismo pode tanto se referir àqueles casos em que o político tradicional deliberadamente “cria” lideranças ou escolhe seu representante e servidor dentre seus afilhados políticos, quanto aos casos em que filhos, netos e sobrinhos legítimos desses políticos assumem cargos a partir da influência do pai, tio ou avô, ampliando a rede de poder e influência da família e do patriarca. Em geral, os *filhotes* políticos são formados para reproduzir o poder e suceder, como que por hereditariedade, seus “criadores”, os políticos tradicionais.

Tanto no apadrinhamento político quanto no filhotismo sobressaem relações de desigualdade e autoridade. O padrinho ou o “pai criador” assume a posição superior numa relação de reciprocidade desigual. Como o patriarca, concentra autoridade e distribui proteção.

As relações políticas exercidas de forma similar às familiares também podem ser observadas pela ocorrência do cunhadismo e do nepotismo. O primeiro repousa na tradicional relação que os cunhados, assim como os genros, exerceram como representantes letrados dos interesses dos brancos fazendeiros. O segundo refere-se ao ato de empregar parentes diretos e indiretos nos cargos públicos.

Essas formas de relacionamento familiar e privado não só se expandem para o âmbito da política, do Estado, mas também da economia, da empresa. Ao descreverem as regras fundamentais à organização burocrática, Bresser Pereira e Prestes Motta recobram a teoria de Weber para indicar a necessidade de superação dos empecilhos personalistas tradicionais, como o nepotismo e o filhotismo:

Um aspecto essencial através do qual se expressa o caráter impessoal das burocracias refere-se à forma de escolha dos funcionários. Nos sistemas sociais não burocráticos, os administradores são escolhidos de acordo com critérios eminentemente irracionais. Fatores como linhagem, prestígio social e relações sociais determinarão a escolha. O novo rei ou o senhor feudal é escolhido porque é filho primogênito do último soberano. Na empresa familiar, o filho sucede o pai por direito hereditário. Esse mesmo filho, parentes e afilhados são colocados em postos de relevo dentro da empresa, sem serem levadas em consideração sua competência e sua habilitação para o cargo.

O nepotismo e o filhotismo fazem parte integrante dos sistemas sociais não burocráticos e não podem ser considerados aberrações dentro dos mesmos. Ninguém pensava em criticar, em um feudo, que o filho sucedesse o pai, ou que o senhor escolhesse para seus auxiliares diretos aqueles que pertencessem à mesma linhagem, à mesma classe social. Tanto assim, que o termo 'nepotismo' não surge dentro de um sistema social não burocrático, mas dentro de uma burocracia, dentro da Igreja Católica, para designar uma falha dessa burocracia, que se esperava racional. O nepotismo significa originalmente a autoridade que os sobrinhos e outros parentes do Papa gozavam na administração eclesiástica. Segundo seu tipo ideal, não há lugar para o nepotismo na burocracia. (BRESSER-PEREIRA & PRESTES MOTTA, [1980]1983, pp. 33 e 34)

No mesmo sentido, e também recobrando os fundamentos metodológicos weberianos, Sérgio Buarque de Holanda indica que a indistinção entre as relações pessoais e profissionais é característica da formação portuguesa e difere substancialmente dos princípios originários do espírito capitalista e da racionalidade econômica, fundada na despersonalização (HOLANDA, [1936]1987, p. 96 e 97).

Ao retratar a ascendência da família patriarcal sobre as demais instituições estatais e eclesiásticas, Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, apresenta o nepotismo como um contraponto à instituição jesuítica, demonstrando que desde o século XVI já constava entre as fórmulas tradicionais de familismo e mandonismo político no Brasil (FREYRE [1933]1989, p. 22 e 23).

Outra forma de nepotismo e filhotismo, que se tornou constante e que foi descrita por Freyre em *Sobrados e Mucambos* (FREYRE, [1936]1951), diz respeito à ascensão política do bacharel e do mulato no processo de decadência do patriarcalismo e sua substituição no ambiente político urbano, que colocou tanto os filhos quanto os genros bacharéis em posições privilegiadas de liderança.

Ao retratar casos de nepotismo e filhotismo, Gilberto Freyre atenta para a importância simbólica representada pela ascensão política do genro ou do filho bacharel na decisão familiar de mudar-se, definitivamente, para o ambiente urbano, fator decisivo para o rompimento dos laços patriarcais de poder (FREYRE, [1933]1989, pp. 969 e 970).

5 A Reciprocidade Desigual

As relações de mando/proteção e subserviência/lealdade condicionaram práticas políticas que levaram à constituição do sistema de reciprocidade desigual. Esse, hierárquico e autoritário, se distingue do liberal-democrático e contratualista, igualitário e isonômico.

No ambiente violento e despótico dos séculos coloniais se desenvolveram as primeiras fórmulas institucionais e sistêmicas de organização hierárquica. O mandonismo local foi legitimado pelos estratos inferiores da sociedade, que se viam protegidos sob o manto de subserviência à família patriarcal, aos clãs e às parentelas, instituições controladoras dos grandes domínios rurais.

Incapazes de suprir as crescentes demandas das populações rurais e da nascente sociedade urbana e industrial, os senhores de terras foram perdendo, lentamente, poder (QUEIROZ, 1975). O mandão colonial deu espaço, no século XIX, a um novo ator ilustre na política brasileira, o coronel. Diferente de seu antecessor, embora

proeminente, o coronel nasceu coadjuvante em um sistema que tinha o Estado Nacional como protagonista (LEAL, [1949]1975).

Em diferentes momentos históricos e com características particulares, o mandonismo, o coronelismo e o clientelismo expressam práticas fundadas em reciprocidades desiguais que condicionaram uma cultura política marcada pela submissão e pela hierarquia.

Envolvendo um número maior ou menor de dependentes, o que sugerem estas práticas políticas sistêmicas, que geram benefícios mútuos e relações desiguais de poder, é o sentido expresso pela necessidade dos estratos inferiores de obterem proteção frente ao desamparo em que se encontram e a dificuldade, sob a "cultura política da dádiva", destes setores reivindicarem, autonomamente, interesses e direitos.

Mesmo em face do domínio já proeminente do Estado Nacional, o clientelismo e o paternalismo persistem como instrumentos de dominação. Mediados por reciprocidades desiguais, fundam as ações de governo em princípios familísticos, de dependência e hierarquia, lealdade e reciprocidade, mando e subserviência (SALES, 1994 b).

O vínculo estreito existente entre as estruturas parentais e as formas de exercício do poder e da submissão, recoloca a importância de compreender o desenvolvimento de relações de reciprocidade desigual ao longo da história política brasileira. Relações que se reconfiguram a cada contexto histórico, como revivescência autoritária e privatista de um passado que é longínquo, mas persistente.

Referências Bibliográficas

- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos & Prestes Motta, Fernando C. ([1980]1983). Introdução à organização burocrática. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense.
- CANDIDO, Antonio ([1951]1972). "The brazilian family", in: Smith, T. Lynn & Marchant, Alexander (org.) - Brazil: portrait of half a continent, p.291-312, New York: The Dryden Press.
- DUARTE, Nestor ([1946]1966). A ordem privada e a organização política nacional: contribuição à sociologia política brasileira. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983). Homens livres na ordem escravocrata. 3ª ed., São Paulo: Kairós.
- FREYRE, Gilberto ([1933]1989). Casa Grande e Senzala. 26ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Record.
- _____. ([1936]1951). Sobrados e Mucambos. 2ª ed., 3 vol., Rio de Janeiro: José Olympio.
- GRAHAM, Richard ([1990]1997). Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de (1986). Novo dicionário da língua portuguesa. 2ª ed., 33ª impressão, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de ([1936]1987). Raízes do Brasil. 19ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio.
- LEAL, Victor Nunes ([1949]1975). Coronelismo enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega.

OLIVEIRA, Francisco de (1994). "Da dádiva aos direitos da cidadania", in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº25, São Paulo: ANPOCS.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de ([1970]1976). O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo: Alfa-Ômega.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1975). "O coronelismo numa interpretação sociológica", in: Fausto, Boris (org.) - História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol.1, São Paulo: Difel.

SALES, Teresa (1994a). "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira", in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº. 25, São Paulo: ANPOCS.

_____. (1994b). "Caminhos da cidadania: comentários adicionais", in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº. 25, São Paulo: ANPOCS.

TELLES, Vera da Silva (1994). Cultura da dádiva, avesso da cidadania, in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº25, São Paulo: ANPOCS.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1980). A família: origem e evolução. Porto Alegre: Editorial Villa Martha.

_____. (1999). História e etnologia, in: Textos Didáticos, nº 24, 2ª ed., Campinas: IFCH/UNICAMP.

VIANNA, Oliveira ([1918]1987). Populações Meridionais do Brasil. 7ª ed., Rio de Janeiro: EDUFF.

Resumo

Ao descrever o modelo patriarcal, sob o qual se constitui a família extensa ou tutelar brasileira, este artigo procura demonstrar persistências históricas de fórmulas de reciprocidade política marcadas pela hierarquia, pelo mando e pela subserviência. Essas fórmulas derivam do modelo político despótico, a partir do qual se construíram as instituições públicas e estatais, sob a conjuntura de dissolução do patriarcalismo.

Palavras-Chave: Família Patriarcal; Reciprocidade; Coronelismo.

Abstract

The aim of this article is to show the historical persistence of some political reciprocity formulas marked by hierarchy and subserviency, while describing the patriarchal model. Such formulas derive from a despotic political model upon which public and state institutions were built, in the context of dissolution of patriarcalism.

Keywords: Patriarcal Family; reciprocity; 'coronelismo'.

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

A CASA SERTANEJA E O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: QUESTÕES PARA PESQUISA⁴⁸

Flávia Pires

Introdução

Esta pesquisa tem como ponto de partida o conhecimento adquirido durante anos de pesquisa e trabalho de campo na região do semi-árido nordestino brasileiro, no estado da Paraíba - na cidade de Catingueira. Estas pesquisas estiveram ligadas à minha formação intelectual na graduação e na pós-graduação e começaram a ser realizadas no ano de 2000, versando, principalmente, sobre os seguintes temas: configurações familiares & parentesco, sistemas de crença & religião e socialização infantil. Se de um lado é fruto de pesquisas já concluídas, este trabalho representa, no entanto, a ampliação dos horizontes da pesquisa e desta forma, encontra-se no seu contorno inicial. Este artigo é uma primeira sistematização teórica e etnográfica de questões observadas ainda durante o trabalho de campo a respeito dos efeitos de certas políticas públicas. Da mesma forma, ele é também o resultado da realização de um breve pós-doutorado, momento no qual tive a oportunidade de começar a enveredar-me na problemática das políticas públicas⁴⁹.

A idéia é iniciar um debate sobre as políticas públicas para a distribuição de renda e os seus efeitos. A principal questão a ser respondida pelo artigo é a de como as relações e as estruturas familiares, inclusive no que diz respeito às crianças, vêm sendo afetadas pelas mudanças sociais e econômicas que vêm ocorrendo no semi-árido nordestino do Brasil desde a introdução de políticas de distribuição de renda, não apenas, mas, principalmente, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Pergunto-me como as assim chamadas “*bolsas do governo*” interferem e forçam uma re-interpretação e re-configuração de valores tradicionais nativos no que diz respeito à socialização infantil e à estrutura familiar. Neste pequeno artigo trataremos, sobretudo, do caso do programa Bolsa-Família (PBF).

Algumas pesquisas têm ressaltado o papel do PBF no empoderamento das mulheres, mães de família, na medida em que o dinheiro recebido é por elas administrado (CEDEPLAR, 2007, MIREYA SUÁREZ/ UNB). A nossa pergunta de pesquisa vai nesta mesma direção, mas concentra-se no grupo das crianças. O PBF também empodera as crianças?⁵⁰ A fim de operacionalizar a pesquisa, falamos aqui, sobretudo, do poder de compra e poder de barganha das crianças. Apostamos na idéia de

⁴⁸ Uma versão preliminar neste artigo foi apresentada na 32ª. Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu em 2008, no GT Sob o ponto de vista das crianças: pesquisas recentes em Ciências Sociais.

⁴⁹ Cujo projeto de pesquisa “*Bolsa-Família – Criança, Família e Políticas Públicas no Semi-árido Nordeste*”, contou com a aprovação de uma bolsa de pós-doutorado do CNPQ para a pesquisadora no Museu Nacional/ UFRJ, sob a orientação do Professor Moacir Palmeira. Embora tenha começado o pós-doutorado, a pesquisa foi interrompida e está sendo agora retomada no âmbito do Departamento de Ciências Sociais da UFPB.

⁵⁰ Não pensamos o poder como algo cujas quantidades são limitadas, pensamos, sobretudo, como Foucault que o poder está em toda parte e se há perda de poder de um lado, não há, necessariamente, ganho de outro e vice e versa. O poder, enquanto conceito, permeia todas as relações sociais e todas as instâncias destas relações. Este poder parece ter sido incrementado no caso das mulheres, como vêm mostrando algumas pesquisas. Isto não quer dizer, enfatizamos, que o poder dos pais (homens) está enfraquecido.

que há uma reconfiguração de poderes no seio das famílias com a introdução do PBF. A pesquisa de Gabriel Hartung aponta inclusive que uma criança cuja família recebe o benefício tem menos chances de crescer sem pai. Em outras palavras, o programa incentiva os pais a permanecerem nas suas famílias, a não abandonar o lar (GABRIEL HARTUNG/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS).

Além disso, este poder de barganha parece maior no caso da região Nordeste, como aponta o relatório de pesquisa do CEDEPLAR:

O relatório de pesquisa examinou se a transferência de renda por intermédio do Programa Bolsa Família teria aumentado o poder de barganha das mulheres no interior do domicílio. Foi criado um indicador de poder de barganha feminino a partir da informação sobre quem decidia a respeito de uma série de compras e atividades, se o cônjuge ou companheiro, se ambos ou se apenas a mulher. Aqueles domicílios nos quais as mulheres tomavam a maior parte dessas decisões foram categorizados como sendo de alto poder de barganha feminina. Os demais domicílios formaram a categoria de médio e baixo poder.

Foram observadas situações nas quais o Programa Bolsa Família gera um efeito positivo na medida em que foram encontradas diferenças positivas e significativas na relação entre a categoria de alto poder de barganha e a categoria de médio/baixo poder, ao se comparar o grupo de casos com os grupos de comparação. Este diferencial é estatisticamente significativo para o país como um todo, no caso do contraste entre o tratamento e o grupo de comparação 2 (ausência do atendimento em qualquer programa de transferência de renda). Quando o teste é realizado para as três grandes regiões, apenas a Região Nordeste apresenta resultado estatisticamente significativo. Esta é, precisamente, uma região de baixa monetização, onde, possivelmente, a transferência de renda monetária pode ter um valor simbólico de barganha maior. (CEDEPLAR, 2007, p. 19 – grifo nosso)

Desta forma, parece-nos muito propício pesquisar os efeitos desta política pública na região do Nordeste do país, principalmente, na região do semi-árido onde observamos baixa monetização, como descreve o relatório do CEDEPLAR. Marques vai em direção semelhante quando afirma que:

De maneira geral, verifica-se que, quanto menor for a Receita Disponível do município, maior será a importância relativa dos recursos transferidos pelo programa Bolsa Família. (MARQUES, 2005, p. 22).

É justamente porque em Catingueira o acesso ao dinheiro é limitado que o valor simbólico de barganha é maior no caso das mulheres. Por isso, a nossa aposta de que se a criança recebe parte deste benefício, ela também é empoderada, podendo barganhar no seio das famílias em prol do seu bem-estar.

De modo geral, trabalhamos, então, com as seguintes questões: 1) Que mudanças são engendradas na estrutura moral da casa sertaneja quando uma criança passa a receber um dividendo essencial para o sustento da família? 2) Como o poder familiar é negociável? O que ocorre com o balanço de poder familiar após a introdução do PBF? Qual o lugar do poder infantil? 3) Como se dá a relação entre tradição e

modernidade no seio familiar, do ponto de vista: a) do conflito de gerações, e b) da modernidade enquanto meta para o desenvolvimento do país?

Antes de continuar, gostaríamos também de mencionar que a pesquisa leva em conta o ponto de vista das crianças, dos adultos e dos idosos na tentativa de tecer um panorama onde geração e categoria etária são variantes relevantes. Apesar de muitas vezes negligenciado, o ponto de vista das crianças parece-me importante uma vez que, estas políticas públicas são a elas endereçadas e porque as crianças são particularmente afetadas pelas mudanças na configuração familiar, como venho discutindo em alguns artigos (PIRES, 2007a, 2007b, no prelo).

A cidade de Catingueira

A cidade pesquisada é tida aqui um lócus de observação científica. O Nordeste brasileiro, quiçá o país, é formado por muitas “Catingueiras”: cidades tradicionalmente camponesas, mas cuja população divide-se entre as áreas rural e urbana, entre o desejo de emigrar para as grandes cidades⁵¹ e o de possuir o seu pedaço de terra; cidades pequenas⁵² que dependem economicamente do “Fundo de Participação dos Municípios” para arcar com as suas despesas básicas, como a folha de pagamento da prefeitura. Como descrevi alhures:

Na cidade, as famílias vivem basicamente dos benefícios do governo federal (bolsas e aposentadorias), de alguma plantação ou criação de seu roçado ou *muro* (terreiro, quintal) ou, quando possuem, de um emprego na prefeitura (PIRES 2007a, p. 66).

Desta forma, uma pesquisa ali realizada tem o potencial de ilustrar a dinâmica social da recepção destas políticas públicas em contextos similares.

É visível a mudança sócio-econômica pela qual a pequena cidade vem passando em virtude do aporte financeiro advindo das “*bolsas do governo*”. Estas mudanças que vêm sendo observadas desde o ano de 2000, deixaram antever o processo de introdução destes benefícios, acompanhado pela pesquisadora.

A questão do repasse financeiro para a comunidade e dos benefícios do governo é um tema que gera discussões acaloradas na cidade, conforme já havia destacado em 2003 (pp. 99-100). Acredita-se que as “*bolsas do governo*”, entendidas como abundantes, têm contribuído para o fim do “*Sertão das mulheres sérias e dos homens trabalhadores*”, como dizia Luis Gonzaga em uma das suas canções. Entende-se que receber um “salário” sem necessidade de trabalhar, torna as pessoas preguiçosas e pouco dispostas ao trabalho árduo da agricultura. Desta maneira, as pessoas abandonam os sítios e vão morar na cidade, aonde vivem das citadas bolsas, “sem trabalhar”⁵³.

⁵¹ Neste caso, principalmente, Recife, João Pessoa, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia.

⁵² Catingueira conta com uma população de 4.965 habitantes divididos entre a “cidade” e os “sítios”, segundo estimativa do IBGE 2004.

⁵³ Da mesma forma que, acredita-se que o salário maternidade age como incentivo á maternidade inclusive, entre as adolescentes. Embora não se encontram na categoria “bolsas do governo”, “[...] as aposentadorias como trabalhador rural levantam uma questão sociológica interessante, na medida em que se entende que o indivíduo que não possui sua própria terra depende de um “patrão” para assinar os papéis da sua aposentadoria. Entre o proprietário de terras que assina a papelada e o trabalhador será estabelecido um vínculo, que pode ser reavivado, por exemplo, em momentos de eleições, ou quando o proprietário de terras precisa de uma “ajuda” de qualquer natureza (capinar um terreno, limpar a casa etc.), ficando aquele trabalhador e a sua família para sempre “endividados”. O ato de assinar os papéis é tido como prova da bondade do proprietário de terras – à qual o trabalhador responde com gratidão

Este raciocínio é comum entre os idosos que na juventude viveram exclusivamente da agricultura e consideram como 'trabalho' apenas aquele do cultivo da terra⁵⁴. No entanto, outros setores, que poderíamos acreditar, conservadores, também sustentam esta opinião: como setores da igreja católica e aqueles considerados "ricos" - que não dependem das tais bolsas para sobreviver, como comerciantes, latifundiários e políticos.

Embora não seja oportuno deter-nos nelas, algumas questões interessantes podem ser levantadas: A que se deve esta resistência? Como os beneficiários destas políticas reagem a tais acusações? E, principalmente, que conceitos de trabalho e indolência informam tais opiniões e acusações? No entanto, o benefício atinge, hoje em dia, mais de 50% das famílias catingueirenses, número maior se comparado ao período em que estes dados foram coletados. Seria interessante pesquisar que formas tomaram estas acusações e como elas se apresentam nesse outro cenário.

A introdução do dinheiro destas "bolsas do governo" têm movimentado o comércio da cidade de maneira evidente. O crescimento econômico pelo qual a cidade vem passando é visível a olho nu. Em Catingueira, existem hoje duas *lan-houses*, até o ano de 2006 não havia nenhuma. Algumas casas, hoje em dia, têm computadores, e o acesso à internet é possível nas residências. O comércio está movimentado. As pessoas têm comprado mais, o que justifica o crescimento do comércio local através de inúmeras novas bodegas e mercadinhos. Muitas pessoas têm comprado motos, aliás, uma moto é um sonho comum entre jovens rapazes, que compram suas motos a prestações, beneficiando-se da expansão do crédito que o país vem vivendo. A compra de carne e outros gêneros alimentícios considerados de luxo, como biscoito recheado e itens de higiene pessoal, como *shampoo*, têm crescido.

Não é de todo inútil mencionar que o candidato a prefeito da última eleição do partido de oposição era da família que possui, em grande medida, o controle do comércio local, oferecendo, dentre todos os mercadinhos do município, a maior variedade e quantidade de mercadorias. Embora não tenha ganhado a prefeitura, a sua candidatura sinaliza para a ampliação da influência da sua família no município de Catingueira.

"As Bolsas do Governo" e o Programa Bolsa-Família

No ano de 2005, quando foi realizado o último período de pesquisa de campo, "as bolsas do governo" compreendiam: o *Fome Zero* (ou Bolsa Alimentação), no valor de R\$ 50,00; a *Bolsa Escola*, no valor de R\$ 15,00 por criança cadastrada e o *Vale Gás*, no valor de R\$ 15,00. Além destes benefícios, tínhamos o *PETI* (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), com duzentas crianças cadastradas recebendo mensalmente R\$ 25,00 e com o *Agente jovem*, com vinte e cinco jovens cadastrados, recebendo mensalmente R\$ 65,00. Havia ainda o *Programa Leite da Paraíba*, com cento e cinquenta famílias cadastradas, que recebiam diariamente um litro de leite. E, por fim, o *Auxílio à natalidade* no valor de R\$ 1.400,00 por nascituro. Apesar de aparentemente díspares, estes benefícios eram concebidas localmente com o auxílio de uma categoria nativa: "as bolsas do governo". No entanto, hoje a realidade mostra-se

(MAUSS, 1974 [1923-24]). No entanto, ultimamente algumas pessoas têm conseguido a aposentadoria através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais sediado na cidade de Catingueira" (PIRES, 2007, p. 67).

⁵⁴ Herédia (1979) ilustra este conceito no seu livro sobre camponeses na Zona da Mata Pernambucana. Ela afirma que o trabalho limita-se, naquele contexto, à gerência do roçado, atividade intrinsecamente masculina.

um pouco diferente. Os benefícios *Fome Zero*, *Bolsa Escola* e *Vale Gás* foram incorporados em um único benefício, o Programa *Bolsa Família*.

O Programa *Bolsa Família* é um programa de transferência mensal de renda que surgiu, no final de 2003 e foi sancionado em 2004, a partir da unificação de uma série de programas preexistentes, bastante inspirado pelo programa de renda mínima vinculado à educação, o *Bolsa Escola*⁵⁵. O PBF é visto como um passo na direção da implantação de um programa de renda mínima mais amplo, o “Programa Renda Básica de Cidadania”, do projeto de lei do senador Suplicy, Lei 10.835/04, sancionado em 2004 pelo presidente Lula (SUPLICY 2007; DINIZ 2007).

O Brasil tem uma população de aproximadamente 188 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 47 milhões de famílias. O Programa *Bolsa Família* atende a 11,1 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros, o que corresponde a um quarto da população brasileira. No mês de setembro de 2008, o PBF atendeu a 626 famílias no município de Catingueira (dados disponibilizados no site www.mds.gov.br/bolsafamilia referentes ao mês de setembro de 2008), ou seja, mais da metade da população. Em cidades do porte e da arrecadação de Catingueira⁵⁶, a maioria da população tem direito a benefícios do governo federal.

Podem fazer parte do PBF as famílias com renda mensal de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) per capita. Os valores pagos pelo PBF variam entre R\$20,00 (vinte reais) a R\$182,00 (cento e oitenta e dois reais), de acordo com a renda familiar mensal per capita e o número de crianças e adolescentes até dezessete (17) anos de idade.

Embora, as transferências resultantes do PBF beneficiam cerca de um quarto das famílias brasileiras, o seu custo é baixo, inferior a 1% do PIB nacional. Os resultados do programa têm sido anunciados como positivos, em diversos níveis: nacional, internacional e também na cidade estudada; assim como pelos estudiosos, pelos beneficiários e pelo próprio governo federal (MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2007; LAVINAS e BARBOSA, 2000).

Os programas de transferência de renda hoje agrupados no *Bolsa Família*, e o próprio *Bolsa Família*, foram responsáveis por 21% da queda na desigualdade no Brasil entre 1995 e 2004. O PBF junto com o Benefício de Prestação Continuada (BPC⁵⁷) foram responsáveis por 28% da redução do índice Gini (coeficiente de concentração da renda per capita) neste período (7% para o BPC e 21% para o PBF).

Esta contribuição é muito grande se levarmos em conta que conjuntamente estes dois programas somam apenas 0,82% da renda total das famílias (de acordo com os dados da PNAD) (2006, p. 1).

⁵⁵ “Em janeiro de 2004, o presidente Lula sancionou o seu principal programa social - o *Bolsa Família* (PBF), criado pela Lei n. 10.836/04, a partir de uma medida provisória editada pelo Executivo. Essa lei unificou o *Bolsa Escola* (Lei n. 10.219, abril de 2001), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Lei n. 10.689, de junho de 2003), o *Bolsa Alimentação* (Medida Provisória n. 2.206-1, de setembro de 2001), o *Auxílio-Gás* (Decreto 4.102, de janeiro de 2002) e o *Cadastramento Único do Governo Federal*. (Decreto n. 3.877, julho de 2001)” (DINIZ 2007:110).

⁵⁶ A título de exemplo sobre as finanças públicas, em 2003, as receitas orçamentárias realizadas computavam R\$ 2.611.909,84. Destes R\$ 2.012.508,34 eram oriundos do Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, e R\$ 4.159,56 oriundos do Imposto Territorial Rural - ITR.

⁵⁷ “O BPC - Benefício de Prestação Continuada é um direito constitucionalmente assegurado e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. É um benefício da assistência social que garante o repasse de um salário mínimo mensal a: 1) Idosos com idade de 65 anos ou mais cuja renda per capita da família seja inferior a ¼ do salário mínimo vigente; 2) Pessoas com deficiência, em qualquer idade, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, cuja renda per capita familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo vigente”. (<http://www.mds.gov.br>)

Os dados são do estudo *Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos Sobre a Desigualdade e a Pobreza*, elaborado por pesquisadores do Centro Internacional de Pobreza (IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/PNUD) (SOARES; SOARES; MEDEIROS; OSÓRIO, 2006). Os números robustos justificam a relevância de se estudar a aplicação e a recepção destas políticas públicas que parecem, segundo alguns, estar mudado a cara do Brasil⁵⁸.

Embora o programa não seja isento de críticas (SILVA 2007; SENNA *et al.*, 2007), há uma concordância, relativamente geral, de que o programa contribuiu para o alívio da pobreza e melhora a situação financeira das famílias mais pobres.

O lado positivo dos programas analisados é indiscutível. Seus impactos sobre pobreza e desigualdade são visíveis (MEDEIROS, BRITTO e SOARES 2007, p. 21).

As críticas ao PBF referem-se frequentemente à condicionalidades, que, como afirma Zimmermann (2006)⁵⁹, no limite, ferem os direitos humanos. Senna *et al.* (2007, p. 93), por sua vez, pontua como debilidade do PBF a ausência de programas de geração de trabalho e renda. Questiona-se também a abrangência limitada do programa que não inclui famílias sem filhos e foca-se essencialmente nas crianças, nutrizes e gestantes, como descreve Diniz (2008). Silva (2007) chama a atenção para o fato de que o sistema de saúde e as escolas brasileiras são insuficientes ou inadequadas para atender à demanda da população:

(...) os serviços sociais básicos oferecidos pela grande maioria dos municípios brasileiros, mesmo no campo da educação, da saúde e do trabalho são insuficientes, quantitativa e qualitativamente, para atender às necessidades das famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda. Nesse sentido, as condicionalidades deveriam ser impostas ao Estado, nos seus três níveis e não às famílias, visto que implicam e demandam a expansão e a democratização de serviços sociais básicos de boa qualidade, que uma vez disponíveis seriam utilizados por todos, sem necessidade de imposição e obrigatoriedade (p. 1436).

⁵⁸ O Jornal *Financial Times* do dia 8 de julho de 2008 trouxe um caderno inteiro sobre o Brasil cuja primeira reportagem traz como título "Surfing a big wave of confidence": "It is no exaggeration to say that Brazil is on the verge of superpower status. [...] It is among the lower income groups that the most important changes are taking place" (p.1). Todo o caderno é recheado de dados confirmando que drásticas mudanças positivas vem ocorrendo no país, especialmente incentivadas pelo Programa Bolsa Família.

⁵⁹ "Em relação aos programas sociais anteriores ao Bolsa Família, este representa um avanço significativo no combate à fome no Brasil. Esse Programa tem possibilitado uma melhoria na alimentação de muitas famílias pobres brasileiras. Todavia, sob a ótica dos direitos humanos, o Bolsa Família ainda apresenta uma série de empecilhos. Sob essa perspectiva deve-se considerar que a um direito humano não deve haver a imposição de contrapartidas, exigências ou condicionalidades. Mais grave do que a exigência de contrapartidas é a punição de um portador de direito, especialmente a exclusão de um beneficiário do Programa pelo não cumprimento das condicionalidades. Isso constitui uma grave violação aos direitos humanos, uma vez que, como se indicou acima, um direito humano não pode estar atrelado ao cumprimento de exigências e outras formas de conduta. Além da questão das condicionalidades, o valor do benefício auferido pelo Programa Bolsa Família é insuficiente para garantir que todas as pessoas do país estejam livres da fome. Ou seja, o montante transferido pelo Programa é muito baixo para garantir o direito a uma alimentação Adequada, principalmente no que tange à provisão da quantidade mínima de alimentos. Diante desse fato, o critério a ser utilizado para a avaliação do valor do Programa deve ser o custo da Cesta Básica Nacional, que calcula o valor que cada pessoa adulta precisa mensalmente para satisfazer as necessidades alimentares mínimas" (ZIMMERMANN 2006: 155/6)

A seguir, discutiremos as condicionalidades.

Condicionalidades do Programa Bolsa-Família

No caso do PBF, exige-se que as famílias mantenham as crianças e os adolescentes na escola com uma frequência mínima de 85% as aulas; mantenham-se cadastradas no serviço de saúde para acompanhamento de crianças de 0 a 6 anos de idade, gestantes e nutrízes; além de estar prevista a participação em atividades educativas sobre saúde e nutrição. O Programa prescreve, ainda, a participação em programas de micro-crédito, cursos profissionalizantes e de geração de renda, etc, mas estes últimos não figuram entre as condicionalidades.

Interessante que, em Catingueira, as discussões leigas sobre as “bolsas do governo” toquem em um tema que está em amplo debate entre os especialistas, a saber, as condicionalidades, as contrapartidas que o beneficiado deve apresentar (MONNERAT, SENNA, SCHOTTZ, MAGALHÃES, BURLANDY, 2007). A exigência de contrapartidas é talvez uma das novidades mais importantes no projeto Bolsa Família e, ao mesmo tempo, uma polêmica central do Programa (SENNA *et al.*, 2007).

O debate remete à discussão dos direitos e dos deveres dos cidadãos e à história mesma das políticas públicas e da seguridade social:

Ainda nos séculos XVII e XVIII, no contexto de constituição do mercado de trabalho, predominava uma concepção moralista da pobreza, que atribuía as causas da condição de pobre a falhas de caráter individual. Assim, a prestação da assistência social assumia caráter punitivo que exigia em troca da “ajuda” a realização de trabalhos forçados por parte dos beneficiários (MONNERAT, SENNA, SCHOTTZ, MAGALHÃES, BURLANDY, 2007).

No caso brasileiro do PBF, a condicionalidade tem um caráter ímpar. A saber, a condicionalidade, a princípio, um dever, é, ao mesmo tempo, um direito. O acesso à educação e à saúde é um direito do cidadão. Ao mesmo tempo, manter as crianças na escola e comparecer ao posto de saúde tornou-se um dever, cujo não cumprimento leva ao desligamento do programa.

O caso brasileiro é ainda mais particular. Exigir que os beneficiados usufruam dos direitos à saúde e à escola tem como objetivo último romper o ciclo da transmissão intergeracional da pobreza. Com isso, espera-se criar um círculo cívico virtuoso de direitos e deveres do qual se beneficie a população mais excluída do país.

Segundo o programa, essas condicionalidades visam certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar sua autonomia e a inclusão social sustentável (SILVA, 2007, p. 1436).

Para os idealizadores do programa, são exatamente as condicionalidades que garantirão o seu sucesso no que diz respeito a inclusão social, a redução dos níveis de pobreza, o rompimento do ciclo de gerações condenadas à exclusão sócio-econômica.

Elas garantirão a inclusão social e emancipação sustentável⁶⁰, não cabendo aí, segundo os mesmo, nenhum tom punitivo às famílias.

No esforço de reduzir a pobreza e, ao mesmo tempo, garantir a sobrevivência imediata das famílias pobres, o governo federal brasileiro tem conseguido alavancar a economia de pequenas cidades, como Catingueira. Assim, parece que o governo federal tem, em um só programa, conseguido alcançar três, quiçá, quatro, importantes passos: assistir às famílias em situação de risco; incentivar a escolaridade e o uso do sistema de saúde⁶¹; reduzir a pobreza e acelerar a economia. Isto obviamente, conta para o seu alto índice de aprovação popular.

Efeitos do Programa Bolsa-Família

Embora, de maneira indireta, a pesquisa deve contribuir com a análise e o debate sobre a eficácia destas políticas no que diz respeito à distribuição e transferência de renda, inclusão social e a erradicação da miséria; o objetivo aqui não é pesquisar em que medida o programa é bem sucedido nas suas finalidades, mas, sobretudo, vamos estudar o que lhe sobra: os efeitos, talvez não esperados, que são suscitados ou desencadeados com a sua aplicação. Será analisado detalhadamente como a introdução desta política pública influencia a mudança de padrões considerados tradicionais para padrões considerados modernos, como a *extinção do trabalho infantil (doméstico e não doméstico)*, a *priorização da escola e a negociação de status do seio das famílias*.

A pesquisa pretende discutir os arranjos familiares que esta política pública ajuda a engendrar. Dentre os muitos efeitos (talvez não previstos) deste programa, trataremos de um, em particular, que parece ser a dotação às crianças de um poder de autonomia antes nunca visto, em virtude do dinheiro mensal que os seus familiares ou responsáveis passam a receber em seu nome. Dinheiro este muitas vezes essencial para a sobrevivência da família. Este adendo de autonomia infantil pode subverter a configuração social familiar estabelecida, causando conflitos geracionais e soluções sociais familiares inusitadas.

Sabe-se que a mãe da família é quem recebe o benefício do PBF. De acordo com os idealizadores do programa, é ela e não o pai, quem melhor gere o orçamento familiar, tomando decisões que beneficiem a família como um todo e não indivíduos. A hipótese básica é que há uma relação positiva entre o poder de barganha das mulheres e uma melhor alocação de recursos para os membros mais vulneráveis dos domicílios, que são, primordialmente, as crianças. Temos evidências etnográficas que comprovam que mesmo no caso de famílias muito pobres, a administradora do dinheiro recebido parece reservar uma quantia, mesmo que reduzida, para a própria criança. Isto, segundo as mães, incentiva, de maneira direta, as crianças a estudarem e a comparecerem ao colégio. O que pudemos perceber no trabalho de campo é que as mães entendem que

⁶⁰ (SUPLICY, 2007, p. 1625) "É quanto aos requisitos? Com o tempo não teremos mais nenhuma condicionalidade. Todos receberão a renda básica como direito de cidadania para participar da riqueza da nação. Mas aqueles requisitos não eram positivos? Sim, aprendemos com os grandes educadores como Jean Piaget, Maria Montessori, Anísio Teixeira e Paulo Freire que a educação é um processo libertador através do qual a pessoa passa a ser mais e mais consciente. Da mesma forma que os ricos normalmente tomam as devidas medidas para que as suas crianças sejam vacinadas e freqüentem para as melhores escolas, podemos também esperar que todas as famílias, uma vez que elas tenham o direito de receber uma renda básica para todos os seus membros, farão todo o esforço para a saúde e a educação de seus filhos".

⁶¹ Alguns críticos do Programa, como apontamos, questionam a necessidade de incentivar o uso do sistema de saúde e escolar, já que em muitos casos os cidadãos se deparam é com a ausência destes serviços.

este dinheiro, que antes vinha do Bolsa-Escola, “pertence” à criança a quem lhe é devido. Porém, frente à carência, muitas vezes severa, o dinheiro é dividido entre a criança e o resto da família. Mas em uma situação ideal o dinheiro deveria ser na sua integridade da criança, ponderam as mães, já que consta, inclusive, o seu nome (da criança) no instrumento de controle do benefício.

O dinheiro que a criança recebe concede-lhe um poder de compra antes não imaginado. As meninas geralmente, empregam o seu dinheiro em roupas, sapatos e artigos escolares. Os meninos, em artigos escolares e brinquedos. Roupas, por exemplo, podem ser compradas em parcelas fixas das mãos de “sacoleiras”. Não é incomum crianças contraírem débitos parcelados. De acordo com Soares, Ribas, Osório (2007, p. 9), com o PBF, houve realmente um aumento, entre as famílias beneficiadas, no consumo de alimentos, vestuário infantil e produtos relacionados à educação.

Poder-se-ia argumentar que o recebimento de dinheiro fruto do trabalho por parte das crianças não é novidade nesta população, onde o trabalho infantil foi (e é) largamente usado como alternativa barata para mão de obra adulta. No entanto, o dinheiro que a criança recebe, por exemplo, vendendo laranjas na rua não constitui ganho fixo e, no limite, impossibilita o planejamento do orçamento familiar. O dinheiro do PBF é diferente na medida em que 1) constitui ganho mensal assegurado e, 2) acreditamos ser maior que o ganho oriundo do trabalho infantil. É neste sentido que o benefício do PBF inaugura uma nova relação simbólica das crianças com o dinheiro, conferindo a eles este poder de compra antes não previsto pelo sistema.

Em direção complementar, essas políticas colocam algumas dificuldades em relação ao modo de vida tradicional daquela população. Em especial pensamos no problema trazido pela prática corrente do trabalho infantil doméstico (PIRES, 2007a) frente a programas como o PETI, - no qual a criança permanece na escola durante todo o dia. Que tipo de desdobramentos estes programas têm na configuração familiar “tradicional”? Como as famílias adaptam-se a esta realidade? Que estratégias são desenvolvidas para lidar com esta “nova” configuração da infância tida apenas como o tempo dedicado ao lazer e ao estudo? O que acontece quando a visão de mundo “tradicional” e rural é confrontada com a visão de mundo “moderna”, do desenvolvimento social pretendido pelo governo? Como visões de mundo sobre o trabalho e a socialização infantil tão dísparas são conciliadas frente à existência deste aporte financeiro que se tornara essencial?

Em campo conhecemos uma família na qual moravam juntas três gerações, configuração familiar nada atípica. A vó/ mãe da família, que mantinha o controle moral e financeiro familiar, afirmou-nos que sua neta, uma menina de sete anos, chegava em casa muito cansada depois da escola. É que ele participava do PETI e ficava na escola nos dois turnos. A avó e a mãe da criança reconheciam que aquele regime escolar era por demais estafante e, por isso, a menina, quando chegava em casa, podia assistir televisão ou brincar com os colegas na rua, sendo dispensada do seu serviço doméstico. No entanto, antes de aderir ao estudo nos dois turnos, a menina era responsável por lavar as vasilhas do jantar e outras pequenas tarefas, que consistiam em tomar conta do primo mais novo e auxiliar as suas tias em atividades domésticas diversas.

Perguntamo-nos, então, que tipo de adulto será o catingueirense da próxima geração de adultos? Apostamos que não será o mesmo adulto que hoje se vê no município. Atualmente, tornar-se adulto naquela localidade implica, para os meninos, em dominar técnicas de plantio e manejo da terra e; para as meninas, implica, principalmente, na organização da unidade doméstica, o que inclui cuidados com animais de pequeno porte (principalmente, bodes e galinhas). Que implicações o PBF suscita em relação ao ser homem e ao ser mulher no semi-árido? E perguntamo-nos

(com reservas, mas esperança) nos anos vindouros, será a escolaridade, o passaporte para a idade adulta nos grotões⁶² do país?

Conclusões

O objetivo geral da pesquisa é realizar o monitoramento e a sistematização de informações, promover o debate e a produção de análises sobre as políticas públicas de transferência de renda e os seus efeitos, particularmente no contexto do semi-árido nordestino brasileiro. O objetivo específico é pesquisar como a política pública do governo federal de transferência de renda, o “Programa Bolsa Família”, está sendo recebida pela população da cidade de Catingueira, no semi-árido nordestino, que efeitos imediatos têm suscitado e que mudanças na estrutura moral, social e econômica deverá engendrar. Em um segundo momento, poderemos tecer comparações com outras regiões do Brasil e outros países. Tencionamos, especialmente, realizar uma análise comparativa entre países de estruturas sociais semelhantes à brasileira e que tenham experimentado programas de transferência de renda parecidos com o PBF, como o México (Programa Oportunidades), o Chile (Programa Chile Solidário) e a Colômbia (Programa Famílias em Ação).

De modo geral, interessa-nos, sobretudo, pesquisar o que faz um catingueirense, o que dá, ao homem e à mulher do semi-árido, a sua ontologia enquanto ser humano. Acreditamos que o PBF, porque toca em questões importantíssimas do “ser sertanejo”, notadamente, nas configurações do poder familiar, terá conseqüências para o modo como “ele” ou “ela” define-se e pensa-se. Por isso, acreditamos importante pesquisar a extensão, se realmente ela existe, desta mudança sócio-moral.

Se bem sucedido, no nível micro, o PBF terá como conseqüência a (1) diminuição drástica ou extinção do trabalho infantil doméstico (2) a priorização da escola acima de outros comprometimentos, e a (3) negociação de status do seio das famílias em função das crianças. No nível macro, espera-se (1) aceleração do crescimento do país, (2) erradicação de toda forma de trabalho infantil, e (3) erradicação da miséria e da fome. Pesquisar como estes processos se dão e se relacionam, nos níveis macro e micro, nos seios familiares e no país como um todo, é o objetivo deste projeto de pesquisa aqui apresentado.

Referências Bibliográficas

DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. *Rev. katálysis* [online]. 2007, vol. 10, no. 12008-10-15], pp. 105-114. <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100012&lng=&nrm=iso

PIRES, Flávia F. 2003. *Os filhos-ausentes e as penosas de São Sebastiãozinho. Etnografia da Festa da Catingueira / PB*. Dissertação de mestrado. PPGAS, MUSEU NACIONAL, UFRJ, Rio de Janeiro, www.antropologia.com.br volume 22, seção Trabalhos Acadêmicos.

PIRES, Flávia F. 2004. “Quem vai comer da galinha? Ricos e Pobres, Católicos e Crentes no sertão da Paraíba”. *Religião e Sociedade*. Vol. 24, no.1, out. 2004. p. 65-84.

PIRES, Flávia F. 2005. “A lei é o Santo: mapeando as redes sociais da Catingueira”. *Teoria e Sociedade* UFMG. Vol. 15, no. 01.

⁶² Aqui referimo-nos ao texto “Um Imenso Grotão?” do professor Otavio Velho (2006), no qual ele faz uma análise da re-eleição presidencial de Lula.

PIRES, Flávia F. 2007a. "Cidade, Casa e Igreja: sobre Catingueira, seus adultos e suas crianças". Campos, UFPR, Campos 8(2): 65-79.

PIRES, Flávia F. 2007b. "Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica". *Revista de Antropologia*, 50(1), USP.

PIRES, Flávia F. (no prelo). "Quem tem medo de mal-assombro?". *Revista Etnográfica*, Lisboa, Portugal.

MEDEIROS, Marcelo, Britto, Tatiana and Soares, Fábio. Transferência de renda no Brasil. *Novos estud. - CEBRAP*, Nov 2007, no.79, p.5-21. ISSN 0101-3300

HEREDIA, Beatriz. 1979. *A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAVINAS, Lena, Barbosa, Maria Ligia de Oliveira. Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife. , *Dados*, 2000, vol.43, no.3, ISSN 0011-5258.

MONNERAT, Giselle Lavinias, Senna, Mônica de Castro Maia, Schottz, Vanessa, Magalhães, Rosana, Burlandy, Luciene. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. , *Ciênc. saúde coletiva*, 2007, vol.12, no.6, ISSN 1413-8123.

SENNA, Mônica de Castro Maia; BURLANDY, Luciene; MONNERAT, Giselle Lavinias *et al.* Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. *Rev. katálysis*, Jan./June 2007, vol.10, no.1, p.86-94. ISSN 1414-4980.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2007, vol. 12, no. 6 [citado 2008-10-14], pp. 1429-1439. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=pt&nrm=iso>.

SOARES, Fabio, SOARES, Serguei, MEDEIROS, Marcelo, OSÓRIO, Rafael. 2006. *Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos Sobre a Desigualdade e a Pobreza*, Centro Internacional de Pobreza (IPEA/PNUD). <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A156.pdf>

SOARES, Fábio Veras. RIBAS, Rafael Perez. OSÓRIO, Rafael Guerreiro 2007. *Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma Comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de Outros Países*. Centro Internacional de Pobreza (IPEA /PNUD). <http://www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCEvaluationNote1.pdf>

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2007, vol. 12, no. 6 [citado 2008-10-14], pp. 1623-1628. < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600023&lng=&nrm=iso

VELHO, Otavio. *Um imenso grotão?* *Jornal Folha de São Paulo*, de 31 de outubro de 2006.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. *Sur, Rev. int. direitos human.* [online].

SITES

<http://www.mds.gov.br>

RELATÓRIOS

Sumário Executivo. *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/UFMG. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Outubro de 2007.

Rosa Maria Marques. A IMPORTÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. -- n.1 (2005) – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

Resumo

O objetivo do artigo é iniciar a sistematização de informações acumuladas durante pesquisas de campo no semi-árido nordestino, a fim de discutir os efeitos de políticas públicas para a distribuição de renda. Este artigo é, sobretudo, um plano de pesquisa. A principal questão a ser respondida pela pesquisa é a de como as relações e as estruturas familiares, inclusive no que diz respeito às crianças, vêm sendo afetadas pelas mudanças sociais e econômicas que vem ocorrendo no semi-árido nordestino do Brasil desde a introdução de políticas de distribuição de renda, não apenas, mas, principalmente, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Perguntamo-nos como as assim chamadas “*bolsas do governo*” (principalmente o Programa Bolsa-Família) interferem e forçam uma re-interpretação e re-configuração de valores tradicionais nativos no que diz respeito à socialização infantil e à estrutura familiar.

Palavras-chave: família, criança, política pública, semi-árido (sertão)

Abstract

The papers aims at starting the systematization of information gathered during fieldwork research in the semi-arid region of Brazil, in regard to the effects of public policies for income distribution. This article is primarily a research plan. The main question to be answered by this research is how the relations and family structures, including with regard to children, have been affected by social and economic changes that have occurred in the semi-arid Northeast of Brazil since the introduction of policies income distribution, not only, but mainly in the government of President *Luis Inácio Lula da Silva*. We wonder how the so-called “government grants” (mainly the *Bolsa-Família*) interfere and force a re-interpretation and re-configuration of traditional indigenous values in relation to child socialization and family structure.

Keywords: family, children, public policy, semi-arid (*sertão*)

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

CONSUMO DO “eu” E O “EU” DO CONSUMO: FETICHISMO E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Anderson Moebus Retondar

A problemática clássica ao pensamento sociológico da relação estrutura/ação irá reaparecer com força na teoria social contemporânea. Entre os mais diversos enfoques que retomam tal discussão se encontra em destaque aquele que trata diretamente da temática do consumo no interior do capitalismo contemporâneo. Se de fato o tema nada tem de novo podemos, no entanto, perceber que estas discussões revigoram esta problemática, conferindo-lhe contornos específicos.

Tal debate coloca em xeque, ao mesmo tempo em que ratifica, algumas das questões fundamentais que permearam boa parte do pensamento social que se debruçou sobre a temática da sociedade de consumo como, por exemplo, os processos de massificação social, o desenvolvimento da indústria cultural e a sociedade do espetáculo, os mecanismos de distinção e diferenciação social, a produção social do gosto, entre diversos outros.

Todas estas questões se referem, ainda, a problemas teóricos centrais para o pensamento sociológico mais geral como alienação e autonomia, padronização e individuação, ator e estrutura, sujeito e objeto, indivíduo e sociedade.

Propomos aqui recuperar este debate através da análise de duas abordagens que se apresentam em campos divergentes na literatura a respeito da dinâmica do consumo na sociedade contemporânea, ou seja, as perspectivas de Zigmunt Bauman e Gilles Lipovetsky.

Antes de tudo é importante ressaltar que não será nossa proposta aqui produzir uma exegese das teorias dos autores citados, até porque não é consenso que estes tenham produzido, a rigor, “teorias sistemáticas” sobre o consumismo moderno, senão talvez importantes considerações e proposições sobre a atividade de consumo no contexto do capitalismo contemporâneo.

Deste modo, não iremos aqui adentrar no debate a respeito da constituição da teoria social, seus limites e seus processos de legitimação. Apenas nos cabe reconhecer que, de um modo ou de outro, isto não invalida as investidas teóricas destes autores como argutas observações sobre a lógica social do consumo contemporâneo, indispensável inclusive na formação de um “imaginário sociológico” que envolve a produção acadêmica acerca do tema.

A escolha destes autores se deve especialmente por estarem situados em campos epistemológicos distintos na análise do problema, bem como pelo impacto e repercussão de suas obras na comunidade científica internacional. Trata-se de duas abordagens que se estruturam a partir de posições teóricas opostas, no caso de Bauman, numa tentativa de realocação da problemática do consumo numa perspectiva neo-marxista, retomando a idéia original de Marx do “fetichismo” e a reinventando no contexto do consumismo contemporâneo e, no caso de Lipovetsky, uma proposta de radicalização da “teoria da ação”, a qual passa a servir de base para se pensar a reflexividade no âmbito das práticas de consumo na contemporaneidade.

Subjetividade e objetivação na teoria contemporânea do consumo

Partindo de uma perspectiva oposta às teorias que percebem a atividade de consumo na modernidade como um processo essencial de distinção e diferenciação

social⁶³, Lipovetsky irá chamar a atenção sobre o caráter de reflexividade das práticas de consumo e sua redução à dimensão da esfera do indivíduo como a principal característica do consumismo na atual fase de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

O autor irá partir inicialmente de uma divisão cronológica da sociedade de consumo em três ciclos ou estágios de seu desenvolvimento: o primeiro que seria o ciclo de origem, e que se iniciaria entre 1880 e se estenderia até a segunda guerra mundial, seria o período marcado pelo movimento de massificação das práticas consumistas; o segundo, que iria do início dos anos 50 até meados dos anos 70, teria sua marca na abundância e na redistribuição em massa dos bens, se constituindo como o período de consolidação de uma sociedade de consumo efetivamente massificada

O terceiro ciclo, que se estende do final dos anos 70 até nossos dias será a fase do hiperconsumo, onde as práticas consumistas se encontram desregulamentadas e descoladas de todo tipo de determinações, se constituindo como práticas essencialmente privadas, marcadas pela autonomia dos agentes e tendo como pano de fundo a *experiência* do consumidor, sua busca por satisfação, prazer e felicidade, uma experiência de caráter essencialmente *emocional* responsável por produzir uma dinâmica do “consumo para si”.

Trata-se, desta forma, de uma retomada e revigoramento da análise que privilegia a dimensão fenomenológica dos eventos, sendo as práticas consumistas um momento de radicalização desta perspectiva.

Toda discussão proposta pelo autor remete, neste caso, ao debate direto com as teorias que qualificam o elemento de distinção como a pedra de toque fundamental da motivação do ato consumista, na qual os atos de consumo são sempre significativos e referenciais para um “outro”

Partindo do pressuposto de uma mudança fundamental que seria percebida já a partir do segundo ciclo de desenvolvimento da sociedade de consumo, Lipovetsky chama atenção para o processo de individualização crescente da atividade consumista, marcado pelo deslocamento do *valor signo*, ou seja, do consumo como processo de significação orientado para o “outro”, em favor de um *valor experiencial*, no qual a relação com o objeto, determinado por um princípio hedonista e emocional seria agora o elemento determinante na motivação das práticas consumistas. Tal mudança envolveria, neste caso, a retomada da centralidade do valor de uso dos bens como elemento predominante no interior destas práticas.

Dito de outro modo, este processo de retomada da centralidade do *valor de uso* sobre o *valor signo*, sendo este último o princípio da distinção social, teria produzido um movimento de desregulamentação da esfera da demanda em relação à processos de filiação dos objetos e das marcas referenciais sociais estruturantes como, por exemplo, determinações de classe, gênero e/ou outras formas tradicionais de identidade e identificação. Haveria, sob este aspecto, uma passagem do consumo enquanto mecanismo simbólico de distinção e diferenciação para o consumo como expressão de subjetividades, personalidades e identidades. Num palavra, o atual estágio de desenvolvimento da sociedade de consumo seria marcado pela superação do consumo *para o outro* pelo consumo *para si*.

⁶³ O diálogo proposto por Lipovetsky se refere diretamente às abordagens sobre a lógica do consumo produzidas a partir da década de 70, principalmente na França, onde as práticas de consumo são pensadas como suportes para processos de distinção e diferenciação social. Entre os principais autores que participam deste debate estão Jean Baudrillard (*A sociedade de consumo*, 1970) e Pierre Bourdieu (*A distinção*, 1979).

Como aponta o autor a este respeito, "...das coisas, esperamos menos que nos classifiquem em relação aos outros e mais que nos permitam ser mais independentes e mais móveis, sentir sensações, viver experiências, melhorar nossa qualidade de vida, conservar juventude e saúde. Naturalmente as satisfações sociais diferenciais permanecem, mas quase já não são mais que uma motivação entre muitas outras, em um conjunto dominado pela busca das felicidades privadas. O consumo "para si" suplantou o consumo "para o outro", em sintonia com o irresistível movimento de individualização das expectativas, dos gostos e dos comportamentos" (LIPOVETSKY, 2007, p. 42)

Os argumentos do autor caminham, neste caso, em direção ao processo de deslocamento e a corroboração da autonomização dos sujeitos que se estruturam por intermédio, de um lado, da multiplicidade das possibilidades de escolhas do consumidor e, de outro, à adesão voluntária e reflexiva aos códigos que acompanham a difusão das marcas, as quais serviriam de base para a projeção das subjetividades e constituição das identidades individuais.

O consumidor contemporâneo se autonomizaria, neste caso, em relação à processos de determinação social, cultural e/ou econômica, ou mesmo a outros mecanismos de coerção social, se transfigurando em agente reflexivo, com domínio e controle social e estético sobre seu gosto.

Trata-se, nesta perspectiva, da esfera *do indivíduo*, ou melhor dizendo, do indivíduo que se realiza por intermédio das práticas de consumo num processo que envolve, simultaneamente, expressão dos sujeitos e constituição de sua identidade, numa palavra, mecanismos de individuação.

Sob este aspecto, parece que Lipovetsky abraça definitivamente a perspectiva da pós-modernidade e o sentido de desregulamentação das práticas sociais e a radicalização dos processos de individualização que ela pressupõe e que já foi destacado pelos diversos autores que trataram do tema.

A era do hiperconsumo seria, assim, o momento de radicalização destes processos de desregulamentação e hipertrofia da individualização, entremeados pela mercantilização do mundo social ultrapassando os antigos sentidos de standardização e padronização da atividade consumista.

Segundo as palavras do próprio autor, "...diferentemente do consumo à moda antiga, que tornava visível a identidade econômica e social da pessoas, os atos de compra em nossas sociedades traduzem antes de tudo diferenças de idade, gostos particulares, a identidade cultural e singular dos atores, ainda que através dos produtos mais banalizados. (...) Já não se trata tanto, nesse domínio, de exibir um signo exterior de riqueza ou de sucesso quanto de criar um ambiente agradável e estético "que se pareça conosco", um casulo convivial e personalizado. Sem dúvida isso é resultado de compras de produtos padronizados, mas todas as vezes estes são reinterpretados, dispostos em novas composições que exprimem uma identidade individual, o importante sendo menos o valor de posição social que o valor privado e único de "sua casa", tornado possível por um "consumo criativo". Revelo, ao menos parcialmente, quem eu sou, como indivíduo singular, pelo que compro, pelos objetos que povoam meu universo pessoal e familiar, pelos signos que combino "à minha maneira" (LIPOVETSKY, Op. Cit:44).

É importante ressaltar que, na perspectiva do autor, não é este um indivíduo estruturado em um sentido monádico, isolado, atomizado, mas antes, um indivíduo que se determina por intermédio de *processos de individuação* que se desenvolvem a partir da filiação do sujeito a códigos (processo este determinado pelo próprio indivíduo e não por sua posição social) que, associados aos bens, servem como suportes à expressão de

personalidades e identidades individuais e que agora se encontram mediados pelos objetos e seus respectivos códigos embutidos nas marcas dos produtos. Dito de outro modo, "...a despeito de sua dimensão comunitária, a marca exibida é subjetivante, ela traduz, ainda que na ambigüidade, uma apropriação pessoal, uma busca de individualidade assim como um desejo de integração no grupo dos pares, um eu reivindicando, aos olhos de todos, os signos de sua aparência" (LIPOVETSKY, Op.Cit: 51)

É importante ratificar, no entanto, que se esta identidade, como aliás todo sentido de identidade pressupõe, é relacional, para Lipovetsky sua determinação parte das escolhas do *indivíduo*, pertence ao processo de *individuação* por intermédio do consumo e não, como se poderia supor, são orientadas pelo grupo, mesmo que este possa ser a referência identitária a ser alcançada.

Como se pode perceber, estaríamos diante de uma espécie de redefinição das formas de expressão subjetiva, que ao serem agora mediatizadas pelas práticas de consumo estariam cada vez mais sujeitas a processos de mercantilização.

Lipovetsky chama atenção para este processo tentando demonstrar a dimensão paradoxal que o envolve, ou seja, de um lado, a vivência de uma experiência subjetiva, voltada para a felicidade e bem-estar do indivíduo, numa palavra uma experiência emocional; de outro, a dependência cada vez maior destas formas de experiência da felicidade atreladas ao mercado.

Nesta perspectiva, a mercantilização da experiência produziria crescentemente um paradoxo fundamental no interior da sociedade de hiperconsumo: de um lado, liberar ao máximo o consumidor para que as práticas de consumo se consolidem como experiências privadas, subjetivas, onde o princípio e o final da motivação seriam o próprio bem-estar e prazer do consumidor, de outro, tornar estas experiências emocionais e hedonistas cada vez mais controladas pelo mercado, tendo em vista que é nesta esfera que as possibilidades de satisfação e prazer são produzidas e oferecidas ao indivíduo na forma de objetos, lazeres e estilos de vida.

Novamente retomo as palavras do autor ao falar sobre esta condição paradoxal que envolve o hiperconsumidor, ou seja, "de um lado, este se afirma como um "consumator", informado e "livre", que vê seu leque de escolhas ampliar-se, que consulta postais e comparadores de custo, aproveita as pechinchas do *low-cost*, age procurando otimizar a relação qualidade/preço. Do outro, os modos de vida, os prazeres e os gostos mostram-se cada vez mais sob a dependência do sistema mercantil. Quanto mais o hiperconsumidor detém um poder que lhe era desconhecido até então, mais o mercado estende sua força tentacular; quanto mais o comprador está em situação de auto-administração, mais existe extrodeterminação ligada à ordem comercial" (LIPOVETSKY, Op. Cit:15).

Uma questão que aqui se impõe seria exatamente a que segue: se este controle dos modos de vida e dos prazeres se dá por intermédio da esfera do mercado, ou seja, se são produzidos cada vez mais de forma sistêmica, como pensar a experiência do consumo enquanto um mecanismo de subjetivação? Dito de outro modo, em que medida esta experiência, que se apresenta enquanto subjetiva, não estaria cada vez mais se tornado, ela própria, uma forma de objetivação dos sujeitos?

Se levarmos em conta a tradição dos estudos sobre a indústria cultural realizados pelos teóricos de Frankfurt e, mais precisamente, as considerações de Adorno a este respeito, as questões levantadas por Lipovetsky representariam, nada mais nada menos, do que uma construção de natureza estritamente ideológica com o sentido de mascarar a verdadeira dinâmica do real que, segundo Adorno, e se referindo à experiência do consumo na modernidade, fizeram emergir nada além do que uma

“pseudoindividualidade”, uma forma de vivência do gosto que, ao ser controlada de forma sistêmica, aniquilaria o próprio indivíduo enquanto ser autônomo. Numa palavra, ao sucumbir ao princípio da racionalidade instrumental, a experiência cultural se transformaria em uma experiência de consumo entremeada pela lógica sistêmica do capital e se tornando, ela própria, a sepultura do sujeito moderno.⁶⁴

Ao recuperar a idéia de fetichismo de Marx e atribuí-la à dinâmica da sociedade de consumidores, Bauman caminha em direção próxima a adotada pela perspectiva de Adorno, com o diferencial talvez de perceber que, sujeito e objeto aqui não mais se sobrepoem um ao outro, mas antes se diluem numa fusão extraordinária, terminando aqui definitivamente a dialética do sujeito-objeto em favor da fusão do sujeito *no* objeto.

Para Bauman, a idéia de Lipovetsky confirmaria esta tese ao falar da mercantilização das experiências e seu monopólio sistêmico mas, por outro lado, reforçaria o que ele irá denominar *fetichismo da subjetividade* ao produzir a idéia da vivência destas experiências como formas de expressão dos sujeitos e de suas identidades.

Em sua concepção mais geral, o processo de absorção por parte dos indivíduos de um conjunto de símbolos, códigos, capitais (na verdade Bauman não usa este último termo) e toda sorte de condições materiais que os qualifique cada vez mais e que na verdade se torna uma exigência intransponível para eles, os coloca como peças em uma engrenagem onde suas atuações se referem a movimentos estratégicos para conseguir ganhos maximizados num mercado simbólico e efetivo de trocas, não mais apenas entre bens mas, agora, essencialmente entre pessoas transfiguradas na forma de mercadorias.

Se “preparar” para a vida e para o mundo, seja através da aquisição de bens simbólicos, materiais e culturais, pelo conhecimento ou mesmo através da constante remodelação do corpo implicam, antes de tudo, uma forma de preparação e apresentação para um mercado, onde efetivamente os sujeitos se transfiguram gradativamente em objetos.

A tese fundamental caminha então na direção de se pensar a vida como um bem negociável no mercado e, neste caso, passível de ser apreendida também enquanto mercadoria.

Nesta perspectiva, ao realizar tal processo, a dimensão do sujeito se diluiria em favor de uma lógica de sua objetificação, integrando sujeito e objeto numa mesma relação sistêmica. Ou seja, “consumir”, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que numa sociedade de consumidores, traduz-se em “vendabilidade”: obter qualidades para as quais já existe uma demanda de mercado, ou reciclar as que já possui, transformando-as em mercadorias para as quais a demanda pode continuar a ser criada” (BAUMAN, 2008, p. 75).

Mas a experiência do consumidor é, ao menos sob o ponto de vista de sua atividade cotidiana, vivenciada como uma experiência privada, subjetiva, onde o deslocamento da responsabilidade pelo seu sucesso passa a estar atrelada a sua capacidade de fazer escolhas certas, se especializar de maneira adequada e se apresentar dentro ou mesmo além das expectativas.

Bauman, neste momento, desloca a problemática central da coerção, de um sentido estritamente manipulatório, ou seja, como se os bens e capitais adquiridos já estivessem pré-definidos no interior de um sistema de distinções legítimas, para um

⁶⁴ A este respeito ver: Adorno, T. “O fetichismo na música”. In: Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril cultural, 1975.

outro patamar, no qual a exigência que se impõe aos indivíduos é estar integrado à sociedade por intermédio da sua “adesão” e integração à sociedade de consumidores. É exatamente deste modo que a sociedade de consumidores interpela o indivíduo, não para determinar suas escolhas, mas para lhe determinar a obrigação de escolher entre as opções previamente, vale dizer, sistemicamente, dadas.

Neste sentido, a “escolha” do consumidor o integra de forma sistêmica numa lógica onde a decisão de não escolher está definitivamente descartada. Isto significa, entre outras questões, o princípio integrativo da própria sociedade de consumidores, assim como seu princípio de exclusão social. Para fazer parte deste contexto e estar habilitado ao regime da legitimidade social, o indivíduo deve não apenas deter a competência para produzir suas escolhas mas, principalmente, não ousar não fazê-las. Como aponta Bauman, “você pode escolher seu visual. Escolher em si – optar por algum visual – não é a questão, uma vez que é isso que você *deve* fazer, só podendo desistir ou evitar fazê-lo sob o risco de exclusão. Você também não é livre para influenciar o conjunto de opções disponível para escolha: não há outras alternativas possíveis, pois todas as possibilidades realistas e aconselháveis já foram pré-selecionadas, pré-certificadas e prescritas. (...) a *escolha* pode ser sua, mas lembre-se de que *fazer uma escolha* é obrigatório” (BAUMAN, Op. Cit: 110).

A relação entre o sujeito e o objeto, isto é, entre o consumidor e o objeto consumido se torna, neste sentido, embaçada através de um movimento circular onde a subjetividade do consumidor cessa no momento em que sua escolha o objetifica enquanto, ele próprio, um produto para o mercado em suas mais diversas manifestações, seja o mercado de trabalho, afetivo, religioso, ou qualquer outro.

Produz-se aí uma relação de circularidade paradoxal onde, ao consumir, o indivíduo se torna, ele próprio, objeto de consumo, tendo em vista que a apropriação de bens se estrutura por uma lógica de preparação e habilitação dos “sujeitos” para os mais diversos tipos de mercado.

Pegando de empréstimo a noção de fetichismo da mercadoria consagrada por Marx como um processo que encobre e mascara as relações efetivas entre homens em favor da relação entre coisas, Bauman irá sugerir que, na sociedade de consumidores a dinâmica de mascaramento se dá pelo viés da subjetividade.

Ao apresentar ao consumidor suas escolhas como autônomas e constitutivas de sua subjetividade, a lógica da sociedade de consumidores acaba encobrindo sua real condição de ser também, ele próprio, objeto de todo o processo. O *fetichismo da subjetividade*, neste caso, produz a separação daquilo que já não mais se separa, valer dizer, o consumidor e a mercadoria. Numa palavra, produz simultaneamente a dissolução e o embaçamento desta dissolução entre sujeito e objeto, aqui compreendido entre o consumidor e a mercadoria.

Como aponta o autor, “se foi o destino do fetichismo da mercadoria ocultar das vistas a substância demasiado humana da sociedade de produtores, é papel do fetichismo da subjetividade ocultar a realidade demasiado comodificada da sociedade de consumidores. (...) a subjetividade dos consumidores é feita de opções de compra – opções assumidas pelo sujeito e seus potenciais compradores; sua descrição assume a forma de uma lista de compras. O que se supõe ser a materialização da verdade interior do self é uma idealização dos traços materiais – “objetificados”- das escolhas do consumidor (BAUMAN, Op. Cit: 24).

Como se pode perceber, a relação entre sujeito e objeto enquanto esferas distintas do mundo social seria o coroamento da própria ideologia inerente à cultura consumista, marcada pela hipertrofia do apelo ao sujeito que, em última instância, se diluiu enquanto objeto, enquanto um indivíduo que se disponibiliza e se constitui por

intermédio dos apelos do mercado. Nestes termos, "...o fetichismo da subjetividade, que assombra a sociedade de consumidores se baseia, em última instância, numa ilusão" (BAUMAN, Op. Cit: 29).

Mas como aponta Bauman (diga-se de passagem, curiosamente), a resistência do sujeito humano em se objetificar não cessa, mesmo no contexto de uma sociedade de consumidores. Tal processo se revela principalmente por intermédio da resistência dos sujeitos, mesmo que fragilizada, em reduzir suas formas de expressão aos objetos.

Tal "inconveniência", como o autor aponta, passa a ser resolvida no interior do próprio sistema, que desloca o problema para a ineficiência ou mesmo a defasagem do objeto, que tem de ser constantemente substituído por uma versão mais "perfeita" e, neste caso, mais próxima de expressar a real essência daquele que o adquire.

A luta incessante pelo novo passa, neste caso, a suprir esta lacuna que na verdade não é "suprimível", tendo em vista a persistência, mesmo que fragilizada, do sujeito em existir. Daí a produção de uma dinâmica de constante substituição dos bens, sua efemeridade e descartabilidade e, por consequência, a formação de uma imensa indústria de remoção daquilo que, no interior da sociedade de consumidores, passa quase que instantaneamente a se transformar em lixo.

Eis nesse caso um dos elementos mais fundamentais de manutenção da sociedade de consumidores: a insatisfação. Se, paradoxalmente, o valor fundamental deste tipo de sociedade é a busca da felicidade, sua realização se transformaria, logicamente, na causa de sua extinção. É exatamente porque o consumidor não realiza sua felicidade, que o consumismo avança sobre ele como condição implacável para seu bem-estar. Dito de outro modo, "a sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não satisfação de seus membros (e assim, em seus próprios termos, a infelicidade deles). O método explícito de atingir tal efeito é depreciar e desvalorizar os produtos de consumo logo depois de terem sido promovidos no universo dos desejos dos consumidores" (BAUMAN, Op. Cit:64).

Bauman reintroduz aí o tema da relação felicidade/consumo, fundamental na análise desenvolvida por Lipovetsky, e que permeia boa parte dos estudos sobre o tema, especialmente a perspectiva hoje já clássica desenvolvida por Jean Baudrillard.

Segundo Bauman, e se aproximando muito neste caso da perspectiva de Jean Baudrillard acerca do tema consumo/felicidade, "o valor mais característico da sociedade de consumidores, na verdade seu valor supremo, em relação ao qual todos os outros são instados a justificar seu mérito, é uma vida feliz. A sociedade de consumidores talvez seja a única na sociedade humana a prometer felicidade na vida terrena, aqui e agora e a cada "agora" sucessivo. Em suma, uma felicidade instantânea e perpétua. Também é a única sociedade que evita justificar e/ou legitimar qualquer espécie de infelicidade..." (Op. Cit: 60).

Dito de outro modo, a marca da felicidade numa sociedade de consumidores é a sua efemeridade, uma espécie de felicidade *pontilhista* (para usar uma expressão desenvolvida pelo próprio autor), que se estrutura pela reprodução incessante da insatisfação, numa relação de temporalidade deslocada no espaço, autônoma, a-histórica, hiper-presentificada.

Isto gera, entre outras coisas, uma relação nova, marcada por um processo de dissolução do cotidiano ou, ao menos, de sua desregulamentação e desrotinização no ambiente da cultura de consumo líquido-moderna. :-

O deslocamento da determinação da satisfação e do bem-estar da ordem social e coletiva para a esfera do indivíduo (que agora se torna o responsável direto pelas suas auto-realizações, vitórias ou derrotas), recoloca uma carga extremamente pesada sobre este, inferindo à este e somente à *ele* a responsabilidade pelo *seu* sucesso ou fracasso.

Neste contexto, a felicidade se torna, ao mesmo tempo, condição de vida do homem na sociedade de consumidores e, simultaneamente, algo irrealizável em sua plenitude como condição de manutenção da existência deste tipo de sociedade.

De fato, Bauman aponta que não é possível estabelecer, sob um plano sociológico, correlação entre abundância (consumo) e felicidade. Ao contrário, seria mais plausível perceber exatamente o contrário, ou seja, o aumento da insatisfação decorrente do "excesso" de possibilidades de realização dos desejos e, mais ainda, da intensiva multiplicação destes desejos como marca inapelável da sociedade de consumidores.

Sob este aspecto, "os sofrimentos humanos mais comuns nos dias de hoje tendem a se desenvolver a partir de um excesso de *possibilidades*, e não de uma profusão de *proibições*, como ocorria no passado, e se a oposição entre possível e impossível superou a antinomia do permitido e do proibido como arcabouço cognitivo e critério essencial de avaliação e escolha da estratégia de vida, deve-se apenas esperar que a depressão nascida do terror da *inadequação* venha substituir a neurose causada pelo horror da *culpa* (ou seja, da acusação de *inconformidade* que pode se seguir à quebra das regras) como a aflição psicológica mais característica e generalizada dos habitantes da sociedade de consumidores" (BAUMAN, Op. Cit: 121/122).

Lipovetsky rebateria a este argumento ao propor uma "desessencialização" dos valores e representações que permeiam a experiência social contemporânea do consumo.

Sua argumentação caminha na direção de tentar perceber os elementos de positividade presentes na experiência consumista como momentos reais de satisfação e, mais importante ainda, pelo fato de que a sociedade de hiperconsumo acentuaria as motivações verdadeiramente humanas pelas quais os homens procuram bens como, por exemplo, amor, prazer, verdade, etc.

Se é fato, como apontado por Lipovetsky e já referido aqui, que estas motivações são cada vez mais "colonizadas" pela esfera mercantil, "as capacidades transcendentais, reflexivas e críticas dos sujeitos não foram de modo algum decapitadas" (LIPOVETSKY, Op. Cit:18).

Para Lipovetsky, a felicidade na sociedade de hiperconsumo é não somente altamente desejável, mas efetiva *realizável*. Esta não é, no entanto, uma realização tranqüila; ao contrário se apresenta de maneira altamente paradoxal, e o paradoxo de sua realização reside exatamente em que, simultaneamente, ao propagar os princípios do bem estar e da harmonia conjugando estes princípios com a hipertrofia das experiências subjetivas de satisfação, a sociedade de hiperconsumo gera uma espécie de "ordem bulfímica" de procura intensiva da felicidade.

Por outro lado, ressalta ainda que paralelamente a uma ordem de hiperconsumo crescente entre sociedades e segmentos sociais abastados, crescem também focos de subconsumo que marcam o aumento das desigualdades.

Neste sentido, e como chama atenção em sua análise, precisamos simultaneamente de "menos consumo" como forma de controle do desvanecimento das experiências subjetivas ao mesmo tempo que necessitamos de "mais consumo" como processo redutor das desigualdades.

Não há, como se pode perceber nas duas abordagens, ou pelo menos de forma bem marcada, a questão da mediação. Se para Bauman a experiência do consumo é altamente objetificante, para Lipovetsky esta é singularmente subjetivante.

Este último tenta ainda reforçar seu argumento alicerçando-o no crescimento, nas sociedades contemporâneas, da busca quase incessante pelos lazeres e por um tipo de consumo auto-referido, orientado para o bem estar pessoal através de um processo de

“medicalização do consumo” que seriam elementos heurísticos para se perceber que, cada vez mais, as práticas de consumo recaem sobre uma perspectiva privatizada.

Ora, a principal questão que se impôs no início deste trabalho parece se manter, ou seja, seria razoável afirmar que estes desejos, ou mesmo a lógica de hipervalorização dos lazeres ou a medicalização do consumo estariam sendo constantemente implantados de forma orquestrada pelos discursos que dariam sustentação ao crescimento destas indústrias, e neste caso seriam estas as responsáveis por constituírem uma ilusão representada pela idéia de consumidores enquanto sujeitos efetivos de todo o processo? Dito de outro modo, a ação autônoma e reflexiva, como apontada por Lipovetsky não estaria sendo estruturalmente constituída por uma ordem sistêmica que a aniquilaria por dentro, tal qual apontado por Bauman?

O que caberia, então, como ponto de verificação das análises em tela? Ou seja, quais os critérios de verificação e validação empírica de distintas e divergentes abordagens teóricas? No limite, estaríamos neste caso, e parafraseando a já conhecida tese de Jeffrey Alexander⁶⁵, no campo do embate entre discursos?

Parece que o que está em jogo é mais do que discursos lutando entre si, visando se legitimar apenas numa perspectiva estritamente argumentativa. Trata-se, antes de tudo, de posicionamentos que refletem a própria dinâmica da ordem de consumo contemporânea e que não deixam de estar nela inseridas. É interessante perceber que sob um mesmo ponto de confluência, ou seja, a idéia de que a sociedade contemporânea produziu um forte deslocamento da esfera da produção para a esfera do consumo e que este deslocamento se encontra associado ao arrebatamento da hipertrofia do individualismo, os caminhos epistemológicos e, talvez mais decisivamente, éticos das duas abordagens teóricas parecem produzir uma bifurcação que reflete a própria ambivalência, de um lado, da ordem social contemporânea e, de outro, da teoria social que se debate em tentar explicar, argumentar ou mesmo compreender o mundo social contemporâneo que a esta se apresenta.

Do nosso ponto de vista parece que, se faz sentido falar em experiências efetivamente subjetivas e reflexivas no âmbito das práticas de consumo⁶⁶, é fato que a construção do imaginário da hipersubjetividade construída pelos agentes da produção simbólica no capitalismo contemporâneo, especialmente a publicidade e a indústria cultural, apresentam realmente uma dose em elevado grau de fetiche. Vale dizer, o indivíduo da contemporânea sociedade de consumo se apresenta simultaneamente como rei e servo em relação às suas decisões.

De um modo ou de outro, a problemática se mantém. Talvez a “resposta” resida efetivamente em outro lugar. E aqui gostaria de me reportar ao pensamento de Simmel que com extrema lucidez propôs uma saída altamente reconfortante para os dilemas do próprio pensamento sociológico ao afirmar que “...*não existe apenas* vida social como força fundadora da vida humana” (SIMMEL, 2006, p. 28).

O consumidor contemporâneo deve ser neste caso percebido simultaneamente como um tipo social e humano. A lógica de sua atividade é fortemente marcada pelos

⁶⁵ Alexander, J. *A importância dos clássicos*. IN: Teoria Social Hoje. (orgs) Giddens & Turner. São Paulo, UNESP, 1999.

⁶⁶ Em recente trabalho discutimos esta relação entre indivíduo e sociedade de consumo, apontando como no contexto contemporâneo a recuperação do *indivíduo* como sujeito dos processos sociais poderia ser percebida como a recuperação de um *valor* fundamental da própria modernidade. Cf: Retondar, A. M. (2008). A (re) construção do indivíduo: sociedade de consumo como contexto social de produção de subjetividades. IN: Sociedade & Estado, V. 23, N 1. Brasília, Editora UNB.

princípios da modernidade e, porque não dizer, de uma nova ordem que se apresenta como pós-moderna, hipermoderna, pós-industrial, neo-moderna, etc.

Mas também sua atividade é marcada por elementos outros: imaginação, procura do prazer, propensões e conflitos psicológicos e tudo aquilo de que se compõem os conteúdos do que com muita propriedade Simmel (2006) denominou de “vida”, conteúdos estes que por mais fundamentais que sejam na determinação das motivações produtoras da ordem social não são, de outro modo, redutíveis às formas que caracterizam e constituem esta mesma “ordem” a qual, como chama atenção o autor, não é passível de ser reduzida ou mesmo absolutizada como uma realidade em si, externa aos indivíduos e aos processos de interação entre estes.

É exatamente a partir desta perspectiva de constituição da atividade social enquanto *processo contínuo* (processos de sociação) que irá derivar a importante divisão no pensamento de Simmel, e que para nosso propósito aqui é decisiva, entre “cultura objetiva” e “cultura subjetiva”.

Como aponta em sua análise, paralelamente ao crescimento de uma “cultura objetiva” da sociedade se desenvolve uma “cultura subjetiva” do indivíduo, acentuando, no transcorrer dos processos de objetivação do mundo, o individualismo típico da era moderna. E esta tipicidade não deriva de uma reação deliberada por parte do indivíduo às forças macro-sociais que a ele se interpõem mas, antes, por uma *atitude de reserva* em relação à estas forças, vale dizer, uma atitude que o preserva em campos cada vez mais privados e subjetivos de sua atividade social.⁶⁷

O que pode parecer um paradoxo constituiria, então, a própria dialética da modernidade: ao ser cada vez mais obliterado pelo crescimento da cultura objetiva o indivíduo se retrairia em esferas cada vez mais pessoais, subjetivas, acelerando o processo de individualização típico da modernidade.

O universo do consumo, fortemente marcado por artífices que pretendem indicar o gosto legítimo, atribuir valores e representações às *marcas* dos produtos bem como produzir um imaginário acerca da inclusão social e simbólica por intermédio da compra, constituindo um sistema objetivo de propulsão da demanda, se encontra paralelamente povoado pelo crescimento de uma “cultura do indivíduo”, a qual num sistema de mercado marcado por um alto grau de anonimidade, transforma as escolhas do consumidor em mecanismos e espaços de preservação de sua subjetividade.

Talvez aí consigamos uma importante pista para tentar compreender o comportamento (ou pelos menos um de seus traços fundamentais) do consumidor contemporâneo, que estaria simultaneamente no alvo de crescentes processos de objetivação sistêmicos e simbólicos mas que, a estes, responderia de uma forma paradoxalmente não reativa, privatizando e subjetivando suas escolhas como condição de manutenção e auto-preservação do seu próprio “eu”, transformando a experiência de consumo em um espaço de manifestação de suas *identidades e subjetividades*.

Referências Bibliográficas:

ADORNO, T. (1975). “O fetichismo na música”. In: Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril cultural.

ALEXANDER, J. (2000). Sociologia Cultural – Formas de classificação em las sociedades complejas. México, Anthropos editorial.

⁶⁷ Cf: Simmel, G. (1976). “A metrópole e a vida mental”. In Velho, Gilberto (org.) - O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- BAUDRILLARD, Jean. (1991), A sociedade de consumo. Lisboa, Ed.70.
- BAUMAN, Z. (2008), Vida para o consumo. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1999). Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1998). O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, P. (1992), A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva.
- _____. A distinção. (2007), São Paulo, EDUSP.
- CAMPBELL, Colin. (2001), A ética romântica e o espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro, Rocco.
- FRASER, W.H. (1981) The coming of the mass market, 1850-1914. London, The Macmillan press.
- LIPOVETSKY, G. (2007), A felicidade paradoxal. São Paulo, Cia das Letras.
- _____. (1991), O império do efêmero. Cia das Letras, São Paulo.
- RETONDAR, Anderson. (2008). "Hibridismo cultural: ¿clave analítica para la comprensión de la modernización latinoamericana? La perspectiva de Nestor Garcia Canclini". IN: Sociológica, UAM, México.
- _____. (2008) Sociedade de consumo, modernidade e globalização. São Paulo/Campina Grande. Annablume-edufcg,
- _____. (2008) A (re) construção do indivíduo: sociedade de consumo como contexto social de produção de subjetividades. IN: Sociedade & Estado, V. 23, N 1. Brasília, Editora UNB.
- _____. (2001) "As galerias da modernidade-mundo". Revista de ciências humanas – UGF - Rio de Janeiro.
- SIMMEL, G. (2006). Questões fundamentais da Sociologia. Caps 1, 2 e 3. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1976). "A metrópole e a vida mental". In Velho, Gilberto (org.) - O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SLATER, D. (2001), Cultura do consumo & modernidade. São Paulo, Nobel.
- SOUZA, Jessé & OELZE, Berthold (org.). Simmel e a Modernidade. Brasília: Ed. UNB, 1998.
- STEARNS, P. N. (2001) Consumerism in world history: the global transformation of desire. London, Routledge.

Resumo

Este artigo é uma reflexão teórica a respeito das análises de Gilles Lipovetsky e Zigmunt Bauman a respeito do atual estágio de desenvolvimento da sociedade de consumo e seus significados para a vida social contemporânea, nas quais temas como sujeito e ação, fetichismo e alienação, indivíduo e estrutura social reaparecem agora mediados pelo fenômeno do consumismo. Como conclusão, é proposta uma análise da problemática derivada deste debate à luz dos conceitos de “cultura objetiva” e “cultura subjetiva” desenvolvidos por George Simmel.

Palavras-chave: Sociedade de consumo, teoria sociológica contemporânea, subjetividade, ação social, fetichismo.

Abstract

The main purpose of this paper is to make a reflection about two approaches of consumer society and its significance to contemporary social life, respectively, Lipovetsky and Zigmunt Bauman's analyses. In the centre of this discussion some important questions to the social theory has re-emerged mediated by the phenomenal of consumerism as action and subject, fetichism and alienation, social structure and the individual. As a conclusion, will be propose an approach about that discussion with the concepts of “objective culture” and “subjective culture” developed by George Simmel

Key words: Consumer society, sociological contemporary theory, subjectivity, social action, fetichism.

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

“VOCÊ INVENTA O AMOR, EU INVENTO A SOLIDÃO”: DO ESSENCIALISMO AOS DETERMINANTES CULTURAIS EM GEORGE SIMMEL⁶⁸

Marcela Zamboni

Dentro do universo das relações amorosas, o conceito de confiança⁶⁹ apresenta-se como um elemento fundamental, já que o mundo hodierno tem sido marcado por mudanças relacionadas tanto à vida íntima quanto aos diversos âmbitos institucionais. A dificuldade em estabelecer uma relação afetiva estável e durável marca a preocupação existente no universo íntimo e amoroso. As mudanças decorrentes da revolução sexual – tais como o enfraquecimento do patriarcalismo, seguido das conquistas das mulheres no âmbito público, a criação dos métodos contraceptivos, o surgimento da AIDS, dentre outros fatores – criaram uma necessidade urgente de repensar o amor e a confiança estabelecida nas relações amorosas. Frente ao exposto, pretende-se contribuir com o debate estabelecido nas Ciências Sociais sobre a confiança nas relações amorosas, à luz das contribuições de Georg Simmel.

Dentre as muitas áreas abordadas por Simmel, pode-se citar a Economia, a Sociologia, a Filosofia, a Ciência Política, a Música, a Religião e a Psicologia. Antes de estabelecer as discussões sobre a confiança nas relações amorosas, a partir de alguns trabalhos considerados especialmente importantes aqui, tal como *Filosofia do amor* e o texto *Fidelidade e gratidão*, faz-se necessário investigar alguns conceitos gerais e elucidativos à análise sociológica proposta.

O campo da Sociologia foi definido por Simmel como possibilidades de socição humana: uns contra outros, uns para os outros, ou ainda uns com os outros. Para explicar o seu conceito de sociedade, dever-se-ia ainda abordar as questões psicológicas. O produto de certo conjunto complexo de ações dos indivíduos seria denominado fenômeno social, e as leis sociológicas não passariam, em geral, de interpretações.

Mesmo nos momentos em que se encontra mais próximo do “atomismo especulativo e que parece flertar com o nominalismo”, a teoria de Simmel é inegavelmente interacionista, não se opondo à macrosociologia, desde que às abstrações do indivíduo não sejam reificadas por ela (VANDENBERGHE, 2005, pp. 93-94). Ainda que os conteúdos interacionais sejam concebidos através dos sentimentos e dos impulsos subjetivos, não se pode afirmar que há na teoria de Simmel, um reducionismo psicologista (COHN, 1998, p. 06).

Ao que se refere à posição social e moral, Simmel (1983, p. 10) tinha afinidades com os pensadores liberais independentes, progressistas e darwinistas. Concebia a

⁶⁸ Este trabalho foi desenvolvido em minha tese de doutorado (ZAMBONI, 2009).

⁶⁹ Nas Ciências Sociais, o conceito de confiança tem ocupado um lugar de destaque. Segundo Hardin (2001: p.3), aquele que acredita que é amado, “encapsula” os interesses do seu par, podendo ferir-se porque não se acostuma a agir com base no valor da obrigação que se constrói com o outro, mas através das ligações causais estabelecidas nas interações sociais ou na reputação construída nessas interações. Não se trata de uma atitude essencialmente cognitiva, mas sim de uma disposição do “confiador” em relação ao confiado. O conceito de confiança percorre um nível essencialmente individual e segue em direção às concepções de socialização. Dentre as diversas dimensões sociais, pode-se falar em confiança como cooperação (GAMBETA, 1988), capital social (COLEMAN, 1988 e PUTNAM, 1993), atitude das essências da conduta moral, acompanhada pelas condutas culturais, sociais, políticas e religiosas (PEYREFITTE, 1999), pré-condição da prosperidade (FUKUYAMA, 1995), redução da complexidade social (LUHMANN, 2000 e 2005), dentre outras.

norma ética como anti-racionalista e vitalista. “A ética existe, à maneira nietzschiana e vitalista, para servir à vida, como manifestação da própria existência”.

A influência da obra de Kant pode ser apreciada em todo trabalho simmeliano, a começar por sua tese de doutorado e uso do dualismo conceitual entre *forma* e *matéria*.

Pode-se dizer que Simmel (1983, p. 14) foi um neokantiano⁷⁰. O vitalismo e o neokantismo iluminaram a teoria simmeliana, sendo esta cortada pela oposição estabelecida por Kant entre “as formas do entendimento e os conteúdos da experiência” e marcada pelas inter-relações do mundo vivido. As oposições entre as formas e os conteúdos são transformadas em relações sempre incompletas, posto que não se pode tocá-las. Esta relação deságua em uma união mística. O mundo – relativista – é formado pelo conjunto interligado dessas relações. A oposição mútua de polaridades não pode ser negligenciada por ser constitutiva da vida. Esse princípio de estruturação dualista pode ser expresso tanto na oposição neokantiana das formas e dos conteúdos quanto no conceito vitalista de interação (VANDENBERGHE, 2005, pp. 15-53). A idéia de forma substitui a de estruturas, sendo a primeira uma relação circular entre ação e estrutura (TEDESCO, 2006, p. 138).

O foco utilizado por Simmel para interpretar o real é modificado constantemente, isso porque ele acredita no caráter infundável do real. O conhecimento é então, construído e reconstruído a partir de certo ponto de vista. Apesar da realidade não poder ser apreendida em sua totalidade, deve-se considerar diferentes pontos que a compõem, para que se possa formar um conjunto de objetos científicos independentes.

Os grupos pequenos, organizados de forma centrípeta, costumam usar e recorrer a todas as suas energias, enquanto que nos grupos grandes as forças permanecem potenciais com mais frequência, tanto absoluta quanto relativamente (SIMMEL, 1983, p. 95).

Tradicionalmente, o amor costuma cair no reino da psicologia das emoções, tendo sido negligenciado como um tópico sociológico relevante. Dentre os clássicos que influenciaram a obra de Simmel, a exemplo das tradições marxista e weberiana, poder-se-ia tratar o amor, de forma geral, como um componente ideológico de reprodução do excesso de trabalho, no primeiro, e afirmar que o sexo era o rival da religião, no segundo (BERTILSSON, 1986, pp. 19-21).

Assim sendo, pretende-se estabelecer um diálogo com a teoria simmeliana da confiança no amor. Para tanto, este capítulo será dividido em três seções: a primeira (II.1.) será composta de alguns conceitos gerais presentes na obra de Simmel, sendo subdivida entre II.1.a) A “*forma formante*” e a realidade empírica, que trata da relação entre a forma e o conteúdo; II.1.b) A porta e a ponte: definindo espaços e unificando relações, para abordar a definição de sociação e II.1.c) Cultura e sociedade. Estes conceitos serão úteis à composição do tema proposto. A segunda seção (II.2) tratará da relação estabelecida entre amor, sexo e gênero. A última seção (II.3) versará sobre confiança, gratidão e fidelidade, elementos utilizados para a unificação das relações sociais.

⁷⁰ Foram criadas duas escolas do movimento neokantiano: escola de Baden – representada por Windelband, Rickert, Max Weber e Lask – e a escola de Marbourg, formada por Cohen, Natorp e Cassirer. Na escola de Baden, a filosofia é mais voltada para as ciências humanas e conduzida por uma teoria axiológica, ou seja, “uma teoria da gênese dos valores, tais como a ciência, a moral e a arte”. Já na escola de Marbourg, acredita-se que o espírito de Kant seria melhor interpretado a partir de uma análise transcendental da lógica e das ciências da natureza. O trabalho de Simmel apresenta mais afinidades com a escola de Baden (VANDENBERGHE, 2005, p. 57).

II. 1 Alguns conceitos gerais

II.1.a) A “forma formante” e a realidade empírica

O *formismo*, que traz a idéia de “forma formante”, surpreendente e dinâmico, foi criado como contraponto ao *formalismo*. A dualidade presente na obra de Simmel pode ser mais bem trabalhada a partir de uma síntese das formas (neokantianas) – caracterizadas pela abstração – e da noção vitalista de interação – sustentáculo das associações formadas de objetos. “*Mesmo o pensamento estando subsumido no processo da vida, as formas a priori da percepção e do entendimento podem ser deduzidas das estruturas mais profundas do vivido*” (VANDENBERGHE, 2005, pp.163-164).

Kant afirma que o conceito deve basear-se na realidade empírica (os conteúdos), e não apenas nas formas *a priori*. Por outro lado, os conceitos são imprescindíveis, posto que transformam a realidade a partir de uma nova orientação, ou seja, aquilo que é entendido como realidade, ou como a representação da realidade. A base metodológica da sociologia formal simmeliana é constituída de três elementos: a forma, o conteúdo e a interação (VANDENBERGHE, 2005, pp. 60-70).

A *forma* pode ser transformada em *conteúdo* e vice-versa. Dependendo do ângulo analisado, essa oposição que se estabelece em princípio pode ser desfeita. A intuição era um elemento fundamental quando da escolha dos procedimentos metodológicos. O uso sociológico da forma e do conteúdo refere-se à vida em sociedade e à formação moral do indivíduo nessa sociedade. A idéia de lei moral original deve ser rejeitada por carecer de fundamentação lógica. Assim, a consciência moral é formada a partir das relações entrecortadas dos indivíduos dentro de determinados grupos sociais. Deve-se então enfatizar aqui o seu relativismo filosófico. A distinção entre forma e conteúdo não passa de uma metáfora utilizada para compreender a oposição dos elementos estudados (SIMMEL, 1983, pp. 15-59).

“Os interesses baseados nas relações sexuais são satisfeitos na variedade quase incalculável das formas familiares” (SIMMEL, 1983, p. 62). Desejo, estado psíquico e interesse são alguns exemplos de conteúdos que podem ser considerados como “coisas-em-si” vitalizadas (VANDENBERGHE, 2005, p. 85). Se a forma diz respeito ao conceito sobre as relações sexuais e o conteúdo é a sua realidade empírica, poder-se-ia afirmar que os interesses sexuais são atingidos dentro de um conjunto teórico pré-determinado do desejo, ou formas de sociação definidas historicamente, por um lado, e pelos processos sociais situacionais, por outro, podendo um ser convertido no outro. Na próxima seção, tais formas de sociação serão apresentadas, a partir de duas metáforas: a porta e a ponte.

II.1.b) A porta e a ponte: definindo espaços e unificando relações

As relações de sociação modernas são traduzidas por Simmel em duas metáforas: a porta e a ponte. Essas metáforas são percebidas em momentos distintos, mas fazem parte de um mesmo processo. A porta significa a possibilidade de definir espaços internos e externos. A ponte representa a unificação das relações sociais (TEDESCO, 2006, pp. 143-144).

A sociabilidade é o jogo no qual se ‘faz de conta’ que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular; e ‘fazer de conta’ não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio da realidade (SIMMEL, 1983, p. 173).

Simmel valoriza a unidade e a continuidade da vida. Para ele, cada ato representa uma totalidade que se pode julgar. A personalidade do autor e de seus atos são os objetos de julgamento, considerando a relação de interdependência entre a vida inteira e o ato praticado a cada momento (VANDENBERGHE, 2005, pp. 191-192). A interação social só é considerada sociológica em seu momento.

A ação, em princípio, é vista por Simmel como afetiva ou emocional. A ação estratégica – racional, calculista e reflexiva – surge na sociedade moderna dominada pelos interesses materiais, mais especificamente o dinheiro (VANDENBERGHE, 2005, p. 97). A socialização é materializada em ações que incluem fenômenos psicossociais e subjetivos, tais como a fidelidade e a lealdade (TEDESCO, 2006, p. 145). A sociação é uma forma – dentre uma variedade de possibilidades – escolhida pelos indivíduos que se agrupam em unidades correspondentes a suas motivações (SIMMEL, 1983, p. 166).

Tudo que está presente nos indivíduos, que possuem aqueles instintos, interesses, etc., a formarem uma unidade – precisamente uma ‘sociedade’. Tudo o que está presente nos indivíduos (que são os dados concretos e imediatos de qualquer realidade histórica) sob a forma de impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento – tudo que está presente neles de maneira a engendrar ou mediar influências, designo como conteúdo, como matéria, por assim dizer, da sociação (SIMMEL, 1983, p. 166).

Empiricamente, a unidade pode ser definida como a interação dos elementos. O conflito é um elemento constante e necessário às formas de sociação. Existem casos limites – a interação entre o ladrão e sua vítima – onde o conflito parece tomar o espaço de outros elementos, sendo caracterizado como caso marginal porque a combinação desses unificadores é quase nula (SIMMEL, 1983, pp. 60-132).

Assim como o universo precisa de ‘amor’ e ‘ódio’, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis (SIMMEL, 1983, p. 124).

O conflito produz uma estrutura social apenas quando acompanhado de forças unificadoras. Isto significa dizer que as relações de conflito não existem por si mesmas. Neste sentido, o amor, por si só, não é suficiente para manter um grupo real (SIMMEL, 1983, p. 128). A forma de associação composta pela harmonia e discórdia é denominada conflito. Interessante destacar que toda associação traz consigo um elemento de conflito para ser constituída.

A oposição é considerada um elemento da própria relação porque não há como suportar certa imposição ou mau-humor sem algum tipo de reação. A opressão cresce na medida em que é sufocada. Além disso, a oposição traz alívio e satisfação íntima, podendo, também, em outras situações psicológicas, garantir serenidade e humildade (SIMMEL, 1983, p. 124). Numa sociedade narcísica, esta oposição pode chegar a níveis insuportáveis, inviabilizando a possibilidade de continuidade nas relações amorosas, por exemplo.

Ao contrário de outros autores, Simmel acredita que o conflito é uma forma de coesão social. Possíveis antagonismos, sejam latentes ou reais, promovem o acordo entre os indivíduos, já que esses têm a necessidade de se oporem para que possam sentir a importância da própria relação, quando da reconciliação. O amor necessitaria desse

ingrediente, posto que a unidade social nasce da luta (SIMMEL, 1983, p. 56). A questão a ser levantada, por hora, diz respeito às possibilidades da confiança no amor, considerando a presença do conflito, os aspectos culturais discutidos a seguir e a definição sexual essencialista do autor.

II.1.c) Cultura e sociedade

Três componentes da cultura podem ser isolados, segundo a leitura simmeliana. Em primeiro lugar, pode-se falar de cultura como um processo de cultivação, ou seja, as mudanças advindas das experiências dos indivíduos, através da passagem de um estágio para outro. A cultura pode ser vista também como um tipo de desenvolvimento ou crescimento do indivíduo a partir de seu estado natural, ou de seu processo inicial. Por fim, a cultura se dá a partir do uso de objetos externos ao indivíduo. Este conceito de cultura está estritamente ligado a sua leitura filosófica mais geral, sendo compreensível apenas nesse contexto (COSER, 1965, p. 124).

Não se pode falar em filosofia da vida sem mencionar a filosofia da cultura e a filosofia moral, posto que esses ingredientes contribuem com a definição do indivíduo na modernidade “*A cultura não é somente a objetivação da alma nas formas ('o sujeito se objetiva'), mas, também, inversamente, a formação da alma através da assimilação das formas objetivadas ('o objetivo se subjetiva')*” (VANDENBERGHE, 2005, p. 170).

O poder supra-individual das instituições sociais encoraja o indivíduo e sua dignidade, oferecendo-lhe a capacidade de decisão ausente de sua individualidade (SIMMEL, 1983, p. 102). Como exemplo de poder institucional, pode-se citar o patriarcalismo, pouco a pouco modificado. A vontade do pai – subjetiva e ilimitada – foi substituída por ações e decretos normativos e judiciais. Isso significa que a relação de subordinação foi transformada, possibilitando a criação de uma unidade ideal. O dominador também obedece à lei criada por ele, na medida em que transcende sua vontade individual. Portanto, dominantes e dominados passam a obedecer às normas sociais criadas.

Para compreender bem a tese da dialética da reificação da vida e da alienação do indivíduo, é preciso analisar de perto a dinâmica da cultura moderna e ligar seu destino trágico – que se manifesta no fato de que a cultura se objetiva e se emancipa dos sujeitos voltando-se contra eles para aliená-los – a lógica da dialética da vida e da antividua, segundo a qual o fluxo quente da vida só pode se exprimir por meio de formas frias e rígidas, que abafam seu elã e congelam sua expressão no convencionalismo e no classicismo (VANDENBERGHE, 2005, p. 165).

Na filosofia da cultura, há um caráter trágico na dialética entre vida e forma: na medida em que as formas sociais e as instituições culturais ganham vida própria, criam códigos normativos e se rebelam contra aqueles que a geraram.

A cultura filosófica ou o panteísmo estético é formado por um mundo em expansão, intersubjetivo e um tanto quanto relativista, objetivando alcançar “*horizontes de conjunto, de síntese, ainda que parciais, totalidades-em-ato*” (TEDESCO, 2006, p. 158). A dimensão estética é desenvolvida na ética não segundo os hedonistas e imoralistas, a exemplo de Foucault, Deleuze e Maffesoli, mas a partir de um modelo de

reflexão encontrado na *Crítica do julgamento*⁷¹, e não na *Crítica da razão prática*⁷² kantiana (VANDENBERGHE, 2005, p. 193).

A sociedade é vista como um ser autônomo, com uma fluidez que independe da vontade de seus membros. Mas como explicar o caráter supra-individual dos indivíduos se a sociedade é formada senão por esses indivíduos? Poder-se-ia dizer que a concepção individualista refere-se à realidade e à idéia monista, leitura parcial e limitada das faculdades de análise dos indivíduos. Segundo a interpretação de Simmel (1983, pp. 48-49) acerca da noção de sociedade: “*Os vínculos que se estabelecem entre os homens são tão complexos que é uma quimera desejar reduzi-los a seus elementos últimos. Devemos, de preferência, tratá-los como realidades auto-suficientes*”.

Enquanto os grupos sociais permanecem idênticos a si próprios, os seus membros sofrem alterações ou desaparecem. A unidade social é mantida e apoiada na dimensão psíquica, e não na permanência do lugar, sendo essa dimensão o sustentáculo da unidade territorial. Por outro lado, a unidade territorial pode ser um reforço para certo tipo de unidade fisiológica, a exemplo do enfraquecimento dos judeus depois da diáspora. O vínculo fisiológico é considerado o último refúgio da manutenção e permanência social (SIMMEL, 1983, p. 51).

O resultado dos padrões sociais pode suprimir o indivíduo, caracterizando-o como instrumento que permite a continuidade de certo fenômeno no grupo, quanto mais impessoal o indivíduo, mais preparado estará para desempenhar o papel do outro, garantindo a continuidade ininterrupta da personalidade coletiva (SIMMEL, 1983, p. 54).

Quando um evento externo desestabiliza a unidade social, esta pode ser rompida. O empobrecimento de uma família pode ser o motivo da quebra dos sentimentos morais que a envolvem, por exemplo. O mais importante é a preservação do grupo, mesmo que haja uma perda significativa de partes que não compõem o nervo central (SIMMEL, 1983, p. 55). Pensando nas relações amorosas, se “*muitas de suas partes podem cair*”, não se deve concluir que o ideal de amor deixa de existir, mas que ele muda de forma. Numa situação mais extrema, a solidariedade dos indivíduos para manter o amor poderia ser rompida. Por exemplo, no filme⁷³ *Lua de fel (Bitter moon)*, de Roman Polanski, tem-se um tipo de situação limite onde se pode observar a quebra da confiança entre o casal Oscar (Peter Coyote) e Mimi (Emmanuelle Siegner). A narrativa do primeiro a Nigel (Hugh Grant) – tripulante do navio interessado em sua esposa – é construída a partir da constatação de que ele e sua mulher foram gananciosos demais: a ambição exacerbada de Mimi pela própria relação e a de Oscar pela liberdade para se relacionar com outras mulheres. Mimi vingava-se do desejo de Nigel de possuir outras mulheres, tal como o antigo desejo de seu marido, como um espelho refletido, relacionando-se com Fiona (Kristin Scott-Thomas), cônjuge de Nigel.

⁷¹ *Crítica da faculdade do juízo* é a terceira obra da trilogia crítica. Nela, Kant afirma que o “sentimento da vida” é ampliado pelo prazer e reduzido pelo desprazer, sendo esse sentimento parte constitutiva da natureza humana. A *Crítica da faculdade de julgar estética* considera a relação com a natureza através dos juízos de gosto o papel da experiência ‘subjettiva’ da imaginação e do juízo reflexivo do prazer (CAYGILL, 2000, p. 82).

⁷² *Crítica da razão prática* é o segundo texto da trilogia crítica de Kant em filosofia moral, onde o sentimento de respeito pela lei moral é tratado como uma forma de autodeterminação da vontade. Além disso, há uma distinção entre *agir de acordo com o dever* e *agir por acatamento de um dever que se identifica com o respeito à lei* (CAYGILL, 2000, p. 84).

⁷³ Em resposta à afinidade estabelecida entre a arte e a Sociologia, adotaremos a posição de Robért Nisbet, que afirma que ambas servem para compreender a realidade (no sentido weberiano), criando formas diferenciadas de representação ordenada (TEIXEIRA, 1998, pp. 5-6).

Para Simmel, as proximidades corporal e mental estabelecidas nas relações íntimas só sobrevivem se houver certo distanciamento, necessário à renovação da própria relação. Aqui, a polaridade é a chave das formas sociais (VANDENBERGHE, 2005, p. 71). Mas essa polaridade não define apenas as relações amorosas em Simmel. De fato, tais oposições foram utilizadas nos mais variados fenômenos sociais. A união conjugal – como uma unidade social – pode ser mais ou menos sólida, dependendo das experiências compartilhadas pelos casais. Apesar disso, as variações produzidas não alteram o princípio da própria unidade (SIMMEL, 1983, p. 57). Quais as possibilidades de confiança nas relações amorosas, considerando a combinação entre distanciamento e grau de intimidade? A chance do indivíduo de ocupar outros papéis com mais desenvoltura, garantindo certo tipo de personalidade coletiva, não enfraqueceria os códigos pessoais de confiança no amor? Dito de outra forma, o grau de intimidade estabelecido pelo indivíduo não modificaria a forma com que ele define os padrões de confiança no amor? A seguir, serão discutidas as formas íntimas de sociação entre os homens e as mulheres, com o intuito de responder a estas indagações e à questão da confiança no amor, considerando as diferenciações de gênero apontadas pelo autor.

II. 2 Amor, sexo e gênero

O conceito moderno de amor ainda carrega marcas do conceito platônico, especificamente, a idéia de que se vive no amor algo misterioso, atemporal, num certo sentido, e para além da relação metafísica. Deve-se ir além do pensamento plástico-substancialista grego, inserindo-o além da vivência imediata. O amor – na natureza erótica – é uma auto-relação, fechada em si mesma. A natureza erótica existe mesmo quando não existe alguém para amar. O amor é um ser do sujeito, ligado a determinado objeto ou com a vida apenas de forma secundária (SIMMEL, 2001, pp. 157-183).

Para a natureza erótica, a relação afetiva unicamente possível em relação a um indivíduo (e, para dizer a verdade, inclusive em relação a um só indivíduo) torna-se uma relação geral permanente (se bem que em diversos graus), mas sem cair na negação panteísta da individualidade (SIMMEL, 2001, p. 179).

“A sensualidade é, em si, o genérico, e nessa medida o verdadeiro oposto do amor”. O amor cristão é considerado genérico porque se preocupa com o sofrimento do outro. O sofrimento geral pode ser amenizado, ao contrário do sofrimento caracteristicamente individual (SIMMEL, 2001, pp. 182-195). A proximidade do estrangeiro é definida a partir da familiaridade social e humana entre ele e os outros indivíduos. Há uma distância porque essas características comuns estão acima dele e dos outros, ligando-os apenas por seu caráter genérico. A condição do estrangeiro é comparada às relações eróticas. No amor, essa idéia de generalização é inicialmente negada com o argumento de que existe algo de peculiar e específico na relação construída pelo casal. A singularidade da relação é desfeita com o desentendimento ou a quebra do vínculo amoroso. Aqui, o amor assume novamente o seu caráter genérico (SIMMEL, 1983, p. 186). O intercuro sexual é tido como o processo mais íntimo e pessoal, por um lado, mas também o mais geral e consumidor dos indivíduos, em nome da natureza (WOLFF, 1964, p. 131). Assim, o que é compartilhado apenas com a outra pessoa, dentro de uma relação, passaria a ser dividido com os outros, na medida em que certas práticas amorosas são estabelecidas.

O amor é tomado por Simmel (2001, pp. 124-127) como uma categoria primordial, sem nenhum outro fundamento, além de si próprio. A liberdade de amar outra pessoa encontra-se na ausência da intenção latente de ser amado. Deve-se

reconhecer o amor como um produto primário e muito desenvolvido na natureza humana, não podendo ser, portanto, localizado dentro do mesmo espaço cronológico e genético da respiração ou do instinto sexual. A função do amor é formativa da vida psíquica, possuindo uma dinâmica auto-sustentada conduzida ao exterior, “do estado latente ao estado atual”.

Não se deve, de forma precipitada, conectar instinto sexual a amor, apesar da necessidade de reconhecer, de forma óbvia, certa relação entre eles. A reprodução da espécie é desenhada nos bastidores do desejo e do arrebatamento, de forma subjetiva, servindo à manutenção da espécie, e ligada às mediações psíquicas (SIMMEL, 2001, p. 131).

A prefiguração do amor pode se dar a partir da ‘atração dos sexos’. A evolução natural transforma-se em amor, para que este volte a ser evolução natural. No momento em que o amor é simbólico para a teleologia da espécie, ele sofre mais uma metamorfose, uma espécie particular que só existe para si mesma, fazendo com que o amante acredite que a vida existe para a manutenção duradoura do amor (SIMMEL, 2001, pp. 131-134).

Segundo Simmel,

o amor busca o seu objeto, que o outro é ‘meu amor’ assim como o mundo é minha representação, mas também, o que é mais paradoxal, que o amor pode existir sem objeto, que pode mesmo, no limite, ser caracterizado como um ‘estado solipsista’ (VANDENBERGHE, 2005, p. 176).

A citação acima se refere à existência apenas do eu e suas sensações. O objeto pode ser considerado um meio para atingir um objetivo solipsista, apresentando uma clara oposição entre o amor e o seu objeto. “*O ser do amor, de que o desejo é simplesmente a manifestação fenomenal, não pode ser abolido pelo aplacamento deste último*” (SIMMEL, 2001, p. 94).

O amor recusa as relações finalísticas, a exemplo do interesse pela perpetuação da espécie. O mundo empírico perde o sentido diante da dimensão do amor, tal como na tragédia de *Romeu e Julieta* (SIMMEL, 2001, p. 136). Esta afirmação encontra-se em contradição com uma segunda posição, encontrada na mesma obra do autor – *Filosofia do amor* – que compara o amor da mulher ao instinto na escolha do melhor reprodutor: “... podemos considerar o amor, pelo menos o amor da mulher, como o instinto ou o porta-bandeira do instinto para o pai do melhor filho possível” (SIMMEL, 2001, p. 147).

A motivação no amor por outra pessoa se solidariza com seu conteúdo mais fortemente do que em outro tipo de ação, podendo ser superada, provavelmente, pelo ódio. O amor é um tipo de necessidade lógica que impõe um olhar atento da beleza pura, “*assim que o seu ser-dado anterior ressurge à visão de uma imagem terrestre*” (SIMMEL, 2001, pp. 116-153). Segundo Frisby (1998, p. 280), Simmel analisa em seus últimos escritos, as relações entre erotismo e amor, uma contribuição à sociologia das emoções e uma filosofia das relações humanas, atribuindo ao amor “*mais-que-vida*”. Em última instância, considera-se que o amor sexual é um tipo de emoção que não se pode compreender através de outros fatos. No amor, fala-se da relação entre amor e vida, sendo o primeiro gerado fora da vida, apesar de buscar nessa “*a criação de sua própria autonomia de vida – para ser mais-que-vida*”.

O amor não possui uma natureza social, mas apenas como sociação. Os instintos eróticos despertam nos indivíduos sentimentos diversos, fazendo com que eles ajam por eles, contra eles e com eles. São esses instintos que levam o indivíduo a formar uma

unidade. Mas o amor não é considerado social em si mesmo, mas apenas na medida em que transforma um agregado de indivíduos isolados, moldando-os com e para o outro (SIMMEL, 1983, pp.58-166).

O resultado do indivíduo auto-centrado, que busca escapar de sua própria alienação é discutido em Lasch (cultura do narcisismo), Sennet (tirannies da intimidade), Lipovetsky (a era do vazio), dentre outros.

No diagnóstico simmeliano do tempo presente, a subjetividade excessiva e o culto da personalidade constituem, tanto quanto a reificação das relações sociais e a alienação do indivíduo, desvios do ideal da cultura como síntese bem-sucedida das culturas objetiva e subjetiva (VANDENBERGHE, 2005, p. 187).

A auto-realização e a autenticidade levam o indivíduo a caminhos exageradamente subjetivos. Não é o embate da vida fresca contra uma vida sem cor, mas uma luta contra a forma propriamente dita ou o seu princípio (VANDENBERGHE, 2005, p. 188).

Não é possível alcançar a plenitude sistemática, a não ser pelo indivíduo de forma subjetiva. *“Trata-se de descobrir os delicados fios das relações mínimas entre os homens, em cuja repetição contínua se fundam aquelas grandes formações que se fizeram objetivas e que oferecem uma história propriamente dita”* (SIMMEL, 1983, p. 73).

Devem-se retomar alguns temas clássicos para pensar o amor em Simmel, em especial, os paradoxos resultantes da afinidade do amor. Tais paradoxos desenvolvem-se, frequentemente, entre os significados objetivos e subjetivos do amor. O amor erótico é encontrado apenas entre os seres humanos, significando tanto um processo objetivo, ligado à reprodução da espécie, quanto a questões subjetivas (BERTILSSON, 1986, pp. 23-24).

Na sexualidade, o fundamento fisiológico costuma ser substituído pelo psicológico, isso porque não se sabe exatamente em que momento uma nova geração irá surgir. Os membros de certo grupo tentam moldar os seus descendentes seguindo os critérios sociais impostos, através de um comportamento estável desempenhado. Assim, o comportamento do grupo é solidificado (SIMMEL, 1983, p. 52). Verifica-se atualmente, por exemplo, que existe uma preocupação mais geral com a escolarização e profissionalização por parte dos pais, não só em relação aos seus filhos, mas também às suas filhas. Neste caso, haveria uma tendência de quebra dos padrões patriarcais e implicações relacionadas à sexualidade e às diferenças de gênero.

É por isso que seria muito melhor supor que atividade sensual e atividade afetiva nascem seja como dois efeitos dessa unidade na superfície da consciência, seja de seu encontro com a multiplicidade do natural e do dado, como fragmentações prismáticas realizadas por nossa organização íntima sobre a realidade erótica unitária (SIMMEL, 2001, p. 118).

Outro tema bastante desenvolvido por Simmel, e que trata da relação da ambigüidade entre o desejo da mulher em relação ao homem foi denominado pelo mesmo de coquetismo. Em geral, a dificuldade em adquirir algo, bem como o grau de sacrifício envolvido torna a coisa sedutora e desejável. No coquetismo, ao contrário, há uma inversão psicológica entre homens e mulheres que define tal modelo.

Isso significa: não é você que me interessa, mas essas coisas; e ao mesmo tempo: eu jogo esse jogo na sua frente, mas é o interesse por você que me faz voltar-me para estes outros objetos. Tal imbricação do ter e do não-ter simbólicos culmina visivelmente na atitude da mulher voltando-se para um outro homem que não aquele em quem, na verdade, ela pensa (SIMMEL, 2001, p. 94).

O seduzido deverá sentir a instabilidade do jogo, entre o consentimento e a recusa. Não se pode esquecer que uma ação definitiva acaba com a arte do coquetismo. A coqueteria é uma forma lúdica do erotismo. Neste tipo de jogo há uma alternância feminina entre oferecimento e recusa, significando, no final das contas, que o jogo não deve ser levado as últimas conseqüências, ou seja, a relação não deve ser concretizada. O coquetismo pode ser considerado como um elemento de sociabilidade.

O que separa seguramente o ser íntimo (poderíamos dizer transcendental) do coquetismo do ser íntimo da arte, é que a arte se coloca de saída além da realidade e dela se liberta por um olhar que dela se desvia absolutamente; já o coquetismo, seguramente, não faz senão brincar com a realidade (SIMMEL, 2001, p. 104).

A *performance* da atriz não diz respeito à própria realidade, ao contrário do jogo estabelecido pela coquete. Diferentemente do que alguns possam supor, o coquetismo não é arte de mulher leviana, sensual ou estúpida, mas uma relação estabelecida entre os sexos:

Enquanto um momento tão trágico da existência pode revestir-se dessa forma lúdica, hesitante, que não leva a nada, a que chamamos coquetismo com as coisas, compreendemos que essa forma encontra sua realização mais típica, mais pura, na relação entre os sexos, relação que já dissimula em si a relação que é talvez a mais sombria e trágica desta existência, sob a forma de sua suprema embriaguez e de seu mais brilhante atrativo (SIMMEL, 2001, p. 111).

A tentativa de agradar ao outro não é suficiente na definição do coquetismo, devendo existir uma antítese/síntese original do desejo, a partir de atenções e ausências que representem "*simbolicamente ao mesmo tempo o dizer-sim e o dizer-não*". O paradoxo do coquetismo pode ser compreendido da seguinte maneira: o ter e o não-ter são inerentes ao amor e podem apresentar-se de forma real ou lúdica (SIMMEL, 2001, p. 95).

A 'unidade' da natureza feminina não se assemelha ao comportamento da coquete, acintosamente dualista. Nas palavras de Simmel (2001, p. 103):

Possuir justamente a marca do provisório, do incerto, do hesitante tornou-se – por uma contradição lógica que é, ao mesmo tempo, realidade psicológica – seu encanto definitivo, sem a menor interrogação que vá além do momento presente. É por isso que as conseqüências do comportamento da coquete – de que à sua própria segurança interna correspondam insegurança e desenraizamento no homem, muitas vezes desesperadamente entregue a um talvez – invertem-se aqui inteiramente em seu contrário.

Outro ponto estudado por Simmel, quando da explicação entre a relação entre homens e mulheres foi o casamento. Para ele, a evolução do casamento poderia ser justificada a partir de sua eficácia social, através da observação da força das gerações seguintes, ao contrário dos grupos desprovidos de interesse pessoal, a exemplo de certo tipo de assistência comunista, ou daqueles entregues às forças isoladas da mãe. Nos mais variados povos, o casamento é realizado com a intenção de propagação da espécie, existindo em grande medida, por causa de seus descendentes. A poligamia e a poliandria parecem ter se desenvolvido com certa liberdade e condições culturais:

É possível que o ser humano, do mesmo modo que muitos animais, em particular a maioria dos pássaros, seja monógamo por natureza e só tenha chegado a uma liberdade de relações sem entraves, à poliandria ou à poligamia, em virtude das circunstâncias especiais, como ocorrem em todos os domínios para modificar ou desgarrar as aspirações naturais (SIMMEL, 2001, pp. 26-36).

O casamento reúne um conjunto diverso de interesses, abrangendo as dimensões econômicas, sociais, religiosas e pessoais. Nas relações familiares primitivas, independente de serem consideradas casamento ou não-casamento, o núcleo fixo é estabelecido entre mãe e filho, e não entre marido e mulher. Atualmente, o amor individual é o responsável pela manutenção do casamento, estando ligado à noção de fidelidade. A manifestação do sentimento afetivo induz ao casamento, ao contrário de antes, onde se esperava que o amor surgisse no decorrer do vínculo conjugal. Assim, o sentimento afetivo deixou de ser efeito, transformando-se em causa do relacionamento amoroso (SIMMEL, 2004, pp. 56-68).

A profundidade do significado de um casamento pode ser rompida de forma imperceptível e não verbalizada, de maneira que nem mesmo a maior vontade apaixonada do casal poderá reverter o que foi perdido (SIMMEL, 1983, p. 142). A oposição entre o homem e a mulher possibilita a união entre eles. Têm-se duas alternativas no casamento: aceitá-lo ou recusá-lo. Portanto, não se pode modificá-lo. Ele é um dado da realidade, sendo pré-determinado socialmente (WOLFF, 1964, pp.130-131).

A prostituição dirigida à satisfação do homem estaria ligada à existência do casamento e perderia o sentido apenas quando o amor fosse totalmente liberto, com o fim da oposição entre relações legítimas e ilegítimas (SIMMEL, 2001, p. 10). A venda feminina ao homem, tanto na indiferença masculina presente no casamento quanto de maneira mais furtiva é inaceitável porque o prazer pessoal é trocado pelo valor impessoal do dinheiro. Se esta relação desqualifica as mulheres em princípio, por um lado, pode “justamente tê-las elevado, por outro lado, na estima dos homens”. Nas palavras de Simmel (2001, pp. 38-44):

Portanto, embora a compra de mulheres exprima no imediato sua opressão, sua exploração, sua reificação, ainda assim elas adquiriram valor com isso, primeiro para o grupo parental que recebia o preço de sua venda, depois para o marido, aos olhos de quem representavam um sacrifício relativamente elevado, de modo que, em seu próprio interesse, ele devia tratá-las com deferência.

É quando a tradição define um valor único para as mulheres que se transformam em mercadoria, que há uma desvalorização delas, a exemplo de alguns povos africanos. O custo masculino do seu eu é o menor possível, diferentemente da mulher, que apresenta um comprometimento máximo, de forma geral (SIMMEL, 2001, pp. 45-55).

Admitir-se-á em todo caso, por enquanto, que a formação e os direitos das mulheres, que estagnaram por tanto tempo numa desigualdade excessiva em relação aos homens, devem transitar pelo estágio de certa igualdade exterior, antes que se edifique uma síntese superior, ou seja, o ideal de uma cultura objetiva enriquecida com a nuance que a produtividade feminina representa (SIMMEL, 2001, p. 89).

A atividade feminina ligada à produção doméstica pode ter limitado as mulheres na criação de objetos. Em decorrência deste fato, pode-se dizer que a mulher é mais absorvida por cada situação em particular do que o homem. O trabalho doméstico precisa ser repetido dia após dia. O alimento que é produzido durante parte do dia é rapidamente consumido. Os interesses são momentâneos e não resistem ao tempo, por não apresentarem resultados substanciais para além do tempo presente (SIMMEL, 2001, pp. 89-90).

As relações de gênero são marcadas por certa tensão porque o indivíduo não é capaz de absorver na cultura subjetiva, todos os elementos provenientes da cultura objetiva. A tragédia da modernidade se dá a partir da separação entre a cultura objetiva e a cultura subjetiva, como resultado da incapacidade humana em combinar essas duas realidades. Mas esta posição é modificada em seus ensaios "*Female culture*" e "*o relativo e o absoluto no problema dos sexos*". A tragédia da modernização passa a ser a tragédia dos homens, não a do gênero humano. O reconhecimento da sociedade moderna das características do gênero feminino seria a saída encontrada pelo autor na reavaliação da importância feminina, além de reforçar a posição das mulheres nessa sociedade (TIJSSEN, 1991, pp. 204-208).

Não é porque toda a cultura objetiva teria sido criada pelos homens, possuindo portanto, características masculinas que eles deveriam ser considerados superiores às mulheres. Diferentemente dos homens, as mulheres teriam a capacidade de acessar o reino do absoluto sem o auxílio da racionalidade predominantemente masculina. Tais diferenças de gênero são expressas por Simmel da seguinte forma: "para o homem, existe a idéia de que a sexualidade é algo a ser feito. Para a mulher, é um modo de ser". Portanto, a sexualidade feminina seria menos carnal que a masculina (TIJSSEN, 1991, pp. 204-208).

Para Simmel, a objetividade é uma das principais características do homem, em oposição à mulher. Como os seus pressupostos são essencialistas, defende um feminismo diferencialista que se aproxima da "terceira onda" ou feminismo contemporâneo. A ênfase desse paradigma é que fosse criada uma cultura feminina, juntamente com a cultura masculina existente. Mas essa cultura feminina só poderia surgir de forma parcialmente contraditória considerando que a cultura objetiva é masculina (em essência) e também, a necessidade da masculinização da mulher ou a "desdiferenciação" da cultura moderna (VANDENBERGHE, 2005, pp. 173-174).

Simmel realizou algumas considerações acerca do movimento feminista ocorrido na Alemanha. Com a moderna divisão do trabalho e a nova tecnologia, as mulheres de classes mais altas deixaram de exercer algumas atividades domésticas. Mas isso não resultou numa ampliação da capacidade feminina, já que a mulher dessas classes continuou a ocupar apenas o mundo privado ou familiar. A reivindicação das mulheres da classe trabalhadora não poderia ser a mesma daquelas de classe média. No primeiro caso, a inserção no mercado de trabalho significava um problema, já que as obrigações domésticas continuaram a ser atividades destinadas às mulheres. No segundo caso, o mercado de trabalho significava a liberação social. Dois conceitos desenvolvidos por Simmel podem ser utilizados: "liberdade social" e "liberdade individual",

considerados elementos excludentes. A “liberdade social” da mulher trabalhadora implicava na falta de “liberdade individual” da mesma, considerando a falta de tempo para o desenvolvimento de sua subjetividade e individualidade. Por outro lado, as mulheres de classe média não eram aceitas no espaço público, mas tinham a sua liberdade individual em grande medida preservada (WAIZBORT, 2006, pp. 257-258).

A idéia utópica de que a mulher pudesse criar um mundo apartado dos homens – através da criatividade que lhe é peculiar – poderia contribuir para o crescimento da civilização. A participação da mulher no desenvolvimento da cultura teria sido irrelevante porque se tratava de uma cultura historicamente masculina. É preciso lembrar que a participação da mulher nas universidades e no funcionalismo público, por exemplo, não era aceita quando Simmel elaborou tais discussões acerca das diferenças de gênero (WAIZBORT, 2006, pp. 259-261).

Para analisar a importância da obra de Simmel nos estudos feministas contemporâneos, Witz (2001, pp. 354-367) questiona algumas idéias desenvolvidas em estudos anteriores, dentre elas: 1. a idéia de que mulheres e homens têm essências distintas, ou seja, características próprias independente do contexto social e 2. o seu interesse pela situação extremamente difícil da mulher, refletida na dominação masculina. Além disso, ela também desenvolveu um argumento de que a imaginação sociológica de Simmel foi o seu fracasso. Ao final, considera que a leitura simmeliana, sociológica e moderna, reforça a posição do controle masculino. Quando analisa as estratégias textuais de Simmel, Witz não se pergunta como essas refletem o compromisso associado com formações discursivas mais amplas, mas antes como elas induzem uma ontologia masculina ‘do social’. Na medida em que Simmel considera que o homem tem características essencialmente objetivas, a questão a ser levantada é como as mulheres poderão escapar da condenação perpétua de inautenticidade. A única saída seria “estabelecer uma autonomia do princípio feminino”, a fim de resgatar a mulher de sua radical ontologia dualista.

A natureza essencialmente masculina e feminina é questionada por Simmel no contexto da modernidade. Essa sociologia de gênero sugere que as mulheres poderiam desenvolver apenas algumas atividades objetivas e que não deveria haver uma repetição da forma com que os homens desempenhavam as mesmas atividades. A participação objetiva nessas atividades poderia destruir a unidade da existência feminina. O culturalismo feminino é antecipado por Simmel porque ele fala no domínio masculino da cultura moderna e propõe uma compensação para as mulheres. As mudanças nas relações de gênero foram tratadas por Simmel como um fenômeno da teoria da modernidade, tendo sido um de seus elementos centrais. A intuição e a emoção femininas são valorizadas por Simmel, ao contrário da cultura ocidental como um todo, que inferioriza as mulheres por serem possuidoras dessas características. A intuição é considerada um instrumento importante na compreensão de situações mais complexas e ambíguas. Além disso, ela seria o contraponto da tendência dissociativa do homem (TIJSEN, 1991, pp. 203-215).

A mudança da interpretação de Simmel acerca da tragédia da cultura, inicialmente humana e posteriormente masculina, sugere o reconhecimento da diferença e da importância da mulher no mundo moderno. Mas a capacidade da mulher de alcançar o “reino absoluto” pode resultar num abismo entre homens e mulheres, refletido no tipo de confiança que se pode estabelecer nas relações amorosas. Por outro lado, pode-se supor que esta confiança continuaria a existir, já que o conflito é considerado um elemento constituinte das relações sociais. Neste caso, novas formas de sociação iriam surgir.

II. 3 Confiança, Gratidão e Fidelidade: o tríplice sustentáculo do amor

Para Simmel, as decisões dos indivíduos são escolhas conscientes, que apresentam certo risco, já que cada decisão corresponde à totalidade da vida definida a cada momento. Apesar do caráter individual da escolha, essa não deverá se opor à lei universal, sob o risco da escolha não ser considerada “humana” (VANDENBERGHE, 2005, p. 196). As preocupações de como as formas sociais persistentes se somam aos conteúdos psíquicos passageiros, sem jamais misturarem-se não significa que Simmel tenha negligenciado a questão do risco. A antecipação das decisões é necessária porque permite que elas sejam realizadas de forma mais segura e equilibrada (COHN, 1998, p. 05).

As idéias de Simmel sobre confiança foram interpretadas por Möllering (2001, pp. 403-417) dentro do que ele chamou noção simmeliana de confiança. Tal modelo, pensado como um tipo de fé ou crença forte tem início com um processo mental formado por três elementos: *expectativa*, *interpretação* e *suspensão*, considerando que a ligação entre as bases de confiança e a expectativa do estado de confiança é mais fraca do que se pode supor. O resultado final do processo, que precede a combinação entre interpretação e suspensão, é chamado *expectativa*, podendo ser favorável (havendo confiança) ou desfavorável (quando há desconfiança). Já a *interpretação* captura a idéia de que a confiança (boas razões) baseia-se na experiência do mundo vivido. O mecanismo que rompe com o desconhecido, proporcionando um salto de confiança, através do conhecimento interpretativo momentaneamente certo, é chamado *suspensão*. As abordagens hermenêuticas e reflexivas são utilizadas na definição de confiança, tanto conceitualmente quanto empiricamente (MÖLLERING, 2001, p. 403).

As dualidades apontadas por Simmel, tais como conhecimento-ignorância e interpretação-suspensão, servem para apresentar uma posição reflexiva das relações humanas e da sociedade. Para o autor, a integração da sociedade é garantida através da confiança, tendo essa a função de apresentar uma hipótese certa o bastante para servir de referência. Logo, a confiança representa “*uma força que trabalha pelos indivíduos e através deles, mas ao mesmo tempo, pela associação humana de forma geral e através dela*”, em todos os níveis da sociedade. Simmel referia-se à confiança como um tipo fraco de conhecimento indutivo porque acreditava que ela deveria ser tão forte quanto à racionalidade profunda ou à observação pessoal e promotora das relações sociais (MÖLLERING, 2001, p. 405).

Um elemento quase religioso da confiança, relacionado ao crédito, é encontrado na sócio-psicologia simmeliana. Esse elemento não diz respeito ao conhecimento, mas a um estado da mente:

Para acreditar em alguém, sem adicionar ou equilibrar, o que alguém pensa a seu respeito, é empregar um idioma refinado e profundo. Ele expressa o sentimento que existe entre a idéia de um ser e o ser por si mesmo, uma conexão e unidades definidas, certa consistência na nossa concepção, uma segurança e falta de resistência na rendição do ego para esta concepção, que pode ser apoiada nas razões particulares, mas não é explicada por elas (MÖLLERING, 2001, pp.405-406).

Segundo Simmel, o ‘elemento adicional’ não se restringe à fé religiosa:

Por outro lado, até nas formas sociais de confiança, não importando exatamente e intelectualmente, fortes dos que possam

parecer pode ainda existir alguma adição afetiva, também mística, a 'fé' do homem no homem. Talvez, o que tem sido caracterizado aqui é uma categoria fundamental da conduta humana, que retoma o senso metafísico de nossas relações e que é realizada de forma meramente empírica, acidental e fragmentada pela consciência e através das razões particulares da confiança (MÖLLERING, 2001, pp. 406-407).

Möllering (2001, p. 407) utiliza o conceito de suspensão como o elemento de fé religiosa conceituado como um mediador entre as bases da confiança reflexiva e interpretativa ("boas razões") e as expectativas momentâneas na confiança.

A interpretação de Misztal a respeito de Simmel é em muitos aspectos similar à de Giddens, principalmente quando ela destaca o elemento de fé através das "boas razões". De forma simplificada, Simmel fala da confiança como uma combinação entre boas razões e fé (MÖLLERING, 2001, p. 411).

Segundo Simmel, "a confiança dá 'uma hipótese bastante certa para servir como uma base da prática de conduta', mas como tal é 'realizada de uma maneira meramente empírica, acidental e fragmentária, através da consciência e das razões particulares da confiança', e 'pode dar suporte às razões particulares, mas isso não é explicado por eles' (MÖLLERING, 2001, p. 412).

A confiança é a base de microrrelações que orientam a prática cotidiana. Sendo assim, a vida é sustentada, em boa medida, por fenômenos psicossociais, como por exemplo, a fidelidade e a confiança envoltas em sentimentos e normas. Outrossim, a confiança é um sentimento mais visível na intercambialidade mercantil. A idéia de crédito, no sentido econômico, é expandida na sociedade moderna. As instituições sociais e as pessoas precisam dar e receber crédito, ou seja, precisam confiar e ser confiáveis (TEDESCO, 2006, p. 147).

Conclui-se que a confiança é tida como um sentimento que complementa a gratidão, já que implica em um tipo de antecipação moral, e não em uma memória moral (COHN, 1998, p. 17). A gratidão tende a estender uma relação que poderia ter fim, juntamente com o ato de dar e receber. As suas diversas ramificações servem como importantes instrumentos de coesão social. Além disso, ela vai além do simples reconhecimento de uma dívida⁷⁴, tocando a consciência dos indivíduos de forma a demonstrar que as relações não se limitam às retribuições realizadas (SIMMEL, 2004, pp. 43-47).

Inicialmente, a gratidão pode ser vista como um elemento que alimenta a ordem legal. As relações são definidas a partir da noção de dar e receber, de forma equilibrada. A equivalência das diversas dívidas ocorre por meio da força. Em outras situações, por outro lado, a lógica de equivalência e força não tem lugar. Neste caso, a gratidão surge de forma completa, ou seja, ela atua independente da imposição, através da reciprocidade interacional. Pode-se dizer que a gratidão é "a memória moral da humanidade", de caráter mais prático e impulsivo, o que a diferencia da fidelidade. A gratidão é capaz tanto de produzir novas ações como de permanecer como um elemento interno (SIMMEL, 2004, p. 42). Ela serve de elemento agregador da alma, em face ao estímulo mais tímido, sendo improvável que possa garantir por si só, uma nova ponte ou ligação. Essa construção de pontes sociais poderia ser viabilizada também através da

⁷⁴ Em Simmel, o paradigma da troca é substituído pelo paradigma do dom, mesmo que a originalidade do último seja inegavelmente atribuída a Marcel Mauss (COHN, 1998, p. 03).

fidelidade. Neste caso, existiria uma “indução” do sentimento gerada pela proximidade e continuidade da relação (COHN, 1998, pp. 07-08).

A existência da sociedade, tal como ela é concebida, estaria ameaçada sem a idéia de fidelidade, vista como uma predisposição psicológica que age de dentro para fora, ao contrário da fidelidade no casamento contratual, comportamento estritamente externo que significa apenas a negação da não fidelidade (SIMMEL, 2004, pp. 31-33).

A preservação das unidades sociais é psicologicamente sustentada por múltiplos fatores, de índole intelectual e prática, positiva e negativa. A fidelidade é o factor ‘afectivo’ entre eles, ou melhor, é ela própria sob a forma de sentimento, na sua projecção sobre o plano de sentimento. A qualidade deste sentimento será aqui avaliada apenas na realidade psíquica, quer a aceitemos quer não como uma definição adequada da idéia de fidelidade (SIMMEL, 2004, pp. 33-34).

Ainda que os laços afetivos tenham sido gerados por razões externas ou por questões íntimas não relacionadas com a questão da fidelidade, pode-se desenvolver “a sua própria fidelidade”, sendo acompanhada de estados sentimentais sólidos, “*per subsequens matrimonium animarum*”⁷⁵. O matrimônio celebrado por interesses familiares e sociais pode servir como exemplo aqui. Por outro lado, o sentimento pode já existir. Neste caso, a fidelidade teria certo efeito retroativo, sustentada pelos motivos psíquicos que deram início à relação (SIMMEL, 2004, p. 35).

Considerando a experiência anterior do renegado, a sua lealdade pode servir como um exemplo específico. O rompimento com o passado ou com a antiga relação alimenta o novo vínculo afetivo, ao mesmo tempo em que solidifica tal afastamento. Nos casos menos irrevogáveis, não se tem a consciência de fidelidade tal como vista no renegado (SIMMEL, 2004, p. 37). A antiga decisão de fuga das mulheres que não tinham o consentimento familiar para casar-se tornava a sua situação irremediável. Neste sentido, a fidelidade estabelecida entre ela e o seu marido tenderia a ser mais forte do que os vínculos matrimoniais aceitos socialmente. Um outro exemplo, nos dias atuais seria a permanência do cônjuge com a(o) amante se descoberta(o), quando não existe a possibilidade de perdão pela traição. É claro que não se trata de uma regra fixa e que outros elementos são importantes, tal como as possibilidades no “mercado amoroso” e as disposições psicológicas de cada um.

A fidelidade não pode servir para alimentar o sentimento de posse do outro e nem para confortar ou cuidar do outro como um bem objetivo e extrínseco. Deve-se então, agir de forma a preservar a relação com o outro. Pior do que a falta de amor e o envolvimento social é a ausência de fidelidade. Mas não se pode depender da lei, que é o meio mais eficiente de aglutinar as relações variáveis internamente, a exemplo do casamento, que possui um padrão mais rígido. A fidelidade permite que se crie uma sensação de estabilidade na relação estabelecida na vida interna (SIMMEL, 2004, pp. 38-39).

Considerações finais

Deve-se lembrar que o conflito é um elemento integrante das interações humanas, e como tal, não seria o elemento que inviabilizaria a confiança no amor, pelo contrário, o alimentaria. Se a ponte é a metáfora utilizada para a unificação das relações

⁷⁵ Em latim: “mediante o subsequente casamento das almas”.

sociais, e a confiança é um de seus elementos, seria preciso enfatizar outros dois conceitos: gratidão e fidelidade. Enquanto o primeiro apresenta um caráter mais empírico, sendo considerado como “elemento agregador da alma”, o segundo corresponde às predisposições psicológicas, ambos importantes na definição da confiança. Esses três elementos são reconhecidos como partes da formação da ponte social. Com a combinação adequada deles, haveria a possibilidade do reconhecimento recíproco entre o homem e a mulher, onde a força de atração seria movida pelas diferenças entre eles.

Esta ponte que possibilitaria a confiança nas relações amorosas entre homens e mulheres pode ser relacionada com a teoria da “lei individual” – uma teoria moral baseada em Nietzsche e Bergson – desenvolvida por Simmel ao final de seus escritos. A idéia central era a de que haveria uma “lei individual” forte o suficiente para apartar o pessoal e o universal, a moral e a ética, através de uma personificação da lei moral universal que considera a variedade individual de forma ampla e plena, atingindo uma “universalidade individual, feita sob medida, por assim dizer” (VANDENBERGHE, 2005, p. 62). Essa idéia é apenas a primeira, das três interpretações possíveis da perspectiva simmeliana apontadas aqui, embora seja, a mais otimista delas.

A indivisibilidade do amor é explicada porque se ama a um indivíduo em especial, mais do que aos indivíduos em geral, diferentemente do ato sexual em si mesmo. No amor absoluto, a sexualidade é apenas um dos aspectos da união total, ao contrário do amor geral, encontrado na sexualidade. Mas esta individualização extrema do amor, acompanhada por uma lógica secreta, costuma ser consumida pelo mundo circundante e transformada em tragédia. Pode-se apresentar o amor como uma teoria do desenvolvimento das formas sociais, segundo uma perspectiva filosófica frequentemente trágica (BERTILSSON, 1986, p. 24).

A relação inversa entre “liberdade social” e “liberdade individual” pode ser útil à compreensão da segunda possibilidade de confiança nas relações amorosas. A necessidade de alimentar o amor através do afastamento entre os casais aliada à preocupação em desempenhar vários papéis, através do estabelecimento de relações impessoais poderia resultar num afastamento ainda mais severo entre homens e mulheres. A tragédia da modernidade poderia ser encenada a partir da confiança nas relações amorosas. As diferentes características entre homens e mulheres, no que diz respeito à sexualidade, sendo vista pelos homens como “*algo a ser feito*”, e pelas mulheres como um “*modo de ser*”, levariam os homens a serem mais carnais do que as mulheres. Por outro lado, o excesso de objetividade e o culto extremo da personalidade seriam os elementos dessa tragédia, resultando na reificação do amor e na destruição do singular e do absoluto. Ao final, um sujeito alienado e narcísico vivendo num estado solipsista. As mulheres poderiam adotar o mesmo padrão de comportamento masculino, levando em conta que a cultura objetiva foi criada pelo homem e que é tida como essencialmente masculina. Neste caso, os homens e as mulheres cairiam no mesmo estado solipsista.

Uma terceira opção seria a da tragédia do homem na cultura. Neste caso, a impossibilidade masculina em combinar os elementos objetivos e os subjetivos representaria a sua própria tragédia. A intuição feminina seria capaz de tocar o “reino do absoluto”, mas a confiança nas relações amorosas estaria mais uma vez fadada ao fracasso, ao menos entre os casais heterossexuais. A mulher inventaria o amor, o homem, a solidão.

Referencias Bibliográficas

- BERTILSSON, Margareta. (1986). "Love's labour lost? A sociological view". *Theory Culture Society*, vol.3, p.19-35.
- CAYGILL, Howard. (2000). *Dicionário Kant*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- COHN, Gabriel. (1998). "As diferenças finas: de Simmel e Luhmann". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n.38, São Paulo, Outubro.
- COLEMAN, James S. (1988). "Social Capital in the Creation of Human Capital". *American Journal of Sociology*, nº 94, pp. 95-120.
- COSER, Lewis A. (1965). *Makers of modern social science: Georg Simmel*. United of America, A Spectrum Book.
- DAVIS, Murray S. (1997). "Georg Simmel and Erving Goffman: legitimators of the sociological investigation of human experience". *Qualitative Sociology*, Sep, Vol.20, p.369-388.
- FRISBY, David. (1998). "Introduction to Georg Simmel's on the Sociology of the family". *Theory Culture Society*, vol. 15(3-4): p.277-281.
- _____. (2002). *Georg Simmel*, London, Routledge.
- FUKUYAMA, F. (1995). *Trust: Social Virtues and the Creation of Prosperity*. New York, Free Press.
- GAMBETTA, Diego. (ed.) (1988). *Trust: Making and breaking cooperative relations*. New York, Blackwell.
- HARDIN, Russel. (2001). *Trust in society*. New York, Russel Sage Foundation.
- LUHMANN, Niklas. (1991). *O amor como paixão*. Lisboa, Difel.
- _____. (2000). "Familiarity, confidence, trust: problems and alternatives" in Diego Gambetta (ed.). *Trust: making and breaking cooperative relations*, electronic edition, Department of Sociology, University of Oxford, chapter 6, p.94-107, <http://www.sociology.ox.ac.uk/luhmann94-107.pdf>.
- _____. (2005). *Confianza*. Barcelona, Espanã, Anthrópos.
- _____. (2008). *Risk: a sociological theory*. New Brunswick, New Jersey Transaction Publishers.
- MÖLLERING, Guido. (2001). "The nature of trust: from Georg Simmel to a theory of expectation, interpretation and suspension". *Sociology*, vol.35, No.2, pp.403-420.
- _____. (2002). "Traditional, Institutional and Active Trust: Just Do It!?". *European Academy of Management*, Stockholm (Sweden), 9-11 May.

_____. (2003). "Ideal-types of trust and the role of suspension". Paper for the Track on Trust, European Academy of Management Conference, Milan, 3-5 april.

PEYREFITTE, Alain. (1999). *A sociedade de confiança: ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Topbooks.

PUTNAM, Robert. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

SIMMEL, Georg. (1983). *Georg Simmel: Sociologia*/organizador (da coletânea): Evaristo de Moraes Filho. São Paulo, Ática.

_____. (2001). *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2004). *Fidelidade e gratidão e outros textos*, Lisboa, Relógio d'água.

_____. (2006). *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*, Rio De Janeiro, Zahar.

SOUZA, Jessé. e ÖELZE, Berthold. (orgs.) (2005), *Simmel e a modernidade*, Brasília, UNB.

TEDESCO, João Carlos (et al.) (2006). "Modernidade, sociedade e cultura filosófica" in João Carlos Tedesco (et alii), *Georg Simmel e as sociabilidades do moderno: uma introdução*, Passo Fundo, UPF.

TEIXEIRA, João Gabriel L. C. (1998). "Análise dramatúrgica e teoria sociológica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n.37, São Paulo, Junho.

TIJSSEN, Lieteke Van Vucht. (1991). "Women and objective culture: Georg Simmel and Marianne Weber". *Theory Culture Society*, vol.8, p.203-218.

VANDENBERGHE, Frédéric. (2005). *As sociologias de Georg Simmel*. São Paulo, Edusp.

WAIZBORT, Leopoldo. (2006). *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Ed. 34.

_____. (2007). "Simmel no Brasil". *Dados*, vol.50, nº1.

WITZ, Anne (2001). "Georg Simmel and the masculinity of modernity". *Journal of Classical Sociology*, vol.1(3):353-370.

WOLFF, Janet. (2000). "The feminine in modern art: Benjamin, Simmel and the gender of modernity". *Theory Culture Society*, vol.17(6):33-53.

WOLFF, Kurt H. (1964). *The Sociology of Georg Simmel*. New York, The Free Press.

Resumo

O conceito de confiança tem sido discutido nas Ciências Sociais desde o relevante trabalho de Georg Simmel, definido como uma combinação entre boas razões e fé

(Mölering, 2001). Neste artigo, pretende-se partir de sua teoria para pensar as possibilidades da confiança nas relações amorosas.

Abstract

The concept of trust has been discussed in Social Sciences mainly by Georg Simmel and it is, defined as a combination of good reasons and faith (Möllering, 2001). This article aims to build on this theory and think about the possibilits of trust in relationships from a sociological perspective.

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

SOBRE REGRAS DE JOGO E JUSTIÇA: UMA CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA À SOCIOLOGIA DA MORALIDADE

Simone Magalhães Brito

Faz parte da experiência dos esportes, tanto para praticantes quanto espectadores, o uso de noções de justo e injusto, certo e errado, aceitável e inaceitável. Uma vez que esses julgamentos só têm valor quando se referem às regras específicas de cada esporte, a inserção no mundo de um esporte particular está diretamente relacionada à capacidade dos atores em elaborar as justificativas para sua posição. A experiência esportiva realiza-se através da tensão entre situações específicas e regras gerais.

O modo de justificar próprio de cada modalidade esportiva aparentemente guarda semelhanças com as formas pelas quais os indivíduos organizam e atingem concordância em termos daquilo que "importa" no mundo da vida, ou seja, as discussões sobre Ética e Moralidade; também a experiência da moralidade pode ser descrita como a tensão entre regras ou normas gerais e situações únicas.

Dessa forma, a pergunta central deste artigo é: poderia a compreensão das maneiras como os atores interpretam e usam as regras de um esporte no momento do jogo contribuir para a compreensão dos usos e problemas das regras morais no mundo da vida?

A resposta a essa questão apresentaria várias implicações para uma discussão sobre a natureza da normatividade social. Contudo, esta discussão tem um interesse exclusivamente metodológico e desenvolve os seguintes objetivos:

1. Relacionar Sociologia dos Esportes e Sociologia da Moralidade
2. Estabelecer a experiência esportiva como um objeto válido para a compreensão sociológica da moralidade.
3. Criar o modelo de uma 'experiência moral ideal' (baseada na prática dos esportes) que auxilie a compreensão da experiência moral.

I Sociologia da Moralidade: Positiva *versus* Transcendental

Apesar de já em sua fundação como disciplina, a sociologia apresentar uma problematização da moralidade, o esforço de Durkheim em estabelecer sua natureza e relação com a sociedade não foi, com algumas exceções, desenvolvido por seus herdeiros. Esse problema situa-se numa zona de guerra, a área cinzenta entre a sociologia e a filosofia ou entre o que a vida "é" e o que a vida "deve ser". Normalmente, a razão sociológica eliminou a existência de um 'valor em si' para a Ética e Moralidade, legando o entendimento dessas práticas a uma compreensão histórica. Como consequência desta percepção, o problema da universalização se torna uma questão cultural e a experiência da moralidade similar a outras práticas culturais.

Não é possível discutir aqui o lugar das formas de pensamento universais na sociologia. Contudo, o objetivo deste trabalho é desenvolver uma perspectiva crítica demonstrando como as práticas morais têm uma natureza distinta de outras práticas sociais. Para isso, partimos da hipótese de que as práticas desportivas podem revelar a natureza distinta da moralidade. Na maneira como os atores utilizam regras no momento do jogo, procuramos entender os usos e problemas das regras morais no mundo da vida. O debate poderia se estender a várias correntes sociológicas, no entanto, centramos o debate em duas perspectivas por considerar que elas encarnam os dois extremos na percepção sociológica da natureza da moralidade: sociologia figuracional e Teoria

Crítica. À cada uma destas teorias perguntamos se há uma relação entre a prática de esportes e a prática da moralidade.

No caso da sociologia figuracional de Norbert Elias, temos não só a resposta positiva à questão apresentada, como o desenvolvimento de uma extensa pesquisa que insere as práticas esportivas em meio a um desenvolvimento histórico caracterizado por uma série de modificações na estrutura da sensibilidade e dos sentimentos morais. O processo civilizador pode ser entendido também como uma mudança nos padrões morais. Contudo, Elias não considera o processo civilizador como o desenvolvimento de relações sociais mais justas ou de um processo de moralização (nem caberia a sociologia esse tipo de julgamento), mas sim como o desenvolvimento de uma “moralidade contraditória” (ELIAS & DUNNING, 1995, p. 167). A cisão ou contradição desta moralidade está no fato de que o controle e a repulsa pela violência dentro do grupo social não se estabelece de maneira equivalente na relação entre grupos. Em outros termos, a regra moral válida para o ‘nós’ não é equivalente a regras que devem ser usadas para os ‘outros’. Essa idéia é esclarecida quando se pensa a relação entre os antigos e novos moradores de Winston Parva (ELIAS & SCOTSON, 2000) onde os padrões de reconhecimento moral que organizam e mantêm internamente o primeiro grupo não são empregados para as relações com os “outros”. A organização da vida social entre dois grupos: o “nós” e os “outros”, naquele caso particular estabeleceu também a criação de dois padrões de justificação e regulação moral⁷⁶. Essa cisão presente em várias figurações vai ser explicitada no mundo dos esportes de maneira fundamental na oposição de vontades que caracteriza qualquer jogo e seus desenvolvimentos: necessidade da vitória, nas idéias de vergonha, honra e sacrifício e na experiência de torcer, independentemente do processo de esportivização.

Portanto, as práticas esportivas se apresentam como um lugar privilegiado para o entendimento das ambigüidades envolvidas no controle da vergonha e da violência. Para a sociologia figuracional, a história da prática dos esportes permite analisar empiricamente as modificações históricas de sensibilidade e sentimentos morais. Em termos simples, o que está sendo dito pela sociologia figuracional é que a partir dos esportes (e de uma tendência histórica à diminuição dos níveis de violência empregados contra o oponente) podemos perceber aspectos de um movimento mais geral de ampliação da sensibilidade e desgosto pela violência. Contudo, é válido salientar que as experiências dos atores que praticam esportes não são, em meio a esse amplo processo, diferentes, por exemplo, do uso e aprendizado de regras de etiqueta⁷⁷.

Esta perspectiva apresenta uma noção preliminar que responde de maneira positiva ao questionamento apresentado acima. É possível concluir que, de acordo com a sociologia figuracional, as regras do esporte permitem também a compreensão das regras morais pela simples razão de que *não existe nenhuma diferença fundamental entre elas*, são ambas formas possíveis da mesma regra social, ou uma ‘regionalização’ do processo civilizacional.

⁷⁶ Assumo como pressuposto duas idéias sobre o argumento apresentado em “Os estabelecidos e outsiders” (ELIAS & SCOTSON, 2000): (1) O desenvolvimento das relações de poder como se apresenta na comunidade estudada é também a construção de uma moralidade, e (2) o desequilíbrio entre os dois grupos revela uma versão sociológica da temática hegeliana da dialética entre senhor e servo.

⁷⁷ O desenvolvimento de uma sociologia figuracional dos esportes toma como base esse argumento. Ainda que não estivesse evidente em “O processo civilizador” (ELIAS, 1993) em que outras esferas da vida a internalização de normas e a mudança de sensibilidade própria das regras de etiqueta pudesse ser aplicada, o desenvolvimento posterior da teoria permitiu essa generalização, como fica claro em Dunning & Elias (1995).

Contudo, a homologia entre as regras do jogo e as regras morais é problematizada quando tomamos como referência um caso específico de atitude moral. Como demonstra Bauman (1989), é possível que a moralidade de uma ação se dê pela sua capacidade de quebrar as regras pré-estabelecidas. Ou, no caso de Adorno (2000), o sujeito moral pode ser aquele incapaz de cumprir o objetivo esperado pelo seu grupo. Ao problematizar a relação das regras sociais e regras morais ou, mais especificamente, a moralidade das regras sociais, os dois autores têm em mente a mesma situação como exemplo: o caso de pessoas que contrariam a sociedade para permanecerem morais⁷⁸. Num contexto em que a regra moral explícita é eliminar indivíduos do tipo X, foram heróis aqueles que violaram a tal regra. Aqui, temos um problema para a teoria sociológica: a afirmação de que as regras sociais, apesar de estabelecidas historicamente ou construídas socialmente, podem ser imorais. Reconhecer que regras sociais podem reproduzir imoralidade e injustiça apresenta um problema para a pesquisa sociológica uma vez que não é claro, partindo do conhecimento sociológico, quais deveriam ser então as fontes de justiça e normatividade.

Voltando para a perspectiva da sociologia figuracional, apontamos seus limites. Não existe um problema para a sociologia no fato que um grupo, o 'nós', busque a eliminação do outro. De fato, esta seria um desenvolvimento da contradição inerente à toda moralidade quando o desequilíbrio de poder é extremo. Assim, tomando o caso daqueles que salvam o 'inimigo', estaríamos fazendo referência a um caso anômalo, pois do ponto de vista da sociologia figuracional, o exemplo citado estabelece a quebra da contradição intrínseca à moralidade social (uma regra para "nós" oposta à regra feita para "eles") e o estabelecimento da regra única do "nós".

Tanto a perspectiva eliasiana quanto a adorniana concordariam com o resultado proveniente desta eliminação da contradição no seio da moralidade: uma quebra da sociabilidade. Contudo, a diferença na valoração e no significado deste 'rompimento da sociabilidade' coloca as duas teorias em terrenos opostos e, conseqüentemente, marca duas posições fundamentais para a sociologia da moralidade. De um lado, a quebra da ambigüidade ou contradição inerente à moralidade (diferentes regras para o nós e para os outros) é não só anômala, como representa um momento de crise ou tensão que ameaça o tecido social e logo será reparado pela própria dinâmica social. De outro, o rompimento das regras estabelecidas pode ser o sinal do estabelecimento de um sentido ou experiências verdadeiros. Para Adorno, o sentido de moralidade e justiça ocorre em oposição às formas sociais estabelecidas, quando os padrões da 'vida falsa' (ADORNO, 2005) são rompidos. Proponho chamar essas duas vertentes da sociologia da moralidade de (1) positiva e (2) transcendental.

A partir da apresentação do caso anômalo, parece que a nossa perspectiva está tentando negar a possibilidade da relação ou comparação entre as regras do jogo e as regras morais na sociologia da moralidade transcendental. Uma vez que não é possível encontrar nos esportes nenhuma situação em que violar a regra seja considerado mais justo que seguir a regra, estamos diante de uma diferença fundamental. Essa diferença pode inviabilizar a comparação entre regras morais e as regras do esporte?

Por sua vez, o problema com a sociologia da moralidade positiva é que, apesar da comparação possível, um aspecto fundamental da experiência se perde. Podemos aqui entender como os atores aplicam as regras e sanções ou como estas regras se transformam historicamente, contudo não se pode dar conta da experiência dos atores e

⁷⁸ Ambos analisam o caso daqueles alemães que, durante a Segunda Grande Guerra, arriscaram a vida para salvar judeus.

das diferenças de sentido entre a experiência das normas de etiqueta, das regras de jogo e de problemas éticos.

A questão é central uma vez que o objetivo é tipificar essa relação (regras do jogo versus regras morais) de modo a oferecer recursos metodológicos para a análise sociológica da moralidade. O objetivo deste trabalho é estabelecer que, apesar dessa diferença fundamental, existe outro aspecto que possibilita a comparação entre a experiência do jogo e experiência moral. Os jogos não podem ser vistos como exemplos simples ou imitações de relações morais, mas como um caso específico mais próximo do modelo transcendental do que do modelo positivo porque é uma situação onde existe acordo sobre a justiça das regras. Os jogos e suas regras realizam a situação ideal da moralidade: um acordo sobre a justiça das regras e o esforço pelo estabelecimento da igualdade entre os envolvidos.

Dessa forma, a idéia deste trabalho é afirmar que, do ponto de vista de uma sociologia da moralidade, o caso dos esportes tem sua importância não pela homologia com as regras sociais, e sim pela sua possibilidade homologia com uma situação ideal: onde existe entre os jogadores um consenso sobre a justiça das regras.

II Sociologia Figuracional: o entendimento das regras na Sociologia da Moralidade Positiva

A comparação entre regras do jogo e regras morais parece, à primeira vista, simples. Contudo, o que está em jogo é a própria caracterização da experiência moral e uma elaboração da natureza e origem da normatividade. Assim, ao tratar do desenvolvimento dos esportes, a Sociologia Figuracional também elabora uma teoria da moralidade: constrói um modelo de sujeito moral. Mas, que moralidade é essa? Quem é esse sujeito moral?

A caracterização do desenvolvimento do processo civilizador tem como aspecto chave uma mudança da 'sensibilidade' dos indivíduos. Segundo Elias:

(...) no curso de séculos, o padrão de comportamento humano, (...) muda muito gradualmente em uma direção específica. Vemos pessoas à mesa, seguimo-las quando vão para a cama ou se envolvem em choques hostis. Nestas e em outras atividades elementares, muda lentamente a maneira como o indivíduo comporta-se e sente (ELIAS, 1994, p. 14).

Esta mudança, que é "uma mudança muito específica nos sentimentos de vergonha e delicadeza" (ELIAS, 1994, p. 14), está caracterizada inicialmente (ou pode ser percebida de forma mais clara) pelas transformações nas regras de etiqueta, contudo seu alcance sociológico é bastante amplo: implica uma transformação na relação com o corpo, especialmente com o corpo do outro e com os 'aspectos' deste que devem tomar parte na vida social. As regras de controle de sons e fluidos corporais junto com regras de comportamento e comunicação estabelecem não apenas um conjunto de normas mundanas e superficiais, mas são internalizadas de um modo em que a sensibilidade com relação ao outro (e sua proximidade- o próprio material da moralidade) são modificados radicalmente.

Para a sociologia figuracional essa mudança de sensibilidade é a própria transformação da moralidade. E uma das grandes contribuições da sociologia figuracional foi demonstrar como hábitos simples (por exemplo: usar garfo) podem estar relacionados a uma complexa transformação das relações sociais. E nesse caso, os esportes são mais um exemplo de como se deu esta transformação, na verdade, "os

jogos são microcosmos da natureza fundamental da vida social” (GIULIANOTTI, 2004, p.147) onde é possível perceber a falsidade da dicotomia entre indivíduo e sociedade e a sua real interdependência (idem). De práticas que comportavam uma extrema dose de violência (de acordo com nossos padrões ‘civilizados’) tanto entre os que ‘jogavam’ quanto entre aqueles que assistiam, de situações que podiam se estender até a morte, os esportes se transformaram em situações marcadas por regras claras, comportamentos pré-determinados e controlados onde o sofrimento e a crueldade devem ser evitados.

Apesar de ser uma grande síntese de vários problemas teóricos, a exposição acima vai ao ponto que interessa para a presente discussão: na sociologia figuracional existe uma homologia entre o desenvolvimento dos esportes e o desenvolvimento da moralidade (ou entre as regras de jogo e as regras morais) porque ambos fazem parte do mesmo complexo de desenvolvimento histórico-social unificado sob o termo ‘processo civilizador’. De acordo com esta perspectiva, o uso das regras de jogo tem similaridades com as regras morais porque os dois casos são parte do desenvolvimento do processo civilizador. O caráter funcionalista da sociologia figuracional (GIULIANOTTI, 2004, p.147) aparece no fato de que *não há uma distinção entre essas experiências* maior que a distinção dada pela sua localização ou situação. As experiências são equivalentes e o fato de que os atores sigam as regras, ou mesmo a maneira como cada um se envolve na atividade, está relacionado à rede de sociabilidade e coerção estabelecida nas situações ou figurações específicas.

Como se pode perceber, na sociologia figuracional a experiência moral é incorporada à experiência social como mais um aspecto de coesão social e manipulação da vergonha. Mesmo quando se trata da “moralidade contraditória”, onde o controle e a repulsa pela violência não se aplica aos de fora do grupo, não se pode dizer que há um lugar para a especificidade da moral no pensamento eliasiano. Essa moralidade entre os grupos não tem uma natureza distinta de qualquer prática de sociabilidade, apenas trata da formação de grupos e das relações de conflito que lhe são inerentes. O problema de valor (cultural e moral) que faz com que a violência aplicada aos ‘outros’ ou aos ‘diferentes’ seja mais tolerada não é colocado como questão fundamental.

III Teoria Crítica: o entendimento das regras na Sociologia da Moralidade Transcendental

É sabido que a Teoria crítica, especialmente a vertente Adorniana que aqui interessa mais imediatamente, não apresenta uma problematização das regras de jogo. O debate central é sobre a relação das regras sociais com as regras morais: o problema específico da oposição entre a tendência de normalização/naturalização da vida social (que subsume a diferença) e a necessidade de reconhecimento da diferença.

Mantendo a tradição do Esclarecimento, há na Teoria Crítica uma valorização diferenciada das regras morais: estas manteriam uma dimensão da experiência que não só não é incorporada pelas regras sociais como também as subverte. Numa oposição direta a perspectiva eliasiana, a moralidade possui uma natureza distinta da normalidade da vida social⁷⁹. Como demonstrou Zygmunt Bauman⁸⁰, numa crítica que muito bem se aplica a sociologia eliasiana, a tradição sociológica não fornece elementos adequados para se tratar dos problemas da Ética e Moral sem que estas sejam esvaziadas. Caso se trate da moralidade como apenas mais um aspecto da vida social e se aplique a todos os

⁷⁹ Adorno (2000)

⁸⁰ Bauman (1989). Aqui incluo a perspectiva de Bauman em ‘Modernidade e Holocausto’ e suas críticas a Sociologia da Moral como parte da Teoria Crítica devido à conexão existente entre as perspectivas sobre a razão instrumental e crítica.

valores a noção de que estes são verdadeiros por que foram 'socialmente construídos', não há nada com que se possa opor a imoralidade. Certos atores sociais "constroem" a idéia de que certos membros do grupo possuem natureza distinta, são como vermes ou insetos. Assim, diria Bauman, tudo que a sociologia pode fazer é registrar que certa parte do grupo X é desprezível, como vermes ou insetos.

A questão que Bauman apresenta é: por que algumas pessoas permanecem morais sob condições imorais?⁸¹ Como a sociologia pode explicar os mais radicais atos de moralidade (por exemplo, arriscar a própria vida para salvar um desconhecido) sem perder o seu significado e transformá-lo numa ação racional? Esta crítica se torna ainda mais importante por ser interna ou imanente, pesquisando as tentativas sociológicas em explicar o fenômeno da moralidade o autor encontrou aporias fundamentais na forma como o pensamento sociológico trata a moralidade e os modos de justificação de valores. Essas aporias estão ligadas, primeiro, à aplicação da idéia de "determinantes sociais" da moralidade (que as pesquisas empíricas nunca conseguiram revelar)⁸² e, segundo, ao uso de um relativismo radical: a idéia de que todos os valores são socialmente construídos.

Dessas aporias surgem dois problemas para a teoria sociológica. Do ponto de vista teórico, não existe um conceito sociológico de moralidade em que o significado moral seja preservado. Ou seja, como explicar do ponto de vista sociológico que alguém arrisque sua própria vida para salvar outrem? Ou, no exemplo de Bauman, por que um alemão arriscaria sua vida para salvar um judeu, alguém que, segundo as regras correntes, não pertencia à humanidade como ele? A idéia de que quem assim age, espera algum tipo de recompensa é simplesmente falha. No caso do bombeiro que morre para salvar uma criança, não existiria muita racionalidade em trocar a vida por uma medalha ou foto no jornal. Do ponto de vista do alemão, em pleno regime nazista, que salva um judeu, as informações de uma possível recompensa eram inexistentes.

Para evitar a idéia de que o que está em jogo nessa problematização é apenas a busca de uma justificativa emotivista para o estabelecimento da natureza distinta das ações morais, é possível recorrer ao significado que os atores dão a esses atos no contexto da ação e assim garantir que existe um significado distinto. Como demonstrou Bauman, quando os indivíduos que realizam atitudes morais heróicas são questionados "por que agiram como agiram", a resposta sempre se dá em torno de um "não sei". Então, a questão que Bauman traz para a Sociologia é: por que os atores sociais não conseguem criar um discurso sobre tais atos?

Segundo, em termos epistemológicos, a radicalização da noção de "construção social de valores" elimina tanto a possibilidade de se explicitar os valores próprios da sociologia quanto a impede de reconhecer atos desumanos. Não se trata de dar a Sociologia poder para arbitrar ou legislar sobre questões morais, mas tão somente reconhecer os seus limites (no sentido kantiano). Uma vez que a crítica ao Positivismo já demonstrou a impossibilidade de se evitar o tratamento dos valores, cabe agora demonstrar como em meio a esses valores gerais a moralidade requer uma distinção.

Existiria algo mais para a Sociologia além de descrever como os valores são contingentemente construídos ou o eterno jogo entre dominantes e dominados, 'estabelecidos e outsiders'?

A perspectiva adorniana busca uma problematização da experiência. Ainda que, sob as demandas do capitalismo tardio, nossa experiência esteja sendo progressivamente

⁸¹ Bauman (1998, p. 23). O autor examina os casos de alemães que arriscaram a própria vida e de suas famílias para salvarem judeus.

⁸² Bauman (1998).

condensada pela violência sistêmica⁸³, todo pensamento que pretenda entender a moralidade precisa se manter na experiência, especialmente nos significados atribuídos à experiência pelos atores.

Diferentemente das experiências do cotidiano que se repetem e são guiadas por regras pré-estabelecidas, para Adorno a experiência moral é marcada por sua unicidade e imprevisibilidade. O 'encontro com o outro', especialmente o outro que sofre ou o 'próximo' que precisa de ajuda, muitas vezes requer atitudes que estão 'além' das regras ou mesmo são proibidas por estas. Assim, o que se chama 'regra moral' na verdade não é pré-estabelecido e claro. Algumas vezes a situação exige um sacrifício da própria vida do indivíduo para que a atitude seja moral, contudo isso não é uma regra e nem tampouco pode ser estabelecida como tal. Ainda, as regras sociais operam num esforço de tornar a vida normal e trazer para o plano do semelhante todas as situações. Para Adorno, esse processo é uma forma de banalização que mutila a experiência.

Na perspectiva da Teoria Crítica, a moralidade apresenta uma natureza distinta, e para o nosso argumento poderíamos concluir que: regras morais não são equivalentes a regras sociais. Isto equivale a dizer que regras morais também são distintas de regras de jogo?

Tem-se aqui uma perspectiva sociológica de análise do fenômeno moral que está em clara oposição à sociologia figuracional. É a partir desta perspectiva que podemos apresentar a Teoria Crítica adorniana como uma contribuição ao pensamento sobre os esportes: na sua busca de significados atribuídos à experiência pelos atores. Obviamente, o problema da reificação da experiência também ocorre nos esportes: estes podem também ser um mero exercício da 'vida falsa'. No entanto, ainda resta uma dimensão da experiência dos atores praticando esportes que resiste a sua total incorporação à práticas reificadas e normalizadas. Dois aspectos cooperam com a descrição adorniana de uma experiência moral que não se reduz às regras sociais e também fundamentam a crítica feita a sociologia figuracional por não incluir a experiência dos atores em sua problematização:

- A maneira como os atores/jogadores diferenciam o momento de jogo de suas práticas ordinárias e
- a noção de 'outro' que se estabelece no campo do jogo

Todavia, voltando para nossa comparação entre regras do jogo e regras morais, esta perspectiva nos coloca diante de um problema. Se é verdade que para agir moralmente um ator pode precisar quebrar as regras sociais, estamos diante de uma situação que não ocorrerá em qualquer situação de jogo. Não é possível pensar em qualquer situação de jogo em que o ator seria mais valorizado por quebrar as regras. Qual a consequência desta diferença? As regras de jogo são de natureza distinta das regras morais e, dessa forma, os esportes não tem conexão com a experiência moral?

IV Regras do Jogo, Sociais e Morais

Agora estamos diante de duas vertentes da sociologia com maneiras distintas de tratar a relação das 'regras de jogo' com as 'regras morais'. Na sociologia figuracional, temos uma correlação quase direta entre as regras do jogo e as regras morais, pois a maneira como os atores usam e refletem sobre as normas aceitas pelo grupo e sua justeza seria similar a forma como jogadores interpretam e aplicam as regras no momento do jogo. Dessa maneira, a resposta sobre o 'porquê' de seguir as regras só tem sentido se considerarmos a figuração em questão e suas disputas por (des)equilíbrio de

⁸³ Adorno (2005).

e a esta relacionarmos o fator 'coerção' e seus meios como manipulação da vergonha, ameaça de exclusão e de ridículo, etc.

Para a Teoria Crítica essa perspectiva é mantida por possuir um 'momento de verdade' ao apresentar a organização e desenvolvimento da vida social (ainda que seja uma vida falsa). Contudo, ela é apenas um momento da prática, particularmente de uma prática dos esportes reificada, trazendo em si um limite à experiência. O fato de que as situações e regras de jogo/morais sejam equivalentes às regras sociais significa uma limitação imposta sobre aquelas. No entanto, esse é o aspecto mais superficial da comparação entre regras de jogo e regras morais. Se tomarmos o modelo ou fundamento de cada uma dessas regras para o pensamento crítico, percebemos que, como já foi apontado acima, existe uma contradição entre os dois tipos de regras, qual seja: a moralidade se estabelece numa quebra das regras pré-estabelecidas e isso não pode ser aplicado a nenhum esporte. Não é possível pensar qualquer situação desportiva em que violar as regras seja considerado mais justo ou nobre.

Como já foi demonstrado, no desenvolvimento das regras morais temos uma situação que pode ser considerada anômala tanto para as regras sociais quanto para as regras de jogo: uma situação em que o mais justo é fazer aquilo que não é esperado ou não é estabelecido pela sociedade, como ajudar o 'estranho' ou aquele que é considerado, segundo as regras, inimigo. Contudo, isto não significa que não seja possível estabelecer uma comparação entre regras morais e o uso de regras de jogo, ou que a experiência dos esportes não venha a contribuir para um melhor entendimento da prática moral.

Na verdade, o fato de que as regras de jogo não devam nunca ser quebradas e que cada jogador se esforce por mantê-las não as afasta do campo da moralidade. O que acontece é exatamente o oposto: o jogo ocorre numa situação que seria a situação ideal para a vida moral, um momento onde há plena concordância sobre a justeza das regras. Não se inclui no jogo a possibilidade ou necessidade de quebrar a regra porque aí acontece algo que não se realiza na vida social: uma aceitação por parte dos atores envolvidos de todas as regras e suas implicações como justas e dignas de serem seguidas. A experiência do jogo e a reafirmação das regras se dão, nessa perspectiva, como uma oposição à violência uma vez que cada ator/jogador concorda com a norma e não questiona o fundamento de sua justiça.

Ainda, deve-se considerar o fato de que mesmo em situações de desequilíbrio, faz parte do *ethos* do jogo buscar meios de aproximar-se da igualdade entre os participantes. Nesse sentido, nem mesmo o processo de esportivização e a reificação da experiência esportiva conseguiram eliminar essa necessidade de igualdade, o que nos leva a compreender e fundamentar o *ethos* de jogar como inseparável de noções de justiça e igualdade.

As dificuldades encontradas por uma sociologia da moralidade crítica em apontar experiências verdadeiramente morais são claramente sentidas. Tomando o problema da ação moral em Theodor Adorno (2005) fica evidente a dificuldade de se falar sobre uma moralidade que não encontra exemplo na vida social. Nesse sentido, a experiência do jogo pode trazer *insights* do que seria uma experiência moral verdadeira, dando a esta experiência o sentido, referência e concretude exigidos pela razão sociológica.

V Para a construção de uma sociologia da moralidade

A partir do argumento desenvolvido acima temos que as situações de jogo podem ser usadas como um modelo para a sociologia da moralidade. Diferentemente de

uma simples homologia entre 'regras de jogo' e 'regras morais', o trabalho argumentou que as primeiras realizam um tipo de experiência da normatividade que seria a situação ideal da moralidade.

Assim, o nosso objetivo foi demonstrar que existe uma relação entre a Sociologia dos Esportes e Sociologia da Moralidade, e que esta relação pode se estreitar caso o caminho metodológico de comparação de experiências seja seguido. O modelo de uma 'experiência moral ideal' baseada na prática dos esportes precisa ser ainda desenvolvido, mas já se apresenta como um auxílio a compreensão sociológica da experiência moral.

Referencias Bibliográficas

ADORNO, T. W. (1950): *The Authoritarian personality*. New York: Norton.

ADORNO, T. W. (1967): *Prisms*. London: N. Spearman.

ADORNO, T. W. (1994): *Adorno: The stars down to earth and other essays on the irrational in culture*. London; New York: Routledge, 1994.

ADORNO, T. W. (1998): *Critical Models. Interventions and catchwords*. NY: Columbia U. Press

ADORNO, T. W. (2000): *Problems of Moral Philosophy*. Cambridge: Polity Press

ADORNO, T. W. (2000b): *Introduction to Sociology*. California: Stanford U. Press.

ADORNO, T. W. (2001): *Metaphysics: Concepts and problems*. Cambridge: Polity Press

ADORNO, T. W. (2005): *Minima Moralia. Reflections from damaged life*. London: Verso.

ADORNO, T. W. (2006): *History and Freedom*. Cambridge: Polity Press

AGAMBEN, G. (1998) *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford University Press.

ALEXANDER, J. (2001) 'Towards a Sociology of Evil'. In; Maria Pía Lara (ed) *Rethinking Evil: contemporary perspectives*. pp: 153-72. Berkeley: University of California Press.

ALFORD, C. F. (1988) *Narcissism: Socrates, the Frankfurt School, and psychoanalytic theory*. New Haven: Yale University Press.

ARENDT, H. (1965) *Eichmann in Jerusalem: a report on the Banality of Evil*. NY: Viking Press.

BAUDRILLARD, J. (1993) *The transparency of evil: essays on extreme phenomena*. London: New York: Verso.

BAUMAN, Z. (1989): *Modernity and the Holocaust*. Cambridge: Polity Press.

- BAUMAN, Z. (1993): *Postmodern Ethics*. Oxford: Basil Blackwell.
- BENHABIB, S. (1986) *Critique, norm, and utopia: a study of the foundations of critical theory*. New York: Columbia University Press.
- BERNSTEIN, J. M. (2001) *Adorno. Disenchantment and Ethics*. New York: Cambridge University Press.
- BERNSTEIN, R. J. (2002) *Radical Evil: a philosophical interrogation*. Oxford: Polity Press.
- BOLTANSKI, L. & THÉVENOT, L. (2006) *On Justification: Economies of Worth*. Princeton University Press.
- BOLTANSKI, L. (1999) *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRUNKHORST, H. (1999) *Adorno and Critical Theory (Political Philosophy Now)*. Cardiff: University of Wales Press.
- DELANTY, G. (Editor) 2004. *Theodor Adorno (Sage Masters in Modern Social Thought S.)* London; California, New Delhi: Sage. (Vol 1)
- DUNNING, E. & CURRY, G. (2006). "Escolas Públicas, Rivalidade Social e o Desenvolvimento do Futebol", in A. Gebara & L.A. Pilatti (orgs.), *Ensaio Sobre História e Sociologia nos Esportes*, Jundiaí, Fontoura.
- DUNNING, E. & ROJEK, C. (orgs.) (1992). *Sport and Leisure in the Civilizing Process*. Toronto, University of Toronto Press.
- DUNNING, E. (1996), "On Problems of the Emotions in Sport and Leisure: Critical and Counter-Critical Comments on the Conventional and Figurational Sociologies of Sport and Leisure". *Leisure Studies*, 15(3): 185-207.
- DUNNING, E. (1997). "Sport in the Quest for Excitement: Norbert Elias's Contributions to the Sociology of Sport". *Group Analysis*, 30(4): 477-487.
- DUNNING, E. (2003), *El Fenómeno Deportivo: Estudios Sociológicos en Torno al Deporte, la Violencia y la Civilización*. Tradução de Pedro González del Campo Román. Barcelona, Editorial Paidotribo.
- DUNNING, E. MALCOLM, D. & WADDINGTON, I. (org.) (2004). *Sport Histories: Figurational Studies of the Development of Modern Sports*. Londres e Nova York, Routledge.
- DURKHEIM, E. (1953): *Sociology and Philosophy*. London: Cohen&West.
- ELIAS, N. & DUNNING, E. (1966). "Dynamics of Group Sports With Special Reference to Football". *British Journal of Sociology*, 17(4): 388-402.
- ELIAS, N. & DUNNING, E. (1995). *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilización*. Tradução de Purificación Jiménez. 2ª edição, México, Fondo de Cultura Económica.

- ELIAS, N. & SCOTSON, J. (2000) *Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- ELIAS, N. (1994), *A Sociedade dos Indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- ELIAS, N. (2005), *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- ELIAS, N. (1998) *The Norbert Elias reader: a biographical selection*. Oxford, Blackwell Publishers.
- ELIAS, N. (1993) *O Processo Civilizador - Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (1994) *O Processo Civilizador –Uma história dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FINLAYSON, J. G. (2002) "Adorno on the Ethical and the Ineffable". *European Journal of Philosophy* 10 (1): 1-25.
- GIULIANOTTI, R. (2002). *Sociologia do Futebol: Dimensões Históricas e Socioculturais do Esporte das Multidões*. Tradução de Wanda N.C. Brant e Marcelo de O. Nunes. São Paulo, Nova Alexandria.
- GIULIANOTTI, R. (org.) (2004). *Sport and Modern Social Theorists*. Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- HAMMER, E. (2006) *Adorno and the Political*. London: Routledge.
- HOHENDAHL, P. U. (1991) *Reappraisals: shifting alignments in postwar critical theory*. Ithaca: Cornell University Press.
- HOHENDAHL, P. U. (1997) *Prismatic thought: Theodor W. Adorno*. Lincoln, Neb.: Univ. of Nebraska Press.
- HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. (2002) *Dialectic of Enlightenment. Philosophical Fragments*. Stanford: Stanford University Press
- HORKHEIMER, M. (1993) *Between philosophy and social science: selected early writings*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- JARVIS, S. (1998) *Adorno: A Critical Introduction (Key Contemporary Thinkers S.)*. Polity Press
- KALLSCHEUER O. (1995) *And Who is My Neighbor?* In: *Social Research*, 62/1. New York, N.Y.: Graduate Faculty of Political and Social Sciences, New School for Social Research.
- KEW, F. (1986), "Playing the Game: an Ethnomethodological Perspective". *International Review for the Sociology of Sport*, 21(4): 305-322.

- KORSGAARD, C. M. (1996) *The sources of normativity*. New York: Cambridge University Press.
- LEE, L. Y. (2005) *Dialectics of the body: corporeality in the philosophy of T.W. Adorno*. New York: Routledge
- MACINTYRE, A. (2001). *Depois da Virtude*. Bauru: Edusc.
- MESTROVIC, S. G. (1997) *Postemotional society*. London; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications.
- MULLER-DOOHM, S. (2005). *Adorno: An Intellectual Biography*. Cambridge: Polity Press
- O'NEILL, O. (1996) (Ed) *The sources of normativity*. Cambridge, UK: Cambridge U. Press.
- PENSKY, M. (1997) *The Actuality of Adorno: Critical Essays on Adorno and the Postmodern* (SUNY Series in Contemporary Continental Philosophy) NY: State University of New York Press
- PIPPIN, R. (2005) *The persistence of subjectivity. On the Kantian Aftermath*. Cambridge, UK: Cambridge U. Press.
- ROSE, G. (1978) *The Melancholy Science. An introduction to the thought of Theodor W. Adorno*. London: Macmillan.
- ROSE, G. (1981) *Hegel contra sociology*. London: Athlone; N.J.: Humanities Press.
- RUBIN, A. (2002). *Adorno. A critical reader*. Mass. Oxford: Blackwell
- SCHWEPPENHAUSER, G. (2004) "Adorno's Negative Moral Philosophy". in: HUHNS, T. (Ed) *The Cambridge Companion to Adorno*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- SHEARD, K. G. (1997). "Aspects of Boxing in the Western 'Civilizing Process'". *International Review for the Sociology of Sport*, 32(1): 31-57.
- SHERIDAN, H. (2003). "Conceptualizing 'Fair Play': a Review of the Literature". *European Physical Education Review*, 9(2): 163-184.
- SILBER, J. R. (1991) *Kant at Auschwitz*. In: Proceedings of the Sixth International Kant Congress. eds. G. Funke and T. Seebohm, p. 177-211.
- SMART, Barry. Sociology, Morality and Ethics: on being with others. In: RITZER, G. & SMART, B. (Ed). (2003) *Handbook of Social Theory*. London: Sage.
- TESTER, K. (1994) *Media, culture, and morality*. London; New York: Routledge.
- TESTER, K. (1997) *Moral culture*. London; Thousand Oaks: Sage

TESTER, K. (2001) *Compassion, morality, and the media*. Philadelphia: Open University.

TIEDEMANN, R. (Ed). (2003) *Can one live after Auschwitz? A philosophical reader*. California: Stanford University Press.

TURNER, B. (2003). "Warrior Charisma and the Spiritualization of Violence". *Body & Society*, 9(4): 93-108

Resumo

O objetivo deste trabalho é, a partir de um diálogo entre Sociologia Figuracional e Teoria Crítica, estabelecer a possibilidade e os termos da comparação entre o uso de regras de jogo e o uso de regras morais. Contrário à homologia simples entre o uso de regras nos esportes e o uso de regras na vida social, o trabalho argumenta que nos esportes a experiência representa o que seria a situação ideal da moralidade: um acordo sobre a justiça das regras e o esforço mútuo pelo estabelecimento da igualdade entre os envolvidos.

Palavras-Chave: Jogo, Regras Morais, Teoria Crítica, Sociologia Figuracional.

Abstract

Based on Figural Sociology and Critical Theory, this article aims to establish the possibility of comparing the usage of rules between games and morality. Opposed to the idea of a simple similarity linking game rules and moral rules, it is argued that sports practice represents the ideal situation for morality: an agreement about the fairness and justice of the rules and the mutual commitment to equality among the participants.

Key-words: Games, Moral rules, Critical Theory, Figural Sociology

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

MULHERES E EMPREENDEDORISMO NO BAIXO GRAMAME (PARAÍBA)

Uma leitura de gênero

Loreley G. Garcia, Mônica Francli,
Sandra Raquew S. Azevedo e Idalina Santiago

1 Introdução

Apresentamos neste artigo os resultados da pesquisa *Mulheres na construção de ações empreendedoras na zona rural de João Pessoa – Um estudo de caso*, realizada por docentes e alunas da Graduação em Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba⁸⁴. O estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia (CNPq), através do edital 045/2005, que fomenta pesquisas sobre Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos.

A pesquisa investigou os significados, práticas e impactos de um projeto de intervenção cujas ações se destinam a mulheres de baixa renda, moradoras da área rural da Grande João Pessoa: o Projeto de Beneficiamento de Pimenta, desenvolvido pela Congregação Holística da Paraíba Escola Viva Olho do Tempo - Evot. Fundada como uma ONG- Organização não Governamental, a Evot alcançou a categoria de Oscip- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, em 2005. Nossa análise foi norteada pela categoria gênero, buscando apreender de que modo as ações da instituição repercutiram na vida das participantes e em suas relações sociais, transformando ou, pelo contrário, reforçando os lugares de gênero socialmente atribuídos às mulheres no meio rural.

O trabalho de pesquisa foi realizado em 2006 e 2007, na região conhecida como Baixo Gramame, na bacia do rio Gramame, situada na fronteira entre os municípios de João Pessoa e Conde. Essa área, originalmente voltada para atividades produtivas rurais (pesca artesanal, agricultura de subsistência, coleta de animais silvestres, entre outros), está atualmente enfrentando o peso da especulação imobiliária, com a perspectiva de expulsão dos seus moradores mais antigos. Somando-se a isso, a Prefeitura de João Pessoa instalou no lugar, onde tradicionalmente habitavam sitiantes, pescadores e granjeiros, um conjunto habitacional com mais de 1300 moradias, para onde foram transferidas populações que viviam em áreas de risco, como lixões desativados. Relatos dos antigos moradores dessas comunidades assinalam o aumento da criminalidade e da violência desde então.

A partir do ano de 2004, a Evot desenvolve um projeto de desenvolvimento sustentável na área, mais precisamente nas comunidades de Engenho Velho e Gramame, em João Pessoa, e em Mituaçu, uma comunidade remanescente de quilombo, no município do Conde. As ações da Escola compreendem a revitalização histórica da área, atividades culturais e ecológicas, bem como projetos de empreendedorismo. A preocupação da Evot com a exploração do potencial econômico e cultural da região, na

⁸⁴ Além das autoras deste trabalho, participaram da pesquisa as graduandas em Ciências Sociais Ana Maria Rocha Cordeiro e Naldimara F. Vasconcelos, e a mestre em Sociologia Josilene Ribeiro. No primeiro ano, a pesquisa contou também com a participação de Rosalira Oliveira dos Santos (FUNDAJ) e de Noeme Brito, graduanda em Ciências Sociais.

perspectiva do desenvolvimento sustentável, fez com que o Baixo Gramame fosse a região escolhida em João Pessoa para o lançamento da Agenda 21 local.

A participação das mulheres é central na estruturação do trabalho, dentro e fora da instituição, de sorte que as primeiras atividades da Evot voltavam-se, principalmente, para o público feminino: o Ateliê de Costuras e Bordados Arte Viva e o Projeto de Beneficiamento da Pimenta. Nos contatos iniciais com as dirigentes da Evot, o grupo de mulheres foi apresentado como o carro chefe na condução e organização da comunidade, destacando-se pelo seu dinamismo e pela força de vontade. Algumas atividades atestavam essa iniciativa, como a Lanchonete das Meninas, a Tapiocaria da Baía, o Restaurante Rural da Benedita e a Quitanda da Judite, empreendimentos desenvolvidos pelas mulheres das comunidades em colaboração com o Sebrae.

De acordo com as dirigentes, as atividades com as mulheres se desenvolveram em consonância com uma filosofia muito cara à Oscip: trabalhar não a partir das carências e necessidades pessoais, mas dos sonhos individuais e coletivos. Dito de outro modo, o eixo que norteia as ações da Evot é o princípio da troca de conhecimentos, buscando despertar no indivíduo sua autonomia e acreditando no seu potencial. A instituição investe na transformação a partir do interior de cada pessoa, propagando-se daí as mudanças para a sua família, sua comunidade e seu ambiente. No decorrer da pesquisa, a visão oficial da Evot foi complementada, e muitas vezes contrastada, com as experiências, expectativas e opiniões das mulheres participantes desses projetos, mais especificamente do Projeto da Pimenta, que foi escolhido para nosso estudo de caso.

O Projeto de Beneficiamento da Pimenta é um subprojeto do projeto guarda-chuva Empreender, em articulação com a Prefeitura de João Pessoa. Nele, foram realizadas capacitações sobre manipulação de alimentos em parceria com o Projeto Cozinha Brasil e também um curso sobre agricultura orgânica. A comercialização dos produtos agrícolas da comunidade é realizada na feira do bairro de Valentina Figueredo e na feira do Cinturão Verde. A comunidade ainda dispõe de uma quitanda com três pessoas trabalhando. A Evot ajudou a montar a quitanda, com planejamento de plantio e levantamento dos preços. Além disso, organizou uma capacitação para pequenos empreendimentos, em parceria com o Programa de Extensão do CEFET-PB.

A perspectiva do projeto era formar um grupo de mulheres para implantação de uma cooperativa com expectativa de geração de renda. A meta a ser atingida era o plano do SEBRAE, ou seja, construir um plano de negócio e criar um empreendimento. Todavia esse projeto foi comprometido e não logrou a sustentabilidade desejada. Em 2005, quando do início das atividades, o Projeto da Pimenta agregava 14 mulheres das comunidades de Engenho Velho e Mituaçu. Quando iniciamos nossa pesquisa, um ano depois, apenas três mulheres continuavam engajadas, e a produção havia diminuído sensivelmente. Um olhar externo poderia pôr a luz alguns dos dilemas presentes nessa intervenção, mais difíceis de identificar por aqueles que estão diretamente envolvidos nas ações.

Desenvolver uma pesquisa num projeto de pequenas dimensões pode parecer, a princípio, pouco relevante. Entretanto, nossas indagações se inserem no esforço maior por conhecer e melhorar a situação das mulheres rurais. Esforço este que vem mobilizando as atenções da academia, dos movimentos sociais e do poder público de forma crescente desde os anos 1980 (SCOTT; CORDEIRO, 2006). Nesse sentido, a presente análise constitui um ponto de partida interessante, uma vez que a Evot joga hoje um papel importante na busca pelo desenvolvimento sustentável da região do Baixo Gramame, com ações passíveis de impactar a vida das mulheres nessas áreas.

Além disso, as ações da Evot, e mais especificamente o Projeto da Pimenta, apresentam algumas características que podem ajudar a conhecer melhor não só os

aprendizados, mas também os impasses de projetos de desenvolvimento voltados às mulheres rurais. Em primeiro lugar, embora boa parte dos projetos se destine a mulheres, a Evot não se propõe a trabalhar explicitamente com um enfoque de gênero. Essa é uma situação bastante comum nos projetos de desenvolvimento rural, que freqüentemente privilegiam a categoria “família”, sem considerar as hierarquias de gênero e geração que perpassam a unidade familiar. Pode-se pensar em vários fatores que contribuam à ênfase na categoria “família” nesse tipo de intervenções. Por um lado, a “agricultura familiar” costuma ser colocada como contraponto, resistência e alternativa ao agronegócio, sendo uma bandeira encampada por movimentos progressistas e em prol do desenvolvimento sustentável. Além disso, o modo de vida rural costuma ser apresentado como impermeável às mudanças e pautado pela tradição, numa visão que se articula com algumas das dicotomias clássicas nas ciências sociais como comunidade X sociedade, tradição X modernidade, solidariedade mecânica X solidariedade orgânica. (PAULILO, 2004). Nesse sentido, trabalhos que evidenciem as hierarquias de gênero e geração podem ser vistos como ameaças à ordem ideal, representada pelo modelo de família patriarcal, em que o pai é a figura principal de autoridade.

A literatura recente sobre mulheres rurais chama a atenção ao modo como as hierarquias de gênero se traduzem em desigualdades de direitos, notadamente no diferencial acesso à terra e à herança, bem como na invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres (BRUMER, 2004; CARNEIRO, 2001; PAULILO, 2004; SILIPRANDI, 2000). A busca por equidade nesses quesitos tem servido de mote para a organização de mulheres rurais nacionalmente. Afora a organização política, a introdução de novas alternativas para auferir renda pode facilitar o acesso das mulheres a recursos econômicos, ampliar seu capital social e, em última instância, melhorar sua posição na família e na sociedade. Porém, isso não ocorre de forma automática, uma vez que essas alternativas podem também ser incorporadas na categoria de “ajuda” do trabalho principal, masculino, em nada diminuindo as desigualdades de gênero. Nesse sentido, é interessante conhecer melhor as implicações de intervenções com mulheres rurais que não incorporam a abordagem de gênero, como ocorre nas ações da Evot. Quais os limites de uma intervenção com mulheres que não leva em consideração a perspectiva de gênero? E também, quais são os impactos nas relações de gênero que uma determinada intervenção, mesmo sem ter o enfoque de gênero, pode provocar?

Outro aspecto relevante da intervenção desenvolvida pela Evot, e que figurou entre as motivações deste estudo, é o fato de colocar em interrelação mulheres representantes de diversas situações e identidades. As dirigentes fazem parte, em sua maioria, das camadas médias urbanas e possuem educação superior. Já as destinatárias das ações são mulheres de baixa renda, nascidas no meio rural e com pouca escolaridade. Fazer parte de duas classes distintas não significa apenas ter mais ou menos acesso a recursos econômicos. A classe social, como também a origem (urbana ou rural), proporciona também uma visão de mundo e uma experiência de vida específica, que transparecem nos valores e significados de gênero. No concernente à etnicidade, o grupo de dirigentes contempla uma pluralidade de origens (afro-descendente, asiática e branca), diferentemente das destinatárias, que em sua maioria são pardas e negras. O componente étnico ficou evidenciado, sobretudo, nas dificuldades que a entidade enfrentou para implementar seus projetos na comunidade de Mituaçu, remanescente de quilombo, até o ponto de ter encerrado as atividades do Projeto da Pimenta nesse local. A diversidade também está presente, por fim, no interior de cada um desses dois grupos (dirigentes e destinatárias), sendo a negociação das

diferenças um desafio constante na Evot como, de resto, em boa parte dos projetos de desenvolvimento.

Uma terceira característica da proposta da Evot, é sua ênfase no empreendedorismo, a partir da inserção institucional de boa parte das ações no Projeto Empreender, anteriormente mencionado. O empreendedorismo ocupa uma posição ambígua no campo do desenvolvimento e, mais especificamente, nos projetos voltados às mulheres e à transformação das relações de gênero. Diante da dificuldade dos mercados formais de trabalho para absorverem satisfatoriamente a mão de obra feminina, as ações empreendedoras são identificadas por alguns agentes de desenvolvimento como escapatórias à pobreza e possibilidades concretas de geração de renda. Nessa perspectiva, pensa-se que tais ações gerariam automaticamente mudanças nos lugares tradicionais de gênero, ao possibilitar às mulheres acesso a recursos econômicos e a posições de poder. Já para outros autores, a adesão das mulheres a ações empreendedoras não necessariamente equilibra as relações de poder dentro das famílias, nem melhora sua posição na sociedade (PADILHA, 2008). Indo mais longe, o empreendedorismo é acusado, por vezes, de ser eufemismo para a informalidade, ocultando processos de precarização da mão de obra que não raro tornam mais difícil a vida das mulheres.

Neste trabalho, o empreendedorismo aparece como uma noção do campo, articulando práticas e representações orientadas para fora (busca de parcerias) e para dentro da instituição (projetos de empreendimento e metodologia de trabalho). Nesse sentido, a opção pelo empreendedorismo encontra sua tradução simbólica nos princípios holistas, que configuram a auto-definição da instituição (Congregação Holística Escola Olho do Tempo), principalmente na idéia de trabalhar com os sonhos e não com as necessidades dos beneficiários, na ênfase no potencial interior para a transformação das próprias condições de vida, e na organização do trabalho institucional em “rede”, em oposição a estruturas mais hierárquicas. No que tange especificamente às relações de gênero, a inserção da Evot no campo dos chamados neo-esoterismos também coloca questões para a reflexão, uma vez que o *feminino* aparece freqüentemente como um elemento estruturante nessas práticas, veiculando valores ligados à espiritualidade e aos princípios ecológicos (SCHWADE, 2004). No caso específico da intervenção analisada, mais do que uma criação simbólica de um *feminino* depositário de valores, a perspectiva neo-esotérica parecia se contrapor a uma abordagem de gênero pela sua ênfase no humano genérico: “a nossa meta é atingir pessoas, seres humanos que estão despertando para alguma coisa” (entrevista com dirigente da Evot).

As características acima mencionadas tornaram as ações da Evot, e mais especificamente o Projeto da Pimenta, uma experiência interessante sobre a qual se desenvolver um estudo de caso, adotando uma perspectiva de gênero. Vale notar que estudos de caso sócio-antropológicos constituem abordagens muito produtivas na análise de experiências de projetos de desenvolvimento, ao permitirem contrastar diversas visões em jogo, verificar os entraves e avanços no processo com vistas inclusive ao aproveitamento dessas experiências em projetos maiores, a troca de conhecimentos dentro desse campo e, em alguns casos, o questionamento de suas premissas (POTTIER, 1993). Entretanto, a realização desses estudos não tem acompanhado o notável crescimento dessas iniciativas, alavancadas pelo fortalecimento da sociedade civil no Brasil e no mundo. Nesse aspecto, este trabalho soma-se a outras iniciativas semelhantes, ressaltando que ainda se torna necessário aumentar o conhecimento das dinâmicas e dos impactos desses projetos, que são vistos hoje como possíveis alternativas para minimizar as desigualdades e levar desenvolvimento, ou

melhoria na qualidade de vida, de vários segmentos (BURGHART, 1993; GARBER; JENDEN, 1993; PISCITELLI, 1996).

O desenho da pesquisa priorizou dois eixos. Em primeiro lugar, buscamos realizar uma análise das relações estabelecidas pelas mulheres envolvidas no planejamento e execução das ações do Projeto da Pimenta, situando-as em relação às condições sócio-econômicas e culturais das suas proponentes e participantes, levando em consideração as hierarquias e diferenças existentes entre elas – raça, classe social, geração e origem (rural ou urbana). Quais são as representações que dirigentes e destinatárias têm sobre si e sobre as outras mulheres? Como se processam as negociações para definição de atividades, papéis a serem desempenhados, objetivos e processos de avaliação?

Em segundo lugar, tentamos conhecer e avaliar o impacto do projeto na vida cotidiana das mulheres envolvidas, principalmente no que diz respeito a mudanças em sua autonomia e na distribuição de poder nas relações domésticas e comunitárias, processos que na literatura especializada costumam ser incluídos no conceito de “empoderamento”. Até que ponto a participação das mulheres no projeto trouxe transformações na sua posição de gênero? Que outros impactos decorreram da participação no Projeto?

Para alcançar nossos objetivos, utilizamos entrevistas e observação direta como as principais técnicas de pesquisa. As entrevistas semi-estruturadas seguiram roteiro específico para cada um dos grupos (dirigentes e destinatárias), de modo a pôr em evidência as vozes das várias mulheres envolvidas no Projeto da Pimenta, sublinhando as semelhanças e diferenças entre as percepções a respeito do processo no qual estavam coletivamente engajadas. Para isso, partimos da idéia de que o Projeto da Pimenta podia ser compreendido como uma “arena de interação social”, na qual as mulheres negociavam os significados das suas ações. As entrevistas, bem como a observação direta, propiciaram a oportunidade de captar uma leitura específica das diferentes personagens envolvidas, seus conflitos e alianças em torno deste processo de negociação.

Os resultados da pesquisa foram publicados num livro (GARCIA; FRANCH, 2008) e apresentados às entrevistadas em duas reuniões – uma com as dirigentes, outra com as beneficiárias.

2 Mulheres e diversidade: os vários ângulos do Projeto da Pimenta

Para compreender melhor como mulheres tão diferentes interagiram no Projeto, nos inspiramos em Schmidt e Tannenbaum (2000), que apontam um leque de diferenças passíveis de gerar discordância entre grupos. Entre elas: os *fatos*, ou seja, quando os grupos elaboram diferentes interpretações que levam à aceitação ou rejeição de determinadas informações; os *objetivos*, isto é, diferentes visões do que pode ser alcançado, dependendo do lugar e da posição que os sujeitos ocupam numa dada situação; os *métodos*, discordância em torno dos procedimentos, estratégias e táticas que devem ser adotados; e, por fim, *valores*, quando entram em choque atitudes éticas e considerações de ordem moral.

Se partirmos do mote do projeto Empreender, percebemos que a noção de empreendedorismo comporta uma multiplicidade de interpretações para as dirigentes e para as mulheres beneficiárias do Projeto Pimenta. Pode-se afirmar que as dirigentes são empreendedoras, de acordo com a noção usual desse conceito (HISRICH; PETERS, 2002), isto é, elas conseguiram criar uma nova atividade, abrindo e aproveitando oportunidades para isso. Essa nova atividade tem dois aspectos: a revitalização

econômica da região do Baixo Gramame, a partir de uma série de projetos para a geração de renda, entre os quais a Pimenta; e a indução a mudanças de atitude dos moradores em relação a sua percepção de sua capacidade como agentes de sua própria vida. Fogo, uma das idealizadoras da Escola⁸⁵, é quem melhor apresenta esse perfil:

Aí quando eu completei 50 anos, bom, agora eu já estou boa pra inventar qualquer coisa. Aí sentada no quintal, entre aquelas plantas maravilhosas...: "Eu vou vender essas coisas todas que eu tenho"; porque essa transformação começa na gente mesmo. "Aí vou abrir uma escola e vou aprender coisa, eu vou colocar essas coisas que eu aprendi na minha vida em prática e vou ver se eu tiro dez na minha prova". Enfim, peguei juntei todas as coisas, vi o que tinha dentro da casa que eu podia aproveitar pra tirar dinheiro... e saí procurando um lugar que tivesse água pra dá minha contribuição ao universo, e achei aqui.

Como se pode perceber no trecho acima, trata-se de um empreendimento que não persegue a geração de renda. Essa característica precisa ser compreendida em relação com a situação sócio-econômica das dirigentes, três delas já aposentadas e com uma situação financeira acorde com suas expectativas de consumo. O perfil da quarta dirigente difere em relação a essas três, pois trata-se de uma mulher jovem, moradora da região, que espera obter da Escola profissionalização e um meio de vida. Para as três dirigentes aposentadas, a ação de empreender é claramente voltada à auto-satisfação, na medida em que se credita à Evot a possibilidade de crescimento pessoal, inclusive na sua dimensão de espiritualidade:

Todos nós acreditamos que a gente conseguiria um crescimento mais a nível espiritual, em busca da paz, da felicidade mesmo, fazendo o bem, fazendo... buscando sempre essa... entender esse funcionamento da natureza, o funcionamento das pessoas. Então, como é que a gente pode ajudar ao outro? Como a gente pode despertar a gente mesmo pra poder estar sempre ajudando um ao outro? Acho que é um pouco nesse sentido, sabe. (Água)

A participação na EVOT aparece, para suas dirigentes, não apenas como um trabalho, mas como um projeto de vida, que se apóia numa visão messiânica de sua ação e em representações do trabalho como fonte de aprimoramento pessoal. Com efeito, as dirigentes acreditam estarem contribuindo com uma mudança positiva na vida das comunidades, o que reflete imediatamente numa mudança positiva nelas próprias. Trata-se de uma visão circular, dialógica, onde a ação tem poder transformador sobre o agente tanto como sobre o atuado. Em outros termos, a ação da Evot, de acordo com essa percepção, pode ser lida a partir da Teoria da Dádiva (MAUSS, 1974), uma vez que inaugura um circuito de trocas materiais e simbólicas entre a Oscip e as três comunidades.

Já para as participantes do Projeto Pimenta, a idéia do empreendedorismo não reporta tanto ao crescimento pessoal, e sim à capacitação para obtenção de renda. Essa expectativa veicula representações do trabalho como meio de sobrevivência, e não enquanto fonte de satisfação individual, como aparecia entre as dirigentes. Tratando-se de comunidades de baixa renda e com poucas possibilidades de angariar recursos, a

⁸⁵ Todos os nomes foram substituídos por pseudônimos relativos a características de cada um dos dois grupos em questão. Nomeamos as dirigentes a partir dos quatro elementos (água, terra, fogo e ar) e atribuímos às beneficiárias nomes de tipos de pimentas.

instalação da Evot é vista como uma oportunidade para suprir essa ausência. A expectativa financeira foi especialmente evidenciada na comunidade de Mituaçu, não por acaso o lugar mais afastado da área urbana de João Pessoa, e entre as mulheres jovens casadas, em fase de expansão do grupo doméstico. Os trechos abaixo dão uma noção dessa expectativa:

[eu esperava] que a gente ia se dar bem, que a gente ia trabalhar... a gente pensou até que ia ganhar alguma coisa com isso, né, dinheiro, porque a gente trabalha porque precisa. Eu pensei que a gente ia ganhar dinheiro todo mês. (Jalapeño)

E nós querendo ir, porque a gente foi nascida e criada na agricultura, nunca quer morrer na agricultura que nem os nossos pais, né. Sonhava com coisa melhor. [...] No começo eu achava que era assim, vamos dizer, o lugar certo de tirar o pé da lama, só que a gente deu com os burros n'água. (Dedo de Moça)

Inicialmente, as participantes da Pimenta mulheres acreditaram que estavam, através desse e de outros projetos oferecidos pela instituição, começando uma ação empreendedora. Entretanto, a frustração da expectativa de auferir renda levou ao desinteresse da maioria delas com conseqüente abandono do Projeto. Pensando na ação da Evot como um círculo de dádiva, apenas três mulheres sentiram-se integradas nele, e ainda permanecem na instituição. Elas recebem da Evot crescimento interno, renda esporádica, sociabilidade e reconhecimento e doam tempo e trabalho na produção das pimentas e apoio. Tornam-se, deste modo, a porta de entrada da Escola nas comunidades:

Eu fui para EVOT em busca de um sonho que é trabalhar com informática, fui atrás do meu sonho. (Cumari)

Porque pra mim é até um lazer, eu nunca trabalhei fora, depois que eu me casei fiquei só nessa rotina de casa, de dona de casa de criar filho, era até difícil pra trabalhar com cinco filhos, e agora to livre, leve e solta [risos] pra mim é até um divertimento, eu acho bom, foge da rotina, é diferente e isso é que eu gostei, estou sempre envolvida em alguma coisa, sempre, sempre. (Pimenta do Reino)

Pensando na situação das três mulheres que se sentem inseridas no circuito da dádiva, é interessante perceber seu momento em relação ao ciclo de expansão do núcleo doméstico (FORTES, 1958): as três mulheres se encontravam no momento de dispersão de suas famílias, com os filhos já crescidos e parcialmente autônomos – situação que as aproxima das três dirigentes. Uma quarta beneficiária, que havia saído da Pimenta mas continuava vinculada a outras atividades da instituição, ainda não havia constituído seu próprio núcleo doméstico, encontrando-se disponível para o investimento em seu futuro individual através da informática. O círculo da dádiva, incorporando uma moratória temporal entre o dom e a sua retribuição, exige de seus participantes a suspensão da urgência em prol da manutenção das trocas. Não por acaso, as mulheres que abandonaram o Projeto são chamadas pelas dirigentes e por aquelas beneficiárias que estão inseridas no círculo da troca como “imediatistas”, acusação que evidencia a exigência de um tempo a investir no círculo.

As onze mulheres que abandonaram o Projeto da Pimenta não se consideram, portanto, inseridas no círculo da dádiva, ou pelo menos não subtraem da Evot compensações suficientes para prosseguir no projeto, mesmo quando reconhecem aspectos positivos na intervenção, como a sociabilidade, a abertura para conhecer novas pessoas e lugares. Em casos extremos, percebe-se uma reciprocidade negativa, pois as pimenteiras pensam que dão muito mais (tempo, trabalho, saúde, gasto com transporte) do que recebem, acusando a Oscip de explorá-las ou de enriquecer às custas de seu trabalho.

Não dava lucro pra gente... a gente só gastava, gastava, gastava, e não tinha lucro. Porque a gente pagava passagem pra vim... nos dias e não tinha retorno pra gente. (Pimenta de Cheiro)

A pimenta não achei bom, não. Eu não gostei não porque eu adoeci. Aí eu não gostei por causa disso, né, porque eu adoeci com um queimor no pé, aonde o caldo da pimenta batia. (Cambuci)

Um segundo aspecto a ser considerado ao se discutir as diferenças entre as mulheres é a forma de organização do trabalho no Projeto Pimenta, isto é, de que modo se processam as negociações para definição de atividades, papéis a serem desempenhados, objetivos e processos de avaliação. A metodologia de trabalho da Evot não é clara, porém ficou notória a divisão entre trabalho intelectual (planejamento, seleção de projetos, articulação e contatos com parceiros etc.), desenvolvidos pelas dirigentes da Evot, e o operacional (processamento da pimenta, fabricação dos doces e venda), realizado pelas pimenteiras da comunidade. Essa diferença entre as funções de umas e outras não rompe com a divisão tradicional de trabalho pensante e braçal, destinando o primeiro para as mulheres de classe média e com ensino superior, e reservando o segundo para aquelas com baixa escolaridade e renda: "Eu só achei ruim uma coisa, porque eu ia participar de tudo, mas quem sabia ler sabia de tudo e quem não sabia ficava só olhando". (Caiena).

Claramente, portanto, o processo de trabalho não contribui para o empoderamento e autonomia das destinatárias, pois não propicia inserção nos espaços públicos, seja no planejamento das ações, seja no exercício da tomada das decisões. A pouca participação das mulheres das comunidades nos processos decisórios das atividades da Evot redundava numa intervenção de caráter vertical, onde não se verifica a tão propalada emergência dos sonhos, pelo menos no caso do Projeto Pimenta. Talvez essa ausência explique o fato de as mulheres não se sentirem partícipes da Evot, e manifestarem uma série de críticas, reais ou imaginárias, que vão desde as queixas relativas à falta de transparência até o questionamento do gerenciamento das ações.

Apesar do discurso da Evot enfatizar que as ações são construídas coletivamente, a partir dos anseios das comunidades, o que o Projeto da Pimenta nos revela é que as ações, nesse caso específico, foram construídas ao acaso, sem qualquer planejamento, consulta prévia ou mecanismos de monitoramento e avaliação. Esse amorismo ou espontaneísmo das ações gerou, nas mulheres, aquilo que a própria Oscip sempre criticou, a desmotivação. Depois de dois anos investindo no Projeto, sem perceber a renda esperada, sem perspectiva de melhora, passando por percalços em viagens sem estrutura e sofrendo pressões na família, não viram mais sentido em permanecer nesse Projeto.

2 Impactos do projeto e relações de gênero

Os impactos que a participação no Projeto da Pimenta e, de modo geral, nas atividades da Evot trouxeram para as mulheres podem ser divididos, de um lado, em individuais e coletivos e, do outro, em negativos e positivos. O único impacto coletivo diz respeito ao papel da Evot na mediação com a esfera governamental e outros agentes de desenvolvimento, na visibilidade da região e na possibilidade de investimentos públicos na área.

Quanto aos impactos individuais, a maioria das mulheres, mesmo as que abandonaram o projeto, relatam várias melhoras advindas de sua participação nas atividades da instituição. Essas melhoras dizem respeito à sociabilidade – “conhecer mais pessoas” – e ao desenvolvimento de habilidades, não apenas técnicas (“aprender a mexer com pimenta”) mas também de ordem pessoal e interativa, como “aprender a falar”, “perder a vergonha”, “aprender a vender”. Nesse sentido, a Evot aparece às vezes como uma via para se alcançar o auto-conhecimento e fortalecer a auto-estima (“fortalecer o ego”).

Igualmente, as feiras onde os derivados da pimenta são comercializados parecem ter tido um papel importante na abertura de horizontes ao permitirem às mulheres conhecerem “culturas diferentes”. As viagens, ligadas tanto às feiras como a capacitação, também são enfatizadas nesse sentido. Cursos, capacitações e seminários fazem parte, em alguns casos, dos impactos positivos mencionados pelas mulheres participantes.

Foi uma experiência muito grande, eu moro aqui, nascida aqui, mas nunca fui ao Porto de Cabedelo, nunca tinha visto um navio, lá me proporcionou isto...aprendi muita coisa, umas culturas diferentes, ate o jeito de se expressar com as pessoas, eu não sabia. (Dedo de moça)

A gente conhece gente de fora, de outros lugares, prova comidas que a gente nunca comeu, são varias coisas, novos amigos das outras comunidades, ter contato que não tínhamos. (Pimenta de cheiro).

Para algumas mulheres idosas, o Projeto da Pimenta foi uma forma de “sair de casa”, constituindo assim “um passatempo” importante em seu cotidiano. Já no que diz respeito aos aspectos materiais, poucas são as mulheres que referem ter tido um impacto positivo em suas finanças após a inserção nas atividades da Evot.

Entretanto, houve também impactos negativos advindos da participação do Projeto da Pimenta e nas atividades da Evot. Duas mulheres afirmam ter adoecido em decorrência do manejo da pimenta, sem ter recebido apoio da instituição para lidar com esse transtorno. O caso mais sério de impacto negativo é o de uma Cambuci, que, através da Evot, fez um empréstimo com o Pronaf para a criação de galinhas. Segundo essa mulher, o projeto não vingou e ela ainda adquiriu dívidas. O saldo de sua passagem pela Evot foi, a julgar pelo seu depoimento, uma queda na renda e na qualidade de vida. Em outros casos, a Evot parece não ter impactado em nada a vida das mulheres, não tendo trazido contribuições, mas também nenhum prejuízo.

Outra forma de perceber o impacto da intervenção no que diz respeito às relações de gênero é analisar o apoio familiar para a participação das mulheres no Projeto da Pimenta. A questão do apoio ou da oposição das redes próximas às mulheres (família e comunidade) informa sobre o contexto em que o Projeto se desenvolveu,

sobre o processo individual de entrada e saída dos projetos e, por fim, sobre a forma como as relações de gênero se organizam nas comunidades. Percebe-se que, de um modo geral, a família apóia a participação das mulheres na medida em que existe possibilidade de ganho financeiro, mas se esse retorno demora, e se a presença das mulheres nas atividades do projeto compromete o tempo dedicado às tarefas domésticas, essa participação é desestimulada ou até mesmo proibida. Conflitos familiares surgem nesse momento, e a Evot, mesmo tomando conhecimentos disso, não interfere por considerá-los de foro íntimo.

É importante destacar que esta lógica está ligada ao momento de desenvolvimento do ciclo familiar (FORTES, 1958) e, conseqüentemente, ao papel socialmente atribuído às mulheres em cada um desses momentos. Mulheres jovens solteiras não enfrentaram uma oposição da família ou, no máximo, precisaram encarar uma oposição fraca, facilmente contornável.

O quadro muda no caso de famílias em fase de expansão de seu ciclo doméstico, isto é, mulheres casadas com crianças ainda dependentes econômica e socialmente. A saída das pimenteiras para as atividades da Evot, nesses casos, precisa ser legitimada não diante dos pais dessas mulheres, mas principalmente, de seus maridos, que cobram sua presença em casa, sobretudo se não houver retorno financeiro. Deste modo, as quatro mulheres casadas na faixa de 29 a 30 anos foram as que mais sofreram pressão por parte dos maridos para o abandono das ações da Evot. A forma como essa pressão aparece, porém, é diferente no caso de Tabasco, cujo marido não interferiu em demasia, e no de Malagueta, que enfrentava ameaças de divórcio. A continuidade do núcleo familiar é, em todos os casos, defendida pelas mulheres. De fato, é a responsabilidade das mulheres com sua família que justifica tanto a busca de uma atividade externa, como seu abandono quando não é possível conciliar as duas esferas – Projeto e família. Nesse sentido, embora o Projeto possa ter trazido contribuições em termos de sociabilidade, auto-estima e auto-confiança, ele não se traduz numa maior presença de projetos individuais para essas mulheres (os “sonhos”), nem na distribuição das tarefas domésticas.

Na minha família, ninguém nunca concordou. Nem meu pai, nem meu marido, não gostavam (risos) Não gostavam não, porque desde o começo eles achavam assim, que Fogo queria crescer na vida usando a gente, era um...eles usavam esse termo mesmo! [...] Não, quando eu saí de lá, eles falavam assim “não, eu não falei pra você que isso não ia dar certo e aquela mulher é enrolona”. (rs) Essas coisas assim que eles falavam. Era assim, eles botavam pra baixo. Quando eu fui, eles botaram pra baixo, quando eu saí, foi que botaram pra baixo mesmo. Só negativo... (Dedo de Moça).

A mesma lógica ajuda a compreender o fato de que seja entre as mulheres de mais idade que menos observamos interferência negativa das famílias. Oito mulheres encontravam-se na fase conhecida como de dispersão do ciclo doméstico, isto é, com filhos já casados, relativamente independentes, e às vezes até com netos. Nesses casos, a responsabilidade maior com o núcleo familiar já foi cumprida, sendo portanto possível sair de casa em busca da sociabilidade, da aprendizagem ou da realização de desejos antigos.

Eles falavam pra mim ir, sair um poço de casa né, que a gente só dentro de casa fica estressado sem fazer nada, né. Faz as coisa em casa, aí fica sem fazer nada...Meu marido não reclamava, não...Ele

deixava eu ir... [...] Meu marido me influenciava muito, ele...pra qualquer coisa que eu quero fazer, assim, uma escola, participa de alguma reunião, ele gosta muito, né. Ele não fala nada...Ele fala pra mim ir. As vez eu falo que eu não quero ir, aí, ele: “não, vai que é bom”, e tal. (Pimenta Rosa)

O meu marido, ele não concorda com nada. Ele não concorda com nada nesse mundo. Tudo pra ele... tudo pra ele é besteira, ignorância, é perda de tempo... e as crianças, as crianças não tem... assim, quando eu quero eu vou, eu sempre acostumei eles assim, eu sou a mãe, as vez eu faço uma mesa redonda, mas se eu decidir, eles assinam embaixo. (Calabresa)

4 Considerações finais

Pensando nas tensões entre empreendedorismo e gênero anteriormente apresentadas, uma primeira constatação que pode ser feita é a de que empreender não significa necessariamente empoderar, sobretudo quando as instâncias de poder e de controle social são desiguais e o empreendimento não atinge sua meta, que é gerar renda. No Projeto da Pimenta ora discutido, a falta da perspectiva de gênero acabou por ser um dos fatores da descontinuidade, pelo fato de não se considerar o papel econômico das mulheres na comunidade. Com efeito, as mulheres possuem responsabilidades muito bem definidas que colocam limites até onde elas podem arriscar numa atividade empreendedora por tempo definido. O que a Evot interpretou como imediatismo, em verdade, reflete o quanto está consolidado o papel produtivo das mulheres nessas comunidades.

Na área rural há ainda a dificuldade de se enxergar a contribuição das mulheres enquanto trabalho, o que também gerou problemas na intervenção. As mulheres, por exemplo, estão fora do projeto Mandala de produção agrícola, reservando-se a elas atividades que reforçam os lugares tradicionais de gênero: bordado, pimenta e costura. O trabalho produtivo das mulheres, na visão das dirigentes e delas próprias, aparece mais como uma “ajuda” do que como parte efetiva integrante da renda familiar, mesmo quando muitas vezes elas se configuram como o único esteio da família. Acreditamos que um projeto voltado ao empoderamento nas suas várias facetas, principalmente no aumento das oportunidades econômicas, educativas ou de saúde, teria sido mais eficaz para essas mulheres, que certamente teriam ocorrido e participado ativamente.

Articulada à abordagem de gênero, as questões de geração e etnia oferecem novas pistas para compreender as dificuldades e impasses de projetos de empreendedorismo voltados às mulheres rurais. Como vimos, o momento do ciclo de vida das mulheres, que precisa ser entendido em relação ao processo de formação de famílias, influencia o tipo de demanda de intervenção. Entende-se, desse modo, que as atividades voltadas à juventude (estando a categoria jovem proximoamente atrelada ao estado de solteiro e sem filhos) figurem hoje entre as de maior sucesso na Evot, e que a mulher casada, em fase de expansão de seu grupo doméstico, seja a mais refratária às ações, que vem adquirindo uma feição lúdica, mas não lucrativa. Lógica semelhante se aplica às mulheres de mais idades, e é interessante perceber como dirigentes e beneficiárias se aproximam nesse quesito. Por fim, o papel produtivo das mulheres apareceu com mais força em Mituaçu, comunidade remanescente de quilombo, sendo esse o lugar onde também se verificou o maior embate instituição/beneficiárias.

Apesar de não trabalhar com gênero, as atividades do Projeto da Pimenta terminaram ocasionando alguns impactos positivos nesse campo, ao propiciarem o

aumento da sociabilidade e participação das mulheres em atividades públicas, extrapolando os limites da vida doméstica e comunitária. Elas viajaram, conheceram gente nova, perderam timidez, expandindo aptidões comerciais, saberes, abrindo caminhos para uma perspectiva de empoderamento. Já no domínio doméstico, a maior circulação das mulheres não trouxe uma distribuição mais igualitária de tarefas nem maior valorização social delas.

Em síntese, se pensarmos nos aspectos apresentados por Schmidt e Tannenbaum (2000), pode-se afirmar que houve notáveis discrepâncias na compreensão dos fatos, objetivos, métodos e valores em torno do Projeto Pimenta. Assim sendo, dessa experiência depreende-se que é necessário considerar a diversidade de sujeitos envolvidos nas diversas ações da Escola. Isto é, compreender que o coletivo de mulheres é, em verdade, perpassado por hierarquias de classe, de origem (rurais e urbanas), geração e escolaridade (letradas e não letradas), que se expressam no processo de trabalho, colocando limites ao sucesso das práticas.

Referências Bibliográficas

BARRUG, Maruja; WEHKAMP, Andy (Ed.). *Sin morir en el intento: Experiencias de planificación de género en el desarrollo*. Lima: NOVIB, 1994.

BENERIA, Lourdes; SEN, Gita. Accumulation, Reproduction and Women's Role in Economic Development: Boserup Revisited. In: VISVANATHAN, N. et al. (Coord.). *The Women Gender and Development Reader*. London: Zed Books, 1998.

BOSERUP, Ester. *Women's role in economic development*. Londres: Allen and Unwin, 1970.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher no Rio Grande do Sul. *Revista de Estudos Feministas*, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, p.205-227.

BURGHART, Richard. His lordship at the Cobblers' well. In: HOBART, Mark. *Na anthropological critique of development: The growth of ignorance*. London: Routledge, 1993.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores brasileiros. *Revista de Estudos Feministas*, ano 9, 2º semestre de 2001, p.22-55

CASTRO, Mary Garcia. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: Apontamentos para uma teoria regional do gênero. In: *Mulher e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1991.

CORRÊA, Sonia. *Relações desiguais de gênero e pobreza*. Recife: SOS Corpo, 1996.

FORTES, Meyers. Introduction. In: GOODY, J. (Ed.). *Development Cycles in Domestic Groups*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla; CAMURÇA, Silvia. *Ajuste estrutural, pobreza e desigualdade de gênero*. Um caderno feminista de informação e reflexão para organização de mulheres. 2. ed. Recife: SOS Corpo, 2003.

GARBER, Bill; JENDEN, Penny. Anthropologists or anthropology? The Band Aid perspective on development projects. In: POTTIER, Johan. *Practising development. Social science perspectives*. New York: Routledge, 1993.

GARCIA, Lorely; FRANCH, Mónica (orgs.) *A pimenta e o sonho*. Gênero e empreendedorismo na zona rural de João Pessoa. Campina Grande: Editora Universitária da UEPB, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: _____. *Mulher e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: IBAM e Unicef, 1991. p. 23-38.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. O. *Entrepreneurship*. Boston: Irwin e McGraw Hill, 2002.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. O. *Entrepreneurship*. Boston: Irwin e McGraw Hill, 2002.

MAUSS, Marcel. O ensaio sobre o dom. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU e Edusp, 1974. v. 2.

OSTROM, Elinor. A Behavioral approach to the rational choice theory of collective action. *American Political Science Review*. v. 92, n. 1, p. 1-22, 1998.

PADILHA, Beatriz. O empreendedorismo na perspectiva de gênero: Uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal. *Migrações*, n.3, outubro 2008, p.191-215.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, p. 229-252.

PISCITELLI, Adriana (1996). Third World Practices, First World Funding and the Women Between: a Case Study in Brazil. *Atlantis. A Women's Studies Journal*. Vol. 21.1.

PORTOCARRERO, Patricia (Ed.). *Mujer en el desarrollo*. Balance y propuestas. Lima: Flora Tristán, 1990.

POTTIER, Johan. *Practising development. Social Science Perspectives*. New York: Routledge, 1993.

ROCHE, Chris. *Avaliação de Impacto dos trabalhos de ONGs*. Aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo: Cortez e ABONG; Oxford: Oxfam, 2002.

SCHMIDT, W.M.; TANNENBAUM, R. Management of Differences. *Harvard Business Review on Negotiation an Conflicts Resolution*. Harvard Business Scholl Press, 2000.

SCHWADE, Elisete. Referências ao feminino nas práticas neo-esotéricas. In: LAGC, Mara Coelho de Souza et al. *Interdisciplinariedade em diálogos de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

SILIPRANDI, E. Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento: considerações a partir da extensão rural. In: *X Congresso Internacional de Sociologia Rural*, 2000, Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2000. 15 p., paper 1317. 1 CD.

Resumo

Neste trabalho, discutimos a intervenção, desenvolvida por uma ONG, voltada para promoção de ações empreendedoras geradoras de renda, para mulheres rurais, na região da Bacia do Rio Gramame (Paraíba/Brasil). Nessa situação encontramos vários conflitos e tensões em um cenário caracterizado por mulheres de diferentes origens e situações, além da ausência da perspectiva de gênero no projeto de empreendedorismo. A partir de pesquisa qualitativa junto às promotoras e às beneficiárias, percebemos que o projeto teve um impacto reduzido não apenas no combate às desigualdades de gênero, como também na melhoria da qualidade de vida das beneficiárias, ao desconsiderar o importante papel econômico dessas mulheres em suas comunidades e nos projetos de desenvolvimento do país.

Palavras-chave: gênero, empreendedorismo, mulheres rurais.

Abstract

In this paper, we discuss the intervention developed by an NGO, that promotes entrepreneurial activities, which generates income for women of the rural area next to the drainage-basin from Gramame River (São Paulo / Brazil). In this situation we found several conflicts and tensions in a scenario characterized by women of different backgrounds and situations, in addition to a lack of gender perspective from the entrepreneurs design. From qualitative research with the promoters and beneficiaries, we perceived that the project had its impact; not only on fighting against gender inequalities, but also on improving life's quality for women, diminished. The main reason for this failure is the disregard of the important economic role of women in their communities and for the development of the country.

Key-words: gender, entrepreneurship, rural women.

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

BOLA NO PÉ E CANETA NA MÃO: FUTEBOL E DIREITO EM BUSCA DO FALTO PERDIDO

Adriano de León

Decisão de juiz não se discute, se cumpre. O estabelecimento desta máxima na mentalidade do brasileiro revela uma questão fulcral: o sistema jurídico é uma das grandes estruturas produtoras de verdades. O que eu me proponho neste não é o debate filosófico sobre o que seria a verdade, se ela teria algum grau de relatividade, se ela se aplicaria universalmente, se ela seria neutra. O meu interesse é que estas verdades produzidas também produzem sujeitos, sujeitos portadores desta verdade, sujeitos que impõem um tipo de poder tão drástico e eficiente ao ponto de não se permitir discuti-lo, de se esgueirar de confrontá-lo com outras formas de verdade, de se calar deixando este poder assim cada dia mais forte, mais real, mas “natural”.

Em agosto de 2007, um Juiz de Direito da cidade de São Paulo julga improcedente uma queixa-crime, descrita em seguida, a qual tomo como arquivo de análise de uma dada verdade. Nesta queixa-crime, o meio-campista Richarlyson decidiu ir à Justiça após o cartola do Clube Palmeiras, José Cyrillo Júnior, citar seu nome como jogador de futebol gay. Com base no artigo 22 da Lei de Imprensa, a qual versa sobre injúria por meio da mídia, o jogador entrou com uma queixa-crime contra o cartola. Pelas mãos do juiz de Direito Manuel Maximiano Junqueira Filho, a queixa foi rejeitada nestes termos:

Processo nº. 936-07⁸⁶

A presente Queixa-Crime não reúne condições de prosseguir.

Vou evitar um exame perfunctório, mesmo porque, é vedado constitucionalmente, na esteira do artigo 93, inciso IX, da Carta Magna.

1. Não vejo nenhum ataque do querelado ao querelante.

2. Em nenhum momento o querelado apontou o querelante como homossexual.

3. Se o tivesse rotulado de homossexual, o querelante poderia optar pelos seguintes caminhos:

3. A – Não sendo homossexual, a imputação não o atingiria e bastaria que, também ele, o querelante, comparecesse no mesmo programa televisivo e declarasse ser heterossexual e ponto final;

3. B – se fosse homossexual, poderia admiti-lo, ou até omitir, ou silenciar a respeito. Nesta hipótese, porém, melhor seria que abandonasse os gramados...

Quem é, ou foi BOLEIRO, sabe muito bem que estas infelizes colocações exigem réplica imediata, instantânea, mas diretamente entre o ofensor e o ofendido, num TÊTE-À TÊTE”. Trazer o episódio à Justiça, outra coisa não é senão dar dimensão exagerada a um fato insignificante, se comparado à grandeza do futebol brasileiro.

Em Juízo haveria audiência de retratação, exceção da verdade, interrogatório, prova oral, para se saber se o querelado disse mesmo... e para se aquilatar se o querelante é, ou não...

4. O querelante trouxe, em arrimo documental, suposta manifestação do “GRUPO GAY”, da Bahia (folha 10) em conforto à posição do jogador. E também suposto pronunciamento publicado na Folha de São Paulo, de autoria do colunista Juca Kfourri (folha 7), batendo-se pela abertura, nas canchas, de atletas com opção sexual não de todo aceita.

⁸⁶ Processo da nona vara criminal da Comarca de São Paulo

5. Já que foi colocado, como lastro, este Juízo responde: futebol é jogo viril, varonil, não homossexual. Há hinos que consagram esta condição: "OLHOS ONDE SURGE O AMANHÃ, RADIOSO DE LUZ, VARONIL, SEGUE SUA SENDA DE VITÓRIAS..."

6. Esta situação, incomum, do mundo moderno, precisa ser rebatida...

7. Quem se recorda da "COPA DO MUNDO DE 1970", quem viu o escrete de ouro jogando (FÉLIX, CARLOS ALBERTO, BRITO, EVERALDO E PIAZA; CLODOALDO E GÉRON; JAIRZINHO, PELÉ, TOSTÃO E RIVELINO), jamais conceberia um ídolo seu homossexual.

8. Quem presenciou grandes orquestras futebolísticas formadas: SEJAS, CLODOALDO, PELÉ E EDU, no Peixe: MANGA, FIGUEROA, FALCÃO E CAÇAPAVA, no Colorado; CARLOS, OSCAR, VANDERLEI, MARCO AURELIO E DICÁ, na Macaca, dentre inúmeros craques, não poderia sonhar em vivenciar um homossexual jogando futebol.

9. Não que um homossexual não possa jogar bola. Pois que jogue, querendo. Mas, forme o seu time e inicie uma Federação. Agende jogos com quem prefira pelear contra si.

10. O que não se pode entender é que a Associação de Gays da Bahia e alguns colonistas (se é que realmente se pronunciaram neste sentido) teimem em projetar para os gramados, atletas homossexuais.

11. Ora, bolas, se a moda pega, logo teremos o "SISTEMA DE COTAS", forçando o acesso de tantos por agremiação...

12. E não se diga que essa abertura será de idêntica proporção ao que se deu quando os negros passaram a compor as equipes. Nada menos exato. Também o negro, se homossexual, deve evitar fazer parte de equipes futebolísticas de hêteros.

13. Mas o negro desvelou-se (e em várias atividades) importantíssimo para a história do Brasil: o mais completo atacante, jamais visto, chama-se EDSON ARANTES DO NASCIMENTO e é negro.

14. O que não se mostra razoável é a aceitação de homossexuais no futebol brasileiro, porque prejudicariam a uniformidade de pensamento da equipe, o entrosamento, o equilíbrio, o ideal...

15. Para não se falar no desconforto do torcedor, que pretende ir ao estádio, por vezes com seu filho, avistar o time do coração se projetando na competição, ao invés de perder-se em análises do comportamento deste, ou daquele atleta, com evidente problema de personalidade, ou existencial; desconforto também dos colegas de equipe, do treinador, da comissão técnica e da direção do clube.

16. Precisa, a propósito, estrofe popular, que consagra: "CADA UM NA SUA ÁREA, CADA MACACO EM SEU GALHO, CADA GALO EM SEU TERREIRO, CADA REI EM SEU BARALHO".

17. É assim que eu penso... e porque penso assim, na condição de Magistrado, digo!

18. Rejeito a presente Queixa-Crime. Arquivem-se os autos. Na hipótese de eventual recurso em sentido estrito, dê-se ciência ao Ministério Público e intime-se o querelado, para contra-razões.

MANOEL MAXIMIANO JUNQUEIRA FILHO,
Juiz de direito titular

Na contramão do jargão popular vou sim discutir a decisão do juiz, não pelas vias jurídicas, mas tomando como foco a produção de uma verdade sobre a sexualidade e o esporte como parte de um jogo estratégico de discursos que engendram práticas e constituem sujeitos.

As práticas judiciárias constituem a maneira pela qual os homens arbitram o que seria crime e as formas de combatê-lo e estabelecer punições. O sistema jurídico é parte das estruturas de ortopedia social⁸⁷, uma pedagogia que estabelece o que deve ser considerado como verdadeiro, o que deve ser tomado como correto, o que deve ser

⁸⁷ Veja M. Foucault, *A verdade e as formas jurídicas*. 1999.

seguido como moral, o que deve ser uma conduta exemplar. Num esporte como o futebol para o Brasil, uma decisão deste tipo é um monumento discursivo, uma vez que este esporte dita parte dos padrões de masculinidade no nosso contexto.

No Brasil a formação da masculinidade passa pela construção de uma identidade marcada na infância e na adolescência pela atuação do jovem nos jogos de futebol. A associação entre macheza e jogar futebol é praxe na formação do jovem viril brasileiro. É uma identidade agregada a valores de agressividade, uma “violência necessária” e até mesmo uma libido masculina heterossexual⁸⁸.

“(...) futebol é jogo viril, varonil, não homossexual.”

Frases como “futebol é coisa de macho” ou “é um cara incapaz de dar um pontapé numa bola de futebol” deixam à mostra uma sexualidade masculina envolvida num feixe de valores morais que determinam padrões de comportamento.

Os registros sexuais não são determinados exclusivamente por fatores meramente biológicos. Entretanto, discursos distantes de uma morfologia sexual como o futebol servem eles mesmos como peças-chave na formação da categoria “macho” em algumas sociedades. Os gêneros se inscrevem nos corpos a partir de marcadores culturais, dentre os quais o esporte é um deles. A codificação social nas formas de expressar os desejos são parte de uma linguagem que passa a marcar e demarcar aquilo que seria próprio do ser macho. O discurso que diz que as sexualidades são fluidas, são construídas socialmente, pertence quase exclusivamente ao campo das teorias. Na prática cotidiana a presença de múltiplas e distintas sexualidades é fortemente controlada por estruturas lingüísticas rígidas que povoam as mentalidades e têm suas vertentes nas religiões, na política, na ciência e em práticas quase tão “neutras” quanto o esporte. Reconhecer-se num campo de identidades supõe-se seguir positivamente um conjunto de regras, atender a uma subjetividade-padrão⁸⁹ e dela minimamente desviar-se.

A sociedade, este ente discursivo, cobra cegamente uma lealdade ao molde sexual no qual o indivíduo supostamente deveria se enquadrar. Esta verdadeira matriz masculina é formada por políticas sociais que definem o que seria da ordem do normal, do belo, do bom e do correto. Fragmentos de instabilidades nesta matriz são considerados registros desviantes os quais devem prontamente ser combatidos pelas vias de uma ordenação de verdades através de uma forma jurídica como a decisão aqui analisada.

Na medida em que a definição de homem se dá pela oposição à feminilidade, é inegável que a homofobia desempenha um papel marcante naquilo que significa ser homem⁹⁰. A homossexualidade, com efeito, não é tida como opção, mas como desvio do masculino em direção ao feminino. Ser macho associa-se à virilidade, potência sexual, valentia, honra e responsabilidade. O futebol, assim, preenche a lacuna familiar na formação do guerreiro. Os ídolos do futebol aparecem na TV opinando sobre quase tudo, ao lado de mulheres louras, bonitas, gostosas, com cara de satisfeitas sexualmente pelo herói da hora. O jogador é viril, ousado e guerreiro. Destes machos espera-se o controle da sexualidade feminina. O macho “come”, “pega”, “possui”, “domina”. O que se acha fora deste biocomportamento – a inocência, a submissão, a espera, a sensibilidade – pertence à esfera do feminino, do gay, do não-macho, enfim.

⁸⁸ R. Connel lida com este tema em *Masculinities*, 1995.

⁸⁹ Batizei esta subjetividade-padrão de matriz masculina.

⁹⁰ E.Badinter se reporta a este tema em *XY: la identidad masculina*, 2003.

A masculinidade é vivenciada em parte através da formação de uma corporalidade que envolve tensões musculares⁹¹, habilidades físicas, gestos e posturas próprias de um homem.

“Esta situação, incomum, do mundo moderno, precisa ser rebatida...”

Esta masculinização é um modelo meramente ideal, mas que exerce sobre todos os homens um efeito controlador através de rituais cotidianos como a iniciação ao futebol. Se o cabra é molenga, que seja goleiro ou mesmo juiz de futebol. Ser gay e ser macho no gramado é algo impensado. Só dentro do armário um gay pode exercer suas habilidades nos campos e nas quadras ainda no Brasil.

O jogador de futebol, mais do que qualquer outro esporte, agrupa valores do machão nacional: força, poder, violência, virilidade, agressividade e potência sexual⁹². Na adolescência, fase mais marcante de provas e afirmações de valores sexuais, o futebol é um dos mais visíveis marcadores. A homofobia torna-se, desta forma, elemento não segregador, e sim um elemento “natural” entre os proto-machos.

Umberto Eco⁹³ acredita que o futebol está para o menino como o jogo de mamãe e casinha está para a menina. Trata-se de uma pedagogia que visa disciplinar as sexualidades demarcando-as em lugares, atitudes e rituais.

Há uma vasta produção literária sobre futebol e formação de identidades masculinas. Mas não poderia deixar de citar a “grã-fina de narinas de cadáver” de Nelson Rodrigues que, ao entrar num estádio de futebol, perguntou ao seu acompanhante “quem é a bola”⁹⁴, afinal futebol é para homens, para homens de ação, coragem, vontade e decisão.

Na esteira da Psicanálise, o combate visto num jogo de futebol serve para satisfazer uma necessidade de excitação delirante semelhante ao sexo. Neste esteio, N. Elias considera que o esporte reproduz a agradável excitação da luta⁹⁵, agora repaginada pelo processo civilizador. Uma luta civilizada, com regras pré-definidas, e ao que se parece mais destinada aos homens. Uma certa dose de masoquismo determinada pela obediência a tais regras, à direção do técnico e do capitão (machos superiores), e eventuais sofrimentos provocados pela dor de uma contusão ou pela tensão própria do jogo⁹⁶. A rudeza “natural” do macho que não leva desaforos para casa, no controle da dor (homem que é homem não chora por qualquer pancadinha), não é covarde e nem se deixa levar por sentimentalismos.

“Quem se recorda da “COPA DO MUNDO DE 1970”, quem viu o escrete de ouro jogando (FÉLIX, CARLOS ALBERTO, BRITO, EVERALDO E PIAZA; CLODOALDO E GÉRSO; JAIRZINHO, PELÉ, TOSTÃO E RIVELINO), jamais conceberia um ídolo seu homossexual.”

⁹¹ R. Connel e P. Bourdieu escreveram de maneira diferente, porém análoga ao tema em dois livros que recomendo: *Masculinities*, 1995 e *A dominação masculina*, 1999. Como leitura complementar leia também S. Nolasco, *A desconstrução do masculino*, 1995 e *O mito da masculinidade*, 1993.

⁹² R. Parker e R. Barbosa, no texto *Sexualidades brasileiras*, 1996. Também M. Proni, *A metamorfose no futebol*, 2000.

⁹³ Leia U. Eco, principalmente o segundo capítulo de *Viagem à irrealidade da vida cotidiana*, 1984.

⁹⁴ N. Rodrigues, *A pátria em chuteiras*, 1994.

⁹⁵ N. Elias em seus trabalhos sobre o processo civilizador, no texto *A busca da excitação*, 1994, faz uma leitura de cunho psicanalítico em várias modalidades de esportes.

⁹⁶ R. DaMatta, *O universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*, 1982, inicia o que seria uma sociologia do futebol neste conjunto de textos.

A história do futebol está intimamente ligada ao aparecimento de uma masculinidade corporificada, um corpo que demonstrasse visível e publicamente a macheza do seu portador. Em 1905, Friedrich Wilhelm Müller, mais conhecido pela alcunha de Eugene Sandow, considerado o pai das academias de fisiculturismo modernas, colocou a classe média nas academias de ginástica na Inglaterra⁹⁷. Seus “institutos de fisiculturismo” inventaram um novo homem, um homem com corporalidade definida, com músculos à mostra, sinal de saúde e masculinidade. Logo mais tarde, Bernan Adolphus Macfadden ou “Body Love” como era conhecido, fundou as primeiras revistas especializadas em fisiculturismo nos Estados Unidos, também bancando o primeiro concurso de fisiculturismo naquele país em 1903.

Os anos de 1940 nos Estados Unidos irão marcar mundo afora a tendência a um corpo trabalhado pelas academias. Logo, logo, Hollywood iria apresentar este novo modelo de corpo masculino nas telas de cinema do mundo ocidental. Filmes do período de 1940 até 1960 são marcados por este modelo: Hércules, Maciste e Tarzan são exemplos clássicos.

As idéias eugênicas⁹⁸ do período que antecedeu os conflitos da Segunda Guerra Mundial retornam agora sob a roupagem da saúde presente nos corpos atléticos fisiculturados. A masculinidade antes atribuída ao macho-provedor é então agregada a um corpo atlético.

No Brasil, em 1908, surge no Rio de Janeiro a primeira academia de ginástica do país. Apesar de já existirem desde 1881 regras claras sobre o ensino de Educação Física no país, é só no século 20 que o modelo de corpo atlético chega à então capital federal. Neste período os discursos sobre saúde envolviam a prática de desportos como antídoto para os males das classes populares. Incentiva-se nas escolas a prática das “peladas” com este fim. A partir dos anos de 1950, o corpo atlético se imbrica com a nova masculinidade: os campeões da Copa de Futebol de 1958. O antigo modelo de homem – o trabalhador honesto e provedor – cede lugar ao modelo do atleta campeão.

“Quem presenciou grandes orquestras futebolísticas formadas: SEJAS, CLODOALDO, PELÉ E EDU, no Peixe; MANGÁ, FIGUEROA, FALCÃO E CAÇAPAVA, no Colorado; CARLOS, OSCAR, VANDERLEI, MARCO AURELIO E DICÁ, no Macaca, dentre inúmeros craques, não poderia sonhar em vivenciar um homossexual jogando futebol.”

O corpo do jogador de futebol não representa em si o modelo de homem atlético de Hollywood. No entanto, é o elemento de masculinidade presente nos jogadores que recria o modelo de macho no Brasil pós 1950. A autoridade anatômica do jogador de futebol define os primeiros rituais de masculinidade nas mais diferentes classes sociais no Brasil.

Estudando masculinidades nos Estados Unidos, Don Gorton⁹⁹ mediu o estresse criado pelos conflitos de masculinidade entre jovens, valendo-se do instrumento de mensuração de atitudes *Conformity to Masculine Norms Inventory* (2003). Segundo dados comparados a partir deste teste, a masculinidade se definiria por 3 atributos:

1. dureza nas ações: o que implica em não demonstrar emoções que indiquem algum grau de vulnerabilidade;

⁹⁷ J. Matz traça um histórico das academias de fisiculturismo no Inglaterra e EUA no texto *Masculinity almagamated*, 2007.

⁹⁸ Recomendo o filme *1900: Homo sapiens* de P. Cohen, 1999.

⁹⁹ D. Gorton, *The hate crime*, 2006.

2. status de sucesso: o estilo, as atitudes sociais, o cotidiano;
3. reações de anti-feminilidade: o que leva a condutas “naturalmente” anti-gays.

“Não que um homossexual não possa jogar bola. Pois que jogue, querendo. Mas, forme o seu time e inicie uma Federação. Agende jogos com quem prefira pelear contra si.”

Este movimento “naturalmente” homofóbico presente na maioria dos discursos sobre futebol é veiculado por mecanismos que vão desde a pedagogia doméstica até as mídias de massa. Com o advento do debate sobre diversidade sexual e a garantia jurídica do seu exercício, uma onda oposta se ergue via políticas anti-gays¹⁰⁰. Dos primeiros programas evangélicos dominicais nos anos 1950, passando pelo televangelismo da década de 1980 até hoje, vem se formatando por estes discursos um novo tipo de homem-padrão. Este homem médio é correto, valoroso e também heterossexualmente orientado. Novas tecnologias para velhas retóricas. O movimento evangélico americano da década de 1990 elegeu o movimento gay como inimigo. No Brasil, pós 1990, além dos gays, os umbandistas¹⁰¹ são o alvo preferencial dos discursos fundamentalistas de cunho religioso. Seja nas igrejas, seja nos canais de televisão, seja no Congresso Nacional, os discursos anti-gay fazem uso de uma linguagem evocativa sexual que toma os gays como indivíduos pornográficos, repositórios do pecado e do desvio, pervertidos, perversos e depravados¹⁰². O Direito, conservador historicamente, agrega estes elementos discursivos aumentando desta forma a rede de sentidos que constroem o modelo heteronormativo nas sexualidades.

Reinventar-se uma tradição que nunca houve. Nesta plataforma, a homossexualidade não é um direito, mas um comportamento antinatural, numa teia discursiva que combina fatos científicos com uma retórica demonizante. Antigos inimigos – Ciência e Religião – se unem para combater um novo sujeito: o estranho e diferente homem que tem uma performance feminina. Funciona como uma pedagogia da doença e do pecado que o Dr. Kinsey chamou de “força da castidade”¹⁰³.

“E não se diga que essa abertura será de idêntica proporção ao que se deu quando os negros passaram a compor as equipes. Nada menos exato. Também o negro, se homossexual, deve evitar fazer parte de equipes futebolísticas de héteros.”

“Mas o negro desvelou-se (e em várias atividades) importantíssimo para a história do Brasil: o mais completo atacante, jamais visto, chama-se EDSON ARANTES DO NASCIMENTO e é negro.”

¹⁰⁰ J. Irvine trata do tema de políticas anti-gay na internet. Veja *Anti-gay politics on the web*, 2006.

¹⁰¹ O umbandistas são vistos pelos neopentecostais como indivíduos com tendência ao homossexualismo bizarro.

¹⁰² São inúmeras as referências sobre a política anti-gay do movimento neopentecostal no Brasil. De marchas para Jesus e para a família até publicações gratuitamente distribuídas inclusive na internet, o material sempre estabelece relações entre homossexualidade e doença.

¹⁰³ S. Fayigton, num estudo sobre homofobia em universidades americanas – *Equality riders challenge campus homophobia*, 2006 – traça o perfil de grupos homofóbicos e percebe neles a formação de uma masculinidade exterior, exercida às vezes pela participação dos jovens em atividades esportivas de corpo a corpo.

Discursos são jogos estratégicos, muitas vezes perversos. Desde Galton e suas teorias eugênicas do século 19, a Modernidade se inaugurou a partir de discursos dicotômicos. O normal e o patológico da biologia se espraia pelos discursos sociais que passam a definir comportamentos normais e anormais. Não se tratam mais de simples discursos religiosos, de caráter abstrato, mas de discursos erguidos à luz de “evidências” empíricas. Segundo M. Foucault, a noção jurídica de anormalidade é derivada das leis da Natureza. Haveria, sob este ângulo, um macho-natural que naturalmente gostaria de futebol. Não seria normal, também por esta ótica, um jovem não gostar de futebol. Vê-se que o futebol, com efeito, é um grande marcador da sexualidade masculina.

Por outro lado, o gay é visto como um castrado e quando age sexualmente na passividade é alguém que insulta a verdade, que descaracteriza o que é “natural”. Diferentes práticas constituem o discurso sobre a normalidade sexual, diga-se heterossexualidade. Psicologia, medicina, educação e esporte formam uma cultura sexual da normalidade a partir da classificação entre normal e anormal. Deste modo, quaisquer performances não heterossexual são consideradas delírios, equívocos, sexo não-natural.

*“Precisa, a propósito, estrofe popular, que consagra:
‘CADA UM NA SUA ÁREA, CADA MACACO EM SEU GALHO,
CADA GALO EM SEU TERREIRO, CADA REI EM SEU
BARALHO’.”*

A sentença do douto juiz de Direito é uma peça-chave para que se entendam as imbricações da lei do desejo e das garantias constitucionais. Na Carta Constitucional de 1988 há claramente nos seus Princípios Fundamentais a garantia do exercício da plena cidadania e a dignidade da pessoa humana. O seu capítulo I, que versa sobre os direitos individuais e coletivos no seu já tão famoso artigo 5º - igualdade a todos perante a lei “sem distinção de qualquer natureza” – há os pressupostos constitucionais de inviolabilidade da intimidade e da vida privada. A decisão deste magistrado de poucas letras jurídicas põe em cheque uma interpretação pura e simples da Constituição.

A decisão aqui analisada se acha embotada de valores pessoais do julgador, naquilo que K. Cannon¹⁰⁴ denomina “justiça erótica”. Ela sinaliza para um desfecho muito mais voltado para uma questão de ordenamento da moral sexual do que para questões de ordem jurídica propriamente ditas.

Pessoalmente acredito que a Modernidade foi erguida sobre três pilares essenciais: a Medicina, o Direito e a Sociologia. Parodiando Wolf Lepenies¹⁰⁵, estas três culturas definem o campo epistemológico do mundo moderno. Não que outras estruturas não tenham sido importantes nesta construção, mas resolvo neste texto tomar estes três pilares na análise que ora me proponho. Medicina, Direito e Sociologia se baseiam no empirismo para resolver problemas da vida cotidiana dos modernos. Classificar, instituir e definir são seus pontos de amarração. As classificações biológicas da Medicina chegam ao Direito determinando o lícito do ilícito, num conjunto articulado de regras. Se alguém só pode ser punido por um crime previamente definido por lei, é o discurso que cria o crime quando o torna punível, porque este representa um aspecto patológico da sociedade. Pois que é preciso classificar os comportamentos para medir seu grau de desvio do comportamento classificado como padrão, como normal. A Sociologia, por seu turno, além de empirista e classificatória

¹⁰⁴ K. Cannon, *Erotic justice: authority, resistance, and transformation*, 2007.

¹⁰⁵ W. Lepenies escreveu *Between literature and science: the rise of Sociology*, 1988, para tratar das três principais fontes da Sociologia clássica: literatura, ciência e filosofia.

como a Medicina, também estabelece tipologias e esquemas valorativos através de seus conceitos. Como parte de uma comunidade erudita, a Sociologia é dotada de instrumentos de controle, de experiências, de autoridades universitárias, júris, comissões, bancas examinadoras, estruturas que definem normas de classificação e que tendem a inculcar os valores que eles exprimem e cultivam¹⁰⁶. Como propunha É. Durkheim¹⁰⁷: a Sociologia só poderia surgir se a idéia determinista, solidamente estabelecida nas ciências físicas e naturais fosse, enfim, estendida à ordem social.

Os três pilares têm por base um sistema classificatório binário: a casa e o trabalho; dominantes e dominados; normal e patológico; lícito e crime; homem e mulher. Não que uma classificação binária seja errada, mas as classificações binárias da Sociologia, Direito e Medicina tornam este binarismo algo natural, algo sempre tido, um dado apriorístico. Instituem subjetividades binárias, muitas vezes opostas entre si.

A sexualidade humana é tomada assim binariamente. Há uma biologia que define o que é homem e o que é mulher¹⁰⁸, o Direito moderno preserva legalmente estes termos (como as leis do casamento, por exemplo) e a Sociologia resolve esta questão respaldando teoricamente este jogo binário.

A decisão do juiz traduz este arranjo. Ela se baseia em fatores “naturais”, numa masculinidade “natural”, “naturalmente” presente no futebol, no qual “anormalidades” como um jogador gay não têm guarita.

“O que não se mostra razoável é a aceitação de homossexuais no futebol brasileiro, porque prejudicariam a uniformidade de pensamento da equipe, o entrosamento, o equilíbrio, o ideal...”

Somente a partir da redefinição de identidades sexuais, em muito oriundas da teoria queer, este binarismo passou a ser posto em cheque. Vários estudos sobre gênero e sexualidade focaram os comportamentos de fronteira, nas ações que transgridem os limites do macho e da fêmea, nos objetos caóticos, na idéia da duplicidade, do duplo pertencimento. As análises queer revelam as instabilidades nos dois campos de um sistema binário. Existem várias práticas sexuais num só indivíduo. Existem vários indivíduos com uma só prática sexual.

A emergência da categoria homossexual no final do século 19 tornou-se não somente um meio de classificar, ordenar e regular os corpos e personalidades, como também uma forma de organizar os saberes, a vida social e o discurso público sobre sexo¹⁰⁹. As conhecidas formações binárias de normal e anormal, secreto e revelado, público e privado contaminaram o discurso sobre a sexualidade na clássica divisão entre homo e heterossexuais.

As identidades sociológicas também foram construídas binariamente. Mas como “enquadrar” práticas como sadomasoquismo, transexualidade e outros comportamentos à binariedade de homo e hetero? Nos estudos sobre identidade drag nos Estados Unidos, há inúmeros relatos de heterossexuais que se vestem de mulher como fetiche, sem que se envolvam sexualmente com homens. E o que dizer de um homem do tipo macho-alfa que faz sexo com travestis? Ele busca uma mulher, mas também um falo perdido que só é possível num encontro transexual deste tipo.

¹⁰⁶ Leia P. Boudieu, J.C Passeron e J.C. Chamboredom, A profissão de sociólogo, 1999.

¹⁰⁷ É. Durkheim, *Sociology et philosophie*, 1995.

¹⁰⁸ Ver M. Foucault e o debate sobre os hermafroditas em *Os anormais*, 2001.

¹⁰⁹ S. Valocchi e M. Breen nos textos *Not yet queer enough: the lessons of queer theory for the Sociology of gender and sexuality*, 2005 e *Cristianity, queerness, and the politics of normalcy*, 2001, respectivamente, tratam das estruturas de disciplina corporal através da moral sexual moderna.

“Esta situação, incomum, do mundo moderno, precisa ser rebatida...”

Há uma ode à cultura sexual latina. Nas maiorias dos países de herança latina, a subjetividade sexual não é baseada na escolha do objeto sexual, mas na performance do ato sexual. Daí a preocupação do menino em fazer algo que o ligue ao feminino. Em culturas latinas, o feminino é sinônimo de passividade, sendo esta passividade no ato sexual coisa de mulher, de viado, de bichinha. Macho que é macho é ativo, mesmo que seja gay. A preocupação não é se meu objeto de desejo é alguém do meu próprio sexo, mas que performance eu terei no ato sexual: se vou ser o macho ativo ou o macho passivo; se vou comer ou se vou dar. Como o futebol requer uma performance ativa, um gay desmantelaria o sistema.

“Para não se falar no desconforto do torcedor, que pretende ir ao estádio, por vezes com seu filho, avistar o time do coração e projetando na competição, ao invés de perder-se em análises do comportamento deste, ou daquele atleta, com evidente problema de personalidade, ou existencial; desconforto também dos colegas de equipe, do treinador, da comissão técnica e da direção do clube.”

Uma Sociologia clássica se preocupa mais com a identidade das instituições e menos com a identidade dos indivíduos. Suas categorias analíticas são amplas - Estado, contrato social, classes grupos - e os indivíduos são subsumidos a tais instituições. O Direito, nesta esteira, estabelece o que seria verdadeiro e legal a partir destas instituições.

O sexo, neste contexto, é tomado como uma instituição. E como na biologia, as instituições são registros anteriores aos indivíduos, como pode ser visto na formação do conceito de fato social em É. Durkheim. Uma instituição tem a propriedade de exercer um controle sobre os indivíduos, controle dos seus corpos. M. Foucault¹¹⁰ já cita que instituições como fábricas, hospitais, escolas e prisões exercem sobre os indivíduos um controle de sua sexualidade. Nas fábricas para evitar a devassidão e a perda do tempo de trabalho; nos hospitais por medida de higiene; nas escolas por questão de formação moral; nas prisões por punição.

O controle é feito de maneira disciplinar. Ao rejeitar a queixa-crime, a decisão do dr. juiz elimina a possibilidade de reparação de danos morais ao querelante, pelo menos naquela instância. Ao mesmo tempo, a decisão em análise revela um saber sobre a sexualidade dos indivíduos que nascem da observação, classificação e teorização. É um saber clínico, do tipo da Medicina, de uma psiquiatria da anormalidade, de uma Sociologia do crime.

A crítica, não à decisão do “sábio juiz”, mas à tipologia por ele usada (pelo cânone do Direito, digamos) se volta à questão estudada por J. Butler e M Foucault: as identidades são performances repetidas num círculo social. Uma cultura performática, talvez. Tanto Butler quanto Foucault batem repetidamente na tecla que o poder é uma constituição do self. Não obstante, o sujeito é uma construção de uma teia de sentidos, estruturas normativas e taxonomias culturais que circulam na sociedade. Não há o gay, mas a performance gay que inclusive pode ser exercida (assim como o é hoje) por

¹¹⁰ *Ditos e escritos*, V, 2004.

machos-alfa, por jogadores de futebol, por boxeadores, por vaqueiros ou por bichas loucas.

"A gente não sabe nunca ao certo onde colocar o desejo!"¹¹¹

Este é o ponto nodal. Eis a questão: ser ou não ser, desejar o quê? O desejo nos põe nas fronteiras, no limbo, nos domínios do transsocial. Somente a partir da investigação sobre como se deseja historicamente é que podemos dar conta em parte das performances sexuais. Neste percurso metodológico, é preciso que se desconecte de vez a relação entre sexo, gênero e sexualidade. A primeira renúncia a fazer. Ninguém nasce e morre com um só desejo. O desejo rói as carnes, arrepia a raiz dos cabelos, endurece os músculos e embrulha o estômago. Está no sexo o desejo? Sim, está. Não, não está. Também está, porém não só nele. De Freud a Lacan o desejo é lânguido, uma lâmina que desafia seu próprio corte.

Uma segunda renúncia metodológica é resistir à tendência de essencializar as identidades ou de combiná-las com gênero e práticas sexuais. Países de formação da masculinidade como Brasil possuem esta tendência. O comportamento gay é incompatível com o futebol segundo o doutor juiz. Ora, nos Estados Unidos, todos os dias, há grandes esportistas "saindo do armário". Na ótica americana há uma identidade preservada constitucionalmente, independente do que se faz performaticamente nos estádios ou na cama. A conexão entre identidade sexual e futebol é uma simples combinação de práticas libidinais com práticas esportivas todas com lastro na moral masculina ainda dominante.

A terceira renúncia dia respeito à mudança do foco da compreensão dos mecanismos de poder. Perceber como o Direito cria e mantém à margem os anormais através do suporte técnico eugênico da Psiquiatria. Perceber como a Sociologia ainda garante esta divisão advogando teses forjadas no século 19, binárias, excludentes e paliativas.

Como quarta renúncia advogo tomar o conceito de performance para entender o desejo. Compreendendo performance como uma subjetividade em trânsito. Conseqüentemente a recusa das teorias sociológicas dos papéis, da definição de gênero através do sexo, da normatização da atividade sexual entre homo e hetero, do enquadramento do desejo numa só prática sexual.

Quinta renúncia, enfim. Trata-se de algo simples, de uma reorientação lingüística do fato. A troca do OU pelo E. Nada de binarismos: hetero ou homo, e sim homo e hetero. A heterossexualidade é o discurso homogêneo do desejo. Eu desejo um eu mesmo que não há em mim. O desejo cessa o descanso. Numa abordagem analítica desta natureza o E agrega todos os outros quatro valores metodológicos anteriormente citados. A análise é feita na atuação performática veiculada pelas práticas sexuais. O corpo é o local de estacionamento destes vários momentos de desejo. No corpo se incrustam os desejos.

A partir desta série de renúncias metodológicas e agregação destas propostas inicialmente aqui elencadas, a queixa-crime do jogador Richarlyson poderia ou não ser acatada. Esta não é a discussão. A questão repousa no fato de que a recusa ou a aceitação desta queixa-crime não pode ser justificada por fundamentos de ordem de uma masculinidade própria e "natural" do futebol. Sexualidade é performance, é exercício do desejo, não se aloja num só sexo, mas em todos; não nasce de identidades, mas as cria; não é classificatória, mas indicativa. A sexualidade é uma bola no jogo, sempre em

¹¹¹ Caetano Veloso, parte da letra de *Pecado original*, música de 1978, gravada para o filme *A dama do lotação*.

movimento, nos pés, nas mãos, na cabeça, às vezes aprisionada no fundo da rede, à vezes solta nos gritos de gol das milhares de bocas que beijam, mordem, calam e enunciam.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDOM, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BADINTER, Elizabeth. *XY: la identidad masculina*. 5ed. Madrid: Pensamiento actual, 2003.

BREEN, Margaret S. Radcliff Hall, E. Lynn Harris, and Frank Kafka: cristianity, queerness, and the politics of normalcy. . *International Journal of Sexuality and Gender Studies*. v.6. n.4. p. 103-44. oct. 2001.

BURN, Shawn & WARD, Zachary. Man's conformity to traditional masculinity and relationship satisfaction. *Psychology of Man and Masculinity*. v.6. n.4. p. 254-63. Out. 2007.

CANNON, Katie G. Erotic justice: authority, resistance, and transformation. *Journal of Feminist Studies in Religion*. v.23. n.1. p. 22-5. Springer. 2007.

COHEN, Peter. *1900: Homo sapiens*. Estocolmo: Icarus, 1999. 88min. DVD.

CONNEL, Robert W. *Masculinities*. Berkeley: UCP, 1995.

DAMATTA, Roberto. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DURKHEIM, Émile. *Sociologie et philosophie*. Paris: PUF, 1995.

ELIAS, Norbert & DUNNING, Erich. (orgs). *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

FAIRYINGTON, Stephanie. Equality riders challenge campus homophobia. *Gay and Lesbian Review*. v.13. n.4. p.05-16. ago. 2006.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade e política. *Ditos e Escritos*. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GORTON, Don. The hate crime. *Gay and Lesbian Review*. v.13. n.3. p.13-16. mai/jun. 2006.

IRVINE, Janice M. Anti-gay politics on the web. *Gay and Lesbian Review*. v.13. n.1. p.23-55. jan/fev. 2006

KIRBY, Vicki. When all that is solid melts into language: Judith Butler and the question of matter. *International Journal of Sexuality and Gender Studies*. v.7. n.4. p. 35-68. oct. 2002.

LEPENIES, Wolf. *Between literature and science: the rise of Sociology*. Cambridge: CUP, 1988.

MATZ, Jesse. Masculinity amalgamated: colonialism, homosexuality, and Forster's Kipling. *Journal of Modern Literature*. v.30. n.3. 66-98. Spring. 2007.

NOLASCO, Sócrates. (org). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PARKER, Richard & BARBOSA, Regina. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / IMS / UERJ. 1996.

PRONI, Marcelo W. *A metamorfose do futebol*. Campinas: UNICAMP, 2000.

RODRIGUES, Nelson. *A pátria em chuteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SEIDMAN, Steven. *Beyond the closet: the transformation of gay and lesbian life*. New York: Routledge, 2002.

VALOCCHI, Stephen. Not yet queer enough: the lessons of queer theory for the Sociology of gender and sexuality. *Gender and Society*. v.19. n.6. p.750-70. dec. 2005

Resumo

Em agosto de 2007, um Juiz de Direito da cidade de São Paulo julga improcedente uma queixa-crime, descrita neste artigo, a qual tomo como arquivo de análise de uma dada verdade. Nesta queixa-crime, o meio-campista Richarlyson decidiu ir à Justiça após o cartola do Clube Palmeiras, José Cyrillo Júnior, citar seu nome como jogador de futebol gay. Com base no artigo 22 da Lei de Imprensa, a qual versa sobre injúria por meio da mídia, o jogador entrou com uma queixa-crime contra o cartola. Pelas mãos do juiz de Direito Manuel Maximiano Junqueira Filho, a queixa foi rejeitada, tomando por base que o futebol é coisa de macho, não de homossexuais. Analiso os discursos sobre masculinidade, Direito e preconceito a partir da abordagem arqueo-geneológica de Michel Foucault.

Palavras-chave: masculinidade, futebol, Direito, preconceito, discurso

Abstract

In August, 2007, a judge from São Paulo city considered not proceed a criminal complaint, as described in the article, which is my analysis corpus. In this report, the soccer player Richarlyson decided to suit the chairman of Palmeiras Soccer Club because he told the press that Richarlyson was gay. The Judge Manuel Maximiano Junqueira Filho rejected the criminal complaint because the soccer is a "macho" sport, not for gay men. The analysis is done through Michel Foucault's archaeo-geneology.

Key-words: masculinity, soccer, Law, prejudice, discourse

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

CONFLITOS DE SIGNIFICAÇÃO E ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO. NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DA RADIOFONIA COMUNITÁRIA NO BRASIL¹¹²

Teresa Cristina Furtado Matos

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com outro. Cada um me contou a narrativa de porque se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Não era um que via um lado das coisas e outro um lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão.

Fiquei confuso com essa dupla existência da verdade.

Fernando Pessoa

A regulamentação da radiodifusão comunitária no Brasil tem pouco mais de dez anos. Não é seu aparecimento que institui as primeiras experiências de comunicação comunitária, mas sua criação significa um novo momento da radiodifusão no país, na medida em que nela insere um novo sujeito, a “comunidade”, e lhe reconhece o acesso a um canal de comunicação. Entretanto, o processo não desenvolve seu curso de modo tranquilo, antes em meio a uma turbulenta redefinição de posições e poderes. Afinal, quem é a comunidade? A própria questão do reconhecimento do direito e a definição de quais grupos devem ou não ter acesso a este veículo de comunicação, e ainda que perfil deve ter uma emissora comunitária passam a compor a pauta dos debates desde então.

As pressões econômicas e políticas que delinearam os vínculos entre Estado, grupos econômicos e políticos marcam o sistema de concessões de canais de rádio e televisão no Brasil e respondem por um dos elementos do conflito: a escassez de acesso aos meios de comunicação (DEL BIANCO, 1999; NUNES, 2003). A emergência de um novo personagem nessa narrativa supõe a partilha de um espaço antes exclusivamente loteado pelos grupos acima citados.

Quando em fevereiro de 1998 o Estado brasileiro reconhece e regulamenta a existência das rádios comunitárias (radiocom) através da Lei 9612/98 que institui o “Serviço de Radiodifusão Comunitária”, o reconhecimento aparece como esperança de ruptura com o modelo de exclusão do acesso aos meios de difusão. Os grupos que pleiteiam um destes canais têm de ser identificados através da classificação comunidade/comunitária. Todavia, o próprio processo de formulação da legislação é marcado por uma série de confrontos entre representantes das emissoras comerciais e das rádios comunitárias, e entre os representantes das radiocom e o Estado, agente de controle e regulação da política de comunicações no país.

Os personagens dessa história representam interesses antagônicos. Por um lado, as emissoras comerciais, desde o processo de negociação do texto da Lei no Congresso Nacional (COELHO NETO, 2002) e com a finalidade de manterem sua posição de referência e domínio da radiofonia nacional, defendem a limitação do número de

¹¹² Este texto é um fragmento de minha tese de doutorado intitulada *Sintonia dissonante: Conflito e auto-imagem no campo das rádios comunitárias*, defendida em 2006 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará-UFC.

radiocom e lhes impõe restrições de funcionamento. Por outro lado os representantes das radiocom querem o reconhecimento legal das emissoras comunitárias, o que as colocaria em outra posição que não a de infratoras da legislação de telecomunicações do país, concedendo-lhes o direito de transmissão antes inexistente.

Este conflito envolve ainda a relação da comunicação comunitária com o mercado, representado pelas rádios comerciais e seu modelo de fazer rádio; a relação com o Estado e seus mecanismos de controle; e ainda a relação com os ouvintes, que passam a ser disputados com as tradicionais rádios comerciais.

Atualmente, o espaço desta radiofonia institui uma outra instância de disputas, que não opõe apenas rádios comunitárias a rádios comerciais, mas comunitárias a comunitárias. No centro da oposição está o reconhecimento como uma radiocom. O prêmio dessa disputa é a possibilidade de poder rádio legalmente, bem como a própria construção da legitimidade da radiofonia comunitária. Aqui as questões do que significa ser uma emissora comunitária, qual o seu papel social, para quem ela deve falar, como ela deve falar, que tipo de organização deve ter passam a ser fundamentais, pois desempenham funções de reconhecimento e legitimação.

Grande parte destas questões passam pela construção da imagem das rádios comunitárias. Os investimentos na elaboração de uma definição, o que implica a aceitação de distinções e singularidades das rádios comunitárias frente às rádios comerciais, e cujos parâmetros não são consensuais, são parte importante da dinâmica do conflito que essa pesquisa analisa. A construção da auto-imagem¹¹³ das radiocom articula diferentes níveis: da relação com o mercado, da relação com o Estado e da autodefinição das emissoras. Nestas funções a auto-imagem é um dos elementos postos em cena na defesa de posições e tem papel importante nos processos de publicização das rádios e de seu trabalho junto aos lugares onde se localizam.

É no debate público que esta auto-imagem acaba por desempenhar um papel político dentro do jogo de forças de transformação ou manutenção do espaço da comunicação social no Brasil. Além do que, os conflitos são processos que, em grande medida, operam a contraposição e negociação de sentidos cuja dinâmica se torna perceptível a partir da noção de auto-imagem.

É durante a década de 1970 que o rádio brasileiro começa a operar em frequência modulada (FM). O uso dessa frequência se associa a uma série de fatores tecnológicos, econômicos e políticos. Entre os fatores políticos figuram os interesses do regime militar pela penetração da radiodifusão em âmbito nacional, plano que incorpora o desejo de maior controle dos meios de comunicação, dado o papel estratégico das telecomunicações para os militares (SORJ, 2003), e que acabará por influenciar o desenho da propriedade destes meios no país, na medida em que, como já ocorria com as rádios que transmitiam em amplitude modulada, as AMs, a difusão de emissoras FM será feita através de concessões controladas pelo governo federal.

A existência de regiões não cobertas ainda pela radiodifusão contribui para a interiorização, que passará a ser feita com uso da frequência modulada, permitindo cobrir regiões do país aonde as AMs não chegavam (DEL BIANCO, 1999). Como afirma Ortiz (1995, p.153): “entre nós é o Estado militar quem promove o capitalismo em seu estado avançado”. O que terá repercussão na constituição e consolidação de um mercado de bens simbólicos que se desenvolve sobretudo nos anos 1970 e 1980.

Analisando esse mercado nos anos de 1970, Ortiz (1995) observa, dentro do processo de consolidação da indústria cultural no país, uma tendência à nacionalização e a “standartização” da produção cultural. O que se evidencia pela formação de redes de

¹¹³ A discussão aqui efetuada apóia-se em Elias e Scotson (2000).

televisão e de rádio que transmitem para todo o país uma mesma programação, quase que anulando a produção antes localizada, e respondendo às funções de integração nacional proposta pelos militares.

No que concerne ao rádio, algumas mudanças passam a ser percebidas a partir desse momento. Se de um lado a tendência à nacionalização e “standatização” se afirmam, com o uso de satélites para transmissão em rede a segmentação também passa a ser verificada (Del Bianco, 1999). Além disto, o novo momento irá conviver com a popularização de tecnologias que se tornam cada vez mais baratas, como os transmissores, permitindo a emergência de rádios de pequeno porte que podem operar com custos reduzidos, como é o caso das radiocom. Rádios que antes funcionavam com alto-falantes ou com transmissores caseiros poderão “colocar a emissora no *dial*” com maior qualidade. Passa, então, a ser tecnicamente possível a uma pessoa, um grupo ou comunidade ter uma emissora de rádio.

Mudanças na orientação dos movimentos sociais também são sentidas e terão implicações para a trajetória das radiocom. Glória Gohn (2002, p. 301) percebe na trajetória dos movimentos sociais um processo de valorização de sentidos e categorias que se relacionam as idéias comunitárias. A valorização do sentido das relações comunitárias e da comunidade vai ser decisiva nos anos 1990 também como parte das críticas aos processos de globalização dos mercados e à incapacidade das nações e da comunidade internacional de agir e de dar respostas aos problemas locais. E vai caminhar lado a lado com as questões relacionadas à comunicação.

No que concerne aos meios de comunicação ligados aos movimentos sociais, essas mudanças serão percebidas dentro de um processo que defino como de “autonomização”: um movimento que converte paulatinamente a comunicação produzida dentro dos movimentos sociais em um valor em si e não apenas um instrumento de divulgação dos movimentos e de suas demandas.

O fato de a comunicação comunitária ter se tornado objeto de um debate jurídico sobre a liberdade de expressão e o direito de comunicar (COELHO NETO, 2002) tem vínculos estreitos com esse movimento que transforma a comunicação em uma demanda específica. O atual conflito no campo das emissoras comunitárias pode ser entendido também como parte dessa mudança. A demanda por um canal comunitário sai do espaço exclusivo dos movimentos sociais e se torna uma demanda de outros segmentos sem tradição de organização popular, como por exemplo, as igrejas evangélicas.

É nesse cenário que a construção das imagens (e das auto-imagens) aparece como mecanismo de identificação e legitimação das demandas por canais de comunicação.

1.1 Conflito e “auto-imagem”

A auto-imagem aparece como conceito central na explicação dos processos de estigmatização em “Os estabelecidos e os outsiders” (ELIAS & SCOTSON, 2000). Nessa obra seus autores elaboram um modelo operacional de leitura dos conflitos, a figuração “estabelecidos e ‘outsiders’”, tendo como matéria-prima um trabalho etnográfico. No povoado de “Winston Parva” a questão do conflito é entendida através da distinção de “status” construída pela “auto-imagem” dos grupos em processo conflituoso. A marca da distinção se situa num plano análogo àquele que constrói a imagem da civilização: a crença na superioridade de um dos grupos.

Os estabelecidos defendem suas posições a partir da auto-imagem que constroem de si e da que impõem aos “outsiders”. No caso analisado pelos autores os

móveis do conflito entre dois grupos de trabalhadores não eram econômicos. A distinção e a crença nesta distinção opunham os dois grupos. De um lado os “estabelecidos”, beneficiários da imagem de fundadores do pequeno povoado e guardiões do melhor de seus costumes e tradições. De outro lado os “outsiders”, moradores “comuns”, mal-vistos apenas por serem os mais recentes habitantes do lugar, sem direito às benesses da tradição e da imagem de quem há mais tempo se estabeleceu. O lucro simbólico na crença das diferenças acaba por criar “status” e poderes desiguais entre eles.

A auto-imagem torna compreensível o terreno sobre o qual as disputas irão se dar. Ela cristaliza a visão que um grupo tem de si e de suas possibilidades sociais. Parte do processo posto em movimento pela figuração “estabelecidos e outsiders”, é o que Elias chama de “sociodinâmica da estigmatização”. Estigmatizar torna-se um expediente eficaz na medida em que manipula representações positivas e negativas de ambos os grupos nas relações mútuas que estabelecem. A manipulação tem como alvo a auto-imagem do grupo a ser atingido, cuja crença na própria inferioridade pode ser decisiva na aceitação de um diferencial de poder negativo e de uma posição social de subordinação.

Ainda que no caso das radiocom a auto-imagem não possa ser tomada nos mesmos termos de uma relação de vizinhança, como acontece em “Winston Parva”, a construção de uma determinada imagem das rádios e de seu movimento se torna fundamental na disputa de poder, de legitimação e de território que as rádios vivenciam.

O processo de elaboração de uma imagem é realizado não apenas pelas radiocom, mas também pelas diversas instâncias que com elas se relacionam: rádios comerciais, entidades representativas dessas emissoras, em nível local e nacional, órgãos de governo e meios de comunicação de massa. A formulação da auto-imagem, bem como sua aceitação ou negação, ocorre de modo relacional, e opera um jogo de forças onde a prevalência de uma percepção positiva ou negativa sobre as radiocom traz conseqüências para o seu reconhecimento social, o que acontece antes e depois da aprovação da Lei 9.612. Por isso, a estigmatização aparece como dado importante do processo, legitimando ou deslegitimando socialmente a presença das radiocom junto à opinião pública.

A idéia de que as radiocom operam pondo em risco o funcionamento de diferentes sistemas de segurança, como o dos aeroportos e da polícia, através das interferências em seus aparelhos de comunicação, é uma das imagens difundidas pelas emissoras comerciais que acaba por afetar negativamente a leitura que a sociedade faz delas. Ao tratar o problema da concorrência entre rádios comerciais e rádios comunitárias como um problema de segurança pública, as emissoras comerciais transformaram-no em uma questão que extrapola o campo da radiodifusão e invade outras instâncias sociais, ampliando o interesse da opinião pública e manipulando-o a seu favor através da idéia de perigo. É o que se pode ver na análise da cobertura sobre essas rádios na imprensa.

1.2 “Um exagero de democratização”: As rádios comunitárias na imprensa cearense

Desde os anos 1980 as radiocom estão presentes nos principais jornais diários de Fortaleza: *O Povo* e *Diário do Nordeste*. A visibilidade que recebem se relaciona à ação institucional da Prefeitura de Fortaleza e da Universidade Federal do Ceará que dinamiza a criação de rádios naquele momento. Entretanto, também contribui para este fato a própria visibilidade que estas emissoras passam a ter nos bairros onde se instalam.

Encontrei nos arquivos do jornal *Diário do Nordeste*, em uma edição de 1983 a primeira matéria sobre uma rádio não outorgada, sob o título “Informação pirata: sucesso de uma rádio FM na Aerolândia”. Embora o tom da matéria seja positivo e interessado, o medo das instâncias de controle do Estado, representada pela fiscalização, está presente.

Quatro anos depois, em 1987, uma outra notícia dá conta da existência de outra emissora não comercial: “Jardim Iracema inaugura hoje a sua emissora: ‘A voz da união’”. Em 1988 outra matéria apresenta as rádios comunitárias como uma alternativa de comunicação para comunidades carentes. O título reportagem é exatamente “Rádio comunitária é alternativa”.

Nesse momento as rádios são serviços móveis que se deslocam por alguns bairros da cidade, a matéria explica seu funcionamento: “Bruno afirmou que a Rádio Comunitária funciona numa Kombi cedida pela Superintendência Municipal de Obras e Viação (SUMOV), conhecida também como Unidade Móvel. ‘O sistema é simples, são alto-falantes e um microfone. O mais importante são as propostas levantadas pelos moradores”.

Nesse momento inicial da cobertura das emissoras não comerciais pela imprensa as matérias são apenas informativas. Há um tom positivo que perpassa as notícias sobre a existência de uma emissora e sua relação com o bairro, ainda que essa relação nem sempre seja amistosa, como é o caso da “Rádio Voz do Pirambu”, fechada pela polícia a pedido da própria comunidade que, através de um abaixo-assinado pede um controle da poluição sonora.

O processo de cobertura das rádios pela imprensa se faz acompanhar de um simultâneo procedimento de qualificação e classificação. Assim, em seis anos de cobertura, diferentes denominações são usadas no tratamento dado as rádios: “pirata”, “alternativa”, “comunitária”. Essas denominações revelam diferentes concepções e avaliações sobre o lugar e papel dessas emissoras. No início da década de 1990, o tom informativo continua e as rádios passam a ser chamadas de “populares” ou “comunitárias”.

A prevalência dessas denominações na cobertura jornalística pode estar relacionada com uma nova percepção de seu papel. A década de noventa se pauta pela discussão sobre o local e o global, construindo um ambiente de forte valorização da idéia de comunidade e das relações sociais que parecem só serem possíveis nesse espaço (BAUMAM, 2003). As emissoras deixam de ser identificadas exclusivamente com as lutas populares, se autonomizando, e buscando outra âncora de significação presente na idéia de comunidade, que parece evocar simultaneamente a referência ao local e a determinadas relações, sem a necessária referência a um universo de lutas políticas.

No trajeto do tratamento conferido as radiocom é possível perceber também que o espaço que ocupam vai se convertendo gradativamente na criação de um campo com problemas próprios. A relação com as localidades, com o Departamento Nacional de Telecomunicações, a Polícia Federal; as dificuldades financeiras, a problemática da legalidade, a relação com a política partidária, a relação com as emissoras comerciais, entre outros aspectos estão presentes na cobertura que a imprensa lhes dá. Até 1996 as rádios aparecem retratadas através destes temas, como é possível ver no quadro abaixo:

<i>Jornal</i>	<i>Data</i>	<i>Matéria</i>
DN	12/06/90	"Comerciante ajuda rádio popular para ter a torre"
DN	25/08/91	"Rádio Comunitária instalada no Edson Queiroz presta serviço"
DN	08/12/94	"A voz do Pirambu está calada"
O Povo	05/12/94	"Delegada do 7º DP manda retirar do ar rádio comunitária Voz do Pirambu"
DN	02/05/94	"Uma barulhenta útil"
DN	25/02/94	"Irradiadoras voltam a fazer sucesso nos bairros de Fortaleza. A comemoração se deu com o aluguel de uma rádio de Maracaná (Pituary) que transmitiu dois programas da emissora".
O Povo	28/01/95	"Emissora clandestina é autorizada a funcionar"
DN	07/07/95	"Rádios Comunitárias criam Associação"

Quadro 1: Matérias publicadas no Jornal *O Povo* e *Diário do Nordeste* entre 1990-1995 sobre rádios populares e comunitárias

Logo em seguida, já a partir de 1996, as radiocom passam a ser retratadas como agentes de disputa. Esse momento coincide com o processo de organização do "movimentos de emissoras livres e comunitárias" com vistas à provação da lei de radiodifusão comunitária. Nesse período já se registram em todo o Brasil a existência rádios comunitárias operando em frequência modulada. Antes operando através de alto-falantes as rádios não causam incômodo. Entretanto, uma vez disputando o espaço da radiodifusão comercial na frequência modulada a discussão sobre a regulação e o controle crescem, culminando com a lei que regularia iniciativas como estas.

Mas o que se disputa? As matérias assinalam a busca de espaço e de legitimidades, principalmente no plano legal. A visibilidade do conflito também é um elemento importante a considerar, já que o espaço da imprensa começará a ser usado tanto pelas radiocom quanto pelos grupos de radiodifusão comercial para influenciar a opinião pública no debate sobre a legalização da radiodifusão comunitária, que se torna premente com a discussão pelo Congresso Nacional de uma lei de radiodifusão comunitária. Observe o quadro:

<i>Jornal</i>	<i>Data</i>	<i>Matéria</i>
O Povo	15/12/96	"Rádios Comunitárias de Fortaleza querem maior alcance e criticam projeto para regulamentação"
DN	18/05/96	"Relator apresenta parecer sobre radiodifusão de pequeno porte"
DN	14/06/96	"Rádio Comunitária em debate na audiência pública do dia 17"
DN	28/07/96	"Começa disputa pela legalização das rádios comunitárias"
DN	07/11/96	"Rádios Comunitárias podem funcionar dentro das normas"

Quadro 2: Matérias publicadas nos Jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* em 1996 sobre rádios comunitárias

Neste momento as reportagens dão menos ênfase ao trabalho das emissoras nos seus bairros e comunidades, como aconteceu numa primeira fase, para centrar-se na articulação e no embate que protagonizam emissoras comunitárias e comerciais nos espaços públicos pelo reconhecimento e pela legalização. A busca por "maior alcance, a crítica ao projeto de regulamentação", a aberta discussão aberta sobre a "legalização" e a possibilidade de funcionar desde que "dentro das normas", dão outro tom ao olhar sobre as rádios comunitárias. Para além de suas comunidades, isoladamente, as rádios são vistas como um movimento, com organização e ação política definidos e reconhecidos, embora alvos de ataque.

A partir daí é através da idéia de legalidade que elas passarão a ser observadas pela imprensa. Há uma série de termos associados a esta conjuntura: "questionadas", "debatidas", "interditadas". As expressões revelam a situação de negação das rádios, ao

mesmo tempo em que evidenciam os processos de confronto dessa negação. Expressões que se notabilizarão nos anos seguintes ganham seus primeiros registros nesse período, como por exemplo “rádio pirata”. Assim, em 1997 os temas destacados pela cobertura são: a expansão das radiocom para o interior do Estado; a interdição de emissoras; bem como as audiências e debates sobre as radiocom. Observe:

<i>Jornal</i>	<i>Data</i>	<i>Matéria</i>
DN	21/02/97	"Rádio Pirata Titan FM é interditada"
O Povo	22/05/97	"Rádios Comunitárias são abertas no Sertão Central"
O Povo	14/06/97	"Engenheiro crítica excesso de rádios comunitárias"
DN	13/12/97	"Audiência debate Rádios Comunitárias"

Quadro 3: Matérias publicadas nos Jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* em 1997 sobre rádios comunitárias.

Entre estas matérias uma merece destaque. Publicada pelo *O Povo* de 14/06/1997, ela cobre a 3ª Convenção Anual da Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACERT)¹¹⁴ e sua chamada é “Engenheiro critica excesso de rádios comunitárias”. Nela ganha destaque a fala do engenheiro Cláudio Young, diretor de uma empresa de telecomunicações, que afirma: “Não há espaço no espectro (radiofônico e comercial) para as ditas rádios comunitárias”. A matéria segue apresentando detalhadamente o ponto de vista do engenheiro que, sob a prevalência dos argumentos técnicos, defende um maior controle sobre o número radiocom:

Cláudio Young alega que a explosão de rádios comunitárias está interferindo na transmissão das rádios comerciais. Ele explica que isso ocorre porque há um limite que o espectro radiofônico pode suportar. O engenheiro estima entre 20 e 25 emissoras como o máximo para uma mesma cidade. (...) Young destaca ainda que a **explosão do número das emissoras [comunitárias] põe em risco a sobrevivência financeira dos veículos comerciais**. Não adianta ter 30 emissoras em Fortaleza, todas falidas porque nenhuma consegue receita suficiente para se manter’ (grifos meus).¹¹⁵

Percebe-se que o debate sobre o reconhecimento e a legalização se transfere do campo político para o campo técnico. Não se nega a existência das radiocom¹¹⁶, desde que dentro de certas regras (apresentadas como condições técnicas) que claramente privilegiam a existência das emissoras comerciais.

Regulamentar para limitar passa a ser uma questão de ordem para a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT) e a ACERT, o que se expressa no tom das matérias a partir de então.

Em 1998, ano da aprovação da Lei de Radiodifusão Comunitária, a questão da legalidade passa a ser central no tratamento dado as radiocom pela imprensa cearense. Este é o ano em que elas mais aparecem nos jornais: foram registradas 22 reportagens. Com base num parâmetro legal claramente definido, a nova Lei de Radiodifusão Comunitária, elas são avaliadas. Termos como “clandestina” e “pirata” passam a ser usados com mais constância.

¹¹⁴ A ACERT é associada a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, a ABERT, que representa os interesses das emissoras comerciais.

¹¹⁵ A fala expressa claramente uma representação corrente fundada nos interesses do mercado contra a difusão das rádios comunitárias.

¹¹⁶ Existência já é fato, embora não tenha reconhecimento de direito.

Intensifica-se também o uso de termos como “apreensão”, “combate” e “fiscalização”. Classificar, vigiar e principalmente punir passam a ser os enfoques dados a estas emissoras. Ao privilegiar os aspectos relacionados a legalidade das radiocom quase nenhum espaço sobra para o trabalho que realizam essas emissoras, como ocorria com as primeiras matérias. É como se a existência efetiva perdesse espaço para o reconhecimento legal ou ilegal da rádio.

E se nos primeiros meses do ano de 1998 a cobertura se centra no processo de aprovação da Lei de Radiodifusão, ao longo do ano ela se desloca para o processo de enquadramento e repressão às emissoras. Como vimos, termos como “clandestina”, “pirata”, “apreensão”, “combate” e “fiscalização” são dominantes na descrição das radiocom e no tratamento dado a elas. Órgãos de regulação e fiscalização, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Polícia Federal passam a ser relacionados e cobrados quanto ao controle das emissoras.

<i>Jornal</i>	<i>Data</i>	<i>Matéria</i>
DN	21/01/98	“Comissão adia votação sobre rádio comunitária”
O Povo	27/01/98	“Projeto sobre rádios clandestinas reduz número de emissoras”
DN	28/01/98	“Aprovado funcionamento das rádios comunitárias”
DN	21/02/98	“Mais uma rádio pirata fechada no interior”
DN	26/02/98	“Senado aprova projeto que permite a operação livre”
DN	05/05/98	“Polícia Federal vai intensificar o combate ao funcionamento de ‘rádios-piratas’”.
O Povo	05/05/98	“ACERT quer rigor na fiscalização de rádio-pirata”.
DN	15/05/98	“Polícia Federal irá apreender material de rádios piratas: maior preocupação da ACERT é a veiculação da propaganda eleitoral ilícita.”
DN	21/05/98	“Rádios Comunitárias temem repressão: superintendente da Polícia Federal garante que apreenderá equipamentos de acordo com a lei” “Dial sem trégua”
O Povo	24/05/98	
O Povo	02/07/98	Jovens são treinados para atuar em rádios comunitárias nas escolas”
O Povo	01/08/98	“Católicos usam rádios comunitárias como instrumento de evangelização”
DN	27/08/98	“Corregedoria aperta o cerco às rádios piratas”
DN	05/09/98	“UFC nega espaço para a festa da Arcos”
DN	17/09/98	“MP pede apreensão de material de rádios piratas”
DN	22/09/98	“PF deve receber hoje mandatos de apreensão”
DN	22/09/98	“Pedido de busca tem efeito pedagógico”
DN	23/09/98	“Apreensão dos equipamentos das rádios”
DN	29/07/98	“Campanha contra a pirataria: ACERT vai investir contra as rádios clandestinas”
O Povo	26/10/98	“A voz da Comunidade”
DN	28/11/98	“ABERT denuncia de emissoras por todo o país”
DN	05/12/98	“Agência de telecomunicações preocupa setor da radiodifusão”
DN	10/02/99	“Anatel continua fiscalização sobre rádios piratas”
O Povo	28/03/99	“3.373 emissoras de rádios FM serão criadas no país”
DN	12/04/99	“1º Fórum de radiodifusão do Sertão Central”
O Povo	28/07/99	“FHC [Presidente da República] pede instalação de 70 rádios comunitárias”
O Povo	14/08/99	“Uso de rádios comunitárias divide opinião em evento”
DN	28/10/99	“ACERT reforça fiscalização contra rádios piratas”
DN	30/10/99	“ACERT quer o fim das rádios piratas no Estado”
DN	04/12/99	“ACERT intensifica combate às rádios piratas no Ceará”

Quadro 4: Matérias publicadas nos Jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* entre 1998-1999 sobre rádios comunitárias.

Notícias sobre o número de emissoras a serem criadas também revelam a movimentação do campo das radiocom, bem como uma tendência de expansão do campo. Matérias como “FHC pede instalação de 70 rádios comunitárias”, “3.373 emissoras de rádios FM serão criadas no país” tratam da expansão legal desse universo, enquanto que chamadas como “Anatel continua fiscalização sobre rádios piratas”, “Corregedoria aperta o cerco às rádios piratas” e “Polícia Federal vai intensificar o

combate ao funcionamento de "rádios-piratas" indicam o grau de medo e intolerância em relação ao crescimento das emissoras comunitárias.

Essa divisão, que ganha destaque na imprensa, já refletia uma tendência que começava a ser decisiva no movimento: de um lado a quantidade sendo vista de modo positivo, na medida em funcionaria como mecanismo de pressão sobre o governo, de outro lado, numa visão mais crítica do crescimento vertiginoso de emissoras, entendido como uma possibilidade de descaracterização do movimento e da própria imagem das radiocom.

Durante os últimos quatro anos a construção da imagem de pirataria e de perigo que as radiocom representariam continua a ser alimentada. A forma como a questão da "interferência nas frequências" é apresentada torna as rádios comerciais vítimas das rádios sem autorização, enquanto toda a sociedade é transformada em vítima potencial das emissoras comunitárias. Além disso, ganha enorme destaque as ações de fechamento e lacre de emissoras. Na matéria "Rádios oficiais sofrem interferência das piratas", a oposição oficial-pirata dá o tom da valoração dos dois tipos de emissoras, tornando àquelas, as oficiais, vítimas da "pirataria".

Muito presente ainda na cobertura das radiocom é o processo de repressão às emissoras, representado por 11 das 25 matérias encontradas sobre o tema entre 2000 e 2004. O termo pirata se institui como o mais usual no tratamento das emissoras. Vedete deste momento da cobertura é todo o aparato estatal representado pela Polícia Federal, procuradoria, juízes, Anatel, Assembléia Legislativa, que aparecem nas chamadas "Polícia Federal inicia caça as rádios piratas, Federal e Anatel fecham rádios piratas no interior"; "Justiça proíbe liminares para rádios ilegais" e "Procuradoria investe contra rádios pirata", entre outras.

Também se verifica a presença de notícias sobre o processo de concessão de concessões para o funcionamento de radiocom, o que passa a acontecer a partir de 2000. Além disto, a discussão sobre a democratização se faz presente a partir do ponto de vista das emissoras comerciais.

Assim, em um dos congressos da ACERT, realizado em dezembro de 2003, um dos temas de discussão foi a comunicação comunitária, mais particularmente as rádios comunitárias. A cobertura sobre o debate feita pelo jornal *Diário do Nordeste* (de 05 de dezembro de 2003) estampou como chamada uma das frases proferidas durante as discussões: "Democratização sem exagero". Aqui o tema da legalidade ganha contornos dramáticos, na medida em que o direito de expressão, princípio norteador da idéia liberal de democracia, é discutido como um exagero democrático.

Do lado das radiocom, a necessidade de respaldar constantemente o movimento em torno da imagem de democratização e da ação comunitária, se choca com as constantes denúncias por parte da imprensa de emissoras que funcionam como rádios comerciais de baixa potência ou são colonizadas por interesses políticos e religiosos. Torna-se necessário ainda, para as radiocom, retorquir a representação de ilegalidade, clandestinidade, pirataria, oportunismo e perigo a elas imposta pelas emissoras comerciais e suas entidades representativas¹¹⁷.

Os processos de formulação de uma valoração positiva e do orgulho que a auto-imagem pode carregar permitem compreender o que acontece com as radiocom; ainda que neste caso aspectos afetivos da percepção de um grupo humano não sejam a questão central. Em relação às radiocom a auto-imagem torna perceptível o processo de construção, ou não, do reconhecimento e da legitimação das emissoras sem outorga que

¹¹⁷ Já em 1997, mesmo antes da promulgação da Lei 9612, a ABERT lançou campanha nacional, em diversas mídias, inclusive o rádio, afirmando o perigo das "emissoras piratas" (MATOS, 2000).

se definem como comunitárias. Um dos mecanismos de legitimação se processa pelo uso da idéia de comunidade, e dos valores imanentes a estas, que são vistos de modo positivo, e por vezes idealizado, e se fariam presentes na programação, na organização e na relação das emissoras com os ouvintes e o lugar onde se estabelecem.

Exemplo da elaboração desse tipo de auto-imagem pode ser percebido no Jornal "ABRAÇO no Ar"¹¹⁸, que detalharemos a seguir. Neste informativo as radiocom aparecem como portadoras de uma utopia revolucionária: são agentes do aperfeiçoamento social, da democratização, do fortalecimento identitário e da solidariedade. Noções legitimadoras que se opõem as idéias como pirataria, perigo, clandestinidade e crime, associadas às emissoras:

Agora é a vez das rádios comunitárias assumirem a responsabilidade da continuidade no aperfeiçoamento de nossa sociedade, da democratização das informações, da cultura e das formas de se relacionar das comunidades em todos os rincões brasileiros, promovendo uma verdadeira revolução com o fortalecimento da identidade cultural local, estimulando a solidariedade entre os cidadãos e provocando a auto-estima nas pessoas (...)

Em outro trecho do jornal tem-se o reforço à imagem transformadora das radiocom, quando elas são apresentadas como "novidade revolucionária", meio possível de controle coletivo e realização da cidadania, que não podem existir fora delas:

Uma rádio comunitária é algo novo. Com ela se pretende uma revolução política, social e cultural do país – a partir da tribo, da vila do povoado, do grande coração brasileiro. A rádio comunitária é o último meio de comunicação que a população pode de fato possuir e controlar neste final de século. (...) Fora das comunitárias o que vale é o dinheiro. O cidadão não existe, a comunidade não existe (...).

Por tudo isso uma rádio comunitária não pode copiar uma comercial (...). A dificuldade é, como fazer uma rádio que não siga este modelo que aí está?

O jornal afirma a positividade e a legitimidade dos valores locais, representados pelas radiocom, contra a globalização, apresentada como excludente e centralizadora.

Dessa forma, tem-se que a idéia de revolução e o papel social a ser desempenhado pela comunicação comunitária se afirmam na noção de comunidade e nas diversas interpretações favoráveis de seu papel: fortalecimento da cultura e da identidade locais, valorização da solidariedade, oposição à globalização "centralizadora e excludente", "revolução a partir da tribo, da vila, do povoado, do grande coração brasileiro".

No "ABRAÇO no Ar", a idéia "rádio comunitária" é usada para explicar as potencialidades da comunicação voltada para a comunidade. Do ponto de vista da disputa política entre radiocom e rádios comerciais, essa interpretação é uma das ferramentas usadas no jogo de legitimação, através da formação de uma imagem com forte conotação transformadora e libertária.

Numa situação de conflito essas imputações positivas se opõem a um leque de sentidos negativos usados pelos seus opositores, como "piratas", "ilegais",

¹¹⁸ Jornal da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO).

“clandestinas” ou “perigosas”, que lhes nega a caracterização de veículo legítimo de comunicação de uma localidade.

Em relação ao campo da radiofonia brasileira, a dinâmica do conflito evidencia uma busca por visibilidade através da apropriação de um veículo de comunicação. Os diversos formatos de radiocom indicam que ela pode se pautar por interesses religiosos, político-partidários, mercadológicos ou ainda na tradição dos movimentos sociais na área de comunicação. Assim, diferentes discursos se organizam e representam segmentos da sociedade em busca de visibilidade: seja ela política, social, comercial ou cultural.

As possibilidades de trabalho, de venda de equipamentos, de atração de pequenos anunciantes, entre outros aspectos, sugerem essa leitura. A visibilidade que acabam por produzir nas áreas onde se instalam, onde a menção aos nomes das ruas, aos pontos comerciais, às praças e às atividades de seus moradores produz o reconhecimento do lugar e de sua vida social¹¹⁹, oferecendo uma primeira experiência de espaço público algumas localidades, sejam elas bairros periféricos de grandes cidades, ou cidadezinhas do interior, e que nunca interessaram comercialmente aos grandes grupos de comunicação. Num movimento análogo ao processo de construção do espaço público vivido no início da modernidade, as rádios comunitárias dinamizam e tematizam a vida local.

Entre as radiocom a produção cultural é também território de tensões entre o estabelecido, “representado pela cultura comercial popular” e o devir, representado pela “cultura alternativa”. Como identifica Oliveira (2002, p.14), “no caso das radiadoras comunitárias da década de 80, era idealizada a veiculação de Música Popular Brasileira e canções engajadas, priorizando a transmissão de debates e mensagens com intenções socioeducativas”.

Essa idealização, que deveria ser realizada no cotidiano das radiocom com a construção de uma perspectiva alternativa à produção massiva, também toma parte no processo de composição da auto-imagem dessas emissoras e no processo de sua legitimação.

Todas as rádios pesquisadas, por exemplo, mantêm em sua programação a oferta de um repertório musical consagrado pela indústria cultural e apreciado pela audiência, entre eles “o brega”, e “o forró”. Na Rádio Favela¹²⁰, de Belo Horizonte, a tensão entre os dois universos se apresenta em programas como o “Só Lixo”, cujo título expressa a avaliação feita sobre a música veiculada, sem, no entanto, impedir que ela vá ao ar.

Longe da idealidade das definições que tratam da qualidade da música e de outros produtos culturais a serem difundidos pelas rádios comunitárias e consumidos por seus ouvintes, tais como a “música de raiz” ou “música boa” (LUZ, 1999), a

¹¹⁹ Durante a audição de uma emissora comunitária localizada em um bairro onde morei por muitos anos, percebi, surpresa e comovida, a importância da publicação, através da rádio, da vida cotidiana do bairro. A menção aos mercados onde se compra diariamente, os eventos que reúnem seus moradores, a vida cultural das escolas, os recados que os moradores se enviam durante os programas, tudo isso compõe um mapa da vida social do lugar. Eles atribuem valor simbólico positivo à vida comum, tornam o que era antes imperceptível, a dinâmica cotidiana do lugar, em elemento para ser ouvido, discutido e reconhecido, o que vai além das funções de simplesmente informar ou entreter através de uma programação musical. Naquele momento da audição, moradora que fui, senti uma emoção estranha, a de ter sido parte daquele universo que a rádio irradiava.

¹²⁰ Embora hoje funcione com licença de emissora educativa, essa rádio passou grande parte de sua história como emissora clandestina aos olhos do Estado e se converteu, ao longo de sua trajetória, em uma referência para as rádios comunitárias em todo o Brasil. Em 2001 foi tema do filme “Uma onda no Ar”, do cineasta Helvécio Ratton, chamando a atenção para a questão das radiocom e a democratização das comunicações

realidade complexa da dinâmica de oferta e de consumo de bens culturais gera uma enorme pressão sobre as rádios com e põe em questão o exercício de uma proposta mais “pura” de programação comunitária. A religiosidade popular católica, a expansão dos grupos evangélicos, o interesse por gêneros musicais menos legitimados tomam espaço no “dial” e reelaboram o discurso tradicional dos movimentos sociais sobre a democratização das comunicações, bem como sobre o controle social das rádios com.

A introdução de um repertório consagrado pela comunicação de massa começa a ser vista não como alienação ou capitulação da proposta política inicial das emissoras, como nos anos 1980, mas como uma forma de trazer para dentro das rádios com a pluralidade social existente fora delas (OLIVEIRA, 2002). Se a leitura tradicional das rádios com e seu papel político não constituem um repertório em desuso, elas não são mais exclusivas e dividem terreno com todas essas novas apropriações.

O trabalho mostrou ainda que a comunicação comunitária é um exercício recente, um aprendizado da relação das rádios com os ouvintes e com a vida do lugar onde se inserem, o bairro. Esse espaço público desprezado em sua singularidade durante muito tempo pelas emissoras comerciais começa a ser objeto de interesse pela ação das rádios comunitárias. Aquilo que antes passava como dado menor da vida desses bairros agora ganha visibilidade. Talvez não da forma idealizada como inicialmente se pensa o papel dessas emissoras, mas muito mais por uma relação concorrencial de mercado que elas estabelecem entre as emissoras comerciais e entre elas próprias.

Referências Bibliográficas

CANCLINI, N. G. (1999). *Consumidores e cidadãos: conflitos, multiculturais da globalização*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

CAPELATO, M. H. R. (1998). Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, São Paulo: Papyrus. (pp. 63-97).

COELHO NETO, A. (2002). *Rádio comunitária não é crime. O direito de antena: o espectro eletromagnético como um bem difuso*. São Paulo: Ícone.

COGO, D. 1998. *No ar ... uma rádio comunitária*. São Paulo: Edições Paulinas.

COSTA JR., A. de O. (1999) *Da clandestinidade à legalidade: o discurso social sobre as rádios comunitárias*. Dissertação de Mestrado, ECO, UFRJ. Mimeo.

DELLA CAVA, R. & MONTERO, P. (1991). *E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989*. Petrópolis, Vozes.

DEL BIANCO, N. R. ; MOREIRA, S. V. (1999). *Rádio no Brasil: tendências e perspectivas*. Rio de Janeiro, EDUERJ; Brasília. D.F., UNB.

DOIMO, A. M. 1995. ‘A vez e a voz do popular’: substrato comum e linguagem. In: _____. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-Anpocs. p.123-150.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, (1994).

ELIAS, N. & SCOTSON, J. (2000). *Os estabelecidos e os "outsiders"*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FUSER, B.n (2002) Rádios Comunitárias em Campinas: a perda de espaço da alternativa popular. Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. <http://www.intercom.org.br/papers/2002/np12/np12fuser.pdf> (consultado na internet em 22 Agosto de 2003)

GOHN, M. da G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola.

HABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutural na esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HALL, S. (2003). Notas sobre a desconstrução do popular. In. _____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. belo horizonte: editora ufmg; Brasília: unesco, p. 248-264.

HARVEY, D. 1996. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6ª edição. São Paulo: Ed. Loyola.

LOPES, C. A. (1999) *Política pública de radiodifusão comunitária no Brasil – exclusão como estratégia de contra-reforma*. Dissertação de Mestrado, UNB. <http://fndc.org.br/arquivos/radcomfinal.pdf>. (consultado na internet em 03 de Novembro de 2005).

LUZ, D. 2001. *Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo*. S/E.

MARTIN-BARBERO, J. 2001. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2ª ed. Rio de Janeiro.

MATOS, Teresa C. F. 2000. *Memória e dádiva em uma rádio comunitária*. Dissertação de Mestrado, UFPB, mimeo.

NUNES, M. V. (2000) Rádios comunitárias nas eleições 98: exercício da cidadania ou instrumentalização da participação popular? Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2000. <http://intercom.org.br/papers/2000/np06/gt06NUNES.pdf>. (consultado na internet em 22 de Agosto de 2003).

_____. *As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000)*. Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte 2003. Texto completo disponível em CD ROOM.

OLIVEIRA, C. T. F. (2002). *Escuta sonora: educação não-formal, recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Unicamp, mimeo, 2002.

ORTIZ, R. (1995). *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense.

SORJ, Bernardo. (2003). *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília, D.F.: UNESCO.

_____. (2001). Novas tendências do conflito social: entre a juridificação e a judicialização. In.

_____. *A nova sociedade brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

TAVARES, R. C. (1999). *Histórias que o rádio não contou: do galena ao digital, radiodifusão no Brasil e no mundo*. 2ª edição, São Paulo: Harbra.

THOMPSON, J. B. (1998). A mídia e o desenvolvimento da sociedade moderna. In. _____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes. (pp. 47-76)

WEBER, Max. (1994). *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. 3ª edição. Brasília, D.F.: Editora da Universidade de Brasília. Volume 1.

Resumo

Este trabalho discute as disputas em torno da significação das práticas e imagens que buscam definir o campo da radiofonia comunitária no Brasil. A partir da noção de auto-imagem, entendida como uma construção relacional se discute a formulação da imagem dessas emissoras, considerando sua relação com diversos segmentos e interesses sociais. Centrada principalmente no universo de emissoras comunitárias da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, busca compreender o ambiente de disputas aproximando-o da trajetória de desenvolvimento dos meios de comunicação no país, tendo como fio condutor os processos de disputa entre rádios, imprensa e Estado.

Palavras-chave: sociologia; conflito; auto-imagem; comunidade, comunicação.

Abstract

This work discusses the conflict of meaning between practices and self-representations that try to define Brazilian community radio. From the notion of self-image, understood as a relational construction it is debatable whether the creation of the image of these broadcasters argues. Fundamental for this comprehension is to consider its relation with several niches and social interests. The main focus is try to understand the rivalry environment of the community radios in the city of Fortaleza, capital of the state of Ceará and try to locate this environment inside the trajectory of the development of mass media in Brazil, having as link the dispute proceedings between radios, press and the State.

Word-key: Sociology; conflict; "self-image"; community, communication

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

PERCURSOS DE RECONHECIMENTO: MEMÓRIA DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DOS DIÁRIOS DE CAMPO E DE VIAGEM¹²¹

Maristela Oliveira de Andrade

Introdução

Os esforços de recuperação da memória da antropologia em território brasileiro tornaram-se progressivamente, um novo campo da pesquisa antropológica, ao lado dos campos tradicionais, como o da etnologia indígena, dos estudos afro-brasileiros ou da sociedade nacional. O levantamento das fontes documentais para a reconstrução do processo de formação do campo disciplinar da antropologia brasileira tem se realizado especialmente nos arquivos de instituições ligadas à prática da pesquisa antropológica como os museus etnológicos e outros similares (SCHWARCZ 1993), Instituto de Estudos Brasileiros da USP, Departamento de Cultura de São Paulo e outros (VILHENA 1997; PEIXOTO, 2000; BRUMANA, 2006), Associação Brasileira de Antropologia (OLIVEIRA, 1988; CORREIA, 2003) de modo que se constata uma espécie de reabilitação da chamada antropologia de gabinete.

O presente trabalho ainda que não se filie à pesquisa documental em arquivos, se insere na perspectiva de estudos da memória da antropologia ao propor realizar um percurso envolvendo as quatro primeiras décadas do século XX, com foco num tipo peculiar de literatura. Trata-se dos diários de viagem, íntimo e de campo, produzidos por autores que tiveram papel marcante na formação da antropologia brasileira, nas três áreas que se configuraram desde sua origem. A análise desta produção escrita, em virtude de sua peculiaridade em oferecer uma perspectiva intimista e biográfica dos autores em sua mobilidade nas viagens de estudo e de campo, permite explorar a memória coletiva do meio intelectual da época a partir da subjetividade inscrita nestes textos.

O percurso será feito em dois planos: no primeiro será enfocada uma fase da formação dos estudos da etnologia indígena com ênfase nos diários de campo e de viagem produzidos por três autores – Lévi-Strauss, Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro; e no segundo se reportará a formação dos estudos afro-brasileiros e da sociedade nacional juntos, a partir de diários íntimo e de viagem produzidos por Gilberto Freyre, Mário de Andrade e Roger Bastide. É preciso destacar, antes de mais nada, que o critério de escolha dos autores está relacionado à identificação de obras publicadas com o perfil acima fixado, que tiveram repercussão inegável, tendo em vista que continuam suscitando análises até o presente¹²².

Por outro lado, é preciso assinalar que as viagens de campo dos antropólogos selecionados para este estudo, coincidem com a fase de estruturação da etnografia brasileira pelos primeiros antropólogos brasileiros com o surgimento dos primeiros

¹²¹ Uma versão parcial deste trabalho foi publicada, sob o título “Relatos e trajetos indígenas nos primórdios da etnografia brasileira: um estudo exploratório nos diários de campo”, nos Anais Eletrônicos da 26ª RBA, Porto Seguro, junho de 2008.

¹²² A preocupação com a memória tem levado muitos antropólogos brasileiros a editarem seus diários de campo mais de 30 anos depois de suas expedições aos territórios indígenas, a exemplo de Roberto Cardoso de Oliveira, com Diário e suas margens (2002) e o mais recente, Índios do Tocantins (2009) de Orlando Sampaio Silva.

cursos em área afim, ainda que no conjunto tenha incluído dois antropólogos estrangeiros. Apesar disso, o presente estudo não tem o propósito de reconstituir o nascimento da etnografia brasileira, mas tão somente de propor uma síntese despreziosa desse período a partir das viagens de campo dos autores selecionados. Estes estabeleceram contatos com diferentes comunidades do universo indígena e fora dele, como as comunidades religiosas afro-brasileiras, indígenas e as agremiações das culturas populares, que resultaram em estudos sistemáticos posteriores que marcaram a antropologia brasileira.

Neste sentido, aludimos ao estudo exemplar de Brumana a respeito dos primórdios da etnografia francesa na África, Soñando con los dogon: en los orígenes de la etnografía francesa (2005)¹²³, no qual esmiuçou os documentos da Missão Dacar-Yibutí no início dos anos 1930. Na análise dos documentos e etnografias publicadas a partir da missão, chama atenção para dimensão subjetiva e de intimidade revelada nos escritos de Leiris, em meio aos relatos etnográficos e cartas pessoais¹²⁴.

O Marco teórico da análise que se desenvolverá neste artigo, no intuito de examinar a literatura produzida e seu papel na formação do campo da antropologia e, das instituições a ela ligadas, está apoiado em alguns eixos: o da memória coletiva de Halbwachs, e o do percurso do reconhecimento de Ricoeur, que igualmente se apóia na memória associada à idéia de luta nas ações de reconhecimento, que se reportam a teoria das lutas simbólicas no campo científico de Bourdieu, buscando finalmente inspirar-se na etnografia do pensamento de Geertz.

O projeto de reconstrução de memórias da ciência requer este suporte teórico que reconhece a participação dos agentes imbuídos no projeto em um campo de luta, entretanto a tessitura da memória requer igualmente a reunião dos fragmentos dos relatos subjetivos dos diários íntimos, de viagem e de campo, para compor uma memória coletiva formulada como narrativas sínteses, uma espécie de etnografia do pensamento.

Memória e narrativa na formação do campo disciplinar da antropologia

O enfoque da memória foi escolhido tendo em vista que, rompendo com a concepção de história, conforme teoriza Halbwachs, ela é formada a partir de lembranças de pequenos acontecimentos localizados, ou significativos para o grupo do qual participa o autor do registro das lembranças. (2004, p. 64) “Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória”. Portanto, optar por uma reconstrução histórica propriamente dita significaria realizar não um estudo puramente cronológico, mas uma tentativa de periodização através da busca de caracteres comuns, para estabelecer um quadro esquemático com risco de permanecer incompleto. Mas do que buscar a temporalidade ou a periodização, este trabalho procura explorar a memória através das lembranças e sua significação para a comunidade antropológica nascente.

Ricoeur, em seu *Parcours de la reconnaissance* (2004), propõe uma abordagem que parte da memória para compreender ações voltadas para o reconhecimento, que se estabelecem através de um percurso que envolve operações em três planos ou níveis: o primeiro supõe o reconhecimento através de uma ação de identificação; em seguida o reconhecimento de si mesmo, uma espécie de hermenêutica de si e finalmente um reconhecimento mútuo. As operações de identificação supõem duas ações

¹²³ Ver resenha da autora sobre esta obra na *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2005, v.48

¹²⁴ Cabe mencionar o fato em comum de que antropólogos da missão francesa na África após suas expedições e estadias no estrangeiro bem como Lévi-Strauss na missão francesa da USP foram trabalhar no Museu do Homem de Paris.

inseparáveis: de distinguir e de identificar (RICOEUR, 2004, p. 50). Este modelo interpretativo se fundamenta na percepção de alteridade associada à de busca de identidade, responde às necessidades explicativas de nosso estudo, que procura extrair dos relatos da literatura de viagem, como o viajante exprime sua experiência com o outro e constrói seu discurso sobre o outro.

Joel Candau chama atenção para o lugar da memória nas sociedades humanas, em que ela assume papel central nas modernas sociedades contemporâneas, onde haveria segundo ele uma verdadeira 'compulsão pela memória', traduzida pela multiplicidade de formas de culto à memória: 'frenesi pelo patrimônio', comemorações, busca pelas raízes etc. A memória torna-se assim um dever e uma necessidade instituída desde textos sagrados como a Bíblia e o Alcorão, e que agora passa a justificar o projeto de constituição de uma antropologia da memória, cuja definição do campo de estudo se fundamenta na dupla dimensão que ela envolve: a lembrança e o esquecimento (CANDAU, 2002, pp. 6-7).

Uma convergência entre a teoria da memória coletiva e a do campo científico de Bourdieu pode ser notada se consideramos o manejo das dimensões da lembrança e do esquecimento, como uma ação deliberada ou mesmo inconsciente, que tem implicações no âmbito de teóricos e teorias que permanecem lembrados enquanto outros caem no esquecimento. A abordagem de Bourdieu sobre o campo científico envereda pela sociologia do conhecimento, de modo que nos voltamos para a proposta de Geertz de romper com ela para explorar o pensamento como um artefato cultural. Desta forma, procuramos flexibilizar a visão de Bourdieu, nos concentrando na peculiaridade do pensamento como processo que envolve um "tráfico de formas simbólicas disponíveis em uma ou outra comunidade" (1997, p. 228).

Aliás, Geertz com sua antropologia hermenêutica propôs a etnografia do pensamento, na qual os materiais etnográficos produzidos a respeito de determinadas comunidades formam (1997, p. 234) "uma rede de entendimentos sociais que se reforçam mutuamente". Neste sentido, as comunidades acadêmicas teriam em comum com as comunidades estudadas pelos antropólogos, uma relativa condição de isolamento que o leva a nomeá-las de "aldeias intelectuais". Como tal, tornam-se passíveis de serem objeto de etnografias.

O interesse pelo ciclo vital constitui outra dimensão enfatizada por Geertz, que para além dos seus fundamentos biológico e biográfico ou sociocultural, permite detectar outros aspectos nas trajetórias dos autores que podem fornecer pontos estáveis de cruzamentos na diversidade das existências individuais, que são cruciais para a elaboração da etnografia. A junção de diferentes relatos pessoais de lembranças com diferentes vozes permite a construção de narrativas polifônicas, sendo esta a tentativa buscada neste trabalho.

Aqui podemos evocar Richard Price, um aluno de Geertz, em seu artigo "Meditação em torno dos usos da narrativa na Antropologia Contemporânea" (2004): "o tempo, ou melhor, a percepção daquilo que chamamos de memória é como um velho acordeom da Martinica – que se abre ou se fecha, encolhendo algumas coisas, aumentando outras e, neste processo, fazendo música." Neste sentido, o antropólogo como um narrador é tão só uma das vozes da narrativa, a qual se conjuga com a voz dos nativos e outras vozes, como a dos viajantes e missionários.

Os diários de campo e os relatos de viagem na formação da antropologia brasileira

Os diários de campo e de viagem se caracterizam por registrar não só impressões primeiras, mas principalmente acontecimentos e fatos presenciados na sociedade do

outro. E se os primeiros fornecem matéria prima para posterior sistematização e elaboração do texto etnográfico, os segundos embora tenham por muito tempo cumprido este papel, constitui igualmente um manancial de testemunhos que fornecem retratos vivos de formas de vida e práticas culturais estranhas, capazes de despertar a imaginação do leitor para um mundo exótico.

O diário íntimo foi incorporado a este conjunto por envolver de forma mais enfática elementos autobiográficos e registros de pequenos acontecimentos significativos de caráter afetivo ou íntimos, que participam igualmente dos outros tipos de diário. Desta forma, estes documentos passam a ser as fontes privilegiadas para a construção da memória. Nos diários as tentativas interpretativas se encontram apenas esboçadas, de modo que tornam-se manifestas as ambigüidades e imprecisões do autor, dando as descrições um sentido sobretudo impressionista.

Neste sentido, o papel do antropólogo como autor é para Geertz (2005, pp. 11-12): “ir a lugares, voltar de lá com informações sobre como as pessoas vivem e tornar essas informações disponíveis à comunidade especializada, de uma forma prática...”. A escrita do diário de campo assume ainda outro papel para o antropólogo - o de legitimar seu trabalho teórico e etnográfico com a dimensão empírica e a comprovação de ter “estado lá”, como muito bem detectou Geertz. Sendo a condição de testemunha ocular, ou seja, de haver “estado lá”, um requisito necessário para conferir legitimidade científica à produção etnográfica, conforme expressa a seguir (2005, p. 29):

Os etnógrafos precisam convencer-nos (...) não apenas de que eles mesmos realmente “estiveram lá”, mas ainda (...) de que, se houvéssemos estado lá, teríamos visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram.

Contudo, ele destaca a natureza situacional do estudo etnográfico, a qual submete o observador e sua experiência de campo a variações (GEERTZ, 2005, p. 16): “um dado etnógrafo, em tal época e tal lugar, com tais informantes, tais compromissos e tais experiências, representantes de uma dada cultura e membro de uma certa classe...” Tantas variações e circunstâncias teriam que resultar em tantas observações e descrições quantos etnógrafos ou observadores.

A reflexão de Manuela Carneiro da Cunha, quanto à objeção relativista de que cada um só pode falar de si mesmo, ajuda a esclarecer este aspecto: (2008)¹²⁵ “Não se trata simplesmente de cada qual falar de si mesmo, mas de cada qual falar de si mesmo via essa estranheza que é conseguida através deste distanciamento, distanciamento que é uma passagem por outros modos de viver.” Assim, em meio à diversidade de experiências é possível notar aproximações na forma de se confrontar com o outro em razão da condicionante temporal relativa ao ciclo vital, que afeta as pessoas de uma mesma geração.

O interesse pela literatura de viagem associada particularmente aos viajantes estrangeiros nos conduziu à descoberta de diários de viajantes brasileiros em busca de explorar recantos longínquos de suas próprias terras, para viver sua experiência com o exótico. Os primeiros relatos de viagem dos antropólogos no Brasil são ainda marcados por um espírito naturalista, próprio dos relatos dos viajantes estrangeiros dos séculos anteriores, que em conjunto se caracterizam pelas seguintes aspectos: a subjetividade, o registro da experiência com a alteridade, além da descrição etnográfica para retratar a cultura do outro. O que há em comum entre esses viajantes do século XX,

¹²⁵ Depoimento da antropóloga a Julie Cavignac em entrevista publicada na Revista Massangana nº1, Nov.2008 p.48-49.

especialmente os brasileiros é o propósito da descoberta do Brasil pelos próprios brasileiros e a alteridade experimentada ante a revelação de um país desconhecido e exótico.

Diários de campo e de viagem na formação da etnologia indígena brasileira

Os diários arrolados para o presente estudo foram divididos em dois blocos, de modo que serão examinados em primeiro plano aqueles, cujos autores se confrontaram com as comunidades indígenas em condição de relativo isolamento, provocando uma experiência mais radical com a alteridade.

Entre as fontes do presente estudo, destacam-se *Tristes Trópicos* de Lévi-Strauss publicado em 1955, cerca de quinze anos após sua estadia no Brasil, e *Diários Índios* (1996) de Darcy Ribeiro, publicado no ano que precedeu a sua morte, ou cinquenta anos depois das estadias nas comunidades indígenas. Quanto a Eduardo Galvão, embora não tenha reunido suas anotações de campo em uma publicação única, iremos utilizar textos dispersos publicados em forma de artigos, tomando como fonte primordial o livro de Orlando Sampaio Silva que supre nossa necessidade de informações de cunho biográfico e pessoal conjugada com seu perfil intelectual.

Os diários de campo deste período oferecem uma perspectiva nostálgica aos novos antropólogos que já não dispõem de lugares e culturas longínquas e isoladas, onde experimentar uma alteridade radical e testemunhar a diversidade cultural, tão cara ao pensamento antropológico. Além das crescentes dificuldades impostas ao pesquisador nos territórios indígenas, conforme observa Lévi-Strauss em seu livro de memórias, *Um olhar distanciado* (1983), onde comenta a respeito das atuais exigências formais para que o antropólogo possa divulgar mitos recolhidos de povos indígenas da Colômbia Britânica no Canadá (LÉVI-STRAUSS *apud* Duras 1999, p. 10): “Ninguém te contará um mito sem que o informante receba por escrito a certeza de que ele tenha a propriedade literária com todas as conseqüências jurídicas que isto implica”.

Traçar um perfil de cada autor em suas trajetórias acadêmicas e pessoais pareceu crucial para captar elementos diferenciais nas circunstâncias e atitude de cada um na apreensão do mundo indígena. Partindo do critério temporal, constata-se que os três viveram ao longo do século XX, sendo naturalmente impregnados pelo espírito intelectual deste século. Há nos três a preocupação em obedecer aos cânones da ciência da época.

Dentre os três, Lévi-Strauss não apenas é o mais velho (100 anos) como também foi mais beneficiado pela longevidade, que lhe permitiu produzir uma vasta obra com numerosos títulos. Galvão, tendo vivido pouco mais da metade do tempo vivido pelo francês (55 anos), teve naturalmente uma obra mais reduzida, tendo se exposto por mais tempo às intempéries da vida na floresta, realizando ao longo da vida numerosas viagens de campo aos diferentes territórios indígenas da floresta e dos cerrados. Darcy Ribeiro viveu duas décadas mais que seu amigo (77 anos), apesar de ter sido acometido de câncer por duas vezes, tendo aproveitado os dois anos finais para uma corrida desvairada contra o tempo, para acrescentar a sua obra vários livros¹²⁶, entre os quais um livro de memória, no intuito de assegurar sua imortalidade.¹²⁷

¹²⁶ Entre eles destacam-se: *O Povo Brasileiro* (1995), *Diários Índios* (1996) e *Confissões* (1997).

¹²⁷ Para tanto, constituiu ainda em vida a Fundação Darcy Ribeiro para divulgar sua obra e projetos sociais executados, como também divulgar e apoiar novos projetos, principalmente aqueles com ênfase na área educacional.

Para uma melhor visualização da trajetória pessoal e intelectual desses antropólogos, optou-se por construir um quadro para dispor algumas referências biográficas deles e assim permitir identificar não só aspectos contrastantes como experiências comuns, ver quadro 1 mais adiante.

Antropólogo	Origem	Formação	Vínculos Institucionais
Lévi-Strauss (1908-)	Bruxelas-Bélgica	Filosofia Univ. Sorbonne (França)	USP, Musée de l'Homme, EHESS, Collège de France
Eduardo Galvão (1921-1976)	Rio de Janeiro - RJ	Bacharel Geog/Hist. (RJ); PhD Univ. Columbia - USA	Museu Nacional, SPI, Museu Emilio Goeldi, UFPA, UnB
Darcy Ribeiro (1922-1997)	Montes Claros -MG	Sociologia e Política ELSP	SPI, UnB, MEC, Senado Federal, etc.

Quadro 1. Dados biográficos comparativos dos três autores.

Lévi-Strauss iniciou sua vida acadêmica na então recém criada Universidade de São Paulo após terminar seus estudos de Filosofia na França, permaneceu no Brasil no período de 1935 a 1939. Realizou algumas viagens curtas a territórios indígenas como os Kaingang no Paraná e Kadiweu no Mato Grosso, e somente no último ano da sua estadia realizou a famosa expedição de vários meses às terras indígenas do Brasil central e Amazônia. Ao término dessa expedição se desliga da USP e em seguida consegue uma estadia de exílio nos Estados Unidos, durante a guerra, (devido à sua origem judia), tendo se integrado a New School for Social Research/NY – instituição que acolheu numerosos intelectuais judeus exilados, da qual Boas participou de sua fundação (CASTRO, 2004, p.13). De volta à França, trazendo na bagagem um bom cabedal de dados com sistematização teórica resultante do extenso material etnográfico coletado, vinculou-se ao Museu do Homem e em seguida à École Pratique des Hautes Études em Sciences Sociales – EHESS, finalmente ingressa no Collège de France onde permaneceu até sua aposentadoria.

Os dois antropólogos brasileiros tiveram suas formações em espaços distintos, Galvão no Rio de Janeiro sob a influência marcante de Wagley¹²⁸ e Darcy Ribeiro na ELSP seria influenciado pela presença marcante nesta escola de Herbert Baldus¹²⁹. Ribeiro e Galvão trabalharam juntos em várias instituições como o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, tendo ambos participado da criação do Museu do Índio (RJ), do Parque Indígena do Xingu (MT)¹³⁰, da Associação Brasileira de Antropologia, além do primeiro curso de pós-graduação de antropologia (RIBEIRO, 1979, p. 13): “que se ministrou no Brasil e que se esgalhou depois em muitos outros.” Juntos mais uma vez trabalharam na criação da Universidade de Brasília, em que Darcy Ribeiro foi o primeiro reitor e Galvão chefe do departamento de antropologia, período em que tomou a iniciativa de organizar a Suma Etnológica Brasileira¹³¹, uma espécie de versão revisada e ampliada do Handbook of South American Indians (RIBEIRO, 1979, p. 13).

¹²⁸ Na Faculdade Nacional de Filosofia (cursos de Geografia e História) no Rio de Janeiro

¹²⁹ Ver artigo de Orlando Sampaio Silva “O antropólogo Herbert Baldus”, Revista de Antropologia da USP, em que destaca sua contribuição na ELSP na cadeira de Etnologia Brasileira a partir de 1939, e sua trajetória de pesquisa a numerosas comunidades indígenas de norte a sul do Brasil.

¹³⁰ Darcy Ribeiro integrava a equipe do Governo de João Goulart que instituiu o parque, à época denominado Parque Nacional do Xingu.

¹³¹ A organização da Suma Etnológica foi interrompida em razão da política dominante na época na UnB, segundo informa Darcy Ribeiro no Prefácio ao livro de Galvão, Encontro de Sociedades, sendo retomada e publicada em 1986 por ele em co-autoria com Berta Ribeiro.

Aliás, Galvão participaria da grandiosa obra norte-americana, em co-autoria com Charles Wagley com os títulos *The Tenetheara* e *The Tapirapé* (1948).

É curioso destacar os vínculos que os três antropólogos mantiveram no início de suas carreiras acadêmicas com museus etnológicos, dada a importância assumida por eles na época, como instituições intimamente ligadas à pesquisa etnográfica. Eles teriam ao mesmo tempo o papel de coletar e reunir objetos de interesse museológico através do patrocínio às pesquisas de campo e em seguida de guardiões de coleções etnográficas para exibição pública. Eduardo Galvão após sua iniciação na pesquisa etnográfica junto ao Museu Nacional no Rio de Janeiro desempenhou papel destacado no Museu Emílio Goeldi no Pará, onde assumiria o cargo de Diretor. A esse respeito, Silva destaca que (2007, p. 71): “Galvão era um museólogo e um apaixonado pelas exposições de museus. Produziu um guia para a exposição dos diversos setores ligados à antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi...”

Darcy Ribeiro por seu lado dedicou dois breves estudos ao Museu do Índio, um dos quais publicado pela UNESCO e o outro nos anais da II Reunião de antropologia brasileira. Contudo, após uma fase intensamente dedicada aos estudos indígenas e atividades ligadas à criação de espaços institucionais e acadêmicos de ensino e pesquisa em antropologia, filiou-se a atividades ligadas à educação a partir de 1955. Daí em diante foi se afastando do campo indígena, para se dedicar à vida pública¹³², na formulação e execução de projetos educacionais do ensino fundamental (CIEPs) ao superior, entre eles a criação da Universidade de Brasília na década de 1960 e três décadas depois a Universidade Estadual do Norte Fluminense em Campos dos Goitacazes (RJ).

Eduardo Galvão e Lévi-Strauss se mantiveram fiéis ao projeto antropológico propriamente dito, sendo que o primeiro obteve seu doutorado em antropologia na Universidade de Colúmbia nos Estados Unidos, tendo como orientador Charles Wagley. Aliás, ele foi o primeiro antropólogo brasileiro a obter tal título nesta universidade (SILVA, 2007).

E se Galvão recebeu prêmios e comendas internacionais, os outros dois receberam títulos de doutor honoris causa em várias universidades estrangeiras. Lévi-Strauss, receberia naturalmente número muito mais elevado desses títulos e outras tantas medalhas de honra ao mérito.¹³³ Enquanto Darcy Ribeiro obteve esses títulos em universidades européias, latino-americanas e brasileiras.¹³⁴

Os três antropólogos sofreram influências da tradição antropológica norte-americana. Lévi-Strauss teve a oportunidade de conviver com Boas e, embora mais refratário às influências intelectuais norte-americanas, como membro orgulhoso de sua formação humanística francesa, inegavelmente foi marcado por ela. Contudo, manteve-se fiel à tradição universalista do humanismo francês, mostrando-se menos propenso a teorizar sobre os aspectos da diversidade cultural.

Os brasileiros se filiaram a correntes neo-evolucionistas, em particular a adoção do conceito de áreas culturais conforme proposto por Julian Steward. Eduardo Galvão através de sua relação acadêmica com Charles Wagley e seus estudos norte-americanos

¹³² Exilado durante a ditadura pela participação no Governo de João Goulart, no retorno exerceu cargos eletivos na vida pública, como vice-governador do Rio de Janeiro e depois senador da República.

¹³³ Lévi-Strauss obteve esses títulos em universidades norte-americanas, anglo-saxônicas, latino-americanas e até mesmo africanas, tais como: Chicago, Yale, Oxford, Stirling, Colúmbia, Harvard, Bruxelas, Upsala, México, Zaire etc.

¹³⁴ Darcy Ribeiro obteve nas Universidades Sorbonne de Paris, Universidade de Copenhague, Central da Venezuela, da República do Uruguai e da Universidade de Brasília (UnB).

recebeu influência mais direta, embora tenha procurado uma interpretação autônoma. Com isso, ambos desenvolveram seus estudos na busca de caracterizar a singularidade da cultura brasileira, ao mesmo tempo em que reconheciam a diversidade de culturas que compõem as áreas culturais a que se vincula a cultura nacional.

A seguir será feita uma análise dos diários, começando por identificar os pontos convergentes e divergentes entre as obras e os autores escolhidos, no intuito de destacar os registros de lembranças de acontecimentos singulares.

Análise da escrita dos diários de campo e de viagem às terras indígenas

Para dar conta dos aspectos convergentes ou comuns aos diários dos três antropólogos será proposto um roteiro para o estudo, com base na identificação de alguns critérios para a análise comparativa.

O Quadro 2 revela uma síntese das principais características dos diários dos antropólogos em estudo, com indicação do período das viagens, das comunidades alvo de descrição nos diários (as listas são incompletas com mero fim ilustrativo); do estilo adotado na escrita; do grau de alteridade revelado e finalmente das instituições de apoio das expedições de cada antropólogo.¹³⁵ Quatro critérios servirão de eixo para esta análise inicial: o espaço-temporal, o temático, o estilístico e o da experiência com a alteridade.

Antropólogo	Período viagem	Comunidades Indígenas	Estilo do Diário	Experiência c/ alteridade	Instituição de apoio
Lévi-Strauss	1935-1936 1937-1938	Kaingang, Kadiweu, Bororo, Nambiquara	Literatura viagem. Etnográfico	Alteridade máxima, visão do exótico	Soc. Etnologia e Folclore USP e Museu do Homem
Eduardo Galvão	1940-1972	Tapirapé, Tenetehara, Kamaiurá, Kaiuá, Juruna, Kaiabí, Txicão, caboclos, etc.	Etnográfico, relato científico	Alteridade moderada, visão de familiaridade	Museu Nacional, Museu Emílio Goeldi, SPI
Darcy Ribeiro	1949-1951	Kadiweu, Urubu-Kaapor	Carta, diário, etnográfico.	Alteridade moderada, visão de familiaridade.	SPI, Museu do Índio

Quadro 2. Síntese dos trajetos e características dos relatos dos três antropólogos

a) **O Espaço-temporal:** indica a realização de trajetos semelhantes através das comunidades indígenas situadas no Centro-Oeste na região do Xingu e no Norte na região amazônica, o período das viagens e estadas situando-se no espaço de pouco mais de três décadas. Lévi-Strauss permaneceu no Brasil no período entre 1935 a 1939, tendo realizado suas expedições ao Centro-Oeste e Norte do Brasil. Eduardo Galvão iniciou logo em seguida, suas expedições às comunidades indígenas das citadas regiões a partir de 1940 tendo se estendido até 1972, quando realizou sua última expedição. Darcy

¹³⁵ A sociedade de Etnologia e Folclore teria dado apoio parcial a viagem do casal Lévi-Strauss conforme Brumana (2006) e o Musée de l'Homme conforme revelado pelo próprio em entrevista a Didier Eribon publicada no livro *De longe e de perto. Os artefatos indígenas recolhidos na viagem foram alvo de uma exposição no retorno dele a Paris* (2005, p. 38).

Ribeiro iniciou alguns anos depois, em 1946, tendo se dedicado aos estudos indígenas até 1955, período em que esteve ligado ao SPI.

b) O Temático: permite caracterizar conteúdos que aparecem através de registros recorrentes, fundamentados em abordagens antropológicas consagradas ou que viriam a ser por eles teorizados mais tarde. Entre eles, cabe destacar em primeiro plano, os levantamentos de terminologia e de sistemas de parentesco com registros nos clássicos diagramas desta tradição de estudos, presentes nos diários dos três antropólogos. A utilização recorrente desta temática visa expressar domínio na matéria, tida como eminentemente vinculada aos estudos desta disciplina, cujo propósito seria a legitimação do trabalho antropológico.

Se Lévi-Strauss construiu a partir dos levantamentos feitos uma sólida teoria publicada sob o título *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão elaboraram igualmente minuciosos diagramas para caracterizar o sistema de parentesco das comunidades estudadas. Ribeiro, embora tenha anotado a terminologia do parentesco dos Urubu-Kaapor e transcrito inúmeras páginas desses diagramas em seu diário, foi o que menos ênfase deu em suas elaborações teóricas produzidas mais tarde.

Entretanto, Galvão a partir de relatos isolados de suas expedições como "Apontamentos sobre os índios Kamaiurá" e "Breve notícia sobre os índios Juruna"¹³⁶ entre outros, veio a produzir um artigo dedicado ao tema "Cultura e sistema de parentesco das tribos do Alto Xingu", além de fazer uso das classificações de parentesco como categoria diferenciadora dos grupos indígenas distribuídos em uma mesma área cultural.

Vale lembrar que o conceito de área cultural de que Galvão se apropriou advém da teoria de cunho ecológico do antropólogo norte-americano Julian Steward, recebendo novo significado, em que retirou a ênfase da influência dos ecossistemas sobre as culturas para destacar as trocas culturais entre diferentes grupos vivendo em áreas contíguas. A partir daí produziu uma sistematização em que teorizou e mapeou as "Áreas culturais indígenas no Brasil: 1900:1959" em trabalho apresentado na IV Reunião Brasileira de Antropologia em 1959 em Curitiba. (1979, pp.193-228). Conseguiu caracterizar sete áreas culturais principais, tendo como um dos critérios de diferenciação o sistema de parentesco, tomando como base empírica a região do Alto Xingu, assim como a área amazônica.

Já a apropriação do conceito realizada por Ribeiro introduziu modificações para adequá-lo ao sistema explicativo da sua teoria do processo civilizatório, bem como no livro que produziria em parceria com Berta Ribeiro, *Suma Etnológica* (1986), em que reelabora mais uma vez as teses da ecologia cultural, através da etnobiologia para abordar os diferentes grupos indígenas no Brasil e seus saberes sobre os ecossistemas a que estão integrados.

A dimensão mágica e religiosa constitui outro conteúdo temático explorado nos diários e anotações etnográficas de Lévi-Strauss e Galvão. O primeiro veio a produzir publicações sobre análise estrutural do mito, seja em *Antropologia Estrutural 2*, seja na série *Mitológicas*. O segundo produziria um breve estudo sobre panema, termo indígena que designa uma crença mágica em uma força espiritual impessoal aparentada com a noção de mana, porém de cunho negativo, encontrada de forma disseminada entre os caboclos da Amazônia. Porém seu interesse pelo campo mágico religioso culmina com

¹³⁶ Textos reeditados na obra póstuma de E. Galvão. *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*

sua tese publicada sob o título, Santos e Visagens, que aborda de forma abrangente a religiosidade dos caboclos amazônicos.

Darcy Ribeiro parece mais atento aos manuais de etnografia, ao apresentar uma visão mais abrangente possível do cotidiano das comunidades estudadas. O levantamento dos mitos indígenas Kaapor, referido nos Diários Índios em suas primeiras narrativas irá compor uma de suas obras literárias, Maíra.

c) O estilístico: exprime as formas adotadas pela escrita dos diários e sua aproximação ao estilo literário, em que os registros de determinados acontecimentos tornam-se parte do repertório das lembranças que interessam particularmente a este estudo.

Lévi-Strauss, embora repudie as obras dos viajantes, dos três é o mais influenciado pelo estilo tradicional da literatura dos viajantes, abusando de vários dos seus ingredientes. No trecho a seguir ele expressa seu desagrado em relação a esse gênero de literatura (1996, p. 15): “esse gênero de relato encontra uma aceitação que para mim continua inexplicável. A Amazônia, o Tibete e a África invadem as lojas na forma de livros de viagem, narrações de expedição e álbum de fotografias em que a preocupação com o impacto é demasiado dominante para que o leitor possa apreciar o valor do testemunho que trazem.”

Aliás, merece destaque a recorrência com que agrega ao relato sobre sua viagem ao Brasil e as comunidades indígenas, elementos extraídos dos relatos de viajantes franceses como Lery. No mesmo diário inclui relatos de viagens realizadas na década seguinte ao oriente, Índia e Paquistão, sob a influência de relatos de viajantes europeus ao oriente. Apesar disso, o antropólogo francês insiste em denegar o valor da literatura de viagem, tida por simples divertimento, e de expressar seu desagrado diante da aventura da viagem e dos contratempos a ela associados.

Ainda que considere inútil a descrição de certos aspectos da viagem propriamente dita, não consegue deixar de incorporá-los ao seu relato, como o que classifica de “escória da memória”. Eis a frase que ilustra este comentário (2005, p. 15): “Às cinco e meia da manhã, entrávamos na baía de Recife, enquanto pipiavam as gaviotas e uma flotilha de vendedores de frutas exóticas espremia-se ao longo do casco”. Para caracterizar ainda mais sua antipatia em relação às viagens, especialmente aos trópicos, não podemos deixar de reproduzir a seguinte descrição (2005, p. 75):

sinto-me ainda mais embaraçado para falar do Rio de Janeiro, que me desagrada, apesar de sua beleza celebrada tantas vezes. Como direi? Parece-me que a paisagem do rio não está a altura de suas próprias dimensões. O Pão de Açúcar, o Corcovado, todos esses pontos tão enaltecidos lembram ao viajante que penetra na baía cacos perdidos nos quatro cantos de uma boca desdentada.

Entretanto, cabe lembrar que ele menciona várias vezes no diário que lhe desgosta o mar e o litoral, preferindo as montanhas, o que explica sua aversão a eles e o burburinho dos portos, que no fundo se relaciona com seu gosto pelo isolamento que a montanha proporciona, ao qual acrescenta a floresta como seu novo sucedâneo.¹³⁷

¹³⁷ Caetano Veloso popularizou em sua música “O Estrangeiro” a nota de desprezo do antropólogo francês:

O antropólogo Claude Lévi-Strauss detestou a Baía de Guanabara:
Pareceu-lhe uma boca banguela.

E eu menos a conhecera mais a amara?
Sou cego de tanto vê-la, te tanto tê-la estrela...

Neste sentido, Galvão se distancia dos outros pela sua escrita mais alinhada com um padrão de relatório técnico-científico. Note-se como ele constrói seu relato de viagem, deixando relegada a nota de rodapé, a apresentação de caráter explicativo e introdutório do seu texto (1979, p. 17):

A presente nota constitui um resumo das observações de campo colhidas durante nossa estada de oito semanas na região do Alto Xingu. Referem-se mais particularmente aos índios Kamaiurá, do rio Culuense, em cuja aldeia residimos duas semanas, e com os quais tivemos demorado contacto no acampamento da Expedição Roncador- Xingu, para onde convergiram Aueti e Trumáí. O objetivo inicial, pesquisa de termos de parentesco Kamaiurá, foi ampliado, dadas as magníficas condições de trabalho, que a região oferece.

Em análise do estilo da escrita de Galvão, Orlando Sampaio Silva confirma esta observação, em que destaca que este antropólogo não teria feito ficção, tendo privilegiado uma linguagem científica como gênero literário. De fato, sua postura pessoal discreta, sem cultivo de quaisquer estrelismos, constituía uma marca de sua personalidade, destacada por Luiz de Castro Faria em seu obituário publicado pelo Anuário Antropológico 76 (CASTRO FARIA *apud* SILVA 2007, p. 91): “Essa simplicidade que era ao mesmo tempo maneira de ser e lição, essência e pedagogia, fez dele uma figura singular, sempre presente mas geralmente isolada. Deliberadamente ou não, tornou-se cada dia mais diferente dos seus pares, e sua trajetória permanecerá única”. Pode-se perceber nas iniciativas de Castro Faria, Darcy Ribeiro e mais especialmente na de Orlando Sampaio ações que se caracterizam como luta pelo reconhecimento da importância da contribuição de Galvão para a etnologia indígena, perante a comunidade de antropólogos.

Contudo, seu biógrafo atesta que (SILVA, 2007, p. 33):

Em muitos momentos de sua obra, sobretudo quando descreve mitos ou rituais ou mesmo acontecimentos na sociedade relacionados com cerimônias religiosas, seu estilo abandona os ditames da rigidez e frieza que caracterizaram muitos textos científicos, para celebrar a riqueza da própria língua, pelo uso de forma literária, com a qual, na espontaneidade do artista da palavra, o autor escritor exhibe sua face.

Em seus relatos ou diários de campo se reporta a relatos das expedições científicas na Amazônia e Brasil central de Alexandre Rodrigues e Karl von den Steinen, como descrições anteriores que lhe servem de suporte para a busca de traços culturais nas observações por ele realizadas.

Darcy Ribeiro adota não apenas o estilo de diário propriamente dito em que faz registros das datas ao longo de sua permanência junto aos índios, não empregado pelos outros dois, como também sugere em sua escrita o formato de cartas, em que escreve à esposa e ao longo das suas descrições estabelece um diálogo com ela. Daí porque explica ao leitor seu estilo de diário (1996, p. 10): “Não estranhe, sobretudo, que eu me refira a você, que lê, em algumas páginas dos diários. Eles foram escritos como uma carta de amor mais longa que jamais se escreveu”.

Ao longo do diário mescla descrições etnográficas com impressões e sentimentos pessoais e íntimos, como quando relata um pesadelo ou o que se poderia chamar uma espécie de sonho erótico com uma índia, filha do seu informante, em que se sente ameaçado pelo marido dela, sendo ambos assim descritos (1996, p. 490): “um falso gigante, marido da falsa gretagarbo”. A angústia sentida resultou de ter sido desmascarado no sonho, sob o pretexto de ter se aproximado das mulheres para fazê-las contarem as histórias do herói Maíra. Depois do relato se desculpa à sua mulher, dando-se conta de que sua experiência poderia magoá-la.¹³⁸

O uso das imagens é um recurso adotado pelos três antropólogos, o que define o melhor estilo etnográfico da época. Darcy Ribeiro chegou a levar um cinegrafista alemão para realizar os registros em fotografia e em filme.¹³⁹ Vale lembrar que a missão etnográfica francesa na África empenhou-se em produzir filmes sobre os povos africanos estudados, obtendo para tanto os melhores e mais modernos recursos tecnológicos.

Aliás, os três autores fornecem um conjunto de imagens fotográficas que imprimem por um lado um sentido de prova testemunhal das descrições, e por outro dão um sentido estético, constituindo um importante documento para a memória da antropologia¹⁴⁰. Entre as fotos, há invariavelmente aquelas em que os autores figuram ao lado dos nativos, como reforço da prova de ter “estado lá”, bem como para revelar um certo prazer da aventura da viagem. A maior profusão de imagens encontra-se no diário de Darcy Ribeiro, em que registra as mais diversas atividades cotidianas da aldeia realizadas pelos índios de todas as idades.

d) A experiência com a alteridade: constituída como categoria metodológica própria da observação antropológica pode se manifestar de forma diversa segundo o grau. Ora ela pode se apresentar de forma exacerbada, ora moderada, sendo o que foi observado entre os três antropólogos. Naturalmente, o estrangeiro experimenta a forma mais exacerbada, até porque traz uma experiência de mundo bem distinta da dos antropólogos nativos. Entretanto, é inegável que a escolha por comunidades indígenas mais isoladas e com suas culturas melhor conservadas possibilite uma experiência de alteridade mais real e forte.

Em diversas passagens do diário, Lévi-Strauss revelou sua postura não apenas de estranhamento e de nítida alteridade diante do exotismo da cultura indígena, porém se mostrando um tanto compassivo em relação a ela. A forte influência de Rousseau em todo seu relato a propósito da floresta e seu habitante nativo, ou a natureza e o selvagem explicaria tal postura. Esta se traduz no sentimento de nostalgia e de perda de uma humanidade prestes a desaparecer, e se expressa nitidamente quando lamenta não ter sido viajante do século XVI ao tempo de Jean de Léry, que puderam flagrar o mundo indígena em sua pureza intacta, tendo certamente séculos depois desaparecido vários costumes. Contudo reconhece que privando-se dos conhecimentos disponíveis em sua época teria lhe escapado uma série de reflexões ajudadas por eles. E vaticina (1996, p.

¹³⁸ Este relato que flagra fantasias de um sonho com uma índia, permite uma aproximação com relatos de campo de outros antropólogos, como a experiência vivida por Michel Leiris, que teria se apaixonado por uma bela etíope, filha de uma informante, cuja fantasia amorosa e sexual em relação a ela é revelada em seu diário. Em cartas a esposa se desculpa, sendo tal episódio comentado por Brumana (2005, pp. 140-166).

¹³⁹ Este material teria desaparecido, conforme ele próprio denuncia na apresentação do diário, alegando a negligência dos funcionários do Museu do Índio.

¹⁴⁰ Somente 60 anos mais tarde ele reuniria seu legado de imagens do Brasil e de São Paulo em dois livros.

40): “Dentro de algumas centenas de anos, neste mesmo lugar, outro viajante, tão desesperado quanto eu, pranteará o desaparecimento do que eu poderia ter visto e me escapou. Vítima de uma dupla inaptidão, tudo o que percebo me fere, e reprovo-me em permanência não olhar o suficiente”.

Bem diversa da atitude dos viajantes e etnólogos europeus é aquela adotada pelos viajantes e etnólogos brasileiros, que manifestam um misto de perplexidade e familiaridade diante da alteridade frente às culturas indígenas.

Eduardo Galvão, tal como nos revela Orlando Sampaio Silva teria buscado em suas incursões ao mundo indígena rastrear no processo da dinâmica cultural, o nascimento do caboclo, como tipo humano resultante das múltiplas formas adaptativas do homem na floresta amazônica. Silva detecta com sensibilidade o projeto acadêmico de Galvão (2007, p. 39):

Galvão surpreendeu, na origem fundadora, a gênese desse tipo humano, o caboclo no encontro do índio com o não-índio-não-caboclo (o “branco”, o “civilizado”, o “cristão”) e com o caboclo já constituído. (...) Com esses estudos sobre a gênese e a vida da sociedade cabocla, Galvão lia, no livro da sociedade originária, a própria formação da sociedade brasileira, nas áreas por ele estudadas, na Amazônia.

Darcy Ribeiro é mais explícito e enfático quando revela o propósito de suas incursões ao mundo indígena, como busca de algo essencial de nossas raízes, expressos em dois elementos, cujo reconhecimento nos é indispensável. O primeiro resulta de nossa bagagem genética que nos liga aos antepassados indígenas, particularmente os tupinambá (1996, p.12): “Creio que umas 200 mil mulheres índias foram prenhas para gerar o primeiro milhão de brasileiros.” O segundo sendo oriundo de um saber milenar cujo foco está no conhecimento da floresta tropical e uso dos seus derivados. A assimilação de parte dele nos torna herdeiros não apenas deste saber como nos mantém índios nos corpos e nas mentes, iluminadas pelos traços dessa cultura.

A postura dos antropólogos ou viajantes brasileiros aqui estudados perante a alteridade se mostra distinta da assumida por Lévi-Strauss, o que é perfeitamente explicável. É natural que os viajantes brasileiros desenvolvam uma empatia e sentimento de afinidade com os índios. A transformação da alteridade em familiaridade se manifesta em trechos escritos por este autor, ao referir-se particularmente ao grupo étnico tupinambá que ocupava a costa brasileira no século XVI, cujos remanescentes guardam duas heranças cruciais para nós brasileiros contemporâneos (RIBEIRO, 1996, p. 12):

Primeiro, seu próprio ser biológico, seus genes, que nós levamos no corpo, mantendo-os vivos como seus descendentes. Creio que umas 200 mil mulheres para gerar o primeiro milhão de brasileiros. (...) A segunda herança que temos dos índios é sua sabedoria milenar de adaptação à floresta tropical. Sem esse saber seríamos outros. O que nos singulariza como cultura é o patrimônio de nomes de coisas da natureza

Chegando ao final do seu diário de viagem Lévi-Strauss questiona se teria valido a pena sair da sua trajetória habitual, comparando-se com companheiros que construíram suas carreiras de sucesso permanecendo na Europa. Ele nos revela (2005, p. 356):

...eu corria os desertos perseguindo detritos de humanidade. Quem ou o que me levará, afinal, a jogar para os ares o curso normal de minha vida? Era um estratagema, um hábil desvio destinado a me permitir a reintegração em minha carreira com vantagens suplementares e que seriam levadas em conta? Ou minha decisão expressava uma incompatibilidade profunda com o meu grupo social, do qual acontecesse o que acontecesse, eu estava fadado a viver cada vez mais isolado?

Neste balanço pessoal Lévi-Strauss revela um misto de pragmatismo e idealismo, uma vez que conseguiu mais tarde os benefícios do seu sacrifício, ainda que sua experiência tenha igualmente produzido um efeito profundo e permanente em sua concepção filosófica acerca da humanidade.

Diários íntimo e de viagem na formação do campo dos estudos afro-brasileiros e da sociedade nacional

O mesmo procedimento adotado no levantamento dos diários dos autores ligados ao campo da etnologia indígena será tomado para aqueles ligados ao campo dos estudos afro-brasileiros e da sociedade nacional. Assinale-se desde já que os autores e obras selecionados não se apresentam com uma filiação explicitamente ligada à antropologia, já que Gilberto Freyre e Roger Bastide são reconhecidos principalmente como sociólogos, enquanto Mário de Andrade, sobretudo como escritor, embora Freyre também assim o seja. Vale lembrar quanto ao critério de Geertz de ciclo vital, que os três pertencem à mesma geração embora suas existências tenham tido tempos bem diferentes, de modo que os contatos que tiveram entre si tenham tido duração variável. Entre Mário de Andrade e Gilberto Freyre houve uma certa hostilidade, embora Bastide tenha sido um agente de ligação entre as duas figuras marcantes da reflexão sobre o Brasil das décadas de 1920 e 1940.

Os diários íntimos e de viagem destes autores expressam o mesmo sentimento nostálgico dos etnólogos indígenas, já que buscam registrar manifestações culturais e religiosas tradicionais, enfim um Brasil ameaçado de desaparecer pelo projeto de modernização da sociedade. Porém adotam um estilo poético e bem humorado em seus relatos e reflexões, em que a alteridade experimentada diante dos grupos e comunidades tradicionais em seus cultos e danças não tem o mesmo sentido de perplexidade, mas de um encantamento ou fruição estética. Cabe ainda destacar uma outra divergência entre este grupo e o anterior relativa a atitude deste de certa rebeldia frente aos cânones da prática científica em sua dimensão teórica e metodológica.

As convergências de interesse desses três autores selecionados, vinculadas aos estudos afro-brasileiros e o da sociedade nacional, contrastam com as trajetórias acadêmicas inteiramente divergentes dos mesmos. Apenas Roger Bastide fez carreira acadêmica em universidades no Brasil e na França, enquanto os outros dois filiaram-se a instituições não universitárias. Mário de Andrade se fixa em São Paulo, sendo talvez mais provinciano do que Gilberto Freyre nesta escolha, já que o segundo faz estudos em universidades estrangeiras, sendo tal experiência registrada em seu diário bem como outras viagens a países da Europa, África e Ásia, mantendo-se fiel a sua brasilidade e pernambucanidade. Mário de Andrade sem sair do Brasil, busca escapar do provincianismo para tornar-se cosmopolita, mantendo-se fiel ao seu projeto de busca pelas raízes da brasilidade. Roger Bastide escolhe viver no Brasil por dezesseis anos e nesse período se esforça por se familiarizar com a cultura brasileira, ou seja, procura um diálogo fecundo com os autores brasileiros e talvez o mais fecundo tenha sido com

Gilberto Freyre. Não é demais lembrar que Roger Bastide traduziu Casa Grande & Senzala para o francês, revelando grande habilidade na difícil tarefa, que rendeu grande repercussão na França. Por outro lado, igualmente frutíferos foram os diálogos com Mário de Andrade, cabendo lembrar o patrocínio, o roteiro da viagem e os interlocutores, intelectuais nordestinos com os quais intercambiou durante a mesma.

Vale notar que embora Mário de Andrade tenha sido explicitamente impedido de realizar um diálogo com Gilberto Freyre, pôde desfrutar de trocas inspiradoras com Câmara Cascudo, com quem manteve correspondência antes e depois de conhecê-lo.

Os diários ou relatos de viagem selecionados para análise são os seguintes: O turista aprendiz (1942) de Mário de Andrade; Imagens do Nordeste Místico em branco e preto (1945) de Roger Bastide¹⁴¹ e Tempo Morto e Outros Tempos (1975) de Gilberto Freyre¹⁴². Este último, embora se caracterize como diário íntimo, relativo a um período de 15 anos da vida do seu autor, contém relatos da estadia de estudo nos Estados Unidos e suas viagens pela Europa e Brasil, tendo assim características de um diário de viagem. O Quadro 3 expõe as trajetórias intelectual e de vida dos três autores com suas formações e posteriores vinculações a instituições acadêmicas ou não.

Autores	Origem	Formação	Vínculos Institucionais
Mário de Andrade (1893-1945)	São Paulo – SP	Curso inconcluso na ELSP, Formação Canto e Piano (Conserv. Música-SP)	Prof. Conservatório de Música-SP, Soc. Etnog. e Folclore –SP
Roger Bastide (1898-1974)	Nîmes-França	Licenciado Filosofia Doutor Sociologia França	USP, Musée de l'Homme, EHESS, IHEAL
Gilberto Freyre (1900-1987)	Recife-PE	Bacharel Ciências Sociais Univ. Baylor USA Master Univ. Columbia	Diário Pernambuco, Deputado Federal Fundação Joaquim Nabuco

Quadro 3. Dados biográficos comparativos dos três autores

Mário de Andrade, paulista, com formação inacabada na Escola de Sociologia e Política – ELSP e estudos concluídos no Conservatório de Música-SP, tornando-se escritor e professor catedrático de Música no Conservatório de Música de São Paulo, tendo participação ativa no movimento modernista e colaboração assídua na Revista do Brasil, publicação que difundia os princípios e valores desse movimento. E se seus companheiros de movimento buscaram inspiração para o manifesto modernista em estadias em Paris, ele optou por se lançar em viagens pelo vasto interior do Brasil e capitais nordestinas, em busca das expressões culturais e artísticas fundamentais para uma consciência nacional e de brasilidade. Com isso ele buscava um Brasil real com o qual estabeleceu relações de troca, sendo seu livro emblemático, Macunaíma, fruto dessas assimilações.

Roger Bastide veio para o Brasil em 1938 no quadro da chamada missão francesa no período inicial da USP, para preencher a vaga deixada pela saída de Lévi-

¹⁴¹ Ver artigos e capítulos de livro da autora dedicados a análise deste livro de viagem de Bastide: “Roger Bastide e o Nordeste”; Roger Bastide em viagem ao Nordeste”.

¹⁴² Ele escreverá um diário de viagem propriamente dito, Aventura & Rotina, em que relata sua viagem através das rotas históricas das viagens oceânicas portuguesas entre Portugal, África e o Oriente. Não foi incluído em nosso roteiro de análise por ter se realizado nos anos 1950, fora do nosso recorte temporal e geográfico.

Strauss (Ravelet apud Peixoto 2000 p.22)¹⁴³, tendo uma trajetória radicalmente distinta da do seu antecessor, uma vez que integrou-se de forma tal ao Brasil, que teria se abasileirado, no dizer de Gilberto Freyre¹⁴⁴. Vale lembrar também que já trazia na bagagem uma experiência acadêmica mais avançada que seu conterrâneo, embora com a mesma experiência de ensino em liceus, já havia publicado alguns livros, entre os quais *Les problèmes de la vie mysthique*, *Élements de Sociologie Religieuse*, e artigos em revistas de sociologia francesa.

Gilberto Freyre, pernambucano, realiza seus estudos de nível médio no Colégio Americano Batista em Recife, onde recebe educação protestante iniciada por influência paterna. Condição que teria determinado seu destino, ao realizar estudos superiores nos Estados Unidos, sendo uma opção duplamente incomum à época, já que os brasileiros ricos estudavam na Europa, Direito, Medicina ou Engenharia. Ele formou-se Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Baylor (Texas), porém realizou pós-graduação, nível mestrado, em Nova York.

De volta ao Brasil, Freyre se engaja em funções políticas, tendo sido chefe de gabinete do então governador de Pernambuco e vice-presidente da República, Estácio Coimbra, entre 1926-1930, tendo o acompanhado durante exílio na Europa. Neste período recebeu a incumbência de implantar em caráter pioneiro no Brasil a cadeira de sociologia na Escola Normal em Pernambuco, criada em 1928, através da Reforma Carneiro Leão. Foi também deputado constituinte, e em seguida saiu da vida política para concretizar o projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em Recife, ao qual dedicou-se o resto da vida.

Análise da escrita dos diários, visões da sociedade brasileira e dos espaços afro-brasileiros

Com o intuito de expor os períodos das viagens e percursos realizados, bem como submeter os textos selecionados aos critérios de análise, foram dispostos alguns dados no Quadro 4 para permitir uma análise comparativa.

Viajante/ antropólogo	Período viagem/ diário	Lugares visitados	Estilo do Diário	Experiência c/ alteridade	Instituição de apoio
Mário de Andrade	1927	Região amazônica e Nordeste (Salvador, Maceió, Recife, Paraíba, Natal)	Literatura viagem; Etnográfico.	Alteridade máxima, visão do exótico.	Iniciativa de grupo de amigos
Roger Bastide	1944	Nordeste (roteiro semelhante ao de Mário de Andrade).	Literatura viagem; Etnográfico,	Alteridade moderada, visão de familiaridade	USP – Depto Cultura –SP
Gilberto Freyre	1915-1930	Estados Unidos; Alemanha; França Portugal; Rio de Janeiro e Salvador	Diário íntimo	Alteridade moderada, visão de familiaridade	Bolsa de estudo e outros

Quadro 4. Síntese dos trajetos e características dos relatos dos três antropólogos

¹⁴³ Claude Ravelet assim como Fernanda Peixoto produziram suas teses de doutorado sobre a obra de Roger Bastide, tendo o primeiro se dedicado na França por mais de uma década à organização de uma revista com o sugestivo nome *Bastidiana*, cujo intuito era manter viva a memória de Bastide, reunindo artigos de pesquisadores de diferentes procedências, especialmente França e Brasil que estudaram a obra dele ou foram influenciados por seus estudos.

¹⁴⁴ Ver artigo de Freyre “Roger Bastide, um francês abasileirado”

É preciso considerar que em se tratando dos percursos e especialmente das visões deste grupo de viajantes houve uma mudança radical na forma de se confrontar com o outro, ou de lidar com a alteridade, em comparação com o grupo analisado anteriormente. Embora Mário de Andrade não tenha sido um viajante brasileiro pioneiro neste tipo de empreendimento de “descoberta do Brasil” em suas terras longínquas como a Amazônia e os amplos e variados sertões, ele certamente imprime outro sentido a essas viagens¹⁴⁵.

a) Espaço-temporal: os roteiros de viagem de Mário de Andrade e Roger Bastide ao Nordeste convergem para lugares e interesses comuns, embora o primeiro inicie seu ciclo de viagens com uma viagem ao interior de Minas Gerais em 1924, que deu o nome de “viagem de Descoberta do Brasil”. Em suas viagens de reconhecimento do espaço brasileiro, busca um Brasil exótico e pitoresco, de modo que trata-se de uma busca da identidade através da alteridade, uma vez que sua pertença ao meio intelectual e artístico de São Paulo o filiava a outra cultura influenciada pelos movimentos europeus. Apesar disso alega sua escolha por penetrar no interior brasileiro ao invés de ceder aos chamados dos companheiros do seu grupo para viajar a Europa. Por outro lado, percebe-se a dimensão pragmática da viagem ao Brasil, que oscila nos dilemas entre a pesquisa etnográfica e a missão cultural. Aliás, seu propósito pragmático de prospecção de material relativo à cultura popular, já vinha sendo alvo de interesse por parte de estudiosos pioneiros do folclore brasileiro desde final do século XIX¹⁴⁶.

Vale ressaltar que dez anos mais tarde Lévi-Strauss foi incentivado a realizar viagens com interesse voltado para as culturas populares¹⁴⁷, contudo foi Roger Bastide quase 20 anos mais tarde, que correspondeu aos estímulos recebidos para enveredar nesta linha de investigação. A viagem de Bastide ao Nordeste refaz parte do trajeto feito por Mário de Andrade, em que teria percorrido as capitais de estados nordestinos e algumas poucas cidades de interior, desfrutando em cada parada do diálogo com interlocutores sensíveis às culturas populares e o folclore da região. E se o relato de Bastide deteve-se especialmente nas visitas a Salvador e Recife, Mário de Andrade, produz numerosos relatos de cidades menores como Maceió, Paraíba (capital do estado hoje João Pessoa) e Natal, assim como pequenas cidades da Amazônia.

Gilberto Freyre inicia sua viagem de descoberta do Brasil viajando para os Estados Unidos e posteriormente para Europa, para várias de suas capitais, em que realiza um trajeto inverso. Seu percurso começa no Texas, onde estudou, tornando-se bacharel, em seguida com bolsa de estudos foi para Nova York onde realizou o mestrado junto a Universidade de Colúmbia com dissertação que seria um embrião do seu futuro *Casa Grande & Senzala*.

Na Europa após seus estudos pós-graduados segue um roteiro de visitas a museus etnológicos na Alemanha, Inglaterra e França seguindo sugestões de Boas, a quem reconhece como entusiasta dos museus desse gênero, e credita a eles o papel de

¹⁴⁵ Cabe mencionar antecessores como Alexandre Rodrigues com o seu *Viagem filosófica ao Rio Amazonas*, cuja obra se situa ainda no séc. XVIII, e Euclides da Cunha que escreveu um jornal relatando o dia-a-dia da guerra de Canudos, e mais tarde um outro relato com o mesmo sentido dramático fruto de outra missão na Amazônia. Trata-se de *Os Sertões* (1902) e *À margem da história* (1909).

¹⁴⁶ Ver Câmara Cascudo, *Antologia do Folclore Brasileiro*, em que constrói uma espécie de catálogo de obras de viajantes, cronistas, missionários e os primeiros pesquisadores do folclore brasileiro, com breve comentário acerca da contribuição de cada um no registro de manifestações culturais em todo território brasileiro.

¹⁴⁷ O Departamento de Cultura teria financiado parte das viagens de Dina e Lévi-Strauss as terras indígenas, estando de alguma forma ligado a esta história, conforme Brumana (2006)

ensinar mais que conferências abstratas ou em salas de aula. Lamenta a ausência de museus antropológicos no Brasil e faz apontamentos dessas visitas, com a intenção de planejar a organização de um museu desse gênero entre nós, segundo as orientações de Boas.

Na volta da Europa é que irá empreender viagens a Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, realizando um roteiro inverso ao dos outros autores viajantes brasileiros e estrangeiros que buscavam o exótico. Curioso é que quanto mais ele se afastava do Brasil, mas descobria sua lealdade a ele, de modo que gosta de mencionar que um dos seus professores em Baylor lhe sugeria se naturalizar norte-americano e passar a escrever em inglês. Sua recusa baseia-se nos vínculos maternos com a língua e a terra através de um argumento bem humorado (2006, p. 62): “Sou muito sensível ao que há de materno, para um brasileiro, na língua portuguesa. Talvez uma obsessão psicológica de filho demasiado preso à mãe, e, por extensão, a tudo que se lhe apresente como materno.”

b) O Temático: Considerando o conteúdo temático dos diários, percebe-se uma divergência entre os diários dos etnólogos indígenas, no abandono das descrições de paisagem presentes nos relatos dos naturalistas, uma vez que os três autores não se detêm em descrições de paisagens. Mário de Andrade em sua viagem à Amazônia também faz poucos registros da paisagem natural e comenta que (2002, p. 62): “adoro voluptuosamente a natureza, gozo demais porém, quando vou escrever ela não me interesse mais”. Para Bastide, a paisagem adquire uma perspectiva metafórica como a descrição da “Baía de Todos os Santos e de Todos os Orixás”¹⁴⁸. É sobretudo a paisagem humana e suas criações que mobilizam esses autores em seus relatos.

Ressalta-se nos diários de Mário de Andrade e Roger Bastide um interesse explícito pelas manifestações das culturas populares, a que foram em busca em suas viagens. Mas o interesse do primeiro pelas músicas e danças dramáticas do universo popular afasta-se do sentimento nostálgico dos primeiros folcloristas para sintonizar-se com as novas demandas do mundo moderno, o que o levou a utilizar registros fotográficos das manifestações. Entre elas interessou-se particularmente pelas vozes populares através das músicas, tendo desenvolvido registros significativos reunindo um rico acervo dessa musicalidade brasileira. Assim, a formação deste acervo dá ensejo a criação do Departamento de Cultura do município de São Paulo e a Discoteca Municipal.

Cabe destacar além das músicas e danças, os rituais mágicos do Catimbó ao qual descreveu com detalhes, em visita conseguida por Câmara Cascudo, na qual se submeteu a um ritual de fechamento de corpo (ANDRADE, 2002, p. 221): “Mostrei outro dia como eram perceptíveis bem, as influências de religiosidade africana e ameríndia nas zonas diferentes da feiticaria brasileira.”

Porém dos três autores, é Bastide que irá produzir um registro propriamente etnográfico dos cultos afro-brasileiros, especialmente o Candomblé, lançando vários questionamentos que irão ser desdobrados em estudos sistemáticos, como em sua tese de doutorado “Religions africaines au Brésil: vers une sociologie des interpénétrations de civilisations” (1960) e outros estudos posteriores. No livro de viagem dedica atenção especial aos rituais públicos dos cultos de Candomblé da Bahia em que expõe várias fotografias obtidas da imprensa local. Embora sua viagem ao Nordeste tenha igualmente

¹⁴⁸ Caberia lembrar neste sentido o poema de Freyre sobre a mesma paisagem sob o título “Baía de Todos os Santos e de Quase Todos os Pecados”

suscitado reflexões sobre a sociedade nacional, tendo produzido mais tarde o livro, *Brasil, Terra de Contrastes* (1959).

Gilberto Freyre em seus trajetos de viagem pelo estrangeiro descobre o Brasil, e começa refletindo acerca da mestiçagem e do catolicismo, em confronto com a separação das raças praticada nos Estados Unidos, para pensar o contraste e as semelhanças entre o Brasil e os Estados Unidos. Com isso, suas anotações no diário íntimo conduzem a reflexões acerca da sociedade brasileira. Ao fim de sua estadia de estudos nos Estados Unidos produziu sua dissertação, dedicada ao estudo da vida social brasileira no século XIX. De volta ao Recife volta a refletir sobre a história social brasileira, com o comentário seguinte (p. 184): “é uma história tão cheia de padres, de frades, de filhos de padres, de netos de frades que às vezes parece história eclesiástica disfarçada em história civil, militar, literária.” Mas sua intenção de pesquisar sobre a vida nos engenhos de açúcar é desenhada com um registro no diário a respeito da realização de visitas aos engenhos de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, com projetos de visitar os do recôncavo baiano e do Rio de Janeiro, em que já esboçava uma tipologia de engenhos.

G. Freyre relata ainda em seu diário uma visita a um “xangô autêntico” no Recife em que relembra uma visão anterior de êxtases religiosos em meio norte-americano. Seu interesse pelo que ainda existia de cultura africana no Brasil, o levou a organizar em 1934 em Recife o I Congresso Afro-Brasileiro, reunindo diversos pesquisadores e pais-de-santo, numa proposta inovadora de juntar acadêmicos e praticantes para um diálogo sobre tema de interesse comum.

Dos diários, estes autores produziram obras emblemáticas para a antropologia brasileira em sua vertente de estudos afro-brasileiros, entre as quais queremos destacar aqui *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos* etc, *Candomblé da Bahia* rito nagô e *As Religiões Africanas no Brasil* etc., *Música de feitiçaria no Brasil* e *Macunaíma* etc. Uma vez que os três autores produziram muitos outros títulos, em que Freyre e Bastide produziram obras extensas, Andrade pelo falecimento precoce teve a obra mais restrita. Percebe-se que vistas em conjunto é possível flagrar contribuições fundamentais para os estudos de interpretação do campo afro-brasileiro e da sociedade nacional brasileira.

c) O estilístico: O espírito da narrativa de viagem produzida por Euclides da Cunha à Amazônia contrasta enormemente daquele de Mário de Andrade, já que para o primeiro tratava-se de expressar um sentimento de indignação e de pessimismo ante o destino da nação, retratado em estilo épico e grandiloquente. Mário de Andrade com a literatura modernista rompe não apenas com o estilo dramático e erudito de Euclides da Cunha, ao desenvolver sua narrativa das experiências ao longo da viagem em linguagem quase coloquial num esforço descomunal, de parecer popular ou sintonizado com o falar popular. O gênero adotado por ele seria qualificado por Freyre como “artificial e postiço”. Contudo, sua narrativa revela uma atitude radicalmente distinta de lidar com a alteridade, numa tentativa de familiarizar-se com este outro Brasil, para sentir-se parte dele. Daí seu projeto de buscar a identidade nacional a partir das manifestações da cultura popular, com as quais se deparou ao longo de sua viagem.

Gilberto Freyre, por ter em sua formação experiências com a cultura anglo-saxônica, onde se deparou com o gosto desse povo pelos diários íntimos, desenvolveu o gosto por gêneros semelhantes como “ensaio-memória”, cartas e documentos escritos na

primeira pessoa. Maria Lúcia G. Pallares-Burke¹⁴⁹ em prefácio à recente reedição do diário de Freyre o apresenta nos termos seguintes (2006, p.12): “Leitor aficcionado do que é chamado *ego-documents* (...) Freyre é também bem conhecido como um autor que falava muito, talvez obsessivamente, de si mesmo e que, como tantas outras figuras ilustres, esteve muito envolvido, ao longo de uma longa vida, na sua auto-apresentação”.

Bastide na apresentação de seu diário de viagem define o estilo adotado nos termos a seguir (1945, pp. 9-10): “Talvez o principal defeito desta obra seja justamente uma hesitação entre a ciência e a poesia. Mas essa hesitação traduz exatamente o estado de espírito em que me encontrava na ocasião, pois ao mesmo tempo em que sentia um certo fervor, desejava fazer pesquisas objetivas.”

Acerca da arquitetura religiosa católica, Mário de Andrade faz breves anotações sobre conjuntos da arquitetura religiosa barroca, entre eles a igreja franciscana da Paraíba (2002, p. 276): “estou assombrado (...) é a igreja mais graciosa do Brasil”. Estas notas dispersas ao longo do diário de Mário de Andrade irão inspirar Bastide, que em seu trajeto se detém em análises sensíveis e mesmo muito poéticas, do barroco baiano e pernambucano. Note-se o registro e sua força poética para caracterizar a presença massiva de igrejas em Salvador, em especial em sua orla (1945, p. 18): “Um rosário de igrejas cerca a cidade e a protege dos perigos que possam vir... formam por assim dizer um broche majestoso que fecha esse conjunto de pérolas místicas, ao redor do pescoço da Bahia...”

E se os dois primeiros se encantam pela arquitetura barroca das igrejas nordestinas, Freyre descreve com emoção, porém com certa irreverência sua visão das catedrais góticas de Notre Dame, Sainte Chapelle de Paris e a de Chartres (2006, p.173): “Chartes ... quase me persuade a ser católico-romano: católico-romano de corpo inteiro e de alma inteira”. Mas logo depois corrige: “Talvez me conserve para sempre este híbrido: meio da Igreja e meio do mundo”

d) A experiência com a alteridade: os diários desses autores revelam que eles procuraram lidar com a alteridade de modo singular, numa tentativa de se familiarizar com o outro, de transformar o medo e a aversão pelo exótico em pura atração, ainda que por vezes possa parecer pouco natural.

Mário de Andrade antes de se confrontar com a alteridade amazônica expõe uma visão extraída das leituras sobre o lugar: “Às reminiscências de leitura me impulsionaram mais que a verdade, tribos selvagens, jacarés e formigões.” E diante de tais imagens revela seus medos com irreverência, antes da partida do navio para Manaus (p. 51): “Não fui feito pra viajar, bolas! Estou sorrindo, mas por dentro de mim vai um arrependimento assombrado, cor de incesto.”¹⁵⁰

No confronto com a comunidade indígena Pacaás Novos encontrada nas proximidades de Manaus em passeio de lancha, ele produz sua descrição com muita fantasia e humor sem ligar se ela traduz aquela cultura, como alguns viajantes do século XVI, advertindo que eles são muito diferentes de nós (p. 84):

Para eles o som e o dom da fala são imoralíssimos e da mais formidável sensualidade. As vergonhas e as partes não mostráveis dos corpos não são as que a gente consideramos assim. Quando sente

¹⁴⁹ As anotações deste diário foram inúmeras vezes revisadas e reescritas antes de reeditá-las em 1975, sendo apresentado como “trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade 1915-1930” (BURKE, 2006, p.13).

¹⁵⁰ Esse depoimento traz a memória as palavras de Lévi-Strauss “Odeio viagens e exploradores”

necessidade de fazer necessidade, fazem em toda a parte e na frente de quem quer que seja, até nos pés e pernas dos outros, sem a mínima hesitação, com a mesma naturalidade com que o nosso caipira solta uma gusparada.

Já em outras notas sobre a experiência vivida em um Catimbó em Natal manifestou principalmente uma sensação de forte estranhamento, conforme suas palavras a seguir (ANDRADE, 2002, p. 224): “É impossível descrever tudo o que se passou nessa sessão disparatada, mescla de sinceridade e de charlatanismo, ridícula, dramática, cômica, religiosa, enervante, repugnante, comovente tudo misturado.”

Bastide adota outra atitude frente aos ritos de possessão dos cultos afro-brasileiros em que se esforça por assimilá-los com naturalidade, considerando que já havia abordado em livro a temática do êxtase religioso, através da tentativa de retirar de sua descrição os aspectos pitorescos para apresentar (1945, pp. 96-97): “o culto afro-brasileiro tal qual é na realidade, como uma coisa normal, integrada numa cultura, sem selvageria nem barbarismo, sem exasperação dos nervos nem sexualidade.”

Gilberto Freyre nos Estados Unidos faz alguns comentários reveladores do tipo de experiência com a alteridade, semelhante a sentida por estrangeiros no Brasil (2006, p. 64): “É bom que o estrangeiro que vem aos Estados Unidos conheça os seus meios provincianos, com suas mesquinhas, mas também com suas virtudes”. Aliás, a sua dupla ligação com as duas vertentes cristãs o levaram a buscar perceber em sua estadia nos Estados Unidos (1918-1921), os contrastes entre a assimilação de uma cultura evangélica com a cultura católica no Brasil. Em algumas páginas ele acusa abertamente a discriminação e a violência contra os negros e critica a hipocrisia dos evangélicos que mantêm um sistema de relações raciais tão cruel, conforme suas palavras (FREYRE, 2006, p. 66): “desde os meus primeiros contactos com os Estados Unidos, que venho perdendo respeito por seu cristianismo evangélico. O que me parece é que ele próprio precisa cristianizar-se, de evangelizar-se, de purificar-se de seus pecados, para então ter direito a dar lições ao “romanismo” e ao “papismo”.

Quando diante de um bairro negro da periferia de Wacco, cidade onde viveu inicialmente o descreve assim: (p. 66). “é ainda mais horrível do que eu previa. Imundo. Nojento. Uma vergonha para esta civilização filistina que, entretanto, envia missionários aos ‘pagãos’ da América do Sul e da China, da Índia e do Japão. Tais missionários, antes de atravessar os mares, deveriam cuidar destes horrores domésticos. São violentamente anticristãos.”

Eis suas impressões inusitadas (p. 289): “O curioso é que os gritos, os saltos e os pulos dos possessos me parecem iguaizinhos aos das velhotas e moças que vi num *revival* em Kentuck, num dos meus primeiros meses nos Estados Unidos. Horrorizou-me aquilo: nunca vira coisa semelhante no Brasil. Agora lamento não ter observado com mais simpatia as velhotas e moças de Kentuck em êxtase religioso, numa cidadezinha matuta de gente toda branca...”

É interessante notar como Freyre experimenta o exótico diante do transe religioso observado pela primeira vez nos Estados Unidos entre brancos, para depois tentar compreender aquele presenciado no contexto do xangô pernambucano. Desta forma, sua relação com o exótico se dá ao contrário, ou seja, um membro de uma cultura do hemisfério Sul atrasado que busca experiências com o exótico entre os povos supercivilizados e supostamente racionais do hemisfério Norte. Aliás, o inusitado da experiência com o exótico parece tocar não apenas este como os outros dois autores, uma vez que Bastide nega o exótico dos transe dos adeptos do candomblé, e Mário de Andrade, extrai de sua experiência com o exótico entre os índios Pacaás, ou diante da

sessão de Catimbó comentários jocosos e irreverentes como forma de neutralizar e controlar o mal estar causado pela alteridade.

Considerações finais

No exercício de aplicação do percurso de reconhecimento de Ricoeur procedeu-se inicialmente com a identificação dos autores e suas obras, bem como as afinidades entre eles em relação aos diferentes campos de estudo da antropologia brasileira em sua fase de formação, a saber a etnologia indígena, os estudos afro-brasileiros e os da sociedade nacional. Na segunda etapa do exercício buscou-se estabelecer alguns elos de ligação entre autores brasileiros e estrangeiros em que foi detectado um reconhecimento mútuo, notadamente entre Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão e Gilberto Freyre e Roger Bastide, e deste com Mário de Andrade. Este reconhecimento mútuo é favorecido por operações de trocas mútuas e diretas. Entre estes autores encontram-se referências mútuas de reconhecimento, cabendo destacar texto de Gilberto Freyre “Roger Bastide um francês abrigado”(1976, pp. 53-59) Lévi-Strauss não participaria de forma significativa dessas operações diretas de troca, podendo-se constatar em *Tristes Trópicos* que ele não se ocupa praticamente de agradecer a pesquisadores ou instituições brasileiras que apoiaram suas pesquisas.

As operações de reconhecimento mútuo de Lévi-Strauss começaria somente muito tardiamente quando decide publicar seu extenso acervo fotográfico em dois livros, *Saudades do Brasil* (1994) e *Saudades de São Paulo* (1996). Em 2004 numa entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Lévi-Strauss menciona contatos com intelectuais no Brasil durante sua estadia, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, Caio Prado Jr. e Paulo Duarte (MORALES E PAIÃO, 2009). Contudo, sua influência através da teoria estruturalista, obteve grande reconhecimento no meio acadêmico ligado à etnologia indígena brasileira, onde penetrou fortemente durante.

A terceira etapa do percurso prevê esforços ou ações de reconhecimento ou de hermenêutica de si, que pode ser percebido pelo próprio empreendimento desses intelectuais de publicar suas notas e impressões pessoais com propósito de se deixar conhecer em sua intimidade, em suas escolhas subjetivas e em suas primeiras conjecturas acerca do seu objeto de estudo. Tais obras seriam testemunhos vivos da vida desses intelectuais que se imortalizam de uma forma mais marcante através de suas obras autobiográficas. Como fontes para a recuperação da memória de um campo disciplinar, elas permitiram explorar as iniciativas de institucionalização do campo disciplinar desde o seu nascedouro, compreendendo motivações e inspirações que orientaram a criação de museus, núcleos de pesquisa, parques indígenas, associações e cursos de formação pós-graduada etc.

Considerando as interações havidas entre esses antropólogos caberá aplicar a noção de “aldeias intelectuais” de Geertz para compreender a dinâmica das mesmas e os resultados delas, concretizados em obras e novas instituições acadêmicas, como também em formulações teórico-conceituais inovadoras.

Finalmente, a teoria do reconhecimento de Ricoeur supõe não apenas uma operação mental, mas sobretudo uma forma de ação (2004, p. 215), através da qual se reivindica aprovação. Neste sentido, o presente trabalho constitui ele mesmo uma operação de reconhecimento de obras e autores que teriam lançado teses essenciais para o pensamento antropológico brasileiro, embora o reconhecimento obtido pela comunidade antropológica atribua diferentes graus a cada um. A peculiaridade deste trabalho diz respeito à visão de conjunto da disciplina e a tentativa de aproximar obras e

autores para perceber a convergência de interesses e antecipações quanto à apreensão da diversidade cultural brasileira.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
- ANDRADE, Maristela O.de. Roger Bastide e o Nordeste. In: MOTTA, Roberto (org.) *Roger Bastide Hoje: raça, religião, saudade e literatura*. Recife: Bagaço, 2005.
- BASTIDE, Roger. *Imagens do Nordeste Místico em branco e preto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.
- BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. CASTRO, C. (org. e tradução)
- BRUMANA, Fernando G. *Sofiando con los dogon: en los orígenes de la etnografía francesa*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.
- BRUMANA, Fernando G. "Mario de Andrade y la missão de pesquisas folclóricas (1938): una etnografía que no fué". *Revista de Índias*, vol.LXVI, n.237, p.545-572, 2006.
- CANDAU, Joel. *Antropología de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Martins, 1965.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "O lugar da antropologia no mundo contemporâneo". In: *Massangana, Fundaj*, Recife, p.48-49, Nov.2008.
- FREYRE, Gilberto. *Tempo Morto e Outros Tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade 1915-1930*. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. "Roger Bastide, um francês abasileirado". *Revista Afro-Ásia*, UFBA, Salvador, nº. 12, p.53-59, 1976.
- GALVÃO, Eduardo. *Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GEERTZ, Clifford. *Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, s.d (edição original 1983)
- MORALES, Ana Paula e PAIÃO, Cristiane. "Relações com o Brasil: saudades dos trópicos". *Com Ciência*. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, SBPC, nº. 108, 10/05/2009. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=46&id=551> Acesso em 19/06/2009
- OLIVEIRA, R. C.ardoso de. *Os Diários e suas Margens: viagem aos territórios Terena e Túcuna*. Brasília: UnB, 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. Prefácio. In: FREYRE, G. Tempo Morto e Outros Tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade 1915-1930. São Paulo: Global, 2006.

PEIXOTO, Fernanda. Roger Bastide: Nordeste Místico, Roteiros Africanos e Cidades Brasileiras. In: MOTTA, Roberto (org.) Roger Bastide Hoje: raça, religião, saudade e literatura. Recife: Bagaço, 2005.

RIBEIRO, Darcy. Prefácio, in: GALVÃO, E. Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 11-15

RAVELET, Claude. Roger Bastide, de la disgrâce à la renaissance. Bastidiana, Hors-série n°6, avril 2000.

RIBEIRO, Darcy. Diários Índios: os Urubus-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. Parcours de la reconnaissance. Paris: Folio, 2004.

SCHWARCZ, Lília. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Orlando S. "O antropólogo Herbert Baldus" Revista de Antropologia, USP, São Paulo, vol 43, n°2, p.23-79, 2000.

SILVA, Orlando S. Eduardo Galvão, Índios e Caboclos. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

Resumo

Este artigo propõe um percurso de reconhecimento com o objetivo de reconstruir a memória da antropologia brasileira, através de diários de campo e de viagem produzidos por antropólogos e intelectuais que tiveram papel fundamental na origem deste campo disciplinar no Brasil. A adoção do modelo do percurso de reconhecimento proposto por Ricoeur somou-se aos aportes teóricos da memória coletiva de Halbwachs e da etnografia do pensamento de Geertz para fundamentar os eixos da análise construída neste trabalho. Uma seleção de diários de campo e de viagem publicados por autores brasileiros e franceses foram objeto de análise, para compor um quadro da formação dos três campos fundadores desta antropologia – etnologia indígena, estudos afro-brasileiros e da sociedade nacional.

Palavras-chave: memória, antropologia brasileira, diários de viagem.

Resumé:

Cet article propose un parcours de la reconnaissance ayant pour but reconstruire la mémoire de l'anthropologie brésilienne, a travers des journaux de route et de voyage écrits par anthropologues ou intellectuels qui ont joués des rôles fondamentaux à l'origine de ce champ disciplinaire au Brésil. L'adoption du modèle du parcours de la reconnaissance proposé par Ricoeur a été ajoutée aux apports théoriques de la mémoire collective de Halbwachs et de l'ethnographie de la pensée de Geertz pour fonder les axes de l'analyse construite dans ce travail. Une sélection de journaux de voyage et journaux de route publiés par des auteurs brésiliens et français ont été objet d'analyse, pour composer un cadre de la formation des trois champs fondateurs de cette anthropologie - ethnologie indigène, études afro-brésiliennes et de la société nationale.

Mots-clé: mémoire, anthropologie brésilienne, journaux de voyage

Recebido para apreciação: janeiro de 2009

Aprovado para publicação: março de 2009

O AVARENTO E O ESBANJADOR

Georg Simmel

O avarento é aquele que encontra satisfação na posse mais intensa do dinheiro, sem proceder à aquisição ou ao desfrute de objetos específicos. O seu senso de poder é assim mais profundo, mais perigoso e mais precioso para ele do que o domínio sobre objetos específicos pudesse jamais ser. Como já vimos, a posse de objetos concretos é inerentemente circunscrita; a alma avarenta que sem cessar procura satisfação e penetração até a natureza mais última e mais íntima, mais absoluta dos objetos é penosamente por eles recusada. Eles são e permanecem separados resistindo à incorporação ao eu e assim pondo fim até à mais apaixonada posse. A posse do dinheiro fica livre dessa contradição latente em todos os demais tipos de propriedade. Ao custo de não obter coisas e de renunciar a todas as satisfações específicas ligadas a objetos particulares, o dinheiro pode dar um senso de poder bastante distanciado dos objetos empíricos reais não se sujeitando às limitações impostas pela posse dos mesmos. Só o dinheiro nós possuímos sem limitações. Só ele pode ser completamente incorporado ao uso que planejamos fazer dele.

Os prazeres do avarento são quase que estéticos. Pois os prazeres estéticos fazem além da realidade impermeável do mundo e dependem do seu lustro e de sua aparência que estão inteiramente acessíveis à mente e que podem ser penetrados por ela sem resistência. Os fenômenos associados ao dinheiro só são as mais claras e mais transparentes instâncias de uma série de fenômenos em que o mesmo princípio se realiza em outros contextos. Conheci certa vez um homem que não sendo mais muito jovem e vindo de uma família abastada, passava o tempo todo aprendendo o que pudesse – línguas as quais nunca falou, danças soberbas que nunca praticou, realizações de todo tipo de que nunca fez uso nem nunca quis usar. Essa é precisamente a característica do avaro: a satisfação com a posse completa de uma potencialidade sem jamais pensar na sua realização. Ao mesmo tempo exemplifica uma atração que se assemelha à estética, o domínio tanto da pura forma como do ideal dos objetos ou comportamentos com respeito a cada passo em direção à realidade – com seus inevitáveis obstáculos, óbices e frustrações – só poderia ser uma deterioração, e necessariamente conduziria ao sentido de que os objetos são potencialmente para ser dominados.

A contemplação estética, que é possível a cada objeto e de modo especialmente fácil ao belo, de modo eficaz reduz a lacuna entre o eu e o objeto. Permite uma imagem tão fácil, tão sem esforço e harmoniosa da imagem do objeto quanto se esta imagem fosse determinada só pela natureza do eu. Daí o senso de liberação que acompanha um modo de ser estético; se caracteriza pela emancipação da opressão pesada da vida, e a expansão do eu com alegria e liberdade para com os objetos cuja realidade de outro modo a violaria. É esse o tom de alegria psicológica na simples posse do dinheiro. A estranha, coalescente, abstração e antecipação da posse da propriedade que constitui o significado do dinheiro é como o prazer estético que permite à consciência um jogo livre, uma extensão portentosa num meio irresistível e a incorporação de todas as possibilidades sem violação ou deterioração pela realidade. Se definirmos a beleza como *uma promessa de felicidade*, essa definição seria ainda um indicador da semelhança entre a atração estética e a atração do dinheiro, porque esta se encontra na promessa das alegrias que o dinheiro torna possíveis.

Tem-se tentado combinar a atração ainda sem forma com a atração da forma; este é um dos significados das jóias e dos adornos. Seu dono aparece como representante e possuidor de uma quantidade de dinheiro suficientemente grande para simbolizar o seu poder coalescente; mas também nas jóias a liquidez absoluta e a potencialidade do dinheiro tomam alguma sorte de medida definitiva de formas e de qualidades específicas. Chama especial atenção o seguinte exemplo de uma dessas tentativas de combinação (de liquidez e

forma definida): na Índia durante muito tempo foi costume amearhar dinheiro na forma de jóias. Ou seja, a pessoa dissolvia as suas moedas transformando-as em jóias (com pequeníssima perda de valor) e mantinha aquilo acumulado para uma necessidade quando era usado como dinheiro. Aparentemente o valor na forma de jóias tanto é mais condensado quanto mais rico em qualidade. Essa combinação permite que o valor apareça ligado mais de perto à pessoa, no sentido de que se torna mais individualístico e temporariamente perde sua natureza atomizada. Tal semelhança é tão convincente que desde o tempo de Salomão, o entesouramento de metais preciosos sob a forma de utensílios se baseou na crença enganosa de que o tesouro está mais próximo da família e mais a salvo da mãos dos inimigos nessa forma. O uso direto de moedas como jóias costuma ser praticado para manter a fortuna sobre a pessoa, sob sua constante supervisão. A jóia, que é um ornamento pessoal, é também símbolo do seu portador, sendo essencial que seja valiosa; tanto este objetivo ideal da jóia como o objetivo prático anteriormente mencionado, depende da associação estreita da jóia com o eu. No Oriente, o mais importante requisito de toda riqueza é de que se possa fugir com ela, ou seja, ela está absolutamente ligada ao seu possuidor e ao seu destino.

Pode-se observar também que a alegria na posse do dinheiro sem dúvida também contém um momento idealístico cuja importância só é aparentemente paradoxal porque por um lado os meios para o alcançar são necessariamente diminuídos no processo de obtenção e por outro lado porque esse sentimento de alegria costuma expressar-se no indivíduo numa forma não idealística. Isso não deve obscurecer o fato de que o gáudio que traz a posse do dinheiro é uma alegria abstrata, uma das que está mais distanciada da imediatez sensual e uma das mais exclusivamente mediadas pelos processos de pensamento e de fantasia. Sob esse aspecto assemelha-se à euforia da vitória, tão forte em certos indivíduos que eles sequer se questionam sobre o que realmente ganharam ao vencer...

O esbanjador se parece muito mais ao avarento do que a sua aparente polarização poderia indicar. Observemos que nas economias primitivas a acumulação de valores não é condizente com a própria natureza de coisas valiosas, ou seja, por conta do curto limite de armazenamento de produtos agrícolas. Assim, sempre que a sua conservação em dinheiro estavelmente armazenável não é a prática, dificilmente ocorre o fenômeno da miséria da acumulação. Quando os produtos agrícolas são produzidos e consumidos imediatamente, costuma existir uma certa liberalidade especialmente com os hóspedes e os necessitados. O dinheiro é mais passível de juntar e isso torna essa liberalidade menos viável. Assim, fala Petrus Martyr dos sacos de chocolate que serviam de dinheiro aos antigos mexicanos, e que não podiam ser armazenados nem ocultos por muito tempo, não podendo assim engendrar a miséria. Do mesmo modo, as condições naturais limitam a viabilidade e o encanto da prodigalidade. O consumo pródigo e o desperdício fátuo se vêem limitados pela capacidade de consumo dos membros da família e dos de fora. O fato mais importante no entanto é que o gasto perdulário tem um significado e uma nuance diferentes que o distinguem do gasto com objetos concretos. Estes significam que o valor, para quaisquer objetivos individuais é simplesmente destruído, enquanto no primeiro caso foi propositalmente convertido em outros valores. O perdulário na economia monetária (que só é significativo para uma filosofia do dinheiro) não é alguém que sai distribuindo seu dinheiro tolaemente, mas o usa para compras desnecessárias, não apropriadas às suas circunstâncias. O prazer do gasto deve ser diferenciado do prazer no usufruto passageiro dos objetos, da ostentação e da ansiedade na alteração da compra e do consumo. O prazer do gasto depende simplesmente do instante da troca de dinheiro por quaisquer coisas. Para o perdulário, a fascinação do instante obscurece a avaliação racional do dinheiro ou da mercadoria.

A esta altura, a posição do gastador no nexu instrumental fica clara. O objetivo de gozar da posse de um objeto é precedido por dois momentos— primeiro a posse do dinheiro e segundo a troca desse dinheiro pelo objeto desejado. Para o avarento, o primeiro pode até ser um fim prazeroso em si; para o perdulário, o segundo. O dinheiro é quase tão importante

para o perdulário como para o avarento estando a diferença mais na atitude da posse, do que no dispêndio. A sua apreciação do seu valor se revela no instante em que o dinheiro se transforma em outros valores; a intensidade desse sentimento é tão grande que compra o usufruto desse momento em detrimento de todos os valores mais concretos.

Fica então claro para quem observa, que a indiferença sobre o valor do dinheiro que constitui a essência e o charme da prodigalidade só é possível porque o dinheiro é amealhado e tido como muito valioso e especial. Para o homem indiferente, jogar seu dinheiro fora, seria feito com simplicidade. O seguinte exemplo é ilustrativo dos imensos gastos do antigo regime: uma dama tendo devolvido um diamante de 4 a 5 mil francos que o Príncipe Conti lhe havia mandado, ele o mandou esmagar e com os fragmentos fez o papel de areia em que a informou do incidente. Taine diz o seguinte sobre as atitudes daquela época: uma pessoa é mais um homem do mundo quanto menos se preocupar com dinheiro. Mas precisamente aqui reside o auto-engano. Pois, à maneira dialética, a instância consciente e fortemente negativa para com o dinheiro tem o sentimento oposto como sua base, e só ele confere significado e atração.

O mesmo é verdadeiro das lojas que se encontram nas metrópoles, que num contraste direto com as lojas que fazem liquidações, se gabam de ter os preços *mais elevados*. Assim, implicam que seus clientes são gente fina – os que não perguntam preços. Mas o notável aqui é que eles não focalizam o que realmente importa – a qualidade da mercadoria. Assim, inconscientemente colocam o dinheiro sobre todo o resto, mesmo que com uma reversão de valor. Por sua estreita associação com o dinheiro, a luxúria do esbanjador cresce monstruosamente e rouba da sua vítima qualquer senso de proporção. Pois o dinheiro não detém a regulação que a capacidade humana impõe aos objetos concretos. Essa é a mesma imoderação que caracteriza a avareza miserável. A pura potencialidade que ela busca em vez da fruição dos objetos reais, tem perspectivas infinitas. A diferença da anterior, não tem estímulos nem limites, e tende a se tornar completamente amorfa e cada vez mais apaixonada. Essa é a razão para a amargura e os descabimentos nas brigas por herança. Como não há esforços ou aporcionamentos que determinem o direito das partes, ninguém se inclinará a priori a reconhecer os direitos dos outros. Positivos, os direitos individuais ficam sem limites e qualquer aproximação destes é percebido como uma injustiça desarrazoada. A inerente falta de um relacionamento entre o desejo e ao acesso ao objeto, que nas brigas patrimoniais tem raízes nas próprias relações envolvidas na herança, em que a avareza surge da natureza própria do objeto. Uma rebelião por cunhagem de moedas em 1499 é uma excelente ilustração da falta de princípio maximizada pela natureza do dinheiro e que evita a limitação de demandas. O governo queria que só a boa moeda fosse válida, sem levar em conta que anteriormente já havia moedas ruins. Então as pessoas que haviam recebido só boas moedas por suas mercadorias se revoltaram violentamente porque seu pagamento em moeda ruim já não era recebido. A existência da má e da boa moeda oferece as maiores oportunidades para a ausência de moderação da avareza, comparada com as paixões outras mais intensas que parecem ter apenas um domínio parcial sobre as emoções. Mesmo na China têm havido levantes pelo governo pagar em má moeda e coletar impostos em boa moeda.

Essa tendência à imoderação inerente ao interesse no dinheiro como tal, levantou a hipótese de que fosse também a fonte oculta do fenômeno peculiar das trocas naturais. Os pequenos especuladores de grãos conhecidos em inglês como *Os Outsiders (Os De fora)*, quase sem exceção assumem um mercado crescente. Eu acho que o fato logicamente inegável além de praticamente irrelevante de que o ganho na especulação da baixa de mercado não oferece atração emocional no seu modo de ser. Os especuladores de larga escala cujo objetivo é a real entrega das mercadorias calculam as probabilidades de ambas as tendências de mercado mas pela pura especulação de dinheiro como se encontra nos jogos do futuro, qualquer tendência é adequada sempre que a tendência seja potencialmente infinita.

Essa tendência que constituía a estrutura interior motivacional de um interesse em lucro em dinheiro, fica ainda mais visível nos eventos seguintes.

A economia agrária alemã no período de 1830 a 1880 propiciou retornos sempre ascendentes. Isso trouxe a ilusão de que isso continuaria sempre. Assim, os agricultores já não compravam em moeda corrente, mas ao valor daquela cujas taxas de lucro aumentassem. Essa é a causa do mau estado da economia agrícola. É a natureza monetária dos lucros que produz a errônea concepção de valor: quando os rendimentos se baseiam unicamente no "valor de uso" numa quantidade concreta e imediata, a idéia de crescimento se vê muito limitada; mas a potencialidade a antecipação do valor monetário é ilimitada.

Tal é a base comum da natureza da avareza e da prodigalidade. Ambas rejeitam por princípio que só o cálculo possa limitar ou deter o nexu instrumental: cálculo este baseado na fruição do consumo do objeto. O mão-aberta- que não deve ser confundido com o epicurista- e o meramente frívolo, apesar desses elementos por vezes se misturarem. Por tal razão essa fruição é freada pelo curso da inquietação e da transitoriedade. O momento inicial é também o momento final. A vida do perdulário é marcada pela mesma fórmula demoníaca que a do miserento; cada prazer fruído faz surgir o desejo por um prazer maior que nunca será satisfeito. A satisfação nunca pode ser alcançada porque é buscada numa forma que desde o começo se propõe a ultrapassar seus fins e se confina aos meios e ao momento que antecede a satisfação. O miserável é o mais abstrato dos dois: o seu objetivo existe ante antes de próprio fim. O perdulário chega mais perto dos objetos reais. Abandona o movimento em direção a um fim racional mais tarde do que o miserável, onde se detém como se fosse verdadeiramente aquele o seu objetivo. Essa identidade dos dois tipos apesar da oposição diamétrica dos seus comportamentos visíveis- e à falta de um objetivo regulador que sugira uma caprichosa inter-fogo entre as duas tendências igualmente desprovidas de sentido – explica por que a avareza e a prodigalidade costumam encontrar-se na mesma pessoa, em áreas de interesse diferentes, e no contexto de modos de ser diferentes. Estados de espírito constritivos ou expansivos se expressam na avareza ou na prodigalidade, como se o impulso fosse o mesmo e só seu valor diferisse.

Georg SIMMEL, 1907
"On Individuality and Social Forms",
University of Chicago Press, 1971
Excerto da Filosofia do Dinheiro

Tradução de Simone Carneiro Maldonado
Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal da Paraíba

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Política & Trabalho*, editada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, aceita propostas de artigos para publicação. No entanto, todos os trabalhos que não tenham sido explicitamente encomendados aos seus autores, através de correspondência oficial da Comissão Editorial, serão submetidos à avaliação do Conselho Editorial, ao qual cabe a decisão final sobre sua publicação. O Conselho Editorial reserva-se, ainda, o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar o texto às dimensões da revista ou, do mesmo modo, ao seu padrão editorial e gráfico. O recebimento dos artigos para avaliação prevê, também, as seguintes normas.

1. Devem ser entregues 03 (três) cópias impressas do artigo, em papel formato A4, sendo 02 (duas) dessas cópias sem a identificação do autor do texto. Também deve ser entregue 01 (uma) cópia em CD-R 700MB/80MIN.
2. O texto deve estar digitado no programa processador de textos *Microsoft Word for Windows* versão 2000 (9.0), ou superior, com espaçamento entre-linhas 1,5, fonte *Times New Roman* em corpo 12.
3. No final do texto devem constar 02 (dois) resumos de, no máximo, 05 (cinco) linhas, sendo um em português e o outro em inglês ou francês. Junto aos resumos devem constar, ainda, 03 (três) palavras-chave, para efeito de classificação bibliográfica. (OBS: não serão aceitos trabalhos para avaliação sem os respectivos resumos e palavras-chave).
4. As citações, quando existirem, caso excedam a extensão de 03 (três) linhas devem estar destacadas do corpo do texto (com recuo de 4 cm, espaçamento simples e tamanho 12).
5. As referências bibliográficas existentes no corpo do texto devem seguir a norma ABNT NBR-6023/out. 2000, ou o comumente chamado "sistema autor/data". Exemplo: (MARX, 1847, p. 25).
6. A relação bibliográfica consultada para a elaboração do trabalho, cuja presença ao final do texto é obrigatória, deve conter todas as obras mencionadas nas referências do corpo de texto e nas citações.
7. O artigo deve conter, ainda, em sua primeira página, como nota de rodapé, o vínculo institucional do autor e, quando necessário, indicação da entidade patrocinadora do trabalho ou evento e data em que foi originalmente apresentado, quando o texto for resultado de comunicação oral ou conferência.
8. Em anexo ao trabalho deve constar o endereço para correspondência do autor e, caso exista, e-mail e/ou número de fax, além do endereço postal.
9. Os trabalhos deverão ser enviados para o seguinte endereço:

Revista *Política & Trabalho*
Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V
Campus I – Cidade Universitária
CEP 58.051-970
João Pessoa – Paraíba – Brasil
10. *Política & Trabalho* também recebe livros para resenhas/divulgação de lançamentos e outras comunicações, que devem ser enviados(as) para o editor da revista.

NESTA EDIÇÃO:

ENTREVISTA

Entrevista com Jacob Carlos Lima

ARTIGOS

SUJEIRA E IMAGINÁRIO SOCIAL URBANO NO BRASIL

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

DA PORTA PRA FORA: USOS DO ESPAÇO, LAZER E SOCIABILIDADE EM OITO PRAÇAS REVITALIZADAS DE JOÃO PESSOA

Mônica Franch e Tereza C. da N. Queiroz

PATRIMÔNIO CULTURAL E MUDANÇA SOCIAL: IMAGENS, NARRATIVAS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia

INCLUSÃO PRECARIZADA E IDENTIDADES SEQÜESTRADAS NA NOVA ORDEM SOCIAL DO TRABALHO

Eliana Monteiro Moreira e Rejane Gomes Carvalho

VOCACÃO, IDENTIDADE E INDIVIDUALISMO

Artur Perrusi

DO FOGO DE ENERGIA À IDEOLOGIA DA RESPONSABILIZAÇÃO: ENSAIO SOBRE ACIDENTES E "INCIDENTES" NA SAÚDE DE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO EM SÃO LUÍS – MA

Ednalva Maciel Neves

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DO ESTADO NOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Rubens Pinto Lyra

A RECIPROCIDADE DESIGUAL: FAMÍLIA E POLÍTICA NA HISTÓRIA DO BRASIL

José Henrique Artigas de Godoy

A CASA SERTANEJA E O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: QUESTÕES PARA PESQUISA

Flávia Pires

O CONSUMO DO "eu" E O "EU" DO CONSUMO: FETICHISMO E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Anderson Moebus Retondar

"VOCÊ INVENTA O AMOR, EU INVENTO A SOLIDÃO": DO ESSENCIALISMO AOS DETERMINANTES CULTURAIS EM GEORGE SIMMEL

Marcela Zamboni

SOBRE REGRAS DE JOGO E JUSTIÇA: UMA CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA À SOCIOLOGIA DA MORALIDADE

Simone Magalhães Brito

MULHERES E EMPREENDEDORISMO NO BAIXO GRAMAME (PARAÍBA) – UMA LEITURA DE GÊNERO

Loreley G. Garcia, Mônica Franch, Sandra Raquew S. Azevedo e Idalina Santiago

BOLA NO PÉ E CANETA NA MÃO: FUTEBOL E DIREITO EM BUSCA DO FALO PERDIDO

Adriano de Leon

CONFLITOS DE SIGNIFICAÇÃO E ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO. NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DA RADIOFONIA COMUNITÁRIA NO BRASIL

Teresa Cristina Furtado Matos

PERCURSOS DE RECONHECIMENTO: MEMÓRIA DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DOS DIÁRIOS DE CAMPO E DE VIAGEM

Maristela Oliveira de Andrade

TRADUÇÃO

O AVARENTO E O ESBANJADOR

Georg Simmel (tradução de Simone Carneiro Maldonado)

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO